



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX SUP. "B" AO Nº 136 QUARTA-FEIRA, 2 DE SETEMBRO DE 2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Vicentinho Alves - (PR-TO)
2º SECRETÁRIO
Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO
Gladson Cameli - (PP-AC)
4º SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)
2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)
3º Elmano Férrer (PTB-PI)
4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 24 Líder Humberto Costa - PT ^(22,28) Vice-Líderes Acir Gurgacz ^(3,37) Benedito de Lira ^(16,18,44) Walter Pinheiro ^(31,36,43) Telmário Mota ^(4,38,42) Regina Sousa ⁽⁴¹⁾ Líder do PT - 13 Humberto Costa ^(22,28) Vice-Líderes do PT Paulo Rocha ⁽³²⁾ Walter Pinheiro ^(31,36,43) Lindbergh Farias ⁽³⁰⁾ Fátima Bezerra ⁽³⁴⁾ Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz ^(3,37) Vice-Líder do PDT Telmário Mota ^(4,38,42) Líder do PP - 5 Benedito de Lira ^(16,18,44)	Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 21 Líder do PMDB - 17 Líder do PSD - 4 Omar Aziz ⁽¹³⁾ Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão ⁽¹²⁾	Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 17 Líder Alvaro Dias - PSDB ⁽²⁰⁾ Vice-Líderes Ataídes Oliveira ⁽³³⁾ Wilder Moraes ⁽⁴⁶⁾ Antonio Anastasia ⁽⁴⁷⁾ Líder do PSDB - 12 Cássio Cunha Lima ⁽¹⁷⁾ Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer ⁽²³⁾ Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁴⁰⁾ Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado ⁽⁶⁾ Vice-Líder do DEM José Agripino ⁽³⁹⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9 Líder Lídice da Mata - PSB ^(11,25) Vice-Líderes José Medeiros ^(15,19,29) Vanessa Grazziotin ^(21,26) Randolfe Rodrigues ^(24,27) Líder do PSB - 6 João Capiberibe ^(1,14) Vice-Líder do PSB Roberto Rocha ⁽⁴⁵⁾ Líder do PPS - 1 José Medeiros ^(15,19,29) Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues ^(24,27) Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin ^(21,26)	Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9 Líder Fernando Collor - PTB ^(5,10) Vice-Líderes Blairo Maggi ⁽⁹⁾ Eduardo Amorim ⁽⁸⁾ Marcelo Crivella ^(2,7) Líder do PTB - 3 Fernando Collor ^(5,10) Líder do PR - 4 Blairo Maggi ⁽⁹⁾ Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim ⁽⁸⁾ Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella ^(2,7)	Governo Líder Delcídio do Amaral - PT ⁽⁴⁸⁾

EXPEDIENTE

Ilana Trombka Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial	Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários Quésia de Farias Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar
---	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de junho de 2015 004

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de julho de 2015 019

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de julho de 2015 035

1.2 – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Ata da 19ª Reunião, Ordinária, realizada em 5 de agosto de 2015 039

1.3 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de julho de 2015 066

Ata da 25ª Reunião, Ordinária, realizada em 14 de julho de 2015 086

Ata da 26ª Reunião, Ordinária, realizada em 16 de julho de 2015 114

Ata da 27ª Reunião, Ordinária, realizada em 6 de agosto de 2015 139

1.4 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de julho de 2015 163

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de julho de 2015 181

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de julho de 2015 210

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de julho de 2015 213

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de julho de 2015 227

1.5 – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de agosto de 2015 263

ATA DA 14ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 24 DE JUNHO DE 2015, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quarenta e nove minutos, do dia vinte e quatro de junho de dois mil e quinze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Edison Lobão reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Rocha, João Alberto Souza, Waldemir Moka, Dário Berger, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Marcelo Crivella, Elmano Férrer, José Pimentel, Garibaldi Alves Filho, e das Senadoras Regina Sousa, Ana Amélia, Lúcia Vânia, Marta Suplicy e Vanessa Grazziotin. Registra a presença a Deputada Federal Keiko Ota (PSB/SP). Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à leitura do expediente sobre a mesa. A Presidência comunica o recebimento de Aviso nº 454, que encaminha cópia do Acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO sobre auditoria realizada no Ministério da Saúde acerca da Fiscalização nas obras de construção de Unidades de Pronto Atendimento e Unidades Básicas de Saúde. Após leitura do expediente, passa-se à apreciação da Pauta. ITEM 1 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, de 2014 – Não Terminativo – Autoria: Deputado George Hilton. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de instrumentador cirúrgico. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2014. Resultado: Não houve manifestação decorrente do Pedido de Vista. Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2014. Relatoria: Senadora Marta Suplicy. ITEM 2 – SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS A PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 3, de 2015 – Não Terminativo – Autoria: Senador Paulo Paim. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Historiador e dá outras providências. Relatório: Pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 3, de 2015, ao Projeto de Lei do Senado nº 368, de 2009. Resultado: Retirado de Pauta a pedido da Relatora para reexame do Relatório. Relatoria: Senadora Fátima Bezerra. ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 147, de 2007 – Não Terminativo – Autoria: Senador Eduardo Azeredo. Altera o inciso XIV do art. 6º da Lei 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir a narcolepsia entre os agravos à saúde a cujos portadores é concedida a isenção do imposto de renda sobre os proventos de aposentadoria ou reforma. Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 147, de 2007. Resultado: A Presidência designa Relatora “ad hoc” a Senadora Marta Suplicy, em substituição ao Senador Eduardo Amorim. Aprovado Parecer contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 147, de 2007. Relatoria: Senador Eduardo Amorim (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senadora Marta Suplicy. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. ITEM 4 – TRAMITAÇÃO CONJUNTA – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, de 2011 – Complementar – Não Terminativo – Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Altera a Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006. TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 246, de 2011 – Complementar – Não Terminativo – Autoria: Senador Armando Monteiro. Acrescenta art. 52-A à Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999, para simplificar declarações exigidas de Microempreendedor Individual. TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 344, de 2011 – Complementar – Não Terminativo – Autoria: Senador Paulo Bauer. Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para possibilitar a opção pelo Simples Nacional das microempresas e empresas de pequeno porte que se dediquem ao agenciamento de notícias e assessoria de comunicação e para definir os serviços de comunicação passíveis de opção pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 270, de 2012 – Complementar – Não Terminativo – Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para modificar a tributação das atividades de produção cinematográfica, audiovisual, artística e cultural no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 125, de 2013 – Complementar – Não Terminativo – Autoria: Senador José Pimentel. Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para possibilitar a opção pelo regime de microempreendedor individual àqueles que prestem atividades de limpeza e de serviços domésticos. TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 354, de 2013 – Complementar – Não Terminativo – Autoria: Senador Ciro Nogueira. Altera a redação dos arts 17 e 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir à microempresas e empresas de pequeno porte

que prestem serviços de corretagem de imóveis a opção pelo Simples Nacional. TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 476, de 2013 – Complementar – Não Terminativo – Autoria: Senador Armando Monteiro. Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para modificar prazos e condições de exclusão do Simples Nacional e do regime especial do microempreendedor individual, para criar faixas intermediárias de renda para microempresa nos Anexos I, II e III e para revogar a vedação ao usufruto de incentivos fiscais para optantes do Simples Nacional. TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16, de 2014 – Complementar – Não Terminativo – Autoria: Senador Wilder Moraes. Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir a opção pelo Simples Nacional de microempresas e empresas de pequeno porte dos ramos de atividade que especifica. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 246, de 2011 – Complementar, na forma do Substitutivo que apresenta; e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs 63 e 344, de 2011; 270, de 2012; 125, 354 e 476, de 2013; e 16, de 2014, todos complementares, que tramitam em conjunto. Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator. Relatoria: Senador Otto Alencar. ITEM 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 184, de 2011 – Não Terminativo – Autoria: Senador José Pimentel. Altera o art. 1º da Lei nº 9.012, de 30 de março de 1995, definindo que nos repasses de recursos oficiais seja exigida a certidão negativa de débito junto ao FGTS. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2011, e da Emenda que apresenta. Resultado: Aprovado Parecer Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2011, com a Emenda nº 1-CAS. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. Relatoria: Senador Elmano Férrer. ITEM 6 – TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, de 2011 – Terminativo – Autoria do Projeto: Deputada Íris de Araújo. Ementa do Projeto: Dispõe sobre a reserva de habitações para idosos de baixa renda nos programas oficiais de produção de moradia, alterando a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso. Relatório: Turno Suplementar. Resultado: Não foram oferecidas emendas ao Substitutivo durante o Turno Suplementar. O Substitutivo (Emenda nº 2-CAS) oferecido ao Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2011, é dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal. Relatoria do Projeto: Senador Marcelo Crivella. ITEM 7 – TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 39, de 2014 – Terminativo – Autoria do Projeto: Senador Vital do Rêgo. Ementa do Projeto: Altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências, para instituir a obrigatoriedade de reserva de vaga e espaço para o transporte de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento. Relatório: Turno Suplementar. Resultado: Não foram oferecidas emendas ao Substitutivo durante o Turno Suplementar. O Substitutivo (Emenda nº 2-CAS) oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 39, de 2014, é dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal. Relatoria do Projeto: Senador Waldemir Moka. ITEM 8 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 530, de 2013 – Terminativo – Autoria: Senador Vital do Rêgo. Institui a Política Nacional para Doenças Raras no âmbito do Sistema Único de Saúde; altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para dispor sobre registro e importação, por pessoa física, de medicamentos órfãos; e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para prever critério diferenciado para avaliação de medicamentos órfãos. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 530, de 2013, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. Relatoria: Senadora Ana Amélia. ITEM 9 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 198, de 2014 – Terminativo – Autoria: Senador Pedro Taques. Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para permitir o saque do saldo do FGTS quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for acometido por doença grave. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2014; e pela rejeição da Emenda do Senador Roberto Rocha. Resultado: Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. Relatoria: Senadora Lúcia Vânia. ITEM 10 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 387, de 2014 – Terminativo – Autoria: Senador Acir Gurgacz. Altera a Lei nº 11.889, de 24 de dezembro de 2008, para estabelecer o piso salarial dos Técnicos em Saúde Bucal – TSB e Auxiliares em Saúde Bucal – ASB, e modifica a competência dos TSB. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 387, de 2014. Resultado: Adiado. Relatoria: Senador Paulo Rocha. Usam da palavra os Senadores Waldemir Moka, Marcelo Crivella, Elmano Férrer, e as Senadoras Ana Amélia, Lúcia Vânia, Marta Suplicy e o Senador Edison Lobão, presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Às dez horas e quarenta e seis minutos, assumiu a presidência a Senadora Ana Amélia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e dois minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Edison Lobão, e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Edison Lobão**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Sr^{as} e Srs. Senadores, declaro aberta a 14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior.

Os Senhores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Há expediente sobre a mesa que passo a ler.

Esta Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 454, que encaminha cópia do acórdão proferido pelo Tribunal de Contas da União sobre auditoria realizada no Ministério da Saúde acerca da fiscalização nas obras de construção de unidades de pronto atendimento e unidades básicas de saúde.

Informo que o referido documento ficará à disposição dos Srs. Senadores na Secretaria desta Comissão para as consultas que se fizerem necessárias.

Encontra-se presente, nesta reunião, a Deputada Keiko Ota, do PSB/SP, que nos dá a honra da sua companhia.

Item nº 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, de 2014

– Não terminativo –

Dispõe sobre a regulamentação da profissão de instrumentador cirúrgico.

Autoria: Deputado George Hilton

Relatoria: Senadora Marta Suplicy

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2014.

Observações:

– Em 27.05.2015, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista à Senadora Angela Portela nos termos regimentais.

– Votação simbólica.

A Senadora Angela Portela não se encontra presente.

Concedo, portanto, a palavra à Senadora Marta Suplicy, para as suas considerações, se julgar necessário.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – Sr. Presidente, eu acredito que são muito claros os motivos pelos quais eu me posicionei a favor da aprovação.

Essa profissão, com o correr dos anos, foi se tornando cada vez mais especializada, com as novas tecnologias. Ela foi aprovada, por unanimidade, na Câmara, e eu acredito que foi bem defendida já no que falei, mas, se tivermos alguma discussão. Entraremos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Em discussão, a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao Projeto de Lei da Câmara 75, de 2014.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa, para o prosseguimento da tramitação.

O item nº 2, que tem, por Relatora, a Senadora Fátima Bezerra, diz respeito ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2015.

A Senadora Fátima Bezerra solicita a retirada de pauta do projeto, que deverá retornar a esta administração da Comissão na próxima semana.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 2

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS A PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 3, de 2015

– Não terminativo –

Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Historiador e dá outras providências.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senadora Fátima Bezerra

Relatório: Pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 3, de 2015, ao Projeto de Lei do Senado nº 368, de 2009.

Observações:

– Votação simbólica.)

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 147, de 2007

– Não terminativo –

Altera o inciso XIV do art. 6º da Lei 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir a narcolepsia entre os agravos à saúde a cujos portadores é concedida a isenção do imposto de renda sobre os proventos de aposentadoria ou reforma.

Autoria: Senador Eduardo Azeredo

Relatoria: Senador Eduardo Amorim

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 147, de 2007.

Observações:

– A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

– Votação simbólica.

Sucedo que S. Exª não se encontra presente.

Eu pediria à Senadora Marta Suplicy que, neste caso, opere como relatora *ad hoc* do presente projeto.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – Pois não, Sr. Presidente.

A matéria em exame pretende alterar a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, que altera a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências, para conferir isenção tributária aos portadores de narcolepsia sobre os proventos de aposentadoria ou de reforma.

A narcolepsia é uma afecção neurológica, que se caracteriza por sonolência excessiva e por episódios súbitos e recorrentes de fraqueza muscular, denominados cataplexia. De acordo com as diretrizes da Associação Brasileira do Sono, o seu tratamento consiste no controle dos sintomas por meio de medidas de higiene do sono (cochilos programados durante o dia, por exemplo), medicamentos estimulantes (para o controle do excesso de sono) e antidepressivos (para a prevenção da cataplexia).

O Relator apresenta parecer pela rejeição. São esses os argumentos: primeiro, se trata de doença passível de controle clínico e, desse modo, permite a adequação do paciente em seu ambiente de trabalho. Ademais, os medicamentos utilizados no tratamento da narcolepsia não são especialmente mais caros do que os fármacos utilizados na terapêutica para muitas doenças graves, não contempladas pela Lei nº 7.713, de 1988.

Segundo, a inclusão de novas doenças exacerba o conflito com o princípio da isonomia de tratamento dos pacientes no âmbito do SUS. A criação de grupos com privilégios legais dentro do SUS em nada contribui para a melhoria das condições de saúde da população em geral.

Terceiro, a renúncia de receita decorrente da isenção concedida por razões de moléstias graves ou acidentais é elevada. De acordo com os dados fornecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, a estimativa de renúncia de receita para o ano de 2014, com a isenção em questão, foi de aproximadamente R\$9,6 bilhões.

É esse o Relatório, que termina pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Em discussão, o relatório da Srª Relatora *ad hoc*.

Não havendo quem queira discuti-lo, coloco em votação, chamando a atenção dos Srs. Senadores para o fato de que o relatório é pela rejeição do projeto.

Em votação.

Os senhores que votam de acordo com a Relatora permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o parecer da Relatora pela rejeição.

Aprovado, o relatório passa a constituir parecer da Comissão contrário ao Projeto de Lei nº 147, de 2007.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Item 4.

É o Projeto de Lei do Senado nº 246/2011. O Relator é o Senador Otto Alencar, que solicita a retirada de pauta.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 4**TRAMITAÇÃO CONJUNTA****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, de 2011****- Não terminativo -**

Altera a Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

TRAMITA EM CONJUNTO**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 246, de 2011****- Não terminativo -**

Acrescenta art. 52-A à Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999, para simplificar declarações exigidas de Microempreendedor Individual.

Autoria: Senador Armando Monteiro

TRAMITA EM CONJUNTO**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 344, de 2011****- Não terminativo -**

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para possibilitar a opção pelo Simples Nacional das microempresas e empresas de pequeno porte que se dediquem ao agenciamento de notícias e assessoria de comunicação e para definir os serviços de comunicação passíveis de opção pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

Autoria: Senador Paulo Bauer

TRAMITA EM CONJUNTO**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 270, de 2012****- Não terminativo -**

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para modificar a tributação das atividades de produção cinematográfica, audiovisual, artística e cultural no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima

TRAMITA EM CONJUNTO**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 125, de 2013****- Não terminativo -**

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para possibilitar a opção pelo regime de microempreendedor individual àqueles que prestem atividades de limpeza e de serviços domésticos.

Autoria: Senador José Pimentel

TRAMITA EM CONJUNTO**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 354, de 2013****- Não terminativo -**

Altera a redação dos arts. 17 e 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir a microempresas e empresas de pequeno porte que prestem serviços de corretagem de imóveis a opção pelo Simples Nacional.

Autoria: Senador Ciro Nogueira

TRAMITA EM CONJUNTO**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 476, de 2013****- Não terminativo -**

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para modificar prazos e condições de exclusão do Simples Nacional e do regime especial do microempreendedor individual, para criar faixas intermediárias de renda para microempresa nos Anexos I, II e III e para revogar a vedação ao usufruto de incentivos fiscais para optantes do Simples Nacional.

Autoria: Senador Armando Monteiro

TRAMITA EM CONJUNTO**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16, de 2014****- Não terminativo -**

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir a opção pelo Simples Nacional de microempresas e empresas de pequeno porte dos ramos de atividade que especifica.

Autoria: Senador Wilder Moraes

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 246, de 2011 – Complementar, na forma do Substitutivo que apresenta; e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs 63 e 344, de 2011; 270, de 2012; 125, 354 e 476, de 2013; e 16, de 2014, todos complementares, que tramitam em conjunto.

Observações:

– A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte para prosseguimento da tramitação.

– Votação simbólica.)

Item 5.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Pela ordem, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sou Relator do item 7. É só uma votação do turno suplementar.

Indagaria a V. Exª, se fosse possível, porque não depende de quórum, uma vez que não recebemos emendas. É apenas uma confirmação do relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Acrescentaria também, Presidente, outro item, do Senador Crivella, são os itens 6 e 7, que são de votação em turno suplementar, e o dois também não tiveram, pela informação que tenho, emendas. Então, estão prontos, até para limpar pauta.

Concordo com o Senador Moka.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Os itens 6 e 7, na forma das questões de ordem levantadas.

O item 6 diz respeito ao Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2011; e o item 7 é o Projeto de Lei do Senado nº 39, de 2014.

Em turno único, coloco em votação.

Os senhores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Estamos votando, portanto, o item 6.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – O item 6, cujo Relator é o Senador Crivella.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Crivella.

O item 6, que é turno suplementar, Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2011.

ITEM 6**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, de 2011****- Terminativo -**

Dispõe sobre a reserva de habitações para idosos de baixa renda nos programas oficiais de produção de moradia, alterando a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso.

Autoria: Deputada Íris de Araújo

Relatoria: Senador Marcelo Crivella

Relatório: Turno Suplementar.

Observações:

– Em 27.05.2015, a Comissão de Assuntos Sociais aprovou, em Turno Único, a Emenda nº 2-CAS (Substitutivo) ao Projeto.

– Ao Substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada apresentação de novo Substitutivo integral.

Portanto, em votação.

Após a discussão, que não houve, em votação, pelo fato de não terem sido oferecidas emendas na discussão suplementar, o substitutivo, portanto, ao Projeto de Lei da Câmara nº 52.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – Pela ordem.

Eu gostaria de parabenizar esse projeto, que é extremamente oportuno. Principalmente com o envelhecimento da nossa população, com o que temos hoje de pessoas que moram sozinhas e que não conseguem se manter pagando um aluguel, que não têm mais família que as acuda, ou que têm família, mas essa família não pode acolhê-las, esse projeto tem uma relevância enorme, bem maior do que essas frias linhas que acabamos de ler.

Eu quero realmente dizer da minha apreciação por esse projeto.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Sr. Presidente, vale a pena prestarmos uma homenagem, como fez agora a Senadora Marta, à Deputada Íris – o mesmo nome do marido – pela sensibilidade...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – E a mesma competência.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – A mesma competência ou um pouco mais.

Nós já retiramos de pauta este projeto diversas vezes e aguardamos os aprimoramentos prometidos. Mas, ao final, isso não ocorreu. Então, eu acho que já está mais do que na hora de nós aprovamos isso e fazermos como a Senadora Marta disse: em um milhão de residências deixarmos 60 mil como prioridade. Isso não quer dizer que seja deles, pode ser que não haja procura. Mas, se houver, a prioridade é dos idosos.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – Senador, há procura. Quando fui Prefeita de São Paulo nós fizemos em alguns prédios essa moradia para idosos, inclusive com adaptação, e a fila é gigantesca.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Ótimo!

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – Por isso estou tão empolgada com esse projeto. Há uma demanda extraordinária.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Perfeito. Está na hora de aprovarmos, Presidente.

A SRª LÚCIA VÂNIA (S/Partido – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Pela ordem, tem a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (S/Partido – GO) – Sr. Presidente, eu também gostaria de cumprimentar aqui a Senadora Íris de Araújo, uma goiana, autora desse projeto.

Trata-se de um projeto de extrema importância, porque, na verdade, temos uma dificuldade enorme com essa questão de moradia para a pessoa idosa. Desde a Lei Nacional do Idoso e do Estatuto do Idoso, em que se convencionou que não podemos isolar os idosos em abrigos, em asilos, levando-os à solidão, a forma mais adequada de incluir o idoso na sociedade é fazer com que ele tenha um local para morar onde possa conviver com jovens, com crianças, enfim, demonstrar o que a Lei Nacional do Idoso demanda, que é considerar a terceira idade, o idoso como uma fase da vida, e não uma coisa isolada, que não mereça políticas públicas. E essa política pública, na área de moradia, sem dúvida alguma é um grande avanço que nós vamos ter.

Hoje, já existe um percentual, que é muito pequeno. As casas são adaptadas, como colocou aqui a Senadora Marta, mas a demanda é muito grande, e esse projeto vem suprir essas demandas.

Portanto, encerro minhas palavras cumprimentando a ex-Senadora e ex-Deputada Federal Íris de Araújo, que tem uma história relacionada com a terceira idade. Ela foi a promotora da primeira casa de idosos em Goiás, onde se possibilitava ao idoso ter uma vida independente com esse programa que ela implementou na cidade de Goiânia.

Portanto, deixo aqui os meus cumprimentos, em nome do Estado de Goiás, em nome do País, à Senadora Íris de Araújo, que demonstra com esse projeto a sua sensibilidade e justifica o seu mandato aqui no Senado e, anteriormente, na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Encerrada a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas na discussão suplementar, o substitutivo – que é a Emenda nº 2 da CAS – ao Projeto de Lei da Câmara nº 52, é dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado, para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 39, de 2014

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências, para instituir a obrigatoriedade de reserva de vaga e espaço para o transporte de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senador Waldemir Moka

Relatório: Turno Suplementar.

Observações:

– Em 27.05.2015, a Comissão de Assuntos Sociais aprovou, em Turno Único, a Emenda nº 2-CAS (Substitutivo) ao Projeto.

– Ao Substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada apresentação de novo Substitutivo integral.

Consulto o Relator se deseja novamente falar.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, na verdade, o que fizemos foi ouvir. Na verdade, é um trabalho que já funciona na prática. É uma parceria entre Aviação Civil, Aeronáutica, Marinha, e tem uma central nacional que regula a doação de órgãos.

Na verdade, eu só vou repetir. Muitas vezes – e é comum –, você tem a doação de um órgão em uma cidade, e o órgão não é compatível com aquele que está esperando para receber esse órgão, mas existem, em outro Estado, em outro Município, pessoas compatíveis com esse órgão. Então, é preciso ter agilidade para transportar esses órgãos doados.

Nesse sentido, a lei disciplina como dar prioridade ao transporte desses órgãos, assegurando lugares e, no caso de empresas com voo lotado, até justificando, por justa causa, porque normalmente é preciso que esse órgão seja acompanhado por alguém da equipe que realiza esse transplante até o seu destinatário.

Ele não tem maiores novidades, mas ele disciplina, uma vez que não havia até então uma lei que disciplinava o transporte de órgãos e tecidos. E é nesse sentido que eu apresentei esse substitutivo, já votado. Até o presente momento não houve emenda. E eu espero que os pares possam referendar esse projeto.

Aliás, nessa última semana, por coincidência ou não, eu vi, pela grande mídia, pelo menos dois ou três órgãos sendo levados ao seu destino através da Aviação Civil.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Continua em discussão a matéria. Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Apenas para parabenizar o nosso Senador Moka, sempre brilhante, médico, conhece a profissão, sabe da necessidade dessa doação de órgãos.

Sr. Presidente, voto favoravelmente, com todos os louvores.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – É um trabalho muito cuidadoso do Senador Moka na relatoria e da produtiva agenda que teve o Senador Vital do Rêgo na passagem pelo Senado. Ele está agora como Ministro do Tribunal de Contas de União. O próximo item da pauta, que trata de medicamentos para doenças raras, será também de autoria dele. Eu sou a relatora.

Então, temos também que destacar o Senador Vital do Rêgo, como médico, e o Relator, igualmente médico, que têm uma avaliação mais criteriosa da relevância, da importância de uma matéria dessa natureza, relativa a transplante de órgãos. Embora se fale de pele e de todas as outras coisas, esse é um tema muito relevante. Nós, com muita frequência, vemos na televisão quanta evolução o transplante tem obtido em nosso País.

Eu sou do Rio Grande do Sul. Lá temos um centro de excelência em transplante de pulmão. No final do ano passado, houve um transplante intervivos de uma menina mexicana, com 11 anos apenas, que estava, digamos, condenada à morte. E os pais, desesperados, pelas redes sociais, encontraram o centro em Porto Alegre, por uma informação de uma jovem da Argentina que havia feito o transplante. E acabou sendo feito um transplante bem-sucedido intervivos – um pulmão da avó e o outro pulmão do pai.

Então, vejam que coisa fantástica da ciência. E eu tive o privilégio de conhecer essa menina mexicana, que já voltou para casa no México com os pais. Isso foi feito em Porto Alegre, no Hospital Pereira Filho, no Pavilhão Pereira Filho, o médico que fez chama-se Dr. José Camargo, é que um dos maiores especialistas no mundo em transplante de pulmão.

Então, eu apenas dou essa ilustração, para reconhecer a relevância do que foi debatido aqui no projeto do Senador Vital do Rêgo, com relatoria do Senador Moka.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – Quero parabenizar o Senador Moka e dizer que, duas reuniões atrás, nós ficamos bastante tempo discutindo o projeto, e foi muito relevante, aprendi bastantes coisas sobre o tema. É um projeto de extrema relevância, e quero parabenizá-lo. Era só isso. Acho que foi uma grande contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Encerrada a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas na discussão suplementar ao Substitutivo, que é a Emenda nº 2, da CAS, ao Projeto de Lei do Senado 39, de 2014, esse é dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284, do Regimento Interno do Senado Federal.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado*.

Voltaremos ao Item 5, com decisão não terminativa.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 184, de 2011

– Não terminativo –

Altera o art. 1º da Lei nº 9.012, de 30 de março de 1995, definindo que nos repasses de recursos oficiais seja exigida a certidão negativa de débito junto ao FGTS.

Autoria: Senador José Pimentel

Relatoria: Senador Elmano Férrer

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2011, e da Emenda que apresenta.

Observações:

– *A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.*

– *Votação simbólica.*

Concedo a palavra ao Senador Elmano Férrer, para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB – PI) – Do relatório consta o seguinte:

É submetido a esta Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2011, de autoria do Senador José Pimentel, que altera a Lei nº 9.012, de 30 de março de 1995, que proíbe as instituições oficiais de crédito de conceder empréstimos, financiamentos e outros benefícios a pessoas jurídicas em débito com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). A proposição em comento estende tal vedação a toda e qualquer instituição de crédito, nos repasses de recursos oficiais.

A proposta tem apenas dois artigos. O primeiro dá nova redação ao art. 1º da referida Lei nº 9.012, de 1995, para estender a vedação de que trata a todas as instituições de crédito, nos repasses de recursos oficiais.

O art. 2º contém a cláusula de vigência.

Segundo o autor, a proposição tem por objetivo resguardar a competitividade das instituições financeiras públicas, na medida em que a vedação contida no art. 1º da Lei nº 9.012, de 1995, na redação atual, implica restrição às suas atividades econômicas não imposta às suas congêneres privadas, o que pode ser interpretado como afronta aos princípios constitucionais da livre iniciativa e da livre concorrência.

Argumenta ainda que, nos termos do art. 173, §1º, II, da Constituição, é explícita a sujeição das instituições financeiras oficiais às regras do direito privado, equiparando-as às instituições privadas no que tange a direitos e obrigações civis e comerciais.

Por fim, assevera que a ampliação da exigência de adimplência junto ao FGTS incentivará a arrecadação e a regularidade das empresas tomadoras de empréstimos.

Em 20 de abril de 2011, a matéria foi distribuída à Comissão de Assuntos Sociais e à Comissão de Assuntos Econômicos, cabendo a esta última decisão terminativa. No dia 23 de novembro do mesmo ano, foi apresentado relatório do Senador Casildo Maldaner, com voto pela aprovação do projeto com uma emenda por ele apresentada.

Posteriormente, a matéria foi retirada de pauta a pedido do autor. No dia 21 de dezembro de 2011, foi designado Relator *ad hoc* o Senador Lauro Antonio, em substituição ao Senador Casildo Maldaner. Lido o relatório, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais. Em 13 de abril de 2015, o Presidente da CAS, Senador Edison Lobão, designou-me Relator da matéria.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

Análise.

Nos termos do art. 90, incisos I e XII, art. 91, inciso I, e art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Assuntos Sociais discutir, opinar e votar proposições submetidas ao seu exame, por despacho do Presidente, especialmente as que digam respeito a relações de trabalho, organização do sistema nacional de emprego e condição para o exercício de profissões, seguridade social, previdência social, população indígena e assistência social.

No tocante à constitucionalidade e à juridicidade, entendemos que a CAE se pronunciará oportunamente sobre tais aspectos, quando afinal sobre ela deliberar em caráter terminativo.

Em relação à técnica legislativa, conforme já apontava o Senador Casildo Maldaner, há dois pequenos reparos a fazer. Conforme a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, art. 12, III, “d”, em uma modificação de lei por alteração de redação, supressão ou acréscimo, o artigo modificado deve ser identificado com as letras “NR” maiúsculas, entre parênteses, uma única vez ao seu final. Posto isso, cumpre notar que apenas o texto modificado permanece entre aspas no corpo do projeto, mas não as letras “NR”.

Um segundo reparo é que a redação do art. 1º da Lei nº 9.012, de 1995, na forma proposta pelo PLS nº 184, de 2011, omite os §§1º e 2º da redação atual do referido artigo, sem que haja justificativa aparente para tanto. Propomos emenda de redação ao final para corrigir esses lapsos.

Quanto ao mérito, também acompanhamos o raciocínio do Senador Maldaner e concordamos com os argumentos do autor, Senador José Pimentel. Desde a promulgação da Emenda Constitucional nº 19, de 1998, que deu nova redação ao já referido art. 173 da Carta Magna, não faz sentido o tratamento diferenciado dado pela Lei nº 9.012, de 1995, às instituições financeiras oficiais.

A presente proposição tem o condão de afastar definitivamente qualquer risco de interpretação equivocada da norma vigente, promovendo um tratamento isonômico entre as instituições financeiras públicas e privadas.

Mais do que isso, trata-se aqui de zelar pelo patrimônio dos trabalhadores contribuintes do FGTS. Por uma questão de justiça, não tem cabimento permitir que devedores do Fundo tenham acesso a créditos lastreados em recursos oficiais, geralmente concedidos em condições facilitadas. Ao mesmo tempo, não é demais lembrar que a arrecadação do Fundo se destina não só à proteção desses trabalhadores, mas igualmente ao financiamento de projetos de infraestrutura, habitação e saneamento.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2011, com a redação que consta no relatório, do conhecimento de todos os presentes.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Em discussão a matéria.

Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Sr. Presidente, esse é um dos projetos que chama a nossa genialidade política.

O Senador Pimentel, que foi Presidente da Previdência, tem toda a razão em dizer que as empresas que estão devendo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço não deveriam se beneficiar de empréstimos com recursos públicos – ele colocou oficial e, depois, passou para público.

O que vai ocorrer com isso? Vai ocorrer que as pessoas não vão pegar dinheiro no Banco do Brasil, na Caixa Econômica, mas vão pegar no Itaú, vão pegar no Bradesco, vão pegar em outros. É uma medida que não alcança o seu objetivo nobre. Bom seria – e se eu for Relator na Comissão de Assuntos Econômicos, vou propor isso – que, se a empresa está devendo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, nós não a sufocássemos, porque aí mesmo que ela não vai pagar. O ideal seria que ela pudesse ter acesso a todos os financiamentos, a todos os serviços, desde que negociasse o pagamento disso, com parcelas do seu trabalho.

É aquela coisa. O sujeito está desempregado. Aí ele tem que escolher, vai pagar o aluguel ou vai pagar a prestação das Casas Bahia. Vai para o Serasa. Uma vez no Serasa, já não consegue mais emprego, porque ele é um devedor. E entramos em um ciclo não virtuoso da economia. O sujeito está mal e ele não pode ser punido por estar mal. É preciso dar a ele as condições para que ele se torne novamente adimplente.

Vou votar favoravelmente. Acho que o Senador Elmano já aperfeiçoou. Na Comissão de Assuntos Econômicos, se eu for Relator e puder fazer a emenda, farei. Mas é importante, sobretudo em momentos de crise,

que a gente tenha a ideia, principalmente nós do Parlamento, que a punição nem sempre é o melhor caminho. Aliás, o sistema prisional brasileiro fracassa por isso. A pena é para reeducar o homem e servir de exemplo à coletividade. Ela tem a previsão de reeducar. A gente só pune. Coloca o sujeito numa prisão que é medieval, ali ele é barbarizado, vegeta, e muitos ficam presos até depois da pena – 70% de reincidência!

Eu apelo aqui aos meus companheiros para isso, quer dizer, é um espírito cristão você estender a mão para quem caiu, ao invés de enterrá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Continua em discussão a matéria.

Não havendo quem pretenda discuti-la, encerro esta fase do debate.

Em votação o Relatório do Senador Elmano, que apresenta uma emenda com o sentido de aperfeiçoamento do projeto, embora não atenda às ponderações do Senador Marcelo Crivella, que certamente terá oportunidade de melhorar o projeto segundo a sua linha lúcida de raciocínio, na Comissão de Assuntos Econômicos.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2011, com a Emenda nº 1 desta Comissão.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

Item nº 8, que tem caráter terminativo, tem como Relatora a Senadora Ana Amélia. Como não temos quórum adequado para a votação deste tipo de propositura, pergunto à Senadora se deseja ler, ainda assim, o seu parecer.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Assim como aconteceu com as matérias terminativas que foram turnos suplementares, nós podemos fazer a leitura da matéria, apresentação do relatório e, na próxima reunião, faz-se um resumo. E a gente adianta o serviço, porque é um texto mais longo, e eu vou já direto à análise, para simplificar. É uma matéria de grande interesse. Houve algumas dúvidas de alguns órgãos da área oficial de saúde, mas eu penso que, na apresentação de relatório, tudo vai ficar muito claro, e todos compreenderão, digamos, a oportunidade deste projeto que trata de medicamentos para tratar de doenças raras.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senadora, o item 8, que V. Exª vai agora relatar.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 530, de 2013

– Terminativo –

Institui a Política Nacional para Doenças Raras no âmbito do Sistema Único de Saúde; altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para dispor sobre registro e importação, por pessoa física, de medicamentos órfãos; e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para prever critério diferenciado para avaliação de medicamentos órfãos.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senadora Ana Amélia

V. Exª tem a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigada, Presidente.

Caros colegas Senadores e Senadoras, o Projeto de Lei do Senado nº 530, de 2013, é de autoria do ex-Senador Vital do Rêgo, e ele foi apresentado, este dado é importante, antes da edição de uma portaria, a Portaria nº 199, de 30 de janeiro de 2014 – portanto, um ano depois –, do Ministério da Saúde, que institui a Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras, aprova as Diretrizes para Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras no âmbito do Sistema Único de Saúde e institui incentivos financeiros de custeio.

Na ocasião da apresentação do projeto, somente existia a Política Nacional de Atenção Integral em Genética Clínica, instituída pela Portaria nº 81, de 20 de janeiro de 2009, do Ministério da Saúde. A despeito disso, cabe ressaltar que tal política voltava-se, sobretudo, às pessoas com doenças raras, pois 80% dessas doenças têm origem genética. Além disso, já estava implantado naquela época o Programa Nacional de Triagem Neonatal, que oferece exames para diagnóstico precoce de doenças genéticas em crianças recém-nascidas.

Com a publicação da Portaria nº 199, de 2014, contudo, foi criada uma política específica de atenção às pessoas com doenças raras. Desse modo, a grande maioria das disposições do PLS nº 530, de 2013, agora em análise, foi assegurada mediante a edição de norma infralegal.

Eu lembro também que uma lei tem mais força, duração e eu diria perenidade do que uma portaria. Por isso, a insistência de ressaltar a iniciativa do Senador Vital do Rêgo.

De fato, as principais diferenças existentes entre a Portaria nº 199, de 2014, do Ministério da Saúde, e o PLS nº 530, de 2013, são relativas aos medicamentos órfãos, usados para tratar doenças raras. Tal denominação decorre do fato de a indústria farmacêutica ter pouco interesse financeiro em desenvolver e comercializar esse tipo de produto, por ser destinado a um número muito restrito de doentes.

Para se ter uma ideia, no caso, o índice que é determinado para ser uma doença rara é que ela atinja 65 pessoas em 100 mil pessoas. Olhem só a proporção: 65 pessoas num universo de 100 mil pessoas. Isso é doença rara.

Vale dizer que a portaria não faz menção a medicamentos órfãos. O projeto de lei do Senador Vital do Rêgo, que analisamos, por sua vez, define medicamentos órfãos (art. 3º); facilita a sua importação para uso pessoal (art. 4º); propõe adequar as normas de registro de medicamentos às especificidades desses produtos (art. 5º); e estabelece que o critério de efetividade clínica tenha precedência sobre o de custo-efetividade na elaboração de protocolo clínico ou diretriz terapêutica para o tratamento de doença rara (art. 6º).

A portaria, por seu turno, apenas determina que os medicamentos para doenças raras sejam submetidos ao processo vigente de incorporação tecnológica ao SUS, estabelecido pelo Capítulo VIII – Da Assistência Terapêutica e da Incorporação de Tecnologia em Saúde, que advém da Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990).

Outras diferenças entre os dois textos residem no fato de que a portaria detalha as atribuições de cada esfera de governo na atenção às pessoas com doenças raras, sistematiza a organização do cuidado, estabelece incentivos financeiros e define recursos orçamentários, bem como determina os mecanismos de fiscalização e o controle desses recursos.

Isso significa que a portaria tem escopo mais abrangente no que tange à formulação da política e à especificação das diretrizes para a Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras, conforme é esperado de norma infralegal originada do Executivo.

A despeito de as disposições do PLS não serem conflitantes com as da portaria e de a existência da portaria não invalidar a edição de lei sobre a matéria, entendemos como adequado que a definição da política sobre doenças raras permaneça no âmbito infralegal. A nosso ver, a criação, por lei, de políticas e programas sobre doenças ou grupos de doenças – considerando a enorme gama de moléstias existentes – pode contrariar a economicidade e a racionalidade do processo legislativo, só se justificando em casos específicos de inoperância ou ausência do Poder Público.

O projeto, no entanto, tem como objetivo maior o que tange aos medicamentos órfãos. Nesse campo, consideramos que os dispositivos nele contidos podem aprimorar as normas sanitárias vigentes sobre tais medicamentos – importação e registro – e, possivelmente, sobre a incorporação deles ao arsenal terapêutico disponível no SUS.

Por tal razão, entendemos que essa parte da proposição merece ser apoiada por esta Comissão e aprimorada para atender a sugestões oferecidas por especialistas, associações de pacientes e empresas fabricantes de medicamentos órfãos, que abrangem os seguintes pontos:

- i)** as limitações dos estudos clínicos originadas do pequeno número de pacientes portadores de doenças raras não devem ser motivo para inviabilizar o registro de medicamentos órfãos;
- ii)** as especificidades econômicas do mercado de medicamentos órfãos devem ser consideradas como fundamento para a adoção de critérios diferenciados na fixação do preço desses produtos pela Câmara de Regulação de Mercado de Medicamentos;
- iii)** é preciso aumentar o acesso dos pacientes aos medicamentos órfãos;
- iv)** é fundamental proporcionar a participação de especialistas e associações de pacientes no processo de elaboração de protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas para assistência aos portadores de doenças raras;
- v)** é necessário flexibilizar a dispensação de medicamentos para o tratamento de doenças raras, permitindo aos pacientes apresentar prescrições originadas de profissionais e serviços de saúde privados; muitas vezes, esses pacientes já estão aos cuidados de médicos que aprofundaram seu conhecimento sobre a doença ao longo do tempo em que se dedicaram ao seu caso específico; nessas situações, obrigar os doentes a se transferirem para centros de referência recentemente estruturados pode representar perda na qualidade da atenção que eles já vinham recebendo;
- vi)** é imperioso garantir a dispensação imediata e o fornecimento ininterrupto do medicamento órfão prescrito, para evitar atraso e descontinuidade do tratamento, que podem acarretar o agravamento acelerado do estado do paciente.

Assim, para contemplar todas as sugestões, foi necessário consolidá-las em um substitutivo ao PLS nº 530, de 2013.

Assim, o voto, pelas razões expostas, é pela aprovação do projeto de lei do Senado na forma da seguinte Emenda Substitutiva.

O *caput* é igual ao que o Senador Presidente leu:

O Congresso decreta:

Art. 1º Os arts. 3º, 10 e 16 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º Inciso XXVI – Medicamento órfão: medicamento ou imunobiológico destinado especificamente ao tratamento de doença rara, considerada aquela cuja prevalência não exceda o índice previsto em regulamento.

É o que eu havia explicado ontem entre os percentuais proporcionais.

Art. 10.

§1º Compreendem-se nas exigências deste artigo as aquisições ou doações que envolvam pessoas de direito público e privado, cuja quantidade e qualidade possam comprometer a execução de programas nacionais de saúde.

§2º A importação de medicamentos órfãos por pessoa física, para uso exclusivamente individual e não comercial, com base em prescrição médica, independe de licença ou de registro da autoridade sanitária.

Art. 16. [Chamo atenção para o art. 16.]

§3º O registro de medicamento órfão será feito segundo normas e critérios apropriados às suas especificidades, de forma a evitar que as limitações originadas do pequeno número de pacientes participantes dos estudos clínicos inviabilizem o registro desses medicamentos, conforme regulamento estabelecido pela autoridade sanitária.

§4º As especificidades econômicas do mercado, explicitadas pelas informações constantes do inciso VII, deverão fundamentar a adoção de critérios diferenciados na fixação do preço de medicamento órfão.

Art. 2º Os arts. 19-M, 19-N, 19-O, 19-Q e 19-R da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, passam a vigorar com a seguinte redação, renumerando-se o atual parágrafo único do art. 19-O como §1º:

Art. 19-M.

Parágrafo único. A dispensação de medicamentos órfãos obedece às seguintes diretrizes:

I – cadastramento do paciente em base de dados nacional;

II – atendimento da prescrição, acompanhada de relatório médico, realizada por profissional de saúde legalmente habilitado e em exercício no Sistema Único de Saúde ou em serviços privados de assistência à saúde;

III – obrigatoriedade de renovação da prescrição a cada seis meses;

IV – dispensação imediata e fornecimento ininterrupto para evitar atraso ou descontinuidade do tratamento.

Art. 19-N. Para os efeitos do disposto neste Capítulo, são adotadas as seguintes definições:

III – medicamento órfão: medicamento ou imunobiológico destinado especificamente ao tratamento de doença rara, considerada aquela cuja prevalência não exceda o índice previsto em regulamento.

Art. 19-O.

§2º Em caso de medicamento órfão, o critério de efetividade clínica terá precedência sobre o de custo-efetividade na avaliação de que trata o 1º.

Art. 19-Q.

§3º: A incorporação de medicamentos órfãos pelo SUS deve aumentar o acesso dos pacientes a esses medicamentos, ocorrer em articulação com as atividades de registro ou autorização de uso e visar ao atendimento da demanda de especialistas e associações de pacientes.

Art. 19

§1º

V – realização de fóruns de discussão com especialistas e associações de pacientes, se o protocolo clínico ou a diretriz terapêutica referir-se a doença rara.

Art. 3º Os arts. 3º, 4º e 7º da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º.

VI – medicamento órfão: medicamento ou imunobiológico destinado especificamente ao tratamento de doença rara, considerada aquela cuja prevalência não exceda o índice previsto em regulamento.

“Art. 4º.....

§10 No caso dos medicamentos órfãos, a comparação de preços para o cálculo do fator de ajuste de preços relativos intrasetor ficará restrita aos medicamentos da categoria de medicamentos órfãos, em conformidade com o inciso VII e o § 4º do art. 16 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e na forma do regulamento.”

“Art. 7º

§3º Na definição dos preços iniciais de medicamentos órfãos, serão consideradas as especificidades econômicas do mercado e qualquer comparação de preços ficará restrita aos medicamentos da categoria de medicamentos órfãos, em conformidade com o inciso VII e o § 4º do art. 16 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e na forma do regulamento.”

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Srs. Senadores, a título de sugestão, acredito que seria importante suspender para discussão após a leitura das matérias terminativas, possibilitando-se, assim, a apresentação de emendas e a continuação do debate desta importante matéria e das demais subsequentes, até a próxima reunião.

Então, eu suspendo a discussão desta matéria para que se cumpra, então, essa possibilidade.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Item 9. Decisão também terminativa.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 198, de 2014

– Terminativo –

Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para permitir o saque do saldo do FGTS quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for acometido por doença grave.

Autoria: Senador Pedro Taques

Relatoria: Senadora Lúcia Vânia

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2014; e pela rejeição da Emenda do Senador Roberto Rocha.

Observações:

– Em 1º.04.2015, o Senador Roberto Rocha apresentou 1 (uma) Emenda ao Projeto.

– Votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senadora Lúcia Vânia.

Terminativo, V. Exª lerá, portanto, o seu parecer.

A SRª LÚCIA VÂNIA (S/Partido – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2014, pretende alterar o texto do inciso XIV do art. 20 da Lei nº 8.036, de 1990, para prever a movimentação do FGTS quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for acometido de doença grave, nos termos do regulamento. A legislação vigente prevê essa movimentação apenas nos casos de pacientes em estágio terminal.

Análise.

A Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, é a norma principal no que se refere ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e insere-se no campo do Direito do Trabalho. Proposições a este respeito são de iniciativa comum, prevista no art. 61 da Constituição Federal, cabendo ao Congresso Nacional a competência para legislar sobre o tema, nos termos do art. 48 da mesma Carta. Não há, portanto, impedimentos à tramitação da matéria, no que se refere aos ditames constitucionais.

Compete a esta Comissão, a teor do que dispõe o art. 90, inciso I, combinado com o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal discutir e votar, em caráter terminativo, proposições com essa temática.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senadora Lúcia Vânia, permita, então, estou pedindo à Senadora Ana Amélia que me faça a nímia gentileza de substituir-me por alguns minutos enquanto vou à Comissão de Justiça.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Pode continuar, Senadora.

Obrigada pela sua compreensão, a interrupção foi protocolar.

A SRª LÚCIA VÂNIA (S/Partido – GO) – No mérito, cremos que é difícil contestar os argumentos do autor.

Afinal, para que servem os recursos financeiros quando a pessoa humana encontra-se em estágio terminal de uma doença? Talvez sirvam para evitar prejuízos aos parentes ou às empresas que operam serviços ligados à saúde. Mas o principal interessado, na imensa maioria dos casos, não será beneficiado, enquanto, em se tratando de doenças graves, sempre resta uma esperança de cura, que tem certamente mais possibilidade de ocorrer com o aporte de um crédito, que acabará por beneficiar todo o núcleo familiar.

Por outro lado, o FGTS é um recurso associado ao trabalho do titular do direito e uma reserva que deve servir justamente para os momentos de dificuldades. Outras hipóteses de utilização desses valores teriam muito menos razões de ser, como, por exemplo, a integralização de cotas do FI-FGTS ou mesmo o investimento em habitação. Não é mais importante do que a saúde, diz a sabedoria popular.

Difícil também é encontrar argumentos mais consistentes do que aqueles expostos pelo autor no momento em que justifica a proposição. Está em questão a dignidade humana e a manutenção da esperança para trabalhadores e seus dependentes com doenças graves.

Sabemos que pequenos gestos podem fazer grandes diferenças e, em muitos casos, o saque dos recursos do Fundo pode significar a cura ou uma sobrevida digna. Ademais, o que é uma doença grave hoje pode se tornar tratável em pouco tempo, e precisamos evitar, a todo custo, que as sequelas sejam irreversíveis.

Vejamos os exemplos dos portadores do vírus HIV, que podem movimentar o FGTS nos termos do inciso XIII, do art. 20, da Lei 8.036, de 1990. Antes se tratava de uma síndrome condenatória e hoje, embora submetidos a controle intensivo, os portadores podem prorrogar a sua sobrevida por prazo indefinido.

Por todas essas razões, não cremos que a aprovação da proposta em análise possa ser objeto de contestação. A regulamentação da norma poderá ser atualizada com mais eficácia e agilidade do que as normas legais podem fazer, permitindo que sejam maximizados os benefícios do uso dos recursos do FGTS para tratamento de saúde.

Em relação à emenda do nobre Senador Roberto Rocha, apesar dos seus relevantes fundamentos, mantemos entendimento contrário à sua aprovação, considerando que o regulamento é mais flexível, como afirmamos. Podemos adicionar como argumento que, mesmo nas doenças graves, são diversos os graus de comprometimento da saúde dos trabalhadores.

Se avançarmos muito com a legislação, acabaremos chegando a diagnósticos quase individuais. Há, só para exemplificar, inúmeros graus de cegueira e de cardiopatia. Também há doenças novas que surgem e outras que serão praticamente erradicadas.

Por cautela, então, julgamos melhor não elaborar um rol de doenças graves motivadoras da liberação do saque do FGTS.

Com essas considerações, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2014, na forma do seu texto original, com a rejeição da emenda apresentada.

É esse o relatório, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Cumprimento a Senadora Lúcia Vânia pelo relatório apresentado a um projeto de autoria do Senador Pedro Taques, agora Governador do Mato Grosso.

Como aconteceu na apresentação do relatório anterior, a título de sugestão, acredito que seria importante suspender a discussão depois da leitura do seu relatório, porque é matéria terminativa, possibilitando a apresentação de emendas e a continuação do debate na próxima reunião da Comissão de Assuntos Sociais. Mas renovo os cumprimentos a V. Exª.

Eu queria lembrar também que, como não está presente, à norma regimental da Comissão, o Relator do item 10, também terminativo, de um projeto de autoria do Senador Acir Gurgacz – o Relator é o Senador Paulo Rocha –, também, então, fica fora para a próxima reunião.

Queria convidar a todos, lembrando que na próxima reunião, na próxima terça-feira, às 9 horas – desculpem-me, na quarta-feira, às 9 horas –, teremos audiência pública, dia 1º, destinada a debater pacto de redução da mortalidade materno e neonatal, atendendo ao Requerimento nº 11, de 2015, da iniciativa da Senadora Regina Sousa.

Então, estão todos convidados. É uma matéria relevante, agora falando sobre neonatal. Então, essas questões todas de saúde são muito relevantes.

Não havendo mais nenhum tema a ser tratado aqui, eu queria encerrar a presente reunião, o que estou fazendo em caráter interino, em função de um compromisso do Senador Edison Lobão com outra comissão temática.

Muito obrigada e até a próxima quarta-feira.

(Iniciada às 9 horas e 49 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 52 minutos.)

ATA DA 15ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 1º DE JULHO DE 2015, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e trinta e dois minutos, do dia primeiro de julho de dois mil e quinze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência em Exercício da Senadora Regina Sousa, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Rocha, Waldemir Moka, Dalírio Beber, Flexa Ribeiro, Elmano Férrer, Eduardo Amorim, José Pimentel, Vicentinho Alves, do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senador Edison Lobão; e das Senadoras Regina Sousa, Angela Portela, Ana Amélia, Maria do Carmo Alves, Lúcia Vânia, Fátima Bezerra, e Vanessa Grazziotin. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Audiência Pública destinada a “Avaliar o Pacto de Redução da Mortalidade Materna e Neonatal”, em atendimento ao Requerimento nº 11, de 2015-CAS, de iniciativa da Senadora Regina Sousa, com a presença dos seguintes oradores: Rurany Ester Silva, Coordenadora-Geral de Saúde das Mulheres da Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República; Thereza de Lamare Franco Netto, Diretora Substituta do Departamento de Ações Programáticas Estratégicas, da Secretaria de Atenção à Saúde, do Ministério da Saúde; Jurema Pinto Werneck, Médica e Coordenadora-Geral da ONG Criola; e Francisco de Assis de Oliveira Costa, Secretário de Saúde do Estado do Piauí. Usam da palavra os Senadores, Edison Lobão, Presidente desta Comissão; Waldemir Moka; e as Senadoras Regina Sousa; Angela Portela; Ana Amélia; e Vanessa Grazziotin. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quatorze minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Edison Lobão, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senadora **Regina Sousa**, Presidente em Exercício da Comissão de Assuntos Sociais.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Bom dia a todos e a todas.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 11, de minha autoria, com o objetivo de avaliar o Pacto pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal.

Eu vou explicar um pouco por que pedi esta audiência. Nós sabemos que existe o pacto, que foi assinado há dez anos. Então, precisamos saber avaliar o que mudou dos indicadores em relação à época em que ele foi firmado, quando todos os Estados aderiram. Havia muitas ações importantes no sentido da prevenção tanto da morte das mães no parto, como das crianças recém-nascidas.

É uma pauta feminina, faz parte da nossa pauta na Procuradoria da Mulher. Nós temos uma pauta e nos encontramos uma vez ao mês, pelo menos, em uma audiência pública. E é uma pauta da ONU, dentro dos Objetivos do Milênio, também há a questão da mortalidade materna. Então, justifica-se fazer a audiência. Não é para culpar ninguém; nós queremos só saber o que avançou e o que é preciso repactuar.

Então, convido para a mesa os nossos convidados, a Drª Rurany Ester Silva, Coordenadora Geral da Saúde da Mulher, da Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República. *(Pausa.)*

A Drª Thereza de Lamare, Diretora Substituta do Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde. *(Pausa.)*

A Drª Jurema Pinto Werneck, médica, Coordenadora Geral da ONG Criola. Bem-vinda! *(Pausa.)*

E o Dr. Francisco de Assis de Oliveira Costa, Secretário de Saúde do Estado do Piauí, do meu Estado. *(Pausa.)*

Eu quero só comunicar que, a princípio, dez minutos, prorrogáveis por mais cinco, na apresentação. Depois, temos debate e há participação.

Vamos começar com a Dr^a Rurany, que é da Presidência da República, pela hierarquia. E a Secretaria que, certamente, está colhendo esses dados com mais atenção até.

Então, Dr^a Rurany.

A SR^a RURANY ESTER SILVA – Quero agradecer o convite, em nome da SPM, e dizer que é um prazer; cumprimentar a Mesa, cumprimentando a Senadora Regina Sousa.

Esta é uma pauta muito importante para nós, mulheres, discutir morte materna, avaliar a morte materna no Brasil é muito importante. Por isso trouxe aqui alguns marcadores importantes na saúde da mulher, na saúde integral das mulheres.

Em 1983, foi elaborado o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher e as suas ações programáticas.

Este é meio cortado, acho que não está centralizada a figura.

Ele foi publicado em 1985, pelo Ministério da Saúde.

Em 1986, nós tivemos a primeira conferência e única sobre saúde e direito das mulheres. Eu chamo a atenção porque foi a única, não se fez mais nenhuma conferência de saúde das mulheres neste País.

Em 1998, foi a criação do Sistema Único, pela lei... Em 1990, teve a sanção da Lei nº 8.080 que regulamentou o Sistema Único de Saúde, consagrando os princípios finalísticos da universalidade, equidade e integralidade da atenção à saúde da população brasileira.

É importante ressaltar que o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher foi antes do SUS, mas dentro da perspectiva também da integralidade da saúde da mulher.

Em 1994, houve a Conferência de População em Desenvolvimento no Cairo, que foi um símbolo para a introdução da saúde e direitos reprodutivos, como direitos humanos e direitos das mulheres.

Em 1995, também, houve a IV Conferência Mulher das Mulheres, em Beijing, que reforçou toda a questão dos direitos humanos das mulheres, os direitos reprodutivos, a produção do desenvolvimento humano, o bem-estar, reforçou as políticas de educação, respeito ao meio ambiente, o empoderamento das mulheres e a equidade de gênero e também reforçou muito o combate à violência contra as mulheres.

Em 1998, houve a Organização da Atenção às Mulheres em Situação de Violência, o sistema de referência à gestante de alto risco, impondo limites a pagamento por parto cesárea, e também na atenção básica, começou a investigação dos óbitos maternos.

Em 2000, houve a Metas do Milênio, e também tinha o Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento e tinha o Sistema SisPreNatal nessa época.

Pode passar.

Em 2003, houve a criação da Secretaria de Política para as Mulheres da Presidência da República e em 2011 ela passou a ter *status* de ministério.

Em 2004, foi transformado o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher em Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, com linhas de ações, com plano de ação e, aí, surgiu o Pacto para Redução da Mortalidade Materna e Neonatal, o pacto está inserido no Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, como estratégia dentro da assistência obstétrica.

E também foi publicada a Norma Técnica de Atenção e Humanização ao Aborto.

A gente chama atenção para isso porque são dois momentos importantes para a saúde da mulher até porque o aborto é a quinta causa de morte materna.

Em 2005, foi lançada a Política Nacional de Direitos Sexuais e Reprodutivos e a Lei do Acompanhante, e são muito poucos os hospitais que até hoje tem implantada essa lei, que é uma lei importante para dar qualidade e assistência às mulheres no momento do parto.

Em 2004, 2007, 2011, houve a Conferência Nacional das Mulheres. É importante porque elas visam a reduzir a desigualdade de gênero e propor mudanças e propostas para serem implementadas pelo Governo para as mulheres.

O Capítulo III do último plano trata da saúde integral das mulheres e direitos sexuais reprodutivos.

Em 2007, houve o Pacto para Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Em 2008, houve a regulamentação da Vigilância do Óbito Materno e o Pacto para Redução da Mortalidade Infantil e Neonatal na Amazônia Legal.

Em 2009, a qualificação das maternidades.

Em 2011, foi criada a Rede Cegonha, instituída pela Portaria nº 11.459, em 11 de julho de 2011. É uma estratégia também do Ministério da Saúde para qualificar a atenção dispensada às mulheres no Sistema Único de Saúde.

Em 2013, foi lançado Programa Mulher Viver sem Violência, que tem a Casa da Mulher Brasileira, a ampliação dos Centros de Atendimento de Referência, adaptação dos IMLs e hospitais de referência que atendem as mulheres em situação de violência, os Centros de Atendimento às Mulheres na Fronteira.

Eu dei esse panorama porque é importante a gente saber que hoje essa política não veio assim, veio de uma luta do movimento feminista, do movimento de mulheres, dos trabalhadores da saúde. Isso é muito importante para a gente focar e dizer por quê.

Agora, o Brasil no cenário internacional assumiu as metas dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, em 2008, e dentro dele está a redução da mortalidade materno-infantil e de criança menores de cinco anos.

Em 2004, foi lançado o pacto, no âmbito da Presidência da República, como estratégia da Política de Saúde Integral à Saúde da Mulher na atenção obstétrica. Foi firmado o Pacto de Redução da Morte Materna e Neonatal. O foco do pacto foi articular os atores sociais, mobilizar a sociedade civil e os profissionais de saúde em trono da melhora da qualidade de vida das mulheres e das crianças.

A redução da morte materna foi assumida como meta nesse ano, de redução das desigualdades regionais, coordenada pelo Ministério da Saúde.

A Rede Cegonha foi implantada em 2011 como estratégia também, traz a iniciativa de mudar a qualidade da atenção no serviço de saúde, o cuidado da gravidez, parto e nascimento, e a atenção integral à criança com foco nos primeiros anos de vida, especialmente a neonatal.

(Soa a campanha.)

A SRª RURANY ESTER SILVA – Já? *(Risos.)*

A SRª RURANY ESTER SILVA – Eu só estou chamando a atenção para isso, eu pus aqui, mas nem vou aprofundar.

Aqui está o pacto, as estratégias de implementação, que era articulação muito forte do controle social com os governos, estaduais e municipais, a estratégia de redução da morte materna e neonatal era a expansão da atenção básica, a qualificação do pré-natal, e muitas outras.

E o importante é que focava algumas questões ligadas à saúde integral das mulheres, como o cuidado com a saúde da mulher trabalhadora, o cuidado com a saúde das mulheres negras e indígenas, a saúde das mulheres portadoras de transtorno mental, a saúde das mulheres privadas de liberdade e o fortalecimento e premiação de hospitais que tinham uma qualificação importante na atenção às mulheres.

E também tinha um eixo de monitoramento e implementação do pacto nos Estados e municípios, era uma pactuação, e esse monitoramento era feito entre a sociedade civil e os profissionais de saúde.

A Rede Cegonha também tem todas essas práticas, tem a qualificação do pré-natal, que era a ampliação dos exames, o teste de HIV, a qualidade da atenção ao parto e nascimento, a classificação, o acolhimento de risco nas portas de entrada; a questão da implementação dos Centros de Parto Normal, Casa da Gestante, Bebê e Puérpera, que também já existia no pacto, e ampliação da qualificação dos enfermeiros obstetra e obstetriz. E o terceiro é o Puerpério e Atenção Integral à Saúde da Criança – nesse momento, é importante ressaltar que há um foco muito grande na saúde da criança. E também toda a questão do sistema logístico: o transporte sanitário, regulamentação, a questão do Samu, qualificação do Samu e ampliação dos leitos obstétricos.

A Thereza de Lamare deve aprofundar essas questões.

Aqui vou apresentar um pouco a razão da morte materna e vocês vão ver que, em 2004, houve uma queda bastante acentuada, 2005, 2007, e ela vem caindo em média 8%, 9% ao ano; este ano, diminuiu a queda, não aumentou a queda, então, foram 5%.

Aqui a morte materna nos hospitais do Sistema Único de Saúde. A gente vai ver que a maioria das mortes maternas ocorre em hospitais privados ou conveniados pelo SUS.

Aqui é a mortalidade por causa direta e indireta. Vocês vão ver que as mortes evitáveis são maiores do que as mortes ditas não evitáveis, que são as indiretas, são mortes que a gente pode interferir e não deixar as mulheres morrerem.

Aqui as causas das mortes: em primeiro lugar, hipertensão; segundo, hemorragia; infecção puerperal, 7%; depois abortos; depois doenças cardiovasculares e doenças na gravidez e outras causas.

Aqui a mesma coisa, só que uma comparação de ano a ano, você vai ver que está decrescendo ano a ano.

Aqui, a gente trouxe a morte materna por raça, cor: 60% das mortes são de mulheres negras, somando as pretas e pardas, 60% das mortes são de mulheres negras neste País. Então, a morte materna tem idade, geralmente, são mulheres de 25 a 30 anos, são mulheres de cor negra, são mulheres pobres.

Aqui a mesma coisa, com outro gráfico, só que ano a ano. Este gráfico não está aparecendo porque está mais deslocado para lá, mas você vai ver que tem aumentado a morte materna, mas ela tem subido em relação às mulheres negras. A qualificação da investigação do óbito tem demonstrado isso. Todos aqueles óbitos que não eram identificados como morte materna, a maioria deles é em mulheres negras.

Essa aqui é a investigação do óbito. A gente vai ver que melhorou muito neste País.

Aqui, por faixa etária. Você vai ver que a hipertensão é causa de morte em todas as faixas etárias, e infecção puerperal também em jovens.

Aqui é o risco de morrer das mulheres. São aqueles partos com complicações, que levam a uma morbidade grave nas mulheres, que é uma coisa preocupante, porque normalmente as mulheres ficam com sequelas, traumas e muitas questões. É importante a gente focar isso. A mulher não morre, mas tem muitas sequelas na vida dela. E aí vem da qualidade da atenção dispensada.

Aqui são os óbitos maternos em proporção.

Muito obrigada. E fico à disposição.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Obrigada, Drª Rurany.

Só para orientar todo mundo, aquele relógio lá marca o tempo e vai baixando. Então, dá para ir controlando, porque, infelizmente, aqui tem um tempo...

A SRª RURANY ESTER SILVA (*Fora do microfone.*) – É que, se olhar pra lá e olhar pra cá...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Assim, olhar de vez em quando, para ver se...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Não é o Presidente que toca a sirene. Ela é programada, não é, Senadora?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – É programada. Mas a gente sempre tem uma tolerância. Você fez os 15 minutos tranquilamente.

A SRª RURANY ESTER SILVA (*Fora do microfone.*) – Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Vamos passar a palavra para a Drª Thereza de Lamare, que é do Ministério da Saúde, Diretora substituta do Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas da Secretaria de Atenção à Saúde.

A SRª THEREZA DE LAMARE FRANCO NETTO – Bom dia a todos e todas. Bom dia, Senadora Regina Sousa. Eu queria parabenizá-la por essa iniciativa e quero cumprimentar a todos os colegas aqui de Mesa: a Rurany, representando a Secretaria de Política para as Mulheres; a Jurema Werneck, médica, coordenadora da ONG Criola; o Secretário de Saúde do Piauí e os demais participantes desta Comissão.

Em nome do nosso departamento, da nossa Diretora, Drª Aparecida, e também do Ministério da Saúde, eu gostaria de apresentar alguns resultados do Pacto pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal. E, como Rurany disse, eu queria, já de antemão, pedir desculpas por alguns eslaides serem parecidos, porque há uma sintonia muito grande das falas, tendo em vista que muitos dados são do próprio Ministério da Saúde.

Então, a gente vai buscar apresentar outras e aprofundar algumas questões relacionadas ao pacto.

Bom, a primeira questão importante a ser colocada é qual é esse contexto da morte materna no Brasil, que eu acho muito importante para a gente trabalhar políticas públicas e também avaliar como é a proposta da Senadora. Então, temos algumas questões importantes.

A morte materna é produzida por uma multiplicidade de variáveis: tem um alto grau de evitabilidade, como a Rurany colocou – em torno de 92% são evitáveis. Infelizmente, ainda perdura no Brasil um modelo de atenção ao parto e ao nascimento não respaldado por práticas recomendadas pelas evidências científicas, então a gente ainda trabalha muito com modelos que não estão baseados em evidências e que prejudicam o nascimento; desafios na integração e na resolutividade da rede de atenção; não valorizar as queixas das mulheres e falta de protocolos pactuados; e a própria violência institucional e de gênero, que indica a necessidade de uma mudança de cultura institucional nas relações entre sujeitos nos cotidianos dos serviços. Ou seja, é necessário que cada vez mais os nossos serviços estejam adequados, preparados para atender às mulheres, todos os usuários do Sistema Único de Saúde na sua condição de como eles aparecem no serviço.

E uma outra questão muito importante é o racismo institucional, que também acaba interferindo nesse processo do cuidado, especialmente em relação às mulheres negras.

Então, esse é um aspecto muito importante. Como a Rurany havia apresentado, esse eslaide acaba ficando um pouco menor e mais apresentado a todos, mostrando aí que essa grande marca mais escura, amarronzada, junto com a mais clara, mostra as mortes maternas, segundo raça e cor, mostrando claramente uma diferenciação importante da morte materna, quando falamos de raça e cor.

As principais causas de mortalidade a Rurany já colocou, e pego aqui o aspecto da neonatal, que são os problemas respiratórios e circulatórios, prematuridade e baixo peso, infecções perinatais e asfixia perinatal. Nesse contexto que eu havia colocado das más práticas, isso acaba influenciando muito a mortalidade neonatal, tendo em vista as cesáreas programadas, que acabam trazendo a prematuridade e acabam fazendo uma série de consequências no nascimento da criança. Então, há uma insegurança na hora do nascimento.

Aqui, nós já colocamos as principais determinantes em relação à mortalidade materna. Então, nós temos desde questões sociais até também, em muitos lugares, uma baixa qualidade da assistência prestada. Então, isso tem sido o foco do Ministério da Saúde junto com secretários municipais e estaduais de saúde, no sentido de nós melhorarmos essa atenção ao pré-natal, a atenção ao planejamento familiar, porque tudo isso começa

desde o momento em que o casal, estejam eles unidos ou não, tem a decisão de ter filhos, incluindo aí a população adolescente também.

Então, aqui é um pouco uma linha histórica, uma série histórica das políticas implementadas. Então, como a Rurany colocou, não começou de agora. O Brasil já tem uma preocupação muito grande – o Ministério da Saúde – em relação à morte materna. Então, induzi ali, em roxo, o Pacto pela Redução da Mortalidade Materna, que foi em cima do contexto dos ODM, quando, à época, o Presidente Lula propôs que toda a sociedade se unisse, para que pudéssemos fazer um grande pacto na sociedade brasileira para a redução das desigualdades e iniquidades sociais. Obviamente, coube ao Ministério da Saúde – junto com os vários parceiros, as sociedades científicas, as organizações não governamentais e os movimentos sociais – fazer um grande movimento pela redução da mortalidade materna e neonatal.

Então, em 2004, nós tínhamos um cenário de razão de morte materna de 74,5 mulheres e 14,3 crianças que morriam até os primeiros 28 dias de vida. Essa proposta do Pacto pela Redução da Mortalidade Materna foi muito exitosa – a própria ONU parabenizou o Brasil por essa iniciativa –, e essa realidade mobilizou, à época, bastante a sociedade, todos os Estados, todos os Municípios se envolveram nessa agenda.

Então, o objetivo era exatamente melhorar a atenção obstétrica e neonatal, fazendo essa grande mobilização social, ou seja, envolver toda a sociedade, para que nós pudéssemos discutir, questionar, interrogar se o modelo de parto, nascimento no Brasil estava adequado e se esse caminho que a sociedade estava trilhando era o melhor caminho para um nascimento, um parto seguro, humanizado, em que as mulheres tivessem prazer, em que as mulheres estivessem junto com os seus parceiros e os seus companheiros e pudessem ter um parto digno e de acordo com que a realidade permite, a própria Organização Mundial da Saúde.

Os principais princípios eram o respeito aos direitos das mulheres e crianças, ter uma política de Estado que tivesse claramente um objetivo de aonde queríamos chegar, a sustentabilidade desse processo e envolver a sociedade civil nesse movimento, que é fundamental para exatamente termos essa troca e essa responsabilidade de, ao cumprir, ao estabelecer quais são as políticas sociais, saber se elas, de fato, estão atingindo, se as usuárias estão, de fato, cumprindo aquilo que era o objetivo central.

Os resultados principais – vou colocar bem rapidamente –: adesão de praticamente todo o Brasil. Investimos muito na qualificação da atenção obstétrica e neonatal. Como eu falei lá no cenário anterior, há uma necessidade muito grande de qualificar esses profissionais, de trabalhar esse novo modelo da atenção ao parto e nascimento e não se esquecer das parteiras tradicionais. No Brasil, nós ainda temos muitas parteiras, nós temos cerca de 50 mil, 60 mil partos que são feitos pelas parteiras tradicionais.

Nós temos comunidades indígenas. Então, não podemos desconhecer realidades regionais, culturas regionais, que são muito importantes e que trazem para nós também conhecimentos importantes de como parir no Brasil, quando nós estamos falando não apenas no hospital.

Sabemos que já avançamos muito cientificamente, tecnologicamente. Hoje praticamente todas as crianças nascem no hospital, mas infelizmente ainda temos a realidade...

(Soa a campanha.)

A SRª THEREZA DE LAMARE FRANCO NETTO – ... de um número muito alto de cesarianas.

Trabalhamos muito também envolvendo a mortalidade materna nesse contexto maior, envolvendo também as questões relacionadas à violência doméstica, à violência sexual, à vigilância do óbito materno e neonatal, que também avançou muito no Brasil. É uma coisa muito importante, para que nos possamos melhorar as políticas de saúde, conseguirmos identificar aquele óbito, por que aconteceu aquele óbito, e fazer o caminho para trás, fazer o caminho inverso e tentar identificar onde foi o erro, onde aconteceu o descompasso, enfim, e hoje nós já avançamos bastante.

Investimos também muito na questão dos leitos de UTI, na ampliação das equipes de saúde da família. Todos aqui sabem da importância de quanto a saúde mais perto de casa, melhor. A Comissão Nacional de Monitoramento do Pacto também foi muito importante. Hoje isso tudo na Rede Cegonha, como a própria Rurany colocou, veio se fortalecendo, então esse gráfico mostra que nós temos reduzido a mortalidade materna: estamos em 61,5. Não atingimos a meta prevista, mas o importante é que o Brasil tem mantido a redução da mortalidade materna, e obviamente temos que intensificar as ações para a redução.

Então, é uma responsabilidade de gestores municipais, gestores estaduais assumir esse compromisso do ponto de vista da saúde e também da sociedade como um todo. Vocês estão vendo aí na imprensa a campanha, o nosso Ministro fortemente trabalhando a campanha pelo parto normal, a ANS assumindo essa responsabilidade, porque isso tudo vai te trazer consequências para a realidade da saúde da mulher e da criança.

Então, alguns outros resultados, ações importantes para criança, como a suplementação de vitamina A, qualificação do pré-natal, bancos leite, Samu, qualificar o atendimento do Samu para o transporte neonatal, a qualificação dos profissionais da maternidade, de emergências e urgências obstétricas, a cobertura do SIM e

do Sinasc, que são sistemas de informação muito importantes para nós, para poder melhorar a identificação das causas de óbito materno, a vigilância dos óbitos infantis e fetais, produção de conhecimento e pesquisa, também muito importante. Então, foi um conjunto de ações dentro do pacto que foram realizadas e, ao longo dos anos, nós fomos identificando essa queda da mortalidade materna.

Em 2011, então, esse movimento é fortalecido com a Rede Cegonha, nessa mesma direção de melhorar o acesso, a qualidade e o cuidado. Então, nós trabalhamos com uma série de outros dispositivos, inclusive os fóruns perinatais de Rede Cegonha – os Municípios criam esses fóruns onde se reúne toda a sociedade, para poder discutir por que as mulheres estão morrendo naquele Município, o que está acontecendo, onde nós estamos errando. Continuar a mobilização da sociedade civil e dos gestores é muito importante.

Uma vitória muito importante foi a redução da mortalidade infantil. O Brasil, já em 2012, conseguiu atingir a meta quatro dos objetivos de desenvolvimento, de reduzir em dois terços até 2015 a mortalidade infantil. Foi muito importante uma redução de mais de 70%, bem acima dos outros países, das outras regiões do mundo.

Aqui, mostrando a redução da mortalidade infantil. O desafio maior é a redução da mortalidade neonatal, que está muito relacionada a esse modelo de parto e nascimento no País, em que pese nós termos avançado no acesso aos leitos de UTI, de UCI, canguru, uma série de outras modalidades que, na Rede Cegonha, foi possível ofertar para os hospitais, inclusive com aporte de recursos, mas, se nós não melhorarmos o nascimento e o parto neste País, nós vamos ficar numa situação difícil, de ficar aumentando leito de CTI, de UTI, se nós não mudarmos o modelo de parto.

Então, é importante que nos façamos esse movimento também inverso.

Aqui é só para mostrar para vocês os avanços da investigação dos óbitos infantis e de morte materna, mostrando o quanto nós já avançamos, como eu coloquei anteriormente, reforçando que isso é fundamental...

(Soa a campanha.)

A SRª THEREZA DE LAMARE FRANCO NETTO – para que nós possamos ter mais visibilidade do ponto de vista das ações que nós temos que fazer.

Aqui há alguns dados da Rede Cegonha, mostrando a adesão de praticamente 100% dos Municípios brasileiros. A oferta de métodos contraceptivos: hoje todas as mulheres brasileiras que utilizam o SUS têm oferta dos métodos contraceptivos, necessitando avançarmos em alguns métodos, como o próprio DIU e outras ofertas de métodos não hormonais, que são muito importantes também, porque nem todas as mulheres podem usar métodos hormonais. Ofertas de exames para melhorar essa atenção pré-natal e exames de ultrassonografia. Enfim, houve um avanço importante na oferta de métodos, inclusive o exame de eletroforese, que era uma reivindicação muito grande dos movimentos femininos, especialmente do Movimento de Mulheres Negras, no sentido de identificar tão precocemente a anemia falciforme. Então, esse exame hoje é ofertado para toda a rede.

Aqui, eu não vou entrar em detalhes, mas mostrando rapidamente o avanço das metas de qualificação de leitos de UTI neonatal. E aqui, finalizando, questões relacionadas a quais são os nossos grandes desafios, que são fortalecer o trabalho em rede e alterar as práticas de cuidado, tanto ao parto, quanto à atenção neonatal.

Então, nós temos investido muito no sistema, que é o SisPreNatal, que é hoje interligado, em forma de *web*, nos novos exames, ou seja, fazer com que a gestante fique vinculada, saiba onde ela vai ter esse parto, para ela não ficar perambulando, e qualificar essa atenção ao parto e nascimento, garantir o acompanhante de livre escolha. Nós ainda sabemos que isso é um desafio, não são todas as maternidades que permitem, e nós sabemos o quanto isso é importante, nós precisamos mudar essa cultura dentro dos serviços, que faz muito bem, faz bem para a saúde você ter acompanhante de livre escolha da mulher, não importa se é a mãe, a avó, o parceiro, quem ela achar que é a melhor pessoa, com quem ela vai se sentir segura nesse momento.

Por último é o investimento que nós estamos fazendo, muito grande, nas enfermeiras obstétricas, porque nós temos investido muito na questão do Centro de Parto Normal e das Casas de Gestante e Bebê, que são dois dispositivos muito importantes para trabalharmos, melhorarmos esse acesso ao parto normal no País.

Então, eu gostaria de agradecer, Senadora, por esta oportunidade de poder estar aqui falando um pouquinho dos resultados do pacto e também principalmente da continuidade dessas ações que estão sendo feitas atualmente pela Rede Cegonha, junto com todas as secretarias municipais e estaduais de saúde e outros parceiros da sociedade civil também.

Muito obrigada.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Pois não, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Cara Presidente, Senadora Regina Sousa, eu quero cumprimentá-la pela iniciativa desta audiência pública, que trata da redução da mortalidade materna, agradecer a presença dos palestrantes, que já ilustraram muito com o que pude ouvir da Dr. Thereza.

Eu quero dizer que eu sou a filha mais velha de nove, e todos os meus irmãos nasceram com uma parteira, graças a uma parteira, no interior do Rio Grande do Sul, em Lagoa Vermelha. Então, essas figuras são figuras notáveis. E em nenhum caso, houve problema, pelas condições de higiene, mesmo no interior, em que não havia energia elétrica. Com muitas carências que se viviam naquele tempo, mas com as precauções tomadas com a limpeza dos materiais, das tesouras, tudo desinfetado, todos nasceram bem, sem problemas. Então, é uma questão até de condição amorosa. É claro que essa é uma situação daquele tempo.

Hoje, as minhas irmãs, os filhos, uns nasceram de parto com a parteira, mas a maior parte delas nasceram com partos no hospital. Por isso, quero ressaltar exatamente esse esforço de dar proteção à mulher.

E a gente também fica porque está muito ligado, não só à mãe, à mortalidade materna, que é uma coisa grave no País, mas também queria ressaltar aqui – fiquei muito feliz, como mulher, não tenho filhos – que há Senadores homens presentes aqui, assistindo, que é uma forma também de compartilhamento de um problema que interessa a toda sociedade brasileira. Hoje, quando a gente vê, no noticiário aqui em Brasília, que uma mãe tem um filho e joga a criança num cesto de lixo, nos comovemos, mas, sobretudo, com a possibilidade de essa criança ser resgatada e ter uma condição de vida numa adoção. Então, também essa questão da primeira infância, do nascimento da criança, tanto quanto à segurança da mãe por uma boa gestação, segura, amorosa, afetuosa, não só saudável do ponto de vista da saúde, da medicação, da alimentação, do neonatal, mas também à criança, porque muitas mães, às vezes, não podem amamentar, então, é a questão do leite materno, os programas também da nutrição da criança, e isso passa pela nutrição da mãe também.

Queria cumprimentá-la por isso e dizer que ontem, na Câmara dos Deputados – tem a ver porque trata da primeira infância, é o começo; a mortalidade da mulher no parto é relacionada também à questão da primeira infância –, foi aberto o 3º Seminário Internacional sobre o Marco Legal da Primeira Infância. Foi também a 6ª Reunião da Rede Hemisférica de Parlamentares e ex-Parlamentares em Defesa da Primeira Infância na América Latina e no Caribe. Estavam lá várias Deputadas e Deputados, Senadores, também, do México, da Costa Rica, de Honduras, de El Salvador, então, foi realmente muito importante.

E, naquele momento, a reunião foi presidida pelo Deputado Antônio Brito, que é do PTB da Bahia, a Vice-Presidente, a Deputada Cármen Zanotto, que é uma enfermeira muito aplicada, muito dedicada às questões da mulher, e o Secretário da Saúde do meu Estado, João Gabbardo, o que foi solicitado, Senadora Regina Souza – e aí eu peço apoio de Senadores –, é que o Senado acolha o PLC nº 14, que trata de um marco regulatório para primeira infância, então, vêm esses cuidados todos que aqui se complementam com essa política de uma qualidade melhor para a gestante no neonatal, mas também a continuidade da primeira infância.

Lá em Canela, no Rio Grande do Sul, na Serra Gaúcha, há 9 anos se faz a Semana do Bebê, que é também um trabalho muito bem elaborado por um pediatra que inspirou esse processo, e o Deputado Osmar Terra, que é do meu Estado, que tem uma grande vinculação com esse tema, tem participado sempre. Penso que essas iniciativas todas, a cidade faz um desfile do bebê, as mães com seus carrinhos, as crianças. A cidade fica toda enfeitada com berços, com todo tipo de relação, com mamadeiras, chupetas – lá chamamos de bico; a chupeta, lá no Rio Grande do Sul, é bico. Toda dessa agenda relacionada à saúde da mãe na gestação, e também a do bebê.

Queria dizer que espero que nós, aqui no Senado, demos apoio a esse PLC nº 14, que é o marco legal para a primeira infância, que se soma à iniciativa da Senadora Regina Souza.

Cumprimentando, mais uma vez, pelo seu trabalho e pela sua audiência.

Só estou preocupada, Senadora, porque, às 11h, temos uma sessão do Congresso Nacional e, quando aquela sineta soa, temos que sair correndo.

Muito obrigado.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Pela ordem, Srª Presidenta.

Também gostaria, assim como a Senadora Ana Amélia, de continuar aqui até o final para ouvir todos os nossos convidados, mas, infelizmente, ou felizmente, terei que presidir uma audiência pública para instruir um projeto de lei do Senador Paulo Paim que trata da criação do Mês da Poesia, Senadora Ana Amélia.

E queria já lhe parabenizar pela iniciativa de solicitar essa audiência pública para que se possa aqui avaliar os resultados da criação do Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal.

Vemos uma grande movimentação, um grande interesse do Governo Federal, do Ministério da Saúde, com os diversos programas, e aqui queria destacar o Rede Cegonha, que tem sido de fundamental importância para que a gente possa, exercendo essas políticas públicas, em parceria com os Estados e Municípios, reduzir a mortalidade materna e infantil e atingir os objetivos do milênio, que é tão almejado pelo nosso País.

Queria aqui destacar esses programas importantes para que o Ministério da Saúde dê todo esse suporte, essa capacitação, essa orientação na execução das políticas públicas de saúde em nossos Estados e Municípios brasileiros. Sem dúvida nenhuma, é uma meta digna em que todos nós devemos nos empenhar – Poder

Legislativo, Executivo, sociedade civil organizada, os comitês de mortalidade materna, que foram criados em todo o País.

É interessante também que a gente tem aqui números para avaliar, nesses últimos anos, a assinatura desse pacto com os Estados e Municípios. Esperamos ter em mãos, após essa audiência, os resultados concretos dessa assinatura, desse pacto que foi feito por todos os Municípios, todos os Estados brasileiros. É interessante para que nós, Senadores, tenhamos condição de avaliar os resultados, as consequências desse pacto assinado por todo o País.

Temos aqui a presença do Secretário de Saúde do Estado do Piauí, a convite da Senadora Regina, e, obviamente, teremos informações sobre como está funcionando esse pacto no Estado do Piauí; e, no meu Estado de Roraima também, temos esse Comitê Estadual de Prevenção à Mortalidade Materno Infantil e Fetal, que tem funcionado muito bem e temos a grata satisfação de apresentar números muito positivos de redução drástica da mortalidade materna e infantil. É muito bom estarmos aqui discutindo um tema de grande relevância para as nossas mulheres, para as nossas mães e para as nossas crianças.

Quero destacar também o compromisso do Ministro da Saúde, Arthur Chioro, que esteve aqui Comissão de Assuntos Sociais por diversas ocasiões, e tem destacado a prioridade do Ministério da Saúde na redução dos partos cesáreas. Isso passa por uma mudança cultural, uma mudança dos nossos profissionais de saúde para que a gente consiga. O Brasil é campeão em partos cesáreas. E sabemos das consequências de tudo isso, por isso, é muito bom ver o interesse das políticas públicas, exercidas pelo Ministério da Saúde, em parceria com os Estados e Municípios, tentando diminuir essa quantidade abusiva de partos cesáreas em nosso País.

Muito obrigada, Senadora Regina.

Infelizmente, terei que me ausentar para fazer abertura dessa audiência pública que vai discutir a Semana da Poesia em nosso País.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Obrigada, Senadora Angela.

Passamos agora para a Drª Jurema, que é médica e coordenadora geral da ONG Criola. Acho que ela terá muita coisa a nos dizer, principalmente do item que foi apresentada pelas duas expositoras, que é sobre o aumento da mortalidade entre as mulheres negras.

É um fenômeno que precisamos explicar, saber o que está acontecendo e combater veementemente.

Com a palavra, a Drª Jurema.

A SRª JUREMA PINTO WERNECK – Bom dia. Obrigada, Senadora Regina Souza.

Gostaria de parabenizar a Senadora, parabenizar a Comissão, parabenizar o Senado e a Procuradoria da Mulher, por pautar esse tema, que é fundamental. De fato, mortalidade materna no mundo é problema de saúde pública, desde a década de 30 do século XX. Estamos em 2015, já no século XXI, e continuamos debatendo a tragédia que ainda precisa ser enfrentada.

O Brasil não é um país simples, mas também não é um País pequeno, não é um País pobre, não é um País sem recurso, não é um País sem tecnologia, e, ainda assim, a mortalidade materna é uma tragédia que ainda precisa ser enfrentada.

Como tenho dez minutos, trouxe, nesse primeiro eslaide, para relembrar a definição de morte materna, só para lembrar que morte materna direta está vinculada a intervenções, omissões, tratamento incorreto ou uma cadeia de eventos que envolve isso tudo. Repetindo: intervenções, omissões, tratamento incorreto ou uma articulação desses temas.

Como disse, o Brasil não é um País pequeno, não é um País pobre, não é um País sem tecnologia nem sem recurso.

A morte materna é um problema grave e o tipo de morte materna que mais acontece no Brasil é a morte materna direta, como já foi dito aqui, 92% dos casos poderiam ser evitados, estão aí nesse grupo, e eles ocorrem por intervenções, omissões, tratamento incorreto ou uma cadeia de eventos relacionados a isso. Isso é muito grave! Isso é muito grave!

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Drª Jurema, sou seu colega.

Estou achando o índice de 92%... Dentre os casos, como é que é a estatística desses 92%? Só para que eu possa entender.

A SRª JUREMA PINTO WERNECK – Porque as causas diretas...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Dentro dos partos, numa cidade ou num Município ou num Estado?

A SRª JUREMA PINTO WERNECK – É a estatística nacional, 92% das mortes maternas no Brasil poderiam ser evitadas por intervenções adequadas, em tempo, tratamento correto.

É isso mesmo, Senador, é terrível. O senhor, que é profissional de saúde, como eu, vê, é, de fato, isso. E o senhor sabe que parto é uma ação muito simples.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – É. Se o médico não atrapalhar, a criança nasce bem.

A SRª JUREMA PINTO WERNECK – E a estatística está mostrando que o médico está atrapalhando muito, o médico está mais do que atrapalhando, a intervenção médica está sendo iatrogênica, está provocando morte.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Tenho muito respeito pelos obstetras.

A SRª JUREMA PINTO WERNECK – Não sou obstetra.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Não é obstetra? Mas tenho um respeito, mas me chamou a atenção, me chocou como médico.

A SRª JUREMA PINTO WERNECK – E o senhor tem toda a razão.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – É um índice muito alto 92%.

A SRª JUREMA PINTO WERNECK – Inacreditável.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – É extremamente alto.

A SRª JUREMA PINTO WERNECK – Exatamente.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Estou só interrompendo no momento exato em que se está citando a estatística. Não sei, o Conselho Federal de Medicina, os conselhos conhecem essa estatística?

A SRª JUREMA PINTO WERNECK – Todo mundo conhece essa estatística, infelizmente.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Infelizmente.

A SRª JUREMA PINTO WERNECK – E agradeço profundamente o senhor ter sublinhado esse dado, nesse momento, porque, sim, o seu destaque é fundamental. De fato, é incompreensível que uma tecnicidade tão simples provoque tanta tragédia, que a ação do profissional de saúde provoque tanta tragédia.

Não precisava ser assim, não precisa ser assim. É verdade que o profissional de saúde que é iatrogênico não está só. O serviço e o sistema falham em abrir espaço para esse tipo de intervenção inadequada.

Precisa responsabilizar profissionais de saúde? Precisa, mas não só, porque a gestão falha, se o profissional de saúde pode agir dessa forma tão intempestiva, tão equivocada e tão iatrogênica, há responsabilidades partilhadas em diferentes níveis. Sim, é realmente chocante, concordo com o senhor.

Da perspectiva de direitos humanos, há outra forma de classificar a morte materna. Como causas institucionais, que está associada a leis, serviços ou políticas ineficazes; causas socioeconômicas, que não são apenas socioeconômicas, todos os dados mostram que as altas taxas de morte materna entre mulheres negras e mulheres indígenas expõem algo para além das causas econômicas, mas as sociais ligadas ao racismo; e as causas médicas, que seriam aquelas tão afeitas simplesmente à ação profissional.

Aqui é para lembrar a taxa, só para sublinhar, aqui só estou sublinhando, Senadora, o que a senhora destacou: as mulheres negras estão morrendo mais do que todo mundo. Apesar de morte materna ser um problema de saúde pública desde a década de 30 do século XX; apesar de o pacto, assinado em 2004, assinalar a necessidade de atenção específica para mulheres negras e mulheres índias, apesar de tudo o que veio depois, a morte materna segue altíssima em mulheres negras e mulheres índias e parece que não temos soluções à vista.

Novamente sublinhando, 60% dos casos de morte materna são em mulheres negras; 60% dos casos – isso, nacionais, vai variar de Estado por Estado, Município para Município, há casos muito mais graves do que esse, isso é apenas a média.

Queria trazer, Senadores e Senadoras, dois casos exemplares para entender o que se passa, só para entender o que se passa com a morte de mulheres negras no Brasil. São dois casos e dois casos de repercussão nacional, os dois casos aconteceram no meu Estado, no Rio de Janeiro.

Alyne Pimentel e Rafaela de Souza. A Alyne Pimentel da Silva Teixeira morreu em 16 de novembro de 2001, no sexto mês de gravidez. Ela passou mal no sexto mês e foi procurar assistência na cidade onde vivia, Belford Roxo, e foi pessimamente atendida, não foi atendida adequadamente. A situação se complicou. Depois de muita dificuldade, ela foi transferida para a cidade de Nova Iguaçu, onde também foi pessimamente atendida – se é que se pode dizer que ela foi atendida, uma vez que estava nas escadas, foi, nas escadas do Hospital Geral de Nova Iguaçu, que a tragédia aconteceu.

A história da assistência à gravidez de Alyne Pimentel foi cercada de muitas injustiças, muitas falhas, um excesso de falhas. Isso provocou uma mobilização nacional do movimento de mulheres no Rio de Janeiro, movimento de mulheres nacional, em busca de justiça, reparação e investigação de que falha era essa. Como o Estado brasileiro não produziu as ações necessárias para explicar que situação é essa, que falha é essa, que reparação será possível, esse caso foi levado ao Comitê para Eliminação da Discriminação contra a Mulher, das Nações Unidas, em Genebra. E, em Genebra, em 2011, o Brasil recebeu – entre aspas, porque o termo não é esse, mas, na prática, é isso – uma “condenação” desse comitê, em relação ao caso de Alyne Pimentel.

Esse caso foi emblemático e obriga o Estado brasileiro, a União, o Estado do Rio de Janeiro e os Municípios lá no Rio de Janeiro, a tomarem medidas diretas, específicas, para evitar que tragédias de desassistência

desse tipo, desde não ser atendida até ser mal atendida, não ter ambulância, não ter vaga, não ter UTI, não ter nada do que precisa ter e do que pelas portarias e regulações do SUS deve ter, não ter nada do que acontece.

O Estado brasileiro está sendo obrigado a produzir reparações, mas tem sido muito difícil. Nós que somos do movimento de mulheres, sabemos que tem sido muito difícil a resposta adequada do Estado brasileiro, desde a reparação à família, custou muita negociação, muita intervenção, muita mobilização para fazer a reparação financeira à família.

Ela deixou esposo, filhos – o bebê não morreu, ela já tinha uma filha –, deixou mãe, deixou toda a história, ela tinha 26 anos, deixou toda uma vida. A reparação à família, uma dificuldade para fazer. Fizeram uma placa na maternidade para lembrar, para que não se esqueça, mas a principal reparação é garantir que as mulheres não vão morrer no Rio de Janeiro, as mulheres negras e jovens não vão morrer, no Rio de Janeiro, de morte materna. Essa garantia não foi dada até hoje. Não apenas não foi dada, e encontramos agora, em abril, 25 de abril, no Rio de Janeiro, no Município do Rio de Janeiro, Rafaela Cristina Souza Santos morre de parto em uma maternidade exemplar do Município de Rio de Janeiro. Não é conveniada, não é privada, uma maternidade pública, modelo do Rio de Janeiro, atendida por enfermeiras obstétricas.

E, como disse a mãe de Rafaela, ela fez o pré-natal direitinho, não faltou nenhuma vez, sete consultas de pré-natal, morreu de eclâmpsia, de complicações de eclâmpsia.

Rafaela tinha 15 anos. Essa é a foto dela, parece que tem 13. O senhor é médico, Senador, e sabe que essa gravidez já estava em risco desde o princípio. Todo mundo já sabia, não é? Todo mundo já sabia. E como é que Rafaela morreu? Ela tinha 15 – parece 13, mas tinha 15 anos –, uma jovem negra da Zona Oeste do Rio de Janeiro, pobre, de baixa escolaridade, ela era uma gravidez de risco clássica, mas ela morreu numa maternidade modelo do Rio de Janeiro. Por que estou destacando que é uma maternidade modelo do Rio de Janeiro? Porque as medidas que têm sido tomadas são importantes? São, mas não salvam vidas sempre. Falham terrivelmente. A medicina tem sido iatrogênica, a atuação dos médicos obstetras tem sido iatrogênica, tem participado de forma importante nas estatísticas de morte materna? É verdade, mas ela foi atendida por enfermeiras. Então, há alguma coisa que falha. A situação é mais grave e o olhar atento tem que ser mais profundo.

As medidas que têm sido tomadas não são suficientes, porque não há nada que justifique a morte dessa menina saudável de 15 anos, que fez planos, ela e seu companheiro, para receber seu filho, o filho querido, entendeu? Estava tudo preparado para receber e ela morreu de atendimento ruim.

Sete consultas de pré-natal não foram capazes de...

(Interrupção do som.)

A SRª JUREMA PINTO WERNECK – A criança viveu, felizmente. Viveu, mas poderia não ter vivido. Agora vai viver sem a mãe.

O que explica viver numa maternidade exemplar se não muitas falhas para as quais não atentaram e não foram resolvidas?

Aqui eu trago uma ferramenta – porque a Drª Thereza assinalou aqui que um dos principais fatores envolvidos na morte das mulheres e jovens negras no SUS está relacionado ao racismo institucional. Nós já sabemos disso há muito tempo. Nós, da sociedade civil, temos apontado como o racismo é um fator de vulnerabilidade que está associado não apenas às péssimas condições de vida, mas principalmente às péssimas condições de atendimento. As pesquisas de violência obstétrica mostram que as mulheres que mais referem violência obstétrica são as mulheres negras.

Nós já sabíamos disso, há dados sobre isso, há evidências científicas sobre isso, mas não sei se os Senadores e Senadoras repararam que, apesar de o racismo ter sido referido como principal fator de produção de morte materna, ele não foi ligado no que se refere à ação de enfrentamento. O Ministério da Saúde não apontou, nas ações, Thereza, o que está fazendo para impedir que as pessoas morram por causa do racismo. A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra foi aprovada em 2006 e o seu principal objetivo é oferecer ferramentas de impedir que o racismo provoque adoecimento e morte no serviço de saúde. Esse é o principal objetivo.

A Política Nacional de Saúde da População Negra já está no seu segundo plano operativo. Plano operativo, para quem não é da área da gestão de saúde precisa saber, é o planejamento que é feito para que Estados, Municípios e a União combinem, pactuem o que cada um vai fazer. Os dois planos – e o segundo plano se encerra neste ano de 2015 – tinham ações voltadas para a redução da morte materna em mulheres negras. Ainda assim, o Ministério da Saúde, quando fala das ações, não cita que tinha pactuado fazer ações específicas, que eram capacitar trabalhadores da saúde – todos, não são apenas os médicos, mas também e principalmente médicos e médicas – para impedir que o racismo seja um fator de iatrogenia. Os comitês de morte materna têm uma ação voltada para o enfrentamento do racismo. Que se possa ter presença de representantes

da sociedade civil, particularmente das organizações de mulheres negras nos comitês de morte materna para facilitar a compreensão dos envolvidos e envolvidas nas ações necessárias, porque enfrentar o racismo não é simples, não é fácil, e nós, que lutamos contra isso há muito tempo, aprendemos e construímos a ferramenta para fazer e estamos à disposição para ensinar. Quarenta por cento dos Estados tinham de ter trabalhadores de saúde capacitados. E no plano mais recente apontava metas específicas de redução entre mulheres negras, porque não dá para dizer que vamos reduzir tanto para todo mundo, porque reduzir tanto para todo mundo acaba igualando, e quem está morrendo mais continua morrendo mais e fica por isso mesmo. E é assim que a gente segue. Infelizmente, é assim que a gente segue.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Pela ordem, Presidente. Veio na minha mente: qual é a manifestação de racismo nesse caso, Drª Jurema? Conte como acontece, porque é uma coisa muito...

A SRª JUREMA PINTO WERNECK – Eu agradeço, Senadora, porque realmente é muito importante explicar. Vou trazer de volta o caso de Rafaela, que é uma jovem negra, de 15 anos. Ela tinha risco porque era muito jovem; ela tinha risco porque morava na periferia; ela tinha risco porque era negra. E, por ser negra, por duas razões: porque a hipertensão arterial é mais comum em população negra; e a outra razão é porque as pessoas negras recebem menos atenção dos profissionais de saúde, menos exames. É lamentável, e há evidências científicas. Já temos teses de doutorados e pesquisas científicas suficientes demonstrando isso. É terrível, Senadora. É doloroso. É muito difícil.

Menos exames, menos atenção, menos informação. No caso de Rafaela, ela fez sete consultas de pré-natal. Como é que não se detectaram as alterações clínicas que levaram à eclâmpsia no parto? Como não se detectou? Porque não se fez o mínimo. Isso é rotina...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – A senhora acha que se fosse uma jovem branca, na mesma situação, não teria acontecido?

A SRª JUREMA PINTO WERNECK – A questão não é só o que eu acho. As pesquisas demonstram isso, infelizmente. Há uma pesquisa de muitos anos atrás, em que o Rio de Janeiro, há cerca de 20 anos, tinha altas taxas de mortalidade neonatal incompreensíveis. A Assembleia Legislativa convocou uma CPI para investigar, e essa CPI encomendou à Fiocruz uma pesquisa na rede para saber por que a taxa de mortalidade neonatal era tão alta. A Fiocruz investigou 15 mil partos nas maternidades do Rio de Janeiro, e essa pesquisa, coordenada pela enfermeira, Drª Maria do Carmo Leal, demonstrou exatamente isto: a negligência na atenção às mulheres negras, desde a porta de entrada até a informação básica, até colocar o estetoscópio de Pinard, até medir a pressão, até dar informação, dizer como acontece o parto, pequenas coisas que salvariam vida.

É lamentável, é terrível, é doloroso, é inaceitável! Racismo é crime. Século XXI e acontece. E acontece nas pequenas coisas, Senadoras. Acontece também nesse momento em que todo mundo sabe disso, inclusive o Ministério da Saúde e não apresentam uma medida objetiva para coibir...

(Soa a campanha.)

A SRª JUREMA PINTO WERNECK – Eu vou correr porque, de fato, tenho de terminar. Aqui é para lembrar que há uma série de medidas que se referem a direitos humanos, direito à saúde, direito a SUS, direito à maternidade saudável. Há uma série de medidas que já são conhecidas para reduzir a mortalidade materna, e enfrentamento à iniquidade de gênero, raça, classe, região e outras, mas, basicamente, enfrentamento ao racismo.

Algumas ações são necessárias. É preciso que as informações desagregadas segundo raça, cor e etnia sejam não só produzidas, mas usadas. Não usadas para citar nas audiências públicas ou quando perguntado, mas usadas como informação para a política, porque as estatísticas estão aí. A informação para a saúde, Senador, é a base. A epidemiologia é fundamental para a definição de ações. Então, precisa usar isso. E não é possível que haja tanto registro de ignorado ainda nos formulários. É inaceitável. Ignorado não existe, principalmente quando sabemos que o ignorado é apenas a omissão da cor negra. São pretas e pardas que estão sendo ignoradas. As brancas, eles notificam. Aquilo que uma pesquisa de um doutorado de São Paulo, Luís Eduardo Batista, chamou de “ideologia dos dados”. Branqueiam a pesquisa e não querem dizer que a negligência está relacionada ao racismo, então, escamoteiam que aquela mulher ali era preta ou parda.

É preciso definir metas diferenciadas e tentar alcançá-las, porque as metas diferenciadas foram definidas no plano operativo da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra para esse período e não se buscou alcançá-las.

A Senadora que saiu disse que esperava que a gente alcançasse a Meta do Milênio. Não se vai alcançar basicamente por isto: porque não se fizeram metas diferenciadas para a redução de morte entre mulheres negras. Não se fez, não se alcança. O pacto que foi construído para isso foi jogado no lixo.

(Soa a campanha.)

A SRª JUREMA PINTO WERNECK – É preciso classificar o risco segundo raça, cor e etnia. Por quê? Já se sabe que uma negra e uma índia, na porta do serviço, estão mais vulneráveis por essas razões todas que falei, então, elas precisam ser mais observadas, mais cuidadas. É urgente isso. Isso é básico, e não se faz.

É preciso publicizar os relatórios e ações dos comitês. Eu dou o exemplo do Rio de Janeiro. O comitê de morte materna é uma coisa meio secreta, é muito interno, muito burocrático, muito para dentro, como se a sociedade e a família das pessoas não tivessem direito de saber o que acontece. Os relatórios não são para ninguém, são só internos. Então, o malfeito fica ali mesmo. Eles combinam internamente o jogo. Mas isso é uma situação de obrigação de notificar a sociedade, a população e as famílias envolvidas.

É preciso comunicação adequada com a população, informação para a saúde. Lá no Rio de Janeiro, a gente tem uma propaganda infame da cegonha carioca, que é um homem fantasiado de cegonha. Gastam-se dinheiros absurdos para fazer uma palhaçada na televisão, quando se podia informar adequadamente para a saúde das pessoas. As mulheres veem televisão, os homens veem televisão, as crianças veem televisão. Em vez de verem aquela palhaçada da cegonha carioca, que é uma piadinha sem graça, podiam ter informação coerente e consistente para ajudar a salvar a vida e não se faz.

Eu queria destacar também que é preciso haver medidas coercitivas e punitivas. É preciso impedir que o racismo corra solto no sistema de saúde, porque isso, como a Senadora falou, é inaceitável. E racismo é crime. Então, precisa fazer isso. É basicamente isso.

Eu peço desculpas. Há uma série de medidas que podem ser desenvolvidas, como eu disse, a sociedade civil negra, o movimento negro, o movimento de mulheres negras já têm tecnologia suficiente para informar, têm feito isso o tempo todo e de graça. Não é de graça porque não quer cobrar. Não é de graça porque nós temos o compromisso de salvar nossas vidas, mas as secretarias municipais e estaduais, e mesmo Governo Federal, tendem a ignorar essas tecnologias que a gente oferta, e os dados seguem do jeito que são.

É basicamente isso. E lembrar que o direito à vida, o fim do racismo está na Constituição. A morte das mulheres é uma forma de rasgar essa Constituição. A orfandade dessas crianças é uma forma de rasgar essa Constituição. A tragédia que se instala nas famílias e na comunidade é uma forma de rasgar essa Constituição. Então, é preciso preservar. E dizer que, em novembro, nós, mulheres negras, viremos ao Senado. Esperamos, torcemos, mas gostaríamos de ouvir também do Senado boas notícias em relação à ação, à prevenção da morte materna em mulheres negras, porque o Governo Federal, os governos estaduais e municipais não estão fazendo sozinhos o que precisa ser feito. Acho que o Senado Federal e a Procuradoria da Mulher e outros setores aqui do Senado têm um papel importante para nos ajudar nessa luta, porque, sozinhos, eles não conseguem.

Obrigada. (*Palmas.*)

Desculpe, Senador, antes de o senhor falar, queria lembrar que eu que trouxe aqui um relatório, Senadora Regina Sousa, feito sobre a morte de Alyne Pimentel. A relatoria de direitos humanos, com apoio do UNFPA, publicou esse relatório que traz um pouco em detalhes o caso Alyne, mas não só o caso Alyne. Nós também fizemos visitas no ano passado, posteriores, para ver o cumprimento das medidas. Aqui traz informações e eu gostaria, se possível, se o senhor autorizasse – a UNFPA cedeu algumas cópias –, de distribuir aqui para os Senadores, por favor.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Regina, por favor.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Só um instante, Senador, já passo a palavra ao senhor. Eu queria só dizer que o nosso Presidente está aqui e gostaria de convidá-lo a presidir, se assim ele desejar.

O SR. EDISON LOBÃO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – V. Exª está presidindo melhor do que eu. Prossiga.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Duas coisas. Nós fazemos um monte de coisas ao mesmo tempo aqui, mas eu não gostaria de sair sem, pelo menos, uma forma de encaminhamento. Acho que esta audiência pública teria que terminar com um encaminhamento. Eu gostaria de ir junto com a Senadora Regina, com o nosso Presidente, com os membros aqui, e principalmente convidando a Drª Jurema, tivéssemos uma conversa com o Ministro da Saúde, o Arthur Chioro, em função desse número de 92% de mortes evitáveis. Para quem, como eu, tem uma formação médica – até pelo respeito que eu tenho aos médicos, eu não me considero mais médico, porque estou há muito tempo sem exercer. Sempre que eu falo isso, eu me lembro de que tenho uma filha médica que fala: “Pai, você não fale mais nada de Medicina, porque você não entende mais nada.” Então, eu sou muito bem avisado na minha casa.

Mas para levar ao Ministro e pedir uma explicação sobre isso. Eu não posso entender. Durante a minha formação, eu nunca percebi isso, Jurema, nunca percebi um colega médico ter algum tipo de negligência porque sua paciente era negra. Eu, realmente, estou chocado com os números, primeiro com os 92%, a estatística

nacional de mortes que poderiam ser evitadas em se tratando das mães. E, agora, esse seu depoimento, que é chocante, uma coisa que chama a atenção. Acho que essa Comissão não pode ignorar isso.

Nós temos que chamar o Ministro Chioro e dizer que isso foi colocado numa audiência pública com a presença da Thereza, que representa o Ministério da Saúde. Quando chegar novembro e vier a Marcha Negra, temos que ter uma resposta para isso, ou pelo menos as providências que foram tomadas.

Acho que, em respeito à Senadora Regina, apenas como contribuição, no sentido de ajudar no encaminhamento.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Obrigada, Senador.

A gente aceita e incorpora a sugestão. Inclusive, a nossa Procuradora da Mulher está aqui presente, Senadora Vanessa, e a gente pode incorporar essa visita ao Ministério da Saúde para tratar especificamente dessa questão. Acho importante incorporar a sugestão do Senador.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Sem dúvida nenhuma, Senadora Regina. Só quero recordar – não sei se a senhora estava presente – de que tivemos uma reunião recente com o Ministro Chioro com a Bancada feminina, em que tratamos do tema também.

Acho que seria importante darmos continuidade através desta Comissão de Assuntos Sociais e Saúde. É algo fenomenal. E eu me recordo de que, na exposição do Ministro, ele dizia ainda... Porque quem aplica a política de saúde são os Estados e Municípios. Então, talvez, necessitaríamos, Senador Moka, quando formos ao Ministro, chamar o presidente do CONASS e do CONASEMS. Seria muito importante. Sentimos falta disso quando da conversa com o Ministro. Acho que poderíamos avançar nesse aspecto, para não ficar, pura e simplesmente, repetindo o diálogo com ele. Ir ao Ministro na presença dos representantes dos secretários estaduais e municipais de saúde para tratar desse tema, que, como V. Exª diz, acho que é muito da gestão, até mais do que falta de recursos ou de qualquer outra questão.

Perfeito. Eu concordo.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Para mim, não há nada que justifique esse número, e concordo que os Estados e Municípios devam participar, mas a responsabilidade é, sem dúvida nenhuma, do Ministério da Saúde – não tenho a menor dúvida disso.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Obrigada, Senador.

Agora, vamos ouvir exatamente quem executa políticas do Ministério da Saúde, que é o nosso Secretário da Saúde do Piauí, Dr. Francisco Costa.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA COSTA – Bom dia. Saúdo aqui a Senadora Regina Sousa, na pessoa de quem estendo o abraço aos demais participantes desta audiência.

Vamos aqui falar um pouco do que foi contextualizado, de forma abrangente, o contexto nacional, e fazer uma panorâmica também envolvendo o Estado do Piauí e como estamos buscando alcançar essas metas no nosso Estado.

O Estado do Piauí tem 224 Municípios, em que há, aproximadamente, 3,2 milhões habitantes. Tratando especificamente desse objetivo de melhorar a saúde da gestante, o que já foi considerado, a proposta era até 2015 reduzir em três quartos a taxa de mortalidade materna. Infelizmente, caminha-se para não se conseguir esse objetivo. No entanto, estamos em processo de declínio em relação a essa razão.

Fazendo só um comparativo aqui, considerando o Brasil e o Nordeste, nesse contexto, podemos observar que o Estado do Piauí se manteve por muito tempo com um índice muito elevado em relação à razão de mortalidade materna, mas com um predominante declínio, principalmente nos últimos anos. Temos dados preliminares de 2014 que ainda não estão disponibilizados e consolidados no DATASUS, mas temos uma queda significativa já agora neste último ano. E, à frente, a gente considera o que foi mais importante para gerar essa situação.

Temos essa tendência já a partir de 2008, em que há uma queda de 8,3%, com uma redução de praticamente 49%. A gente considera as intervenções importantes que foram feitas para buscar principalmente essa redução a qualificação dos recursos humanos na assistência ao pré-natal, importantíssimo.

A adoção nas maternidades do acolhimento da gestante com a classificação de risco adequada para que tenha uma assistência correta. A aquisição de equipamentos distribuídos nas redes das unidades para dar maior suporte à assistência. A ampliação de exames laboratoriais, tanto nos centros maternos, mas também na própria atenção básica com a ampliação dos serviços da Estratégia de Saúde da Família. E aqui quero destacar de uma forma bem evidente a política que vem, desde 2011, da Rede Cegonha. No Estado do Piauí que tem uma efetividade da aplicação da Rede Cegonha com um foco muito voltado já para a implantação de centro de parto normal, onde já temos centro de parto normal funcionando na capital e já em construção em várias cidades do interior do Estado, com esse foco de ter uma assistência com esse olhar mais humanizado, com

essa observância da importância do papel que tem a enfermeira obstetra nesse contexto de atenção ao parto, a própria organização do serviço, a facilidade, a ampliação do acesso à população.

Queria aqui destacar que o percentual de crianças nascidas vivas por número de consultas pré-natal no Estado tem crescido de uma forma significativa. Aqui colocamos um comparativo: em 1995 era o que o Ministério considera como ideal um mínimo de seis consultas no pré-natal para que isso contribua de forma importante nessa assistência durante esse período que antecede o parto, em que saímos de 18,7% a uma assistência agora, em 2014, de 54,9% com a meta que queremos chegar, em 2015, de 65%. Esse incremento de 1995 a 2014 de assistência pré-natal foi de 193,5%, que se conseguiu. A gente tem essa pactuação de chegar a 65% ainda no ano de 2015.

Destacar aqui as ações que estão sendo feitas, além da qualificação em parceria com os Municípios em assistência pré-natal, o acompanhamento sexual e reprodutivo também através das escolas, como já foi colocado um acolhimento com uma classificação de risco, mas de uma forma importante essa vigilância do óbito materno e de mulher em idade fértil, a coleta de exames de rotina, que era muito precária na atenção básica e que hoje facilita o acesso das gestantes principalmente no que diz respeito às sorologias também para as viroses, dentre elas, também destacar o HIV. E a implantação do SisPreNatal, que tem um papel importantíssimo nesse acompanhamento, nesse monitoramento e facilita inclusive o levantamento desses dados para tomada de decisões.

Eu queria destacar aqui também que o percentual de crianças nascidas segundo a faixa etária da mãe, o Estado do Piauí – como é uma tendência do País – cresce, caminha para uma diminuição dos partos nas mulheres na faixa etária da adolescência entre 10 e 19 anos. No comparativo de 1995, a gente observa esse declínio e um acréscimo nas mulheres já na fase adulta. Isso contribui, de certa forma, para diminuir o risco de mortalidade.

Queria destacar que a ampliação do acesso aos métodos contraceptivos tem contribuído; essa parceria ou expansão através do programa Saúde na Escola também tem sido importante para divulgar essa conscientização na fase da adolescência para evitarmos essa gravidez.

Queria aqui também aproveitar e fazer um contraponto com esse outro objetivo de reduzir a mortalidade da infância. A meta era de dois terços até 2015 e, até que não foi difícil no Brasil de alcançar, mas só para contextualizar o Estado do Piauí em relação ao Brasil caminha para uma proximidade em relação ao Nordeste, em relação a essa faixa etária de menores de cinco anos, o Estado do Piauí atualmente com 17,5%, dados preliminares de 2014.

Fazer aqui uma evidência para poder justificar a priorização dessa faixa etária, a gente dividindo a proporcionalidade entre onde tem a maior incidência da mortalidade entre menores de um ano e entre um ano e menores que cinco, percebemos que predominantemente a mortalidade ocorre infantil ocorre mesmo em menores de um ano com 85% da predominância para, daí, a gente poder destacar mais a mortalidade infantil, colocando que o componente precoce é o mais frequente – o neonatal precoce só para destacar é aquele que acontece de zero até sete dias de nascido; o tardio é aquele que acontece de oitavo ao vigésimo oitavo e o pós-natal após esse período até um ano de vida.

Esse é um comparativo do Estado do Piauí, uma proximidade muito grande com os dados estatísticos do Nordeste.

Eu queria colocar essa evidência de que, entre a mortalidade infantil propriamente dita, a predominância, como a gente já destacou, acontece no neonatal precoce. Se vocês observarem 56,5%, em 2014, aconteceu até os sete dias de vida do neonato e observando, em segundo lugar, o pós-natal, que é o que acontece após o primeiro mês de vida da criança.

Esse é o perfil aproximadamente do que está acontecendo em nosso Estado.

De uma maneira em geral, destacar que a mortalidade infantil, por essa linha amarela, vocês podem perceber, está em declínio no Estado do Piauí com dados preliminares de 2014. Não foi possível aparecer ali, mas é 15,4%, observando o declínio mesmo o que destaquei que o neonatal precoce é o componente de maior incidência, mas está em declínio também significativo no nosso Estado. Isso a gente pontua principalmente por ampliação de leitos de UTI neonatal, ampliação dos cuidados que estão sendo feitos também nas maternidades de referência.

A gente quer dar um destaque de que a cobertura que hoje é de 98% da Estratégia de Saúde da Família tem um papel fundamental, o próprio programa Mais Médicos foi preponderante porque, por sua vez, ampliou no nosso Estado. São mais de 300 profissionais que chegaram e isso facilitou o acesso de muitas gestantes que não conseguiam acompanhamento médico no seu pré-natal de uma forma adequada.

O programa Bolsa Família destaco não só pelo incremento de renda, mas pela forma de obrigatoriedade que tem pelo programa da necessidade do monitoramento da família com os agentes de saúde. Isso leva a um acompanhamento mais próximo, contribui sem sombra de dúvida para isso.

Destacar algumas estratégias importantes como a Amamenta e Alimenta Brasil, a mulher trabalhadora que amamenta tem um papel importante; a iniciativa o Hospital Amigo da Criança também contribuiu muito nesse papel; a divulgação desse trabalho como a Semana Mundial de Amamentação e o Dia Mundial de Doação do Leite Humano; campanhas como essas que têm buscado sensibilizar e motivar; a implantação, como já destaquei, da Rede Cegonha tem influenciado tanto na redução da morte materna, como também da mortalidade infantil; o Comitê Estadual de Prevenção tanto do óbito materno-infantil muito efetivo no nosso Estado voltado sempre também a essa preocupação da educação permanente com a capacitação na assistência e reanimação neonatal nas várias aqui – as AIDIP neonatal – também têm se configurado como estratégias dessa forma.

No Estado do Piauí, a maternidade Evangelina Rosa, mesmo com suas limitações estruturais, mas é um Estado de referência para o Brasil também pela utilização do método Canguru lá na nossa maternidade de alta complexidade; a implantação e implementação de uma maneira mais efetiva do Programa Nacional de Triagem Neonatal e o Programa de Suplementação de Vitaminas, ampliação e melhoria da cobertura vacinal.

Eram essas as considerações que queria fazer e o Estado pede para fortalecer essa política, está estruturando, no interior do Estado, polos em que tenhamos, na parte assistencial, um cuidado para apresentar mais três centros no interior do Estado para atender o alto risco para que tenhamos lá assistência obstétrica adequada, mas também neonatal, estamos já construindo UTI e o CI neonatal com esse olhar para fazer isso, além da capital do Estado como a nova maternidade de alto risco mas com um olhar muito voltado.

Temos um trabalho muito forte com a ABENFO, numa parceria incentivando a formação de enfermeiros obstetras, buscando levar esses profissionais às pequenas cidades para que, além de garantir o direito de nascer na sua terra, também ter condições de uma assistência adequada na hora do parto e diminuir o que muitas vezes acontece, na maioria das cidades pequenas: ambulancioterapia em que o profissional, as mulheres deixam de ter seu parto em uma unidade municipal e acabam tendo esse parto no trajeto até chegar a uma maternidade de referência, o que pode gerar várias complicações.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Obrigada, Dr. Francisco, a gente tem um tempo meio limitado por conta da sessão do Congresso, mas ainda há tempo para se fazer algum debate e saber se algum Senador quer usar da palavra.

O SR. EDISON LOBÃO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Só para cumprimentar V. Exª pela iniciativa desta reunião que foi, sem dúvida, essencialmente útil para o conhecimento daquilo que muitas vezes nós não nos apercebemos.

Os expositores desceram a fundo na questão que é de fundamental importância para o Brasil. Creio que reuniões dessa natureza, e a Comissão de Assuntos Sociais tem a responsabilidade de verdadeiramente cuidar disso, nos acordam para questões essenciais que, até então, ficavam em estado letárgico sem o conhecimento do Senado brasileiro.

Eu agradeço a presença das senhoras e do Sr. Secretário do Piauí – eu sou maranhense, mas morei no Piauí durante muitos anos –, agradeço a vinda aqui e a exposição que fizeram, marcada pelo conhecimento pessoal dessas questões de magna importância para a sociedade brasileira. E a Presidente que exerceu a função no meu lugar, generosamente, indulgentemente e é autora da convocação desta reunião.

A ela os meus cumprimentos e agradecimentos.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Obrigada, Senador.

Eu vou fazer uma consideração e, depois, passar para a mesa três minutos para suas considerações finais para podermos ir ao Congresso.

Queria dizer que eu nasci pelas mãos de uma parteira que, não por acaso, era minha avó. Minha avó, na minha região, na cidade de União, perto de Teresina, por 50 anos de sua vida foi parteira. É difícil ter alguém com mais de 40 anos na região que não tenha passado pelas mãos dela. O pessoal chegava de madrugada na casa, com cavalo para levá-la e dizia: “Fulana está com dor, é para a senhora ir pegar o menino”. Pegar o menino, fazer o parto. Ela deixou quando morreu a primeira mulher na mão dela. Ela fez milhares de partos, mas, quando morreu a primeira mulher, ficou meio nervosa e já estava com idade avançada também e não quis mais fazer partos.

Espantou-me, deixou-me chocada a história... Da mesma forma que o racismo é imperceptível, é suave, chocou-me a questão da mortalidade da mulher negra. Não me chocou nem a questão da morte evitável, porque a gente sabe que existe e que pode ser evitada, mas a questão da crescente mortalidade da mulher negra me deixou chocada e merece realmente uma ação nossa, como Senadores, e o Senador sugeriu inclusive. Vamos pegar todas as sugestões que houver porque a gente sabe que o racismo é suave, é a forma de expressar.

Como ela falou, a partir da chegada na recepção, pode até ser que ela nem chegue ao médico, já é mal recebida por conta da cor e nem vai adiante. Por isso que ele diz: “Me espanta, não percebo nos meus colegas”. Pode ser que nem chegue aos médicos, mas a gente também está numa Comissão de combate à violência

contra a mulher e, nessa Comissão, a gente também considera a violência obstétrica e já fez uma audiência pública sobre essa situação de não deixar uma pessoa da família ficar com ela: “Ah, não tem lugar”. Tem que ficar nem que seja em pé, segurando na mão, enquanto ela está esperando. As piadinhas que dizem enquanto a mulher está gritando de dor, isso é violência também e por aí vai.

Então, a gente está considerando na avaliação de um combate à violência – sou a Relatora e vou apresentar o relatório no começo do ano que vem – e a gente considera a violência obstétrica como também uma forma de violência contra a mulher e vamos considerar também a questão da negritude, porque não é possível o racismo institucional como uma violência.

Eu acho que foi oportuna esta audiência e, como ele disse, não é para culpar ninguém, é para a gente ir descobrindo os problemas porque, às vezes, não percebe e buscar soluções conjuntamente.

A gente passa agora três minutos para cada um fazer as suas considerações começando pela Rurany, da SPM.

A SRª RURANY ESTER SILVA – Quero agradecer mais uma vez e dizer que a SPM tem trabalhado em conjunto com o Ministério da Saúde buscando formas de vencer, superar e diminuir as mortes maternas.

Temos trabalhado também um pouco a questão da violência obstétrica, vamos implantar e capacitar o pessoal do 180 para atender a essas denúncias que chegam ao 180. Temos trabalhado com os organismos de políticas para mulheres dos Estados e dos Municípios no sentido de acompanharem a implementação da política de Atenção Integral à Saúde da Mulher, e dar um foco à morte materna e trabalhando com ele a questão do racismo institucional para que possam monitorar localmente e ver a qualidade e atenção dispensada às mulheres no seu Município, no seu Estado, como um controle social, mesmo sendo Governo, mas que trabalhe com a sociedade como um todo e as mulheres para ampliar o controle social localmente nos hospitais, nas maternidades e nas unidades de saúde.

A SPM se coloca à disposição para qualquer outra medida e temos trabalhado muito e buscado formas de, junto ao Ministério da Saúde, superar essas mortes maternas.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Muito obrigada Drª Rurany. Agora, Thereza, do Ministério da Saúde.

A SRª THEREZA DE LAMARE FRANCO NETTO – Obrigada, Senadora, agradecendo mais uma vez esse convite e cumprimentá-la também por essa iniciativa.

Quero só chamar atenção para algumas iniciativas em relação à apresentação que fizemos de dados de morte materna, chamando atenção para a questão do racismo e das mulheres negras. Em 2005, até mesmo quando a Jurema coloca a questão da política nacional da população negra, que foi uma iniciativa muito importante do Ministério da Saúde.

Essa questão da atenção às mulheres negras gestantes e tratando isso como uma questão de violência institucional, foi lançada essa cartilha pequena, porém muito importante, de orientação aos gestores em relação a como que o SUS pode acolher e atender com qualidade às gestantes e aos recém-nascidos negros.

Eu acho que é reforçar essas ações, chamar a atenção em relação a essas questões da mesma forma em que a gente colocou da mudança da prática do modelo de atenção. Penso que isso tudo está relacionado à qualidade da atenção que os profissionais de saúde dessem atenção ao parto e nascimento no País, que isso de fato seja uma grande mobilização em que o Senado possa contribuir, em seus Estados, nas suas regiões e fazer com que, de fato, essa mobilização com a sociedade civil, com a sociedade científica, com os governos estaduais e municipais possa avançar para reduzir a morte materna no País e a morte neonatal.

Do ponto de vista do Ministério da Saúde, todas as ações para avançar na redução da morte materna temos feito as ações, obviamente, avançando cada vez mais para que a gente possa cumprir os nossos objetivos do milênio.

Obrigada, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigada, Drª Thereza. Agora, a Drª Jurema.

A SRª JUREMA PINTO WERNECK – Eu também parabeno a todas Senadoras e aos Senadores, a Comissão, a Senadora Regina Sousa, a Procuradoria da Mulher por acolher esse tema, por levá-lo adiante, por fazer as articulações necessárias, por permitir a nossa presença aqui também.

Eu queria chamar a atenção que essa cartilha de 2005 incorporou muito das formulações nossas, do nosso trabalho, mas essa cartilha tem dez anos. A sensação que eu tenho é de que pouca gente leu, pelos resultados. Acho que se precisa de um pouco mais do que uma cartilha, não é? Na verdade, precisa-se de muito mais do que de uma cartilha. Eu conheço essa cartilha, reconheço inclusive frases dessa cartilha. Então, eu acho que

a gente precisa de muito mais, e o muito mais já está definido, já há políticas específicas, já há tecnologias. O que não está no SUS está na sociedade civil e no movimento social.

Eu reafirmo que o Senado Federal tem uma participação importante nisso, é fundamental para auxiliar a gestão do SUS a compreender os passos que precisam ser dados. É preciso recomendar veementemente ao Ministério da Saúde que, de fato, incorpore na Política de Saúde Integral de Atenção à Saúde da Mulher as ações de combate ao racismo e a Política de Saúde Integral da População Negra. No monitoramento do e-Car em relação à política nessa área, na área técnica da saúde da mulher, não consta nenhuma ação feita, nenhuma ação em relação à Política de Saúde Integral da População Negra. Não há nada no PPA, ou seja, a área técnica de saúde da mulher está ignorando veementemente a política que visa oferecer instrumentos efetivos para além dessa cartilha para poder agir. Olha que a política não é perfeita.

Então, eu recomendo veementemente ao Senado, se posso, que auxilie o Ministério da Saúde a cumprir, com destaque. A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra foi inserida no corpo de uma lei aqui, no Congresso Nacional.

(Soa a campanha.)

A SRª JUREMA PINTO WERNECK – Então, não é apenas auxiliar tecnicamente, mas auxiliar o Ministério da Saúde a cumprir a Lei nº 12.288, de 2010, que garante a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, que significa enfrentar o racismo e enfrentar o racismo institucional no SUS.

É isso. Mais uma vez, muito obrigada. Sinto-me de estar podendo participar aqui deste diálogo.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Obrigada, Drª Jurema.

Passo a palavra ao Dr. Francisco Costa, Secretário de Saúde do Piauí.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA COSTA – Minhas saudações. Agradeço a oportunidade de apresentar a contextualização do Estado do Piauí, mas também coloco uma preocupação que temos em relação a essas duas problemáticas que foram aqui colocadas, que eu destaco.

A política que já tem sido abraçada pelo Ministro da Saúde, mas que precisa ser realmente colocada como prioridade, que é a questão do combate ao parto cesáreo, em que essas estatísticas são assustadoras e crescentes. No Estado do Piauí não é diferente; praticamente 52% dos partos que acontecem no Estado são partos cesáreos. É um índice preocupante, alarmante, e tem que se buscar uma forma mais efetiva. O grande alavancador desse número para o Estado do Piauí é iniciativa privada, que tem esse perfil com um discurso mais voltado, até mesmo, que se observa, de praticidade na preocupação que a maioria dos profissionais não têm de partear, e a velocidade com que se faz um parto cesariano acaba sendo mais lucrativo. É o que se pode perceber. Então, isso que tem que ser efetivamente combatido.

Saio daqui muito sensibilizado com a fala da Drª Jurema, porque a gente, mesmo como gestores, conhecendo a problemática, muitas vezes, não consegue perceber a importância que tem que ser dada a determinados indicadores. Então, em relação a essa política, de forma específica, aqui é defendida, para se buscar a redução da mortalidade materna, com enfoque às mulheres, que são realmente o público mais vitimado, eu concordo, tem que ser priorizado nesse olhar, para que possamos, efetivamente, assim, conseguir baixar esse índice, que ainda é muito alto, que o Brasil ainda não conseguiu atender ao que foi pactuado do objetivo.

Então, agradeço à Senadora Regina Sousa pela oportunidade. Parabênzulo pela iniciativa de estar abraçando esse tema como uma prioridade, colocando em discussão para que assim possamos avançar e alcançar o que é o desejo de todos nós aqui, que é essa redução dessas taxas.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Obrigada, Dr. Francisco.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Obrigada aos participantes.

(Iniciada às 9 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 14 minutos.)

ATA DA 16ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 08 DE JULHO DE 2015, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e trinta e sete minutos, do dia oito de julho de dois mil e quinze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador EDISON LOBÃO, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Rocha, Paulo Paim, João Alberto Souza, Waldemir Moka, Dário Berger, Otto Alencar, Flexa Ribeiro, Roberto Rocha, Elmano Férrer, José Pimentel e das Senadoras Regina Sousa, Ana Amélia, Maria do Carmo Alves, Lídice da Mata, Gleisi Hoffmann e Vanessa Grazziotin. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião

propondo a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente Reunião destina-se à discussão e à votação das Emendas da Comissão de Assuntos Sociais ao PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 1, de 2015 (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – PLDO 2016), que *“dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016 e dá outras providências.”* Autoria: Presidência da República. Relatoria das Emendas na CAS: Senadora Gleisi Hoffmann. Resultado: Aprovadas 12 (doze) Emendas da Comissão de Assuntos Sociais ao PLDO 2016, sendo 03 (três) Emendas de Inclusão de Meta e 09 (nove) Emendas ao Texto da Lei, a serem apresentadas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Emendas de Inclusão de Meta: Emenda nº 1–CAS – 2A60 – 3.680 – Serviço de Proteção Social Básica. Emenda nº 2–CAS – 8535 – 1.500 – Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde. Emenda nº 3–CAS – 8581 – 5.500 – Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde. Emendas ao Texto da Lei: Emenda nº 4–CAS – Aditiva – Anexo III – Item 63. Iniciativa: Senadora Angela Portela; Emenda nº 5–CAS – Substitutiva – Corpo da Lei – Artigo 89. Iniciativa: Senadora Angela Portela; Emenda nº 6–CAS – Aditiva – Corpo da Lei – Artigo 35. Iniciativa: Senador Paulo Paim; Emenda nº 7–CAS – Aditiva – Corpo da Lei – Artigo 35. Iniciativa: Senador Paulo Paim; Emenda nº 8–CAS – Aditiva – Corpo da Lei – Artigo 35. Iniciativa: Senador Paulo Paim; Emenda nº 9–CAS – Modificativa – Corpo da Lei – Artigo 11, inciso V. Iniciativa: Senador Flexa Ribeiro; Emenda nº 10–CAS – Aditiva – Corpo da Lei – Artigo 35. Iniciativa: Senador Flexa Ribeiro; Emenda nº 11–CAS – Aditiva – Corpo da Lei – Artigo 35. Iniciativa: Senador Flexa Ribeiro; Emenda nº 12–CAS – Aditiva – Anexo III – Item 63. Iniciativa: Senadora Vanessa Grazziotin. Usam da palavra os Senadores Waldemir Moka, Paulo Paim e as Senadoras Ana Amélia e Gleisi Hoffmann, Relatora das Emendas na Comissão de Assuntos Sociais. O Senhor Presidente, Senador Edison Lobão, submete aos membros a dispensa da leitura e a aprovação da Ata desta 16ª Reunião (Extraordinária), que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às nove horas e cinquenta e três minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Edison Lobão, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Edison Lobão**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião destina-se à discussão e votação das emendas desta Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016, Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 1, de 2015.

Foram recebidas 152 emendas, sendo 116 de inclusão de metas e 36 de emendas ao texto da lei.

A votação será simbólica.

Concedo a palavra à Senadora Gleisi Hoffmann para proferir a leitura de seu relatório.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia, Senadores e Senadoras que integram esta Comissão.

Vou proceder à leitura do relatório e parecer em relação às emendas que foram apresentadas ao Projeto de Lei nº 1, de 2015, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2016.

Conforme o disposto no art. 166 da Constituição Federal e nos termos da Resolução nº 1, do Congresso Nacional, encontra-se em tramitação, no Congresso Nacional, o Projeto de Lei nº 1, de 2015-CN, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2016. A futura Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016 orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual, compreenderá as metas e prioridades para a Administração Pública federal, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

A fim de oferecer o devido tratamento a esses temas, o Projeto da LDO é integrado pelo texto propriamente dito e por seis documentos anexos, os quais visam: relacionar tanto os demonstrativos quanto as informações que devem integrar o projeto de lei orçamentária de 2016; fixar as metas fiscais para o exercício de 2016; relacionar as despesas isentas de eventual limitação de empenho e movimentação financeira; evidenciar os riscos fiscais para os exercícios vindouros; e explicitar os objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial.

De acordo com as normas de tramitação do PLDO 2016, cujos fundamentos são lançados pela já citada Resolução nº 1, de 2006-CN, e pelo Parecer Preliminar da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e

Fiscalização (CMO), disciplinado nos arts. 85 e 86 da referida Resolução, a CAS tem competência para propor emendas ao projeto, devendo fazê-lo na condição de autor de emenda coletiva.

As emendas passíveis de serem apresentadas pelas comissões permanentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados são de dois tipos: emendas de texto e emendas de inclusão de meta. Quanto às emendas de texto, nos termos do item 2.1.3 da Parte Especial do Parecer Preliminar da CMO, são passíveis de emenda o texto principal do PLDO, a relação dos quadros orçamentários e das informações complementares que devem acompanhar o projeto de lei orçamentária de 2016, o anexo de metas fiscais anuais referentes a 2016, o demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, e ainda a relação das despesas isentas de limitação de empenho. Não há limite quanto ao número de emendas de texto.

Nos termos do item 2.1.8 da Parte Especial do Parecer Preliminar, o Anexo de Metas e Prioridades será elaborado por meio de emendas de inclusão de ações constantes das Leis Orçamentárias para 2014 e 2015. Segundo o tópico 2.2 do Parecer Preliminar, a apresentação de emenda para a elaboração do Anexo de Metas e Prioridades deve observar os seguintes limites: a) até 3 (três) emendas por bancada estadual do Congresso Nacional; e b) até 3 (três) emendas por comissão permanente da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal; e c) até 3 (três) emendas por congressista. O menor nível de detalhamento da programação no Anexo de Metas e Prioridades corresponderá ao da ação orçamentária, seguida dos respectivos produtos, unidade de medida e meta física.

Vale destacar que o Parecer Preliminar exige, no item 2.3.1, que as emendas de comissão estejam acompanhadas da ata da reunião em que se decidiu por sua apresentação e sejam restritas às competências regimentais da comissão.

Encontram-se em análise, por esta Comissão, 36 propostas de emendas ao texto, relacionadas no Anexo I, e 116 propostas de emendas ao Anexo de Metas e Prioridades, relacionadas no Anexo II deste parecer.

É o relatório.

Análise.

As emendas propostas são relacionadas às competências regimentais dessa Comissão, além de atenderem às disposições constitucionais e legais, motivo pelo qual entendemos sejam todas admissíveis.

No que se refere às emendas ao texto, tendo em vista a inexistência de restrição quanto ao seu número, deverão ser admitidas apenas as emendas que observem o item 2.3.1 da parte B do Parecer Preliminar, ou seja, restritas às competências regimentais desta Comissão. Assim, somos pela admissibilidade e apresentação, por esta Comissão, por inegável mérito, das emendas de texto de nºs 1 a 5, 7, 31, 33 e 36; e inadmitidas as emendas de texto de nºs 6, 8 a 30, 32, 34 e 35, com fundamento no item 2.3.1 da Parte B do Parecer Preliminar.

Já em relação às emendas de inclusão de ações no Anexo de Metas e Prioridades, levamos em consideração na análise a frequência com que foram apresentadas.

De acordo com esses critérios foram selecionadas as ações a seguir relacionadas:

Serviço de proteção básica, Emendas nºs 13, 53, 71, 81 e 114. Autores: Waldemir Moka, Lídice da Mata, Lúcia Vânia, Romero Jucá e Ana Amélia.

Estruturação de unidades de atenção especializada em saúde, Emendas nºs 8, 37, 62, 100 e 111. Senadores Waldemir Moka, Lídice da Mata, Lúcia Vânia, Romero Jucá e Ana Amélia.

Estruturação da rede de serviços de atenção básica de saúde, Emendas nºs 6, 35, 61, 73 e 102. Autores: Senadores Waldemir Moka, Lídice da Mata, Lúcia Vânia, Marta Suplicy e Romero Jucá.

Vale ressaltar que o mérito de cada emenda será devidamente avaliado, no momento oportuno, pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Voto.

Em face do exposto, somos pela apresentação, por esta Comissão, das emendas de texto de nºs 1 a 5, 7, 31, 33 e 36; inadmitidas as emendas de texto de nºs 6, 8 a 30, 32, 34 e 35, com fundamento no item 2.3.1 da Parte B do Parecer Preliminar. Ademais, somos pela apresentação de emendas contemplando as três ações a seguir relacionadas para compor o Anexo de Metas e Prioridades do PLDO 2016:

Meta 3.680, ente federado apoiado, serviço de proteção social básica;

Meta física 1.500 unidades estruturadas, estruturação de unidades de atenção especializada em saúde;

Meta física 5.500 unidades estruturadas, estruturação da rede de serviços de atenção básica de saúde.

Este é o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Para discutir, Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, é para cumprimentar a Relatora, Senadora Gleisi. Eu acho que talvez seja até suspeito, mas eu acredito que o critério adotado é o mesmo que

vimos adotando nesta Comissão já há algum tempo: você só pode apresentar três emendas, e essas três emendas são as mais convergentes, em que aparecem mais Senadores apresentando o mesmo tema. Eu acho que cabe essa explicação, embora no relatório a Senadora use o critério.

E eu acho que, salvo melhor juízo, eu acabei introduzindo esse critério, porque é muito difícil, são muitas emendas, e aí você tem que, na verdade, optar por algum critério que seja o mais justo. E aí me parece o mais justo aqueles que apresentarem a maior frequência. É apenas e tão somente para dizer. E aí acabam coincidindo essas emendas, mas pela justiça também da emenda, pelo valor que tem a estruturação da saúde básica, por exemplo, da área social, e assim por diante.

Então, meus cumprimentos à Relatora, Senador Lúcia Vânia, porque adotou o critério que a mim particularmente me parece ser muito justo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Lúcia Vânia ou Gleisi Hoffmann?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu queria também aduzir à manifestação do Senador Moka que, exatamente, não é só mais justa, eu digo que ela é também muito democrática, porque é a manifestação da maioria dos Senadores em torno de temas que são prioritários na área desta Comissão de Assuntos Sociais.

Então, parabéns, Senadora Gleisi. Caiu em muito boas mãos a relatoria, porque V. Exª conhece muito a questão orçamentária.

Vamos desejar apenas e tão somente que o que foi deliberado seja cumprido.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senadora, deixe-me fazer um rápido comentário.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu achei importante o comentário feito aqui pelo Senador Moka, porque, ao correr os olhos aqui, percebe-se que houve um bloco de Senadores que estão contemplados em praticamente todas as emendas, e os outros Senadores não estão contemplados em nenhuma emenda. Não é que os outros Senadores não tenham também apresentado emendas de valor, qualificadas, para esta Comissão. Mas a explicação que o Senador Moka deu foi correta, para que não passe a impressão de que é somente um bloco de quatro ou cinco Senadores que está contemplado em todas as emendas, e os outros não estão em nenhuma.

Houve um critério, e achei bom ter havido, que não foi por nome de Senador, mas pelo número de emendas que se aproximavam no mesmo sentido, na mesma intenção, e prevaleceu a quantidade de emendas apresentadas com esse objetivo.

Isso não desqualifica, é claro, a boa vontade de mais uma outra dezena de Senadores que apresentaram emendas com o mesmo objetivo de fortalecer principalmente assuntos relacionados à área social.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – A Presidência compreende as explicações do Plenário a respeito dos critérios através dos quais a Relatora propõe a aprovação das emendas.

Em verdade, foram 152 emendas, porém, as que foram relacionadas pela Relatora, Senadora Gleisi Hoffmann, são as de maior convergência entre elas.

Cumprimentos, portanto, à Relatora pela criteriosa junção que conseguiu fazer das emendas com maior aglutinação.

Não havendo mais quem pretenda discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer favorável às emendas da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 1, de 2015.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Permite-me, Senador Lobão?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Em seguida, darei a palavra a V. Exª.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer favorável, com as emendas desta Comissão de Assuntos Sociais, ao Projeto de Lei do Congresso Nacional. As emendas aprovadas nesta Comissão irão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Com base no art. 36, parágrafo único, da Resolução nº 1 do Congresso Nacional, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião, que é a 16ª.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Concedo a palavra à Relatora.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Obrigada. Eu só queria agradecer, primeiro, ao Sr. Presidente, por ter me designado Relatora. Eu sou membro suplente desta Comissão, não tenho tido

condições de participar das reuniões por conta de participar de outras Comissões. Mas fico muito agradecida por ter tido esta oportunidade e ter, portanto, visto um pouco a discussão, os debates que a Comissão faz.

De fato, eu queria também parabenizar o Senador Moka, porque o critério que eu utilizei no relatório é o critério que S. Ex^a inaugurou nos seus relatórios aqui, que me parece, com certeza, o mais justo e o que leva realmente a externar a posição majoritária da Comissão. Então, agradeço muito.

Agradeço a aprovação do relatório. Agradeço a oportunidade de estar aqui. E desejo, claro, que essas comissões prosperem no âmbito da CMO e na votação que vamos ter da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – A escolha da Senadora Gleisi Hoffmann deveu-se aos critérios da competência, que todos aqui exibem, mas sobretudo como estímulo a que S. Ex^a participe mais de nossas reuniões. *(Risos.)*

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 09 horas e 53 minutos.)

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 5 DE AGOSTO DE 2015.

Às dez horas e vinte e nove minutos, do dia cinco de agosto de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador José Pimentel (Vice-Presidente da CCJ), com a presença dos Senadores Jorge Viana, Humberto Costa, Acir Gurgacz, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Valdir Raupp, José Agripino, José Serra, Eduardo Amorim, Marcelo Crivella, Walter Pinheiro, Delcídio do Amaral, Paulo Paim, Ivo Cassol, Omar Aziz, Waldemir Moka, Sérgio Petecão, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes Oliveira, José Medeiros, Douglas Cintra, Blairo Maggi e das Senadoras Gleisi Hoffmann, Fátima Bezerra, Simone Tebet, Ana Amélia, Vanessa Grazziotin e Marta Suplicy, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eunício Oliveira, Romero Jucá, Jader Barbalho, José Maranhão, Ronaldo Caiado, Aécio Neves, Antonio Anastasia, Antonio Carlos Valadares, Roberto Rocha, Randolfe Rodrigues e Magno Malta. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 18ª Reunião Ordinária, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: ITEM 1) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, de 2014. Não Terminativo. Acrescenta parágrafo único ao art. 85 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro. Autoria: Deputado Antonio Bulhões. Relatoria: Senador Marcelo Crivella. Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1-CCJ e 2- CCJ. Aprovado Requerimento nº 11, de 2015-CCJ, de urgência para a matéria. ITEM 2) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 554, de 2011. Terminativo. Altera o § 1º do art. 306 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para determinar o prazo de vinte e quatro horas para a apresentação do preso à autoridade judicial, após efetivada sua prisão em flagrante. Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria: Senador Humberto Costa. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, acatando integralmente as Emendas nº 4 e 5, parcialmente, a Emenda nº 1-CDH-CAE (Substitutivo) e a Emenda nº 6, pela rejeição da Emenda nº 2, e pela prejudicialidade das Emendas nº 7, 8 e 9. Durante a discussão da matéria, o Senador Humberto Costa reformula o Substitutivo oferecido como conclusão do Relatório para acolher sugestão do Senador Aloysio Nunes Ferreira. Resultado: Aprovado o substitutivo que será submetido a Turno Suplementar. ITEM 4) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, de 2015. Não Terminativo. Altera o art. 46 da Constituição Federal para instituir novo critério para ordem de suplência de Senador. Autoria: Senador Raimundo Lira e outros. Relatoria: Senadora Simone Tebet. Relatório: Favorável à Proposta com a emenda que apresenta. Resultado: Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. ITEM 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 111, de 2011. Terminativo. Institui a Política Nacional de Tecnologia Social. Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Relatoria: Senador Walter Pinheiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto com as Emendas aprovadas pela CCT e CAS, e uma emenda que apresenta. Resultado: Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. ITEM 12) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 15, de 2012. Não Terminativo. Altera o art. 96 da Constituição Federal para dispor sobre a eleição dos órgãos diretivos dos Tribunais de segundo grau. Autoria: Senador Vital do Rêgo e outros. Relatoria: Senador Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Concedida vista aos Senadores Ivo Cassol e Simone Tebet, nos termos regimentais. ITEM 18) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 59, de 2015. Não Terminativo. Acrescenta os §§ 2º, 3º, 4º e 5º ao art. 101 da Constituição Federal, para estabelecer prazos para a indicação, apreciação e nomeação de Ministros do Supremo Tribunal Federal e definir como crime de responsabilidade o seu descumprimento. Autoria: Senadora Marta Suplicy e outros. Relatoria: Senador José Medeiros. Relatório:

Favorável à Proposta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta. ITEM 20) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 200, de 2015. Não Terminativo. Dispõe sobre a pesquisa clínica. Autoria: Senadora Ana Amélia e outros. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Favorável ao Projeto, com cinco emendas que apresenta. Resultado: Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. EXTRAPAUTA: ITEM 22) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 11, de 2015. Requeiro, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2014. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Resultado: Aprovado. ITEM 23) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 12, de 2015. Requeiro, nos termos do § 2º do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da realização de audiência pública aprovada pelo Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Nº 66 de 2013, de iniciativa do então senador Jorge Afonso Argello, que tem o objetivo de instruir o Projeto de Lei da Câmara Nº 57 de 2010. Autoria: Senador Ricardo Ferraço. Resultado: Aprovado. O Senhor Presidente declara encerrada a presente Reunião às doze horas e quarenta e dois minutos do dia cinco de agosto de dois mil e quinze, restando adiados os demais itens constantes da pauta, a saber: ITEM 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 304, de 2011; ITEM 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259, de 2009; ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 532, de 2009; ITEM 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 74, de 2013; ITEM 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 502, de 2011; ITEM 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 562, de 2011; ITEM 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, de 2015; ITEM 13) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 6, de 2011; ITEM 14) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 93, de 2013; ITEM 15) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 108, de 2014; ITEM 16) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 24, de 2012; ITEM 17) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 17, de 2015; ITEM 19) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 155, de 2013; ITEM 21) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 71, de 2013; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador José Maranhão) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **José Maranhão**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Bom dia a todos,

Eu quero registrar que, havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição e Justiça, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 18ª Reunião Ordinária.

As Sras e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião se destina a deliberar sobre os itens de nºs 1 a 21 da pauta.

Portanto, passemos, de imediato, ao item 1, que tem como Relator...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Pela ordem, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Com a vênica de V. Exª e naturalmente da Comissão, quero solicitar a possibilidade de inversão de pauta do item 15, perdão, Sr. Presidente, do item 12.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – O item 12 tem como Relator o Senador Ricardo Ferraço.

Não havendo objeção, proponho aos nossos pares a inversão. *(Pausa.)*

Está invertido, passa a ser o primeiro item. Vamos a ele.

ITEM 12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 15, de 2012

– Não terminativo –

Altera o art. 96 da Constituição Federal para dispor sobre a eleição dos órgãos diretivos dos Tribunais de segundo grau.

Autoria: Senador Vital do Rêgo e outros

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Favorável à Proposta.

Concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço para proferir o seu relatório, o seu parecer.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

A Proposta de Emenda à Constituição de autoria do ex-Senador Vital do Rêgo, pretende a alteração art. 96 da Constituição Federal para dispor sobre a eleição dos órgãos diretivos dos Tribunais de segundo grau.

A PEC propõe introduzir na alínea “a” do inciso I do art. 96 da Constituição Federal a possibilidade de eleição dos órgãos diretivos a que se refere a sua ementa, por maioria absoluta e voto direto e secreto, dentre os membros do tribunal pleno, exceto os cargos de corregedoria, por todos os magistrados vitalícios em atividade, de primeiro e segundo graus, da respectiva jurisdição, para um mandato de dois anos, permitida uma recondução, acrescentando, ainda, à competência privativa dos tribunais de dispor sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos, também a de dispor sobre a composição dos citados órgãos.

Cabe a este colegiado pronunciar-se sobre a constitucionalidade e o mérito das propostas de emenda à Constituição, antes de sua apreciação pelo Plenário do Senado Federal, tudo nos termos do art. 356 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal.

Do ponto de vista de sua admissibilidade, a proposta de emenda à Constituição em epígrafe preenche o requisito do art. 60, I, da Constituição da República, tendo sido assinada por mais de um terço dos membros da Casa.

Ademais, a proposição não viola as cláusulas pétreas às quais alude o art. 60, §4º, do Texto Constitucional. Além disso, inexistem os limites circunstanciais e procedimentais a que aludem os §§1º e 5º daquele mesmo art. 60.

No mês de abril de 2014, tivemos a oportunidade de submeter relatório a este Colegiado sobre a matéria, quando a proposta em epígrafe ainda tramitava conjuntamente com a PEC nº 8, de 2012,

Quanto ao mérito da proposição, reiteramos o entendimento favorável à proposta, já expresso naquela ocasião.

A atual redação do art. 96, inciso I, alínea “a”, da Constituição Federal estabelece que: compete privativamente aos tribunais eleger seus órgãos diretivos. A proposta ora sob análise altera esse artigo para dispor sobre a eleição dos órgãos diretivos dos Tribunais de segundo grau, assim como dá a todos os desembargadores o direito de disputar a administração nas Cortes de Justiça do País.

Na esteira da justificação da matéria, ressaltamos que apenas uma pequena parcela de magistrados participa das eleições para os seus órgãos diretivos. A realização de eleições diretas é uma aspiração da imensa maioria dos magistrados brasileiros. Essa maioria deseja não apenas a eleição para a escolha de seus dirigentes, mas também uma efetiva participação na construção de uma gestão democrática no Judiciário brasileiro.

Inexistindo a eleição direta, com a simples homologação do Desembargador mais antigo para exercer a administração, não são firmados compromissos institucionais, pois não há necessidade de elaboração de planos de gestão, nem sequer de prestação de contas a respeito das medidas adotadas.

Conforme já asseveramos na outra oportunidade em que analisamos a matéria, o sentimento da comunidade jurídica sobre o tema pode ser sintetizada na seguinte declaração do Prof. Lenio Streck:

Mais de dezesseis mil juízes no Brasil não podem permanecer à margem dos processos de escolha dos órgãos de cúpula. O modelo tradicional, que privilegia a antiguidade, na contramão dos pressupostos republicanos, acaba impedindo a manifestação da meritocracia e da manifestação democrática da maioria.

(...)

Muitas vezes – e nossa tradição jurídica tem nos pregado peças – somos levados a interpretar a Constituição de acordo com a legislação ordinária. A Constituição singelamente estabeleceu, no artigo 96, que compete aos Tribunais eleger seus órgãos diretivos (...).

E, quanto a isso, nada mais disse. Por exemplo, em nenhum momento a Constituição faz menção a que o(s) mais antigo(s) devam ser os escolhidos. Isso para iniciar a discussão.

(...)

Esse problema relacionado a uma espécie “reserva de poder” em favor do critério da antiguidade vem acompanhado de outro, que é o do alijamento dos juízes (magistrados de primeira instância) do processo de escolha dos órgãos de cúpula dos tribunais (Artigo publicado no site Consultor Jurídico, em 20 de dezembro de 2012).

Sublinhamos que a proposta prevê o quórum de eleição por maioria absoluta, o que afasta questionamentos quanto à representatividade dos eleitos perante os juízes subordinados ao respectivo Tribunal.

Além disso, a responsabilização dos candidatos perante os juízes vinculados ao respectivo Tribunal também será ampliada. Assim, espera-se superar a crônica falta de investimentos nos órgãos de primeiro grau, os quais, afinal de contas, formam a base da magistratura e detêm o maior número de processos para julgamento.

Bem-vinda também a exclusão do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores. Tais Cortes se situam fora das instâncias ordinárias, além de não serem dotados de outros órgãos judiciais que suscitem depuração de suas vontades políticas e de viés administrativo ou organizacional.

Quanto aos Tribunais Regionais Eleitorais, sua configuração impede a adoção da regra que é objeto da PEC em exame, já que seus cargos são ocupados transitoriamente, em seu Pleno e no primeiro grau de jurisdição, e em face da regra prevista no § 2º do art. 120 da Constituição Federal, que prevê de forma acertada que são Presidente e Vice-Presidente os Desembargadores dos Tribunais de Justiça a integrarem o Tribunal Regional Eleitoral.

Por fim, a proposição, oportunamente, a meu juízo, exclui da eleição direta o cargo de Corregedor, diante das atribuições de controle e de investigação conexas à mencionada função.

Voto.

Nosso voto, em razão das considerações expendidas acima, é pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2012, apresentada por S. Exª o ex-Senador Vital do Rêgo, atual Ministro do Tribunal de Contas da União.

Ou seja, na prática, o que propõe o ex-Senador Vital do Rêgo é que passe a haver eleições diretas nos Tribunais de 2º Grau, portanto nos Tribunais de Justiça dos Estados, substituindo essa regra, que nada mais é do que uma coisa do Direito Positivo que foi incorporada como tradição em relação ao mais idoso. Mas estamos todos nós conscientes dos desafios da Justiça que estão relacionados a processos de gestão.

Portanto, uma eleição como essa vai estabelecer a possibilidade de que qualquer um dos desembargadores possam se candidatar, possam apresentar os seus programas de trabalho, as suas metas de trabalho, e isso passe a representar um arejamento, em função da política de resultados, na gestão administrativa que precisamos ver acontecer, pelo menos a meu juízo.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Estamos voltando aos nossos trabalhos, mas está um barulho muito grande. Eu peço às nossas assessorias para termos um pouco mais de cautela para ouvir o nosso Relator, os nossos Senadores.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP. *Fora do microfone.*) – Melhor encerrar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – O Senador Aloysio tem razão. Mas vamos dar uma tolerância para ver se conseguimos reduzir o nível de barulho. Vamos dar um crédito e dar continuidade.

Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, é importante... Se qualquer um de nós participa de qualquer audiência no Poder Judiciário, observa que há um respeito absoluto àquilo que está sendo ali exarado. E aqui na Comissão de Justiça nós temos que concorrer com esse tipo de dificuldade. Então, agradeço a delicadeza de V. Exª, mas o nosso relatório já está concluído, com essa sustentação que estamos fazendo, que a meu juízo representa uma porta e uma janela de oportunidade para que possamos rever e permitir que o Juizado de 1º Grau, que é a base da justiça brasileira, participe direta e ativamente da eleição dos presidentes dos tribunais de 2º Grau. E, a meu juízo, isso poderá dar uma dinâmica absolutamente diferente aos nossos tribunais.

É o voto que apresento, com essa sustentação, evidentemente elogiando o ex-Senador Vital do Rêgo pela oportunidade e tempestividade dessa proposta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Em discussão a matéria.

Para discutir, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Sr. Presidente, V. Exª não pode imaginar o quanto me custa divergir da opinião do meu queridíssimo colega Ricardo Ferraço, mas é o que acontece neste caso.

Eu tenho uma objeção muito séria a esta Proposta de Emenda à Constituição. Tenho dúvida inclusive quanto à sua constitucionalidade. Mas deixarei a constitucionalidade para discutir mais tarde.

Quanto ao mérito, sobretudo, eu considero que essa proposta, meu caro Senador Ferraço, vai nos levar a uma politização indesejável, até mesmo a partidarização na escolha dos dirigentes dos tribunais regionais.

É claro que a regra do mais idoso não pode ser uma regra absoluta. Mas ao se permitir que a eleição dos dirigentes dos tribunais – com exceção louvável da Corregedoria – se faça por eleição direta, nós teremos a abertura de verdadeiras campanhas eleitorais com compromissos de toda ordem, e geralmente compromissos de ordem iminentemente corporativista, acentuando o caráter corporativo de muitas gestões de tribunais regionais.

Existe... Nós já temos, na Constituição brasileira e na legislação também, mecanismos que propiciam uma atuação mais vigorosa das corregedorias, inclusive com a possibilidade da atuação suplementar, em matéria correcional, do Conselho Nacional de Justiça.

Também o Conselho Nacional de Justiça funciona como uma espécie de cabeça pensante do conjunto do aparelho judiciário brasileiro no estabelecimento de metas, de políticas públicas que visem a tornar mais efetiva a justiça brasileira. Esses mecanismos podem e devem ser acionados, para exigir dos tribunais celeridade no seu funcionamento.

Eu penso que se estabelecermos uma dinâmica eleitoral nessa escolha, acabaremos por colocar em segundo plano o critério meritocrático.

As promoções na carreira da magistratura não ocorrem apenas ao sabor do tempo, mas também ao sabor do mérito. O mérito influi, e muito, na ascensão dos juízes a cargos de dirigentes em instâncias superiores da jurisdição. Não penso que se chegue aos tribunais regionais apenas pelo decurso do tempo e da idade. Evidentemente, o critério do mérito tem um peso enorme na promoção do juiz nas suas carreiras.

Portanto, eu penso que, se abrirmos a escolha, propiciarmos a escolha dos dirigentes dos tribunais pela eleição direta, envolvendo todos os membros da magistratura, do juiz de primeiro e de segundo grau, nós haveremos de instituir a regra das campanhas eleitorais já existentes em outros corpos do Estado, onde a escolha de listas tríplices e da lista da Ordem dos Advogados se transforma em campanhas eleitorais, com compromissos assumidos que nem sempre refletem o objetivo do aperfeiçoamento do Judiciário.

De modo que eu me afasto do meu querido colega Ricardo Ferraço para me manifestar contra a proposta.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Vou conceder a palavra à Senadora Marta Suplicy. Depois, devolvo para o nosso Relator.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – Obrigada, Presidente.

Eu vou na mesma linha do Senador Aloysio Nunes, porque, apesar de haver vários argumentos favoráveis – o Senador Ferraço alinhavou muito bem a participação dos magistrados na construção de uma gestão mais democrática no Judiciário, com maior representatividade dos eleitos frente aos juízes subordinados ao respectivo tribunal, ao que seja nação, o que é sempre importante, e com a democratização das decisões desses colegiados –, as posições contrárias são mais fortes. Por exemplo, o risco de a eleição direta resultar na escolha de dirigentes vinculados a pautas mais corporativas é enorme. O debate eleitoral vai acabar girando em torno de propostas corporativas, e aí nós sabemos: aumento de salário e outras benesses que não vão acrescentar.

Depois, a amplitude de eleições para cargos diretivos dos Tribunais de Justiça estaduais, com a participação de todos os magistrados, inexoravelmente irá aumentar e distender a disputa e, por via de consequência, vai acirrar divisões entre os membros do Poder Judiciário, o que também não me parece um bom passo.

Além disso, a oferta de favores ou troca de benesses em negociações de apoio político. Campanha é campanha.

(Soa a campanha.)

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – E há a possibilidade de correntes político-partidárias ou grupos de poder atuarem junto a magistrados com o objetivo de influenciar as eleições internas dos cargos diretivos dos tribunais.

Então, em virtude dessas preocupações e dessas possibilidades que não necessariamente vão ocorrer, mas há uma chance gigantesca de ocorrerem, eu me posiciono também contrariamente, junto com o Senador que me antecedeu, porque realmente o risco de virar uma campanha eleitoral é enorme.

É essa a minha posição.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Devolvo a palavra ao nosso Relator, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, agradecendo evidentemente as contribuições da Senadora Marta Suplicy e do Senador Aloysio Nunes Ferreira, é recíproco o mesmo nível de dificuldade de me opor e de divergir do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Mas, veja, Sr. Presidente, o Ministério Público, há algum tempo, já vive essa experiência, não apenas o Ministério Público Estadual, mas o Ministério Público Federal. Promotores participam ativamente da eleição daquele que será o Procurador-Geral no Estado, portanto o chefe do Ministério Público do Estado, e da mesma forma em nível nacional.

Aliás, coincidentemente hoje, Procuradores da República estão votando para eleger, numa eleição direta em que há, de fato, uma campanha, mas uma campanha com características absolutamente diferentes, na

medida em que aqueles que desejam ser Procurador-Geral da República se apresentem às suas bases, apresentem sua proposta de trabalho.

Eu não tenho, sinceramente, Senador Aloysio Nunes Ferreira, observado que essa experiência, no caso do Ministério Público, em um processo como esse, que vise ao aperfeiçoamento do serviço da Justiça brasileira – em lugar de trabalhar propostas e programas institucionais –, tenha se deslocado para esse ambiente – que, de fato, não seria bem-vindo – de agendas absolutamente corporativistas. Isso não seria de bom tom.

Mas eu prefiro acreditar que em um debate como esse, o que vão prevalecer são de fato as metas de trabalho, os programas daqueles candidatos que precisam ser desembargadores. Juiz de primeiro grau não pode ser candidato. Não há como juiz de primeiro grau ser candidato para presidir um Tribunal de segundo grau, não.

O juiz de primeiro grau se apresenta como eleitor e se apresenta como parte integrante importante e relevante do papel que cumpre a Justiça de segundo grau em nossos Estados – sendo o juiz primeiro grau a base.

Então, prefiro acreditar, prefiro ter a boa-fé de que, em um processo como esse, o que estaremos discutindo é o papel da Justiça, os mecanismos, o aperfeiçoamento, as metas de trabalho e os compromissos que aqueles Srs. Desembargadores, que desejam presidir os seus tribunais, vão firmar.

Claro, vou ouvir V. Ex^a, com muita honra e muito prazer.

E acabam não apenas firmando o compromisso com os Juízes de primeiro grau. Esses compromissos acabam se tornando públicos e, portanto, a sociedade acaba conhecendo e exercendo o controle social sobre essas propostas de trabalho.

De modo que reitero, data vênia, a minha convicção de que essa me parece uma especial oportunidade de que já está sendo vivida pelo Ministério Público e que talvez possa representar um arejamento nos nossos tribunais de segundo grau.

Ouçó, com prazer, o Senador Aloysio Nunes Ferreira. Claro, com muita honra.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Vamos conceder um aparte ao Senador Aloysio, sem prejuízo da Senadora Simone Tebet, que está inscrita.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Senador Ferraço, eu gostaria de acreditar realmente que as coisas pudessem transcorrer dentro desse horizonte que V. Ex^a traz.

Mas a experiência prática mostra que, em muitos casos de procuradorias, de eleições de procuradores-gerais, em torno dessas eleições se cristalizam correntes políticas, grupos em torno de lideranças que, muitas vezes, dividem, de uma maneira muito dramática, a categoria. Há a cristalização de correntes políticas no interior do Ministério Público de muitos Estados, o que dificulta o tratamento, digamos, de um nível mais institucional das questões que o Ministério Público tem que enfrentar.

No caso de eleições diretas para reitor, muitas e muitas vezes os reitores eleitos nas universidades acabam se transformando, ao sabor das campanhas eleitorais, na verdade, em presidentes de sindicatos de servidores, contribuindo para a tragédia financeira e o descalabro administrativo das nossas universidades públicas, federais e estaduais.

Eu penso que há um risco sério de contaminação, repito, dessas eleições se transcorrerem da forma como pretende o Senador Vital do Rêgo, um risco sério não apenas da partidarização, mas da cristalização de correntes políticas, que acabam por criar divisões dificilmente superáveis no interior, neste caso, agora, da magistratura, se esta proposta prevalecer.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Devolvo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Agradecendo as contribuições do Senador Aloysio Nunes Ferreira e também da Senadora Marta Suplicy, eu reitero a minha convicção de que esse tipo de processo abre as caixas de pandora, para que o magistrado de primeiro grau possa participar. E eventuais deformações que possam existir no processo o tempo e a maturidade democrática vão aperfeiçoando e trazendo aquilo em que posso acreditar e em que acredito de boa-fé: a necessidade de que essas candidaturas possam assumir compromissos, propostas de trabalho, com metas muito claras em relação ao aperfeiçoamento e à melhoria do serviço jurisdicional em nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Não Identificado) – Com a palavra, a Senadora Simone Tebet.

A SR^a SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Obrigada, Presidente.

Com todo o respeito tanto ao autor como ao Relator, Senador Ferraço, confesso que comungo da opinião do nobre Senador Aloysio Nunes e da Senadora Marta Suplicy, Presidente.

Acho que, dos três Poderes constituídos no Brasil, o Poder Judiciário é o único que não tem mandato eletivo. O ingresso se dá por concurso público, por competência, por mérito; é o concurso público que vai analisar, inclusive, o perfil do candidato.

A partir do momento em que colocamos os tribunais de justiça nos mesmos moldes de eleição dos outros Poderes, acho que partidizamos mesmo e colocamos, levamos para o Poder Judiciário uma política que não é a política ideal.

Eu aqui faço duas considerações. Na prática – aqui foi dito que no Ministério Público isto já acontece, como nas Procuradorias-Gerais nos Estados –, vejo, mesmo na Justiça, mas principalmente nas Procuradorias-Gerais dos Estados, uma verdadeira campanha eleitoral, em que se coloca à disposição e se fala sobre questões salariais, sobre garantias dadas àqueles que forem votar.

Eu mesma presenciei, no meu gabinete, como Vice-Governadora. Vieram pedidos de ambas as partes para mim, como Vice-Governadora, para que eu pudesse, de repente, conversar com alguém.

Acho que não é esse o papel do Judiciário no Brasil.

Da mesma forma, o parágrafo único mantém o mesmo molde, como prevê a Constituição, de ser de acordo com o Regimento Interno para os tribunais superiores.

Por que a diferença? Tribunal Regional Federal, Supremo Tribunal e Superior Tribunal de Justiça, tendo a eleição mediante as regras da antiguidade pelo Regimento Interno, vamos mexer numa questão que, a meu ver, é *interna corporis*, é uma questão de outro Poder, sem sequer ouvi-los?

Então, sem querer aqui prejudicar o projeto, eu faria uma sugestão ao Relator, Senador Ferraço, preocupada com essa ingerência, no sentido de que pudéssemos, então, ouvir os tribunais de justiça do Brasil.

Vamos ouvi-los pelo menos através de ofício. Vamos ouvir o que pensa a magistratura brasileira, antes de nos pronunciarmos em relação a uma questão que não é nossa e que, a meu ver, é *interna corporis* do Poder Judiciário.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra, o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Apoio Governo/PP – RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Já que, na discussão, colegas estão propondo várias opções, eu ia solicitar vista do projeto, para que pudéssemos analisar com mais calma e, ao mesmo tempo, ouvir os próprios tribunais regionais e também ver o que fica melhor para atender a toda a categoria.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – A proposta da Senadora Simone Tebet vai também nesse sentido. Então, a Presidência vai conceder vista coletiva, e, nesse período, faremos um diálogo com nossos Pares, Senador Ricardo Ferraço, para ver qual a melhor forma: se faremos uma audiência pública ou se construiremos um texto que dê conta do que aqui foi levantado.

Então, vista coletiva concedida.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Pela ordem, Senador Eduardo Amorim; depois, Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Presidente, quero pedir inversão de pauta, para que possamos analisar o item 20, um projeto de extrema importância, de autoria da Senadora Ana Amélia, do Senador Moka e do Senador Walter Pinheiro.

Com a permissão dos colegas, peço a inversão de pauta.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Apoio Governo/PP – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra, o Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Sr. Presidente, minha solicitação é no mesmo sentido de inversão da pauta para o item 11, que é de minha autoria e que tem parecer do Senador Ciro Nogueira – que se encontra também nesta sessão –, para que possamos apreciar essa matéria, que já tramita, há algum tempo, na Casa.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra, o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Apoio Governo/PP – RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero dizer a V. Ex^a, como Presidente da nossa Comissão de Constituição e Justiça, que tenho um projeto que está tramitando nesta Casa, o Projeto 171, de 2012, que veio para esta Comissão no dia 10/03/2015 e que obriga distribuidoras e fabricantes de medicamentos a vender diretamente para as prefeituras, tirando intermediários do meio, para todos os órgãos públicos. Com isso, vamos baratear os remédios e o material no Brasil inteiro, em torno de 80%. Portanto, é um projeto importante, fundamental, que obriga também as prefeituras a dar como garantia o FPE ou o FPM, estabelecidos na nossa legislação, na nossa Constituição. Com isso, os laboratórios terão garantias de que vão receber.

A exemplo disso, Sr. Presidente, temos a FURP, uma fundação de São Paulo que fabrica medicamentos para a saúde básica. Enquanto, na farmácia, na distribuidora, muitas vezes, um medicamento custa R\$1, esse mesmo medicamento se adquire na FURP por dez centavos, cada unidade. Então, esse projeto é importante.

Eu sei que V. Ex^a o recebeu agora há pouco, nesta Casa. Solicitei à Senadora Ana Amélia que assumisse a relatoria desse projeto. Ela já tem vários projetos em andamento, mas, como ela tem conhecimento e como já discutiu isso em reunião, eu gostaria que, se possível, fosse distribuído para a Senadora Ana Amélia, para relatar esse projeto, Sr. Presidente. Faço esse pedido.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Como estamos fazendo a primeira reunião, depois de uma longa sabatina de pessoas para os conselhos nacionais, vamos priorizar, nessa reunião, os relatores presentes. Os dois pedidos de inversão, o item 20...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – O item 18 também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – E o 18. Os relatores estão presentes, portanto, vamos aprovar a inversão de pauta...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PP – PI) – E o 11 também, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – O 20, o 11 e o 18, nessa ordem.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 20

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 200, de 2015

– Não terminativo –

Dispõe sobre a pesquisa clínica.

Autoria: Senadora Ana Amélia e outros

Relatoria: Senador Eduardo Amorim

Relatório: Favorável ao Projeto, com cinco emendas que apresenta.

Observações:

– A matéria será apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Amorim, para proferir o seu relatório.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Sr. Presidente, colegas Senadores, usando uma expressão que acabei de ouvir do nobre Senador Aloysio Nunes, trata-se de um belíssimo projeto, uma feliz ideia da Senadora Ana Amélia, do Senador Moka e do Senador Walter Pinheiro, que temos o privilégio e a honra de relatar.

O projeto, Sr. Presidente, visa estabelecer princípios, diretrizes e regras para a condução pesquisas clínicas, em seres humanos, por instituições públicas e privadas, no País. A proposta tem nove capítulos, contendo 42 artigos, e foi motivada para evitar que estudos científicos sejam conduzidos em desacordo com princípios éticos, como o da dignidade humana – princípio esse que norteia todos os outros princípios da nossa Constituição Cidadã –, da autonomia do sujeito, do direito à saúde e à integridade física dos participantes, ao mesmo tempo em que pretende tornar o sistema de pesquisas clínicas mais célere e menos burocrático, no nosso já burocratizado País.

Em sua justificção, os autores do projeto em análise observam que, como os ensaios clínicos são realizados com seres humanos e implicam uma intervenção do pesquisador, surge o imperativo ético de proteção do sujeito da pesquisa, mediante a adoção de medidas que garantam a sua dignidade, o seu bem-estar e sobretudo a sua segurança.

Alegam haver um vácuo legislativo sobre o assunto e citam o Dr. Luís Roberto Barroso, hoje Ministro do Supremo Tribunal Federal, em seu estudo intitulado, abre aspas, “Um sistema sem lei: pesquisas clínicas e ética em pesquisa no Brasil”, em que conclui que o sistema enfrenta sérios problemas de validade jurídica, por falta de lastro legal para as competências exercidas e para as providências determinadas.

Observam, ademais, que o processo de revisão ética adotado no País tem sido apontado por diversos pesquisadores nacionais como ineficiente, anacrônico e eivado de graves distorções.

Entendem, assim, ser urgente a edição de uma lei que disponha, de forma inequívoca, sobre os princípios, as diretrizes e as regras básicas norteadoras das pesquisas clínicas no País e, sobretudo, sobre os ensaios clínicos, que são os estudos em que há uma intervenção do pesquisador sobre o sujeito da pesquisa e, por isso mesmo, exigem maior preocupação com a proteção desse sujeito.

O PLS deverá ainda ser examinado, como já foi dito por V. Ex^a, pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), cabendo a esta a decisão terminativa.

No projeto, Sr. Presidente, como ele foi distribuído previamente – nosso parecer é pela aprovação, mas com algumas emendas. São cinco emendas. A Emenda 1, no inciso VII e VIII do art. 2º, do PLS 200, a seguinte redação:

“Art. 2º
.....
VII – comitê de ética independente (CEI): organização independente constituída por colegiado interdisciplinar, que inclui profissionais médicos, cientistas e membros não médicos e não cientistas, representantes da sociedade civil e de grupos especiais, responsável por assegurar a proteção dos direitos, da segurança e do bem-estar dos sujeitos da pesquisa clínica, mediante a revisão ética dos protocolos de pesquisa;
VIII – comitê de ética em pesquisa (CEP): colegiado vinculado a instituição pública ou privada que realiza pesquisa clínica, de composição interdisciplinar, que inclui profissionais médicos, cientistas e membros não médicos e não cientistas, representantes da sociedade civil e de grupos especiais, responsável por assegurar a proteção dos direitos, da segurança e do bem-estar dos sujeitos da pesquisa clínica, mediante a revisão ética dos protocolos de pesquisa;
.....

A segunda emenda, Sr. Presidente, dispõe:

Dê-se ao art. 7º do PLS nº 200, de 2015, a seguinte redação:

“Art. 7º
I – ter composição multidisciplinar e com equilíbrio de gênero, com número suficiente de membros, para que, no conjunto, tenha a qualificação e a experiência necessárias para revisar e avaliar os aspectos médicos, científicos e éticos da pesquisa proposta;
.....
§ 2º
.....
II – um membro, pelo menos, representante da sociedade civil;
.....
§ 3º Em caso de pesquisa que envolva grupo especial, a instância de revisão ética deverá assegurar, na discussão sobre o protocolo, a participação de:
I – um representante do referido grupo, como membro *ad hoc*;
II – um consultor familiarizado com a língua, os costumes e as tradições da comunidade específica, quando a pesquisa envolver população indígena.
§ 4º A deliberação sobre a adequação ética da pesquisa clínica deve ocorrer em reunião previamente marcada, que conte com quórum mínimo, conforme definido no documento descritivo dos procedimentos operacionais do CEP ou CEI.
§ 5º Apenas aos membros efetivos e *ad hoc* do CEP ou CEI é lícito emitir parecer e deliberar sobre a adequação ética das pesquisas clínicas submetidas ao comitê.
§ 6º Membros do CEP ou CEI poderão convidar especialistas externos para prestarem assistência qualificada em áreas específicas.”

A Emenda 3, Sr. Presidente:

Inclua-se o seguinte inciso IX no art. 24 do PLS nº 200, de 2015, renumerando-se o atual inciso IX e os demais incisos:

“Art. 24.
.....
IX – assegurar o acompanhamento clínico dos sujeitos da pesquisa durante a condução do estudo e após o seu término, pelo prazo e nas condições definidos no protocolo aprovado pelo CEP ou CEI;

A 4ª emenda, Sr. Presidente:

Dê-se ao art. 27 do PLS nº 200, de 2015, a seguinte redação:

Art. 27. A utilização de placebo só é admitida quando inexistir tratamento convencional para a doença objeto da pesquisa clínica ou em casos excepcionais, para atender exigência metodológica justificada, desde que não implique riscos adicionais de dano grave ou irreversível para o sujeito da pesquisa.

A quinta emenda, Sr. Presidente.

Dê-se ao art. 28 do PLS nº 200, de 2015, a seguinte redação:

Art. 28. Ao término da pesquisa, o promotor ou o investigador promotor garantirá aos sujeitos da pesquisa o fornecimento gratuito do medicamento experimental que tenha apresentado maior eficácia terapêutica ou relação risco/benefício mais favorável que o tratamento de comparação, sempre que presente uma das seguintes situações:

I – risco de morte ou de agravamento clinicamente relevante da doença;

II – ausência de alternativa terapêutica satisfatória no País para a condição clínica do sujeito da pesquisa, a critério do médico assistente.

Assim, Sr. Presidente, o nosso voto é de aprovação.

Como já disse aqui o Senador – e eu o ouvi, Aloysio Nunes –, é um belíssimo projeto, que vem a nortear – como já foi dito aqui, repetido pelo Ministro Luís Roberto Barroso – um sistema que enfrenta sérios problemas de validade jurídica, por falta de lastro legal, pelas suas competências exercidas e pelas providências determinadas.

Então, esse projeto toma providência e vem a substituir esse vácuo na nossa legislação.

Parabenizo, mais uma vez, os autores, a Senadora Ana Amélia, o Senador Moka e o Senador Walter Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Em discussão, a matéria.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Eu entendo esse projeto como um projeto extremamente importante. Ontem o Senador Moka falou comigo.

Eu acho que realmente é preciso haver um regramento da pesquisa científica no Brasil, mas tive acesso aqui a um parecer da Fiocruz, que trata sobre alguns pontos do projeto, que eu acho que deveriam ser objeto de uma reflexão por parte do Relator, dos autores e nossa também. Inclusive, já articulei aqui uma conversa entre o Relator, os autores, a Comissão de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde e da Fiocruz, quer dizer, eu articulei pelo lado do Governo, para que se pudessem conversar alguns pontos que pudessem ser aprimorados.

Então, o meu pedido é no sentido de que me seja concedida vista, que tenhamos vista coletiva, para que, no espaço de uma semana, alguns pontos aqui que podem ser objeto de entendimento possam ser melhorados.

Esse é o meu pedido.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Presidente, eu...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – ... gostaria de fazer apenas um agradecimento muito sincero ao trabalho exemplar do Senador Eduardo Amorim – e tenho certeza de que o Senador Moka também registrará e o Senador Walter Pinheiro –, porque ele conseguiu, neste relatório, aperfeiçoar e dirimir algumas dúvidas que havia em relação, entre outras questões, ao uso de placebo e outras matérias.

Fica muito claro, em todas as emendas, o aperfeiçoamento criterioso feito, com uma efetiva participação de controle social sobre essa matéria.

Então, penso que – independentemente da manifestação do Senador Humberto Costa, que também respeito, porque é um direito que compete a todos os Senadores na discussão de uma matéria desta envergadura – nós, em mais uma semana, façamos isso, porém eu gostaria de argumentar que aqui, no nosso trabalho, não examinamos o mérito do projeto. Nós estamos examinando tão somente se ele é ou não é constitucional. O mérito dessa matéria – talvez aquilo que o Senador Humberto queira propor diga respeito exatamente a mérito – é terminativamente na Comissão de Assuntos Sociais.

Também respeito a posição da Fiocruz, mas digo que outras instituições importantes, como Bio-Manguinhos, por exemplo, ou outros centros de pesquisa de universidades públicas federais do nosso País, de vários Estados (da Bahia, da Paraíba, do Ceará, do Rio Grande do Sul, de São Paulo, de Santa Catarina, do Paraná) se manifestaram quando debatemos esse projeto em uma audiência pública extremamente participativa, com a presença da Anvisa, do Conep, do Conitec, do Ministério da Saúde e dos órgãos representativos da área médica, os conselhos federais, a Associação Médica Brasileira, a associação Aliança Pesquisa Clínica.

Então, aqui estamos tão somente tratando se é ou não é constitucional, porque teremos ainda que passar pela Comissão de Assuntos Sociais, onde ele será terminativo. Aí sim, vamos examinar o mérito. É apenas uma ponderação que penso seja adequada e oportuna nessa matéria, que tem relevo. Ela não impacta somente o

direito à cidadania, do cidadão – essa é a preocupação dos Senadores que subscrevem esse PLS nº 200 –; trata-se também de trazer o Brasil a um protagonismo internacional na área da pesquisa clínica e na área da ciência.

Eu tenho recebido manifestações, e cito apenas a de uma professora pesquisadora de São Paulo, que não conheço pessoalmente, a Profª Drª PhD Maria Lúcia Pecoraro, que me mandou uma mensagem a respeito desse projeto, dizendo o seguinte: “Se for simplificada a regulação desses procedimentos, voltarei ao Brasil.” Faz treze anos, ela é pesquisadora num importante centro de pesquisa em São Francisco, na Califórnia. E assim como Maria Lúcia Pecoraro, muitos outros, centenas e centenas de pesquisadores brasileiros, médicos, doutores, pesquisadores estão saindo do Brasil pelas mesmas razões: a excessiva burocracia na liberação de uma pesquisa clínica.

O nosso interesse é exclusivamente com a sociedade, com o cidadão, com o paciente, porque hoje a sociedade moderna, e o prolongamento, a longevidade do brasileiro está mostrando que isso se deve também e graças ao serviço da pesquisa clínica em nosso País e aos novos tratamentos, não só de prevenção, mas no trato da própria doença.

Muito obrigada, Senador Eduardo Amorim. Fico muito orgulhosa...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Pela ordem.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – ...da relatoria nas suas mãos. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Passo a palavra a Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – Eu quero parabenizar os Senadores Walter Pinheiro, Ana Amália e Moka e também o Relator, pelo trabalho tão substancioso, pela ideia de apresentar, pelo trabalho em apresentar uma proposta, um projeto tão interessante e importante para o Brasil e o cuidado com que o Senador Amorim relatou.

Parece-me que as ponderações sobre esse projeto deveriam focar duas coisas: as pessoas que não estão tendo acesso devido à burocracia de protocolos variados que existem. As pessoas chegam a esperar um ano e, no meio do caminho, elas nem têm mais condição de aproveitar qualquer resultado; e também o número de pesquisadores que estamos perdendo para o exterior.

Há um dado aqui que me pareceu bastante relevante. É que a burocracia coloca o Brasil como responsável apenas por 2% das novas pesquisas clínicas em todo o mundo. Em primeiro lugar, Estados Unidos, com quase 45% do total entre 162 países. O que ocorre é que isso acaba desestimulando a pesquisa clínica no Brasil, levando nossos cérebros para trabalhar fora, como mencionou a Senadora Ana Amélia. Então, parece-me muito importante. Aqui, lembrando: vamos votar não o mérito; estamos votando a constitucionalidade. Era isso que eu queria dizer.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra, o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, a autoria do projeto é da Senadora Ana Amélia. Eu e o Senador Walter Pinheiro somos, na verdade, apoiadores.

Eu quero contar uma história. Eu, quando era Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, mediei o encontro Anvisa-Conep. Tratamos, demos prazo, formamos um grupo. Depois de 60 dias, a Anvisa avançou muito, mas lamentavelmente não conseguimos chegar a um acordo nessa questão da burocracia. E aí, durante essa discussão – e isso é jurídico isso, está firmado –, vimos que não temos um arcabouço legal.

Nós fazemos pesquisa clínica em cima de uma norma, de uma normativa. Então, o projeto de lei vem, na verdade, dar um arcabouço legal para algo que é muito importante, que é exatamente a pesquisa clínica, que vai possibilitar que se salvem vidas.

Eu gostaria realmente – tenho o maior respeito e admiração pelo nosso ex-Ministro Humberto Costa, com quem ontem tive o cuidado falar. É claro que o pedido de vista é regimental, e não há como não concedê-lo. Mas como vai tramitar ainda na Comissão de Ciência e Tecnologia e ela é terminativa na Comissão de Assuntos Sociais, penso que haveria tempo para que pudéssemos sanar qualquer tipo de problema que pudesse haver. Agora, evidentemente que não vou, não devo e não posso... Eu só tenho é de concordar com o pedido de vista, até porque, como eu já disse, ele é regimental.

Mas é um projeto, Sr. Presidente, que tem apenas e tão somente o objetivo de dar um arcabouço legal e melhorar essa questão da pesquisa clínica no nosso País.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra, o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu pedi a palavra para primeiro cumprimentar a todos desta Comissão por estarmos retomando os trabalhos na Comissão de Constituição e Justiça com muitas matérias, mas especificamente com esta matéria.

E aqui parablenizo a Senadora Ana Amélia pela iniciativa, que tem trabalhado com alguns temas correlatos. É muito importante a vivência e a experiência que a Senadora Ana Amélia trouxe para cá, propondo matérias como essa que ganhou reforço e, na modéstia do Senador Moka, ganhou a ajuda e a chancela do Senador Moka e do Senador Walter Pinheiro.

É uma matéria da maior importância. O relatório apresentado pelo também médico e Senador Eduardo Amorim acho que conclui uma etapa importante nesta Comissão. Agora, faço minhas as palavras do próprio Senador Moka: o ex-Ministro da Saúde Humberto está assumindo um compromisso de votarmos já na semana que vem. Ele, como ex-Ministro da Saúde e também como médico, está comprometido com este projeto. E acho que vamos inaugurar da melhor maneira os trabalhos aqui, na Comissão de Constituição e Justiça.

Então, acho que isso é razoável, porque é uma matéria muito complexa e se encontrou uma maneira de tratá-la adequadamente, corretamente. Pesquisa, no nosso País, é quase proibitiva ainda. Nós acabamos de aprovar a Lei de Acesso à Biodiversidade, porque era proibido pesquisar a biodiversidade em um País que tem 20% da biodiversidade do Planeta. Mas nós estamos tratando de vidas humanas.

Então, os médicos cérebros, como falou a Senadora Marta, têm de sair do País para poderem aprofundar o seu conhecimento. E nós vamos permitir o retorno desse conhecimento científico; nós vamos ampliar a possibilidade de usarmos a ciência pelo bem da humanidade, pelo bem de todos nós.

Eu só quero, parabenizando os três colegas e o Relator, Senador Eduardo Amorim, dizer que, como já foi feito o pedido de vista, eu acho que toda a prudência nessa matéria é importante, porque ela é polêmica, é muito difícil e se encontrou uma maneira de trabalhá-la, como bem colocou o Senador Moka, com muito diálogo, com muita busca de entendimento e o compromisso do Líder Humberto Costa de fazer a mediação e trazer um entendimento para que se vote já na próxima semana.

Sendo assim, eu acho que não retarda o bom senso e até essa precaução, por se tratar de pesquisa clínica, de trabalhar com humanos na ciência. Acho que aí vale o pedido de vista do Senador Humberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra a Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Presidente, antes de mais nada, eu quero dizer que todo o projeto que tramitar nesta Casa e que auxiliar a medicina na prevenção e na cura de doenças, mas, principalmente, que melhorar a qualidade de vida dos pacientes, terá o meu voto incondicional.

Eu entendo a posição do Senador Humberto Costa. Sei que a matéria é complexa, mas eu quero reforçar o que foi dito pela nossa querida Senadora Ana Amélia, autora do projeto. Estamos aqui na Comissão de Constituição e Justiça analisando os aspectos constitucionais e legais desse projeto. Esse projeto ainda vai passar por duas Comissões de mérito e, se porventura lá precisarem ser aprimorados de forma a garantir o princípio constitucional da dignidade do ser humano, que seja feito nessas Comissões. O que não podemos é retardar ainda mais um projeto dessa envergadura. Quem é doente, quem está em fase terminal, quem tem doença degenerativa tem pressa; uma semana, um mês é muito no que se refere a essas pessoas.

Aqui foi dito que temos que ter o cuidado, porque esse projeto está falando de garantia da dignidade da vida humana. Pergunto: como está a dignidade de um ser humano que está vegetando numa cama, que está perdendo a visão por doença degenerativa? Não podemos mais estar na rabeira mundial no que se refere a patentes na área da medicina, como foi colocado aqui. Aqui mesmo foi me apresentado – finalizo a minha intervenção, acredito que quem me entregou foi o Senador Moka, não sei quem fez esse estudo, mas deve ter sido alguma fundação de saúde –, que, recentemente, a Universidade Federal do Ceará descobriu, a princípio, uma planta que é anticancerígena. E, por questões burocráticas, inclusive de agilização na liberação de protocolos, estamos perdendo a patente dessa planta para os Estados Unidos.

Pergunto: qual é problema de votarmos aqui, darmos um voto de confiança – votarmos não cegamente, porque conhecemos o projeto na parte constitucional e legal –, votarmos na Comissão de Constituição e Justiça esse projeto e deixar as Comissões de mérito, tão importantes quanto essa Comissão, que têm condições de analisar esse projeto no mérito, para fazer os aperfeiçoamentos necessários, para entregarmos à Nação brasileira, ainda que tardiamente, um marco regulatório no que se refere ao avanço do estudo clínico de medicina no País?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Sr. Presidente, faço minhas as palavras da Senadora Simone Tebet e acrescento o respeito, obviamente, ao pedido de vista do Senador e ex-Ministro Humberto Costa, mas fazendo esse apelo para que possamos acelerar o trâmite desse projeto, porque ele é da maior importância.

Eu, por exemplo, tenho enxaqueca, todo mês tenho uma crise de enxaqueca, e torço para que, em algum momento desse, possa surgir uma pesquisa médica que possa debelar e dar um jeito nesse defeito de fábrica.

Mas veja bem, Senador, temos aqui no Brasil uma situação que me parece ser em todos os setores. Perdemos – isso é um mantra do Senador Blairo Maggi – a batalha para o papel. É travamento em tudo que é área, travamento ambiental, travamento em todos os setores. Só para dar um exemplo: patentes. Para se conseguir patentear um produto, dizem que a média é 11 anos. Como vamos concorrer no cenário mundial com um gargalo desse, com um peso desse nos prendendo?

Parabenizo o Senador Moka, o Senador Eduardo Amorim pela brilhante relatoria e a Senadora Ana Amélia. Aliás, estive no interior do Mato Grosso e recebi um pedido para que transmitisse o elogio a ela sobre outro projeto dela no que se referia aos remédios para as pessoas com câncer.

Esse é o meu posicionamento. Reforço o apelo ao Senador Humberto Costa, para que possamos votar logo esse projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra, o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Presidente, muito obrigado.

Quero cumprimentar os Senadores, que, na verdade, são três autores – Senadora Ana Amélia, Senador Moka, e Senador Walter Pinheiro – que, a seis mãos, fizeram esse projeto. Quero aqui hipotecar meu apoio a ele e também fazer um apelo ao Senador Humberto que deixe esse projeto andar aqui na Comissão, já que temos outras Comissões pela frente para discutir o mérito desta questão.

Só para deixar o meu apoio, se retirado ou concordado, não houver pedido de vista, faríamos a votação hoje. Caso contrário, tem todo o direito, o Senador Humberto, de fazer isso; obedeceremos às condições colocadas aqui nesta Casa.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Presidente Pimentel, apenas para reforçar aqui o meu apoio ao projeto e também a V. Exª para, depois de feitas as inversões de pauta já aprovadas na Comissão, analisarmos o Projeto, item nº 01 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – É o Item 1. Será o terceiro item da pauta. Eu já estava ordenando.

Com a palavra o Senador Humberto Costa, e eu faria um apelo, nobre Senador Humberto Costa. É evidente que V. Exª é nosso orientador por ser o nosso Líder e por ter sido ex-Ministro, mas, como estamos tratando apenas da constitucionalidade, poderíamos constituir um grupo de trabalho, envolvendo as partes aqui em discussão para, quando chegar à CAS, termos um parecer consensual. E ali ganharíamos tempo. É evidente que V. Exª é nosso Líder e quem melhor conhece na nossa Bancada. Mas eu deixaria a seguinte reflexão.

Com a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, o meu pedido de vista se prende exatamente a aspectos de constitucionalidade que o projeto tem e que podem ser facilmente resolvidos. Eu vou dar aqui um exemplo: o projeto está colocando que, em casos de utilização de placebo, o que há hoje, consensualmente, e que se define exatamente pela questão da integralidade, como direito constitucional na saúde, os benefícios, riscos, dificuldades e efetividade de um novo método terapêutico devem ser testados comparando-os com os melhores métodos profiláticos, diagnósticos e terapêuticos atuais.

No projeto, abre-se a possibilidade de se utilizar um placebo que seja absolutamente sem efetividade mesmo naqueles casos em que se tem um medicamento que já produz algum tipo de efeito. É algum problema discutir-se e aperfeiçoar isso? Aqui, estamos discutindo não somente para dizer sim ou não à constitucionalidade de um projeto, mas é para pegar um projeto bom, que tem um conteúdo bom e dar a ele uma segurança jurídica para que, posteriormente, não venha quem quer que seja ao Supremo questionar a constitucionalidade. É pedir muito uma semana para se ter uma conversa, uma reunião e se votar?

Apenas isso. Tudo bem se há uma... Agora o que vai acontecer é que, se mais à frente não corrigirmos essas coisas que não estou dizendo que são, mas estou dizendo que há opiniões diferentes quanto a serem constitucionais ou não. Acerca da não obrigatoriedade da continuidade do tratamento de quem participou da pesquisa são coisas que podem ser questionadas. Eu não vejo problema de, em uma semana, se chegar e produzir um consenso. Se houver, da parte do Sr. Relator, uma rejeição a isso, tudo bem, eu retiro o pedido de vista. Agora acho que isso é uma posição de uma rigidez absoluta e total.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, prefiro ouvir o Relator porque eu quero argumentar aqui se está preenchida uma das...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra o Relator.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Já prevíamos essa questão do placebo em uma emenda em que altera o art. 27, só lembrando ao nobre Senador Humberto Costa. Mas é extremamente legítimo, e estamos à disposição para conversar e para melhorar o projeto se assim for entendido.

No art. 27 se diz que a utilização do placebo só será admitida quando inexistir tratamento convencional para doença objeto da pesquisa clínica ou em casos excepcionais para atender exigências metodológicas justificadas, desde que não implique riscos adicionais de danos graves ou irreversíveis para o sujeito da pesquisa. Então, eu entendo, Senador Humberto, que esse artigo, essa emenda fecha qualquer possibilidade de risco de dano àquele que está contribuindo com a pesquisa, mas estamos inteiramente à disposição para dialogar. O diálogo é o cimento, é a liga de qualquer relação, e poderemos fazer isso muito bem em uma semana, mas entendo que essa questão do placebo foi muito bem fechada, ela foi muito bem assegurada com essa emenda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, quero deixar muito claro, até pelo respeito que tenho pelo Senador Humberto Costa, que, se ele entende que esta semana é importante e que isso vai ajudar, eu que, da minha parte, como autor, eu não tenho a menor objeção quanto ao pedido de vista, nem poderia ter. Ao contrário, eu tenho certeza de que, com o bom senso e o equilíbrio sempre demonstrados por esse extraordinário homem público que é Humberto Costa, nós haveremos de chegar a um texto que possa realmente ser votado aqui por unanimidade.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

Eu queria agradecer à Presidência por ter instado o Senador Humberto Costa. Endosso integralmente a posição do Senador Moka e também do que disse o Relator a respeito desses esclarecimentos tão necessários.

Essas ponderações do Senador Humberto foram feitas antes do relatório do Senador Eduardo Amorim, mas penso que, do ponto de vista político, do ponto de vista institucional, do funcionamento da instituição, isso é regulamentar, regimental, e, politicamente, penso que seja o melhor caminho. Por isso concordo com o que o Senador Moka disse.

Antes, porém, eu queria agradecer as manifestações das Senadoras Simone e Marta, dos Senadores Medeiros, Blairo Maggi, inclusive do Senador Jorge Viana e Crivella, a respeito dessa iniciativa, assinada pelo Senador Walter Pinheiro, Senador Moka e por mim, tratando de uma matéria tão relevante quanto esta. Penso que esse resultado nesta semana, como é uma vista coletiva, nós teremos o espaço suficiente para que ela saia daqui sem nenhuma dúvida porque é o melhor caminho.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Esta é uma Comissão que faz muitos acordos políticos. Portanto, eu acredito, nosso Moka, Ana Amélia, nosso Eduardo, nosso Humberto Costa, que o melhor caminho é a vista coletiva e, quarta-feira, a gente vota por unanimidade.

Então, concedida a vista coletiva.

Item 11.

Havia sido feita a inversão. Parece-me que o Relator Ciro Nogueira...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PP – PI) – Gostaria que fosse retirado para nós votarmos na próxima sessão, Presidente, de comum acordo com o Senador Cássio.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – O.k!

Item 18, também da inversão:

ITEM 18

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 59, de 2015

– Não terminativo –

Acrescenta os §§ 2º, 3º, 4º e 5º ao art. 101 da Constituição Federal, para estabelecer prazos para a indicação, apreciação e nomeação de Ministros do Supremo Tribunal Federal e definir como crime de responsabilidade o seu descumprimento.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Só um minutinho, Senador Humberto Costa.

Autoria: Senadora Marta Suplicy e outros.

Relatoria: Senador José Medeiros.

Relatório: Favorável à proposta.

Antes de conceder a palavra ao Senador José Medeiros, tem a palavra, pela ordem, o Senador Humberto Costa.

Por gentileza, o senhor pediu pela ordem.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Não é sobre este projeto; é sobre o outro. Era para pedir uma inversão...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – É o item 2?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Os itens 1 e 2 serão os seguintes.

Concedo a palavra ao Senador José Medeiros para proferir o relatório.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos que nos acompanham pela TV Senado, Vem à análise desta Comissão a Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2015, cuja primeira signatária é a Senadora Marta Suplicy, que acrescenta os §§ 2º, 3º, 4º e 5º ao art. 101 da Constituição Federal, para estabelecer prazos para a indicação, apreciação e nomeação de Ministros do Supremo Tribunal Federal e definir como crime de responsabilidade o seu descumprimento.

Estabelece a PEC o prazo de três meses, a contar da data de abertura da vaga, para que o Presidente da República escolha o nome a ser indicado para compor o Supremo Tribunal Federal, conferindo-lhe o prazo de 15 dias para a nomeação após a aprovação pelo Senado Federal.

A proposta, Sr. Presidente, determina, ainda, que, caso o Senado não se manifeste sobre a indicação em até 45 dias, sobrestar-se-ão todas as demais deliberações legislativas, com exceção das que tenham prazo constitucional determinado, até que se ultime a votação.

Na hipótese de rejeição do indicado, determina a proposta que o Presidente da República deverá escolher outro nome no prazo de dois meses, importando em crime de responsabilidade o descumprimento de quaisquer dos prazos estabelecidos nesta Proposta de Emenda à Constituição.

Análise.

Cabe a esta Comissão, na forma do art. 356 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), proceder à análise de proposta de emenda à Constituição quanto à admissibilidade e mérito.

Preliminarmente, no que se refere à constitucionalidade da proposição, não há qualquer ofensa em relação às limitações formais, circunstanciais ou materiais constantes do art. 60 da Constituição Federal (CF).

No que se refere à juridicidade e à regimentalidade, não se encontram, tampouco, quaisquer vícios impositivos da tramitação da Proposta.

Quanto à técnica legislativa, a proposição se mostra em consonância ao que determina a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No que tange à análise do mérito da proposição, resgatamos alguns dos argumentos apresentados na justificação da PEC.

Afirma a autora que, atualmente, quando o Presidente da República não realiza a escolha do nome, o STF fica prejudicado nas suas votações. E, ainda que haja a escolha e a aprovação, nada obriga o Presidente da República a nomeá-lo em tempo razoável.

Desse modo, prossegue a autora, afirmando que a nossa Suprema Corte, a depender do beneplácito do chefe do Poder Executivo, pode permanecer indeterminadamente com número de membros abaixo do estabelecido pelo Texto Maior, o que não só atenta contra a sua dignidade institucional, mas tem também consequências práticas.

Concordamos com os argumentos apresentados. De fato, a Constituição Federal de 1988 apresenta, em seu texto originário, um verdadeiro vácuo normativo quanto à solução a ser adotada na hipótese de procrastinação, por parte do Presidente da República, na indicação de nome para compor o Supremo Tribunal Federal.

Desse modo, no regime atual, pode a Suprema Corte permanecer meses, ou, até mesmo, anos com vagas a preencher, possibilitando, em casos extremos, a inviabilização do funcionamento do Tribunal pela falta de ministros em número suficiente para atingir o quórum mínimo de deliberação.

E disso tivemos prova, recentemente, quando se passou quase um ano até que se indicasse o agora Ministro Fachin.

Nesse sentido, mostra-se oportuna e de grande importância a inovação sugerida na PEC nº 59, de 2015, por trazer segurança jurídica ao procedimento de escolha dos ministros do Supremo Tribunal Federal, além de fortalecer a independência do Judiciário, em atenção ao princípio da separação dos Poderes.

Passo ao voto.

Diante do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2015.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras e os Srs. Senadores que são favoráveis permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, por unanimidade, o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à proposta.

A matéria vai ao Plenário.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, de 2014

– Não terminativo –

Acrescenta parágrafo único ao art. 85 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

Autoria: Deputado Antonio Bulhões.

Relatoria: Senador Marcelo Crivella.

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella para proferir o seu relatório.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – É só um minuto.

Relativamente ao projeto anterior, de autoria da Senadora Marta, com a relatoria do Senador José Medeiros, eu tenho um projeto, que encaminhei a esta Comissão há algum tempo, que versa mais ou menos sobre o mesmo tema, ou seja, o tempo para o preenchimento das vagas no STF.

A minha pergunta é: não deveria ter havido o apensamento das duas matérias? Não há, aqui, na Comissão, algo que traga esses processos muito parecidos para a mesma situação?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Realmente, as matérias conexas deveriam ser todas apensadas para proporcionar uma posição mais consensual sobre os vários temas e, ao mesmo tempo, valorizar o trabalho de cada Senadora e de cada Senador. Ocorre que a competência é privativa da Mesa do Senado ou do Plenário do Senado.

Eu mesmo tenho o hábito, aliás a minha assessoria tem o hábito de fazer um levantamento dos projetos que têm afinidade e propor o seu apensamento.

Acredito, nobre Senador Blairo, que o que poderíamos fazer é apresentar o requerimento de apensamento no Plenário. Assim, esse projeto, que não foi votado será apensado e, lá, nós conferiríamos um voto de Plenário sobre as duas matérias, dando crédito aos autores de cada uma.

Em seguida, ajudaremos V. Ex^a.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Está bom.

É que são matérias parecidas. O meu, por exemplo, é o de nº 17, de 2015. Estou vendo que esse também é de 2015. Então, eu acho que esta Comissão poderia dar uma organizada nisso e, naquilo que houver semelhança, nós nos sentamos e nos reunimos com autores diferentes, e vamos em frente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Eu vou solicitar à assessoria da Comissão para fazer um levantamento das várias matérias que têm afinidade, ou seja, que têm a mesma conexão para que a gente possa...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Eu sei que há outros colegas que têm a mesma iniciativa nessa atividade.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – E há outras matérias, também muito importantes, sobre as quais há quatro ou cinco projetos que se comunicam. Cabe a nós ordenarmos isso.

Com a palavra o Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Sr. Presidente, vem ao exame desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o Projeto de Lei da Câmara nº. 14, de 2014, de autoria do Deputado Antônio Bulhões, do PRB de São Paulo.

O projeto visa a alterar a Lei nº 9.503, de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, de maneira a garantir que as faixas de pedestre sejam indicadas por sinal luminoso e iluminadas em locais de grande circulação de pedestres.

O autor fundamenta a iniciativa citando os atropelamentos que ocorrem nas faixas de pedestre, notadamente à noite. Contribuem para isso a má iluminação das ruas e a redução de até trinta por cento da capacidade das pessoas em enxergar em condições de baixa visibilidade.

Conclui o autor que a indicação luminosa adequada das faixas de pedestre é condição essencial para contribuir com a redução de atropelamentos.

A proposição foi distribuída unicamente a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo-lhe decisão terminativa. Não foram apresentadas emendas.

Nos termos do art. 101 do Regimento Interno, compete a esta Comissão opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e também sobre o mérito neste caso.

O projeto não possui vícios de constitucionalidade, pois a matéria de que trata se insere na competência da União para legislar privativamente sobre trânsito e transportes, como prevê o inciso XI do art. 22 da Constituição Federal, e não incide em qualquer das hipóteses de reserva de iniciativa em favor do Poder Executivo. Também não há vícios de juridicidade ou de regimentalidade.

Quanto ao mérito da proposição, associo-me às razões do autor. De fato, as más condições de visibilidade das ruas e avenidas contribuem para elevar o número de atropelamentos. A faixa de pedestre é o local adequado à travessia de pessoas, mas é preciso chamar a atenção dos condutores dos veículos da sua existência, de maneira que haja tempo suficiente para reduzir a velocidade ou parar o veículo. Quanto maior a atenção do condutor, maiores as condições de proporcionar uma travessia segura para os pedestres.

Por fim, em relação à técnica legislativa, entendemos que a redação do Projeto pode ser aperfeiçoada em alguns pontos. O primeiro deles refere-se aos termos “sinais luminosos” e “iluminação”. Não cabe à lei detalhar como será realizada a iluminação da faixa de pedestres, pois se trata de questão eminentemente técnica. Tais assuntos devem ser dispostos pelo Conselho Nacional de Trânsito, foro competente para a regulamentação das disposições do Código de Trânsito.

O segundo ponto refere-se a possível problema de interpretação da redação do parágrafo proposto, pois o texto sugerido é ambíguo. A primeira interpretação possível é de que os sinais luminosos serão instalados em todas as faixas de pedestre e, onde houver grande circulação de pessoas, deverá haver iluminação.

O segundo entendimento é de que apenas as faixas com grande circulação de pessoas deverão possuir sinais luminosos e iluminação.

De todo modo, entendemos que todas as faixas de pedestre devam ser sinalizadas e iluminadas de forma a garantir uma travessia segura independentemente do horário, e de serem ou não de “grande circulação de pedestres”.

De fato, quando há justificativa técnica para existência da faixa, não cabe fazer distinção entre as mais e as menos seguras.

O terceiro e último ponto que entendemos necessário alterar diz respeito à ementa vazia do projeto, o que fere o disposto na Lei Complementar nº 95, de 1998, que trata da elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

A proposta, portanto, é que a ementa seja alterada para explicar o objetivo da lei.

Diante disso, Sr. Presidente, o voto é pela constitucionalidade e juridicidade do PLC 14/2014 e, no mérito, por sua aprovação com as alterações decorrentes das seguintes emendas:

EMENDA Nº – CCJ

Dê-se à proposta ementa do PLC nº 14, de 2014, a seguinte redação:

“Acrescenta parágrafo único ao art. 85 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para que as travessias de pedestre tenham iluminação adequada.”

EMENDA Nº – CCJ

Dê-se ao proposto parágrafo único do art. 85, da Lei nº 9.503, de 1997, conforme contido no art. 2º do PLC nº 14, de 2014, a seguinte redação:

“Art. 85.
Parágrafo único. O Contran estabelecerá as condições mínimas de iluminação das travessias de que trata o *caput*, de forma a garantir a visualização dos pedestres a distâncias que permitam a parada segura dos veículos, independente da hora.”

Esse é, Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, o nosso relatório, pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação o relatório favorável ao projeto, com duas emendas.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam...

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Pois não.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Desculpe-me. É terminativo aqui? Alteração de código vai para o plenário?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – É não terminativo.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2, da CCJ.

A matéria vai ao plenário, portanto, não terminativo.

Item 2, que é terminativo.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 554, de 2011

– Terminativo –

Altera o § 1º do art. 306 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para determinar o prazo de vinte e quatro horas para a apresentação do preso à autoridade judicial, após efetivada sua prisão em flagrante.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares.

Relatoria: Senador Humberto Costa,

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta, acatando integralmente as Emendas nºs 4 e 5, parcialmente, a Emenda nº 1-CDH-CAE (substitutivo) e a Emenda nº 6, pela rejeição da Emenda nº 2, e pela prejudicialidade das Emendas nº 7, 8 e 9.

Observações:

– *A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e pela Comissão de Assuntos Econômicos;*

– *Em 25/06/2014, foi apresentada a Emenda nº 2, de autoria do Senador Francisco Dornelles;*

– *Em 29/06/2015, foram apresentadas as Emendas nº 4, 5 e 6, de autoria do Senador Ivo Cassol;*

– *Em 30/06/2015, foram apresentadas as Emendas nº 7, 8 e 9, de autoria do Senador Benedito de Lira;*

– *Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar;*

– *Votação nominal.*

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa, para a sua complementação de voto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, eu já fiz a leitura do relatório e, inclusive, me coloquei à disposição de todos os Parlamentares e das entidades de representação de atores da área de segurança pública e de direitos humanos para receber novas ideias e sugestões.

A modificação que eu fiz no projeto foi no art. 2º, quando trata do art. 306, quando modifica o art. 306, e no §9º. Na verdade, no art. 8º, está dito que, na impossibilidade, devidamente certificada e comprovada, de a autoridade judiciária realizar a inquirição do preso quando da sua apresentação, a autoridade custodiante ou o delegado de polícia, por meio de seus agentes, tomará recibo do serventuário judiciário responsável, determinando a juntada nos autos, nesse último caso, retornando com o preso e comunicando o fato, de imediato, ao Ministério Público, à Defensoria Pública e ao Conselho Nacional de Justiça. A grande discussão era o que fazer para a reapresentação do preso.

Então, no §9º, eu adotei uma sugestão que recebi da Defensoria Pública e de outros Parlamentares, que a endossaram, dizendo o seguinte: tendo em vista a necessidade de garantir os direitos fundamentais da pessoa presa, a audiência de custódia deverá ser obrigatoriamente realizada no primeiro dia útil subsequente, devendo a autoridade custodiante, sob pena de responsabilidade, reapresentá-lo na data indicada.

Então, a ideia seria: chegou ao juízo onde o preso deveria ser apresentado; não estando presente o juiz, faz-se um documento que circuncuncie essa situação; faz-se a comunicação ao Ministério Público, à Defensoria Pública e ao CNJ e, no primeiro dia útil subsequente, esse preso será apresentado ao juiz. A ideia seria essa.

Conversei com o Senador Randolfe, que tinha justamente um questionamento sobre a proposta que eu havia inicialmente apresentado. Sei que há alguns questionamentos. Apesar de não terem me procurado, os integrantes da AMB apresentaram um parecer sobre o projeto, e eu, em princípio, não vejo incompatibilidade entre as preocupações que eles levantam e o que está posto aqui. Mas vamos discutir aqui, sem nenhuma dificuldade.

Então, esse é o complemento do parecer que li na semana passada, na última reunião.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Em discussão a matéria.

Para discutir, com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Sr. Presidente, tenho grande entusiasmo por esse projeto.

A audiência de custódia já é praticada em muitos Estados, inclusive no Estado de São Paulo, com grande êxito. Recentemente, o Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, Dr. Nalini, publicou um artigo no jornal *O Estado de São Paulo* em que demonstra, com toda a clareza, os benefícios desse sistema que ainda existe em caráter experimental, não tendo ainda uma base sólida no processo penal brasileiro.

Quero também cumprimentar o trabalho do Senador Humberto Costa, pela sua abertura ao diálogo e a sua paciência beneditina para ouvir os argumentos contrários, muitas vezes, e a abertura de espírito para absorver críticas que possam ser feitas ao seu trabalho.

Mas tenho, Senador Humberto Costa, uma objeção em relação à redação que o senhor dá ao §2º do art. 322. O §2º do art. 322 prevê a competência para o delegado de polícia aplicar, em decisão evidentemente fundamentada, medidas cautelares, previstas no Código de Processo Penal e que, no meu entender, configuram medidas que só podem ser tomadas pela autoridade judiciária. Elas estão cobertas, no meu entender, pela reserva constitucional de jurisdição.

São essas as medidas elencadas pelo Senador Humberto Costa em sua emenda – medidas que poderiam ser aplicadas pelo delegado de polícia, que é o autor da prisão. Primeira delas: comparecimento periódico em juízo, no prazo e nas condições fixadas pelo juiz, para informar e justificar atividades. 2) Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado permanecer distante desses locais para evitar risco de novas infrações. 3) Proibição de manter contato com determinadas pessoas; e 4) Proibição de ausentar-se da comarca, quando a permanência seja conveniente ou necessária para investigação ou instrução.

Penso, Sr. Presidente e meu caro Senador Humberto Costa, que, com exceção da primeira providência cautelar, que é o comparecimento periódico em juízo, as demais configuram uma restrição de direitos fundamentais, como liberdade de ir e vir, liberdade de comunicar-se com outras pessoas, que, no meu entender, só poderiam ser decretadas pelo Juiz de Direito. Nada impede que o delegado de polícia peça ao juiz que determine essa medida cautelar, mas penso que não apenas a última palavra, mas a primeira palavra nessas matérias que dizem respeito a direitos fundamentais – a primeira palavra – deve ser também a do juiz,

De modo que eu sugeriria a V. Exª manter, nesse §2º do art. 322, apenas a medida prevista no inciso I, que é o comparecimento periódico em juízo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Em discussão a matéria.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, eu não somente respeito e considero demais a opinião do Senador Aloysio Nunes, como também o posicionamento da AMB. Quero deixar absolutamente claro que, em nenhum momento, foi minha intenção invadir a competência específica de nenhum segmento. Na verdade, minha preocupação é de que esse projeto seja eficaz no sentido de que seja preso quem precisa ser preso efetivamente.

No caso especificamente dessa proposta que apresentei de que o delegado de polícia pudesse aplicar essas medidas cautelares, isso veio do entendimento que tenho de que, no caso dessas quatro, elas são medidas que podem ser tomadas dentro do que se coloca como poder de polícia administrativa.

Vou dar um exemplo. No caso da segunda, proibição de acesso ou frequência a determinados lugares quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado permanecer distante desses locais para evitar o risco de novas infrações, por exemplo, até para proteção da eventual vítima, muitas vezes o Conselho Tutelar estabelece um tipo de medida como essa. Então, foi pensando numa coisa semelhante.

Quanto à proibição de manter contato com pessoa determinada, quando por circunstâncias relacionadas ao fato deva o indiciado ou acusado dela permanecer distante, digamos que o indivíduo promoveu uma violência verbal contra a esposa, mas tem o potencial de partir de uma violência verbal para uma violência física. Não é motivo de prendê-lo, mas, na medida em que se possa arbitrar uma fiança, também dizer: "Olha, você está tendo sua fiança arbitrada mas você não pode ter contato com ela até que o juiz dê a palavra final." Foi nesse espírito.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP. *Fora do microfone.*) – V. Exª me permite?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Permito, claro.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Toda a ideia do projeto é a intervenção imediata do juiz, logo após a prisão. A pessoa é presa e é apresentada ao juiz imediatamente. Então, nesse momento, o juiz pode determinar todas essas medidas. No caso de violência doméstica, por exemplo, é evidente que a determinação do afastamento é, muitas vezes, a diferença entre a vida e a morte.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sim.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Mas a ideia do projeto é exatamente esta, permitir que o juiz esteja presente logo no início, imediatamente após a prisão. Então, nesse momento, o juiz pode determinar essas medidas cautelares sugeridas pelo delegado de polícia.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Mas, Senador Aloysio, V. Exª entrou com a emenda?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Não, ele está pedindo que eu...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Não, a emenda é do Senador Humberto Costa.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Eu sei, digo em relação a sua observação.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE. *Fora do microfone.*) – Eu vou acatar.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Não, essa minha observação vem...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Eu estou de acordo com V. Exª em que é um projeto muito bom e de acordo com a observação que V. Exª fez, mas isso já foi formalizado?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Não. Eu recebi agora, há poucos minutos, Senador Serra, um documento que veio da Associação...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Dos Magistrados.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Não, do Ministério Público. Em grande parte, discordo do documento, diga-se de passagem, mas, em relação a esse ponto me parece que tem fundamento. Então, estou considerando que o juiz estará presente logo de cara.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Eu acho que esse projeto, Senador, é de uma relevância tão grande que sua ponderação deve ser efetivamente avaliada, acatada, e vai haver oportunidade de discutir lá na Câmara; se vier alguma coisa mais aprofundada sobre isso e voltar para o Senado, vamos poder fazer novamente essa discussão. Então, eu quero dizer que, mediante a orientação regimental, vou acatar sua sugestão e vou deixar apenas o item 1 como medida cautelar que pode ser executada pelo delegado.

O.k?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Nobre Relator, V. Exª está alterando seu parecer para acolher a sugestão do Senador Aloysio Nunes Ferreira?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Portanto, a votação é com essa alteração no parecer, feita agora.

Mais alguém deseja discutir? (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o substitutivo oferecido ao Projeto pelo Relator Humberto Costa.

Esta votação é nominal. Portanto, já podemos votar. Está faltando um Senador ou Senadora, e pedimos que compareça.

Os Srs. Senadores já podem votar.

Eu também posso votar? (*Pausa.*)

(*Procede-se à votação.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Pois não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Eu queria apenas que V. Exª lesse, tanto no §2º do art. 3º como na complementação de voto, as mudanças que eu apresentei. Nas hipóteses do *caput*, §2º, o delegado de polícia poderá aplicar, em decisão fundamentada e isolada ou cumulativamente, as medidas

previstas no inciso I do art. 309 deste Código, comunicando o juiz competente no prazo de 24 horas. E no art. 350, a mesma coisa, apenas, nos casos em que couber fiança, a autoridade que a arbitrar, verificando a hipossuficiência econômica do preso, poderá dispensar o recolhimento do valor arbitrado, sujeitando-o às obrigações constantes dos arts. 327 e 328 e às medidas cautelares previstas no inciso I do art. 319, ambos deste Código.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – A votação que está sendo feita já é com as alterações apresentadas por V. Ex^a.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Eu peço aos Senadores que estão em outras dependências da Casa que venham à CCJ para votar, e às assessorias, que nos são sempre muito úteis, principalmente nestas horas, que nos ajudem junto aos nossos pares, a fim de encerrarmos esta votação. *(Pausa.)*

Já atingimos o quórum: 14; com a nossa presença, 15. E eu me reservo o direito de votar se porventura houver empate. Portanto, com a presença de 15, podemos encerrar a votação.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Peço dois segundinhos, nobre Senador. *(Pausa.)*

Portanto, o projeto teve 13 votos SIM; com a nossa presença, perfaz 14 votos.

A matéria está aprovada.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Deixe-me concluir aqui.

O substitutivo é aprovado e será submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Concedo a palavra ao Senador José Serra, que tem uma questão de ordem a fazer.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Eu queria solicitar, Sr. Presidente, que fosse incluído extrapauta o relatório da proposta de emenda à Constituição do Presidente Renan Calheiros, que visa criar a Autoridade Fiscal Independente. No nosso relatório, fazemos algumas modificações, mas mantendo o espírito da proposta do Presidente.

Trata-se de uma medida que terá um efeito muito grande sobre as expectativas a respeito da economia brasileira, inclusive em relação a questões de natureza fiscal.

Portanto, pediria a V. Ex^a, se fosse possível, que introduzisse extrapauta o tema no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Portanto, o requerimento do nobre Senador diz respeito à Proposta de Emenda à Constituição nº 83, de 2015. Essa proposta acrescenta o art. 166-A à Constituição Federal, para dispor sobre a Autoridade Fiscal Independente.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Pois não.

Vou colocar em votação o requerimento. Se porventura houver pelo menos um Senador ou Senadora contra, não será incluído.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Para colocar na pauta hoje?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sim.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Eu queria manifestar minha contrariedade e solicitar ao Senador José Serra que nós pautássemos para a próxima reunião, para que discutíssemos na próxima reunião.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – V. Ex^a poderia pedir vista, e nós ganharíamos.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Mas essa é uma matéria...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Eu gostaria de explicar o que é, e tenho certeza de que haverá um consenso muito grande.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Essa matéria é uma matéria mais complexa. Eu só gostaria de pedir que, se possível, pautássemos para a próxima semana; aí teríamos acesso ao projeto e faríamos um bom debate. Eu, particularmente, tenho simpatia pelo tema.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Não, sem dúvida alguma.

O que eu imaginava, Senadora, era que hoje poderia ser pedido vista para efeito dessa maior reflexão para a próxima semana.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Mas, por se tratar de uma matéria complexa, pode ser que a leitura hoje até possibilite que façamos um debate e peçamos vistas na próxima semana.

Eu estava querendo pedir a compreensão de V. Ex^a para que pautássemos para a próxima semana.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – É que eu gostaria de explicar o que é.

A posição da Senadora implica que nós não podemos nem tratar do tema hoje?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – As condições de tratamento e o Regimento da CCJ determinam que, se pelo menos um Senador ou Senadora for contra, fica a matéria para a próxima reunião. Como não há unanimidade, vai ficar para a próxima reunião, e vamos colocar...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Eu tenho certeza de que, se eu explicasse, haveria unanimidade, mas é um ciclo vicioso, porque eu só posso explicar se houver unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Na verdade, V. Exª pode utilizar a palavra e explicar, sem dificuldade.

Com a palavra, o Senador José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – A proposta original do Senador Renan visa criar uma Autoridade Fiscal Independente, no âmbito do Congresso Nacional. Eu mudei os termos no sentido de uma Instituição Fiscal Independente, que não tem poder normativo, não tem poder de controle. Sua única função é proporcionar as informações a respeito de orçamento de custos de projetos, no âmbito dos três Poderes. Por exemplo, se o Supremo Tribunal Federal está em vias de tomar determinada decisão que tenha implicações econômico-financeiras, a instituição poderá fornecer os elementos quantitativos a esse respeito.

Eu tenho para mim que isso seria revolucionário no Brasil no quadro atual, inclusive nesse furor que o Congresso Nacional está por aprovar despesas de todo tipo, inclusive em relação a recursos humanos da esfera dos três Poderes, em projetos que transitam por aqui.

Trata-se de criar uma instituição dentro do Congresso, inclusive, no meu substitutivo, com três diretores – um diretor-geral, um diretor indicado pelo Presidente, mas aprovado pelo Congresso – esse seria o diretor geral –, um diretor indicado pela Comissão de Assuntos Econômicos – o nome não é esse – da Câmara e outro pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Tudo tem que ser aprovado pelo Congresso, entre pessoas indicadas que tenham reputação, currículo, etc..

Nós chegamos até ao detalhe de que, do número total de diretores, mais de 50% têm que ter formação universitária de mestrado ou doutorado.

Trata-se de uma instituição independente que vai balizar, do ponto de vista econômico, todas as ações que se pretendam ou que foram efetivamente adotadas.

É um projeto, a meu ver, que inclusive sintoniza o Brasil com o que há de mais avançado no mundo nessa matéria, uma vez que os países da OCDE já estão criando essas instituições ou já tinham há muito tempo. Eu insisto: não é algo nem que compete com o Tribunal de Contas, porque não é normativo, não tem poder de dizer faz assim ou faz assado, mas apenas nos dá informação, que insisto que no Brasil é uma coisa revolucionária, porque vejo acompanhamento votação de projetos já desde a época da Constituinte e, em geral, não há estimativas que sejam consideradas totalmente confiáveis a respeito daquilo que se pretende.

Essa é a ideia básica.

Eu peguei a relatoria. Eu estava trabalhando, inclusive, nesse tema quando o Senador apresentou essa PEC. De maneira que fizemos o entendimento e eu peguei a relatoria. A minha ideia era que isso pudesse ser examinado logo, porque há inclusive repercussões favoráveis ao Brasil no que se refere às instituições fiscais e à própria natureza do ajuste fiscal.

Essa é a ideia básica. Daí, o Senador Renan, o Presidente, insistiu para comigo que isso pudesse ser logo examinado pela CCJ, e eu me sinto até responsável por não ter conseguido incluir na pauta já desta reunião de maneira regular.

Daí a intenção de que nós pudéssemos, eventualmente, apresentar e, se algum Senador pedir vistas, nós teremos até semana que vem para poder fazer a votação.

Agora, insisto que não é algo muito controvertido, não.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Senadora Vanessa...

Perdão, Senadora Gleisi.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Não sei se é grave ou não trocar o nome dela pelo o da Vanessa.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – As duas são muito inteligentes e bonitas.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Sr. Presidente e Senador José Serra, apesar de achar que é grande o mérito e importante a discussão, eu queria manter minha posição de não entrar na pauta hoje. Tenho muitas dúvidas, principalmente sobre qual seria o papel da nossa Assessoria e Consultoria do Senado, que é grande, já custa bastante aos cofres desta Casa; qual seria o papel do Tribunal de Contas, que é um órgão de assessoria a este Congresso Nacional, e parece-me que ultimamente não é esse o comportamen-

to que vem tendo; e eu gostaria de saber também como os países da OCDE trabalham com cortes de contas, se trabalham e como funciona a autoridade.

Então, eu queria pedir a compreensão de V. Ex^a, pela complexidade da matéria, no sentido de podermos ter esta semana para ler o projeto, avaliar, pedir alguns estudos e, na próxima semana, fazer o debate. Tenho certeza de que vai ser um debate muito importante nesta comissão e, se ainda tivermos dúvidas, teremos ainda mais um prazo para pedir vistas.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Portanto, nobre Senador José Serra, estará na pauta da próxima quarta-feira.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Presidente, aquele item que nós votamos, o item 1, eu queria pedir a V. Ex^a que submetesse ao Plenário se nós poderíamos votar a urgência. Trata-se de diminuir acidentes em rodovias, uma iluminação melhor de faixas de pedestres. É um projeto que já está aqui na comissão há muitos meses. De repente, a gente consegue dar prioridade para votar no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Em votação o requerimento de urgência ao PLC nº 14, de 2014, aprovado por unanimidade.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado por unanimidade.

(É o seguinte o item aprovado:

EXTRAPAUTA

ITEM 22

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 11, de 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2014.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria:

Relatório:

Observações:)

O item 3, a pedido do Relator, estamos retirando de pauta.

Item 4.

ITEM 4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, de 2015

– Não terminativo –

Altera o art. 46 da Constituição Federal para instituir novo critério para ordem de suplência de Senador.

Autoria: Senador Raimundo Lira e outros.

Relatoria: Senadora Simone Tebet.

Relatório: Favorável à Proposta com a emenda que apresenta.

Concedo a palavra à nobre Senadora Simone Tebet, para proferir o seu relatório.

A SR^a SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Obrigada, Presidente.

Serei breve. Trata-se de um projeto...

Está sumindo da tela. Não estou conseguindo visualizar o relatório, já pela segunda vez. Se os autos estiverem na Mesa, solicito-os à Presidência, para poder fazer a leitura do relatório.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SR^a SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Exato, está sumindo da tela.

Mas, de qualquer forma, trate-se de uma PEC de autoria do Senador Raimundo Lira, do PMDB, da Paraíba, que altera o art. 46 da Constituição Federal para instituir novo critério para a ordem de suplência de Senador.

Sabemos que é uma questão polêmica, já foi matéria objeto de PEC na legislatura passada, não foi aprovada no plenário, mas quero apenas ressaltar aos membros desta Comissão de que se trata de matéria não terminativa e que, portanto, será realizada em relação ao seu mérito no plenário.

Vem ao exame, portanto, desta Comissão a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 18, de 2015, de autoria do Senador Raimundo Lira e outros Senadores, que altera o art. 46 da Constituição Federal para instituir novo critério para ordem de suplência de Senador.

Segundo a proposta em epígrafe, o primeiro suplente de Senador será o candidato mais votado não eleito, e o segundo suplente o candidato mais votado subsequente. Quando da renovação de dois terços do Senado, o terceiro e o quarto candidatos mais votados serão o primeiro e o segundo suplentes de ambos os senadores eleitos. Em seu art. 2º a proposta contém cláusula de vigência, determinada para a data de sua publicação.

Para justificar sua iniciativa, o eminente Senador Raimundo Lira e demais autores asseveram que a proposição permite que os suplentes sejam escolhidos de acordo com a vontade popular.

Os signatários da proposta apontam, também, que a adoção dessa norma exigirá dos partidos outra política de candidatura, pois o mandato de Senador é longo e existe a possibilidade de que um Senador seja substituído ou sucedido por seu suplente. Ademais, ainda segundo os autores, não se pode conceber a inexistência de suplente, sob pena de se debilitar a representação da unidade federada na Câmara Alta.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

Análise.

Cabe a este colegiado pronunciar-se sobre a constitucionalidade e o mérito das propostas de emenda à Constituição, antes de sua apreciação pelo Plenário do Senado Federal, nos termos regimentais.

Entendemos que não existem óbices de natureza formal ou material, no plano constitucional, que impeçam o exame da matéria. Em primeiro lugar, a matéria se encontra em conformidade com os requisitos formais previstos na Constituição e a proposta em tela não viola as cláusulas pétreas que a própria Lei Maior estabelece. Outrossim, inexistem os limites circunstanciais e procedimentais.

Quanto ao mérito, louvamos a proposição.

Atualmente, o eleitor vota em uma chapa composta pelo candidato à vaga ao Senado e seus dois suplentes. Na prática, todavia, o suplente é pouco conhecido do cidadão, conquanto muitas vezes ele substitua o titular por longos períodos, ou até mesmo o suceda na ocupação da respectiva vaga.

Diante dessa realidade, a proposta em exame assegura a maior representatividade do substituto. Trata-se de modelo análogo ao adotado na Câmara dos Deputados, com as devidas adaptações ao sistema eleitoral adotado nas eleições para o Senado. A PEC obrigará todos os candidatos, mesmo os que porventura não exerçam a titularidade das cadeiras do Senado, a se apresentarem ao eleitor, a levarem a público suas propostas, e a serem submetidos ao teste das urnas.

Consagra-se, assim, o princípio da soberania popular na composição desta Casa, ao fortalecer os laços entre o povo, que é o titular do poder político, e os suplentes dos Senadores. O suplente que porventura exerça o mandato será, indubitavelmente, conhecido e escolhido pelo eleitorado da respectiva unidade da Federação.

Todavia, vislumbramos um aprimoramento necessário no modelo proposto, conforme será esclarecido a seguir.

Com bastante frequência o segundo suplente assume a vaga do titular no Senado. Essa é uma realidade que, inclusive, motivou a proposição em exame. A existência de dois suplentes para cada titular relega a situações excepcionais a eleição de que trata o §2º do art. 56 da Constituição Federal, o qual estabelece que "[...] ocorrendo vaga e não havendo suplente, far-se-á eleição para preenchê-la se faltarem mais de quinze meses para o término do mandato".

A nova eleição, apesar de ser um exercício de cidadania, deve ser um fato extraordinário, pois a unidade da Federação estará subrepresentada até que tome posse o novo eleito. Outrossim, um processo eleitoral desse porte demanda recursos públicos consideráveis associados à mobilização da Justiça Eleitoral e o custeio do tempo de propaganda eleitoral no rádio e na televisão.

Por outro lado, a proposta ora em análise prevê a inserção de um §5º ao art. 46 da Constituição, determinando que "[...] na eleição em que estiverem em disputa duas vagas, o terceiro e o quarto candidatos mais votados serão o primeiro e o segundo suplentes de ambos os senadores eleitos". Haverá, assim, dois suplentes para dois Senadores. Abre-se, portanto, uma possibilidade considerável de que ocorra vaga sem que haja suplente para preenchê-la.

Cremos, portanto, que se faz necessária emenda que vise a estabelecer um critério para o preenchimento de vagas, em caso de afastamento ou impedimento do titular, levando em conta a votação alcançada por cada um dos candidatos. Dessa forma, não se poderá mais falar em falta de representatividade do ocupante da vaga, ao tempo em que se garante a plena representação das unidades federativas.

Para tanto, propomos uma adaptação ao § 3º do art. 46 da Constituição para dispor sobre a ordem de suplência, o que torna desnecessária a inclusão dos §§4º e 5º ao referido artigo, nos termos da PEC em exame.

Essa emenda preserva a essência da proposição em tela, que é a de garantir a representatividade dos suplentes, na medida dos seus votos: surgida a primeira vaga, assumirá o candidato mais votado não eleito; em caso de segunda vacância, assumirá o segundo candidato mais votado não eleito, e assim por diante.

Voto, Sr. Presidente:

Ante o exposto, o voto é pela aprovação da PEC nº 18, de 2015, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CCJ

Na forma do art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição no 18, de 2015, suprimam-se os §§ 4º e 5º do art. 46 da Constituição Federal e dê-se a seguinte redação ao §3º do art. 46 da Constituição Federal:

“Art. 46.

§3º. Em caso de vacância, assumirão as vagas os candidatos mais votados não eleitos, em ordem decrescente de votação.” (NR)

Estes, o parecer e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Em discussão a matéria.

Com a palavra o Senador Douglas.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB – PE) – Sr. Presidente, entendendo a delicadeza da matéria, tenho alguns questionamentos e algumas observações a fazer.

Primeiramente, na nossa visão, a eleição do Senador se coloca de forma majoritária. Então, quando se coloca o suplente, é como se fosse um vice, para uma eventual necessidade. E vimos que, no nosso Brasil, houve muitas situações em que o vice assumiu prefeituras, governos e até a Presidência da República.

Segundo, nós poderemos deixar a oportunidade para alguém que foi para a eleição e obteve uma quantidade de votos... Por exemplo, houve a candidatura de dois Senadores; um obteve 90% dos votos válidos e o outro 10%. E, assim, seria como se alguém que foi candidato ao governo e que perdeu por uma margem muito grande pudesse assumir aquela vaga para a qual foi candidato.

Lembro também que, se comparado à Câmara Federal, quem assume a vaga do suplente é o próximo mais votado dentro da mesma coligação partidária, ou seja, daquela mesma linha política do grupo que ganhou as eleições.

Então, eu faço essas considerações acreditando que é necessária, realmente, uma mudança nesse processo, no mínimo para que ele seja mais visível, para que possamos até... Nós temos o primeiro e o segundo suplentes, mas fica difícil falar dos dois durante a campanha eleitoral; contudo, ao nosso ver, realmente, há a necessidade de se demonstrar melhor um processo onde se possa fazer com que, se há a necessidade de o Senador sair, fique no lugar dele alguém que esteja também alinhado com o seu pensamento ou com as propostas pelas quais ele recebeu o voto do eleitorado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Como não há consenso, vamos abrir vista, e, na próxima semana, continuaremos a discussão.

Concedida a vista coletiva.

Os itens 5, 6, 7 e 8, conforme acordado no início, tendo em vista que os respectivos Relatores não estão presentes, estão retirados de pauta.

Quanto ao item 9, que é terminativo, vamos fazer a leitura para, em seguida, abrir vista, a fim de que possamos ganhar tempo.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 111, de 2011

– Terminativo –

Institui a Política Nacional de Tecnologia Social.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg.

Relatoria: Senador Walter Pinheiro.

Relatório: Pela aprovação do Projeto com as Emendas aprovadas pela CCT e CAS, e uma emenda que apresenta.

Observações:

– A matéria já foi apreciada de Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, e pela Comissão de Assuntos Sociais;

– Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Walter Pinheiro para proferir o seu relatório.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente, sobre essa matéria, do ponto de vista, inclusive, do seu mérito, nós tivemos oportunidade de participar, principalmente na Comissão de Ciência e Tecnologia, da qual eu faço parte, e coloco muito mais aqui as tratativas pertinentes a esta Comissão, uma vez que a finalidade do autor dessa matéria se relacionava exatamente com planejamento, pesquisa, desenvolvimento, criação, adaptação, difusão e avaliação de técnicas e procedimentos metodológicos, envolvendo produtos, equipamentos, processos, mas que isso pudesse chegar, numa linguagem aqui muito apropriada ao conteúdo da matéria, ao tecido social, ou seja, que o aproveitamento das técnicas fosse feito de maneira a atender a uma parcela expressiva da população. Essa é uma das principais reivindicações, porque muita gente enxerga que inovação só cabe no terreno sociológico e não no terreno social.

Conforme está previsto no art. 101 do nosso Regimento Interno, compete a esta Comissão examinar exatamente a constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade ou as técnicas legislativas desse projeto. Nesse aspecto, meu caro Presidente, a proposição preenche todos os requisitos do ponto de vista do que é passível de regulação em lei.

Uma das coisas que acho importante salientar é que o art. 216, inciso III, §3º da Constituição, trata exatamente das criações científicas e tecnológicas, que constituem patrimônio cultural brasileiro, devendo a lei estabelecer incentivos para a produção e conhecimento desses bens.

Ademais, nos termos do art. 218 da mesma Carta, o Estado é que deve promover e incentivar o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas. Portanto, no aspecto da constitucionalidade, o projeto cumpre os requisitos estabelecidos por esses dois artigos.

A iniciativa legislativa é também difundida em ideias de projetos de lei de autoria parlamentar. Acho que esse é o maior instrumento de apreciação, pelo fato de essa matéria vir à Comissão de Constituição de Justiça, no que diz respeito à questão das proposições serem de iniciativa parlamentar.

Sob esse argumento, meu caro Presidente, implicaria exatamente chamar a atenção das competências que já estão atribuídas a órgãos e a entidades do Poder Executivo, e aí, com ofensa aos arts. 61 e 84 da Constituição.

Entretanto, meu caro Presidente, no caso específico do PLS 111, de 2011, do nobre Senador e hoje Governador Rodrigo Rollemberg, não vislumbramos essa atribuição de novas competências a qualquer órgão especificamente considerado. Esse projeto tem o caráter nitidamente programático, fixa princípios e diretrizes com elevado grau de abstração. Necessariamente, nós teremos que ter, por parte dos órgãos do Poder Executivo, a regulamentação, volto a frisar, atribuída a esses órgãos pelos dois artigos que citei agora há pouco, arts. 61 e 84 da nossa Constituição. Dessa forma, na medida em que essa citação é abstrata, como um todo, essas normas terão que ser, de maneira até perfeita, obedecendo aos ditames legais, a partir de elaboração de leis específicas ou de matéria, de decreto ou coisa do gênero, ou onde couber, por parte do Executivo.

Ademais, o projeto não cria órgãos nem entidades. Ao contrário, quando enumera os instrumentos da política nacional de tecnologia social, o projeto refere-se a instituições ou até a iniciativas já existentes, como é o caso do Fórum Nacional de Tecnologia Social, a Rede de Tecnologia Social e o Centro Brasileiro de Referência em Tecnologia Social. Esse último, Sr. Presidente, projeto desenvolvido pelo Instituto de Tecnologia Social, organização de sociedade civil de interesse público, que está exatamente, com o apoio, nós poderíamos chamar, com o aporte ou o suporte do Ministério de Ciência e Tecnologia.

Além das emendas apresentadas pela CCT e pela CAS, com as quais concordamos, por aprimorarem o projeto, o único reparo que apresento, Sr. Presidente, dirige-se ao art. 7º da proposição. Ele representa, na realidade, uma atecnia no que se refere a entes públicos dotados de personalidade jurídica. Se analisarmos isso com um pouquinho mais de detalhe, com efeito esse ente, por definição, é dotado de personalidade jurídica. Mas não trata isso exclusivamente. Dessa forma, Sr. Presidente, a regra do art. 7º tem um caráter autorizativo. Consequentemente, não – volto a frisar – há nenhuma colisão com os dispositivos constitucionais que obrigam inclusive o rigor desta Comissão para que as iniciativas não violem essa prática.

Portanto, a celebração de convênios, como a de contratos, constitui atividade tipicamente administrativa e independe de autorização de lei. Quando muito, pode-se cogitar de autorização orçamentária, essa limitada a disponibilização dos critérios que eventualmente sejam necessários à execução de convênios, mas não a uma autorização cujo objeto seja o convênio em si.

Nesse sentido, estou me baseando na jurisprudência do Senado Federal – Adin nº 462, publicada no *Diário de Justiça* de 18 de fevereiro do ano 2000.

De qualquer forma, Sr. Presidente, consideramos importante a referência a convênios, a qual já é feita no art. 4º, inciso XI, do projeto, mas não no âmbito da norma autorizativa. Logo, o art. 4º apenas enumera os instrumentos da PTNS, ou seja, da Política Nacional de Tecnologia Social. E, por isso, a introdução de elementos no art. 7º, inciso XI, com a emenda que estou apresentando, sem aquela conotação de norma autorizativa.

Preservará o aspecto conceitual, o valor de hermenêutica, o da previsão e de modo mais, eu diria, consistente ou consentâneo com o caráter programático do restante do projeto.

Por isso, Sr. Presidente, apresentamos esta emenda como correção.

O nosso voto é pela aprovação deste projeto. E a emenda é o seguinte: “Suprima-se do art. 7º do PLS nº 111, de 2011, renumerando-se o artigo seguinte dando-se a esse a redação no inciso XI do art. 4º do mesmo projeto”.

E diz o seguinte o inciso XI: “os convênios com as entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, para desenvolvimento de tecnologias sociais, inclusive quando envolverem obtenção de recursos técnicos, humanos ou financeiros”.

Portanto, Sr. Presidente, com essa emenda, a gente busca estabelecer a conexão com os ditames da Constituição, salvaguardando as iniciativas que devem ser do Executivo e preservando o interesse do autor em garantir que as políticas sociais possam absorver ou, pelo menos, se beneficiar dos processos de inovações tecnológicas introduzidos no nosso País.

Era esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Em discussão a matéria.

Não vamos encerrar a discussão hoje por tratar-se de matéria terminativa. Assim, vamos abrir vista coletiva para que, na próxima semana, a gente possa dar continuidade.

Vistas concedidas.

Nobres Senadores, nós temos um projeto de lei cuja origem é na Câmara Federal.

É o Projeto de Lei nº 57, de 2010. Ele trata da alteração da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o rateio entre empregados da cobrança adicional sobre as despesas em bares, restaurantes, hotéis, motéis, estabelecimentos similares.

Em 2013, foi feito um requerimento de audiência pública por parte do Senador Gim Argello.

Esse projeto foi distribuído, nesta Legislatura, para o Senador Ricardo Ferraço, que já apresentou o seu parecer, mas, para que ele possa ser incluído na Ordem do Dia, nós precisamos cancelar o requerimento de audiência pública, já que ninguém está reivindicando mais a sua realização.

Portanto, o requerimento do Senador Ricardo Ferraço é nos seguintes termos:

Requeiro, nos termos do §2º do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da realização de audiência pública, aprovada pelo Requerimento, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 66, de 2013, de iniciativa do então Senador Jorge Afonso Argello, que é o Senador Gim, que tem o objetivo de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2010.

Portanto, o requerimento pede para cancelar, ou seja, desistir da audiência pública e que o projeto volte a tramitar normalmente, com um novo parecer do Senador Ricardo Ferraço já apensado.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento do Senador Ricardo Ferraço permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento, o projeto volta à sua tramitação normal.

(É o seguinte o item aprovado:

EXTRAPAUTA

ITEM 23

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 12, de 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do § 2º do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da realização de audiência pública aprovada pelo Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Nº 66 de 2013, de iniciativa do então senador Jorge Afonso Argello, que tem o objetivo de instruir o Projeto de Lei da Câmara Nº 57 de 2010.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatoria:

Relatório:

Observações:)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.
Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 10 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 42 minutos.)

ATA DA 24ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 9 DE JULHO DE 2015.

Às dez horas e quinze minutos do dia nove de julho de dois mil e quinze, na sala três da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloysio Nunes Ferreira, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os(as) Senhores(as) Senadores(as) Jorge Viana, Lasier Martins, Cristovam Buarque, Ana Amélia, Edison Lobão, Sérgio Petecão, José Agripino, Tasso Jereissati, Paulo Bauer, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Eduardo Amorim, José Pimentel, Humberto Costa, Raimundo Lira, Flexa Ribeiro, Antonio Anastasia, João Capiberibe e Lídice da Mata. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião. Inicia-se a apreciação da **PAUTA**. ITEM 1 – Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2013, que Define crime conexo, para fins do disposto no art. 1º, § 1º, da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Em 02/07/2015, foi lido o relatório e concedida vista coletiva. O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Antonio Anastasia. Usam da palavra a Senadora Lídice da Mata e o Senador Lasier Martins. Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, pela Rejeição da matéria, com os votos contrários da Senadora Lídice da Mata e Senador Lasier Martins. Entregue a destempo voto em separado. ITEM 4 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 58, de 2015, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que “Em aditamento ao Requerimento nº 9, de 2015 – CRE, que trata da avaliação de política pública na área de indústria de defesa nacional por esta Comissão, requeiro sejam convidados especialistas ou autoridades em base industrial de defesa, para comparecerem ao Senado Federal em Reuniões com Senadores ou Assessoria.” Aprovado. ITEM 2) MENSAGEM (SF) Nº 35, de 2015, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Moçambique e, cumulativamente, no Reino da Suazilândia e na República de Madagascar.” Sabatina realizada com indicação apreciada. ITEM 3) MENSAGEM (SF) Nº 41, de 2015, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOSÉ LUIZ MACHADO E COSTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos.” Sabatina realizada com indicação apreciada. O Presidente convida a comporem a mesa os Embaixadores indicados. O Presidente concede a palavra a cada um dos Embaixadores indicados para fazerem suas exposições. É aberto o processo de votação. O Presidente concede a palavra às Senadoras e Senadores para questionamentos. Usam da palavra os Senhores Ana Amélia, José Agripino, Lasier Martins, João Capiberibe, Tasso Jereissati, Jorge Viana, Cristovam Buarque e Flexa Ribeiro. O Presidente concede a palavra aos Embaixadores para responderem as deliberações apresentadas. Às onze horas e quarenta e cinco minutos assume a Presidência o Senador Flexa Ribeiro. A reunião é tornada secreta às doze horas e quinze minutos e reaberta às doze horas e dezessete minutos. Atua como secretária a Senadora Ana Amélia. O Presidente comunica a deliberação, pela Comissão, das indicações dos Embaixadores e lhes apresenta seus cumprimentos. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às doze horas e dezessete minutos, lavrando, eu, José Alexandre G. Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Aloysio Nunes Ferreira**, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – E agora nós vamos passar à reunião ordinária.

ITEM 1**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 237, de 2013****– Não terminativo –**

Define crime conexo, para fins do disposto no art. 1º, § 1º, da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pela rejeição

Observações:

1 – Em 02/07/2015, foi lido o relatório e concedida vista coletiva.

2 – A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.

Consulto o Sr. Senador Antonio Anastasia se deseja fazer mais alguma consideração a respeito.

Em discussão o relatório.

Senadora Lídice, com a palavra, para discutir.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Sr. Presidente, solicitou-me que eu aqui estivesse presente hoje, como Líder do nosso Bloco, o Senador Randolfe, que é o autor da proposição. S. Exª pretende, com isso, uma ampliação que se justifica pela luta daqueles que buscam o reconhecimento de suas reivindicações frente aos limites da Lei de Anistia atual.

É nesse sentido que faço essa consideração, ou seja, para saber do Senador Relator, o nosso querido Senador Anastasia, se há a possibilidade de reconsideração dessa posição, se há a possibilidade de incorporação do preceito pretendido pelo Senador Randolfe.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Com a palavra, o Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Muito obrigado, Senadora Lídice.

Claro que recebo as ponderações de V. Exª sempre com muita consideração e estima, mas, lamentavelmente, o meu parecer amparou-se de maneira muito robusta na decisão do Supremo Tribunal Federal, que foi muito claro ao historiar o processo da Lei de Anistia e na conclusão de que a anistia exauriu os seus efeitos penais à época da sua edição. Posteriormente, inclusive, fiz um levantamento, Srª Senadora, das anistias brasileiras e acresço aqui: de 1895, 1906, 1910, 1916, 1918, 1930, 1934, 1945, 1956 e 1961, todas elas no mesmo teor e no mesmo diapasão.

Desse modo, parece-me que a pretensão colocada pelo digno autor do projeto... Claro, entendo o seu relevo, o seu destaque, compreendo muito bem, sou o primeiro a aplaudir e reconhecer a luta daqueles que tiveram grande empenho nas questões contra o regime militar e seus excessos, exageros, mas a legislação foi muito clara. E a decisão do Supremo Tribunal Federal parece que colocou, de fato, uma pedra fundamental no assunto ao abordar de modo exaustivo, como apresentei no meu parecer, a decisão sobre a extensão da Lei de Anistia e seus crimes conexos.

Portanto, pedindo vênia, mantenho o parecer nos termos em que foi colocado.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – V. Exª tem a palavra.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Parece que há um voto em separado, que foi registrado agora na Secretaria da Comissão. Eu queria apenas verificar isso. Haveria esse voto em separado? Se houver, pelo menos para que possamos nos...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Senadora, o Senador Anastasia examinou essa questão com muita profundidade, apresentou na reunião passada um parecer muito lúcido, que aborda todos os aspectos dessa questão, tanto do ponto de vista jurídico como do ponto de vista histórico. De modo que creio que podemos passar à deliberação.

Não há voto em separado.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Senador Aloysio, eu li o relatório do Senador Antonio Augusto Anastasia, com quem e por quem tenho grande amizade e um enorme respeito, pelo professor que é, mas o meu Partido, o PDT, teve muitas vítimas no período da ditadura.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – O meu também.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Então estamos juntos.

Eu não sei qual é o critério agora, se V. Exª vai submeter à deliberação e à votação. O meu voto seria o voto dissidente, ao lado do pensamento da Senadora Lídice e do Senador Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não.

Está, portanto, em votação a matéria.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado, contra os votos do Senador Lasier Martins e da Senadora Lídice da Mata.

Srs. Senadores, quero acrescentar um item extrapauta antes de passar à sabatina.

Trata-se de um requerimento para que esta Comissão possa obter passagens aéreas para uma audiência pública a respeito da Base Industrial de Defesa, que é objeto de análise desta Comissão, uma vez que foi a política industrial da defesa selecionada pela Comissão como a política a ser escrutinada ao longo deste ano.

ITEM 4**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 58, de 2015****- Não terminativo -**

Em aditamento ao Requerimento nº 9, de 2015 – CRE, que trata da avaliação de política pública na área de indústria de defesa nacional por esta Comissão, requiero sejam convidados especialistas ou autoridades em base industrial de defesa, para comparecerem ao Senado Federal em Reuniões com Senadores ou Assessoria.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Foi entregue a destempo voto em separado, que vai ser enviado à comissão de mérito.

ITEM 2**MENSAGEM (SF) Nº 35, de 2015****- Não terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Moçambique e, cumulativamente, no Reino da Suazilândia e na República de Madagascar.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste Relatório.

ITEM 3**MENSAGEM (SF) Nº 41, de 2015****- Não terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOSÉ LUIZ MACHADO E COSTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador José Agripino

Relatório: É o que cabe aduzir no âmbito deste Relatório.

Eu convido, neste momento, os nossos sabatinados, o Sr. Rodrigo de Lima Baena Soares, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, indicado para exercer o cargo de Embaixador em Maputo, Moçambique, e, cumulativamente, no Reino da Suazilândia e na República de Madagascar; e o Sr. José Luiz Machado e Costa, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos.

Dois diplomatas de escol, de grande experiência, que honram a carreira diplomática no Brasil.

Os relatórios já foram apresentados, foram submetidos à vista coletiva, e podemos passar agora à sabatina.

Eu passo a palavra, em primeiro lugar, ao Sr. Rodrigo de Lima Baena Soares, para que faça a sua exposição, pelo prazo de 20 minutos.

O SR. RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES – Bom dia.

Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Aloysio Nunes Ferreira; Srª Senadora Ana Amélia, Relatora de minha indicação, a quem agradeço pelo relatório; Srªs Senadoras, Srs. Senadores.

Sr. Presidente, que minhas primeiras palavras sejam de agradecimento à Senhora Presidente da República, Dilma Rousseff, e ao Sr. Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, por minha indicação para ocupar o honroso cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Moçambique e, cumulativamente, junto à República de Madagáscar e ao Reino da Suazilândia.

Peço licença, Sr. Presidente, para me dirigir a esta Comissão para fazer uma breve apresentação sobre esses três países e depois colocar-me à disposição para eventuais perguntas e comentários de V. Ex^{as}.

Começo por Moçambique, país com que o Brasil tem um histórico e marcado relacionamento que completa, no próximo mês de novembro, mais precisamente no dia 15 de novembro, 40 anos do estabelecimento de relações diplomáticas. Cabe lembrar também que, poucos dias atrás, mais precisamente no dia 25 de junho, foram comemorados os 40 anos da independência de Moçambique.

Não parece apropriado, no meu modo de ver, proceder a uma exaustiva recapitulação histórica de Moçambique, mas acho que cabe assinalar a longa guerra civil que afligiu o povo irmão moçambicano entre 1977 e 1992, que trouxe consequências devastadoras e perversas sobre o desenvolvimento econômico e social de Moçambique. Essa guerra teve em sua origem elementos desestabilizadores da própria região. É bom lembrar que na época ainda existia o *apartheid* na África do Sul e também houve o papel importante desempenhado pela antiga Rodésia, ainda na época da confrontação ideológica Leste/Oeste.

O final da guerra possibilitou à sociedade moçambicana traçar um outro destino, o caminho da paz e da reconciliação nacional. Os Acordos de Roma, de 1992, foram uma clara demonstração nesse sentido. Os acordos foram entre a Frelimo e a Renamo. Dois anos depois, houve eleições presidenciais e sagrou-se vencedor o líder da independência, Samora Machel.

O cenário moçambicano de hoje demonstra esse acerto do pós-conflito. O país consolida, passo a passo, a democracia. Houve eleições multipartidárias em 1994, 1999, 2004, 2009 e 2014. Há eleições de forma regular e pacífica. Há um pleno funcionamento da Assembleia da República. Isso tudo credencia Moçambique como um país a ser, na minha opinião, emulado por outros países nesse cenário de pós-conflito. O diálogo é promovido de forma constante.

(Soa a campanha.)

O SR. RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES – Alguns dias atrás, acompanhando o noticiário de Moçambique, houve mais um chamamento do atual Presidente, Filipe Nyusi, ao líder da oposição, ao líder da Renamo, para um diálogo.

No plano econômico, o cenário moçambicano de hoje se mostra bastante promissor. Há um crescimento sustentável de 7% ao ano, na última década. Moçambique exhibe uma das maiores taxas de crescimento da região subsaariana. Há um crescente equilíbrio no plano macroeconômico, há uma boa governança, há uma inflação reduzida, de cerca de 4% ao ano. Houve importantes descobertas de reservas de petróleo e gás. As reservas de gás descobertas, para o conhecimento de V. Ex^{as}, na Bacia do Rovuma, no norte de Moçambique, seriam capazes de suprir um país como o Japão nos próximos 30 anos. Há um marco regulatório definido nas áreas carbonífera e petrolífera de gás.

Todas essas características presentes dão boa dimensão de um país de enorme potencial, como é Moçambique. Claro que ainda há desafios e vulnerabilidades, sobretudo na área de segurança alimentar e na oferta de emprego, sobretudo da população mais jovem.

Mas o que se diz muito em Moçambique, e isso é reiterado pelo próprio Presidente, é de que há necessidade de reduzir as desigualdades sociais de modo a disseminar para toda a sociedade moçambicana os benefícios desse alto crescimento que Moçambique tem experimentado nos últimos anos.

Quanto à relação bilateral com o Brasil, Sr. Presidente, há duas áreas que caminham muito bem e uma outra que poderia ser fortalecida, em que se poderia avançar um pouco mais.

Começo pela área de cooperação. Moçambique é o maior beneficiário da cooperação brasileira com recursos da Agência Brasileira de Cooperação do Itamaraty. Cobre áreas bastante diversificadas, como saúde, educação, formação profissional, sistema previdenciário, desenvolvimento agrário entre outras. São projetos estruturantes. Nossa cooperação, como sabem V. Ex^{as}, procura distinguir-se, busca diferenciar-se na maneira de um compromisso que se há com o país parceiro de modo a fomentar iniciativas que promovam mudanças de fato estruturais, baseadas no desenvolvimento das capacidades locais.

A cooperação brasileira, como se diz, responde a demandas e não impõe condicionalidades.

São exemplos dessa cooperação de caráter bilateral – eu queria mencionar dois projetos importantíssimos que desenvolvemos com o governo de Moçambique – a universidade aberta em Moçambique e, também, a fábrica de medicamentos antirretrovirais.

Rapidamente, falo da universidade aberta. Ela atende cerca de 600 estudantes, está presente em três polos em todo o território moçambicano e os cursos são coordenados pela Capes e desenvolvidos por quatro

universidades federais brasileiras, duas do Rio de Janeiro, a Universidade Federal de Juiz de Fora e a Universidade Federal de Goiás.

A fábrica de medicamentos é um projeto de enorme envergadura e demonstra a nossa capacidade, a capacidade brasileira na área de saúde pública e na produção de medicamentos. E nossa vontade de contribuir para o desenvolvimento econômico e social de um país como Moçambique.

A fábrica foi instalada com muito cuidado, com muita competência pela nossa Fiocruz e com a importante participação de Farmanguinhos na capacitação de pessoal. Temos que ter em mente que Moçambique detém um alto índice de infecção por HIV em sua população.

Também há mecanismos importantes de cooperação trilateral, que é uma modalidade cada vez mais utilizada, permite potencializar a cooperação técnica Sul-Sul. De um lado, temos países como Brasil, com enormes vantagens comparativas, afinidade cultural, diversidade étnica, solidariedade e a existência de tecnologias mais bem adaptadas às condições de países como Moçambique. De outro lado, nós temos a vantagem dos doadores tradicionais, com recursos, com experiência e com estrutura logística.

Também temos um importante projeto que desenvolvemos no aspecto trilateral também, que é do governo de Moçambique com apoio dos governos do Japão e do Brasil, que é o ProSAVANA.

A Savana, como sabem V. Ex^{as}, tem um bioma que é muito semelhante ao nosso Cerrado. E esse projeto tem o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Corredor de Nacala, no norte do país. O objetivo é ter uma agricultura competitiva, socialmente inclusiva e ambientalmente responsável.

Temos também importante cooperação triangular com os Estados Unidos, na área de inovação tecnológica, e com a Alemanha, na área de metrologia e meteorologia.

Ainda na cooperação trilateral, desenvolvemos, com um programa mundial de alimentos, o Programa Nacional de Alimentação Escolar de Moçambique, que pretende reduzir a insegurança alimentar, melhorar o rendimento escolar das crianças e reforçar a produção local.

Sr. Presidente, na área de investimentos, a presença brasileira é bastante relevante, bastante importante. É tão importante que, dos seis empréstimos não concessãois aprovados pelo governo de Moçambique para ocupar o teto de endividamento de US\$1,5 bilhão para o triênio de 2013 a 2016, quatro são brasileiros.

Vale registrar que apenas uma empresa, a Vale, é responsável por um projeto de grande envergadura, que inclui a exploração de uma das maiores reservas carboníferas do mundo, que é a mina de Moatize, na província de Tete, no noroeste de Moçambique. Também no corredor logístico, menciona-se a construção de ferrovias, a modernização de ferrovias e a construção do Porto de Nacala, que é um porto de águas profundas, que servirá como alternativa muito importante, dado o esgotamento portuário de muitos países vizinhos a Moçambique.

Durante a visita do Ministro Mauro Vieira, que ocorreu em março último, foram assinados dois importantíssimos instrumentos para fomentar ainda mais os investimentos brasileiros, que são o acordo de cooperação e facilitação de investimentos, que com outros países também já foi assinado, e também o memorando de entendimento para promoção de investimentos.

Sr. Presidente, o comércio bilateral parece ser um grande desafio. Se, de fato, o comércio conheceu um expressivo crescimento de 162% entre 2005 e 2014, hoje em dia, o comércio caiu a índices que não refletem a densidade do relacionamento Brasil e Moçambique. O Brasil tem um superávit. Nós exportamos, sobretudo, carne de frango, talas de junção de ferro e aço, transformadores; e importamos, sobretudo, carvão mineral e tabaco. Teríamos que nos empenhar não só em divulgar as oportunidades de comércio que existem em Moçambique, talvez em setores, pela leitura de documentos, de casa e construção e de alimentos e bebidas, mas também em incentivar parcerias para a internacionalização e investimentos de empresas brasileiras com vistas à produção local.

Quais seriam, Sr. Presidente, minhas principais linhas de atuação que pretenderia desenvolver em Moçambique, caso aprovado por esta Comissão?

Na área de biocombustíveis, eu tenho a impressão de que temos um importante campo para avançar. Temos interesse em impulsionar a produção de etanol em Moçambique. Já foi assinado um memorando de entendimento sobre energias renováveis, também durante a visita do Ministro Mauro Vieira, em março último, o que abre boas perspectivas nessa área energética. Um dado importante, de acordo com estudo preparado pela Fundação Getúlio Vargas: seria necessário usar apenas 0,8% das terras aráveis de Moçambique para suprir a demanda interna por etanol para cumprir a meta da mistura de 10% na gasolina.

Atenção especial, naturalmente, Sr. Presidente, seria dada à comunidade brasileira residente em Moçambique. O setor consular da Embaixada registra a presença de 4,4 mil brasileiros em Moçambique, dos quais 1,5 mil no interior do país. Dado esse número, eu acho que seria importante realizar consulados itinerantes para nós alcançarmos essa população residente no país, sobretudo, as que estão no interior do país. E também se-

ria importante reativar o conselho de cidadãos, de modo a conhecer as preocupações e as necessidades da população brasileira residente em Moçambique.

Na área de cooperação, tentaríamos incrementar a modalidade triangular com organismos multilaterais, como o Banco Mundial, e também agências especializadas, como a OIT e a OMS.

Eu queria, por último, Sr. Presidente, mencionar Madagascar e Suazilândia.

Temos relações diplomáticas com Madagascar desde 1996. Houve uma grave crise política no país em 2009, que se resolveu com a instalação de um governo legítimo, internacionalmente reconhecido apenas em 2014. A economia do país é essencialmente agrícola, bastante dependente de ajuda externa, mas ainda há perspectivas importantes para o país na área de turismo e importantes reservas de níquel, titânio e cobalto. Nossas relações bilaterais se encontram num patamar bastante modesto. Nosso comércio é reduzido, cerca de U\$24 milhões. Vendemos açúcar e farelo de soja e importamos, sobretudo, vestuário e produtos químicos orgânicos, mas acho que há um interesse – e isto já foi exposto à nossa atual Embaixadora, Ligia Scherer – de receber investimentos brasileiros e de estabelecer cooperação com o Brasil, sobretudo nas áreas de agricultura e piscicultura.

Com a Suazilândia, estabelecemos relações diplomáticas em 1978. É uma monarquia, com Parlamento bicameral. Na área de cooperação técnica, chegamos a ter algum diálogo na área de saúde, que não foi levado adiante. Há, de fato, um vivo interesse suazi em receber investimentos brasileiros e em estabelecer cooperação com o Brasil. A exemplo de Moçambique, também temos boas perspectivas na área de energia renovável.

Sr. Presidente, essas seriam minhas palavras introdutórias.

Eu agradeço a atenção.

Eu estou à disposição, evidentemente, das Sras Senadoras e dos Srs. Senadores para eventuais perguntas e comentários.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito obrigado, Embaixador, por sua exposição.

Nós vamos ouvir agora o Embaixador José Luiz Machado e Costa, indicado para nossa representação na Organização dos Estados Americanos. V. Exª tem a palavra.

O SR. JOSÉ LUIZ MACHADO E COSTA – Muito obrigado, Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Aloysio Nunes Ferreira. Obrigado também ao Senador José Agripino pela relatoria e aos Srs. Senadores membros desta Comissão, por cuja presença e por cujo interesse eu muito agradeço.

Eu considero um privilégio estar aqui hoje perante esta Comissão pela terceira na minha carreira. A primeira vez foi em 2008, quando fui indicado para a Embaixada no Suriname, e a segunda vez, para o Haiti, em 2012, que é o posto onde eu me encontro atualmente.

A propósito, Sr. Presidente, se me permite, eu gostaria de assinalar aos Srs. Senadores que o Haiti é o posto que eu ocupo atualmente e que, até eu ser aprovado para novo destino, eu sigo Embaixador em Porto Príncipe e me coloco também à disposição dos Srs. Senadores, caso tenham algum questionamento ou alguma pergunta para fazer sobre o posto que ocupo atualmente.

Eu me sinto honrado por ter tido o meu nome indicado pela Presidente Dilma Rousseff para ocupar o cargo de Representante Permanente do Brasil na OEA e também agradeço ao Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, por haver recomendado o meu nome à Senhora Presidente.

Eu tive oportunidade de servir por dois períodos na Organização dos Estados Americanos, num total de sete anos: o primeiro período, entre 1987 e 1990, meu primeiro posto na carreira, como 3º Secretário; e o segundo período, de 2002 a 2006, como Conselheiro e Ministro Conselheiro. Nesses dois períodos, a OEA enfrentou desafios importantes: o primeiro relacionado com o final da Guerra Fria, quando ainda proliferavam muitos conflitos em situações difíceis na América Central, que mobilizavam muito a Organização; e o segundo, na comoção que se formou logo após o Onze de Setembro, quando a Organização passou a se concentrar em novos parâmetros de segurança no hemisfério, o que levou à adoção do conceito de segurança multidimensional.

Eu não poderia deixar de mencionar, Sr. Presidente, que eu considero uma coincidência muito oportuna eu estar compartilhando desta sabatina com meu colega e amigo Rodrigo de Lima Baena Soares, que iniciou a sua carreira quase ao mesmo tempo em que eu e que, por várias ocasiões, eu encontrei em Washington, em 1987, quando eu fui trabalhar na missão do Brasil e o seu pai, o Embaixador João Clemente Baena Soares, era o Secretário-Geral da OEA. O Embaixador Baena Soares recebeu uma OEA desacreditada e paralisada e, em pouco tempo, resgatou o prestígio da Organização, havendo conduzido um extraordinário trabalho de pacificação na América Central, o que garantiu sua reeleição por mais cinco anos, quando ele pôde se dedicar, então, a melhorar e a aperfeiçoar a gestão dos trabalhos da OEA. Eu acompanhei, na época, o Embaixador do Brasil na OEA, meu chefe, o então Embaixador Dário Castro Alves, a dez países do Caribe. Eu não posso dizer

que tenha sido uma missão muito árdua, mas foi para garantir a reeleição do Embaixador Baena Soares. E nós só recebemos, nessa missão, elogios ao trabalho do Embaixador Baena Soares. Então, eu só queria deixar o registro dessa coincidência que me parece feliz, que me trouxe lembranças positivas. O Embaixador Baena Soares hoje é membro da Comissão Jurídica Interamericana. Ele muito fez pela OEA, com quem muito aprendi.

O segundo período foi bastante intenso, em seguimento aos ataques de Onze de Setembro às Torres Gêmeas de Nova York. O Embaixador Valter Pecly Moreira era, então, o Representante Permanente do Brasil na OEA. Quando as Torres foram atacadas em Nova York, a OEA estava numa reunião extraordinária em Lima, aprovando a Carta Democrática Interamericana. E havia muitas frases e muitas passagens em colchete, havendo grande debate, até que o Secretário de Estado americano Colin Powell fez um pedido emocionado para que se aprovasse, sem maiores delongas, o texto da Carta, porque o que a região estava mais precisando naquele momento era de mais democracia. E assim foi feito.

A OEA que eu devo encontrar agora, caso aprovado por esta Comissão, passa também por um momento de transformação e redefinições, processo no qual o Brasil, por suas credenciais, terá de ter, sem dúvida, um papel relevante.

O processo atual se baseia nos quatro pilares básicos em que se concentra o trabalho da Organização e que o Brasil ajudou a definir, que são democracia, direitos humanos, desenvolvimento integral e segurança multidimensional.

O pilar da democracia reúne todos os assuntos jurídicos e políticos, como as Cúpulas das Américas, que são as reuniões de Chefes de Estado, que ocorrem a cada três anos, as reuniões de consultas de chanceleres, as reuniões de ministros da Justiça e a Comissão Jurídica Interamericana, que tem a sede no Rio de Janeiro.

O pilar dos direitos humanos, um dos mais importantes da Organização, contempla o processo de reflexão que está ocorrendo neste momento sobre o fortalecimento do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, que inclui a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, a Corte Interamericana e as Conferências dos Estados-partes do Pacto de São José.

O pilar do desenvolvimento integral, o mais amplo e mais diversificado, abrange uma série de instâncias nas áreas econômica, social, educacional, cultural, científica e tecnológica. É o pilar principal para os esforços dos Estados com vistas à superação da pobreza no continente e que se espera que passe a contar cada vez mais com o engajamento dos países do norte, Canadá e Estados Unidos.

O pilar da segurança é de fundamental importância, no sentido de que faculta a cada Estado-membro definir, sem imposições, seus próprios parâmetros de segurança e defesa, segundo o conceito da segurança multidimensional.

Vale lembrar que a OEA é hoje o único organismo político das Américas que contempla desde as pequenas ilhas do Caribe até a única potência global do Planeta, segundo o princípio da igualdade de representação dos Estados. É o único foro que reúne todos os países da região em contato diário, em que são abordados temas de interesse da região.

O atual processo de aproximação entre Cuba e os Estados Unidos possibilitou reunir, no Panamá, agora, em abril último, pela primeira vez, todos os 35 países da região, contribuindo, assim, para superação de um passado anacrônico de desconfiança e de afastamento, abrindo as portas para um futuro mais promissor para o nosso continente.

É importante ter em conta que hoje há uma menor assimetria, comparando-se com 20 anos atrás, nas relações de poder entre os países das Américas. Por outro lado, há a constatação de um crescente reforço da multipolaridade no plano global, e isso tem reflexos também no modo de atuar da OEA. Essa diversidade, às vezes, é traduzida entre países e blocos de países dentro da Organização, que acaba por gerar uma certa paralisia.

Eu considero que o Brasil é o único País capaz de transitar com facilidade por todos os diferentes grupos dentro da organização, com a função de coordenador intermediário do diálogo, resultante da credibilidade adquirida pelo País em virtude de posições de princípio e de postura equilibrada que tempos por hábito adotar, tradição essa que pretendo, caso conte com o beneplácito desta Casa, fazer valer como novo titular da missão no Brasil.

O desafio fundamental do novo Secretário-Geral, o uruguaio Luis Almagro, que foi eleito com decidido apoio brasileiro, será o de assegurar que as atividades da OEA não dupliquem esforços ou não se confundam com as de outros grupos regionais ou mecanismos sub-regionais, como Unasul e Celac. A existência crescente dessas instâncias não deve ser vista como um cenário competitivo, mas como canais complementares de inserção no continente. Em lugar de disputar espaço político com esses novos foros, a OEA precisa, isto, sim, definir suas prioridades e seus objetivos com maior clareza, o que só pode ser obtido, além do aperfeiçoamento da gestão, que necessita de melhorias, com maior engajamento dos seus principais Estados-membros.

O Brasil é hoje, depois dos Estados Unidos, o principal contribuinte da OEA. A nossa cota de contribuição anual foi acrescida de 25% no último ano, passando de US\$8 milhões para US\$10,2 milhões por ano. E nós estamos em dívida com a Organização nos exercícios de 2014 e 2015 num total de US\$18 milhões. O Governo brasileiro está se empenhando em saudar seus compromissos com a OEA relativos a esses exercícios no mais breve prazo possível.

Eu conversei com a chefia do Itamaraty, e o Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores tem efetuado gestões ingentes para que possamos efetuar o pagamento, ao menos em parte, como um gesto de apoio à gestão do novo Secretário-Geral.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Desculpe-me, Embaixador. Qual é a importância do nosso débito?

O SR. JOSÉ LUIZ MACHADO E COSTA – É de US\$18 milhões.

Outro tema sensível para o próximo representante do Brasil na OEA será o de direitos humanos. O Brasil se engajou, desde 2011, no processo de reflexão sobre o fortalecimento do Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Esse esforço trouxe resultados positivos. O Brasil contribuiu para uma maior previsibilidade, transparência e eficácia do Sistema Interamericano de Direitos Humanos. O processo de aperfeiçoamento durou até 2013, e todas as partes envolvidas concordaram que os métodos da comissão melhoraram. Como ressaltou recentemente a esta Comissão o Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, a política externa do Brasil se pauta por objetivos de Estado permanentes. E eu pretendo, se aprovado, continuar a me pautar por esses princípios.

Igualmente importante é estar atento para que não se conformem no Sistema Interamericano arranjos vinculantes que possam contrariar os interesses brasileiros, como ocorreu no início da década de 2000, com o tema da segurança hemisférica, área da qual eu me ocupei, quando alguns países propuseram a transformação das forças armadas do continente em algum tipo de guarda nacional, voltada para o combate ao narcotráfico e ao terrorismo, proposta que não prosperou por causa da reação forte de vários países sul-americanos, na qual o Brasil teve participação importante.

Eu tenho bem presentes, Srs. Senadores, o interesse e o acompanhamento atento desta Casa ao papel exercido pelo Brasil na Organização dos Estados Americanos e, se aprovado, estarei sempre disponível aos Srs. Senadores para prestar quaisquer informações que julgarem necessária acerca da nossa atuação nesse foro.

Eu prefiro não me alongar mais, Sr. Presidente, para deixar mais espaço para o debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito bem.

Agradeço o Embaixador José Luiz Machado e Costa.

Nós recebemos, na semana passada, as comunicações do Senador Agripino e da Senadora Ana Amélia, que apresentaram minuciosos relatórios a respeito tanto do currículo de cada um dos senhores como também das missões para as quais foram indicados.

Eu consulto ao Plenário se podemos dar início ao processo de votação enquanto se processa a sabatina. (Pausa.)

Eu penso que não há nenhuma objeção. Então, os Senadores que quiserem já poderão votar.

Senadora Ana Amélia, V. Exª tem a palavra.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Requeiro a minha inscrição, Presidente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu agradeço, Presidente Aloysio Nunes Ferreira, caros colegas Senadores e Senadoras.

Eu tenho até uma certa suspeição com os dois sabatinados. O Embaixador Rodrigo é filho...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Eu acho que todos nós.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Bom, então. Isso é um bom sinal para eles.

O Embaixador Rodrigo é filho de uma pelotense, a Embaixatriz Gláucia. E o Machado do José Luiz é da minha terra Lagoa Vermelha. Independentemente disso, eu não vou poupá-los nestas indagações.

Embaixador Rodrigo, há o reconhecimento de uma certa fragilidade institucional em Moçambique, talvez por ser uma jovem República. Essa fragilidade institucional passa pelas questões relacionadas à transparência e à própria força do Estado no ordenamento e nos marcos regulatórios das empresas que operam lá ou do próprio funcionamento do Estado. Então, é a primeira questão. E houve uma queda à metade do intercâmbio comercial num período curto, caindo de US\$143 milhões para US\$74 milhões. Qual a causa disso? E como V. Exª pretende, na Embaixada em Matupo, resolver essas demandas?

Para o Embaixador José Luiz Machado e Costa, é muito singelo. O nosso Embaixador falou muito do fortalecimento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que é uma das metas do atual Secretário-Geral da OEA, o uruguaio Luis Almagro.

Foi nomeada recentemente, como assessora de acesso na área de direitos humanos, a ex-Ministra Ideli Salvatti.

Com todo o respeito à Ministra, mas a própria Comissão, que é um órgão não independente, mas vinculado à OEA, levanta suspeitas de que poderia haver um enfraquecimento, dado, digamos, à divisão de poder entre o papel da ex-Ministra Ideli Salvatti e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que foi responsável, em tempo recente, pelo embargo das obras da Usina de Belo Monte no Estado do Pará.

Então, eu queria saber – não questiono, conheço bem a Ministra Ideli Salvatti, foi Senadora, ela merece todo o nosso respeito – apenas do ponto de vista institucional, qual será este papel e também na própria relação com a representação brasileira, o Embaixador junto à OEA, nessa relação. Então, são essas singelas indagações que faço aos dois Embaixadores.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigado, Senadora. Nós vamos ouvir as diferentes intervenções dos Senadores, depois os nossos sabatinados terão oportunidade de, por mais tempo, discorrer sobre todos os pontos levantados pelo Plenário.

O Senador Lasier Martins, por favor. *(Pausa.)*

Pois não.

O SR. JOSÉ AGRIPIÑO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Relembro apenas que sou Relator do Embaixador...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Ah, o senhor quer intervir neste momento?

O SR. JOSÉ AGRIPIÑO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Acho que seria conveniente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não. Senador Agripino, por favor. Tem preferência como Relator.

O SR. JOSÉ AGRIPIÑO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nós temos indicados o Embaixador Baena Soares para Moçambique, que é um posto importante da diplomacia brasileira. Moçambique é um país de grandes dimensões territoriais e de economia muito promissora no continente africano. E V. Ex^a tem um desafio pela frente, que é lubrificar as relações do Brasil com Moçambique, que já são robustas, mas que podem ser muito mais. Eu acho que, além da África do Sul, há alguns países na África que são emblemáticos em matéria de relação com o Brasil. Moçambique é um deles, ao lado de Angola. Então, desejo muito bom êxito a V. Ex^a, caso seja aprovado aqui – e acho que será – na sua relação como Embaixador. E eu tenho certeza de que será, até pelo seu pretérito na carreira.

Mas eu queria me dirigir ao Embaixador José Luiz, com quem estive pessoalmente numa longa conversa, numa longa e interessante conversa, porque V. Ex^a vai exercer funções numa corporação onde estamos em ausência há quatro anos e é o principal fórum de discussão dos assuntos de interesse das Américas, especificamente, focadamente das Américas do Norte, Central e do Sul.

V. Ex^a vai chegar lá na hora em que, primeiro, a Presidente Dilma acaba de fazer uma viagem de recuperação de relações; é um ponto positivo. Mas, na verdade, com as denúncias do Wikileaks, das lamentáveis acusações de espionagem, ela tomou uma atitude que o Brasil reconhece como correta, mas que estremeceram as relações do Brasil com os Estados Unidos. Esfriaram. E ela retoma. Então, esse é um ponto, que terá reflexos imediatos dentro das discussões da OEA. É inevitável isso.

O segundo ponto é a grande novidade do descongelamento das relações Cuba e Estados Unidos, porque há, dentro da OEA, claro, que um polo que Cuba durante muito tempo exerceu, de beligerância ideológica com os Estados Unidos, que cedem hoje espaço pelo descongelamento, à beligerância da ALBA. A ALBA é a reunião da Venezuela com Nicarágua, com Bolívia e com o Equador, que vivem provocando muito ruído nas discussões internas da OEA. Esse é um outro ponto que V. Ex^a vai encontrar. E o Brasil, que sempre teve, ao longo da sua atuação diplomática, o papel de moderador em conflitos, vai chegar à OEA com uma posição de vacância há quatro anos. Claro que a representação do Brasil permanece, mas o comando através do Embaixador, desde a saída de Baena Soares, ou desde a saída do último Embaixador, Ruy Casaes, ficou um vazio.

Então, essas relações de harmonização ficaram interrompidas e mais: o Brasil ficou numa situação – ele, Brasil, propriamente – de conflito dentro da OEA, porque a Comissão Interamericana de Direitos Humanos foi responsável pelo voto de suspensão das obras de Belo Monte, que só continuaram, só tiveram prosseguimento, por liminar. E o que é fato é que a obra está agora concluída, mas existe esse revés a ser recuperado.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Permite-me, Senador?

O SR. JOSÉ AGRIPIÑO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Precisamos lembrar, entre as situações delicadas, graves, a tensão crescente entre a Venezuela e a Guiana.

O SR. JOSÉ AGRIPIÑO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Venezuela e Irã?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Aqui na nossa fronteira com Roraima.

O SR. JOSÉ AGRIPIÑO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Isso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ AGRIPIÑO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Com Guiana... É verdade. Isso, isso mesmo.

Então, o que eu pergunto a V. Exª é em função desse cardápio de novidades: a Presidente Dilma vai aos Estados Unidos, e não vai apenas a Washington: vai ao Vale do Silício, faz visitas em busca de investimentos, procura descongelar as relações do Brasil com os Estados Unidos – no que ela comete um acerto; a América do Norte, em especial os Estados Unidos descongelam o conflito com Cuba, restabelecem relações diplomáticas robustas, com embaixadas recuperadas em Havana e em Washington; a Alba ruidosa... E esse é um fato novo: a Venezuela e a Nicarágua são países que se juntam para, do ponto de vista ideológico, defenderem posições que nem sempre são as que mais possam interessar ao Brasil, haja vista a recente viagem da Presidente aos Estados Unidos e haja vista o recente descongelamento das relações de Cuba com os Estados Unidos.

E o contencioso principal que V. Exª vai encontrar é como se reposicionar dentro da OEA, tendo em vista a posição da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. E esse é um assunto... Esse é um cadáver; é um esqueleto está posto no armário, está lá. Mas o que é fato é que tem que ser removido. Esse assunto tem que ser equacionado. Eu não sei em que medida a ex-Ministra Ideli vai lhe ajudar ou se vai lhe ajudar. Eu até, aqui, sem querer ser venenoso, espero que ela não vá querer ser lá na OEA o Sr. Marco Aurélio Garcia. E acho que V. Exª precisará contar com o apoio do Congresso brasileiro para que, com a independência, que sempre caracterizou a sua atuação como Embaixador no Haiti, onde teve um bom desempenho, e Embaixador no Suriname, possa ter um desempenho à altura do interesse do Brasil como país.

Então, pode estar certo de que nós estaremos atentos e vamos dar cobertura ao titular do posto, ao Embaixador na OEA, que tem tradição de serviços prestados, tem preparo suficiente, que está sendo sabatinado, que está emitindo as suas opiniões e que, em recebendo o aval desta Comissão, vai ter o aval do Congresso Nacional para tomar as atitudes que melhor consultem ao interesse do Brasil.

Eu queria que V. Exª fizesse uma avaliação desses pontos todos e declinasse como V. Exª se posiciona, principalmente, diante do maior desafio que vai enfrentar, que é a solução definitiva desse contencioso chamado veto da Comissão Interamericana de Direitos Humanos à construção de Belo Monte, que é uma usina que está pronta.

São os questionamentos que faço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigado, Senador Agripino. Agora, o Senador Lasier Martins, que tinha a palavra.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Muito obrigado, Presidente.

A minha primeira pergunta ao Embaixador José Luiz Costa, a quem saúdo, meu coestaduano, já foi muito bem encaminhada pelo Senador José Agripino, numa exposição muito bem articulada, como é próprio do Senador José Agripino, porque o Embaixador José Luiz vai para uma das embaixadas mais árduas, embora esteja abandonada lá há quatro anos, o que surpreende, pela importância que tem a OEA. Então, eu quero apenas adicionar um pouquinho mais ao que já disse o Senador Agripino, porque V. Exª, Embaixador José Luiz, chegando lá, vai ter que arrumar a casa e restabelecer algumas posições do Brasil na OEA e, como foi dito, numa época de alguns conflitos. E V. Exª já expôs, na sua primeira fala, que vai defender tratados, direitos humanos e democracia.

Então, a minha pergunta é nesse sentido: diante de conflitos – e sempre se argui aqui o caso da Venezuela, ao qual se junta também o caso da Bolívia –, como é que o senhor vai se direcionar? Em suma, a minha pergunta é acrescentando um pouquinho mais já à bela formulação do Senador Agripino.

E com relação ao Embaixador Rodrigo Baena Soares, um nome que tem muita tradição na diplomacia nacional...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Não; ele não é gaúcho, mas é filho de mãe gaúcha. É filho de mãe pelotense, e espero que já tenha visitado a nossa terra.

Nós estamos vivendo uma época em que se percebe uma certa relegação de atenção da Presidente da República às nossas embaixadas. Até porque nós temos discutido aqui embaixadas que nos causam algum constrangimento pelas dívidas que têm acumulado: não pagam aluguel, não pagam luz, não pagam telefone etc., o que vem ao encontro da crise que nós estamos vivendo. Mas V. Exª, pelo que consta no seu histórico, Embaixador Baena Soares, quando estava concluindo o Instituto Rio Branco, apresentou uma tese interessante, que serve para entendermos a realidade de hoje, o que V. Exª pensa e aquilo que escreveu. Claro que eu não vou lhe pedir aqui para expor a tese, porque passaríamos o dia inteiro discutindo. Peço apenas uma síntese de

confronto entre o que o senhor escreveu na sua tese – e eu já vou dizer qual foi o título – e a realidade que nós vivemos hoje. A sua tese no Instituto Rio Branco foi: “Política externa e mídia em estado democrático: o caso brasileiro”. E a mídia tem feito críticas com relação às embaixadas, com a diplomacia que o Governo tem feito. Então, o que o senhor escreveu coincide com a nossa realidade de hoje?

São as minhas perguntas, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito bem.

O Senador João Capiberibe tem a palavra.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Sr. Presidente, Senador Aloysio Nunes, Srs. Embaixadores, Sr. Embaixador Rodrigo, Sr. Embaixador José Luiz, Senadores, Senadoras, eu realmente estou dividido aqui sobre por onde começar.

Eu morei em Moçambique por três anos, depois da independência. Era como chegar no Brasil em 1825. Encontrei terra arrasada. Eu vou dar um exemplo para situar o país onde V. Ex^a vai trabalhar...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – E havia um grupo de brasileiros que estavam lá nessa época, não é? Muitos militantes...

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Era o nosso terceiro exílio, não é, Presidente? O nosso terceiro exílio.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Exatamente.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Depois, Brasil... Para mim, era o quarto, porque eu saí do Brasil fui para a Bolívia, depois Chile, Canadá, Moçambique.

E, lá, nós encontramos terra arrasada. Houve uma debandada geral dos colonizadores depois... Para que a sociedade brasileira compreenda as dificuldades que Moçambique vive hoje – uma realidade sobre a qual V. Ex^a deu um panorama muito otimista, positivo e verdadeiro –, ali era um país onde não se conseguia ter um técnico para consertar um elevador, isso numa cidade de arranha-céus como é Maputo. As pessoas moravam no vigésimo andar e tinham que subir pelas escadas; e quem morava no décimo quinto brincava com quem morava no vigésimo quinto, enfim, divertiam-se uns com os outros, porque o país parou. Esse país que o povo moçambicano está soerguendo, e eu acho que o Brasil... O início da cooperação brasileira foi lá atrás ainda, no período da ditadura, e houve muito oportunismo, muita atitude desleal, inclusive com o povo moçambicano.

Eu queria dizer a V. Ex^a que, se hoje contamos 40 anos da independência, eu cheguei lá três anos depois e trabalhei, durante dois anos, intensamente para ajudar a soerguer o país. E eu estou pretendendo voltar a Moçambique, agora, nos 40 anos da independência.

Eu não teria muitas questões, até porque V. Ex^a deu todas as informações possíveis, mas eu sou muito simpático e apoio com decisão a toda a cooperação com esses países, porque são países irmãos, com a diferença que lá o colonialismo português se restringiu às cidades. No Brasil, foi um domínio total até 1822. Sendo que, lá, o país foi presidido por um moçambicano da gema, que não queria muita conversa com os opressores históricos. Aqui, não; os portugueses aqui preservaram o seu patrimônio e toda a sua influência ao longo da história.

Em relação ao Sr. Embaixador José Luiz, eu tenho uma questão: a Corte Interamericana de Direitos Humanos condenou o Brasil por não ter investigado os crimes da ditadura. E o escudo para não investigar os crimes da ditadura é a Lei da Anistia, de 1979, que completa agora 36 anos, sem qualquer modificação. Em geral, as leis se adequam à conjuntura que a sociedade vive, mas a Lei da Anistia tem uma dificuldade, inclusive de atender à orientação da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Existe claramente uma recomendação de que o Brasil investigue os crimes praticados pela ditadura. E, ainda nesta manhã, nós tivemos – eu, infelizmente, cheguei dois minutos atrasado – a votação de um projeto que pretende rever a Lei de Anistia. E eu estava conversando com o Relator, o Senador Anastasia, que me colocou a questão legal: o Supremo Tribunal Federal, sistematicamente, resiste a qualquer tipo de investigação em função daquilo que a Lei da Anistia... Ela anistiou, inicialmente, os torturadores para, depois, anistiar as vítimas. Mas só que, ao que me parece, acima dessa Lei de Anistia há uma recomendação específica, Sr. Relator, da Corte Interamericana de Direitos Humanos, de revisão da Lei de Anistia.

Então, nós estamos propondo, neste momento, que haja essa revisão. É evidente que passou aqui muito rápido, não houve um debate mais profundo, mas nós vamos ter oportunidade de debater isso na CCJ.

E isso por uma razão: existe aqui, no Brasil, uma violência do Estado que atravessou o tempo, não é? Eu fico imaginando, Sr. Presidente, Senador Tasso Jereissati, a violência do Estado é permanente. Neste momento que eu estou falando, alguém está sendo torturado por agente do Estado. E a origem disso está lá atrás. Como é que um agente do Estado, hoje, vai reacear prender, torturar, desaparecer com um cadáver de alguém se, no período da ditadura, o Estado brasileiro, que começava com o Sr. Presidente, ditador, autorizava e determinava a tortura?

Então, o desaparecimento de corpo, que é o que a OEA condena, porque são crimes... Tortura é crime imprescritível, e isso está claro pelas decisões da Corte. O Brasil, que homologa todas as decisões da Corte, é obrigado a seguir essas decisões, a cumprir as decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos ou não? Essa é uma questão que eu lhe coloco.

E concluo dizendo que os crimes praticados pela ditadura só mudaram... Na ditadura, eram crimes em relação aos adversários políticos da ditadura; e, agora, os crimes continuam exatamente iguais – crimes de tortura, de desaparecimento de pessoas –, e nós temos casos aqui emblemáticos, como o caso que se tornou nacional, que é do caso exatamente do ajudante de pedreiro Amarildo, morador da Rocinha, Ele foi preso na casa dele, num domingo, com a família dele e, em poucas horas, em três ou quatro horas, ele desapareceu e até hoje não se sabe do seu corpo.

Vejam que há uma semelhança muito grande com o caso do Deputado Rubens Paiva, que, em fevereiro de 1971, foi preso dentro do seu apartamento, no Leblon, e até hoje seu corpo está desaparecido.

Olhem, a sociedade brasileira não pode mais conviver com tamanha violência. Essa violência que nós vemos e com a qual nós estamos convivendo é resultado da violência do aparelho de Estado. Se nós não tomarmos uma decisão para acabar com a violência do aparelho de Estado, que é o espelho para a sociedade, nós não vamos ter nenhuma alternativa para a violência urbana. O Brasil é, hoje, um dos países com os mais altos índices de homicídios do mundo, porque o espelho é o Estado brasileiro. Quem mata são as forças de segurança pública do País. São elas que mais matam hoje no Brasil.

Então, nós temos que dar o exemplo. Em vez de buscarmos uma solução definitiva, de buscarmos alternativas para a violência, pretende-se modificar o Estatuto, reduzir a maioria penal, como se isso fosse ter alguma impacto na redução da violência. Não vai haver nenhum; ao contrário, vai-se especializar essas crianças, esses jovens adolescentes na sanha do crime.

Portanto, esta era a questão que eu gostaria de ver respondida: o Brasil, que assina todos esses acordos e que não os cumpre, o que lhe pode acontecer?

Era isso, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – O Senador Tasso Jereissati agora tem a palavra.

Já estão encerradas as...

Ah! O Senador Cristovam Buarque vai fechar, com chave de ouro, essa sequência de interpelações.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Senador Aloysio, Embaixador Baena Soares, Embaixador José Luiz, primeiramente, gostaria de dizer que estou plenamente satisfeito com a indicação dos dois Embaixadores, pelos currículos dos dois Embaixadores e com o preparo para o desafio que os dois irão enfrentar. Moçambique, óbvio, por todas as afinidades, pelas relações e pelo que representa dentro da África e pelo potencial gigantesco de cooperação que existe entre os nossos dois países.

O Embaixador José Luiz, que já conheço, apesar de ser muito novo, há muitos anos, terá outro desafio importantíssimo, ou seja, depois de quatro anos de ausência, o Brasil vai desempenhar o papel que tem que desempenhar dentro da Organização dos Estados Americanos e dentro dessa nova realidade política, especialmente com o rearranjo decorrente da reaproximação entre Estados Unidos e Cuba e, ainda, com a volta do próprio Brasil. Apesar desses constrangimentos – e, para mim, foi chocante saber que o Brasil deve US\$18 milhões à OEA –, a pergunta é só por curiosidade: existem outros devedores importantes? Qual é a relatividade dessa dívida do Brasil? Isso é comum? Argentina, Chile?

Eu gostaria de perguntar ao Embaixador José Luiz, porque eu não entendi direito o papel da ex-Senadora Ideli na OEA. É apenas um arranjo político, do tipo toma lá, dá cá? Como a Ideli saiu do Ministério teriam onde colocá-la? Eu conheci a Senadora Ideli, e ela é tão preparada para um cargo diplomático, Senador Jorge Viana, como se eu fosse designado para ser um assessor brasileiro na NASA. Eu acho que existe essa mesma relação. Por isso é que eu queria entender o papel dela lá.

E, quanto ao Embaixador Baena Soares, gostaria que falasse um pouco sobre a questão política em Moçambique.

Muito obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

Antes de o senhor passar a palavra ao Senador Cristovam Buarque, que é o último inscrito...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP. *Fazendo soar a campainha.*) – Por favor! Eu não estou ouvindo a Senadora Ana Amélia.

Senadora, por favor.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Antes de o senhor passar a palavra ao Senador Cristovam Buarque, eu queria manifestar-me agora, publicamente, aqui nesta Comissão, onde o Senador Cristovam tem sido extremamente dedicado, extremamente aplicado e dado uma valiosa contribuição, sobre alguns fatos que aconteceram ontem no plenário do Senado, na votação de uma matéria de reajuste dos aposentados.

Eu não votei com o Senador, mas não concordo, de nenhuma maneira, com a situação criada em torno do Senador, que merece de todos nós, Senadores e Senadoras desta Casa, um enorme respeito. É um Parlamentar que nos orgulha pela sua qualidade moral e ética, pelo seu preparo intelectual, pelo compromisso com a causa pública.

Então, a despeito até de reconhecer a validade do que ele estava propondo, mas, politicamente, entendendo que aquilo atrasaria e retardaria uma votação, não havia nenhuma justificativa para um embate como a gente percebeu ontem. Assim, eu quero hipotecar aqui a minha solidariedade ao Senador Cristovam Buarque. Nós não podemos aceitar o que aconteceu ontem, que foi um ato de violência contra um Parlamentar.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não. V. Exª tem toda a razão. Creio que V. Exª fala o que todos nós pensamos.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Pela ordem, Sr. Presidente, É sobre isso, Sr. Presidente. Eu quero endossar...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Porque, ontem, aquela votação deveria ter sido impugnada, encerrada, porque o acinte perpetrado não foi ao Senador Cristovam Buarque, foi ao Senado Federal.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Sr. Presidente, só para endossar as palavras da Senadora Ana Amélia e manifestar também, aqui, a minha opinião sobre o Senador Cristovam Buarque, que é uma pessoa com quem nós convivemos no Senado há muitos anos e que tem uma postura exemplar: espírito público, probidade, decência, comportamento acima de qualquer suspeita e que não merecia nunca o tipo de admoestação de que ele foi vítima – e sublinho vítima – na noite de ontem.

A ele a minha também pessoal e política, absoluta e irrestrita solidariedade.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Infelizmente, esse tipo de comportamento tem sido a regra e não tem recebido o tratamento severo que ele merece.

Muito bem. Vamos dar sequência...

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB – SC) – Permita-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB – SC) – Apenas para cumprimentar os Embaixadores...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – É que há outros inscritos na sua frente para interpelar os Embaixadores. Então, V. Exª deseja inscrição?

Senador Paulo Bauer, quer se inscrever?

Bom; o Senador Tasso Jereissati já falou. Agora, o Senador Jorge Viana; depois, o Senador Cristovam e, em seguida, o Senador Paulo Bauer.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

Queria cumprimentar os dois Embaixadores e dizer que estou certo de que temos extraordinárias indicações, tanto para um país de importantes relações com o nosso Brasil como é Moçambique, como especialmente também para a nossa representação na OEA, uma organização fundamental para o nosso continente e, obviamente, para o Brasil.

Eu queria aqui falar sobre esse tema que a Senadora Ana Amélia e todos os colega, inclusive V. Exª, Sr. Presidente, trouxeram. Já dei-lhe um abraço hoje. Ontem, a Mesa Diretora tomou, tardiamente – eu não tenho nenhum problema de assumir isso –, uma resolução: não há mais possibilidade de aquela área do plenário ser ocupada por convidado de Senador ou seja por quem quer que seja. Só pessoas credenciadas vão estar ali. Isso está valendo desde ontem. Na reunião da Mesa Diretora, nós assinamos uma resolução. Isso era uma reivindicação da Senadora Lídice, que está aqui, e de outros Senadores que já tinham pedido isso há muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – A chamada Tribuna de Honra.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – A chamada Tribuna de Honra.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – É a tribuna do *lobby*.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Ela passa a ser utilizada por assessores, inclusive com o propósito de tirar os assessores do espaço do próprio plenário.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito bem!

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Então, há dois locais para jornalistas credenciados, assessores credenciados para o plenário funcionar.

Então, essa foi uma resolução, e não deixamos nenhuma condicionante de quem esteja presidindo possa convidar alguém ou coisa parecida. É pouco, eu sei. Nós tivemos uma situação repetida. O Senador Cristovam ou nenhum outro colega merece passar pelo que passou.

Nós já tivemos outras votações que poderiam ter sido impugnadas, porque ocorreram em função de pressões, que são inadmissíveis nesta Casa. Eu me confesso chocado de ver o que tenho visto. E, às vezes, alguns colegas estimulam esse tipo de situação ou facilitam, o que não deve ser feito. Nós temos que ter, no mínimo, um rito aqui dentro do Senado. É uma Casa que tem uma história, a mais antiga instituição da República, e eu penso que a decisão que tomamos o Presidente, eu e os outros colegas da Mesa foi uma tentativa de dar uma resposta ao apelo que muitos Senadores fizeram ontem.

Sem nenhuma intenção de polemizar, queria fazer um contraponto ao que disse o Senador Tasso, que tem uma vivência e uma larga experiência, nesta Casa, na vida pública e empresarial. E, obviamente, com a inteligência que o acompanha, fez aqui uma ferina crítica à nossa ex-colega Ideli Salvatti.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE. *Fora do microfone.*) – Colega, não...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – À nossa ex-colega. Por isso mesmo, mas não há nenhum propósito de polemizar.

Eu só queria dizer que nós temos um novo Presidente da OEA, uma pessoa que tem uma carreira, uma dedicação à causa dos direitos humanos. Ele assumiu agora, e a nossa ex-Senadora, ex-Ministra Ideli Salvatti foi convidada para ser assessora do Secretário-Geral da OEA, tão somente esse cargo. Todos nós sabemos que, nas organizações internacionais, os países celebram quando alguém de seu país ocupa uma função, como nós temos hoje na FAO, como nós temos hoje na OMC – coisa nova, recente, porque o Brasil não tinha essa tradição e merece ter.

Então, a ex-Senadora Ideli, ex-Ministra, é Assessora – e existe um termo certo – de Acesso a Direitos e Equidade. É um assessoramento ao Secretário-Geral da OEA e ela vai atuar nessa área. Trabalhou com esse tema aqui no Senado; trabalhou com esse tema como Ministra também; e é nessa função que ela vai trabalhar na OEA, a convite do novo Secretário-Geral, ex-chanceler do Uruguai, uma pessoa muito respeitada em todo o mundo, exatamente pelo compromisso neste tema: direitos humanos, equidade, e que, com isso, espero, ganha mais relevância, já que, como o Senador Capi e outros colocaram –, na OEA, os Estados que compõem a OEA precisam muito de trabalhar com esse tema.

Sobre a questão também do não pagamento, salvo engano, eu ouvi que temos um ano de atraso. Eu também faço coro com os colegas, porque acho que nós não podemos passar por situações como essa. Então, eu faço coro com os demais colegas. Só queria esclarecer que eu ouvi... Eu tenho um problema de audição, alguns mais íntimos sabem, mas, se eu não ouvi com o ouvido errado, eu ouvi do Embaixador...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Tem problema de audição, mas enxerga longe. (*Risos.*)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – ...José Luiz Machado e Costa que nós temos um atraso referente ao ano de 2014. Como nós estamos em julho de 2015, não dá para considerar que o ano de 2015 seja ainda um atraso. Essa é a minha opinião. Mas quero fazer coro com os colegas, ou seja, acho que nós não podemos atrasar nenhum tipo de pagamento, criar nenhum tipo de dificuldade para aqueles que nos representam fora do país. Isso é igual na casa da gente, ou seja, se é para haver algum sacrifício, que seja dentro de casa. Mas não podemos passar o sacrifício para outros que estão um pouco mais distantes. Acho que o Brasil precisa trabalhar isso melhor. Eu mesmo tenho trabalhado isso com relação à Organização Internacional de Madeiras Tropicais. Estou lutando para ver se a gente atualiza isso. Mas queria fazer esse esclarecimento.

No mais – e, no caso de Moçambique, a história que o Capi contou ao nosso Embaixador já me contempla, ele que lá morou por alguns anos –, eu queria um comentário, se fosse possível, do nosso Embaixador na OEA. Aliás, já lhe desejo sucesso na missão, porque sei, pelo que vejo e tenho ouvido dos colegas e pela história que V. S^a tem como profissional, será bem acolhido aqui nesta Comissão e no plenário do Senado. Mas gostaria de um comentário objetivo sobre o seguinte: o mundo inteiro comenta, hoje, a reaproximação entre Cuba e Estados Unidos. Estamos em vias de ter a indicação de embaixadores dos Estados Unidos para Cuba e de Cuba para os Estados Unidos, isso muda a geografia política do nosso continente, com reflexos diretos dentro da OEA. Eu queria um comentário sobre que mudanças V. S^a imagina que a OEA vai experimentar. Que forças a OEA terá a mais como Organização dos Estados Americanos, já que agora, como disse o Presidente Obama, somos todos americanos? Mas parecia que não éramos.

As outras questões já foram levantadas, mas eu gostaria de uma questão mais objetiva: que etapa nova a OEA pode viver com as relações diplomáticas restabelecidas entre Cuba e os Estados Unidos?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Senador Cristovam Buarque, por favor.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu quero agradecer as manifestações de todos os colegas aqui. Eu fico pensando que, de repente, dá para mudar o nome para comissão de relações de amizade. Eu não digo relações íntimas, porque hoje isso tem uma conotação muito complicada. *(Risos.)*

Então, eu agradeço muito.

Agora, eu não lamento tanto aquela balbúrdia... Eu lamento, é claro, mas não me incomoda. O que me incomoda é que era uma emenda positiva para 16 milhões de pobres que ganham salário mínimo, que teriam reajuste de acordo com o índice de preço dos produtos que eles comprem, que não é a média. Não entra automático, por exemplo, como entra no IPCA. Mas isso está superado. Perdemos.

Eu quero fazer perguntas aos Srs. Embaixadores, mas, antes, dizer da minha satisfação de ver, mais uma vez, o Governo brasileiro – e não importa o Partido – mantendo essa tradição de indicar nomes da carreira diplomática com a competência que nós conhecemos. Sou até um pouco suspeito pela minha relação com o Instituto Rio Branco, onde fui professor, mas eu faço questão de registrar a satisfação de estar aqui diante de Embaixadores que vêm da carreira diplomática.

O que eu quero colocar, diferentemente do que eu faço, muitas vezes, mas também da maneira que eu faço, é sair da visão específica do país para onde vai cada um dos dois e entrar na posição de Embaixador neste momento do mundo. Às vezes, nós temos problemas específicos – e, no meio da minha colocação, eu vou falar –, mas, em geral, o Embaixador, independente do país, tem de estar atento a certos problemas globais, em alguns casos mais, em alguns casos menos, dependendo do país.

E, aí, eu queria saber se dizem respeito à posição de cada um dos senhores temas, por exemplo, como drogas e tráfico de drogas. Até que ponto Moçambique tem a ver com esse problema e a OEA, que certamente tem. Então, como é o assunto da droga?

O risco de autoritarismo no país. No caso da OEA, é no conjunto dos países do continente. Ou seja, na posição em que vai estar, como vamos? E digo ao Embaixador “como vamos” porque o Embaixador cumpre o que o Governo, o Estado Brasileiro determina. Como é que a gente vai agir, no caso de riscos de autoritarismo?

O problema da migração, que os dois têm a ver, embora Moçambique, pelo que eu saiba, muito menos hoje. Mas a OEA tem tudo a ver com o problema das ondas de migração que acontecem, não tão visíveis quanto o que acontece hoje no Mediterrâneo, mas talvez em número ainda maior e há mais tempo no que se refere à fronteira do nosso continente, da parte sul, com os Estados Unidos.

O problema da lavagem de dinheiro, que é um problema fundamental hoje. Algumas vezes, aqui, alguns Embaixadores de pequeníssimas ilhas do Caribe, que parecem não ter nenhum problema na relação com o Brasil, mas que são plataformas de lavagem de dinheiro. E isso tem tudo a ver com o Brasil, sobretudo quando vemos agora, no caso da Petrobras, o dinheiro circulando para lá e para cá, e, de repente, o Embaixador tem de agir.

No comércio internacional, qual é o grau? E, aí, é menos a OEA; é mais Moçambique. Qual é a participação de Moçambique no comércio binacional?

Cooperação tecnológica. Esse é um tema fundamental para qualquer Embaixador, em qualquer país, mais em uns que em outros. No caso de Moçambique, existe, sim, um problema da nossa cooperação com eles. Inclusive, há um setor que pode vir a trazer problemas, mas de que não podemos fugir, que é o problema da transferência de tecnologia na produção de soja para Moçambique. Não podemos parar isso; seria desumano. Mas Moçambique pode vir a ser, para a soja, o que a Malásia foi, há 70, 80 anos, para a borracha do Norte, com a metade da distância em relação à China. E empresários brasileiros, corretamente, porque são empresários e têm de investir onde for melhor para o capital, estão indo para lá, graças à Embrapa, que, inclusive, está facilitando o uso da terra. Então, no tema cooperação internacional, neste caso, é sobre a nossa para lá e os seus efeitos. No caso da OEA, é dos Estados Unidos, do Canadá, do México, do Chile para o Brasil e do Brasil para muitos desses países.

Terrorismo. Eu costumo falar que o país para onde vai, o órgão para onde vai têm a ver com estar presente em setores que são vetores de terrorismo.

A formação de blocos.

A instabilidade monetária.

Ontem, conversei com o Embaixador Roberto Jaguaribe, que vai para a China. A China hoje é um problema fundamental para se observar, dado o risco de instabilidade monetária.

Então, dos dois países: a partir de Moçambique eu não vejo nenhum problema de contaminação monetária no mundo, mas a partir da OEA podemos ter um bom lugar para observar o problema.

O grau de pobreza em Moçambique. Este é um ponto a respeito do qual me interessa saber como é que os nossos Embaixadores vão estar atentos, observando. E a OEA também.

Recursos naturais e direitos humanos. E eu termino, porque já fiz uma lista de doze itens.

Nos recursos naturais, até que ponto o Brasil é dependente de recursos naturais, no caso de Moçambique; e, no caso da OEA, não vejo qual é a participação, porque nem somos importadores hoje de grandes recursos naturais de nenhum dos países.

E, finalmente, direitos humanos. Acho que Moçambique não é um problema nesse sentido, mas eu gostaria de ouvir a opinião do Embaixador. Na OEA, sim, vai ser um lugar importante para observar se há ou não risco aos direitos humanos em algum dos países do continente.

São essas as perguntas, colocando o Embaixador não apenas como representante do País naquele país, mas como um observador do mundo a partir daquela posição – país ou organização – em benefício do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito obrigado.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – O Senador Tasso Jereissati, pelo art. 14, quer cinco segundos.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – É apenas uma observação.

Senador Jorge Viana, não houve nenhum interesse meu – e seria profundamente deselegante – fazer qualquer observação que fosse negativa em relação à ex-Senadora Ideli. Eu apenas fiz uma comparação em relação à adequação do perfil dela ao cargo.

Portanto, eu queria deixar aqui isso bem registrado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não.

Quem agora pede a palavra é o Senador Flexa.

O Senador Paulo Bauer me pede para transmitir enfaticamente aos nossos sabatinados os seus cumprimentos pela excelência da exposição, bem assim o Senador Aécio.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Presidente, Senador Aloysio Nunes Ferreira, Srs. Embaixadores José Luiz Machado e Costa e Rodrigo Lima Baena Soares, primeiramente, eu quero me associar aos Senadores que fizeram o apoio ao Senador Cristovam Buarque pelo infeliz episódio que ocorreu ontem no plenário do Senado Federal.

Depois, desejo aos Srs. Embaixadores que estão hoje sendo aprovados, com certeza, na Comissão de Relações Exteriores, pelos seus currículos, pelo que têm todas as condições de exercerem suas funções para as quais foram designados.

Desejo sucesso aos dois.

E quero fazer uma saudação especial ao Sr. Embaixador Rodrigo de Lima Baena Soares. O seu pai, Embaixador Baena Soares, era paraense, foi amigo do meu pai e foi Secretário-Geral da OEA. Com um detalhe: a última reunião da OEA, com ele como Secretário-Geral, foi realizada em Belém do Pará, para prestigiar a sua terra natal.

Então, fico muito feliz, Embaixador Rodrigo, de poder tê-lo aqui como indicado para a República de Moçambique. Desejo-lhe sucesso, como também ao Embaixador José Luiz Machado.

E não se esqueça do Pará. Quando puder, vá sempre lá, pois é sua terra também.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Tem a palavra, agora, o Embaixador Rodrigo Baena Soares, por 10 minutos.

O SR. RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES – Obrigado, Sr. Presidente. E obrigado pelas perguntas formuladas também.

Primeiramente, vou responder à Senadora Ana Amélia, Relatora da minha indicação. Em relação às duas questões abordadas pela Senadora sobre o Plano Institucional de Moçambique – e aproveito para também responder ao Senador Tasso Jereissati –, creio que, em relação a Moçambique, nós temos de ter em mente que o país atravessou um período muito complicado em sua vida, uma guerra civil que durou quinze anos, entre 1977 e 1992, que teve consequências muito devastadoras sobre o desenvolvimento econômico e social do país. Isso, evidentemente, pode, de certa forma, atrasar o processo político no país.

De todo modo, creio que, ainda assim, nesse cenário muito difícil, pós-conflito, Moçambique soube superar as suas dificuldades com a realização de eleições periódicas, desde 1994, como mencionei, com a vitória do líder da independência, Samora Machel. Portanto, há, hoje, o pleno funcionamento da Assembleia da República, que é integrada por 250 membros; a imprensa é totalmente livre. Eu tenho acompanhado noticiários em Moçambique, de seis meses para cá, e tenho observado que há total liberdade de expressão e, portanto, apesar das dificuldades, apesar de algumas fragilidades, Moçambique está consolidando a sua democracia. Como eu disse, num cenário de dificuldades por que passaram, nesse período de pós-conflito, ainda assim, Moçambique conseguiu fortalecer a sua democracia e caminha, de maneira significativa, para consolidá-la. Há pouco tempo, em outro do ano passado, houve eleições presidenciais, com a vitória do partido que está no poder, o Frelimo. O Presidente Filipe Nyusi tomou posse em janeiro último. Portanto, acho que o nível de exigência que temos de ter talvez não seja o maior, dadas as dificuldades pelas quais o país passou.

Em relação ao intercâmbio comercial, a senhora tem toda razão. Eu, inclusive, mencionei isso na minha exposição inicial. De fato, o comércio atual não reflete a densidade do relacionamento que nós temos com Moçambique. Agora, o comércio sofreu consequências também pela baixa de preço das *commodities*, em geral, sobretudo de carvão, de minério de ferro. O carvão tem sua produção feita pela Vale, empresa brasileira. E também o comércio é muito ligado aos nossos projetos de investimento. Talvez seja o caso de superar isso e encontrar outros itens, na exportação e na importação, para que nós possamos fortalecer esse comércio e aproveitar também a produção agrícola em Moçambique, que só tende a crescer, sobretudo no norte do país, no Corredor de Nacala, a que eu posso me referir depois para responder à pergunta do Senador Cristovam Buarque.

Com relação à pergunta do Senador Lasier Martins, infelizmente, já faz muito tempo que fiz a minha tese, mas o propósito dela seria identificar quais seriam os principais interesses da imprensa brasileira em relação à nossa política externa. Da pesquisa que fiz, das entrevistas que eu fiz, cheguei à conclusão de que há dois assuntos que despertam mais interesse por parte da imprensa brasileira sobre temas de política externa, que são temas econômico-comerciais e situações de brasileiros no exterior, situações emergenciais de brasileiros no exterior. Eu tomei o exemplo de três jornais à época: o *Estado*, o *Globo* e a *Folha*. Pesquisei a cobertura, durante dois anos, desses jornais e pude chegar às conclusões que mencionei. Mas, obrigado por ter me lembrado do trabalho que fiz junto ao Instituto Rio Branco.

Senador Capiberibe, de fato, eu acho que seria importante para o próximo Embaixador em Moçambique, talvez, caso seja de interesse desta Comissão, que seja enviada uma Missão Parlamentar, quem sabe, para a comemoração dos 40 anos do estabelecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e Moçambique, que se dará no próximo dia 15 de novembro. Se for do interesse dos Senadores, talvez pudéssemos pensar numa Missão Parlamentar para marcar a presença do Legislativo brasileiro em Moçambique.

O Senador Cristovam fez diversas perguntas, vou procurar respondê-las. Em relação ao crime organizado que V. Ex^a mencionou – tráfico de drogas e lavagem de dinheiro –, é claro que o problema do tráfico de drogas afeta todo o mundo, toda a comunidade internacional, e Moçambique, é claro, não pode ficar alheio a isso, mas não há, pelo menos do meu conhecimento, um problema de grande seriedade em relação a esses assuntos em Moçambique.

Em relação ao autoritarismo nos países, como o Senhor mencionou, como eu disse, na resposta à Senadora Ana Amélia, o país vive um clima de estabilidade institucional. Houve e está havendo um diálogo entre a situação e a oposição. Recentemente, na terça-feira passada, lendo os jornais de Moçambique, já havia a notícia do convite do Presidente Filipe Nyusi ao líder da Renamo, Afonso Dhlakama, para um diálogo. E a Assembleia funciona perfeitamente, funciona normalmente, apesar de todas as dificuldades do momento que mencionei à Senadora Ana Amélia, do pós-conflito.

A cooperação tecnológica é um ponto muito importante. Como mencionei, Moçambique é o maior beneficiário da cooperação brasileira, com os recursos da ABC (Agência Brasileira de Cooperação), do Itamaraty. Senador, eu queria mencionar um dos projetos que nós temos, o ProSAVANA. O senhor mencionou a participação da Embrapa, que, de fato, está muito presente. O ProSAVANA, na verdade, engloba três projetos, e um deles é de inovação tecnológica, de transferência de tecnologia, como V. Ex^a mencionou. E, de fato, o ProSAVANA tem o propósito de desenvolver uma área que é bastante fértil no norte do país, o Corredor de Nacala, que, como mencionei, é um bioma semelhante ao nosso. Então, nós temos o que oferecer aos moçambicanos em termos de transferência de tecnologia; nós temos uma *expertise* para transmitir aos moçambicanos nessa área. Agora, é importante mencionar que esse é um projeto do governo de Moçambique, com a ajuda dos Governos do Brasil e do Japão, nesse esquema trilateral que mencionei. Também há, no ProSAVANA, projeto de extensão agrícola, muito importante, e também há um plano diretor, que está sendo discutido com a sociedade moçambicana. Há inúmeras reuniões de audição pública, que é como se chamam lá as audiências públicas, em que as comunidades locais também colaboram para a preparação desse plano diretor, que é voltado, sobretudo, para os pequenos agricultores.

Com relação ao terrorismo que V. Ex^a mencionou, não conheço, não é um assunto de grande relevância, pois em Moçambique não há atividade terrorista.

Eu queria somente mencionar o último ponto: a imigração. Há, de fato, uma migração intensa de moçambicanos para a África do Sul. Inclusive, houve problemas, num passado recente, de atos de violência contra os moçambicanos. Não sei se V. Ex^a conhece, mas há um belíssimo texto de um grande escritor moçambicano, Mia Couto, sobre esses episódios. Eu poderia transmiti-lo a V. Ex^a, ao gabinete de V. Ex^a, porque é um texto de muita beleza, que transmite a real preocupação dos moçambicanos em relação à presença de seus nacionais num país que Moçambique ajudou tanto no combate ao *apartheid*, em que muitos moçambicanos estiveram juntos com seus irmãos sul-africanos na luta contra o *apartheid*.

Recursos naturais, como ainda V. Exª mencionou. De fato Moçambique é um país bem dotado em termos de recursos naturais, não só o carvão, que é explorado por uma empresa brasileira, mas também de reservas importantíssimas de gás no norte do país, na bacia do Rovuma, e há muitas empresas estrangeiras interessadas na exploração do gás. Hoje em dia, as reservas de gás conhecidas de gás colocam Moçambique na lista das dez maiores reservas da *commoditie* no mundo. Então, um potencial muito grande na exploração do gás.

Também queria agradecer ao Senador Flexa Ribeiro pelas menções ao meu pai e também ao meu querido colega e amigo o Embaixador José Luiz Machado e Costa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Agradeço ao Embaixador Rodrigo de Lima Baena Soares. As palavras em relação ao vosso pai elas são de coração e também merecidas, bastante merecidas.

Passo a palavra ao Embaixador José Luiz Machado e Costa para que possa responder aos questionamentos.

O SR. JOSÉ LUIZ MACHADO E COSTA – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Eu agradeço as perguntas que foram feitas pelos Srs. Senadores. Eu passarei a responder primeiramente para a Senadora Ana Amélia Lemos que fez uma pergunta específica sobre como conciliar a divisão de poder dentro da OEA, com a nomeação ou com o convite, pelo Secretário-Geral recém-eleito da organização, para a Srª Ideli Salvatti incorporar o quadro de funcionários da organização na posição de Secretária de Acesso a Direito e à Equidade.

Essa Secretaria é transversal entre a de direitos humanos e a de desenvolvimento integral. São sem dúvida nenhuma duas áreas importantes com as quais o processo de reforma e de reestruturação da OEA, ora em curso, pretende reforçar a gestão e também atrair maior envolvimento dos países membros para o reforço da instituição.

Eu considero que ter uma funcionária brasileira numa posição de destaque é sempre positivo. A representação brasileira na OEA hoje é muito baixa. Nós temos um nível... Dos 426 funcionários da OEA, muito poucos são brasileiros. Nós temos um nível de representação igual ao do Uruguai e muito menor do que o da Argentina, o da Colômbia e o do México. E ter funcionários de alto nível na estrutura da OEA é sempre positivo.

Eu pretendo obviamente tratar com a Drª Ideli, com coleguismo, com profissionalismo e, sem dúvida nenhuma, sempre tendo em pauta a defesa dos genuínos interesses do Brasil.

Com relação aos questionamentos do Senador Agripino Maia sobre a viagem da Presidenta Dilma aos Estados Unidos e a retomada das relações, eu considero que a reaproximação, o diálogo e o descongelamento são sempre altamente positivos, porque facilita uma formação de consenso e a concentração dos trabalhos na agenda positiva da organização, voltada para os direitos humanos, desenvolvimento integral e segurança multidimensional, ao invés de se perder energia em debates ideológicos.

Então, o quanto antes a normalização das relações com Cuba e Estados Unidos se processe vai permitir o abandono de posturas retrógradas ultrapassadas e facilitar sem dúvida nenhuma, desanuviar o clima na organização e facilitar os trabalhos.

Com relação ao crescimento de certos subgrupos dentro da organização, sem dúvida esse novo clima, a redemocratização dos países no continente, que é uma realidade diferente de 30 anos atrás, possibilitou o surgimento de novos atores. Não só os Estados Unidos e Brasil, hoje, na OEA, são vozes ativas; os países da Alba, liderados pela Venezuela, têm o aporte, dentro dos quatro países, que são Venezuela, Bolívia, Nicarágua e Equador, têm o apoio dos países caribenhos, por intermédio dos empréstimos, em bases favoráveis, da Petrocaribe a toda a comunidade do Caricom, bem como a bancada de votos desses países corresponde a 44% dos votos da OEA, ou seja é uma bancada a ser levada em conta, e nós temos que negociar com eles de forma pragmática.

Portanto, essa nova realidade na OEA é uma realidade que nós estamos agora nos defrontando, e temos que negociar com todos os grupos, com todos os atores importantes, Estados Unidos, Canadá, Alba, Caricom, os próprios nossos vizinhos de continente e é isso que eu, se confirmado por esta Casa, vou procurar fazer.

O senhor mencionou como moderar o conflito. Justamente, nossa tradição diplomática, o nosso papel, é sempre o de facilitador de consensos, de promoção do diálogo e o Brasil circula livremente por todos esses grupos.

Eu me lembro que, tanto no Suriname quanto no Haiti, que é a minha experiência mais próxima, frequentemente eu era procurado, tanto pelo Embaixador de Cuba, como pelo Embaixador dos Estados Unidos quando queriam transmitir alguma mensagem ou quando queriam tramitar algum assunto de interesse mútuo. Como eles não falavam um como outro recorriam ao Brasil. E essa é a postura que eu pretendo assumir, sempre baseado na credibilidade que o nosso País desenvolveu ao longo dos anos por uma diplomacia equilibrada e de rigidez de princípios e de posições.

Com relação a Belo Monte, que foi feito o embargo da obra, a solicitação de embargo da obra de Belo Monte, a obra já está praticamente terminada. Isso ocorreu há quatro anos e acredito que já é uma página vi-

rada na OEA. E a decisão, o conflito que surgiu com Belo Monte decorreu da decisão do Brasil de questionar a suspensão da obra que foi solicitada por sete ONGs e foi feito com base numa decisão da Presidente Dilma Rousseff. A chefe de Estado seguramente tem elementos de juízo, dos quais eu não disponho, para ter tomado uma decisão, mas eu espero que quando chegue lá este assunto esteja já praticamente superado, e vai fazer parte das discussões do reforço do sistema interamericano de direitos humanos, que é um processo que está em pleno andamento e no qual também eu pretendo me engajar caso aprovado.

Com relação à consulta do Senador Lasier Martins sobre como pretenderia me pautar diante de questões difíceis que podem surgir, eu procurarei sempre me pautar pelas regras constitucionais, pela Constituição do País que também é o que gera a atuação dos senhores aqui nesta Casa.

Sempre fiel ao cumprimento dos tratados, aos direitos humanos e à democracia, que são basilares da política externa brasileira, e eu tenho certeza de que as instruções que eu vou receber no exercício das minhas funções, dos meus superiores, estarão sempre pautadas por esses parâmetros.

Em resposta ao Senador Capiberibe, sobre a defesa dos direitos humanos, sobre as denúncias que há contra o Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos, sem dúvida que o reforço do SDI, Sistema Interamericano de Direitos Humanos é fundamental. Eu não acredito que ninguém seja contra a defesa dos direitos humanos e contra a violência e o Brasil sempre estará participando ativamente dos esforços que estão se iniciando e que vão ser reforçados a partir de agora para o fortalecimento desse sistema.

Eu contarei para me auxiliar nessa tarefa, com o Juiz Roberto Caldas, membro da Corte interamericana de Direitos Humanos e com o Dr. Paulo Vannuchi da CIDH, o comissário Paulo Vannuchi da Comissão Interamericana de Direitos Humanos que seguramente são dois brasileiros em altos cargos também na estrutura da organização e que, sem dúvida, vão poder contribuir juntamente com os nossos esforços para a melhora e o aperfeiçoamento desse sistema.

Quanto ao Senador Tasso Jereissati, eu também acredito que já respondi ao questionamento que ele fez sobre a Dr^a Ideli Salvatti. Só para reforçar, o cargo da Dr^a Ideli não é diplomático; ela será uma funcionária do secretariado da organização dentro do pilar de desenvolvimento dos direitos humanos.

Ao Senador Jorge Viana, eu agradeço as menções sobre a necessidade de reforçar o cumprimento do pagamento da dívida do Brasil com a organização, o que sem dúvida nenhuma contribuiria para prestigiar o novo Secretário-Geral, que foi eleito com o apoio do Brasil, e também a gestão do novo Embaixador, que depois de quatro anos assume a organização, para que possa iniciar a sua gestão pelo menos com parte do pagamento efetuado.

Cuba representa, a retomada de relações com os Estados Unidos, o término de um capítulo de um passado anacrônico, como eu já tinha mencionado antes e eu espero encontrar uma organização com um clima bem mais leve para poder concentrar na agenda de interesse de todos os Estados membros.

O Senador Cristovam Buarque levantou temas que são centrais para qualquer diplomata hoje. Tanto a questão das drogas, quanto a questão do terrorismo e também a da lavagem de dinheiro, existem instâncias específicas, bastante ativas na organização dos Estados Americanos que tratam de todos esses temas dentro da Secretaria de Segurança Multidimensional.

As drogas são tratadas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos e também pela Comissão de Segurança Hemisférica, onde existem vários grupos de trabalho funcionando em caráter permanente para tratar do tema.

O terrorismo tem a Comissão Interamericana contra o Terrorismo que teve grande reforço depois do 11 de setembro, a qual é aplicável a convenção contra o terrorismo a todos os países inclusive o Brasil que pode servir até de referência para a aprovação eventual de legislação a respeito. Ainda não temos no Brasil uma legislação sobre terrorismo. Acredito que exista uma proposta sob consideração desta Casa e seria bastante interessante que o tema voltasse a ser considerado para que nós possamos fazer parte plenamente da rede mundial da luta contra o terrorismo.

Lavagem de dinheiro. Está sendo criada agora na OEA pelo novo Secretário-Geral a Secretaria de Combate ao Crime Transnacional onde esse tema será um capítulo importante.

E os direitos humanos, que V. Ex^a também mencionou, fazem parte do esforço que está sendo empreendido neste momento para o fortalecimento do SIDH (Sistema Interamericano de Direitos Humanos).

Ao Senador Flexa Ribeiro, queria agradecê-lo pelos cumprimentos, assim como ao Senador Paulo Bauer. Não sei se respondi satisfatoriamente a todas as perguntas, mas continuo à disposição para qualquer novo esclarecimento.

Muito obrigado.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Presidente, cheguei um pouco atrasado e gostaria de colocar uma situação aqui na nossa Comissão.

Ontem fiz uso da tribuna do Senado para, mais uma vez, expor um problema que já vem se arrastando há dois anos, e esta é uma situação que eu estou acompanhando de perto, que é a situação do Senador Roger Pinto Molina. Inclusive já tratei desses assuntos lá na ONU, tratei lá no Equador, a Senadora Ana Amélia estava junto... E não só do Senador, porque, assim, eu estaria legislando em causa própria e não quero fazer isso, até porque o Senador mora na minha casa há dois anos, visto que ele está refugiado aqui no País, mas é da situação de todos que estão no nosso País, todos. Eu sou de uma área de fronteira. Moro no Acre, fronteira com a Bolívia, e tenho acompanhado de perto essa situação, pessoas que estão passando por muita dificuldade, muitas dificuldades.

E eu assumi, de público, um compromisso comigo mesmo, que eu vou fazer o que eu puder. Nada contra as autoridades aqui, muito pelo contrário, só tenho que agradecer o tratamento que o Itamaraty tem dado a minha pessoa quando precisei, seja em qualquer Embaixada, com exceção do Embaixador da Venezuela que dispensa comentários desta delegação que tivemos lá. Inclusive eu penso que aquilo ali não expressa, a posição daquele Embaixador não expressa o sentimento que eu tenho pelo Itamaraty brasileiro. E eu assumi um compromisso comigo mesmo de não votar, enquanto não resolver a situação desses refugiados bolivianos que estão em situações precárias, situações muito difíceis no nosso País.

Nada... Quero deixar... Queria que ficasse registrado: Nada quanto o Embaixador Rodrigo Lima, que está pleiteando essa indicação para Moçambique e nem nada quanto ao Sr. José Luiz Machado que está pleiteando esse espaço na OEA. É uma posição, é a forma que eu achei de protestar quanto a essa falta de respeito, não sei se é do Ministério da Justiça, não sei se é do Itamaraty, não sei de quem é, mas a situação que essas pessoas vivem hoje no nosso País, é preciso resolver. É preciso resolver, o Conare vai postergando, não reúne, não resolve e as pessoas vão ficando em condições subumanas aqui no nosso País.

Então fica aqui o meu protesto. Vou votar contra, apesar de o voto ser secreto, e vou fazer tudo o que eu puder lá no Plenário para que o Governo brasileiro possa dar uma satisfação a essa situação que eu estou colocando aqui.

Obrigado, Sr. Presidente.

E peço desculpas aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Senador Petecão, V. Exª tem se pronunciado já por diversas vezes sobre o assunto. Ainda ontem no plenário do Senado V. Exª colocou exatamente isso que coloco agora na reunião da Comissão de Relações Exteriores.

Eu comungo do pensamento de V. Exª, acho que, V. Exª questionou se é do Itamaraty ou do Ministério da Justiça, eu acredito que isso é uma vontade política do Governo que aí está.

Lamentavelmente, o que acontece é essa forma de ver as alianças aqui no Cone Sul, que leva o Brasil a não tomar uma posição que já deveria ter sido tomada há muito tempo, seja concedendo ou não, mas não pode ficar, como V. Exª colocou, por dois anos, no seu apartamento, o Senador boliviano. Então nós entendemos e os indicados, os embaixadores indicados, também entendem que o voto contrário de V. Exª apesar de ser secreto, mas V. Exª já proclamou, não é contra os Srs. Embaixadores, é uma posição política e que todos nós apoiamos. Acho que o Senado Federal teria que ser protagonista em relação a esse assunto para que houvesse uma solução.

Eu consulto se os Srs. e as Srªs Senadoras já votaram.

Todos já votaram?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Eu vou votar.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Então, por favor...

Senador Petecão, V. Exª vai mudar o quórum ali para não permanecer como está. *(Pausa.)*

Pronto!

Mudado o quórum, nós podemos dar sequência.

O SR. EDISON LOBÃO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – V. Exª pergunta se já votei?

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Votei na linha do melhor interesse nacional.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Com certeza, como sempre V. Exª o faz.

De acordo com o disposto no inciso IV do art. 52 da Constituição Federal, combinado com o §1º do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, a reunião da Comissão será transformada em secreta.

Então, pediria que pudéssemos esvaziar o plenário para que déssemos continuidade.

Designo a Senadora Ana Amélia para atuar como Secretária (art. 116, §2º, do Regimento Interno do Senado Federal).

(Iniciada às 10 horas e 15 minutos, a reunião é tornada secreta às 12 horas e 15 minutos e é reaberta às 12 horas e 17 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – A reunião está reaberta.

Comunico a deliberação das indicações dos Embaixadores Rodrigo de Lima Baena Soares e José Luiz Machado e Costa. Os Srs. Embaixadores foram aprovados pela Comissão de Relações Exteriores, com 13 votos a favor e 1 voto que não é contra os Srs. Embaixadores, mas é uma posição que o Senador Petecão adotou.

Não havendo mais assunto na pauta, desejando, mais uma vez, sucesso aos Srs. Embaixadores, que terão seus nomes levados ao Plenário do Senado Federal para que possam, então, assumir a designação para as embaixadas, está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 18 minutos.)

ATA DA 25ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE JULHO DE 2015.

Às quatorze horas e trinta e quatro minutos do dia quatorze de julho de dois mil e quinze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloysio Nunes Ferreira, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os(as) Senadores(as) Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins, Cristovam Buarque, Ana Amélia, Edison Lobão, Roberto Requião, Sérgio Petecão, Ricardo Ferraço, Tasso Jereissati, Paulo Bauer, Vanessa Grazziotin, Eduardo Amorim, Valdir Raupp, Hélio José, Flexa Ribeiro, Antonio Anastasia e Wellington Fagundes. O Presidente declara aberta a Reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Passa-se à PAUTA: 1ª PARTE (DELIBERATIVA): ITEM 1) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 179, de 2015, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) que “Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão sobre Cooperação Econômica e Comercial, celebrado em Brasília, em 28 de maio de 2009.” O Presidente concede a palavra ao Relator “ad hoc”, Senador Antonio Anastasia, que faz a leitura do relatório. Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão pela aprovação da matéria. ITEM 2) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 206, de 2015, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) que “Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Zimbábue, assinado no Rio de Janeiro, em 10 de setembro de 2006.” O Presidente concede a palavra ao Relator “ad hoc”, Senador Antonio Anastasia, que faz a leitura do relatório. Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão pela aprovação da matéria. ITEM 3) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 207, de 2015, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) que “Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Granada, celebrado em Brasília, em 26 de abril de 2010.” O Presidente concede a palavra ao Relator “ad hoc”, Senador Paulo Bauer, que faz a leitura do relatório. Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão pela aprovação da matéria. ITEM 4) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 209, de 2015, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) que “Aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Coreia, assinado em Brasília, em 22 de novembro de 2012.” O Presidente concede a palavra ao Relator “ad hoc”, Senador Sérgio Petecão, que faz a leitura do relatório. Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão pela aprovação da matéria. ITEM 5) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 216, de 2015, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) que “Aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina sobre Cooperação na área de Bioenergia, incluindo Biocombustíveis, celebrado em Buenos Aires, em 31 de janeiro de 2011.” O Presidente concede a palavra à Relatora “ad hoc”, Senadora Ana Amélia, que faz a leitura do relatório. Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão pela aprovação da matéria. ITEM 6) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 223, de 2015, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) que “Aprova o texto do Convênio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para o Estabelecimento de um Depósito Franco no Porto de Paranaguá, celebrado em Brasília, em 15 de agosto de 1990.” O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Roberto Requião, que faz a leitura do relatório. Usam da palavra os Senhores Senadores Sérgio Petecão, Ana Amélia e Valdir Raupp. Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão pela aprovação da matéria. 2ª PARTE (SABATINA): ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 36, DE 2015, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor MIGUEL JÚNIOR FRANÇA CHAVES DE MAGALHÃES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do

Brasil na República do Iraque.” Sabatina realizada com indicação apreciada. 2) MENSAGEM (SF) Nº 39, de 2015, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ROBERTO JAGUARIBE GOMES DE MATTOS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente, na Mongólia.” Sabatina realizada com indicação apreciada. O Presidente concede a palavra aos embaixadores para fazerem as suas exposições. O Presidente declara aberto o processo de votação. O Presidente concede a palavra aos Senhores Senadores para arguição dos Senhores indicados. Usam da palavra os Senhores Senadores Ana Amélia, Antonio Anastasia, Valdir Raupp, Helio José, Cristovam Buarque e Lindbergh Farias. O Presidente concede a palavra aos Senhores Embaixadores para responder às perguntas dos Senhores Senadores. EXTRAPAUTA – ITEM 3) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 60, de 2015, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que “Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Excelentíssimos Senhores Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, para discutir os projetos estratégicos das Forças Armadas e a relação dos mesmos com a Base Industrial de Defesa.” Aprovado. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às dezesseis horas e cinquenta e cinco minutos, lavrando, eu, José Alexandre G. Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Aloysio Nunes Ferreira**, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Nós tínhamos, na primeira parte da nossa reunião, uma série de projetos de decreto legislativo que tratam de acordos internacionais firmados entre o Brasil e vários países. Eu pediria ao Senador Anastasia, sempre diligente, participante da nossa Comissão, que pudesse já proceder à leitura e, assim que tivermos número, nós, então, votaremos esses acordos.

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 179, de 2015

– Não terminativo –

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão sobre Cooperação Econômica e Comercial, celebrado em Brasília, em 28 de maio de 2009.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação

Com a palavra o Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Aloysio Nunes.

Com gosto, passo à leitura do relatório.

É submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 179, de 2015, cuja ementa está acima epigrafada e foi lida por V. Exª. O texto do referido Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão sobre Cooperação Econômica e Comercial, celebrado em Brasília, em 28 de maio de 2009, foi encaminhado à apreciação do Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 910, de 11 de novembro de 2009, da Presidente da República.

A mensagem é acompanhada de exposição de motivos do Ministério das Relações Exteriores. Referida exposição de motivos destaca que o convênio econômico-comercial em tela visa a atribuir tratamento de Nação Mais Favorecida e a vigência do princípio da Não Discriminação nas relações econômicas com o Uzbequistão, o que seria recíproco, à luz das normativas da Organização Mundial do Comércio (OMC).

ANÁLISE

Nos termos do art. 103, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional emitir parecer sobre as proposições referentes aos atos e relações internacionais.

A proposição não apresenta vício de constitucionalidade, estando de acordo com o art. 49, I, e o art. 84, VIII, ambos da Carta Federal.

Além disso, não constatamos vícios quanto a sua juridicidade.

No mérito, o Acordo em exame está em consonância com o disposto no art. 4º, inciso IX, da Constituição Federal, o qual prevê que a República Federativa do Brasil se regerá em suas relações internacionais pela cooperação entre os povos para o progresso da humanidade. Certamente a dimensão econômica assume papel de extrema relevância nas ações de cooperação entre os povos.

O Acordo, versado em 11 artigos, visa a apoiar as entidades empresariais de ambos os países e a densificar suas relações mútuas. Cria uma Comissão Intergovernamental de Cooperação Econômica e Comercial com o objetivo de discutir programas de cooperação econômica e comercial, definir condições para a concessão de créditos e manutenção de financiamento do comércio, formular e executar programas de apoio a pequenas e médias empresas, elaborar propostas para o aperfeiçoamento das condições para a cooperação bilateral, apresentar propostas sobre a aplicação do Acordo e considerar novos tópicos para a discussão surgidas da aplicação do Acordo.

VOTO

Portanto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 179, de 2015.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – O item 2... Já está chegando aqui o Senador Paulo Bauer, que vai nos auxiliar. Se não fosse a oposição, essa Comissão não funcionaria, Senador Anastasia.

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 206, de 2015

– Não terminativo –

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Zimbábue, assinado no Rio de Janeiro, em 10 de setembro de 2006.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação

Com a palavra o Senador Anastasia, outra vez como relator *ad hoc*.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

É submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 206, de 2015, cuja ementa está acima epigrafada e foi lida por V. Exª. O texto do referido Acordo de Cooperação Técnica foi encaminhado à apreciação do Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 1.032, de 1º de dezembro de 2006, da Presidente da República.

A mensagem é acompanhada de exposição de motivos do Ministério das Relações Exteriores. Referida mensagem destaca que a cooperação técnica poderá envolver instituições do setor público e privado e organizações não-governamentais de ambos os países.

Análise.

Nos termos do art. 103, inciso I, do Regimento Interno do Senado, cabe a essa Comissão opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais.

A proposição não apresenta vício de constitucionalidade. Ela está de acordo com o art. 49, I, e o art. 84, VIII, ambos da Constituição Federal.

Além disso, não constatamos vícios quanto a sua juridicidade.

No mérito, o Ato em exame está em consonância com o disposto no art. 4º, inciso IX, da Constituição Federal, o qual prevê que a República Federativa do Brasil se regerá em suas relações internacionais pela cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

O Acordo não menciona as áreas de cooperação técnica, senão determina que elas sejam identificadas por ambos os Governos e mutuamente acordadas, em razão dos quais deverão ser definidos ajustes complementares a este Acordo.

Quanto ao financiamento das atividades que promovem os objetivos do Acordo, deverão ser observados os princípios de equivalência e reciprocidade.

O Artigo 5º determina que as leis e regras aplicáveis aos programas e projetos de cooperação serão aquelas do país que oferta a cooperação. Caso não haja a apresentação de tais leis e normas, as regras serão aquelas vigentes no país onde tais programas e projetos são executados.

A Parte receptora fica responsável em fornecer todo o apoio logístico necessário (como acomodação, transporte, acesso a informações pertinentes), bem como vistos e permissões de trabalho ou de residência temporários aos funcionários e seus dependentes. Serão concedidas isenções sobre taxas e impostos para a importação de bens pessoais ou afetos à execução dos programas, projetos e atividades.

Os demais artigos tratam de regras de emendas ao Acordo, solução de controvérsias, vigência e denúncia, os quais estão na esteira da praxiologia diplomática.

Por ser conveniente e oportuno, de acordo com o voto, aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 206, de 2015, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito obrigado, Senador Anastasia.

O item 3 será relatado pelo Senador Paulo Bauer, que aceita funcionar como relator *ad hoc* desta matéria.

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 207, de 2015

– Não terminativo –

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Granada, celebrado em Brasília, em 26 de abril de 2010.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pela aprovação

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB – SC) – Pois não, Sr. Presidente. O parecer elaborado pelo Senador Hélio José, que passo a ler, é o seguinte:

Submete-se ao exame desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 207, de 2015, que aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Granada, celebrado em Brasília, em 26 de abril de 2010.

Em cumprimento ao art. 49, I, e combinado com o art. 84, VIII, da Constituição, a Presidente da República encaminhou o texto do Acordo à apreciação do Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 54, de 19 de fevereiro de 2013.

Aqui faço uma observação. É muito curioso que o Governo Federal encaminhe para o Congresso Nacional, para o Senado, depois de três anos, um acordo firmado entre países para ser apreciado, porque ele foi firmado em 2010 e foi enviado para esta Casa só em 2013, pelo Presidente da República.

Quer dizer, o Itamaraty leva três anos para tomar uma simples providência de remessa...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – No caso, é a Casa Civil.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB – SC) – Tá bom, a Casa Civil.

...de um acordo bilateral, na área cultural. Quer dizer, isso, realmente, prejudica muito, mas, independente desse fato e ao lado dessa observação, eu dou sequência à leitura do relatório.

A Mensagem veio acompanhada da Exposição de Motivos nº 263, dos Ministérios das Relações Exteriores e da Cultura, de 5 de outubro de 2012, segundo a qual:

O instrumento resultou de processo negociador entre representantes dos Ministérios das Relações Exteriores e dos Ministérios da Cultura dos dois países e tem como objetivo promover valores culturais e estreitar, em benefício mútuo, os vínculos de amizade, entendimento e cooperação existentes entre Brasil e Granada.

Convencidas de que a cooperação contribuirá não somente para o progresso das nações, mas também para o conhecimento cada vez mais amplo da cultura dos países, as Partes acordaram em fixar um marco geral que ordene, fortaleça e incremente suas relações no campo cultural.

O Acordo prevê intercâmbio de experiências e realizações na área cultural, destacando o conceito de patrimônio cultural, a importância da cooperação nos campos da cinematografia, artes plásticas, teatro e música, e as facilidades para a pesquisa em institutos, arquivos, bibliotecas e museus.

ANÁLISE

De acordo com o inciso I do art. 103 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão emitir parecer sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais.

O objetivo do Acordo é estreitar os laços culturais entre Brasil e Granada, país caribenho de língua inglesa, mas cuja cultura recebeu influências francesas, africanas e indígenas.

A iniciativa está em sintonia com um dos princípios que regem as relações internacionais do Brasil: a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade (inciso IX do art. 4º da Constituição).

Assim, o Acordo é conveniente e oportuno para os interesses nacionais e merece ser aprovado.

Já o Projeto de Decreto Legislativo não apresenta vícios de qualquer natureza.

O voto, Sr. Presidente, é: em face do exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade, legalidade, juridicidade, regimentalidade, adequação à técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 207, de 2015.

Esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito obrigado, Senador Paulo Bauer.

A Senadora Ana Amélia nos fará a gentileza de funcionar como Relatora *ad hoc* do item 4.

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 209, de 2015

– Não terminativo –

Aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Coreia, assinado em Brasília, em 22 de novembro de 2012.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann

Relatório: Pendente de relatório

A Senadora Ana Amélia nos fará a gentileza de funcionar como Relatora *ad hoc* do item 4. (*Pausa.*)

O Sérgio Petecão, desculpe, é o Sérgio Petecão. O Senador Petecão está absorto na leitura das suas anotações sobre a Venezuela.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – A Venezuela está quase resolvida, Sr. Presidente. Nós temos que resolver a situação agora da Bolívia.

Presidente, eu queria só lhe informar que, na última reunião desta Comissão, eu fiz o que tinha me comprometido no Plenário da Casa: eu não vou votar mais nenhuma autoridade aqui, nem aqui nem no Plenário, enquanto não for resolvida a situação desses bolivianos que estão refugiados no nosso País. Eu tenho acompanhado esse processo há mais de dois anos e não estou aqui legislando em causa própria, porque o boliviano mora na minha casa – não é isso, não, até porque ele, com certeza, pode passar lá o tempo que ele achar necessário e for preciso –, mas por conta dessa situação mesmo, dessa instabilidade que está na fronteira, dessa situação de pessoas simples, pessoas humildes que estão aqui no Conare, e esse Conare não se reúne. Às vezes sou questionado por esse não ser um problema do Itamaraty. Eu não sei. Eu só sei que o instrumento que eu tenho para manifestar o meu repúdio e a minha indignação é esse. Então, vou fazer isso.

E queria, se for possível, contar com o apoio dos colegas que puderem ser solidários. A situação dessas pessoas que estão no nosso País é muito grave – eu estou acompanhando.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Eu acompanho a sua luta, Senador Petecão, Sou solidário com o senhor. Eu estou bastante otimista quanto a uma solução muito breve deste problema.

V. Exª tem a palavra.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – E nada tenho contra o Itamaraty, muito pelo contrário. Eu fico numa situação aqui... Votar contra o Embaixador de Moçambique e o nosso representante na OEA, salvo engano... Votar contra... Eles não têm nada a ver com isso, mas é o único instrumento que eu tenho para manifestar o meu repúdio.

Espero que o Governo brasileiro faça alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – O senhor pode estar certo de que a sua atitude foi levada ao conhecimento do Governo brasileiro, do Ministro da Justiça. Eu penso que ela tem sido importante para que o Governo desperte para a necessidade de resolver, o quanto antes, esse problema, uma vez que ele já se arrasta há muito tempo.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – O.k. Obrigado, Presidente.

Era só para lhe comunicar, porque o senhor não estava presidindo, o Senador Flexa que estava presidindo. Eu precisava lhe comunicar isso, porque sei do seu empenho por essa causa.

Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 209, de 2015, na origem, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional na Câmara dos Deputados, que aprova o texto – eu vou ler o Parecer para que V. Ex^{as} conheçam e vou direto ao voto, Sr. Presidente – do Acordo de Previdência Social entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Coreia, assinado em Brasília, em 22 de novembro de 2012.

Voto.

Com base no exposto e considerando a conveniência, oportunidade, adequação técnica, constitucionalidade e regimentalidade e do Acordo em tela, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 209, de 2015.

Lido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito obrigado, Senador Petecão.

Na semana passada, nós recebemos na Comissão de Relações Exteriores uma delegação de Parlamentares coreanos, encabeçada pelo Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Coreia. Eles falaram com muito empenho da importância desse Acordo, sobre o qual vamos deliberar. Por isso, fiz questão de que fosse incluído na Ordem do Dia da reunião de hoje.

Eu penso que nós podemos começar a sabatina. (*Pausa.*)

Chegou o Relator do item 6. Senadora Ana Amélia, item 5; depois, Senador Requião, item 6.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Devidamente convocado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Devidamente convocado, presente, como sempre um dos pilares desta Comissão.

Senadora Ana Amélia, por favor.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu queria que V. Ex^a...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Eu tive uma dificuldade de chegar aqui, porque tinha mais Polícia Federal no meu bloco do que...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – No nosso bloco.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu queria que V. Ex^a cronometrasse o voto, Senador. V. Ex^a vai ler o *caput* do acordo?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Vamos ao item.

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 216, de 2015

– Não terminativo –

Aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina sobre Cooperação na Área de Bioenergia, incluindo Biocombustíveis, celebrado em Buenos Aires, em 31 de janeiro de 2011.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pela aprovação

Senadora Ana Amélia, por favor. V. Ex^a tem a palavra.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Não há como negar a dimensão econômica e ambiental que assume grande importância com esse acordo. O memorando de entendimento possui estrutura singela, versando em cinco artigos que definem o escopo e atividades que devem ser promovidas na tentativa de alcançar os objetivos de cooperação bilateral consignados neste ato, estabelecendo o grupo de trabalho para promover e acompanhar a implementação das atividades. Determina linhas gerais para o compartilhamento dos cursos de implementação, as quais teriam disponibilidade mútua de fundos apropriados, de acordo com as respectivas disposições orçamentárias.

O último artigo trata de regras, de emendas ao acordo, solução de controvérsias, vigência e denúncia, na esteira da prática diplomática. O voto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do projeto do Decreto Legislativo nº 216, de 2015.

Espero ter sido rápida o suficiente, conforme V. Ex^a determinou, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

E, finalmente, o Item 6. O Relator é o Ilustre Senador Roberto Requião.

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 223, de 2015

– Não terminativo –

Aprova o texto do Convênio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para o Estabelecimento de um Depósito Franco no Porto de Paranaguá, celebrado em Brasília, em 15 de agosto de 1990.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Roberto Requião

Relatório: Pela aprovação

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Ou seja, há 25 anos praticamente.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Eu fiz uma consulta.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Estamos celebrando bodas de prata desse entendimento.

V. Exª tem a palavra.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Por isso, Presidente, que eu já havia apresentado, na legislatura passada, um projeto de *fast track*. É um trâmite acelerado para esses convênios feitos pela União, desde que o Congresso participasse e acompanhasse os seus progressos até o momento em que ele fosse firmado. E daí eu daria um prazo de 30 dias para o Congresso decidir ou não, dizer sim ou não, sem o que, por decurso de prazo, estaria aprovado.

Agora, a respeito desse... Uma espécie de um porto seco da Bolívia em Paranaguá, eu fiz uma consulta informal ao Ministério dos Portos, e há coisa de meia hora atrás o Ministro Edinho me ligou, dizendo que eles são francamente favoráveis a que a Bolívia tenha um porto seco no Porto de Paranaguá, como já tem, aliás, o Paraguai. Mas eu pretendo juntar esse parecer do Ministro posteriormente, porque eu não recebi ainda no gabinete. Se o pessoal do meu gabinete está acompanhando aqui, eu peço que me tragam o parecer aqui, na Comissão de Relações Exteriores.

Mas vamos lá. Relatório.

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 405, de 21 de junho de 2007, submete ao Congresso Nacional o texto do convênio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o governo da República da Bolívia, para o estabelecimento de um depósito franco no Porto de Paranaguá, celebrado em Brasília em 15 de agosto de 1990. É extremamente oportuna essa discussão, porque a Bolívia está desesperada para uma saída para o mar, inclusive com atritos com o Chile e tudo o mais.

O acordo foi inicialmente apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o Projeto de Decreto Legislativo decorrente da mensagem presidencial, formulado por sua Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, após o exame também das Comissões de Viação e Transporte, de Finanças e Tributação e de Constituição de Justiça e Cidadania. Registre-se que o convênio foi firmado em 1990 e que a mensagem foi recebida pela Câmara dos Deputados em 25 de julho de 2007, 17 anos depois. E o projeto de decreto legislativo que dela decorreu foi aprovado no Plenário daquela Casa apenas em junho de 2015. Então, de 2007 a 2015 ficou na Câmara dos Deputados.

Não é o que está ocorrendo aqui no Senado. Presidente, rapidamente nós estamos resolvendo esse problema. Eu recebi essa incumbência há coisa de 15 dias e estou apresentando o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Aliás, V. Exª sempre muito pontual no cumprimento dos seus deveres parlamentares.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – É o que se espera de um Senador da República.

No Senado, por sua vez, o projeto chegou em junho de 2015 e está em exame nesta Comissão já em julho de 2015.

Pelo referido convênio, o Brasil se compromete a conceder à Bolívia um depósito franco no Porto de Paranaguá, no Paraná, para a admissão, armazenagem e expedição de mercadorias de procedência boliviana, bem como daquelas oriundas de terceiros Estados e destinadas à Bolívia. Pelo Artigo I, não haverá incidência de tributos sobre tais mercadorias, que estarão sujeitas apenas ao pagamento de taxas de prestação de serviços.

Nos termos do Artigo II, a instalação do depósito franco ficará sob responsabilidade da parte boliviana, que se compromete a dotá-lo da capacidade indispensável à armazenagem e à movimentação das mercadorias ali recebidas.

O Brasil será responsável pela fiscalização do depósito (Artigo III), podendo a Bolívia, por força do Artigo IV, manter no local um ou mais delegados designados, os quais representarão os proprietários das mercadorias perante as autoridades brasileiras responsáveis pelo transporte, manipulação, venda ou embarque dos bens exportados ou importados pela Bolívia.

É importante, Presidente, que nós estejamos delegando esse espaço para a Bolívia. Já no caso do Paraguai, há uma distorção brutal, porque o Paraguai, que era titular do terminal em Paranaguá, entregou esse terminal a uma empresa belga. Então, não é mais um país soberano que nós temos operando no porto brasileiro, é uma empresa privada belga que opera, uma irregularidade absoluta que eu espero que não venha a ocorrer com esse porto boliviano, se essa ideia se concretizar.

No Artigo V, fica estabelecido que o Brasil deverá regulamentar a utilização do Porto de Paranaguá pela Bolívia, com a finalidade de resguardar as cautelas fiscais e de atender as disposições internas sobre o trânsito de mercadorias pelo território nacional.

Por fim, quanto aos dispositivos formais, o convênio estabelece que entrará em vigor tão logo o Brasil notifique o governo boliviano do cumprimento das formalidades constitucionais para sua validade. Ele poderá ser denunciado por qualquer das partes, a qualquer tempo, pela via diplomática, com os efeitos do acordo vigendo até um ano após a denúncia.

Análise.

Como é sabido, a Bolívia não possui acesso ao mar, o que a impede de exercer, com domínio pleno, as atividades de exportação e importação pela via marítima, que são o principal modal para aqueles países cuja economia depende fortemente do comércio de recursos naturais.

A Bolívia, com quem possuímos extensa fronteira, é país irmão, com quem compartilhamos muitos valores, além da busca pela emancipação econômica e política de nossos povos, por tantos séculos colonizados e impedidos de exercer sua soberania.

Destarte, o suporte de um país como o Brasil, detentor de um imenso litoral e de uma formidável infraestrutura portuária para o vizinho mediterrâneo não é mais do que uma questão de justiça e solidariedade, além de que não incorrerá em cessão ou prejuízos de direitos brasileiros.

Para além do respeito aos laços de vizinhança e fraternidade, que cumpre reforçar cada vez mais nesses tempos de ameaças a nossa integração regional, o acordo encontra respaldo em um precedente e em uma norma de direito internacional.

No primeiro caso, lembre-se que o Brasil já mantém convênio similar com o Paraguai, outro país vizinho e mediterrâneo, desde 1987, que autoriza aquele país a manter um depósito franco no Porto de Rio Grande, no Rio Grande do Sul. Esse acordo foi promulgado pelo Decreto nº 99.092, de 1990, mesmo ano em que firmamos esse convênio com a Bolívia.

O segundo suporte se refere à regra do Artigo 125 da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 1982. Esse dispositivo estabelece que “os Estados sem litoral gozam de liberdade de trânsito através do território dos Estados de trânsito por todos os meios de transporte”. Por respeito às soberanias, a convenção determina que esse direito esteja condicionado a negociações prévias entre as partes, sendo certo que “os termos e condições para o exercício da liberdade de trânsito devem ser acordados entre os Estados sem litoral com os Estados de trânsito interessados por meio de acordos bilaterais, sub-regionais ou regionais” (artigo 125, §2º da Convenção).

Cumprido destacar, por fim, que o Ministério das Relações Exteriores, ao justificar a Mensagem presidencial, destaca o aumento do fluxo de comércio da Bolívia, que demanda uma alternativa para o escoamento dos produtos bolivianos pelo Atlântico e a compatibilização do acordo com as prioridades da política externa brasileira, que envolvem a integração física da América do Sul por meio de melhorias na infraestrutura da região.

Voto.

Suporto o voto neste parecer do Ministério dos Portos, que é favorável, e enfatizo que o Convênio manteve-se por 17 anos paralisado no Poder Executivo, entre 1990 e 2007, e, depois, mais 8 anos na Câmara dos Deputados. De minha parte, recebi em 24 de junho do presente ano e o devolvi com o presente parecer duas semanas depois, dia 8 de julho.

Com base no exposto, considerando a conveniência, oportunidade, adequação técnica, constitucionalidade e regimentalidade do acordo em tela, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 223, de 2015.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito obrigado, Senador Requião, pelo bem elaborado relatório.

Vamos passar à deliberação, para encerrarmos esta parte da reunião.

Em primeiro lugar, vamos votar a Ata da reunião anterior.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Presidente, eu gostaria só de tecer um comentário a respeito.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Esse é mais um exemplo da relação que o Brasil tem com a Bolívia. Mais uma vez, o Brasil estende a mão ao governo boliviano, e acho que esta Comissão tem que ser a favor, porque o povo boliviano não pode pagar por algumas irresponsabilidades do governo boliviano. O povo boliviano é um povo irmão, é um povo amigo. Sou da região de fronteira, como disse aqui na abertura dos trabalhos desta Comissão, e digo que, nessa relação de hoje entre o Governo brasileiro e o governo boliviano, só o Governo brasileiro estende a mão. Tivemos o episódio lá, da Petrobras. Agora, apesar desse atraso todo, queira ou não queira, a concessão do espaço brasileiro para esse porto seco, com certeza, vai ajudar e muito a Bolívia.

Eu chamo a atenção desta Comissão para que o Governo brasileiro também cobre essa relação. Nós estamos fazendo a nossa parte, a Bolívia não faz a dela. Tivemos um exemplo agora. Os colonos brasileiros foram expulsos daquela região de fronteira, ali no Acre, o que não aconteceu com os argentinos que estão na fronteira com a Bolívia, não aconteceu com os outros países que fazem fronteira com a Bolívia. O Brasil sempre tem estendido a mão à Bolívia, mas a relação que o governo boliviano tem com o povo brasileiro não é a mesma.

Então, queria só que ficasse registrado e parabenizar o Senador pelo relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Quero homenagear a memória do nosso querido Luiz Henrique.

O Senador Requião falou sobre a questão do *fast track*. Por uma questão de justiça, o Senador que mais insistentemente falava de *fast track* aqui, na CRE, da minha lembrança, dos meus cuidados, era o Luiz Henrique, junto com o Senador Requião, que mencionou aqui iniciativas. Luiz Henrique era assim. Todas as vezes que vinha um acordo bilateral demorado como esse, injustificável essa demora. Não entro no juízo de valor feito pelo Senador Petecão, mas depende. Se dois países fazem um acordo, assinam um acordo, não há razão plausível. Isso é má gestão, é uma demonstração da nossa incapacidade de tratar celeremente. Coloquem lá no Gabinete Civil uma pessoa só para cuidar disso. Chamem um diplomata para cuidar dessas coisas.

Eu fico impressionada com essa morosidade, que é desrespeitosa com a nação que assinou com o Brasil um acordo dessa envergadura. Muito obrigada.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Se a Senadora me permite, eu entrei em entendimento com o Presidente da Comissão de reapresentar o projeto, e o Presidente já me garantiu um *fast track* de tramitação.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Terá um *fast track* expeditivo. Vamos passar...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, só um breve comentário.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Eu quero parabenizar o Senador Requião – justiça, mesmo que tardia. Mas não é só essa dívida. A Bolívia deve ao Brasil, mas o Brasil deve muito à Bolívia, também. Na fronteira do meu Estado, que tem 1,3 mil quilômetros de fronteira, desde a época lá da questão do Acre, da revolução, o Brasil deve uma ponte, uma travessia do Rio Mamoré à Bolívia, para substituir a estrada de ferro Madeira-Mamoré, há 113 anos, Tratado de Petrópolis. O Brasil deve essa ponte. O Lula disse que ia cumprir, acabou não cumprindo. A Presidente Dilma disse que ia cumprir, mas até agora, no primeiro mandato, não cumpriu, e já está começando o segundo. O projeto dessa ponte está pronto, e até hoje não foi nem licitada essa ponte, que era um compromisso de 1902, há 113 anos. Esse tratado aqui ainda é novinho, com vinte e poucos anos.

Mas eu queria fazer, para encerrar, um apelo a V. Exª. Se o Ricardo estivesse aqui, eu falaria com ele também, como já falei pessoalmente. Vamos votar o Embaixador do Brasil junto à Bolívia. Não pode. Desde agosto de 2013, também, o Embaixador está aqui, o Raimundo Magno, e até agora nós não o aprovamos ainda.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – (*Falha na gravação.*)

O Senador Ricardo Ferraço recebeu informações que foram requisitadas e já está ultimando o seu relatório. Vamos, em primeiro lugar, regularizar a Ata da reunião anterior, votar.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Eu solicito que abra mão da leitura.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – É razoável o requerimento de V. Ex^a.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada a Ata da reunião anterior.

Eu proponho votarmos, em globo, todos esses relatórios que foram lidos aqui, nesta primeira parte da reunião.

O Senador Requião está de acordo? *(Pausa.)*

Perfeitamente.

Então, os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Estão aprovados.

Agora que chegou o Senador Jorge Viana. Eu estava procrastinando, para esperar o Senador Jorge Viana. Agora que ele chegou, nós vamos começar a segunda parte da nossa reunião, que é dedicada a sabatinas.

Há umas fascinantes hoje.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Esses atrasos, no clima de hoje, causam preocupação, não é, Presidente? Mas não é o caso do Senador Jorge Viana. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Não.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Eu quero convidar, agora, para comparecer, por gentileza, o Embaixador Miguel Júnior França Chaves de Magalhães, indicado para a República do Iraque, e o Embaixador Roberto Jaguaribe Gomes de Matos, que foi indicado para a República Popular da China, acumulando com a Mongólia.

E registro, também, com muita alegria, a presença entre nós do Embaixador José Alfredo da Graça Lima.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Eu acabo de receber o ofício do Ministério dos Portos. Eu pediria que a Secretaria da Comissão o anexasse ao processo, uma vez que já foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não, V. Ex^a será atendido.

Vamos começar a segunda parte da nossa reunião com a sabatina desses dois ilustres diplomatas que estão aqui entre nós hoje. Vamos começar pelo Embaixador Miguel Júnior de Magalhães, que foi indicado para a República do Iraque. Tem vinte minutos, e depois teremos as arguições.

Por favor, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. MIGUEL JÚNIOR FRANÇA CHAVES DE MAGALHÃES – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Aloysio Nunes Ferreira. Agradeço também ao Senador Roberto Requião pela generosa relatoria que fez sobre a minha indicação.

Exm^{os} Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, é uma honra estar aqui, mais uma vez, diante dos membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa. Sinto-me honrado por compartilhar a mesma situação em que já estiveram ou estão os diplomatas mais ilustres do Brasil, como o colega Roberto Jaguaribe, com quem compartilho o privilégio de haver sido designado para representar o Brasil em terra estrangeira.

Para mim, Sr. Presidente, a sabatina é mais do que cumprir um preceito constitucional. Na verdade, participar deste processo é também uma fonte de prazer cívico, pois se trata de um exercício essencialmente democrático, o qual faz valer, na prática, o necessário equilíbrio entre os Poderes Executivo e Legislativo da nossa República.

Permito-me repetir a afirmação que fiz na minha primeira sabatina, uns quatro anos atrás, pois diz respeito à legitimidade que esse processo confere ao papel e à atuação de um Embaixador do Brasil. Se aprovado por V. Ex^{as}, terei sempre presente que sou depositário da confiança não apenas do Ministro das Relações Exteriores, que muito me honrou com essa indicação, nem apenas da Senhora Presidente da República, que também me honrou ao submeter meu nome a esta Casa, mas serei depositário também da confiança de V. Ex^{as}, representantes eleitos do povo brasileiro. Asseguro que, de mim, não faltará empenho para estar à altura do que esperam todos de um Embaixador da República Federativa do Brasil.

Bem sei que o desenrolar da nomeação de embaixadores pode vir, eventualmente, a receber conotações políticas. E, dada a normalidade institucional que vivemos, com o Parlamento democraticamente eleito, uma imprensa completamente livre e um Judiciário independente, parece-me natural que assim possa vir a ser. No entanto, gostaria de ressaltar a V. Ex^{as} que o desempenho das minhas tarefas e missões foi perenemente marcado pelo *animus* suprapartidário que, acredito eu, deve nortear uma carreira de Estado como a carreira diplomática. Tenho, portanto, orgulho em dizer que sou um diplomata de carreira, a serviço do Estado brasileiro.

A reação da minha família e dos meus amigos quando lhes disse que o Iraque poderia vir a ser o meu próximo destino foi, digamos, compatível com o nível de desafios que imaginamos haver em um lugar ainda em guerra. Não devo, nem posso subestimar a gravidade dos problemas que enfrentarei, mas confesso que

tampouco me abalam. Talvez a coragem atávica de cearense, talvez as experiências acumuladas em 35 anos de carreira, em 5 continentes, venham me proporcionando o necessário estado de espírito. Saber que outros integrantes do Serviço Exterior Brasileiro já serviram ou servem na Embaixada em Bagdá e lá fazem um belo trabalho também me reforça o ânimo.

O Iraque, como sabemos, Sr. Presidente, é um dos berços da civilização ocidental e foi o mais importante centro cultural, científico, tecnológico e militar do mundo da Antiguidade, até por volta do ano 539, quando os persas invadiram o país. A leitura de textos antigos como a Bíblia e o Corão trazem-nos histórias conhecidas, como a de Abraão, patriarca tanto dos judeus, quanto de muçulmanos, a dos Jardins da Babilônia, a da Torre de Babel e outros tantos.

Os mais de 10 mil sítios arqueológicos do Iraque só perdem em quantidade e importância para os de Israel. Infelizmente, uma parte desses locais está hoje sob o controle do autointitulado Estado Islâmico. Às atividades desse novo e poderoso grupo terrorista vêm se somar uma série de eventos que, ao longo das últimas décadas, aflige o povo iraquiano. Embora seja do conhecimento de todos, permitam-me recordar, muito brevemente, pela importância, alguns deles.

Para não irmos muito longe na rica história do Iraque, comecemos com a ascensão ao poder de Saddam Hussein, em 1979. Seus 34 anos comandando, com mão de ferro, a nação iraquiana foram marcados por vários conflitos. Inicialmente, travou, por oito anos, uma inútil, mas sangrenta guerra com o Irã, conflito que matou meio milhão de pessoas, e também um conflito que contou com o apoio dos Estados Unidos, Reino Unido e a então União Soviética.

Saddam invadiu o Kuwait em setembro de 1990. Foi repellido por uma coalização internacional encabeçada pelos Estados Unidos. Em seguida, o Iraque começou a sofrer as consequências de um rígido embargo financeiro e comercial que, ao longo de 23 anos, acabou afetando, como sempre acontece, as camadas mais pobres da população. Com a justificativa, depois provada falsa, de que Saddam Hussein escondia armas de destruição de massa, o Presidente George W. Bush ordenou a invasão do Iraque, sem aprovação da ONU, em 2003. Os Estados Unidos ocuparam o país, então, até 2011, quando terminou a ocupação com o Presidente Obama. A campanha americana custou cerca de US\$2 trilhões, causou a morte de mais de 4,5 mil soldados americanos e cerca de 500 mil iraquianos. Mas, após oito anos de controle absoluto, as forças militares americanas deixaram o país. E deixaram, como legado principal, apenas um governo constitucional, ainda assim bastante fragilizado.

Há um consenso entre analistas de que os três maiores desafios atuais para a sobrevivência do Estado iraquiano estão interligados. Primeiro, a fragilidade de instituições políticas e a carência de infraestrutura e serviços básicos. Segundo, uma profunda divisão entre curdos, sunitas e xiitas, os principais grupos étnico-religiosos. Terceiro, a insurgência do Estado Islâmico, que, apoiado no descontentamento da minoria sunita, consegue vencer as iniciativas do Exército iraquiano e os infrequentes bombardeios da aviação norte-americana. Some-se a este cenário a guerra civil na vizinha Síria, e temos aí um quadro instável, no mínimo, para o governo iraquiano e cruel para a população.

Mas a tradição do povo iraquiano é de superação. Suas elites acadêmicas não apenas sobrevivem, mas prosperam. E suas lideranças políticas mostraram a grande visão, ao escolher, no ano passado, o Primeiro-Ministro, Haider al-Abadi, disposto a diminuir as tensões sectárias, principalmente entre sunitas e xiitas.

É visível o progresso em certas regiões, como no Curdistão e até mesmo na grande Bagdá, que hoje conta com cerca de 6 milhões de habitantes. As imensas reservas de petróleo do país, quinta maior do mundo, asseguram, por outro lado, continuar sendo do interesse econômico e comercial de parceiros relevantes, como China, Estados Unidos, Índia, Rússia e os países europeus, pois, como se sabe, onde há petróleo nessa quantidade, há também várias oportunidades comerciais.

O Brasil percebeu e aproveitou bem algumas dessas oportunidades nos anos 70 e 80. Vale lembrar a importância do petróleo iraquiano naquela época – aliás, o Iraque continua a exportar petróleo para o Brasil, apesar do embargo da Opep. Chegamos a construir, inclusive, Refinaria de Paulínia, com especificações técnicas próprias para o petróleo do Iraque, de onde provinha cerca de 70% do nosso abastecimento naquela época.

O Brasil exportou para o Iraque serviços, em grandes quantidades, de automóveis, armamentos e alimentos. Vendemos, então, tantos automóveis Passat para o Iraque, que, 20 anos mais tarde, quando vimos na TV as tropas americanas entrando em Bagdá, lá estavam os nossos Passats, que eram ainda muito populares como táxis e eram conhecidos carinhosamente como *Brazili*. Várias empresas brasileiras, inclusive, as construtoras e as de armamentos, tiveram as suas primeiras experiências internacionais no Iraque. E a falência da indústria armamentista brasileira se deve em boa parte ao colapso da economia iraquiana.

Está claro que o cenário não é mais o mesmo, depois da guerra com Irã, a invasão americana, 23 anos de sanções comerciais. Isso tudo praticamente arrasou a economia iraquiana. No entanto, nos últimos 4 ou 5 anos, o Iraque começou a crescer novamente, impulsionado, como era de se esperar, pela sua maior riqueza,

que é o petróleo, e é esse estágio inicial de retomada do crescimento econômico do Iraque que motiva o meu entusiasmo pela expansão das exportações brasileiras para o país.

Eu não vou desperdiçar o tempo de V. Ex^a, que é muito precioso, repetindo estatísticas de papéis que já foram mandados pelo Itamaraty. Embora sejam grandes os obstáculos, para fazer crescer as nossas exportações, com a velocidade que desejamos e francamente precisamos, o Brasil pode e deve ampliar suas vendas especialmente de alimentos, produtos de defesa e serviços. Diante desse cenário, tanto promissor, quanto desafiante, não pouparei esforços para promover as nossas exportações, incluindo a organização de missões empresariais, gestão junto ao governo local, comparecimento a feiras e exposições, na medida do possível, tendo em vista as restrições de segurança ainda vigentes.

No plano político, recente visita do Chanceler Al-Jaafari, que fez uma viagem exclusiva ao Brasil, e não foi uma viagem regional, demonstrou claramente o elevado grau de interesse do Governo iraquiano, que corresponde ao nosso, o de voltar a adensar as relações entre os dois países. E está sendo planejada, para o próximo mês, uma visita do nosso Ministro da Defesa ao Iraque. E, juntamente com o Itamaraty, vamos explorar as necessidades das Forças Armadas iraquianas.

Sr. Presidente, o Iraque é um país central ao embate civilizacional ora travado no mundo, com repercussões em todos os continentes. Das areias do Saara às areias de Xinjiang na China; das praias do Mediterrâneo às florestas da Tailândia; das ruas de Paris às ruínas romanas na Síria; vemos sangue derramado, em nome dos Islã. É uma luta mortal pela alma do Islamismo; é uma luta diferente, marcada pela barbárie, sim, mas também por sofisticada manipulação de recursos de *marketing* da internet.

Milhares de jovens, moças e moços, oriundos de dezenas de países, integram as tropas do Estado islâmico, demonstrando motivação incompreensível tanto para os seus pais e avós muçulmanos, quanto para os seus amigos e colegas ocidentais. E nenhum governo mostrou, até agora, saber lidar com esse fenômeno. Os acadêmicos buscam respostas na segmentação social da imigração árabe na Europa e na dificuldades econômicas enfrentadas pelas camadas mais desfavorecidas nos países árabes.

Mas duas coisas são certas: armas não bastam para vencer e essa guerra marcará o século 21 tanto quanto os conflitos globais marcaram o século 20. O Iraque está no centro desse embate crucial. E ter uma embaixada, no coração de acontecimentos que estão definindo um século e pelo menos duas ou três gerações, me parece ser indispensável a um país com o peso e as dimensões geopolíticas e econômicas do Brasil. É praticamente impossível sentarmo-nos à mesa principal do mundo diplomático se estivermos ausentes dos lugares e dos temas mais caros à humanidade. E o Brasil pouco tem a ganhar abrindo mão de estar na mesa principal.

Com a aprovação de V. Ex^{as}, desejo dar início prontamente ao honroso trabalho de bem representar o Estado brasileiro no Iraque e de promover os interesses nacionais naquele país, dando ênfase ao estreitamento de laços políticos, difusão cultural, assistência consular, cooperação técnica e promoção comercial.

Por fim, gostaria de deixar aqui um convite para que visitem a Embaixada em Bagdá, onde poderão testemunhar *in loco*, como, aliás, em tantos outros postos do Itamaraty, as dificuldades locais que demandam que nós tenhamos uma cuidadosa colocação dos poucos recursos, cada vez mais escassos recursos públicos, que permitem a atuação externa do nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito obrigado, Embaixador, pela sua exposição.

Em seguida, depois da exposição do Embaixador Jaguaribe, nós vamos abrir a palavra aos Senadores para a arguição.

Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. ROBERTO JAGUARIBE GOMES DE MATTOS – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria cumprimentar todos os Senadores presentes, agradecer a oportunidade de defender a minha indicação para a Embaixada do Brasil em Pequim e a Embaixada cumulativa junto à Mongólia, a partir de Pequim, e dizer que lamento profundamente que nesta oportunidade não tenha também o privilégio de cumprimentar o Senador Luiz Henrique, que conheci ainda como Governador do Estado de Santa Catarina e que muito me honrou, juntamente com alguns outros Senadores, mas nesta instância em particular, com o Senador Jorge Viana, numa visita extremamente bem-sucedida por ele e o Senador para explicar o Código Florestal em um país como a Inglaterra, que é muito focado na questão ambiental e onde a presença deles fez um bem extraordinário para o entendimento mais adequado da posição brasileira sobre essa matéria.

Eu queria brevemente fazer essa homenagem porque foi um homem que contribuiu muitíssimo para as relações com o Itamaraty. Entendia muito de política externa, inclusive com uma visão jurista extremamente positiva, sempre que era chamado a intervir.

Eu queria, evidentemente, agradecer à Senhora Presidente da República e ao Sr. Ministro de Estado. Eu me sinto profundamente honrado com esta indicação. É um desafio grande, estou extremamente estimulado e espero contar também com o entendimento dos senhores todos.

Quero também agradecer ao Senador Ricardo Ferraço pelo interesse e pela boa vontade em um relatório generoso a meu respeito, submetido à apreciação desta Comissão.

Por fim, de novo, quero cumprimentar todos os Senadores, dos quais muitos eu conheço pessoalmente, o Senador José Serra, que aqui não se encontra, com quem estive ontem, e me disse que estaria. Eu tive o privilégio de trabalhar com ele durante um momento importante da minha carreira, como Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, durante o governo do Presidente Fernando Henrique. Durante o governo do Presidente Lula, tive a oportunidade de trabalhar em outros ministérios também, como o Ministério da Indústria e Comércio, na presidência do Instituto Nacional de Propriedade Industrial.

Estou, como disse aos senhores, profundamente estimulado com essa perspectiva. É um desafio muito acentuado e uma responsabilidade muito grande. Evidentemente, é desnecessário dizer que a China é um país absolutamente fundamental no novo cenário internacional. É também um país com características muito particulares, eu diria singulares, no sentido exato da palavra. Não há outro país, por exemplo, que tenha uma contiguidade administrativa, quer dizer, uma continuidade político-administrativa e cultural sobre um território contíguo, mais ou menos delimitado desde a Pré-História até os dias de hoje. Isso cria características muito grandes, muito importantes.

Eu era chamado, muitas vezes, a fazer apresentações sobre a China, numa capacidade anterior, como Subsecretário-Geral para África, Ásia e Oceania, função hoje seguida com brilho por meu grande amigo Embaixador Graça Lima, que se encontra aqui presente, e uma das coisas que eu achava divertido mencionar e que repito aqui para os senhores é o seguinte: por que a China tem 1,350 bilhão de habitantes hoje? Eu digo: porque, mais de mil anos atrás, havia mais de 100 milhões e, dois mil anos atrás, 70 milhões. Proporções extraordinariamente relevantes para as épocas pregressas, evidenciando uma enorme capacidade de gestão política e administrativa, de organização de produção, que gerou uma perspectiva de centralidade que a China possui até hoje.

Se fizermos uma comparação breve, os economistas, sempre nessa presunção, talvez, ousada de conseguir avaliar quais eram as rendas absolutas dos países em épocas pregressas, sem dados precisos para tanto, imaginavam que 2 mil anos atrás a China e a Índia eram responsáveis por metade da produção mundial. A China, com seus 70 milhões de habitantes, era muito superior ao Império Romano inteiro, que tinha 45 milhões de habitantes. Essa evolução contínua faz com que o país tenha uma visão de si muito relevante, como tendem a ter os países de grande dimensão geográfica e demográfica, não apenas a China, mas o próprio Brasil, Estados Unidos e outros. Evidentemente, nessa trajetória, essa questão do Império do Meio fica muito claramente fácil de se configurar.

Estou ainda servindo, com enorme interesse e um aprendizado extraordinário, em outro país de grande trajetória global, que é o Reino Unido, mas os desafios são muito diferentes, embora, evidentemente, sempre semelhantes, na medida em que representar e maximizar os interesses do Brasil apresenta uma elenca de oportunidades relativamente uniformes. Mas, no caso do Reino Unido, assim como de outros países europeus, há uma relação muito antiga já estabelecida, com rumos já muito traçados e com interlocutores fora do eixo central do relacionamento já muito ativos, seja da sociedade civil, seja do mundo empresarial, seja do mundo político mesmo, intercâmbios parlamentares, das Forças Armadas e intercâmbio tradicional.

No caso da China, em que a relação adquire exponencialmente relevância em todas as dimensões, trata-se de traçar trajetórias. Evidentemente que eu não estou lá para traçá-las, mas ajudar o Governo a definir o que pode ser feito. As oportunidades e os desafios, nesse particular, me parecem um pouco mais acentuados, porque há caminhos muito diferentes a serem perseguidos e não há uma tradição de interface tão profícua como há com países europeus, com países vizinhos e com os Estados Unidos. Portanto, é um estímulo adicional que muito me alegria e me traz muita satisfação.

Hoje, nós estamos nessa situação em que um dos fenômenos é, a meu juízo, possivelmente o mais relevante fenômeno da atualidade, a ascensão da China, o que eu chamaria de reascensão da China, entrando num contexto também muito particular. A introdução da China no contexto realinou uma quantidade de variáveis e mudou a concepção de várias questões. Uma delas que eu gosto de citar sempre é a seguinte: a China deixou de ser um país periférico, durante um período relativamente curto, se olharmos sua história, mas um período fundamental, porque define toda a idade moderna. A partir do século 18 e, sobretudo a partir do século 19, a China já não era um ator central relevante. Esse foi um período de configuração do espaço moderno atual. Mas quando ela se reintroduz, passa a ser de novo um ator fundamental, eu diria até mesmo, possivelmente, aquele com maior capacidade de impactar o que o mundo virá a ser, mas ela continua sendo um país em desenvolvi-

mento, o que é coisa muito diferente. Ela continua enfrentando desafios de desenvolvimento muito acentuados, embora já tenha se transformado num ator de grande relevância para o contexto global.

Isso criou espaços diferenciados de inserção que, a meu juízo, são muito favorecedores de países como o Brasil. Criam novas oportunidades, criam novas perspectivas de relacionamento, além de criar uma demanda muito significativa em termos de comércio e gerar oportunidade de atração de investimento e outras coisas que têm sido seguidas, como os senhores sabem perfeitamente.

Eu, evidentemente, não tenho suficiente conhecimento sobre um país tão complexo e tão variado e nem acho que seria cabível aqui fazer uma exposição detalhada. Os senhores tiveram o benefício de um relatório muito bem-feito pelo Senador Ricardo Ferraço, de um relatório de gestão muito bem-feito pelo meu colega e amigo Embaixador Waldemar Carneiro Leão, muito explicativo.

Eu não quero entrar nos detalhes das diversas questões neste momento, mas eu queria fazer dois ou três comentários, pontuando um pouco a relação bilateral, um pouco a questão política interna da China e a sua inserção global, inclusive através dos diversos mecanismos multilaterais, alguns dos quais nos unem àquele país.

Em primeiro lugar, evidentemente se trata da ascensão mais vertiginosa de um país em termos de crescimento econômico que jamais foi vista. Só com um exemplo figurativo de 1950 até hoje, em 50 a China tinha mais ou menos 1% da geração de energia dos Estados Unidos. Hoje tem mais ou menos 150%, ou seja, sai de um percentual de 1% para 150%. O PIB chinês passa o do Japão em 2007. Hoje já está chegando a quase três vezes o tamanho do PIB japonês. A China, do ano 2000 até 2015, contribui com quase 25% de todo o crescimento do mundo. Nesse período, os Estados Unidos, que são um país com um PIB ainda significativamente superior ao chinês, contribuíram com 12%.

Então são números explicativos de uma monumentalidade que tem a China e de um enorme potencial que existe para trazer um relacionamento importante com o Brasil.

O Brasil, além do mais, beneficia-se de um fato geográfico que não deixa de ter a sua relevância. O Brasil não é vizinho da China. O Brasil está muito distante da China. A vizinhança traz sempre boas lembranças, bons acordos, mas também traz sempre um histórico de conflitos e atritos que não fazem parte da nossa história bilateral. É evidente que a China tem sabido, tentado e se esforçado para ampliar a capacidade de beneficiar os seus vizinhos com o seu crescimento econômico, mas também é evidente que causa certas apreensões, e não de forma despropositada, que não são presentes na nossa relação com o Brasil.

Então, na minha avaliação, eu acredito que essa reascensão chinesa nos traz muitas oportunidades. Na verdade, ela é altamente positiva para o Brasil, mas não podemos deixar de reconhecer que ela também traz desafios significativos, mais investimentos, mais comércio, mais demanda, mais peso político relativo, configurações alternativas que podem beneficiar o Brasil, mas também traz mais competição, acentua as deficiências da competitividade brasileira, dificulta o nosso acesso a países vizinhos, complica em várias naturezas. Essas são questões que não podem deixar de ser tratadas.

Além do mais, eu tenho sempre uma visão, Presidente, de que o Brasil, de acordo com a sua cultura, com a sua própria população, com o seu povo em geral, tem uma postura muito generosa e de gratuidade. É evidente que isso é benéfico do ponto de vista da geração de boa vontade no contexto internacional, mas tem que ser policiado para não se transformar numa certa dose de ingenuidade. Em outros países, eu não vejo, não detecto essa mesma dose de gratuidade. Nós precisamos nos reequilibrar para manter o interesse nacional como ponto focal da nossa atuação.

Os números sobre o comércio do Brasil e da China são muito conhecidos, cresceram também de forma exponencial. Desde 2009, a China passou a figurar como o nosso principal parceiro comercial. Nesse momento também podemos dizer que ela está entre os principais investidores no Brasil.

Há uma mudança em curso, importante, na natureza do processo de crescimento e desenvolvimento chinês, com uma desaceleração significativa do crescimento econômico, com impacto e reflexos equivalentes na valorização das suas compras externas, em particular das *commodities*, que são, como todos nós sabemos, o foco central da nossa pauta de exportação. A meu juízo, isso afeta principalmente minérios, mas tem afetado também a relação comercial no âmbito da agricultura. A esse respeito, creio que, independentemente do que venha acontecer, a China terá permanentemente a demanda crescente de alimentar uma população muito significativa. Apesar do fato geralmente não tão percebido de que a China também é o maior produtor de alimentos do mundo, ela continua sendo muito deficitária e há oportunidades significativas para nós ampliarmos esse comércio nessa direção.

Os dados recentes não são os melhores. Os primeiros quatro meses deste ano, como os senhores terão visto no relatório do meu colega Waldemar Carneiro Leão, são, pela primeira vez em muito tempo, deficitários para o Brasil. Nós não sabemos ainda se essa tendência se confirmará até o fim do ano, mas a minha leitura é de que as oportunidades estão muito acentuadas e que nós temos como trabalhar para isso.

Como eu estava dizendo, há uma mudança importante no rumo da China neste momento. O crescimento deles passou de superior a 10% para 7%; alguns dizem que ainda não parou de diminuir; mas, ainda assim, as projeções sobre sua economia são muito positivas, e 7% de uma economia do tamanho da China ainda significa que a China representa, de longe, a maior contribuição anual no crescimento global em relação a outros países.

Há desafios importantes que a China vem enfrentando que podem acentuar certos aspectos de volatilidade – nós estamos acompanhando o que vem acontecendo no mercado acionário chinês. Há também especulações sobre a questão da dívida mobiliária, e em que peso isso pode ou não afetar a sustentabilidade da sua economia. Mas a verdade é que não existem países sem desafios – alguns são maiores, outros, menores. Existem países que não estão adequadamente estruturados para superar esses desafios. Eu acredito que a China, com todas as deficiências que possa vir a ter, tem competência administrativa e tem exibido capacidade e precaução no sentido de avaliar quais são seus desafios principais e encontrar mecanismos que possam superá-los adequadamente.

Para concluir – porque eu não quero, como disse, falar excessivamente –, eu acho importante ter presente a relevância do entorno externo para a China. É raro notar-se, no contexto internacional, ascensão tão vertiginosamente rápida de um país, sem causar, digamos, convulsões complexas. Acho que a China conseguiu um modelo extremamente eficaz de fazer isso, através, digamos, do alinhamento de interesses com os grandes países centrais. Quer dizer, os grandes investidores na China – Europa e Estados Unidos – beneficiaram-se extraordinariamente da capacidade chinesa de crescer nesses últimos tempos, através de compras de produtos de qualidade, aumentando a capacidade de suas populações se proverem desses produtos, com inflação reduzida e os chineses fazendo, evidentemente certos de que os benefícios derivados desse superávit eram de novo aplicados em letras americanas e outros para dar sustentação no mercado financeiro. Então, eles criaram um entrelaçamento de interesses que lhe permitiu, a meu juízo, uma posição importante. Evidentemente, ainda não se viu o fim do filme. Ainda estamos num percurso em que há muitas ações a serem desenvolvidas.

Finalmente, vou falar de alguns instrumentos multilaterais que acho são de particular interesse. A China se junta ao Brasil em dois instrumentos que eu acho ganharam muito visibilidade global: os BRICS em primeiro lugar, no âmbito de um agrupamento de grandes países em evolução e emergentes, com capacidade crescente de trabalhar e atuar no contexto global, e no âmbito do Basic, que é uma coisa mais limitada à área ambiental, mas de crescente relevância, onde a atuação do Brasil, China, África do Sul e Índia também tem sido muito consistente e tem permitido uma atuação conjunta valorizadora do trabalho de todos.

Os desafios são muito grandes, mas eu pretendo deixar isso para os próprios Senadores levantarem e eu tentar responder, na medida do possível.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Agradeço ao Embaixador Roberto Jaguaribe.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Senador Ferraço, V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – É apenas uma observação. Se V. Exª e os demais Senadores concordarem, aqueles Senadores que se considerarem aptos a exercer o seu voto, que V. Exª pudesse abrir a votação, porque nós estamos com várias atividades paralelas no plenário, e não apenas no plenário: há também uma reunião com o Ministro Joaquim Levy. Assim, os Senadores que estivessem aptos a votar... Eu, por exemplo, gostaria de exercer o meu voto.

Então, se V. Exª assim o entender, que nós pudéssemos abrir o processo de votação.

Gostaria também de comunicar a V. Exª que eu já estou pronto para apresentar o meu parecer relacionado à indicação do novo Embaixador para a Bolívia.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito bem.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Assim que V. Exª considerar, que V. Exª possa pautar.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Se estiver com V. Exª, podemos... *(Pausa.)*

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Acho...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Hoje não, mas, então, eu tinha dito ao Senador Raupp que V. Exª estava ultimando o seu parecer. Logo no começo de agosto, depois do recesso... *(Pausa.)*

Muito bem. Ótimo.

Bom, V. Exª tem razão: hoje o dia está com muita coisa acontecendo ao mesmo tempo, e, ali à direita, os senhores encontrarão a cabine absolutamente indevassável, para que possam votar. *(Risos.)*

Está aberta a votação.

Eu vou, então, iniciar as intervenções dos Senadores. Inicialmente, a Senadora Ana Amélia está inscrita.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Até para contribuir para a agilidade, serei muito breve. Eu queria perguntar ao Embaixador Miguel Magalhães, que vai para o Iraque, nós passamos por momentos muito distintos na relação bilateral. Nos anos 1990, com uma relação de US\$4 bilhões por conta da exploração do petróleo, a presença da Petrobras, as empreiteiras fazendo obras lá. Para, depois de o embargo do Iraque cair abruptamente, hoje com a situação difícil da Petrobras, concentrada nas operações do pré-sal. Qual é a perspectiva que tem na questão do petróleo, Petrobras, e também das próprias empreiteiras brasileiras, também envolvidas na Operação Lava Jato, de terem algum tipo de presença hoje lá, dada essa fragilidade?

Então, qual é a perspectiva que V. Exª vê. E há um tema crucial. Eu recebi representantes do Iraque, Parlamentares, em uma reunião que tivemos em Quito e depois em outros países da União Interparlamentar, solicitando agilidade em uma questão relacionada à dívida que o Iraque tem com o Brasil. É um tema delicado, mas eu queria saber qual é o encaminhamento para essa questão que vem sendo dado pelo Governo brasileiro.

Essas são as questões que eu tenho para V. Exª. Para o Embaixador Jaguaribe, V. Exª deu destaque aos BRICS, já vou por ele porque foi uma das últimas referências, realmente importante. Mas, na reunião que houve na Rússia, esqueceram de fazer a tradução em Português. Quer dizer, é um descuido talvez simbólico dessa situação, da relevância que tem o País.

A China talvez tenha sido a principal protagonista na criação do banco de investimento dos BRICS. E ela, com o poder que tem, do ponto de vista de capital, certamente terá influência sobre o processo. Na recente visita do Primeiro Ministro ao Brasil, em que foram anunciados projetos, eu diria assim, muito grandes para o País e que precisa até recuperar estradas, ou duplicar estradas, em parceria público-privada. Se esses projetos terão mesmo a eficácia necessária para que o Brasil, rapidamente, recupere o tempo perdido em relação à questão dos investimentos na área da logística.

A China se transformou na fábrica do mundo. E nós importamos a quinquilharia toda, claro, hoje melhor porque o dólar alto trava um pouco essas importações. Então, o setor calçadista do Rio Grande do Sul teve um prejuízo enorme com a chegada, muitos deles até de maneira irregular. Houve uma taxaço de *dumping*, mas a China encontrou o caminho da chamada *circumvention*, fabricado na China e mandando para lá, entrando aqui, no caso de tênis especialmente.

Então, eu queria saber do senhor dessas relações, dos interesses brasileiros. Como compatibilizar esse protagonismo de um lado, com os investimentos que a China tem. E se essa situação, digamos, hoje de preocupação com a China... Porque diz que um respiro, uma gripe na China se transforma em uma tuberculose ou em um câncer de pulmão nos países periféricos.

O que a situação atual da China, na questão também mobiliária, dos valores mobiliários, pode representar como, digamos, decorrência de reflexos em relação a isso. E se nós podemos também contar... Hoje muitas empresas estão fugindo para a China, estão indo para a China para, em vez de, já que você não pode vencer o inimigo, junte-se a ele. Então, vai para lá.

É o caso que está acontecendo no setor calçadista do meu Estado. Havia também... Para o senhor ter uma ideia de aonde chegamos, da situação de custo Brasil, que empresas traziam de lá ferro de construção, porcelanato fabricado na China com 30% de valor menor do que no Brasil. Claro que hoje, com o dólar elevado, mudou um pouco o custo. Mas isso arrasou as empresas. Era mais barato fazer isso. Isso é uma situação de esfacelamento da indústria brasileira.

Então, são apenas essas colocações. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, eminentes Embaixadores. É um prazer cumprimentá-los e, ao mesmo tempo, parabenizá-los pelas exposições.

É interessante, Sr. Presidente, que nós estejamos vendo embaixadores que vão a dois países que, como foi dito aqui pelos relatórios, estão em posição contrária de alguns anos atrás. O Iraque, na década de 80 até o início da década de 90, era um dos maiores parceiros econômicos do Brasil. Lembro que, no tempo do Governo Militar, foi designado para ser Embaixador no Iraque um dos principais generais do Exército brasileiro, dada a repercussão econômica e geopolítica do Iraque, mas, hoje, como V. Exª, Embaixador Miguel Júnior, bem relatou, a situação é bem distinta. Por outro lado, como Roberto Jaguaribe demonstra, a China, que tinha uma situação periférica, torna-se hoje grande locomotiva do mundo.

A Senadora Ana Amélia é aquela que pristine uma velha frase europeia do século 19: “Quando a França espirra, a Europa gripa”. Os ingleses não gostam. Embaixador Jaguaribe. (Risos.)

Mas é uma frase famosa que ela, agora, alude à questão chinesa.

Mas eu queria dizer, Embaixador Miguel Júnior, em relação ao Iraque, V. Ex^a está indo a Bagdá, que foi a capital do mundo, quando era Califa Harun AL-Rashid. Hoje a situação é contrária. Eu gostaria de endossar a pergunta colocada pela Senadora Ana Amélia, que é o tema que mais hoje interessa, obviamente, ao Brasil: a dívida antiga decorrente da inadimplência do Iraque com os contratos brasileiros, em razão da guerra com o Irã, depois da guerra do Kuwait, do embargo, da guerra civil, de todos os desastres que ocorreram com o Iraque ao longo dos últimos 30 anos, em que como podemos avançar nisso.

E também algo que me preocupa muito, e tenho falado em relação a todos os Embaixadores aqui presentes em países daquela região, e V. Ex^a muito bem aborda, que a questão do Estado Islâmico e as aberrações contra os direitos humanos realizados. E tenho certeza de que V. Ex^a e o Brasil terão uma posição bem firme de combate a esse quadro, que é de desumanidade.

Eminente Embaixador Jaguaribe, aproveito para agradecer a hospitalidade de V. Ex^a ao me receber, como Governador de Minas, quando visitei Londres recentemente. Cumprimento-o pelo belo trabalho perante a Corte de St. James. Agora V. Ex^a tem o desafio tão grande quanto, senão maior.

A questão da China me parece muito delicada sob o ponto de vista econômico. Por que motivo? V. Ex^a colocou muito bem: é o principal parceiro comercial brasileiro. Lamentavelmente, nós exportamos *commodities* basicamente e não exportamos o que gostaríamos de exportar para a China, o que já fazemos um pouco com os Estados Unidos. Outro dia o Ministro Armando Monteiro, nosso colega Senador, esteve aqui e mostrou como a pauta de exportações para os Estados Unidos já é diversa em relação à pauta chinesa, que é extremamente – vamos dizer – muito concentrada exclusivamente nas *commodities*. A China, por outro lado, não tem uma identidade cultural conosco. O estilo de fazer negócio, os hábitos, o movimento civilizatório é muito diferente. E o próprio sentimento hegemônico chinês, que V. Ex^a bem rememora do tempo do Império do Meio, o sentimento de grandeza, de centro do mundo etc., isso leva sempre a uma dificuldade maior em relação a esses negócios.

Então, eu acho que o desafio maior que V. Ex^a terá na Embaixada, em Pequim, será certamente conseguir identificar essas novas oportunidades, para dar ao Brasil uma posição de certo protagonismo nas nossas exportações frente a China, permitindo – claro com as questões levantadas pela Senadora Ana Amélia sobre o Custo Brasil – que possamos competir relativamente e evitar que a China nos imponha uma situação que já impôs a alguns países africanos. Claro que não chegaremos a isso, até pela posição brasileira, mas certamente os riscos existem de estabelecer tão somente uma pauta de exportações nossa para eles, as *commodities*, e eles nos exportando bens manufaturados, tendo aqui também jazidas etc., o que é muito delicado.

Portanto, esse ponto é nevrálgico. Ao mesmo tempo sabemos, até pelo relatório de seu antecessor, das dificuldades de fazer negócios com a China. A questão da Embraer lá tem dificuldades, questões relativas, como eu disse, a essa identidade cultural e aos formalismos adotados pelo governo chinês e pelos empresários chineses. Então, é um desafio que certamente V. Ex^a, com sua inteligência, conseguirá, com a equipe técnica que terá, superar e, com certeza, com o apoio de todos nós brasileiros.

Há uma questão pontual também colocada, que me foi aqui ofertada para indagar a V. Ex^a, que é uma preocupação às questões consulares de brasileiros, apontadas no relatório de seu antecessor, especialmente os brasileiros que ficam, em Hong Kong, Cantão, um pouco acanhados. E é claro que a tendência hoje, em razão comercial, é aumentar essa corrente migratória para a China. E algumas medidas deverão ser tomadas para dar mais conforto e albergar melhores esses interesses.

Cumprimento V. Ex^a, que vai nos representar em Pequim; ao Embaixador Miguel Júnior também, muitas felicidades em Bagdá, e desejo a ambos muito sucesso.

Muito obrigado.

O SR. EDISON LOBÃO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Sr. Presidente, só para aduzir às informações corretas do Senador Anastasia de que Bagdá já foi capital do mundo, pelas razões bem descritas por S. Ex^a, mas que continua sendo, porque recentemente se descobriu que Adão nasceu no Iraque. Portanto, continua sendo o centro do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Senador Valdir Raupp, por favor, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, S^{as} e Srs. Senadores, meu questionamento é dirigido ao Dr. Roberto Jaguaribe, que vai para Pequim.

Recentemente, recebemos a visita do Primeiro-Ministro da China muito empenhado em investir no Brasil. A China, hoje, está realmente determinada, decisão política, de investir no Brasil. Eles assinaram um protocolo de intenção dos dois países, investimento de U\$53 bilhões, e uma dessas obras que está prevista neste investimento é a Ferrovia Bioceânica. Há o interesse deles, não sei se em função da dificuldade de passar pelo Canal do Panamá, de ter acesso direto aos portos do Pacífico via Peru. Isso já foi fruto também de uma reunião dos

três presidentes, o do Brasil, o da China e o do Peru, no ano passado, em Lima, e lá começaram-se essas tratativas desses investimentos para tratarem dessa ferrovia.

Recentemente, eu recebi o Vice-Ministro do Comitê Central do partido chinês, também indo por essa mesma linha. Então, eu queria perguntar a V. Exª se isso é para valer e se, realmente, a China está determinada, porque dizem que dinheiro de chinês é igual perna de cobra, fala mas não vê, e se realmente esses investimentos virão.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Como é que é? Desculpe.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Diz que dinheiro de chinês é igual perna de cobra.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Perna de cobra.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Sim, fala-se que tem, mas não aparece. (*Risos.*)

Outro assunto é sobre os vistos dos chineses para o Brasil. Ele disse-me que estão encontrando muita dificuldade, que o Brasil podia estar recebendo muito mais chinesas, mas a burocracia é interminável lá nos Consulados e na Embaixada do Brasil na China. E também o tempo de duração desses vistos, porque são concedidos vistos para que brasileiros permaneçam até 90 dias na China, enquanto que só é permitido os chineses aqui permanecerem por 10 dias. Eu queria saber se isso procede. Foi um apelo que ele me fez, para que eu conversasse com o Itamaraty, e, aproveitando, então, essa oportunidade que V. Exª está passando por aqui e vai para lá, e vai cuidar de tudo isso lá.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Vamos até aproveitar para esclarecer, nós temos vários diplomatas aqui conosco, assistindo à nossa sabatina, poderão esclarecer essa questão.

Estão inscritos o Senador Cristovam Buarque, o Senador Hélio José e o Senador Lindbergh.

Concedo a palavra ao Senador Hélio José com a palavra.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Quero cumprimentar o nosso Senador Aloysio; quero cumprimentar o nosso Embaixador Roberto Jaguaribe, filho do meu xará, Hélio Jaguaribe – isso é muito importante –; quero cumprimentar também nosso Embaixador Miguel, que vai para o Iraque.

Embaixador Miguel Júnior França Chaves de Magalhães, eu queria saber, já que V. Exª vai para o Iraque, como V. Exª vê a participação do Brasil para a reconstrução do Iraque? A gente, de fato, poder ser protagonista numa situação tão complicada, já que o Iraque fora totalmente destruído nesse período todo? Já anteriormente dito aqui por alguns Senadores, o Iraque já foi um grande importador de produtos brasileiros, portanto, precisamos retornar a essa situação, porque é um comércio muito importante para nós. Então, como é que a gente pode contribuir para retornar isso?

(*Soa a campainha.*)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – E também na área de turismo, como é que a gente pode melhorar o intercâmbio Brasil-Iraque tão importante para o desenvolvimento do nosso País?

Eu queria ver com o meu amigo Roberto Jaguaribe a questão, por exemplo, das relações comerciais Brasil-China, como é que, a médio prazo, V. Exª acha que nós podemos dar uma pequena invertida nessa situação tão desfavorável para o nosso País, hoje, nessa balança comercial. Como é que a gente vai conseguir pôr alguns produtos nossos lá no mercado chinês, porque eles, por produzir em série, o que é bem mais barato, dificultam muito a vida das nossas empresas e de outras empresas mundo afora.

Por ser muito agressivo o mercado chinês, nós precisamos ver como é que vamos melhorar essa relação, especificamente numa área em que a China se desponta muito que é a questão dos painéis fotovoltaicos, inversores etc., tão importante para o momento em que o Brasil vive, tendo em vista a escassez de energia, da necessidade da mudança da matriz energética, como podemos fazer para que consigamos, de fato, investir aqui, no sentido de trazermos empresas fabricantes de painéis fotovoltaicos e inversores, que serão fundamentais, a preços realmente razoáveis? E como podemos avançar também na transferência de tecnologia, com relação a esses setores eletroeletrônicos?

Eu quero crer que a Diplomacia brasileira – eu não sei como o senhor vê isso – poderia, de repente, ser mais ousada – acho que o termo não é esse “mais ousada” –, mas como ela pode colaborar mais no intuito de trazer mais chineses, para gastarem seus dólares no nosso País, via turismo e também na compra de mais mercadorias brasileiras.

Fico agradecido, e no aguardo de melhor ajudar para o desenvolvimento do setor energético na área de energia solar no nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Obrigado, Senador Hélio José. Tem a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, Srs. Embaixadores, em primeiro lugar, a minha satisfação por estar aqui diante dos grandes Embaixadores, muito especialmente pela minha relação com o Embaixador Jaguaribe de longa data.

Costumo aqui, nas sabatinas, fazer perguntas muito parecidas, independentemente do país para aonde vai o embaixador.

No mundo global, creio que há problemas globais para os quais nossos embaixadores têm que estar atentos, não importa onde eles estiverem. Vou listar essas preocupações que tenho e quero saber dos Embaixadores como eles veem esses problemas globais na ótica do respectivo país, mas depois duas perguntas para um, e três, para outro, específicas.

As perguntas que coloco, em geral, para nossos embaixadores e não em ordem de importância é, por exemplo, qual o papel que, nesses países, podemos ter do ponto de vista de migração tanto recebendo como enviado? Segundo, o problema de lavagem de dinheiro. Muitas vezes em países pequenos do Caribe, é um dos problemas fundamentais. Terceiro, o comércio internacional. Como é que esses países repercutem no comércio internacional como grandes compradores, grandes vendedores, criadores de *dumping*, fornecedores de novos produtos, demandas? A outra é sobre cooperação tecnológica. Até que ponto são países em que a cooperação tecnológica com o Brasil é importante? Outro ponto é o terrorismo, ou seja, se esses países representam algum risco de fonte promotora de terrorismo. Outro, por incrível que pareça, se fosse há 15 dias essa pergunta nada teria a ver com a China, se são fontes de instabilidade monetária internacional.

O problema da pobreza também, que ponho como problema global e não local; recursos naturais, especialmente energia – aí o Iraque tem muito a ver –; problemas de direitos humanos nesses países; o problema do tráfico de drogas e o problema de inspirações autoritárias. Ou seja, são 12 problemas, poderia até ter mais, que, eu acho, refletem no mundo global de hoje.

Mas no caso da China, eu queria colocar três perguntas específicas: a primeira: qual o futuro real que o senhor imagina para o Banco dos BRICS? Estamos vendo o nascimento de bancos, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Banco Africano, o Banco Mundial ou apenas um pequeno *mise-en-scène* internacional?

A segunda pergunta diz respeito, e muito, a uma preocupação que venho tendo, até como professor de história econômica do Brasil, que é o risco de que Moçambique seja a Malásia da soja, como a Malásia foi para a borracha. De repente, uma região riquíssima, que era o Norte do Brasil, em poucos anos, entrou na pobreza, quando a borracha foi levada. Há indicadores – tenho procurado – de que hoje começa a surgir um polo de produção de soja em Moçambique, por exemplo, e em outros países da costa do Índico, na África, na metade do caminho entre Brasil e China. Se isso, de fato, acontecer, em vinte ou trinta anos, esse Centro-Oeste, que hoje é Região dinâmica, pode virar uma espécie de Belém, Manaus dos anos 20, 30, quando a borracha foi levada. Quero saber se existe alguma informação, a partir da China, já que a ideia é de que o capital é chinês, trabalhador chinês e tecnologia da Embrapa. Em alguns casos, capital brasileiro também, o que é natural, porque não podemos reclamar de um capitalista brasileiro que leva o dinheiro para outro lugar. Isso faz parte do mundo global em que estamos. Quero saber se, na China, se depreende isso. Fala-se também que na Sibéria, no sul da Sibéria, estão começando a produzir.

A outra coisa é para aonde vai a China, mas com uma perspectiva: será que a China não está sendo o exemplo último do fracasso do modelo de progresso baseado no aumento do consumo a qualquer custo? Será que o que já acontece com a Europa e outros países não estamos vendo na China, que era a grande esperança de um mercado de 1,3 bilhão de pessoas, todos com automóvel, todos com bens de consumo? E, de repente se percebe que a China não vai conseguir dar esse salto? Daí, quem sabe, poderá surgir uma nova vertente de definição do que é progresso, bem-estar.

Li recentemente um livro de que gostei muito e que fala de como o pensamento chinês antigo, Confúcio, influi na formação dos dirigentes chineses de hoje e a capacidade deles de se adaptarem e reformaram o projeto que têm para novos objetivos. Da mesma maneira que eles conseguiram reorientar a igualdade comunista para o progresso capitalista e o consumo, de repente, eles poderão trazer uma nova vertente para nós, já que a Grécia está se negando a isso. A esquerda grega, para mim, esse partido...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ. *Fora do microfone.*) – Syriza.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – ...Syriza, do qual o Senador Lindbergh é defensor, para mim,...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Partido do Randolfe.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – ... a única diferença dele para a direita é o quanto vai pagar de dívida aos bancos internacionais, mais nada! Ou seja, é austeridade no sentido apenas do quanto vai se pagar da dívida. Prefiro Francisco, o Papa Francisco, muito mais à esquerda do que o Tsipras.

O Tsipras é esquerda financeira; o Papa é esquerda de um novo projeto de desenvolvimento, de uma nova conceituação de progresso.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Tem o Banco Vaticano, que não é desprezível. (*Risos.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Pode ser. Empréstimo, não é?

Pois bem: para onde vai a China no sentido de que se pode imaginar a formulação intelectual de propósitos alternativos que não seja pura e simplesmente o aumento do PIB? Eles deram exemplo, nos últimos 20, 30 anos, de como são capazes de fazer milagre.

Quanto ao Iraque, tenho duas perguntas, sendo a primeira de ordem bem pragmática: existe a menor chance de retomarmos relações, o Brasil, com o Iraque, tal como tínhamos antes da Guerra do Golfo, com nossas grandes empresas de construção investindo lá, e outras formas de investimento, ou não se pode pensar nisso nas próximas décadas? A segunda: existe o risco de um dilaceramento do Iraque, da divisão do Iraque em, pelo menos, três países, começando pelos curdos, depois uma parte xiita e outra parte sunita, dividindo-se o país em mais de um país, em uma espécie de “balcanização”?

São essas as perguntas e quero concluir dizendo que, para mim, as sabatinas eu tomo como uma aula em que eu trago as perguntas para que os professores respondam, na preocupação global, dos problemas que nós atravessamos no mundo, esses doze que eu listei ou outros que queiram tratar.

Mas, para não ficarem respondendo todas, apenas uns desses problemas que tocam ao país onde cada um de V. Ex^{as} vai.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não. Muito obrigado.

Finalmente, está inscrito, para encerrar essa rodada de interpelações e questionamentos, o Senador Lindbergh Farias. Já aproveito para designá-lo, meu prezado Senador Lindbergh, para atuar como secretário na apuração dos votos.

V. Ex^a concorda?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Agradecido.

Senador Aloysio, eu vou fazer logo os questionamentos diretos, mas permita que use 30 segundos com o Senador Cristovam aqui rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Não é art. 14, né?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Não.

Nós temos que ler com muita calma o que está acontecendo na Grécia. Na verdade, quando houve o plebiscito ali e o “não” ganhou com 61%, acho que o Aléxis Tsípras acerta numa coisa em colocar em discussão a soberania nacional e a soberania popular. Porque a discussão na Europa é um pouco esta: as instituições financeiras e a democracia e o voto popular.

De fato, Senador Cristovam, quando eu falo que temos que olhar com muita calma, é porque ali as opções eram pouquíssimas. Há a responsabilidade de um Primeiro-Ministro com o país, porque, concretamente, a saída do euro e voltar à moeda própria não é uma coisa simples. Eu acho que, nesse caso, o debate é muitíssimo interessante, eu tenho algumas opiniões sobre o tema, não dá para aprofundar aqui, mas eu acho que a gente tem que olhar aquele caso com muita calma. Não podemos ter avaliações precipitadas sobre o caso da Grécia.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Verdade. Deve ser um drama íntimo, inclusive, um Primeiro-Ministro de esquerda ser obrigado a fazer uma política econômica de direita. É terrível isso.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Mas o debate é esse ali. Qual era a opção que tinham?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Nenhuma.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Não havia nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – A Europa é a Europa da austeridade.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Onde está o espaço da democracia, do voto popular?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – A zona do euro é a zona da austeridade – essa é que é a verdade.

Vamos ao Iraque!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Vamos ao Iraque!

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não há alternativa. É isso! Ninguém está criticando. Não há alternativa. Mas não digam que existe.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Eu ficaria fascinado em fazer um debate sobre a Grécia, a gente podia fazer no segundo semestre, seria muito interessante, mas vamos ao Iraque e, depois, à China, que são situações menos complicadas do que a Grécia.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Mas todas complicadas também.

Embaixador Miguel Júnior, quero, primeiramente, parabenizá-lo pela exposição. Eu me impressiono, nesse caso, com a intervenção, com a lógica da política norte-americana, não só no caso do Iraque, mas no caso do Iraque na guerra com o Irã, em que Saddam Hussein era o grande aliado norte-americano. Depois, em 2003, o que aconteceu a partir daquela invasão, a destruição da estrutura do Estado.

Mas não é só no Iraque. Se a gente for olhar a situação da Líbia, é a mesma coisa. No Afeganistão, é a mesma coisa: o Talibã, que foi aliado norte-americano, depois virou inimigo e volta com força no Afeganistão.

Eu queria, em cima disso, falar da fragilidade do Estado iraquiano e do avanço do Estado Islâmico. Inclusive a segunda maior cidade, Mosul, foi tomada em junho de 2014, o que rendeu ao grupo não apenas farta quantidade de equipamentos militares, centenas de tanques, veículos blindados, mas também o equivalente a US\$450 milhões de barras de ouro e em dólares, montante que estava depositado em filial do Banco Central iraquiano. E tomando poços de petróleo também.

Eu queria a avaliação do senhor sobre essa situação de fragilidade do Estado e das instituições iraquianas e do avanço do Estado Islâmico.

Em relação à China, inclusive, Senador Cristovam, esta semana, fui visitar uma pessoa que me mostrou um livro publicado na França agora e em que aparecia o nosso Presidente, Senador Aloysio Nunes Ferreira, na resistência em Paris... É verdade! Eu falei isso ao Senador Aloysio ontem. É um livro recém-lançado na França. Estava lá o Senador Aloysio Nunes...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Eu era refugiado político e havia um estatuto do refugiado e eu tinha sido condenado aqui no Brasil a três anos de reclusão. E ainda querem acabar com a Lei da Anistia – imaginem!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – E estava lá fazendo um movimento pedindo liberdade no Brasil. E o Senador Aloysio não foi maoísta, a ligação dele era outra. Muito pelo contrário com a União Soviética.

E quando a gente vê a história da China, vê o rompimento com a União Soviética em 1957, no XX Congresso do Partido Comunista da União. Mas, desde antes, a luta pela revolução, no primeiro momento, juntou Chiang Kai-Shek e Mao Tsé-Tung para expulsar os japoneses. No segundo momento, Chiang Kai-Shek derrota Mao Tsé-Tung e acontece o inverso: Mao Tsé-Tung faz a revolução em 1949. Ocorre o processo da Revolução Cultural depois que Deng Xiaoping, que estava em prisão domiciliar, com a morte de Mao Tsé-Tung se recupera. E aí começa esse processo de reformas econômicas, que vêm até hoje e que não dá nem para caracterizar o que é o Estado chinês. Na minha avaliação, é tudo menos socialista, comunista; é uma economia de mercado com uma economia planificada.

Eu fiz questão de registrar um pouco essa história porque, de fato, é uma economia planificada, mas as bases de um programa socialista, na nossa avaliação, não existe. É uma economia de mercado mesclada com esse partido forte da economia planificada. Mas quais as perguntas que quero fazer? Onde quero entrar com as perguntas?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Primeiro, quanto à nossa relação comercial. Toda a América Latina e o Brasil também estão vivendo o impacto da diminuição dos preços das *commodities*. Isso impactou muito o nosso Brasil, a nossa pauta de exportação que, como falou o Senador Anastasia aqui, nós exportamos 79% de matérias-primas: soja, minério de ferro e óleos brutos de petróleo. Nós perdemos... A China deixou de ser o principal saldo comercial nosso. O principal saldo comercial nosso hoje é Venezuela – e vale dizer inclusive aqui cheio de produtos manufaturados brasileiros. A exportação brasileira para Venezuela é 90% de produtos manufaturados. O debate do Mercosul todo não é só a Venezuela. Exportação de produtos manufaturados aqui no Mercosul, nós temos algo em torno de 90%.

Então, eu queria que o Embaixador Jaguaribe falasse um pouco desse novo quadro com a desaceleração chinesa, principalmente agora, com essa crise da última semana. O senhor acha que isso pode ter algum impacto nesse plano de investimentos que foi anunciado da China aqui no Brasil em infraestrutura, algo em torno de US\$53 bilhões de investimentos, uma parte na Petrobras também? Essa situação de crise, acentuada nesta semana, pode ter um impacto nesses valores que serão destinados a investimentos no País?

Por fim, eu queria sua opinião não só sobre os BRICS, mas sobre o Banco de Desenvolvimento, que eu acho que pode ter um impacto geopolítico gigantesco, ser uma alternativa ao FMI e ao Banco Mundial, uma alternativa que possa socorrer países, mas que possa também servir para financiar investimentos em infraestrutura.

Então, eu queria saber a opinião do senhor sobre este Banco de Desenvolvimento, que já foi criado, nós temos um Vice-Presidente, o nosso grande economista Paulo Nogueira Batista, um dos vice-presidentes do banco.

Eram essas as minhas perguntas ao Embaixador Jaguaribe.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Vamos começar, então, pelo Embaixador Miguel Magalhães.

O SR. MIGUEL JÚNIOR FRANÇA CHAVES DE MAGALHÃES – Muito obrigado pelas perguntas, todas interessantíssimas. Vamos ver, então, o que podemos responder.

A pergunta da Senadora Ana Amélia, uma parte, tem a ver com a pergunta do Senador Anastasia com relação à dívida do Iraque com o Brasil. A origem do débito iraquiano com o Brasil vem de atividades comerciais de empresas brasileiras no Iraque na década de 70 e 80. Eu posso destacar as principais. Na verdade, são as últimas que estão para resolver.

Havia um acordo com a Petrobras, à época, que estabelecia condições especiais para compra de petróleo e garantia de acesso preferencial de produtos brasileiros, principalmente açúcar e frango. Depois, houve a construção de uma ferrovia no valor de US\$1,2 bilhão; construção de uma via expressa, US\$333 milhões; e um projeto de drenagem, chamado Projeto Sifão, de US\$350 milhões.

Esses contratos são antigos. Por incrível que pareça, alguns originais foram perdidos, e as equipes técnicas têm encontrado grande dificuldade em restabelecer as condições originais. Além disso, estão pendentes no Judiciário brasileiro ações da Mendes Júnior – essa empresa contratada para construir a ferrovia –, contra o Banco do Brasil e vice-versa.

No que se refere à dívida do Iraque com o Tesouro nacional, a porção Proex/Finex, a negociação está bem avançada. Está pendente apenas uma definição de juros. Os iraquianos querem juros simples e o Tesouro quer juros composto. Mas parece-me que isso já foi equacionado na última reunião do Comitê de Avaliação de Crédito ao Exterior (Comace), reunião feita em maio deste ano.

Há alguns pontos ainda pendentes com relação à Petrobras e ao Banco do Brasil. A Petrobras e o Banco do Brasil são empresas e economia mista. Têm seus estatutos; têm que dar satisfação aos seus acionistas, e aí é que está, talvez, a razão da reclamação iraquiana: a Petrobras e o Banco do Brasil negociam de maneira completamente diferente do Governo Federal. Embora o Brasil não seja membro do Clube de Paris, nós tentamos mais ou menos ajustar a nossa negociação segundo parâmetros determinados pelo Clube de Paris. Mas a Petrobras e o Banco do Brasil não estão obrigados a seguir isso. E aí resulta que nós temos um caminhozinho ainda a percorrer para chegarmos a um acordo sobre os valores a serem pagos pelo Iraque.

Há reuniões. Os iraquianos são assessorados por uma banca de advogados, que têm vindo ao Brasil, o Brasil tem se reunido com eles. O assunto tem caminhado bem, na verdade. Esperamos que ao longo desse ano, o mais tardar começo do ano que vem, tenhamos uma solução para dívida.

Com relação à pergunta do Senador Hélio José sobre a participação do Brasil na reconstrução do país tem a ver um pouco também com a pergunta do Senador Cristovam. Aliás, as perguntas do Senador Cristovam me lembram as aulas de Rio Branco que tivemos com ele. É um panorama global que temos que tentar pinçar algumas coisas, porque é um universo de perguntas que eu, realmente, temeria respondê-las todas aqui. Mas eu farei o que puder para, dentro do possível, termos uma perspectiva de Iraque, como V. Exª perguntou.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF. *Fora do microfone.*) –

O SR. MIGUEL JÚNIOR FRANÇA CHAVES DE MAGALHÃES – Faz 30 anos, Senador, mas eu me lembro. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – E ele está cada vez melhor.

O SR. MIGUEL JÚNIOR FRANÇA CHAVES DE MAGALHÃES – A participação do Brasil na reconstrução do Iraque passa, necessariamente, pelo ativismo nas nossas empresas. O que aconteceu no Iraque nos anos 70 e 80 foi resultado do empreendedorismo brasileiro. Foram empresas brasileiras que foram ao Iraque. O papel do Governo, o papel do Itamaraty foi de apoio. E, na medida do possível, nós continuamos a fazer isso.

Mas, na verdade, a situação atual requer um pouco de cuidado devido aos problemas de segurança. Não é todo lugar no Iraque que se pode chegar e começar a construir alguma coisa. Isso pode ser possível, por exemplo, no Curdistão, que é uma região completamente pacificada hoje em dia. Há uma fronteira de batalha ainda com o Estado Islâmico, mas em Erbil, a capital do Curdistão, vê-se construções como se fosse uma China. Vê-se prédios e prédios e prédios.

Os poços de petróleo do Curdistão estão a pleno vapor, produzem regularmente cerca de 700 mil barris por dia. O Curdistão tem um oleoduto direto, que não passa nem pelo resto do Iraque, vai direto para a Turquia, e é por aí que escoam cerca de 30% da produção de petróleo do Iraque.

Então, nessa região é possível. Eu acredito que um dos meus primeiros trabalhos lá vai ser visitar a região, e tentar convencer, aqui no Brasil, através de Câmara de Comércio, a ida de empresas brasileiras, possivelmente

às que já tiveram alguma experiência no Iraque, a voltarem para lá. As nossas construtoras tiveram um papel extraordinário. A construção, por exemplo, da estrada que liga Bagdá à Síria – infelizmente hoje ocupada pelo Estado Islâmico – foi toda construída pela Mendes Júnior, com tecnologia nossa, com trabalhadores nossos inclusive. Ferrovia, idem.

A Petrobras também teve um papel importante no Iraque: descobriu o maior campo petrolífero do Iraque. É verdade que, prontamente, foi nacionalizado, mas foi descoberto pela Petrobras.

Então, eu não vejo maiores dificuldades, além das condições de segurança que determina certa limitação no movimento das pessoas e de maquinário dentro do país. Mas há espaço. E eu acredito que o trabalho da Embaixada passe justamente por incentivar e promover a volta dessas empresas brasileiras ao Iraque.

Com relação a direitos humanos, uma pergunta que foi feita também pelo Senador Anastasia, sobre o Estado Islâmico, e também tem a ver um pouco com a pergunta do Senador Cristovam, a posição do Brasil é bem clara e decorrente, evidentemente, da nossa Constituição. Temos papel fundamental na defesa dos direitos humanos, e isso tem sido provado reunião após reunião, os nossos votos têm sido nesse sentido, e acredito que nossa política tem sido consistente. De modo que eu não vejo maiores problemas em o Brasil continuar a exercer o papel que tem sempre exercido nesse sentido.

O Senador Cristovam me perguntou também sobre migrações. Há cerca de 3 milhões de deslocados internos dentro do Iraque devido às ofensivas do Estado Islâmico. Boa parte desse contingente, evidentemente, vai ser acomodado de alguma forma dentro do país. Mas é natural – espera-se – que uma pequena parcela tente migrar. Tendo em vista que esses países árabes todos têm relações entre eles, relações de família inclusive... Se você olhar o *curriculum vitae* dos políticos iraquianos, verá que quase todos eles passaram pela Universidade do Cairo, em Beirute, ou seja, há um movimento interno, no mundo árabe, que facilita esse movimento de migração. Digo isso porque temos grandes contingentes de famílias na Síria, no Líbano que têm laços com o Brasil. Então, é normal que, em pouco tempo, venhamos a ter também um pequeno movimento migratório do Iraque para o Brasil, pelo menos se espera.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MIGUEL JÚNIOR FRANÇA CHAVES DE MAGALHÃES – Temos, hoje, alguns, sim. Então, com a nossa política migratória, principalmente com a nova lei, de autoria do Senador Aloysio Nunes...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Foi aprovada em caráter terminativo aqui, na Comissão, mas o Senador Randolfe quer levá-la ao Plenário. Irá atrasar um pouco a ida para a Câmara.

O SR. MIGUEL JÚNIOR FRANÇA CHAVES DE MAGALHÃES – Mas creio que, com a aprovação do novo estatuto, isso vá ser facilitado.

Com relação à balcanização do Iraque. É verdade, é um risco que não se tem como deixar de falar. A divisão entre curdos, sunitas e xiitas vem se agravando. A única maneira que se vê como componente para manter o país unido é a visão da sua elite política. A escolha do Primeiro-Ministro AL-Abadi foi fundamental para isso. O Primeiro-Ministro tem se mostrado um lutador no parlamento para manter um diálogo aberto. Ele é xiita, como determina a Constituição do País – o Primeiro-Ministro tem que ser xiita –, e ele tem mantido um diálogo aberto com a minoria sunita, o que tem ajudado bastante a destravar um pouco o andamento de certas leis que estavam emperradas no parlamento e ajudado um pouco na proteção da minoria sunita, que foi um tanto prejudicada durante a última administração do antigo Primeiro-Ministro.

Há um interesse internacional na manutenção, evidentemente, da integridade física do Iraque. E eu acredito que todos os países envolvidos na reconstrução do país têm demonstrado empenho em manter o país sob uma só bandeira. O povo iraquiano em grande parte também concorda com isso. Na realização das últimas três eleições, que foram nacionais, vemos um grau de participação extraordinário. Pessoas votando sob condições absolutamente extremas. Houve bombas em recintos de votação. Mesmo assim, o povo compareceu maciçamente em votações nacionais. Isso é uma demonstração clara do desejo da população de manter o país unido.

A pergunta do Senador Lindbergh Farias sobre a fragilidade do Estado do Iraque frente ao Estado Islâmico passa por aí também.

O Estado Islâmico surgiu essencialmente de um descontentamento, para usar uma palavra mais diplomática, da minoria sunita com relação ao governo central. Contribuiu muito para isso também o papel que os americanos exerceram na saída do Iraque, criando um vácuo de poder que, evidentemente, tinha que ser preenchido.

O Estado Islâmico, hoje em dia, é realmente a maior ameaça, não só ao Iraque. O Estado Islâmico, como todos sabem, está presente na Síria, está presente na Líbia, na Tunísia, na China. Na China, com os uigures, a minoria uigur. Outro dia, foram presos 30 uigures, que estavam nas florestas da Tailândia e, parece, estavam destinados a serem mandados para a Turquia e, de lá, atravessar a fronteira para a Síria.

Então, esse é um fenômeno global, que requer uma resposta global. O Iraque, evidentemente, está à frente de tudo isso e vem conseguindo, a duras penas, é verdade, algumas vitórias importantes. Por exemplo, o corredor entre Bagdá e Tikrit foi reconquistado há dois meses e está hoje sob o controle das forças iraquianas.

Faluja, a capital da província de Anbar, será provavelmente o próximo alvo de iniciativas do exército iraquiano. Acredito que, até o final do ano, Mosul, a segunda maior cidade do Iraque, esteja também dentro dos planos do governo iraquiano para ser retomada. Isso vem a calhar com o que eu havia falado antes acerca da manutenção da unidade iraquiana.

Creio que as três eleições que mencionei, as recentes vitórias do exército iraquiano vão consolidando aos poucos um caminho para que o Iraque consiga manter essa unidade e vença o Estado Islâmico. Isso requer um grau de cooperação internacional enorme, não só material quanto político. Acho que a nossa contribuição, a do Brasil, é estar lá presente. É prestigiar também o governo iraquiano, é trazer empresas brasileiras que ajudem a reconstrução do País. E continuamos a importar petróleo do Iraque, sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigado, Embaixador.

Com a palavra, o Embaixador Roberto Jaguaribe.

O SR. ROBERTO JAGUARIBE GOMES DE MATTOS – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Com sua permissão, antes de responder, vou preencher uma lacuna para a qual o senhor mesmo me chamou a atenção e vou me pronunciar sobre a Mongólia. Tenho a honra de também estar sendo designado para representar o Brasil, cumulativamente, junto a este País.

Como os senhores conhecem, também no relatório muito benfeito pelo atual Embaixador Valdemar Carneiro Leão, a relação da Mongólia com o Brasil é uma relação um pouco mais remota. A Mongólia é um país de grande extensão territorial, mas de demografia muito reduzida.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Quantos habitantes?

O SR. ROBERTO JAGUARIBE GOMES DE MATTOS – Menos de três milhões. São cerca de 2,9 milhões, em uma extensão territorial muito grande, equivalente a três França ou, aqui no Brasil, equivalente ao Amazonas. Por outro lado, é um país com uma tradição extraordinariamente rica, de um império universal, montado a partir das expansões de Gengis Khan, um império que buscava ser ecumênico. Uma coisa extremamente interessante: o Gengis Khan, confrontado com seu animismo natural e com a multiplicidade de opções religiosas que ele encontrava em seus espaços de ocupação, montou um conselho ecumênico, em que eles ficavam se digladiando para tentar debater as verdades absolutas, uma solução que me pareceu sempre muito inteligente.

Por outro lado, ele adquiriu uma fama extraordinária, uma pretensão de fazer um império global dentro do domínio da civilização. Não foi possível essa manutenção, mas deixou uma impressão muito vigorosa, inclusive de uma certa agressividade, da linha mongol. Com o tempo, porém, a Mongólia foi se reduzindo a um espaço não reduzido, mas pequeno – não pequeno do ponto de vista absoluto. No entanto, é um país hoje com um esforço de superar essa condição de restrição de relações internacionais com os seus dois grandes vizinhos, já que está espremida, como os senhores sabem, entre a Rússia e a China. Não há nenhum outro vizinho. Eles estão fazendo um esforço importante nesse sentido, estão em um processo amplo de acentuada relevância para a democracia, com eleições sucessivas. Eles tiveram e têm um grande interesse no fortalecimento da relação bilateral com o Brasil, abriram uma embaixada residente aqui em Brasília. O Brasil reciproca integralmente esse interesse.

Evidentemente a Mongólia tem uma riqueza mineral extraordinária. A Vale já teve uma presença importante, mas vendeu sua participação nessa iniciativa. Mas eu estou, evidentemente, muito estimulado com a perspectiva de continuar explorar as possibilidades de cooperação. E não tenho dúvida nenhuma que, em particular, a abertura da embaixada da Mongólia residente, em Brasília, vai facilitar esse processo.

Agora, se o senhor me permitir, passando para as perguntas, e são muitas e muito interessantes. Eu quero agradecer a todos os Senadores. Eu sei que China é extremamente estimulante, e a função central que ela tem, a meu juízo, na configuração do mundo futuro, traz uma relevância ainda maior.

Com relação à questão levantada, em primeiro lugar, pela Senadora Ana Amélia e depois retomada pelo Senador Lindbergh, dos BRICS, ao qual nós podemos juntar o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura. Essa iniciativa dos BRICS, como nós sabemos, começa de uma quase brincadeira do economista Goldman Sachs, identificando países que têm uma dimensão muito significativa e que, na visão dele, em 2001, iam ter uma participação crescente no cenário internacional. Naquele momento, a disparidade entre as economias desses países não era tão acentuada quanto é hoje, na medida em que a China, hoje, é mais do que a soma de todos os demais – na verdade, bastante mais do que a soma de todos os demais se nós formos a PIB nominal. Naquela época, o PIB brasileiro e o da China não eram tão distantes assim. Em 1998, o PIB do Brasil e o PIB da China eram equivalentes. Os estudos dele, evidentemente, datam dessa época.

Mas independentemente dessa configuração de desproporcionalidade que hoje já se acentua, a verdade é que a caracterização desse grupo de países como países que teriam uma participação no contexto global mais importante, me parece ainda pertinente e verdadeira. É claro que a China já se concretizou nesse processo, mas os outros passaram também a ter uma atuação mais relevante.

A criação dos Bancos dos BRICS obedece a uma lógica que não apenas a China, mas o Brasil, e outros países em desenvolvimento, vêm tentando imprimir há algum tempo, de uma democratização maior da participação da governança global econômica.

As reformas no Banco Mundial e no FMI não prosseguiram no ritmo que havia sido estipulado no âmbito do próprio G20. Essa descontinuidade, evidentemente, favorece a criação de outras alternativas, em que a presença desses países pode ser mais relevante do que têm sido no âmbito do Banco Mundial, do BRICS e do FMI, sem com isso, evidentemente, diminuir a relevância e a relação muito positiva que o Brasil, na verdade, tem com ambas as instituições.

Mas a criação do novo banco não é um espaço fechado. Há a intenção de convocar a adesão de parceiros adicionais. O capital inicial não é reduzido. As oportunidades são muito significativas. De modo que, na minha visão pessoal, eu vejo nisso uma grande chance de ampliação. E não é uma coisa restritiva e nem eliminadora. Eu acho que apenas nós vamos ter um voz mais ativa na execução da casa decimal. Isso, certamente, nós vamos ter. O que não é impedimento para adesão de outros membros. O Brasil e outros estamos abertos a que elas sejam efetuadas.

A Senadora também pergunta, assim como muitos outros levantaram, inclusive o Senador Anastasia, que teve uma visita de grande relevância e projeção a Londres, quando eu estava lá como Embaixador, e a respeito, eu diria, o que eu considero o ponto mais delicado e sensível da questão da relação do Brasil com a China, que é a questão comercial, a pauta comercial, e como é que isso afeta em geral e como é que tem sido o impacto da redução dos preços das *commodities* a partir de uma redução da demanda chinesa.

Eu acho, em primeiro lugar, que nós temos presente o fato que o Brasil é um país relativamente fechado. Isso é visto sempre como uma coisa relativamente ruim, mas a verdade é que em momentos de grande volatilidade e convulsão nos defende de variações excessivas externas. Nós, hoje, estamos vivendo um momento de relativa volatilidade. Imprevisibilidade, não apenas na China, como na Europa. A própria recuperação americana, que parece sólida, não tem ainda o gás que nós todos gostaríamos que ela tivesse para assegurar mais manutenção para fora. De forma que, ainda que seja uma coisa importante para o Brasil, a China representa cerca de 15% das nossas exportações.

Então, essa volatilidade das *commodities* tem um impacto real, é importante, mas é preciso ter a visão anterior. Ela surgiu a partir de uma demanda crescente chinesa. E o Embaixador Francisco Mauro, que está aqui presente, diretor da área da China e de outros países do Leste da Ásia, lembrava-me que, hoje, o valor das *commodities*, inclusive do minério, está muito superior ao que era em 2002. Então, temos que ter presente que essas volatilidades existem ao longo de um período relativamente extenso. E o Brasil tem aprendido a tirar benefício e maximizar a sua extensão nesse processo.

A natureza da nossa relação comercial com a China, é preciso que ela mude. Evidentemente, não podemos obrigar os chineses a comprar aquilo que não nos interessa neste momento, mas existem alguns instrumentos, inclusive na diplomacia, que podemos utilizar para, como diz o Senador Anastasia, identificar novas oportunidades. Acho que elas existem. Acho que a própria reconfiguração do momento econômico chinês, em que o custo de produção, como os senhores sabem, já aumentou significativamente, inclusive comparativamente a seus vizinhos, e a China passa de compradora dos seus vizinhos de bases industriais iniciais para se juntar à grande, digamos, cadeia de produção em que a China se transformou, ela é, digamos, a manufatureira do mundo – os números são qualquer coisa de impressionante –, mas com crescente participação inclusive dos vizinhos, em função de uma multiplicidade de fatores, como mão de obra e custo de mão de obra. Seja Vietnã, seja Bangladesh e outros, o custo de produção chinês já aumentou significativamente.

De modo que são situações de certa volatilidade. Gosto de pensar que os problemas do Brasil são brasileiros, não chineses, porque, se fossem em outros países, seriam mais difíceis de resolver. Acho que o Brasil tem dentro de si as condições para resolver os seus problemas de competitividade. Evidentemente, não são simples e requerem esforço conjugado contínuo. Acho que estamos em vias de começar a enfrentá-los com mais determinação. Vejo que essas oportunidades vão se reproduzir, vão se ampliar.

No âmbito mesmo da pauta com a China, temos a participação de alguns produtos industrializados que não são insignificantes. É o caso da Embraer, que apresenta, aí sim, dificuldades diplomáticas, que precisamos trabalhar, porque há restrições e impedimentos que precisam ser mais bem entendidos para a nossa participação e venda no mercado chinês.

A vinda do Presidente Xi Jinping abriu comprar novas, consolidadas com a vinda o Primeiro-Ministro. São oportunidades que vão se configurar. Ainda na área alimentar, abriram-se novas portas também com a vinda do Primeiro-Ministro. Acho que temos oportunidade de melhorar, inclusive, com o valor agregado adicional. Sou daqueles que acho que a exportação de agricultura é extraordinariamente valorosa, e o Brasil o faz, porque tem competitividade derivada de competência tecnológica de modelos produtivos. Então, não se pode evidentemente menosprezar essa dimensão, que acho que é muito relevante.

Também alguns Senadores, começando pelo Senador Anastasia, levantaram a questão de problemas consulares. O Senador Valdir Raupp levantou o mesmo ponto, inclusive com uma demanda que lhe fez um visitante que ele teve.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – O senhor me permite? A informação que tive é que o visto para turista é de 90 dias, tanto de um lado para o outro, e para negócio, três anos. Acabo de receber, agora, essa informação.

O SR. ROBERTO JAGUARIBE GOMES DE MATTOS – O senhor tem toda razão, Senador. Não fazemos uma exceção para a China para diminuir. Ao contrário, temos todo interesse em que venham em quantidade cada vez maior, sobretudo de turistas. O visto para a China é exatamente igual ao visto para outros países, dentro desse prazo que o senhor falou. Mas os problemas se dão em termos da limitação que temos do número de consulados. Temos um consulado na própria Embaixada, em Pequim; temos um consulado em Xangai; temos um consulado, agora, Guangzhou, Cantão, além de um consulado em Hong Kong.

A China é um país monumental. A quantidade de pessoas, nós sabemos, não é pequena. Evidentemente, a demanda de serviços é muito grande. Está em curso, agora, uma operação que vai simplificar e facilitar, com terceirização, dentro do possível, a obtenção de vistos. Temos a grande expectativa de que isso facilite enormemente, mas não posso deixar de reconhecer que temos um problema e devemos encará-lo para melhorar as condições e diminuir essa pressão que existe e facilitar o intercâmbio porque as visitas recíprocas são, evidentemente, fundamentais.

O Senador Valdir Raupp pergunta sobre o impacto da potencial volatilidade chinesa na manutenção dos seus compromissos de investimento no exterior. Primeiro, como mencionei anteriormente, a volatilidade chinesa vem sendo anunciada há muitos anos. Há dez anos, em 2005, era tida como iminente, enquanto ninguém observava a volatilidade financeira ocidental, que, finalmente veio a colapsar em 2007. Agora, ainda continuam anunciando a volatilidade chinesa, e eu não tenho evidentemente competência econômica e nem bola de cristal para saber se ela vai ou não se concretizar.

O que posso é dizer que, na minha perspectiva, os chineses montaram um esquema de detecção e de gestão muito competentes. Evidentemente, ninguém está a salvo de alguma volatilidade mais pronunciada, mas a minha avaliação é de que eles têm mecanismos inteligentes para lidar com isso. Não creio, definitivamente não creio, que eles venham a afetar compromissos assumidos exteriormente com relação a investimentos, inclusive devido, como os senhores sabem, à vastíssima reserva chinesa que é utilizada para abastecer esses investimentos em grande medida.

Portanto, a Ferrovia Bioceânica, que acho que é derivada de uma leitura eminentemente estratégica, mais do que comercial, que a China tem com relação a fornecimento e à necessidade de diversificação de base de fornecimento, será mantida, em princípio.

De novo, o Senador Hélio José fez também indagações que, creio, já tenho, em alguma medida, respondido, acerca da questão comercial. Ele falou dos painéis fotovoltaicos. Quero lembrar que a China tem muito interesse na produção no Brasil. Está agora iniciando uma grande produção de celulares; a primeira expansão fora da China e da Ásia dessa grande empresa chinesa está sendo no Brasil. Acredito que seja de nosso interesse, e é possível, atrair outros produtores industriais. Já existe uma base industrial chinesa importante. O fotovoltaico pode ser uma dessas, é questão de trabalhar efetivamente.

O Senador Cristovam, como já mencionou meu colega e amigo Miguel Magalhães, fez uma quantidade de perguntas de grande pertinência. Temo que eu tenha dificuldade em conseguir abordá-las todas, porque é um elenco muito significativo de questões fundamentais. Vou começar pelos que foram pertinentes exclusivamente em relação à China. Com relação ao Banco dos BRICS, acho que já dei uma visão sobre a matéria.

Acerca da possibilidade de Moçambique ser a Malásia da soja, acho que, primeiro, não há a menor dúvida de que a China, com eu disse, tem interesses estratégicos em diversificação. A China terá, sempre, interesse em buscar maximizar o fornecimento de tudo aquilo que ela compra, de forma a ter mais segurança, mais competitividade, preços mais acessíveis.

Será possível que isso venha a ocorrer em curto prazo? Aí, acho que é uma questão complexa, um pouco fora da minha competência, mas eu diria que as condições para se reproduzir o modelo que o Brasil tem e a competitividade que o Brasil tem, inclusive com a crescente capacidade – esperamos – de infraestrutura e de

fornecimento desses produtos em condições competitivas, não é fácil. Por quê? Porque isso requer modelos de negócio, requer competência tecnológica, requer o espaço físico, requer o condicionamento da semente para aquele espaço. E sabemos que a África tem muitas oportunidades, e o Brasil quer trabalhar para maximizá-las, mas eles têm dificuldades complexas, inclusive no próprio uso da terra, na questão da propriedade da terra. São questões complexas que precisam ser trabalhadas em grande medida.

Agora, não podemos ignorar a possibilidade concreta de que surjam, cada vez mais, competitividade em países africanos, e queremos que isso aconteça de certa forma, queremos ajudá-los inclusive, mas em áreas de abastecimento para o Brasil. Mas vejo que o Brasil tem condição de diversificação, de entrar em outras linhas, em que a nossa capacidade de prover... E isto é identificado pela própria FAO: o Brasil é o País do mundo com mais capacidade de expansão de produção agrícola. Não há outro país que chegue perto da capacidade de expansão agrícola do Brasil. Estou falando dos pastos degradados e de outras áreas subutilizadas exclusivamente. Não estou falando de florestas, porque temos um compromisso absolutamente fechado com isso. Ainda assim, o Brasil é o País com mais espaço não ocupados de agricultura competitiva.

De modo que não podemos ficar, digamos, acuados e com temor do que venha acontecer. Acho que temos todas as condições de promover isso internamente de forma muito satisfatória.

Relações diversas, outros pontos, eu diria, que meu colega, de novo, e amigo Miguel já tocou em muitos deles, mas a questão da China, eu vou falar em três ou quatro, se o senhor me permitir, porque acho que é particularmente importante.

Comércio internacional. A China já tem um papel absolutamente central nesse processo. É o maior comerciante do mundo, inclusive em não sendo a maior economia, porque continua sendo a economia americana, que tem características, nesse sentido, parecidas com a brasileira. O comércio internacional americano é relativamente pequeno, proporcionalmente ao seu PIB. A China tem uma capacidade, apesar da inexistência de acordos específicos de livre comércio, de se inserir nas cadeias produtivas mais representativas das empresas americanas e europeias, além das japonesas, que foram, na verdade, quem começou esse processo. Isso faz da China um ponto focal fundamental nessa área internacional.

A cooperação tecnológica é uma das coisas fundamentais da China atual, é uma mudança importante na sua composição econômica. Eles estão valorizando a área de serviços, que cresceu significativamente nos últimos cinco anos, dentro do último plano quinquenal, como era previsto, e ainda mais a inovação e os investimentos em tecnologia. A previsão era passar de 1,7% do PIB para 2,2% do PIB até este ano de 2015, o que está acontecendo e abre espaço para uma cooperação nessa área muito significativa.

(Soa a campanha.)

O SR. ROBERTO JAGUARIBE GOMES DE MATTOS – Terrorismo é um grande problema na China. A China tem uma preocupação com o seu oeste, que é habitado por um povo uigur, de origem essencialmente turca. Eles são islâmicos, são minoritários na população chinesa. Sabemos que a China tem 91,5% da sua população han, mas os uigures têm um peso significativo. A China, evidentemente, toma todas as precauções para evitar que isso vire um problema nacional relevante.

Imigração. A China não é um país de imigração. É um país de emigração tradicional, importante inclusive para o Brasil. Como disse o Miguel, acho que o Brasil tem que ter receptividade para acolher. Os chineses são extremamente engenhosos, ativos e industriais. Acho que tudo isso são possibilidades importantes.

Recursos naturais. De novo, a China tem abundância de recursos naturais.

(Soa a campanha.)

O SR. ROBERTO JAGUARIBE GOMES DE MATTOS – Senador, estou passando do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Essa é uma campanha automática.

O SR. ROBERTO JAGUARIBE GOMES DE MATTOS – Mas ela está me alertando que estou falando demais.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Ela está acoplada a um alçapão. Esse é o problema! *(Risos.)*

De repente, o alçapão se abre, mas a estamos controlando aqui.

Por favor, fique à vontade.

O SR. ROBERTO JAGUARIBE GOMES DE MATTOS – Simplesmente para tocar, porque as demandas do Senador são importantes.

Recursos naturais. A China é um país muito vasto, com muitos recursos naturais, mas com uma demanda extraordinariamente elevada. Então, ela se confronta com desafios muito importantes, inclusive de natureza ambiental, que estão sendo cada vez mais bem compreendidos e cada vez mais inseridos na essência central das políticas chinesas.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – O último congresso do partido colocou esse tema no centro.

O SR. ROBERTO JAGUARIBE GOMES DE MATTOS – É a velha história da harmonia, que está no centro da questão chinesa. Uma das questões que não estava em harmonia era justamente o uso de recursos naturais de água e de meio ambiente. Então, ele também deu um enfoque e agora está extremamente centralizado.

Tráfico de drogas. É um problema indubitável de natureza global. Não é um problema pronunciado, do meu conhecimento, na China, mas isso requer, evidentemente, informações adicionais, e talvez seja mais fruto da minha ignorância do que por ausência do problema de fato.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador Aloysio, me permite uma pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Só uma.

Lembro-me de que no final dos anos 80, ninguém imaginava que a União Soviética pudesse sofrer, aliás, usando um verbo que o senhor citou, pudesse colapsar – gostei desse verbo –, ninguém imaginava! O que pode levar a China, hoje, a colapsar?

O SR. ROBERTO JAGUARIBE GOMES DE MATTOS – Senador, acho esse ponto importante porque, no Brasil, que, a meu juízo, não é um país colapsável, muitas vezes não observamos com precisão o quanto esse ponto é significativo em grandes países mundo afora. No âmbito dos grandes países-baleia, para não falar BRICS, porque, aí, se têm que incluir os Estados Unidos, os únicos dois que não enfrentam problemas de integridade, de integridade nacional, são, justamente, o Brasil e os Estados Unidos. Tanto a Rússia, como a China, como a Índia enfrentam problemas de integridade total, inclusive de natureza cultural, que nós, no Brasil e nos Estados Unidos, não temos.

Esses não são pequenos problemas. São trunfos extraordinariamente relevantes que nós temos aqui, e eu os valorizo muito.

Eu acho que a China não enfrenta uma ameaça de colapso porque ela tem isso muito claro na sua agenda. A prioridade número um da agenda chinesa, interna e externa, são integridade territorial e soberania nacional. Essas são as prioridades número um. Não quer dizer que não haja um desafio, são vários, são conhecidos: a questão da reintegração de Taiwan; a questão de Hong Kong; a questão de Macau; que já foi, a meu juízo, equacionada com inteligência; a questão do Tibet, que gera, evidentemente, algumas inquietações e dificuldades; e a questão de Xinjiang e dos uigures, no extremo ocidental da China, também é uma questão complexa.

Como eu acho que eles estão atentos a essa matéria, eu, pessoalmente, não acredito que haja possibilidade de colapso. Eu acho que a China enfrenta muitos desafios. Esse é um deles, que é constante e requer um custo interno importante. Acho que existem outros desafios relativos à questão de lidar com dissenso, que é um problema ainda não plenamente equacionado, de certa forma. Existem desafios culturais importantes: a atratividade, e, aí, há outra questão que foi dirigida, do consumismo. O senhor mesmo levantou essa questão, Senador. É uma questão importante como a China vai lidar com isso. Eu acho que, ainda por fim, aquele elemento central de característica da cultura ocidental, que é a liberdade individual, gera, também, desafios importantes.

De modo que a China tem uma série de desafios, mas eu vejo a China muito consolidada. Um país, como eu digo, que atravessa, o único país que atravessa três mil anos contíguos da Pré-História até hoje, a meu juízo, vai demorar, ainda, muitos milhares de anos para poder...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – A relação demografia e recursos naturais também pode ser um problema?

O SR. ROBERTO JAGUARIBE GOMES DE MATTOS – Na verdade, é um problema de escala global.

A gente esquece, mas a China, como eu mencionei, é o número um na produção de grãos, de carnes. O maior produtor de carne do mundo é a China. O maior produtor de grãos do mundo é a China. O maior produtor de uma quantidade de coisas importantes, e o segundo, também a gente se esquece, é a Índia. Naturalmente, a razão é muito óbvia: eles têm uma necessidade de abastecer suas populações e um histórico de fazê-lo com certa competência, ao longo de milhares de anos.

De modo que eu acho que essa é uma questão complexa. Evidentemente, se a China consumisse o que é a média do consumo ocidental e, particularmente, dos Estados Unidos, haveria um alarme vermelho de insustentabilidade que teria que ser ligado, mas eu creio que eles estão lidando com isso, de novo, com muita inteligência e dentro dos seus programas de harmonia etc.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito bem.

Nós vamos passar, agora, à apuração dos votos. *(Pausa.)*

Encerrada a parte das interpelações, agora, nós vamos aos votos.

Por favor.

(Procede-se à votação.)

Informo a V. Exª que eu tenho que votar um requerimento ainda hoje antes de encerrar. Por favor. *(Pausa.)*
Estão, portanto, confirmadas as indicações da Senhora Presidente da República.

Desejo boa sorte e sucesso a ambos! Eu sei que competência não lhes falta. *(Pausa.)*

Antes de encerrar a reunião, eu queria submeter à deliberação dos senhores um requerimento de autoria do Senador Ricardo Ferraço.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 60, de 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Excelentíssimos Senhores Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, para discutir os projetos estratégicos das Forças Armadas e a relação dos mesmos com a Base Industrial de Defesa.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 55 minutos.)

ATA DA 26ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE JULHO DE 2015.

Às dez horas e quatorze minutos do dia dezesseis de julho de dois mil e quinze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Antônio Anastasia, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores Jorge Viana, Lasier Martins, Cristovam Buarque, Edison Lobão, Sérgio Petecão, José Agripino, Aloysio Nunes Ferreira, Paulo Bauer, Vanessa Grazziotin, Eduardo Amorim, José Pimentel, Delcídio do Amaral, Humberto Costa, Valdir Raupp, Hélio José, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os demais Senadores. Justificada a ausência do Senador Tasso Jereissati. Comparecem os Senadores José Medeiros, Roberto Rocha e Omar Aziz, não-membros desta Comissão. O Presidente declara aberta a Reunião e comunica o recebimento do Ofício nº 293, de 2015, de autoria do Senador Ronaldo Caiado, solicitando a retirada do Requerimento nº 49, de 2015-CRE, que trata da convocação do Ministro de Estado da Defesa, em razão de haver perdido seu objeto. É atendido pelo Presidente. A presente reunião tem por finalidade debater sobre a questão da Amazônia, abrangendo a situação do controle de fronteiras, as ameaças do tráfico de drogas e de armas, a diversidade e a coordenação com as Forças dos países limítrofes, em atendimento ao Requerimento nº 44, de 2015-CRE, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira. O Presidente convida a tomar assento à mesa o convidado General de Exército Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, Comandante do Exército Brasileiro. O Presidente agradece a presença dos eminentes oficiais-generais, General de Exército Sérgio Etchegoyen, Chefe do Estado-Maior do Exército; o General de Divisão Miguel Tomás, Chefe de Gabinete do Comandante do Exército; e Coronel Marco Aurélio de Almeida Rosa, Chefe da Assessoria Parlamentar do Comando do Exército. O Presidente concede a palavra ao Comandante Eduardo Dias da Costa Villas Bôas para fazer sua exposição. Às dez horas e dezoito minutos assume a presidência o Senador Aloysio Nunes Ferreira. Usam a palavra os Senadores Valdir Raupp, Jorge Viana, José Medeiros, Omar Aziz, Roberto Rocha, Cristovam Buarque, José Pimentel, Vanessa Grazziotin, Eduardo Amorim e Edison Lobão. O Presidente registra a presença do Procurador-Geral da Justiça Militar, Dr. Marcelo Weitzel Rabello de Souza; e da Subprocuradora-Geral da Justiça Militar, Dra. Maria Nazaré Guimarães de Moraes. O Presidente concede a palavra ao Comandante e este responde os questionamentos apresentados. Então, o Presidente agradece a presença do Comandante. Audiência Pública realizada. EXTRAPAUTA: ITEM 2) REQUERIMENTO Nº 808 DE 2015, de autoria do Senador José Medeiros, que "Requer, em cumprimento ao art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar missão no exterior com o fim de participar do 'Pro-

grama de Liderança Executiva em Desenvolvimento da Primeira Infância Internacional 2015; que ocorrerá na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos da América, nos dias 9 a 14 de agosto de 2015; e comunica, nos termos do art. 39 do referido Regimento, que estará ausente do País nesse período." O Presidente avoca a relatoria, profere o relatório, é aprovado. ITEM 1) REQUERIMENTO Nº 807 DE 2015, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que "Requer, nos termos do art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja considerada como licença a ausência do requerente dos trabalhos da Casa, no período de 28 de setembro a 03 outubro de 2015, para participar da 115ª sessão do Conselho Internacional de Café, a ser realizado em Milão; comunica ainda, nos termos do art. 39, inciso I do mesmo Diploma Legal, que estará ausente do país no período de 28 de setembro a 03 de outubro de 2015." O Presidente avoca a relatoria, profere o relatório, é aprovado. ITEM 5) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 62, DE 2015, de autoria dos Senadores Ricardo Ferraço e Aloysio Nunes Ferreira, que "Requeiro, nos termos regimentais, a realização de um Ciclo de Debates sobre a situação atual da Indústria de Defesa brasileira. Informo que o evento ocorrerá na cidade de São Paulo, na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, e que os convidados serão informados posteriormente." Aprovado. ITEM 4) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 61, DE 2015, de autoria dos Senadores Ricardo Ferraço e Aloysio Nunes Ferreira, que "Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, no dia 27 de agosto de 2015, com a presença dos senhores Gerson Silva – FGV/RJ, Nelson During – DefesaNet e Willian Respondovski – FINEP, para discutir a situação atual da indústria de defesa brasileira e as potencialidades de indução por parte do Estado Brasileiro de projetos aeroespaciais e de defesa." Aprovado. Item 6) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 63, DE 2015, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que "Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, por esta Comissão, em data e hora a serem definidos, com a presença do Senhor Henrique Capriles Radonski, Governador do Estado de Miranda, para tratar da situação na Venezuela, inclusive as condições em que se darão as eleições legislativas marcadas para dezembro próximo". Aprovado. Usa da palavra o Senador Cristovam Buarque. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às doze horas e vinte e seis minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Aloysio Nunes Ferreira**, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Oposição/PSDB – MG) – Declaro aberta a 26ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura...

Ainda não temos número.

O Senador Ronaldo Caiado encaminha o Ofício nº 293, de 2015, solicitando a retirada do Requerimento nº 49, de 2015-CRE, de sua autoria, que trata da convocação do Ministro de Estado da Defesa, em razão de haver perdido seu objeto.

O Senador é atendido.

A presente reunião tem por finalidade debater sobre a questão da Amazônia, abrangendo a situação do controle de fronteiras, as ameaças do tráfico de drogas e de armas, a diversidade e a coordenação com as Forças dos países limítrofes, em atendimento ao Requerimento nº 44, de 2015-CRE, de autoria do seu Presidente, Senador Aloysio Nunes.

Para participar desta reunião, convido a tomar assento à mesa o Ex^{mo} Sr. General de Exército Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, eminente Comandante do Exército Brasileiro. *(Pausa.)*

Além de agradecer a presença do eminente Comandante do Exército, gostaria de agradecer a presença daqueles que o acompanham, eminentes oficiais-generais, General de Exército Sérgio Etchegoyen, Chefe do Estado-Maior do Exército; o General de Divisão Miguel Tomás, Chefe de Gabinete do Comandante do Exército; bem como o Coronel Marco Aurélio de Almeida Rosa, Chefe da Assessoria Parlamentar do Comando do Exército.

A todos aqui presentes, nossas boas-vindas.

Eminente Comandante, informo também a V. Ex^a que esta audiência será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do nº 0800 61 2211, de Brasília.

De acordo com os arts. 397 e 398 do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: S. Ex^a o Sr. General de Exército Eduardo Dias da Costa Villas Bôas terá 30 minutos para fazer

a sua exposição. Em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Sras Senadoras e Srs. Senadores inscritos, dispondo cada interpelante de até cinco minutos. O eminente general tem assegurado igual prazo para a sua resposta. Os Senadores poderão contraditar pelo prazo máximo de dois minutos, concedendo-se ao Ministro de Estado o mesmo tempo para a sua tréplica.

Desse modo, agradecendo sobremaneira a presença do eminente Comandante do Exército, General Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, passo a palavra a S. Ex^a para as suas considerações iniciais.

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Ex^{mo} Sr. Senador Anastasia, em nome de quem saúdo e agradeço por esta oportunidade. É um duplo agradecimento, primeiro por poder falar, em nome do Exército, de um tema que nos é tão caro, a Amazônia, e, segundo, pela oportunidade de voltar a esta Casa, onde trabalhei durante três anos como Chefe da Assessoria Parlamentar do Exército e que foi uma enorme escola de vida para mim, Senador.

Aqui constatei a grandeza do que aqui se faz e vi a representatividade, já que o nosso Congresso corresponde a um corte vertical da sociedade brasileira.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Sim, senhor.

Eu estava mesmo agradecendo, Senador, pelo convite, tanto por poder falar da Amazônia quanto por voltar a esta Casa, onde trabalhei durante três anos.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – É um grande prazer e uma honra recebê-lo aqui, General.

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Estivemos juntos há aproximadamente um mês, dois meses?

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – É verdade, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – E, na ocasião em que fui visitá-lo, tivemos a oportunidade de tratar das tarefas que desafiam o Estado brasileiro, não apenas as Forças Armadas, não apenas o Exército, mas o Estado brasileiro, para a preservação da Amazônia, para sua proteção, para o seu desenvolvimento. É uma ação que exige uma atuação conjunta dos mais diferentes órgãos do Estado.

Esta é uma Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Esses dois temas, relações exteriores e defesa nacional, são temas confluentes no trato da problemática da Amazônia. Não apenas dos problemas, mas também das soluções para eles. Também há a necessidade de uma integração mais ampla com outros órgãos do Estado, como, por exemplo, o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Justiça, através da Polícia Federal.

Portanto, esta audiência, para nós, é um momento importante para obtermos informações, compartilharmos as reflexões do General Villas Bôas, que tem larga experiência no Exército, no Comando da Amazônia e que poderá, seguramente, trazer-nos sugestões também para que esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional seja um órgão impulsionador de uma política nacional para a Amazônia.

Muito prazer em recebê-lo.

Agradeço, também, ao Senador Anastasia, sempre presente em nossa Comissão, sempre atuante e que teve a oportunidade, agora, de abrir os nossos trabalhos.

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Obrigado, Senador.

Eu me faço acompanhar do General Etchegoyen, meu chefe do Estado-Maior, e do General Tomás, meu chefe de gabinete. O senhor sabe que o comandante se restringe a ter ideias, normalmente brilhantes, e eles têm a responsabilidade de implementá-las.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Qualquer reserva às ideias do comandante é tida como insubordinação. *(Risos.)*

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Podendo ser submetido à Corte Marcial, inclusive.

Meus amigos do Ministério Público Militar, senhores e senhores, o Brasil é um país curioso. É interessante que, em pleno século XXI, nós não tenhamos ainda completado o nosso processo de consolidação da nacionalidade. Temos um passivo que corresponde à tarefa geo-histórica não realizada de ocupação de praticamente metade do nosso Território. E isso corresponde exatamente à Amazônia.

E a Amazônia, uma vez totalmente integrada à dinâmica da Nação e do desenvolvimento brasileiro – em uma simplificação, logicamente –, tem pelo menos três papéis importantíssimos a cumprir.

O primeiro, Senador, decorre das riquezas naturais que ela abriga. Estima-se, os dados mais abrangentes... Isso é uma outra característica da Amazônia: sempre os dados são bastante discrepantes, dificilmente se conseguem coisas atuais, enfim, consolidadas. Mas os dados mais abrangentes que encontramos indicam que a Amazônia abriga US\$23 trilhões em recursos naturais: US\$15 trilhões abaixo da superfície, decorrentes dos metais, minerais metálicos, não metálicos, energéticos etc.; e US\$8 trilhões acima da superfície, relativos à

biodiversidade, sendo que uma parcela extremamente pequena dessa biodiversidade, no que diz respeito ao seu potencial de exploração econômica, é conhecida até hoje.

O segundo papel decorre do potencial que ela tem de ser a plataforma central de integração sul-americana. A Panamazônia, que nós vemos aqui, tem sete milhões de quilômetros quadrados; nós ocupamos cinco. Mas é interessante ver que alguns países são até mais amazônicos que o Brasil, no que diz respeito à percentagem do seu próprio território abrangida pela Amazônia, como o Peru e a Bolívia em alguma parte.

São nove países condôminos, com as suas áreas humanizadas e dinamizadas voltadas para os oceanos. Então, esse contexto amazônico corresponde a uma enorme vazia. E há uma homogeneidade muito grande entre todas elas; homogeneidade da geografia física e da geografia humana. São áreas carentes de infraestrutura, extrema pobreza, e os problemas são os mesmos: os problemas ambientais, indígenas, dos ilícitos, a questão da água, enfim. E, como o Brasil ocupa a maior parte e ocupa uma posição central – nós só não fazemos fronteira com o Equador –, é uma excelente oportunidade para nós capitanearmos esse processo de integração.

A integração sul-americana tem outros motores políticos e econômicos, como o Mercosul, o Pacto Andino, o Pacto do Pacífico, mas, do ponto de vista geográfico, naturalmente e necessariamente, essa integração vai se dar em torno da Amazônia.

Manaus ocupa uma posição privilegiada: ela é equidistante de todas as principais capitais, principais cidades da Amazônia; capitais como Caracas, Bogotá, Lima, La Paz, e mesmo as grandes cidades brasileiras. Então, Manaus é o epicentro da Amazônia. Daí nós entendermos a inconformidade da população do Amazonas, de Manaus, em até hoje o Estado não contar com uma rodovia que o ligue ao centro-sul do Brasil. Uma capital economicamente importantíssima e que não se conecta com o restante do País. Seria mais ou menos a mesma coisa que Porto Alegre, por exemplo, conectada a Montevideu e a Buenos Aires, não ter uma estrada que a ligasse ao centro do Brasil também.

Então, o segundo papel é esse da integração sul-americana.

E o terceiro papel vem da condição de que a Amazônia abriga respostas a alguns dos grandes problemas que afligem a humanidade atualmente, como a questão da biodiversidade, a mudança climática, a produção de alimentos, a produção de energia renovável, a questão da água. Daí nós entendemos o grande apelo que a Amazônia exerce diante da opinião pública internacional, de ser foco das atenções permanentemente.

A Amazônia exige uma abordagem, Senador. Primeiro, há que se ter uma visão da política geopolítica da Amazônia, porque a sua posição em relação aos demais países já é uma condição importante a ser considerada. E o outro aspecto é que há que se entender as diversas amazônias que nós abrigamos, as chamadas mesorregiões amazônicas. Se nós fomos observar, veremos que a realidade do Acre é totalmente diferente da realidade do Alto Rio Negro, da Cabeça do Cachorro, por exemplo. Então, cada Amazônia tem que ser abordada de acordo com a sua especificidade.

E a Amazônia precisa ser abordada com caráter estratégico. E esse caráter estratégico pressupõe duas condições: a primeira, visão de longo prazo; a segunda, multidisciplinaridade. Não se pode abordar qualquer questão da Amazônia apenas com o viés de defesa, ou viés econômico, ou viés ambiental, não; tudo, necessariamente, deve estar integrado, para que haja condições de mudar a realidade, que haja profundidade e duração capazes de mudar a realidade.

Então, quando falo de multidisciplinaridade, eu estou me referindo que ela tem que ter, primeiro, um viés social, humano... Há um poeta paraense que diz que a espécie mais ameaçada na Amazônia é o ser humano. Nessa concepção de desenvolvimento sustentável, o ser humano ficou esquecido. E a Amazônia abriga 23 milhões de pessoas, a maioria em extrema pobreza, vivendo em condições precárias, e os maiores sacrificados nesse processo têm sido os nossos indígenas – depois nós podemos voltar a abordar isso. Essa questão do viés social é fundamental. Há que pensar primeiro nas pessoas que habitam a Amazônia.

O segundo, com que nós temos que nos preocupar, é a questão da ciência e tecnologia. A Professora Bertha Becker, uma grande geopolítica, estudiosa da Amazônia, dizia que “há que se proporcionar valor à floresta em pé para que ela possa competir com as *commodities*”, com a exploração da madeira simplesmente ou as plantações para criações de gado, as plantações, enfim. Então, enquanto não houver essa visão de se aplicar conhecimento intensivo... E esse conhecimento, tanto de caráter de pesquisa, desenvolvimento, ciência e tecnologia, tem que estar associado também ao conhecimento tradicional dos povos da Amazônia. Isso é fundamental.

Há uma dicotomia das abordagens da Amazônia: ela tem que equilibrar a questão endógena com a exógena. Ela tem que equilibrar também o desenvolvimento com a preservação. E, na questão endógena com a exógena, há que se entender, como diz uma professora lá de Manaus, a Prof. Marilene, reitora da universidade, que há um tempo amazônico que precisa ser abordado. E essa questão é fundamental...

Eu, há poucos anos, fui visitar o ex-Ministro, ex-Senador e ex-Governador Jarbas Passarinho – de quem tivemos notícias, ontem, de que já está bem alquebrado, coitado, inclusive nem lúcido está mais –, que me contou que, quando era Governador do Pará, recebeu a visita de um embaixador francês, que, depois de ter percorrido a Amazônia, esteve com ele e disse: “Governador, achei interessante porque os países europeus têm colônias extracontinentais, e o Brasil tem uma colônia no seu próprio Território”, caracterizando a Amazônia como sendo uma colônia do Brasil, já que quase todas as iniciativas do que se faz na Amazônia não têm como foco principal atender às demandas da sociedade, da população da Amazônia, e, sim, do restante do País. Por isso a gente vê tanto debate, tanta dificuldade em implementar, muitas vezes, essas iniciativas.

Mas falei desse caráter multidisciplinar: a questão social, a questão da ciência e tecnologia e, logicamente, a questão ambiental. Nós temos que, realmente, chegar a um ponto de desmatamento zero, é necessário pelo patrimônio que isso representa, pela responsabilidade que nós temos perante o mundo e perante as gerações futuras e também por pragmatismo. Não o fazendo, estamos legitimando bandeiras de pessoas que vêm de fora, instituições a nos deitar falação e ensinamento de como nós devemos preservar a nossa Amazônia. Há um dado curioso, um estudo da Embrapa, Senador: a Europa, por exemplo, hoje tem 0,3% das florestas originais preservadas. Nós temos ainda da ordem de 70% das nossas florestas, considerando que a Mata Atlântica praticamente toda desapareceu. Então, ninguém tem autoridade moral para tentar nos apontar o dedo e dizer como devemos tratar a Amazônia.

O quarto vetor é o desenvolvimento econômico, porque se a população não tiver alternativa, realmente ela vai viver da exploração extensiva da Amazônia.

Manaus, que a Dr^a Nazaré tão bem conhece, é um exemplo disso. O distrito industrial da Zona Franca de Manaus proporciona da ordem de 120 a 150 mil empregos, considerando uma relação de três empregos indiretos para cada emprego direto, nós teremos da ordem de 400 a 500 mil empregos. Coloca-se uma família de quatro pessoas para cada emprego, nós vamos ter dois milhões de habitantes, que é a população de Manaus, com a economia mais desenvolvida, com o mais alto nível de vida da Amazônia toda. O Estado do Amazonas é o mais preservado. É lógico que isso é uma simplificação, uma ideia simplificada – vamos dizer assim –, difícil de ser implementada, mas acredito que esse seja o caminho a ser trilhado. O problema é que cada vez em que impedimos a construção de uma rodovia, o asfaltamento de uma rodovia, impedimos a construção de uma linha e transmissão ou de uma barragem, estamos dificultando que se tenha esse desenvolvimento intensivo capaz de proporcionar essa preservação da Amazônia e, logicamente, as questões de segurança e de defesa também.

Quando abordei a questão de ciência e tecnologia, da pesquisa, chegou-me recentemente este dado de 2008. Se eu vejo a patente dos produtos da Amazônia, esse é um vazio, ciência e tecnologia é uma afirmação de soberania, esse é um vazio que nós temos. É histórico aquele episódio do roubo das sementes de borracha...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Aliás – permita-me, Comandante –, há um livro que me foi... Em matéria de livro, tenho recebido bons livros. pelo que, inclusive, agradeço ao General Etchegoyen, que me proporcionou uma boa bibliografia sobre o Marechal Castello Branco – aliás, já li o primeiro, do Luís Viana Filho.

Mas me refiro a um livro interessantíssimo me foi dado pelo Senador Jorge Viana, que se chama *O Ladrão do Fim do Mundo*, que conta a história do roubo das sementes de seringueira e o colapso da economia amazônica – acabamos de falar do Jorge Viana há pouco –, a partir do início da produção na Malásia.

Este dado é interessantíssimo, Senador Cristovam Buarque – o senhor, que é Presidente da nossa Comissão de Ciência e Tecnologia –, as patentes sobre os produtos amazônicos, quer dizer, a biopirataria continua, agora absolutamente legitimada.

Desculpe-me a interrupção.

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Muito obrigado pela oportunidade de saudar o grande amigo, Senador Jorge Viana, companheiro de jornadas amazônicas.

Como vai o senhor, Senador?

Senador Cristovam.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC. *Fora do microfone.*) – Boas jornadas.

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Boas jornadas, não é, Senador, ex-Governador do Acre.

Nós tivemos o mais famoso, que é esse relatado no livro ao qual o senhor se referiu, *O Ladrão do Fim do Mundo*, mas, mais recentemente, foi patenteada a marca cupuaçu no Japão. Já foi revertido isso, mas nos deu um trabalho enorme.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP. *Fora do microfone.*) – Jambu, também no Japão.

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Jambu, veja, exatamente.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO. *Fora do microfone.*) – Cupuaçu e açai.

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Feita essa abordagem geral da Amazônia, eu queria agora focar em dois aspectos mais específicos para encerrar.

Primeiro, o que o General Etchegoyen caracteriza muito bem como os déficits de soberania que nós vamos admitindo se estabelecerem dentro da Amazônia.

O mais recente, agora, que nós tivemos este ano, foi o Presidente da Colômbia apresentar ao congresso uma ideia chamada *Triple A*, um corredor ecológico que vai dos Andes ao Atlântico, passando pelo Amazonas.

Vou me socorrer aqui de dados interessantes. A intenção do Presidente da Colômbia é apresentar essa ideia na COP 21, em Paris – COP é a Conferência de Mudança Climática, Senador –, a ser realizada em 30 de novembro, data em que isso será apresentado. E a intenção é que essa área seja preservada exatamente como contribuição para deter as mudanças climáticas. Essa área tem um total de 135 milhões de hectares, dos quais 62% são do Brasil, o que corresponde a 83 milhões de hectares, ou seja, 830 mil quilômetros quadrados. Isso seria implantado no espaço de cinco anos.

A origem disso está na Fundação Gaia, uma organização não governamental existente na Colômbia e acho que também no Brasil. E tem a Gaia Internacional, que é a grande provedora dos recursos para isso.

Isso vai ter uma influência grande na questão ambiental, congelamento – e a lógica é sempre essa – de áreas, onde aqueles naturais a que me referi, os US\$23 trilhões não poderão ser explorados.

E, também, os povos indígenas, que mais uma vez serão afetados.

Nessa área, nós temos três Comandos de Brigada, temos nove unidades do Exército e temos 16 pelotões especiais de fronteira. E isso sempre traz também restrições para a atuação tanto das Forças Armadas quanto da Polícia Federal.

Esse déficit de soberania... A gente costuma dizer que esse processo todo é como combater fantasmas, porque não se sabe de onde vêm, o que são, o que fazem, quais são os seus objetivos, mas o resultado geral a gente pode verificar.

Senador, aqui estão as Unidades de Conservação nas terras indígenas. Eu quero dizer que eu não sou contra Unidade de Conservação em terra indígena. Pelo contrário, eu sou favorável. Acho que nós temos que ter desmatamento zero. Temos que proteger os nossos indígenas, mas temos que compatibilizar com a exploração dos recursos naturais.

Vejam as áreas de concentração que temos e vejam esse mapa aqui.

Meus conhecimentos de geologia...

O senhor é geólogo, Senador Jorge Viana? Não?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Florestal.

Aí são os escudos cristalinos, chamados crátons, onde há a ocorrência de minerais. Ali em cima relacionamos todos: ouro, cobre, chumbo, estanho, prata, titânio, nióbio, tântalo e, agora, a descoberta de uma grande jazida de coltan. E as terras raras foram descobertas aqui nesta região.

E vejam que interessante essa coincidência que há na concentração de terras indígenas e Unidades de Conservação. A única exceção é esta área aqui, mas aqui é uma bacia sedimentar e há grande ocorrência de petróleo, petróleo e gás.

Diamantes nos escudos cristalinos, principalmente aqui na Cabeça do Cachorro, aqui e aqui, na terra indígena Roosevelt, dos índios cinta-largas, há aqueles veios de diamante cor de rosa, de um valor inacreditável. Até hoje não se sistematizou essa exploração, e as pedras continuam sendo exportadas por meio de atividades ilícitas.

Isso é uma hemorrhagia; são riquezas que o País perde, porque isso sai daí direto para as estruturas de contrabando, e o Brasil não se beneficia em nada com relação a isso.

Então, realmente esse aspecto nos preocupa.

Depois poderemos voltar à questão indígena. Todavia, a questão indígena nossa tem dois aspectos que me parecem inadequados: um é que ela é essencialmente geopolítica e ela se basta aí. Delimita-se as terras indígenas, e os coitados permanecem, a partir daí, totalmente esquecidos. E, como diz o Ministro Mangabeira Unger, para se preservar as culturas, sacrificam-se as pessoas.

Nossos índios ficam condenados ao primitivismo, necessidades básicas não são atendidas. Entra-se num círculo vicioso, porque as más condições, que vão se agravando, realimentam todo o processo. E, assim, nossos irmãos indígenas – coitados –, vivem numa condição extremamente precária.

Outro aspecto que quero abordar, voltando ao mapa. Na minha opinião, Senadores, uma enorme ameaça para o nosso País, talvez a maior ameaça, ao lado dessas questões de relativização da soberania, é o narcotráfico. Fazemos fronteira com três países produtores de coca, e o Paraguai e a Bolívia produzem maconha. São 11 mil quilômetros de fronteira só na Amazônia, 17 mil no total. Estou extremamente preocupado com o

narcotráfico e tenho muito receio de que estejamos caminhando na direção de uma “mexicanização”, em que todo esse processo fuja ao controle e se torne quase impossível de ser debelado ou pelo menos controlado.

A estrutura de narcotráfico na Amazônia ainda é bastante desorganizada, vamos dizer, bastante primária, mas caminha celeremente para a organização. As grandes organizações criminosas do Rio e de São Paulo já estão presentes na Amazônia, onde foi criada uma organização criminal, que surgiu com o PCC, mas se tornou independente, autônoma, e hoje tem mais ligação com o Comando Vermelho. Eles compram drogas na Colômbia e no Peru e entregam para o Comando Vermelho.

Isso tudo está se estruturando. Já foi detectada a presença de cartéis mexicanos na Colômbia e no Peru. O cartel mexicano tem um *modus operandi* extremamente violento, e essa violência já começa a transbordar para o nosso lado. Nossos indígenas são reféns desse processo porque, como eu disse, não há atendimento das necessidades básicas dos índios, e eles ficam reféns dos ilícitos. Eles próprios proporcionam o ilícito, muitas vezes, como única alternativa de suprir essas necessidades. Com muita frequência, a exploração de madeira e o garimpo ilegal em terra indígena são proporcionados pelos próprios índios, assim como o narcotráfico na faixa de fronteira.

Por exemplo, as tribos indígenas localizadas ao longo do Vale do Javari esparramam-se pelos dois lados da fronteira. No lado peruano foi desenvolvida uma variedade de coca adaptada ao clima quente e úmido da Amazônia baixa. Atualmente, há plantio de coca, e muito intenso, ao longo do Rio Javari, junto à nossa fronteira. Os índios ticunas que vivem nessa região chamam os parentes brasileiros para auxiliar na colheita. Quando os índios brasileiros voltam, trazem pequenas quantidades, um quilo, dois quilos, e há um comércio formiga: os receptadores recebem, juntam e descem, pela calha do rio, para o Centro-Sul do País ou se encaminham para a Europa e, às vezes, para a América Central e a Ásia.

O Brasil ainda não é produtor de cocaína – depois vou comentar isso –, mas é corredor de passagem e é o segundo maior consumidor de coca do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos. O problema é que, hoje, os corredores de passagem de coca estão se transformando em corredor de consumo. Com o aperfeiçoamento de estruturas de combate às movimentações financeiras, eles são obrigados a remunerar quem faz o tráfico com cocaína, e não mais com dinheiro. E essa mula, o traficante, sei lá como se chama, é obrigado a vender a coca para se remunerar. Por isso eu digo que o corredor de passagem hoje está se transformando também em corredor de consumo.

Outra notícia preocupante é que nós já descobrimos e erradicamos alguns plantios de coca dentro do nosso Território. Pequenas áreas, mas já há alguma incidência, alguma tentativa. A maior preocupação do Comando Militar da Amazônia tem sido essa.

A Colômbia, que chegou a ser o maior produtor de coca, não era originalmente produtor de coca. Começou, também, em um processo assim e acabou chegando onde chegou.

A Polícia Federal estima que cerca de 80% da criminalidade urbana nos grandes centros esteja ligada ao narcotráfico, direta ou indiretamente. Quer dizer, se a gente separa as ocorrências da Lei Maria da Penha, o resto está ligado ao narcotráfico.

E essa me parece, Senador, uma metástase que está corroendo a nossa sociedade, a nossa juventude. Preocupa-me porque há uma grande desarticulação no combate ao narcotráfico. Há uma desarticulação internacional. Existem poucos tratados entre os países, normalmente entre as Polícias Federais, mas não há uma atuação conjunta, não há uma visão integrada de como abordar essa questão.

Por exemplo, no Brasil, nós temos o Exército com poder de polícia na faixa de fronteira para combater os crimes transnacionais. No Peru, o Exército não trata essas questões. Então, dificulta os entendimentos, porque, em se tratando de narcotráfico, nós temos que nos ligar, por meio do Ministério da Defesa e do Ministério da Justiça, para, daí, nós nos ligarmos ao Ministério da Justiça do Peru para chegar à polícia peruana.

Em relação a essas e outras questões na Amazônia, inclusive a questão ambiental, a questão indígena, era necessário que se tivesse uma visão conjunta, uma visão abrangente.

Um dado sobre o narcotráfico, por exemplo. Eu vi um dado da Polícia Federal que aponta que nós teríamos, hoje, já, cerca de dois milhões de viciados em *crack*. Se cada viciado em *crack* consumir um grama de cocaína por dia, são duas toneladas de cocaína, só para abastecer o consumo do *crack*.

Então, eu falei da desarticulação internacional mas mais séria, eu acho, a nossa desarticulação nacional. Não há um órgão que tenha uma visão sistêmica sobre isso, que oriente tudo que deve ser feito, os estudos, a questão de inteligência. Identificando todos os processos, verificando as causas, as consequências, quais seriam os pontos ótimos para nós atuarmos.

É muito deficiente a atuação entre as forças, entre os órgãos que trabalham nessa área. Ele é esporádico. Há um entendimento excelente entre todos, enfim, mas é esporádico. Nas Operações Ágata e alguma outra operação pontual, mas não há uma atuação sistêmica, constante.

Nós podíamos dizer que os principais problemas que afetam a segurança pública nos grandes centros passam pela nossa fronteira. Estamos buscando uma resposta para isso, Srs. Senadores. É o chamado Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteira. Como eu disse, são 17 mil quilômetros de fronteira e, até hoje, nós ainda fazemos o combate aos ilícitos – e o Exército recebeu esse poder de polícia para o combate a crimes transnacionais na faixa de fronteira – baseados no fator humano. São as nossas patrulhas, os nossos pelotões de fronteira, algum helicóptero, enfim, o que, contudo, é absolutamente insuficiente para que se tenha uma atuação efetiva.

Então, se concedeu esse Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteira, que se constitui em um sistema de sensores instalados ao longo da faixa de fronteira – radares, sensores, veículos não tripulados –, e estes estão ligados às unidades operacionais. E aqui se exige uma abordagem que nós chamamos de inter-agência porque aqui temos que atuar com todos os órgãos que possuem responsabilidades: a Secretaria de Segurança Pública dos Estados, a Polícia Federal, a Força Nacional de Segurança Pública e assim por diante. E, se nós temos capacidade de dar alertas em tempo real, necessitamos ter a capacidade de dar a resposta em tempo real, também.

Interligando esses dois sistemas, temos um sistema de comando e controle bastante sofisticado.

Nós iniciamos a instalação em 2010, quando foram realizados os primeiros trabalhos, desde a elaboração dos projetos. E a instalação estava prevista para ocorrer em 12 anos. O problema é que, agora, com os problemas orçamentários que nós temos tido, o que estaria pronto em 2022, provavelmente, só estará pronto em 2035, o que está nos preocupando.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP. *Fora do microfone.*) – O que estará pronto?

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – O sistema todo.

Do ponto de vista orçamentário, vamos dizer, financeiro, do Sisfron, ele nos traz dados interessantes. São R\$12 bilhões. Realmente, é um sistema extremamente complexo, com alto conteúdo tecnológico, cerca de 80% têm conteúdo de caráter nacional. Mas são R\$12 bilhões originalmente previstos para serem implantados em dez anos. Vamos colocar neste tubo aqui esses R\$12 bilhões.

O Ipea estima que o custo anual da violência – este é um dado já um pouco desatualizado, mas foi o que nós encontramos – corresponde a cerca de 5% do PIB. O nosso PIB é de R\$5 trilhões. Isso corresponderia a R\$280 bilhões. Se 22% apenas dessa violência for decorrência do narcotráfico, e sabe-se que é mais, nós teríamos aí R\$61 bilhões por ano que o Brasil perde.

Outra fonte de perda também de divisas para o País vem principalmente da evasão fiscal e do contrabando, da ordem de R\$30 bilhões por ano. E aí nós teríamos já cerca de R\$91 bilhões anuais. Se nós considerarmos, numa visão muito crítica, que a eficiência do sistema Sisfron seja de apenas 1,5% ao ano, nós teríamos aí então R\$13,5 bilhões, R\$1,35 bilhão por ano. Nesses dez anos, corresponderia a R\$13,5 bilhões por ano.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – General, eu posso pedir um esclarecimento?

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Sim, por favor, o senhor me ajuda.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – O senhor fala em implantação do Sisfron em dez anos. Esse tempo é em função dos recursos financeiros ou da produção de equipamentos, treinamento de pessoal? O que é mais crítico aí, a parte, digamos, orçamentária, ou...

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Na verdade, Senador, o recurso financeiro condiciona exatamente a produção de equipamento e o treinamento de pessoal. O sistema está instalado, já está bem avançado em Mato Grosso do Sul, principalmente naquela região em torno de Dourados. O Vice-Presidente, Michel Temer, esteve lá visitando na semana passada, e eu gostaria de conhecer os Srs. Senadores. Se pudermos acompanhar, ir lá, vão ficar encantados com o que está sendo feito, porque os efeitos desse projeto vão muito além do que possamos imaginar.

Eu estava dizendo que ele está sendo implantado em Mato Grosso. Foi escolhido Mato Grosso, não começamos pela Amazônia, porque ele tem um caráter ainda experimental, e Mato Grosso facilita a logística. Imagine se nós começássemos lá pela cabeça do cachorro – a todo momento temos que estar substituindo componentes, há pessoas se deslocando para fazer as experimentações. Enfim, ia dificultar muito.

Agora estamos consolidando, neste ano, Mato Grosso do Sul. Vamos expandir, ao sul, para o Paraná, e ao norte, para Mato Grosso e Rondônia. No próximo ano, pretendemos iniciar então nesses três Estados.

O alcance que ele tem. Defesa, porque ele serve tanto às questões de segurança, policiais, vamos dizer assim, mas serve também à estrutura de defesa, ele é dual. E ele proporciona um fator de desenvolvimento social e também de desenvolvimento econômico.

Agora nós estávamos lá, e o Governador do Estado de Mato Grosso do Sul e os produtores de gado estavam quase eufóricos, porque já está dando um grande efeito na questão sanitária e criando uma área livre de aftosa. Eles estão na expectativa de obterem os credenciamentos para ter livre exportação para a Europa.

Ele tem um grande alcance social na área de educação, tem um grande alcance social na área de saúde, inclusive, já há projetos-pilotos lá de telemedicina. E o desenvolvimento econômico também está valorizando as atividades econômicas, está valorizando a terra, pela segurança que está proporcionando.

Em Mato Grosso, há um entusiasmo muito grande pelo projeto. O Governador está altamente envolvido e motivado, promovendo a integração dos órgãos todos em torno do projeto.

Embora o Estado do Paraná não estivesse previsto ser contemplado, logo de imediato, todo o Paraná se mobilizou – o Governo, o Legislativo, as instituições, organizações de classe, a Fiep, enfim – e colocaram emendas ao Orçamento. Então, nós dissemos: “Vamos começar no Paraná agora, também”. E queremos motivar Mato Grosso e Rondônia, para que a gente trabalhe nesse sentido também.

Insisto: vale a pena conhecer, porque eu sinto que não estou conseguindo mostrar, realmente, o alcance que ele tem.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP. *Fora do microfone.*) – Vamos lá fazer uma visita.

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Isso. Isso. Eu agradeceria muito.

Então, essas eram as questões que eu queria apresentar a respeito da Amazônia, de forma bem genérica. Assim, eu enfatizei as duas questões que me preocupam mais: o déficit de soberania e essa questão do narcotráfico, bem como a importância desse projeto que nós elaboramos como resposta para isso.

Muito obrigado, mais uma vez. Obrigado pela presença dos Srs. Senadores aqui.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Srs. Senadores, esta nossa audiência pública está sendo transmitida pela TV Senado e também nós estamos abertos, aqui, à participação dos internautas pelo e-Cidadania. E já há três perguntas, que se referem basicamente aos temas que o senhor já abordou: a primeira é sobre a necessidade de investimentos para que as Forças Armadas tenham capacidade de vigiar e combater qualquer tentativa de invasão do território, mas num sentido amplo, inclusive pela droga, pelo narcotráfico – e, aí, eu gostaria que o senhor desse uma palavrinha depois sobre a eventual atuação das Farc; a segunda questão diz respeito ao efetivo equipamento do Exército naquela região e do resultado do desdobramento do Comando Militar da Amazônia.

Então, continuamos abertos a novas indagações dos internautas.

Eu passo, agora, a palavra aos primeiros Senadores inscritos: Senador Raupp, Senador Jorge Viana e Senador José Medeiros.

Senador Valdir Raupp, por favor.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. General Villas Bôas, Comandante do Exército Brasileiro, minhas senhoras e meus senhores: quanto a esses três temas abordados aqui – o narcotráfico, a soberania da Amazônia e o desmatamento –, eu colocaria em último lugar a soberania. Eu acho que nós não temos um problema grave, sério, de soberania. Agora, o narcotráfico e o desmatamento, esses dois são graves.

Eu começaria pelo narcotráfico. Eu diria até que esta audiência pública, de todas as que eu participei este ano, está sendo a mais importante, porque a violência no País... O senhor falou em 22%, mas há Estados onde a estatísticas são de até 78%. Até 78% da violência do Brasil está relacionado ao narcotráfico ou aos traficantes, ou aos usuários de drogas, que têm que ser assistidos pelo Governo, porque eles não têm culpa por não terem conseguido um emprego, de não terem conseguido entrar numa escola, numa universidade e, depois, terem acabado caindo no mundo das drogas.

A reincidência das prisões é tão grande que, no Rio Grande do Sul, uma pesquisa apontou que 78% dos presos atuais são reincidentes. E por quê? Porque são usuários de drogas. Ele, ao sair do presídio, vai roubar um celular, uma bicicleta, um botijão de gás e acaba sendo presos novamente.

Então, o mal do Brasil hoje, na área criminal, é o narcotráfico. Acho que o Brasil tinha que declarar guerra ao narcotráfico, mas uma guerra aberta, uma guerra franca. E não adianta também, com todo o respeito – acho que ajuda um pouco –, mas proteger um espaço das nossas fronteiras e deixar o outro aberto, porque eles mudam o corredor para o outro lado. Não adianta fechar o Mato Grosso do Sul ou o Paraná, porque eles vão migrar para o Mato Grosso ou para Rondônia, ou para o Acre, ou para o Amazonas... Enfim, eles vão mudando. Os traficantes...

Eu acho um absurdo que, até hoje, a nossa segurança aérea, a nossa proteção aérea, não consiga ainda impedir que aeronaves bolivianas ou de outros países adentrem o nosso território usando pistas clandestinas

do Brasil trazendo drogas. Ainda acontece isso hoje. Estão furtando aviões do Brasil e levando para a Bolívia, para descaracterizar a aeronave e fazer o tráfico de drogas.

As nossas fronteiras terrestres, hoje, eu não digo que é humanamente impossível protegê-las – com o Sisfron, eu acho que vai ser possível –, mas elas têm que ser protegidas de alguma forma, porque são muito vastas. Só o meu Estado tem 1.300km de fronteiras com a Bolívia. Sei que fica caro.

Eu quero me colocar à disposição. Eu sei que não vai ser em um orçamento. Este ano, estou fazendo a relatoria setorial de justiça e defesa na Comissão de Orçamento. Como já fui Relator Geral do Orçamento e atendi muito bem as Forças Armadas, eu quero me colocar à disposição para, dentro do possível, contribuir com o Orçamento de 2016, ou seja, do ano que vem. Estou relatando o setor de justiça e defesa na Comissão de Orçamento do Senado federal.

Então, eu queria fazer um apelo, General. A fala do senhor, para mim, foi uma das melhores, repito, a que já assisti este ano. Nós precisamos proteger as nossas fronteiras, para o bem das nossas crianças, para o bem dos nossos jovens.

Eu queria agora abordar um tema também...

(Soa a campainha.)

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Só mais dois minutos, Sr. Presidente.

Eu vou deixar até a soberania de fora, porque eu acho que o Brasil tem força suficiente para proteger as nossas fronteiras na área da soberania. Pelo menos quanto a Invasão, acho que não vamos ter esse problema.

Sobre o desmatamento, sou autor de dois projetos. Um já foi arquivado, porque foram acolhidas algumas coisas no Novo Código Florestal Brasileiro.

Agora, entrei novamente com outro projeto, o PLS 428, de 2015, instituindo o desmatamento líquido zero. Acho que não precisamos proibir um pequeno produtor que recebeu uma parcela de terra desmatar dois, três hectares. Ele vai poder, sim. Mas nós temos que compensar de outra forma, exigindo que o fazendeiro que desmatou 80%, 90% e só podia desmatar 50%, ou 20%, esse tem que reflorestar os mananciais, as nascentes. Então, não é nem o desmatamento zero pura e simples, mas o desmatamento líquido e zero, na Amazônia e no Cerrado brasileiro. Isso é possível. O Governo tem condições, tem mecanismos para fazer isso acontecer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Eu vou passar para três Senadores agora e, depois, passo a palavra ao senhor.

Senador Jorge Viana, por favor, por cinco minutos.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, Sr. General Villas Bôas, eu sei também que temos um número grande aqui de generais, de oficiais do nosso Exército. Cumprimento todos os colegas e todos que os acompanham aqui, nesta audiência.

Eu não queria gastar tempo, quero só endossar isso. Acho que é a visão do próprio Plenário do Senado o respeito que todos nós temos pela figura do General Villas Bôas, pelo brasileiro que é, pela experiência vivida na nossa Amazônia. Eu já fiz boas viagens com ele na Amazônia, dormindo com ele no chão, em algumas aldeias indígenas, eu governador, ele no Comando Militar da Amazônia. Construímos uma relação de absoluto respeito e amizade. E agora, morando em Brasília, quem sabe, podemos conviver um pouco mais. Se bem que ele, Comandante do Exército, tem lá suas atribuições e sobra muito pouco tempo para a boa convivência. Mas eu queria agradecer a presença, a exposição de V. S^a.

V. S^a trouxe uma exposição, mas eu queria pôr dois elementos nela. Um, problema gravíssimo que nós estamos vivendo, a imigração hoje, na Amazônia, que é algo novo, não tínhamos. De 2010 para cá, no meu Estado – só um número atualizado para os colegas – passaram, até o mês passado, 39.877 pessoas que chegaram ilegalmente na fronteira e entraram no nosso País; 35.968 haitianos, 3.494 senegaleses e, da República Dominicana, 349. Esse é um assunto novo, grave, sério. O mundo inteiro está vivendo isso, na Ásia, na Europa, e estamos vivendo agora na Amazônia brasileira.

Eu acho que nós temos que atualizar os dados. Está bem presente esse problema, que é gravíssimo, e só agora o Governo brasileiro está buscando, com a ajuda do Peru, do Equador, do Panamá e do próprio Haiti, encontrar uma solução, mas certamente outros problemas virão.

Outro problema da maior importância, sobre o qual faltou um pouco trabalharmos, é a questão da entrada de armas ilegais no Brasil. Não vejo isso como algo dissociado. A questão do narcotráfico, que está diretamente ligado ao poderio bélico desses grupos que atuam em toda parte. Então, esse é um aspecto também sobre o qual gostaria de ouvir um comentário do senhor, porque, se não resolvermos isso, são 52 mil homicídios por ano no Brasil – 52 mil! E fica um jogo de empurra-empurra, que não é sem razão, são 17 mil quilômetros de fronteira, e certamente esse é um problema gravíssimo!

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Espero ganhar um minutinho adicional.

O Senador Walter Pinheiro chegou com um grande contingente de assistentes.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Com um grande contingente...

São os do Norte que vêm.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito bem!

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Não, eu só cuido lá das cabeceiras. Do Médio, o Senador Omar; e, na foz, o Senador Flexa Ribeiro, que não está aqui, e outros colegas do Pará.

Eu só queria...

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Estou me sentindo mais seguro, porque vejo que a Bancada da Amazônia está se reforçando aqui.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Toda ela.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – É o prestígio de V. S^a.

Mas eu preciso ganhar esse um minuto que foi consumido.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Está ganho, está ganho!

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Por favor, peço silêncio ao plenário, para que possamos...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Outra questão que eu colocaria: eu vi o mapa das preocupações que o senhor traz, General Villas Bôas, sobre a conexão entre unidade de conservação em área indígena e riquezas minerais.

De alguma maneira, ainda bem que temos algumas áreas dessas como unidade de conservação e com a presença dos índios, porque ainda estão preservados os minerais lá, porque, senão, nós já os teríamos perdido.

Mas eu colocaria outra: veja que no mapa não aparece a biodiversidade, e é esse o ponto que eu queria trazer. Então, na outra parte em que não se vê a presença de minerais, existe talvez uma riqueza maior do que a dos minerais, que é a nossa biodiversidade.

E, aí, eu faço uma brevíssima leitura, porque isso aqui é importante. Eu tive o privilégio de ser um dos Relatores, na CCJ e na Comissão de mérito, da Lei de Acesso à Biodiversidade, que nós votamos agora – só agora! Mas 40% da nossa atividade econômica vêm da indústria...

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – ... do agronegócio. E mais de 30% desse valor está diretamente ligado ao uso da biodiversidade. Só que a biodiversidade que usamos é toda de outros países.

Rapidamente: cana, da Nova Guiné; café, da Etiópia; arroz, das Filipinas; soja e laranja, da China; o cacau, do México; o trigo, da Ásia; a silvicultura também é de fora; as abelhas são de fora; o capim é de fora; o gado é de fora; os equinos são de fora. E nós temos 20% da biodiversidade do Planeta. Olhem que caminho maluco que o País pegou nesses 500 anos!

Nós não usamos nada da nossa biodiversidade. E pior, ainda a destruimos. Agora que aprovamos uma lei de acesso à biodiversidade.

Então, olhem a riqueza que nós temos. Sabem em quanto é calculada a biodiversidade do mundo? Em US\$35 trilhões! E, para nós, não vale nada, porque a gente põe fogo nela sempre, pelo menos, estávamos colocando fogo até outro dia.

Nesse aspecto, o Senador Valdir Raupp melhorou muito a proposta dele, e eu sou mais simpático a essa. Desmatamento zero para quê? Nós temos desmatamento legal no Brasil – eu sou engenheiro florestal.

Sou favorável ao desmatamento ilegal zero ou também, de acordo com essa proposta do Senador Valdir Raupp, de termos o líquido zero. Nós só temos seis milhões de hectares de floresta plantada, enquanto a China planta isso a cada dois anos. Então, em 500 anos, fizemos...

A minha preocupação é a de que... Se olharmos, General, acho que a nossa maior preocupação com a Amazônia é a ausência do Estado brasileiro. Acho que, sobre a soberania já foi colocada aqui, os vizinhos, o mundo é outro hoje. Mas qual é a infraestrutura que nós temos na Amazônia, comparada com Sul e Sudeste do Brasil?

A Amazônia parece ser um problema para o País; e o Brasil se ausenta dela. Então, acho que nós deveríamos trabalhar o fortalecimento da presença das forças lá; garantir os investimentos para as forças, porque isso não é despesa, é investimento, se nós pensarmos a Amazônia como ativo econômico – e nunca pensamos assim.

Eu queria encerrar, dando um exemplo concreto: nós agora estamos com uma proposta de cooperação Brasil-China para fazermos uma ferrovia.

Aí se levantam os que defendem – e não é sem razão – os portos, o fortalecimento dos portos de Santos e Paranaguá, e dizem que não serve, que está inviável.

A indústria brasileira hoje, a CNI, é contra, porque a CNI defende os interesses do Sul e Sudeste. O próprio Senador Flexa também concorda, porque quer mais saída pelo porto, lá. Nós queremos investimentos. Quem sabe se com uma ferrovia como essa que a China está se propondo a nos ajudar a fazer – aí não é o Governo brasileiro, é com investimentos – começamos a fazer a infraestrutura necessária, que é compatível com a causa ambiental, que não faz especulação da terra, que cria um ambiente para maior presença do Estado brasileiro na região. Essas são as mudanças possíveis.

Então, eu concluo dizendo: enquanto nosso País não fizer o investimento necessário, nós vamos pedir a Deus que o nosso seringueiro, que o nosso índio siga, sem explicação... Do lado de cá da fronteira, o brasileiro não se corrompe pelo narcotráfico. Até quando, eu não sei, mas isso é um milagre; somos 25 milhões de pessoas, e não tem nada do lado de cá, e tem toda a produção mundial de ilícito, de entorpecentes do outro lado. Se o Brasil seguir com esse caminho, é muito perigoso. Não há nenhum exército que vá dá conta, porque V. S^a sabe do pouco que nós estamos presentes.

Então, tem-se que garantir o fortalecimento e a presença do Estado brasileiro na Amazônia. O Governo que começar a fazer isso fortemente, eu acho que vai mudar a geografia econômica do Brasil e também ajudar a mudar a geografia econômica do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Senador.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – E isto é o que eu chamo de desenvolvimento sustentável: usar a Amazônia como um ativo e não como uma maldição. Parece que, para o Brasil, ter a Amazônia é uma maldição.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigado.

Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Sr. Presidente, Comandante Eduardo Villas Bôas, Senadores aqui presentes, todos os que nos acompanham pela Rádio e TV Senado, a sua fala, Comandante, como o Senador Raupp já disse aqui, é de uma importância imensa para o País e é, até certo ponto, preocupante também. Ela nos traz uma realidade inquietante e luz a cenários a que nós não podemos adiar mais e toca em questões importantíssimas sobre a vida do País.

O que V. S^a trouxe aqui sobre a questão indígena é muito importante, a nossa relação com o índio. Eu também não tenho nada contra os índios, muito pelo contrário, muito a favor, mas nós temos hoje uma ânsia muito grande em demarcar terra. Os antropólogos da Funai, juntos – não sei se por ideologia ou se teleguiados por algum interesse outro –, têm uma ânsia imensa de achar ossada, dizer que é de indígena e criar milhares de hectares de terra.

Causa-me muita preocupação essa coincidência. Existe um ditado que diz que eu não creio em bruxas, mas que elas existem, existem. Quando V. S^a mostra ali que, coincidentemente, todos esses locais são locais de riquezas imensas no subsolo e que nós não sabemos como tratar isso, isso nos preocupa.

Em Mato Grosso, por exemplo – vou falar de onde eu venho – nós temos outros entraves também que dificultam o desenvolvimento. Nós temos lá – como não foi regulamentada a parte da Constituição que trata sobre construção de estradas em terras indígenas –, nós tínhamos lá uma estrada que passava no meio de uma reserva. Desde que o mundo é mundo, aquela estrada passava por ali. Em determinado momento, o Estado brasileiro resolveu asfaltar a estrada. Bom, aí não pode; surgiram impedimentos de toda sorte, e a estrada, então, teve que fazer um contorno sobre toda a reserva, o que subiu o custo da estrada de 200 mil, para 700 mil... De 200 milhões para 700 milhões. Foi feito o projeto, então, um contorno por toda a reserva. Após feitos todos esses projetos, demora e tudo o mais, surgiu outro laudo de que havia, naquela região ali, uma ossada, acharam outra ossada. Então, aqui não pode também. Então, foi feito o contorno do contorno e mais projetos. Agora, recentemente feito o projeto do contorno do contorno, chegou o DNIT e disse: “Olha, não pode construir aqui porque já tem uma estrada aqui, vai ficar ilhada, não pode.”

Então, são entraves que não interessam aos indígenas. Eu conversei com os indígenas da região, eles querem a estrada, porque, com a estrada, viriam benfeitorias de escola, pontes nas estradas vicinais deles. Então, eu fico perguntando às vezes: essas coisas interessam a quem? Ao Brasil, não é; aos índios, não é.

Conversando há poucos dias com o cacique, ele falou: “Olha, uns querem mandar e querem...” Falou: “O meu pessoal agora quer *tablet*, quer internet, quer TV digital, mas o Governo e a Funai querem me mandar lá para perto do Juruena, onde tem um tipo de mosquito chamado pium, que eu desafio qualquer um daqueles a ficar por três horas, não é um dia, não, três horas sendo picados por aqueles piuns. Mas querem que a gente tire a roupa e volte lá.” Ele falou: “Estou morrendo de medo dessas pessoas que querem nos ajudar.” Foi um índio. Obviamente, é essa situação que às vezes vai atravancando e travando o nosso País todo.

E V. S^a traz outro problema terrível. Eu moro num Estado que tem quase 900 quilômetros nessa parte de fronteira, que é o Estado de Mato Grosso. Trabalhei na Polícia Rodoviária Federal por 21 anos e convivi de perto com essa situação de corredor. É cristalino o depoimento que V. S^a traz aqui. É isso mesmo que acontece. Essas dificuldades financeiras, de trabalhar com dinheiro, estão se proliferando em toda a região, e nas regiões mais pobres deste País. As pessoas da orla de fronteira estão sendo cooptadas pelo crime. Caramujo, ali perto de Cáceres, Rosário Oeste e por aí vai. E essas cidades que não conheciam a droga...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – ... – já termino, Sr. Presidente – passaram agora a ser vítimas. O que eu considero terrível, Sr. Presidente, é que São Paulo e Rio de Janeiro não produzem um grama de cocaína. Isso vem de fora. Aí eu pergunto: por uma questão lógica, não teria mais sentido investirmos? E não seriam R\$12 bilhões. Investirmos mais. Está ali o gráfico, é matemático. Não seria mais correto combatermos essa droga no atacado do que no varejo? Ficamos atacando na petequinha.

Eu quero fazer só uma pergunta, Sr. Presidente, sobre o Sisfron.

Ao longo dos 16.686 quilômetros em que fazemos fronteira com 10 países, o controle das fronteiras tem uma dimensão especial no âmbito das questões a serem enfrentadas e resolvidas pelo Brasil. O Sisfron pretende fortalecer a capacidade de ação do Exército brasileiro na faixa de fronteira. Trata-se de um conjunto integrado de recursos tecnológicos, tais como sistema de vigilância e monitoramento, tecnologia de informação, guerra eletrônica e inteligência, que, aliados às obras de infraestrutura, vão reduzir a vulnerabilidade da região fronteira.

Aí eu pergunto: o Sisfron, que foi inaugurado no seu primeiro módulo em novembro de 2014, em Dourados, no Mato Grosso do Sul, como V. S^a citou aqui, como um projeto-piloto que visa a monitorar toda a área de fronteira deste País, quais as lições já aprendidas a partir da implantação desse primeiro trecho?

A partir daí, o conceito do projeto permanece o mesmo para ser implantado ao longo da fronteira terrestre?

E a última pergunta: o investimento total previsto para o Sisfron, que é de R\$12 bilhões em várias etapas de implantação, os recentes cortes no orçamento ameaçam a continuidade desse projeto?

Eu pergunto isso, porque nós temos vários anúncios de investimentos, inclusive em infraestrutura no meu Estado, mas efetivamente eles são contingenciados com o argumento do ajuste e essa coisa toda.

Eu queria saber se esses recursos estão correndo esse risco.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Eu vou devolver a palavra ao General Villas Bôas, mas eu quero anunciar a presença entre nós...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Sr. Presidente, eu não faço parte desta Comissão e fiz questão de estar presente pela relação que tenho com o General Villas Bôas e porque tivemos a oportunidade, quando eu era Governador, de trabalharmos juntos, ele como Comandante Militar da Amazônia e eu como Governador.

Eu só vim aqui para dizer o quanto o admiro, General, e sei que o senhor vai fazer um grande trabalho para o Brasil como grande brasileiro que o senhor é e como o grande Comandante da Amazônia que foi.

Aqueles que passam pelo Comando da Amazônia estão preparados para qualquer tarefa neste País. Nessa tarefa à frente da qual V. S^a está hoje, General, tenho certeza de que nos deixará, a nós, amazonenses, muito orgulhoso, por fazer parte do nosso Estado, como amazonense que é também.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito obrigado, Senador.

V. Ex^a já está inscrito.

Eu queria saudar a presença entre nós, meus caros colegas, do Procurador-Geral da Justiça Militar, o Dr. Marcelo Weitzel Rabello de Souza, assim como da Subprocuradora-Geral da Justiça Militar, a Dr^a Maria Nazaré Guimarães de Moraes.

Sejam bem-vindos entre nós.

Pois não.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Não, não. Ainda não.

O senhor prefere receber...

Seria melhor receber todas as indagações e depois o General Villas Bôas obtém mais tempo para responder.

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS *(Fora do microfone.)* – Eu vou lhe fazer um pedido, então. Eu acho excelente essa ideia, mas, se eu pudesse repetir aquela explanação pequena sobre o Sisfron...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Então, vamos repetir a informação sobre o Sisfron e, depois, vamos dar sequência às interpelações.

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS (*Fora do microfone.*) – ... eu tenho a impressão de que atenderia a muitas das indagações dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não. Vamos repetir o Sisfron, então.

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Nós temos 17 mil quilômetros de fronteiras; 11 mil quilômetros, Senador, só na Amazônia. Temos três países vizinhos produtores de cocaína – Colômbia, Peru e Bolívia – e, de maconha, dois – Bolívia e Paraguai.

Até hoje, nós temos uma grande falta de integração, tanto internacional, quanto nacional, no combate aos ilícitos na faixa de fronteira. O Exército recebeu esse poder de polícia, de combate aos ilícitos transnacionais – e aí eu agradeço ao Senador Jorge Viana, que lembrou a questão das armas, que eu havia omitido, e da imigração ilegal. Nosso País vai se transformar num país de imigrantes. É só ir ao centro de São Paulo hoje que verificamos isso.

E quero destacar e agradecer aos conterrâneos... Já que, assim como a Senadora Vanessa, não somos amazonenses de nascimento, mas somos de coração, e eu recebi – o senhor também, não é? – o título de cidadão tanto do Amazonas, quanto do... E o senhor também, não é, Deputado?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Diante do gigantismo da tarefa, que até hoje se baseia no fator humano – nossos pelotões de fronteiras, as patrulhas –, concebeu-se o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), que é um sistema a ser instalado em toda a faixa de fronteira do Brasil.

O Sisfron é composto de três subsistemas: um sistema de sensores ao longo da linha de fronteira, radares, veículos não tripulados, outros tipos de sensores. E o Brasil entrou no restritíssimo clube dos países capazes de produzir radares. Esse subsistema vai nos dar a capacidade de alerta em tempo real, mas temos que ter a capacidade da resposta em tempo real. Então, precisamos também que as nossas tropas se modernizem, principalmente com meios de mobilidade – embarcações modernas, aeronaves e outros tipos de meios de mobilidade.

Interligando os dois, temos um muito avançado sistema de comunicações, e esta é uma característica desse sistema todo: o alto componente tecnológico que ele abriga.

Eu queria mostrar este raciocínio aqui aos senhores. O Sisfron está orçado em R\$12 bilhões, a ser implantado ao longo de dez anos. Agora, tendo em vista os cortes orçamentários, inicialmente previsto para ficar pronto em 2022, se for mantido esse ritmo, o Sisfron ficará pronto somente em 2035. E eu queria fazer um raciocínio, uma comparação: o Ipea estima que 5% do PIB seja o custo anual da violência; de um PIB de R\$ 5 trilhões, R\$280 bilhões é o custo da violência. E, Senador Raupp, realmente o senhor tem razão: a Polícia Federal estima que 80% da criminalidade seja decorrente do narcotráfico. Mas, com esse dado que nos foi passado de 22%, isso corresponde a R\$61 bilhões por ano – é o que nós colocaríamos ali do outro lado. Temos ainda a evasão fiscal decorrente do contrabando. E aí nós chegaríamos a este dado: R\$91,6 bilhões anualmente se evadem, e o Brasil não se beneficia. Ao contrário, isso onera economicamente o País. Então, vejam que esse sistema será um grande investimento para nós, sem dúvida.

E o alcance do Sisfron vai muito além das questões meramente de segurança, Senador. Ele proporciona segurança no combate ao narcotráfico, ao contrabando de armas, à imigração ilegal. Ele dá segurança sanitária: o Mato Grosso está comemorando que ainda se vai viabilizar a segurança sanitária para exportação para a Europa. Ele proporciona desenvolvimento social, atuando na área de economia, na área da saúde, e proporciona também desenvolvimento econômico.

E mais, na área internacional, Senador, está havendo uma grande procura pelos países vizinhos porque ele, vamos dizer, é dual, ele tanto serve para vigiar o nosso território quanto o território vizinho. Então, os países vizinhos estão nos procurando e ele será uma excelente ferramenta de integração com os países vizinhos.

E, Senador Raupp, quando me referi à questão da soberania, não é a soberania da fronteira ou a soberania referente à integridade territorial, é a soberania pelos obstáculos e as dificuldades que se estabelecem no uso soberano dos nossos recursos naturais.

O Senador Jorge Viana falou da rodovia para o Pacífico, é quase certeza de que vai haver uma campanha internacional com obstáculos ambientais, indígenas para a construção dessa rodovia. É essa relativização da soberania a que me referi.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Aliás, vou passar a palavra aos demais Senadores que estão inscritos, pedindo que se atenham efetivamente aos cinco minutos porque logo mais podemos ter o início da Ordem do Dia, quando se vai continuar o debate sobre a reforma política e sobre um projeto de lei que trata, que pretende legalizar, digamos assim, o repatriamento de recursos não declarados, de propriedade de brasileiros, que estão no exterior, e o Governo brasileiro pretende arrecadar muitos bilhões.

Aliás, meu caro Líder do Governo, esses R\$12 bilhões para o Sisfron seria uma bela destinação de pelo menos uma parcela desses recursos. Uma parcela importante. Com isso, daria uma grande alavancada, não teríamos que esperar até 2035 para completar a implantação.

Peço a V. Exª que leve essa sugestão a quem de direito.

Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Comandante Villas Bôas, eu vou tentar me deter nos cinco minutos, Presidente, não é fácil porque o tema, realmente, é muito interessante e sobre o qual até já me pronunciei em maio, quando foram anunciados os cortes orçamentários, de R\$1 bilhão para R\$285 milhões, ou seja, inviabilizando completamente esse projeto que está em fase inicial e que é de extrema importância para o Brasil.

Nós temos, como foi dito pelo General, Presidente, quase 17 mil quilômetros de fronteira. Em linha reta, é mais ou menos daqui a Pequim ou quase a metade da circunferência da linha do Equador.

Nós estamos falando de uma questão que envolve o futuro deste País, que é a nossa juventude que está sendo violentada no dia a dia, todas as famílias por essa enxurrada de drogas que invade inclusive as pequenas cidades, estas, sim, muito mais desaparelhadas. É exatamente por essas fronteiras que passam o narcotráfico, o contrabando e as armas.

Eu quero destacar que o órgão, hoje, no Brasil, que, efetivamente, faz a apreensão de drogas é a Polícia Rodoviária Federal, mais precisamente, nos Estados do Mato Grosso e do Paraná. O ano passado, aqui em Brasília, o recorde foi de seis toneladas de drogas apreendidas pela polícia, isso a Polícia Rodoviária do Paraná faz em uma noite ou durante um dia, numa operação. No meu Estado, o Maranhão, no ano passado, foram duas toneladas de drogas apreendidas.

Evidentemente, se tivéssemos uma fronteira protegida, teríamos muito menos drogas circulando pelas nossas cidades. Mas é preciso destacar também uma ilegalidade, a Polícia Federal é o órgão responsável pelo policiamento de fronteira e pela prevenção e repressão ao tráfico de drogas. Polícia Federal. Está no art. 144, §1º, incisos I e III.

À Polícia Rodoviária Federal cabe o Patrulhamento ostensivo das rodovias federais. Está no mesmo art. 144, §2º, da nossa Constituição Federal. Portanto, o emprego da Polícia Rodoviária Federal no policiamento das nossas fronteiras configura um desvio de função e usurpação das atividades da Polícia Federal.

De igual modo, o emprego das polícias rodoviárias estaduais – que, em verdade, são batalhões de polícia rodoviária das polícias militares – também, no uso dessas funções, configura um desvio e usurpação das atividades da polícia rodoviária.

Além disso, Comandante Villas Bôas, nós sabemos que a grande parte da entrada de drogas no País se dá pelos rios e pelo céu, e não pelas rodovias, sejam pavimentadas ou não. O Brasil possui, como foi dito já repetidas vezes, quase 17 mil quilômetros de fronteiras terrestres; e as nossas outras, marítimas...

(Soa a campanha.)

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – ... que são pela nossa Amazônia Azul, também desprotegidas, porque o Brasil carece da segunda esquadra da Marinha, que só tem uma até hoje, que é a do Rio de Janeiro.

Cerca de 40% dessas fronteiras são secas – matas, montanhas etc. – e aproximadamente 60% são fronteiras molhadas – rios, lagos. Só para ter uma noção, uma dimensão, se houvesse um posto policial a cada 10 quilômetros, precisaríamos de quase 1,7 mil postos para cobrir todas as fronteiras terrestres. Atualmente, o efetivo da Polícia Federal é de cerca de 12 mil policiais no Brasil; o da Polícia Rodoviária Federal é de 10 mil policiais; já o Exército brasileiro possui quase 220 mil militares.

A fronteira do Brasil com o Peru – e eu vou caminhando para o fim, Presidente, trouxe aqui dados para enriquecer esta importante audiência –, país tido como o maior produtor mundial de folha de coca, é de cerca de 3 mil quilômetros, dos quais 2 mil quilômetros são de fronteiras molhadas. A fronteira do Brasil com a Colômbia, país considerado o segundo maior produtor de folha de coca, é de cerca de 1,65 mil quilômetros, dos quais 800 quilômetros são de fronteira molhada. A fronteira do Brasil com a Bolívia, país apontado como o terceiro maior produtor, é de aproximadamente 3,4 mil quilômetros, dos quais 2,6 mil quilômetros são de fronteira molhada. A fronteira do Brasil com Paraguai, supostamente palco de intenso tráfico de drogas e armas, contrabando e descaminho, é de quase 1,4 mil quilômetros, dos quais 900 quilômetros de fronteira molhada.

Muito bem, eu quero anunciar a V. Exª, Presidente, Aloysio, a esta Comissão e ao Comandante Villas Bôas, que, durante a votação da LDO, do orçamento de 2016, nós apresentamos 26 emendas. Foram aprovadas várias, entre elas a que trata exatamente do Sisfron, incluindo no anexo de prioridades e metas da LDO, tendo, portanto, prevalência sobre as despesas discricionárias do Governo Federal em 2016.

Eu, por fim – Presidente, permita-me –, quero apresentar aqui algumas sugestões para o problema.

Primeira: a criação de postos policiais e de pelotões especiais de fronteira, juntamente com o pagamento de indenização de fronteira para policiais e militares das Forças Armadas, de modo a estimular o deslocamento de grandes contingentes para as fronteiras.

Segunda: desenvolvimento socioeconômico de faixa de fronteira mediante desburocratização e incentivos, aquilo que foi dito aqui pelo Senador do Acre. Um exemplo disso: temos aqui na Casa o Projeto de Lei de nº 398, de 2014, que dispõe sobre a pesquisa e lavra de recursos minerais em faixa de fronteira de que trata o art. 176, §1º da Constituição Federal.

Terceira: implantação do sistema integrado, que é o Sisfron.

Quarta: a implantação de centros integrados de comando e controle nos Estados de fronteira que ainda não possuem, como Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Roraima.

Quinta: realização de mais operações interagências, como a Operação Ágata, cuja 9ª edição, em 2015, foi prejudicada por cortes orçamentários; reforço do patrulhamento fluvial, com embarcações ligeiras, e aéreo, com veículos aéreos não tripulados.

E, por fim, Presidente, deixo uma reflexão. Se atualmente não há como viabilizar mais recursos para esse programa; se, efetivamente, esse é o quadro, penso que a Polícia Rodoviária, mesmo que, com desvio de finalidade, já que ela que apreende droga, deveria ter um incentivo a mais para, em parceria com os Estados, colocar mais policiamento rodoviário estadual nas rodovias federais e pegar esses policiais, uma parte deles, e reforçar nas nossas fronteiras.

O que efetivamente não pode é ficar como está. O Brasil, por uma relação promíscua com esses países, termina tendo que ficar aqui assistindo ao desenvolvimento econômico da Bolívia – não é por causa do gás, é por causa de coca –, quer dizer, eles crescem e o Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Se pudesse concluir, por favor.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Vamos concluir.

Portanto, deixo essas sugestões e considerações, esperando que possamos ver melhorada essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, General, quero dizer da minha satisfação de assistir à sua fala e perceber que a nossa defesa da Amazônia está em boas mãos e com confiança de sua parte na tropa e, de nossa parte, no senhor e na tropa.

Mas, de qualquer maneira, queria fazer uma pergunta: se o senhor acha que, no nível desigual de educação que há no Brasil, a gente vai conseguir manter, por mais cem anos, a integridade social e mesmo a integridade territorial?

Vi aqui – isso do ponto de vista da desigualdade –, por exemplo, entre o Amazonas e São Paulo, entre o Amazonas e o Distrito Federal, Santa Catarina, isso do lado da desigualdade. E, do outro lado, o nível de formação. Vi, por exemplo, e gostaria que mostrasse aqui, aquele quadro do Sisfron, onde há os sensores e atuadores.

Esse aí.

Nossos soldados estão em condições de usar esses equipamentos com o grau de educação de ensino médio que, no Amazonas, é de 3,9 nos últimos anos do ensino fundamental – de zero a dez é a nota? Três vírgula dois no ensino médio?! Creio que é impossível, sem um ensino médio completo, de qualidade, colocar um soldado dentro desse arcabouço, quase chega igual ao que vi no filme Avatar, em que o soldado entra no robô.

E a outra pergunta: com o grau de ciência e tecnologia que tem o Brasil, vamos conseguir inventar aqueles equipamentos lá fora em capacidade de concorrer internacionalmente? E aí me assusto, Presidente, quando vejo que estamos cercados, lá mais em cima, de países com Estados Unidos, como Europa, mas, bem juntinho de nós, a Colômbia terá uma qualidade educacional bem superior à nossa em mais 20, 30 anos. E está ali na fronteira.

Pelo que imagino e, claro, que já faz 40 anos que fiz meu serviço militar no CPOR, usando Obus 105 e hoje é completamente diferente, mas, pelo que leio e vejo, creio que hoje a defesa é mais tecnologia até do que o soldado, ele próprio.

Segundo falam, a Argentina perdeu as Malvinas, apesar de 12, 13 mil quilômetros da Inglaterra, em parte, porque não controlou os seus radares. O Iraque também. São controlados de fora. Não é por culpa dos que controlam lá fora porque, se eu estivesse lá, também controlaria. É culpa de nós que não temos condições de criar os nossos sistemas. É culpa nossa que não temos como criar os nossos sistemas. Então, a minha pergunta é bem direta, dentro dos cinco minutos. Sem uma revolução educacional no Brasil que faça com que nossos soldados saibam usar esses equipamentos e que nossos jovens sejam capazes de inventar esses equipamentos pela ciência e tecnologia, vamos conseguir, em cem anos, continuar mantendo tudo isso?

E, aí, só para chocar mais, nós vamos ter condições de uma boa tropa quando nossos soldados no Amazonas – mas em qualquer outra parte também, embora não tão grave – não conseguem conhecer a bandeira

que eles defendem porque não sabem ler “Ordem e Progresso”? Se o exército islâmico chegasse ali e escrevesse um lema religioso islâmico na nossa bandeira, os nossos soldados pensariam que ainda era bandeira brasileira!

(Soa a campanha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Nós podemos ter tranquilidade de que vamos garantir o que os nossos antepassados nos deixaram de território, de integridade, sem fazer com que a educação no Amazonas seja tão boa quanto a educação, por exemplo, em Santa Catarina? E que a de Santa Catarina seja tão boa quanto a da Coreia, da Finlândia, ou da França, pelo menos? Essa é a minha pergunta. Como soldado, como o senhor vê a importância da educação de qualidade e qualidade igual para todos os meninos e meninas deste País?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito bem.

Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, Senador Aloysio Nunes Ferreira, nosso General Villas Bôas, eu quero começar abordando a questão orçamentária.

Nós estamos elaborando, neste 2015, o Plano Plurianual para os próximos quatro anos. Eu me lembro de um diálogo muito forte que foi feito com o Congresso Nacional em 2007, quando estávamos elaborando o Plano Plurianual de 2008 a 2011, e havia um conjunto de demandas das três armas, Exército, Marinha e Aero-náutica. Ali, nós conseguimos conjugar o PPA com o orçamento de 2008 e as diretrizes até 2011. Inegavelmente, tivemos o aporte de recursos significativos naquelas ações estratégicas das nossas três armas.

No PPA de 2012 a 2015, nós voltamos a abordar, mas de uma maneira não tão consistente e persistente como fizemos em 2007 para 2008 a 2011. Como estamos fechando o PPA, que vem para cá em agosto, talvez, nosso Comandante, nosso General, pudéssemos fazer uma reunião logo em seguida, após a apresentação do PPA em agosto, para discutirmos as ações, as emendas, e o que é necessário, o nosso Presidente Aloysio, nesta Comissão, com as três armas.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Perfeito, perfeito.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Porque, a partir dali, permite-nos ter uma visão de emendas, de procedimento...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Apresentamos, inclusive, emendas da Comissão. Perfeito.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Da Comissão e das outras comissões, de maneira que não fosse situação e oposição, como sempre, nessas questões de Estado, V. Ex^a tem trabalhado para que nós possamos dar essa cobertura de planejamento até 2019 como forma de dar uma tranquilidade.

A segunda questão que eu queria registrar é que, em boa hora, nesse projeto do repatriamento de recursos que estamos chamando, se nós queremos ajudar os Estados, e é esse o papel, uma das maiores despesas dos Estados é exatamente na área da segurança, se a gente tem esse sistema Sisfron na fronteira, é a maneira mais forte que nós temos de ajudar os 26 Estados e o Distrito Federal.

Portanto, eu pediria que o nosso Presidente da CRE e todos nós elaborássemos uma emenda para apresentarmos a esse projeto para que, além do que ali está previsto, que é dar cobertura aos Estados, também nós pudéssemos aqui vincular recursos diretos para o Sisfron ou deixando aberto para as fronteiras do Brasil, como forma de a gente articular.

Era isso, Sr. Presidente.

Vou pedir perdão, mas estão me chamando no plenário. Não é falta de atenção. É muito mais uma agenda maluca que está havendo hoje.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito obrigado, Senador Pimentel. Muito obrigado pela sua presença e a sua contribuição. Eu só peço que... Senador Pimentel, teremos Ordem do Dia agora, já vai começar? Como é que está a situação lá no plenário?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Ainda não há quórum, vão fazer uma conversa rápida e a partir daí ver...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Está bem, o senhor por favor nos avise aqui...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – ... com o nosso Presidente, o nosso Vice-Presidente, com os líderes, o que nós vamos fazer hoje.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – O senhor por favor nos avise. Senadora Vanessa, por favor.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Presidente, Senador Aloysio. Quero cumprimentar todos os componentes do Exército brasileiro cumprimentando

o seu Comandante, que aqui está mais uma vez entre nós, General Villas Bôas e dizer que o General Villas Bôas trocou, Presidente Aloysio, uma ida a Manaus pela participação na Comissão no dia de hoje.

V. Ex^a está com muito prestígio, porque o General Villas Boas trocou uma ida a Manaus pela participação nesta audiência pública, porque tudo indica que hoje está sendo inaugurado lá o primeiro trecho da infovia, que é uma obra muito importante que deverá levar a própria internet para todos os recantos do Estado do Amazonas e para a Amazônia posteriormente, através dos nossos rios, porque todo o planejamento, lá em Goiás, lá em São Paulo, em Minas Gerais se faz através das estradas. As nossas estradas são os rios. Nós lá não trabalhamos com os Municípios que ficam no norte, no sul, na zona leste, não. Lá é na calha do Juruá, na calha do Purus, na calha do Negro e na calha do Amazonas.

Então, esse é um trabalho muito importante, que é feito em parceria com o Ministério da Defesa, através do Exército, e com o Ministério da Ciência e Tecnologia e com uma tecnologia também muito importante. E tem tudo a ver com o debate de hoje. Nós estamos discutindo a defesa das fronteiras, o combate ao tráfico de drogas, e não mais como antigamente, mas a defesa e o monitoramento das fronteiras hoje se faz muito utilizando-se a tecnologia. A presença do homem é importante, é fundamental, mas ela tem que estar muito casada com um sistema perfeito e complexo de tecnologia.

Hoje nós temos os satélites que nos permitem ver tudo, absolutamente tudo o que está acontecendo, inclusive debaixo das árvores. Não é Senador Jorge? Então acho que é muito importante...

E creio que a principal colaboração que o Congresso Nacional tem de dar, que o Senado Federal tem de dar, é garantir os recursos necessários para que os trabalhos continuem se desenvolvendo na região.

É muito complexo. Trabalhar e cuidar de 11 mil quilômetros de fronteira não é fácil e também não é barato. E esse trabalho será melhor ou pior se a gente tiver uma quantidade, um aporte de recursos suficientes para que ele se desenvolva.

Eu digo sempre que a cidade de Tabatinga, que fica ao lado da cidade de Benjamin Constant, que é uma cidade gêmea com Letícia, que é capital do Estado do Amazonas na Colômbia, é o exemplo. Há alguns anos, eu não sei nem quantos, General, a Força Nacional foi para lá – eu acho que tem mais de três anos – e até hoje não conseguiu sair. E a notícia que a gente tem aqui é que a Força permanecerá mais seis meses, mais seis meses dando apoio à atuação do Exército, à atuação dos homens da Polícia Federal, aqueles que estão permanentemente lá na verificação da fronteira.

E isso fez com que os níveis de violência diminuíssem muito em Tabatinga, mas eles represaram naquele Município e foram para outros Municípios: Benjamin Constant... Foram para outros, mas a presença da força tem sido muito importante, a presença da inteligência do Exército da Polícia Federal lá tem sido muito importante.

Eu, quando saí daqui, fui ao plenário me inscrever e fui conversando com o Senador Valdir Raupp. Ele me dizia que é o relator setorial da Defesa no Orçamento deste ano. Então, eu acho que a relatoria não podia estar em melhores mãos. Acho que a gente tem que fazer um grande esforço, General. Primeiro, mais uma vez destacar o seu sentimento de brasilidade, que não é só seu, são de todos os membros das Forças Armadas, mas do Exército principalmente.

Quando fala da Amazônia não fala para plateia não; fala porque conhece a região e porque sabe da importância dela para o Brasil e para o mundo e a importância de deslocarmos todas as atenções e as prioridades para lá. Portanto, ter o Senador Valdir Raupp como Relator da Defesa é algo muito importante. Tenho certeza absoluta disso.

Eu podia falar o que quisesse, mas acho que o mais importante é dizer a todos os senhores que aqui estão que nós, no Congresso Nacional, estamos muito atentos no sentido de resguardar os recursos e os mecanismos que precisam as Forças Armadas para continuar desenvolvendo esse belo trabalho não só em prol do Brasil, mas do desenvolvimento, da melhorias da qualidade de vida.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Senador Amorim e depois ouviremos o General Villas Bôas.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Sr. Presidente, eu vou ser bastante rápido.

Quero, em primeiro lugar, cumprimentar o General Villas Bôas e estender o cumprimento ao General Eti-goi, aos demais representantes aqui do Exército Brasileiro e dizer, Sr. Presidente, que foi uma verdadeira aula.

Acho que o que General Villas Bôas nos proporcionou hoje foram dados de quem conhece a fundo a região, de quem se debruçou durante tantos anos nessa área da Amazônia, que é indiscutivelmente uma das regiões mais ricas do País e para a qual nós precisamos de dar uma atenção especial e, cada vez mais, revigorar a importância do Exército brasileiro.

Preocupa-me o fato de que, nós, principalmente nós políticos que temos mandatos e que poderemos, amanhã, ocupar cargos de relevância, a importância de termos, na nossa assessoria direta e na nossa orienta-

ção, pessoas qualificadas e com a formação como são as pessoas que hoje compõem as Forças Armadas brasileiras. Isso é fundamental para nós. Preocupa-me muito quando se tenta ter uma política de desvalorização ou pouco reconhecimento a esses homens de quem, todos nós aqui, temos um orgulho enorme de, não só representá-los nesta Casa, mas também naquilo que possamos ajudar em suas demandas, estamos sempre à disposição. Tem que ser levado às escolas, como colocou aqui o nosso Senador Cristovam, também a importância do Exército brasileiro.

Acredito que um presidente bem assessorado não faria o que foi feito em Raposa Serra do Sol. Ali, naquela região e nas demais outras áreas não se teve um objetivo claro para viabilizar aos índios que ali estão, mas muito mais uma demanda internacional por ONGs que já visualizaram muito bem essas áreas ricas de minérios que nós temos e que, coincidentemente, como se fosse por obra da divina providência, são coincidentes com essas áreas mais ricas e com o subsolo em melhores condições em todo o País.

Por isso, Sr. Presidente, minhas palavras são de reconhecimento ao trabalho do Exército brasileiro. Penso que nós precisamos ter, cada vez mais, uma orientação no sentido de poder expandir orçamentariamente o apoio a esse setor. Não vejo outra maneira que não seja essa. Sou do Estado de Goiás e posso atestar aqui aquilo que o General Villas Bôas coloca, ou seja, no interior do meu Estado, onde não se convivia com isso, hoje, nas menores cidades, a presença do *crack* é algo avassalador. Então, não serei repetitivo com aquilo que foi acrescentado aqui pelo Senador Jorge Viana em relação também a esses imigrantes que nos preocupam enormemente. De que maneira eles estão sendo captados no Brasil. Por que essa migração toda? Por que essa facilidade toda?

Também o controle de armas nas fronteiras nossas e sabemos muito bem principalmente a área do narcotráfico e dessas estruturas criminosas que proliferam pelo Brasil e uma atuação bem mais enérgica no sentido de poder garantir a soberania brasileira e, ao mesmo tempo...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – ... – para concluir, Sr. Presidente – e, ao mesmo tempo, a segurança da população brasileira.

Eu perguntaria ao General Villas Bôas se esse processo de acirramento dos ânimos entre a Venezuela e a Guiana, com o deslocamento de forças, realmente tem um risco de caminhar para um conflito maior ou é um momento que pode ser ainda pacificado. São informações que recebemos desse quadro de que a Venezuela estaria deslocando tropa para essa região, na fronteira com a Guiana.

No mais, agradeço-lhe e o cumprimento. Gostaríamos de ter acesso a essa exposição feita por V. Ex^a, para que pudéssemos repetir e usá-la em palestra que, muitas vezes, podemos proferir em faculdades, em todos os lugares em que somos convidados para a discussão da relação do narcotráfico e da defesa nas áreas secas do Brasil. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Agradeço a V. Ex^a.

A palestra do General Villas Bôas estará disponível na página da nossa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Muito obrigado, Senador Caiado.

Finalmente, Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Sr. Presidente, Comandante, colegas Senadores, todos os que estão nos acompanhando aqui e também pela TV Senado, Rádio Senado e redes sociais.

Procurarei, Sr. Presidente, ser breve. Temos o grande privilégio de morar em um País continental. Devemos muito isso aos desbravadores, aos nossos antepassados, aos bandeirantes, a todos aqueles que adentraram o continente e fizeram com que o nosso País fosse além do Tratado de Tordesilhas, com certeza, como já foi dito aqui, um grande privilégio.

Nenhum canto do mundo tem tanta riqueza mineral e natural como nós. Agora precisamos cuidar dela. Precisamos fazer a prevenção, como a gente aprende na medicina, médico que sou. Com certeza, se assim fizermos, evitaremos muitos sofrimentos, inclusive para muitas famílias brasileiras. Estamos perdendo uma guerra, que é a guerra contra as drogas e o narcotráfico, exatamente talvez por morarmos num País continental e por não valorizarmos, em termos de investimento, o que deveríamos valorizar mais, que é o nosso Exército brasileiro, as nossas Forças Armadas.

A pergunta que faço, Comandante, é a seguinte: é frequente a notícia da evasão de profissionais das Forças Armadas. Ouvimos isso frequentemente. Como o senhor vê essa situação? Como o senhor avalia a situação salarial dos nossos militares, profissionais das Forças Armadas? Precisamos, como eu disse, valorizá-los, dar-lhes condições, instrumentos necessários. Evidentemente isso se faz também, dando o orçamento merecido. Como eu disse, a prevenção é o melhor de todos os caminhos. Se pedimos, se lutamos para ter um País continental, precisamos cuidar melhor dele, como disse o Senador Caiado. Nenhum canto do mundo tem a

riqueza mineral que temos, até de terras raras, aqueles 17 elementos químicos constantes da tabela periódica extremamente utilizados, sobretudo na tecnologia da informação.

São as perguntas que faço Podem ter certeza, contem conosco. Somos daqueles que sabem valorizar as nossas Forças Armadas, porque, assim, proporcionamos qualidade de vida para o nosso povo brasileiro, para a nossa gente. O desafio é grande, mas contem conosco.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigado, Senador Amorim.

Vou passar a palavra agora ao General Villas Bôas para a conclusão desta audiência pública, que, sem dúvida nenhuma, já foi um dos grandes momentos desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Somos muito gratos ao senhor por sua reflexão, pela contribuição que deu ao nosso trabalho. Muito obrigado.

Então, Comandante Eduardo Dias da Costa Villas Bôas.

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Muito obrigado, Srs. Senadores, pelas perguntas.

Vou iniciar pela amiga querida Vanessa. A Senadora Vanessa não citou meus três netos que estão lá em Manaus. *(Risos.)*

É isso.

A Senadora Vanessa fez referência a um programa, um projeto, que está sendo lançado hoje, o Amazônia Conectada, que é o lançamento de cabos subfluviais para interligar as diferentes bacias do Amazonas, da Região Amazônica. Com isso, vamos ter uma grande capacidade de transmissão de dados. Enfim, toda essa conexão estará garantida e com uma grande capacidade.

Foi interessante descobrir que já tivemos, há quase cem anos, um cabo subfluvial ligando Manaus a Belém, que acabou ficando depois esquecido. E aí ocorreu que pudemos recuperar isso.

A questão da tecnologia, Senadora Vanessa, está sendo uma das nossas principais prioridades do Exército agora. Estamos reestruturando o Departamento de Ciência e Tecnologia; estamos criando, no Rio de Janeiro, o Polo Tecnológico de Guaratiba, lá perto da Marambaia. Já temos a adesão de universidades, de empresas, do Ministério da Ciência e Tecnologia. Então, essa é a grande ênfase que temos.

Ontem, tivemos uma audiência aqui e nos procurou o Vice-ministro de Tecnologia da Alemanha. Nós apresentamos a ele uma proposta que havíamos levado ao exército alemão. Eles concordaram e agora ele concordou também, aceitou e comemorou a oportunidade.

Nós desenvolvemos um novo tanque para daqui a 15, 20 anos. Só que não queremos um tanque novo. Nós queremos novas soluções tecnológicas para propulsão, para blindagem, para armamento, para comunicações – e tudo tem que ser dual.

Os alemães se entusiasmarão. Ele vai levar e pretende que a Chanceler Angela Merkel, quando vier ao Brasil agora em agosto, já traga coisas concretas. Já mobilizamos empresas nacionais, empresas alemãs, então é uma grande aposta na área de ciência e tecnologia.

E a Amazônia segue contemplada com o Programa Pró-Amazônia para transformar cada pelotão de fronteira em um polo de pesquisa, ciência e tecnologia em várias áreas. Esse projeto está sendo lançado também.

Eu queria passar para o Senador Cristovam Buarque, por estar, de certa forma, correlacionado ao que disse.

Senador Cristovam, Clausewitz dizia que “nunca houve um grande chefe militar que não fosse intelectualmente brilhante” e De Gaulle dizia que “atrás das vitórias de Alexandre estava Aristóteles”.

Então, essa questão da educação é fundamental para a atividade militar. Hoje qualquer equipamento, por mais simples que seja, exige conhecimentos de inglês, de outros idiomas e de informática.

Então, esse passa a ser um componente importantíssimo, realmente, para o poder de atuação de uma força armada. O senhor tem toda razão. E eu concordo com o senhor: se nós, como Nação, não pensarmos efetivamente com a questão da educação, eu acho que nós teremos no futuro dificuldade de manter a nossa soberania, a integridade, a paz, a estabilidade e assim por diante.

E eu queria ir além, Senador, em relação a isso, citando como exemplo: nós estamos no Haiti, estivemos na Favela da Maré, estivemos na Favela do Alemão. Nesse tipo de conflito, quando se emprega a força armada, há um pressuposto de que o problema vai ser resolvido. E assim me preocupa que, se empregarmos as forças armadas na fronteira, o problema estará resolvido.

Na verdade, as forças armadas são empregadas para garantir a estabilidade e criar condições de que os outros setores, capazes de alterar a realidade e de atender as demandas das populações, possam cumprir suas tarefas. Então, enquanto estivemos no Haiti, por exemplo, muito pouco foi feito na área de educação, na área de saúde, na infraestrutura, enfim, na melhoria das condições de vida daquela gente tão sofrida lá do Haiti.

Nós estamos lá há dez anos, devemos sair provavelmente até o próximo ano e temos um grande receio de que, uma vez saindo, a situação se deteriore novamente, por quê? Porque o que tem capacidade de mudar a realidade não foi aplicado. E a educação, o senhor tem razão, é fundamental.

Então, o Sisfron, por exemplo, na faixa de fronteira, terá que ser acompanhado em dois aspectos. Primeiro, um programa socioeconômico para alterar aquela realidade e oferecer alternativas, oportunidades para a população.

O senhor levantou a questão da Polícia Federal, Senador, efetivos, dos efetivos, enfim. É importante a implantação do Sisfron, dos seus equipamentos. Mais importante será a utilização do Sisfron. E aí, Senador, teremos um desafio que será institucionalizarmos a atuação conjunta de todos os órgãos que terão responsabilidades, cada um com a sua responsabilidade específica.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP. *Fora do microfone.*) – Pode ser um estímulo para eles.

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – É um estímulo, exatamente. Um polarizador disso aí.

O Senador Roberto Rocha abordou a questão da Polícia Federal, e eu destaquei a questão da interagência. O senhor citou também a extensão das fronteiras. Só a fronteira com o Peru são três mil quilômetros. A fronteira dos Estados Unidos com o México, toda ela, são três mil quilômetros. E, com todo aquele aparato tecnológico, policial, com muro, eles não conseguem vedar aquela fronteira. Imagine quão gigantesca é a nossa tarefa. (*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – A do Peru é três mil, sim, senhor. Só o Acre possui quase uns três mil quilômetros de fronteira, não é, Senador?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC. *Fora do microfone.*) – são oitocentos.

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – É impressionante, realmente.

O Senador José Medeiros levantou a questão dos índios, as reivindicações dos índios no Mato Grosso. E eu abordei a questão da droga na faixa de fronteira. O índio, como não é atendido nas suas necessidades – e o que se preocupa a fazer com os índios é proteger a cultura, manter a cultura intocada –, tem suas demandas naturalmente crescendo, e cada vez mais as carências são maiores.

A pior situação que o índio vive é a do contrapé. O Senador Jorge Viana sabe bem disso. Ou ele está totalmente isolado ou ele necessita estar totalmente integrado e com suportes para desenvolver as suas atividades.

O índio, no contrapé, vai se sedentarizando, vai alterando os seus hábitos. Compensam-se as dificuldades, por exemplo, proporcionando bolsas, como o Bolsa Família. Isso altera – e há que se fazer isso – o hábito alimentar do índio. Ele se desacostuma a produzir a sua alimentação. Eles, também paralelamente, se obrigam a caçar. Hoje, em volta das aldeias, já não há mais caça. O índios têm de andar, às vezes, sete, dez dias para encontrar uma caça. Eles defumam e trazem, em uma cultura em que a criança come depois, mas é visível a desnutrição infantil em muitas aldeias indígenas.

Então, a nossa atividade política indigenista, além de ser geopolítica, como me referi; além de haver essa questão do relativismo cultural de manter intocada a cultura, ela também é muito homogênea. Ela não distingue o nível de aculturação dos índios, pois é totalmente diferente o índio intocado do Acre do índio guarani kaioiwá, na região do Mato Grosso e de São Paulo também. Os coitados ficam favelados em áreas urbanas.

O Senador Jorge Viana tocou na questão da imigração, que eu tinha omitido, realmente, e na questão de armas. Nós temos o dado de que estão entrando no Brasil imigrantes ilegais na ordem de trinta mil por dia. O senhor deu um dado só do Acre. Seria isso?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC. *Fora do microfone.*) – Em três anos, no Acre, quarenta mil.

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Sim, pois é. Porque o Acre é uma das principais portas de entrada de imigração ilegal. É o Acre, Rondônia, e os imigrantes que vêm de países daqui, como Peru, Colômbia e Bolívia principalmente. Mais é Peru e Bolívia. Eles entram aqui pelo Mato Grosso.

Então, estamos recebendo esse contingente. Aqui, Senador, entra outra questão relativa àquela integração na Amazônia. É forçoso pensar no desenvolvimento da Amazônia integrado aos outros países, porque, se nos descolamos dessa realidade dos outros países, vamos permanentemente atrair imigração e pessoas em busca de solução de problemas, como acontece nos nossos hospitais, na faixa de fronteira, para onde vêm pessoas dos outros países para serem atendidas – a Drª Nazaré conhece bem – e os índios. Os próprios índios vêm de outros países para serem atendidos.

Então, essa questão da integração é forçosa.

Estou recebendo uma observação aqui. O meu chefe está meio metido, Senador. Ele enviou uma observação, e eu não posso deixar de comemorar.

Os senhores têm visto os atletas no Pan fazendo continência? E já tem gente até reclamando disso, mas se o Exército, se as Forças Armadas fosse um país disputando o Pan, estaríamos hoje em sexto lugar. Isso é decorrente do programa de atletas, que começou com os jogos mundiais militares, Pan-americano, e pretendemos, depois, passar até apoiar os paralímpicos. Muito bem.

A parte de armas. A arma, Senador Jorge, é a moeda de troca para a aquisição da droga. Então, são sentidos contrários: a arma vai para pagar a troca, mas a arma sai por um lado e entra pelo outro. A grande quantidade de armas em poder das organizações criminosas entram principalmente pelas fronteiras mais do Sul aqui. E esse está sendo um grande desafio, porque o poder de combate que enfrentamos agora lá na Favela da Maré, onde até franco-atiradores, *snipers* já estavam utilizando. Esse é um problema muito sério, que exige a atuação integrada com os países vizinhos, porque realmente é muito difícil de ser combatido isoladamente por nós. V. Exª tem toda razão nisso aí.

Bom, recebi aqui algumas perguntas, recebemos pela internet. O Israel fala da questão de abate. A Lei de Abate já está em vigor, e ela cabe à Aeronáutica. O Elieser nos pergunta se há controle de entrada de estrangeiros no Brasil. Há controle, mas há também muito imigração ilegal, daí a importância de implantarmos o Sisfron. O Flávio Roberto sugere um sistema 100% de proteção às fronteiras e investimento nas Forças Armadas. É o que está sendo feito, Flávio. O Sisfron é exatamente a resposta para isso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Obrigado. Setenta e cinco por cento dos componentes do Projeto Sisfron é nacional, proporcionando já, hoje, 22 mil empregos. E ele está recém-iniciado, apenas iniciando. A Márcia sugere a vigilância das fronteiras. E a Ana Flávia sugere que aumente o efetivo e equipe o nosso Exército. Ana Flávia, hoje a nossa prioridade não é o aumento quantitativo, mas, sim, a melhora qualitativa. Precisamos de mais tecnologia, precisamos de mais mobilidade, precisamos de comando e controle, mais eficiência, enfim isso é o que nos é demandado.

Eu me atrapalhei um pouco aqui. Eu não sei se eu deixei de responder.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Sobre a perda de profissionais frequentes.

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Desculpe, Senador, é verdade e essa é uma questão chave para nós.

Realmente, temos sofrido uma perda muito grande em alguns setores de atividades. São exatamente aqueles setores em que o mercado compete, mas com mais vantagens. Estamos falando na área dos engenheiros militares, cientistas, técnicos na área de ciência e tecnologia. Temos também na área de medicina, principalmente na área de saúde. Os salários oferecidos fora são muito mais vantajosos, e temos tido dificuldade em fazer essa retenção em caráter adequado.

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – O General Etchegoyen era chefe de departamento de pessoal, conduziu um projeto de modernização da medicina militar, e já temos médicos de renome internacional. Isso está criando atrativos. Estamos desenvolvendo sistema de residência também dentro dos hospitais militares, o que está criando atrativos para essa permanência.

E, na área de ciência e tecnologia, com os projetos que estamos desenvolvendo, com esses novos sistemas, novas concepções, isso está servindo de atrativo também para a permanência. Mas, de qualquer forma, é uma competição desigual do ponto de vista do valor do salário.

Com relação aos nossos salários, o Chefe do Estado-Maior me apresentou aqui uma série de dados que eu gostaria de passar para V. Exª depois. Nós estamos tendo perdas relativas em relação a outros segmentos. E o nosso pleito agora é recuperar essas perdas, e não apenas por meio de aumento e não apenas por meio de aumento, vamos dizer assim, percentual, mas também por meio de uma reestruturação dos salários dos integrantes das Forças Armadas. Por quê?

Porque, ao longo do tempo, viemos sofrendo algumas perdas como, por exemplo, o tempo de serviço.

A perda da remuneração da gratificação do tempo de serviço penalizou muito os praças antigos. Seriam o segundo-sargento, primeiro-sargento, subtenente, que são homens que têm o encargo familiar, por exemplo, do mesmo nível de um tenente-coronel ou de um coronel. E, como não há mais o tempo de serviço, hoje ele ganha menos que um tenente, por exemplo, que não tem encargo familiar. Então, esse é um dos aspectos que trabalhamos no sentido de reestruturar.

Muito obrigado. Nós vamos passar ao senhores todos esses dados.

Fico muito agradecido por esse seu interesse. Senador, mais uma vez, em nome do Exército, do meu próprio e dos meus companheiros que aqui estão, nós nos sentimos honrados, extremamente prestigiados. Algo terrível para nós é nos sentirmos sozinhos nas tarefas e nos enfrentamentos que temos. E o senhor, o Senado e os Srs. Senadores hoje nos proporcionaram a sensação de estarmos com a sociedade brasileira e o Legislativo junto conosco. Isso nos anima e nos fortalece muito.

Muito obrigado. Obrigado também pela atenção pessoal que o senhor tem tido conosco.

O SR. EDISON LOBÃO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito obrigado. Senador.

O SR. EDISON LOBÃO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Eu poderia dizer uma palavra.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Por favor, breve, porque nós temos que já começar a Ordem do Dia, mas V. Exª é sempre bem-vindo.

Ministro Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Sr. Presidente, Sr. Comandante Villas Bôas, eu não pude estar aqui no começo, mas assisti, do meu gabinete, à exposição de V. Exª e às respostas, às indagações que aqui foram feitas.

Quero apenas dizer uma palavra de reconhecimento ao papel transcendental do Exército na defesa das nossas fronteiras e na defesa dos mais importantes e superiores interesses nacionais. Eu não quero fazer história, não quero descer agendas do Exército e nem sequer o papel exercido pelas Forças Armadas no Império, mas a partir do Marechal Rondon nós pudemos sentir nitidamente a presença dessa instituição nacional extraordinária na defesa desses interesses fundamentais do Brasil.

V. Exª foi Comandante da Amazônia e de lá trouxe uma experiência que poucos brasileiros possuem nesse sentido. Quero dizer que o Exército brasileiro honra as instituições nacionais e V. Exª cumpre, com rigor, esse papel que cabe a todos os bons brasileiros.

Parabéns a V. Exª.

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Eu gostaria de responder a pergunta do Senador Caiado. O senhor me dá um minuto?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não.

Obrigado, Senador Lobão.

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Obrigado, Senador. Obrigado pela sua referência.

Senador Caiado, a probabilidade de ocorrência de um conflito armado ou de atuação de um país sobre o outro aumenta na medida em que não há capacidade de dissuasão do oponente e que um pretenso agressor ou um possível agressor se sinta com liberdade de ação para tomar isso. Então, é fundamental que se saiba que nós temos essa capacidade e que haja pressão política e diplomática sobre os países para evitar um conflito dessa natureza.

Desculpa não ter respondido a sua pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Sr. Villas Bôas, mais uma vez, em nome da nossa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, quero transmitir o meu agradecimento e de todos nós pela magnífica audiência pública que tivemos nesta manhã.

Vou permanecer ainda aqui presidindo a Comissão, porque ainda temos algumas questões a serem deliberadas, de modo que não vou poder acompanhá-lo como gostaria, mas o senhor é de casa. Obrigado.

Srs. Senadores, temos alguns requerimentos que precisam ser deliberados. Dois requerimentos pedindo autorização para licença para ausência dos seus requerentes dos trabalhos da Casa, do Senador Ricardo Ferraço e do Senador José Medeiros. Eu vou avocar para minha relatoria.

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 808, de 2015

– Não terminativo –

Requer, em cumprimento ao art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar missão no exterior com o fim de participar do “Programa de Liderança Executiva em Desenvolvimento da Primeira Infância Internacional 2015”, que ocorrerá na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos da América, nos dias 9 a 14 de agosto de 2015; e comunica, nos termos do art. 39 do referido Regimento, que estará ausente do País nesse período.

Autoria: Senador José Medeiros

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Pela aprovação

Observações:

O Senador José Medeiros pede autorização para desempenhar uma missão no exterior com o fim de participar do Programa de Liderança Executiva em Desenvolvimento da Primeira Infância Internacional de 2015, que vai ocorrer na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos da América, nos dias 9 a 14 de agosto de 2015, e comunica, nos termos do Regimento Interno, que estará ausente do País nesse período.

É uma atividade que vai proporcionar ao nosso colega um grande enriquecimento cultural. É um seminário que será organizado com especialistas do mundo todo para tratar desse tema, que diz respeito à primeira infância, com ênfase na neurociência.

Então, o nosso colega José Medeiros pede essa autorização.
Está em discussão. *(Pausa.)*
Não havendo quem queria discutir, em votação.
As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*
Está aprovado o requerimento.

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 807, de 2015

– Não terminativo –

Requer, nos termos do art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja considerada como licença a ausência do requerente dos trabalhos da Casa, no período de 28 de setembro a 03 outubro de 2015, para participar da 115ª sessão do Conselho Internacional de Café, a ser realizado em Milão; comunica ainda, nos termos do art. 39, inciso I do mesmo Diploma Legal, que estará ausente do país no período de 28 de setembro a 03 de outubro de 2015.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Pela aprovação

O nosso colega Ricardo Ferraço, que requer que seja considerada como licença a ausência do requerente dos trabalhos da Casa no período de 28 de setembro a 3 de outubro de 2015 para participar da 115ª Sessão do Conselho Internacional do Café, que vai ser realizado em Milão.

E, como todos sabemos, o Estado do Espírito Santo, que é também representado pelo Senador Ferraço, é um grande produtor do café no nosso País.

Então, está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queria discutir, encerrada a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Há também dois requerimentos do Senador Ferraço, que subscrevo. O primeiro requer a realização de um ciclo de debates sobre a situação atual da indústria de defesa brasileira, que vai ocorrer na cidade de São Paulo, na sede da Fiesp. Os convidados serão informados posteriormente.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 62, de 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de um Ciclo de Debates sobre a situação atual da Indústria de Defesa brasileira. Informo que o evento ocorrerá na cidade de São Paulo, na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, e que os convidados serão informados posteriormente.

Autoria: Senadores Ricardo Ferraço e Aloysio Nunes Ferreira

O segundo requerimento, também do Senador Ferraço, subscrito por mim, requer uma audiência pública perante esta Comissão com a presença do Sr. Gerson Silva, Nelson During e Willian Respondovski, para discutir a situação atual da indústria da defesa brasileira e as possibilidades de indução por parte do Estado brasileiro de projetos aeroespaciais de defesa.

O primeiro dos nossos convidados é da Fundação Getulio Vargas, no Rio de Janeiro; o segundo, da DefesaNet; e o terceiro, da Finep. Vamos votar em globo os dois requerimentos.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 61, de 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, no dia 27 de agosto de 2015, com a presença dos senhores Gerson Silva – FGV/RJ, Nelson During – DefesaNet e Willian Respondovski – FINEP, para discutir a situação atual da

indústria de defesa brasileira e as potencialidades de indução por parte do Estado Brasileiro de projetos aeroespaciais e de defesa.

Autoria: Senadores Ricardo Ferraço e Aloysio Nunes Ferreira

Vamos votar em globo os dois requerimentos.

As Sras e Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram (*Pausa.*)

Aprovados ambos.

Eu queria também submeter à deliberação da Comissão um requerimento de convite a um líder político venezuelano que foi visitado pela Comissão que esteve recentemente na Venezuela, integrada, entre outros, pela Senadora Vanessa Grazziotin, e que nós, da outra comissão, quisemos visitar e infelizmente não pudemos, pelas razões já conhecidas, que é o Sr. Henrique Capriles, Governador do Estado de Miranda, para tratar da situação da Venezuela, inclusive as condições em que serão realizadas as próximas eleições legislativas, marcadas para dezembro próximo.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 63, de 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, por esta Comissão, em data e hora a serem definidos, com a presença do Senhor HENRIQUE CAPRILES RADONSKI, Governador do Estado de Miranda, para tratar da situação na Venezuela, inclusive as condições em que se darão as eleições legislativas marcadas para dezembro próximo.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, em votação.

As Sras e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

Srs. Senadores, Sras Senadoras, não havendo mais nada a tratar, está encerrada esta última reunião deste primeiro semestre.

Senador Cristovam Buarque, por favor.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu quero dizer que estou nesta Comissão, já desde que entrei, e este semestre foi extremamente positivo, a meu ver, pelas audiências, como esta de hoje...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Extraordinária, é verdade.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – ...que foi formidável, pelas sabatinas aos embaixadores, por trazer aqui problemas internacionais que provocaram conflito de ideias aqui dentro, o que é positivo.

Então, eu quero lhe dar os parabéns. Foi um semestre muito rico da nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – O senhor, seguramente, contribuiu muito para o êxito dos nossos trabalhos.

E, por falar em sabatina, Senador Cristovam Buarque, eu estou, com o apoio de V. Exª e de outros Senadores, propondo uma emenda à Constituição para alterar o rito prescrito na Constituição para as nossas sabatinas. Por quê?

Porque, nos termos da Constituição de 1988, a sabatina deve ser realizada numa sessão secreta. Isso é um anacronismo. É do mais alto interesse, inclusive por aqueles que acompanham os trabalhos do Senado, assistir às arguições das pessoas que são indicadas para representar o Brasil no exterior. São sabatinas interessantíssimas, uma fonte de conhecimento e de informação sobre a situação do Brasil, do mundo e da relação do Brasil com o mundo.

De modo que estou propondo essa emenda à Constituição para legalizar, digamos assim, algo que está ocorrendo à margem da Constituição.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – E eu subscrevi a proposta porque realmente acho um anacronismo, apesar de eu ter assinado com uma tristeza de saber que a nossa Constituição entra nesses detalhes. É algo absurdo.

E também vi e fico satisfeito que se permita que haja exceções e que de fato é possível...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Sempre se poderá transformar sessão aberta em sessão secreta.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Claro, porque há momentos em que as relações entre dois Estados podem ser afetadas por aquilo que for dito publicamente.

Então, deixa-se à margem, mas como exceção e não o contrário. O normal é a transparência total; a exceção é quando se for falar de algum caso muito sigiloso...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Sigiloso...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – ... melindroso relacionado ao país ou aos seus dirigentes, quando será preciso fazer sigilo. Deixemos para os historiadores, daqui a 50 anos, descobrirem o que nós falamos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Os arquivos.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 26 minutos.)

ATA DA 27ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE AGOSTO DE 2015.

Às dez horas e onze minutos do dia seis de agosto de dois mil e quinze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloysio Nunes Ferreira, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os(as) Senadores(as) Jorge Viana, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins, Cristovam Buarque, Ana Amélia, Edison Lobão, Sérgio Petecão, Tasso Jereissati, Paulo Bauer, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Eduardo Amorim, José Pimentel, Delcídio do Amaral, Hélio José, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Antonio Anastasia e Wellington Fagundes. O Presidente declara aberta a Reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como lidas e aprovadas. Passa-se à PAUTA: 1ª PARTE (DELIBERATIVA): ITEM 1) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 180, de 2015, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) que “Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Sérvia sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Belgrado, em 29 de novembro de 2010”. O Presidente concede a palavra ao Relator “ad hoc”, Senador Jorge Viana, que faz a leitura do relatório. Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão pela aprovação da matéria. ITEM 2) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 181, de 2015, de autoria da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul que “Aprova o texto do Acordo de Sede entre a República Federativa do Brasil e a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) para o Funcionamento do Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde (ISAGS), assinado em Assunção, em 20 de abril de 2012. O Presidente concede a palavra ao Relator “ad hoc” Senador Fernando Bezerra Coelho, que faz a leitura do relatório. Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão pela aprovação da matéria. ITEM 3) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 212, de 2015, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) que “Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia sobre o Exercício de Trabalho Remunerado por Membros da Família que Permanecem sob Sustento de Membro do Pessoal da Missão Diplomática ou da Repartição Consular, assinado em Brasília, em 26 de novembro de 2012”. O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Eduardo Amorim, que faz a leitura do relatório. Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão pela aprovação da matéria. ITEM 4) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 213, de 2015, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) que “Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname na Área de Educação, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010”. O Presidente concede a palavra ao Relator “ad hoc”, Senador Cristovam Buarque, que faz a leitura do relatório. Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão pela aprovação da matéria. ITEM 5) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 229, de 2015, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) que “Aprova o texto do Plano de Ação Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para Fazer Avançar a Cooperação Bilateral na Área de Massificação do Acesso à Internet em Banda Larga e Telecomunicações em Geral (2011-2015), assinado em Montevidéu, em 30 de maio de 2011”. O Presidente concede a palavra ao Relator “ad hoc”, Senador Lasier Martins, que faz a leitura do relatório. Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão pela aprovação da matéria. ITEM 6) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 55, de 2015, de autoria do Senador Wellington Fagundes, que “Nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requero, em aditamento ao RRE 36/2015, que seja estendido o convite para participação da Audiência Pública que tratará do fluxo migratório de haitianos para o Brasil ao senhor Jacques Duckson – Presidente da Organização de Suporte das Atividades dos Haitianos no Brasil.” Aprovado. ITEM 7) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTE-

RIORES E DEFESA NACIONAL Nº 59, de 2015, de autoria do Senador Lindbergh Farias, que “Nos termos do art. 58 da Constituição da República e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização, por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, de audiência pública com o Exmo. Sr Roberto Mangabeira Unger, Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República para tratar de assuntos conexos com a política externa.” Adiado. EXTRAPAUTA – ITEM 8) REQUERIMENTO nº 865, de 2015, que “Requer, em cumprimento ao disposto no art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, com ônus para o Senado Federal, autorização para desempenhar missão no exterior, a convite da Associação Nacional de Juristas Evangélicos – ANAJURE para participar do “Encontro Anual do Painel Internacional de Parlamentares para a Liberdade Religiosa ou Crença” que ocorrerá na cidade de Nova Iorque, de 17 a 19 de setembro de 2015. Informa ainda ausência do país no período de 16 a 20 de setembro de 2015, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal.” O Presidente concede a palavra à Relatora, Senadora Ana Amélia, que faz a leitura do relatório. Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão pela aprovação da matéria. Usa da palavra o Senador Jorge Viana e a Senadora Ana Amélia. 2ª PARTE (SABATINA): ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 15, DE 2015, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor FLÁVIO HUGO LIMA ROCHA JUNIOR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Senegal e, cumulativamente, na República da Gâmbia.” Sabatina realizada com indicação apreciada. 2) MENSAGEM (SF) Nº 16, de 2015, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Confederação Suíça e, cumulativamente, no Principado de Liechtenstein.” Sabatina realizada com indicação apreciada. O Presidente convida os embaixadores para comporem a mesa e concede a palavra para fazerem as suas exposições. O Presidente concede a palavra aos Senhores Senadores para arguição dos indicados. Usam da palavra os Senhores Senadores Paulo Bauer, Lasier Martins, Jorge Viana, Ana Amélia, Cristovam Buarque, Tasso Jereissati e Antonio Anastasia. O Presidente concede a palavra aos Senhores Embaixadores para responder às perguntas dos Senhores Senadores. Às onze horas e quarenta minutos a presidência é assumida pelo Senhor Senador Lasier Martins. Às onze horas e quarenta e seis minutos a presidência é reassumida pelo Senhor Presidente, Senador Aloysio Nunes Ferreira. O Presidente consulta os Senhores Senadores sobre a apuração do resultado da votação das autoridades ser aberta. A proposta é acatada pelo Plenário. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às doze horas e vinte e dois minutos, lavrando, eu, José Alexandre G. Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Aloysio Nunes Ferreira**, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Sr^{as} e Srs. Senadores, havendo o número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores.

Não havendo objeção, ponho em votação. *(Pausa.)*

Estão aprovadas as atas.

Passemos ao primeiro item da parte deliberativa da nossa reunião.

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 180, de 2015

– Não terminativo –

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Sérvia sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Belgrado, em 29 de novembro de 2010.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Relatoria: Senador Tasso Jereissati.

E eu vejo que o Senador Jorge Viana anda um pouco ausente das relatorias, nos últimos tempos.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC. Fora do microfone.) – *(Ininteligível.)*

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Ele está pedindo mais serviço ainda.

Então, eu peço a V. Ex^a, Senador Jorge Viana, que é sempre tão solícito, tão presente e tão atuante na nossa Comissão, que exerça a relatoria *ad hoc* dessa matéria, cujo Relator é o Senador Tasso Jereissati, que se encontra atualmente em outra Comissão.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – É uma satisfação, porque, para mim, é uma honra poder colaborar com os trabalhos da Comissão, especialmente quando V. Ex^a conduz os trabalhos aqui pela relação de amizade que temos.

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o Projeto de Lei de Decreto Legislativo nº 180, de 2015 (na origem, 1.028, de 2013), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Sérvia sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Belgrado, em 29 de novembro de 2010.

Esta Comissão é chamada para pronunciar-se sobre esse Decreto Legislativo.

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, a Senhora Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o texto do Acordo por meio da Mensagem nº 61, de 20 de fevereiro de 2013.

Recebida na Câmara dos Deputados, a Mensagem foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN), que aprovou parecer favorável em 3 de julho de 2013 e apresentou o Projeto de Decreto Legislativo no dia seguinte. O Projeto foi remetido à Comissão de Constituição e de Justiça e Cidadania (CCJC), que aprovou parecer favorável em 7 de abril de 2015, e foi aprovada pelo Plenário da Câmara dos Deputados no dia 1º de junho deste ano.

Acompanha a Mensagem a Exposição de Motivos nº 00096 MRE/MD, de 3 de março de 2011, do Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores e do Sr. Ministro de Estado da Defesa, da qual cabe destacar o seguinte:

O Acordo tem como propósito promover a cooperação em assuntos relativos à defesa, especialmente nas áreas de (i) pesquisa e desenvolvimento militares, incluída a troca de experiências e o desenvolvimento de programas e projetos; (ii) apoio logístico; (iii) aquisição de produtos e serviços de defesa; (iv) troca de informações e experiências em temas de segurança, operação de equipamento militar; (v) realização de exercícios militares conjuntos; (vi) treinamento e instrução militar.

O acordo trata, ademais, de questões relacionadas a responsabilidades financeiras, solução de controvérsias e exigências legais relacionadas ao intercâmbio de pessoal. No que concerne à proteção da informação sigilosa trocada entre as Partes contratantes, o Tratado estabelece que será objeto de acordo específico.

Análise.

O ato internacional em apreço mostra-se de relevância ao promover a cooperação entre a República Federativa do Brasil e República da Sérvia na área de Defesa. A iniciativa dos dois países em cooperar certamente beneficiará as populações e os interesses nacionais de ambos.

Inegável, portanto, que o presente acordo é instrumento benéfico para as boas relações internacionais do Brasil e que promoverá diretamente o projeto nacional de Defesa.

Voto.

Por todo exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional e legal, e versado em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo nº 180, de 2015.

É esse o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana. Está em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 181, de 2015

– Não terminativo –

Aprova o texto do Acordo de Sede entre a República Federativa do Brasil e a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) para o Funcionamento do Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde (ISAGS), assinado em Assunção, em 20 de abril de 2012.

Autoria: Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.

Relatoria: Senador Ronaldo Caiado.

Eu espero que a Unasul tenha mais êxito em promover a saúde no Continente do que tem tido preparo para promover a pacificação na Venezuela.

Com a palavra, o Senador Fernando Bezerra, que se dispõe, muito gentilmente, como sempre solícito e atuante, a fazer a relatoria *ad hoc*.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, *a priori*, cabe esclarecer que as organizações internacionais têm sempre uma sede. A Liga da Sociedade Árabe, com sede no Cairo. Às vezes mais de uma, como a ONU, que tem sede em Genebra e em Nova York. O Estado que apoia a organização internacional não necessariamente é Estado-membro. Até pouco tempo atrás, a Suíça não era membro das Nações Unidas, mas a sede da Organização estava lá, na cidade de Genebra.

Quando se firma um Acordo de Sede, criam-se obrigações para os dois lados. A obrigação do Estado que acolhe a organização internacional é assegurar as imunidades previstas na Convenção de Viena de 1961 aos integrantes, assegurar o acesso aos domínios da organização por parte de nacionais de outros Estados, a segurança da organização. Isso é feito em tratado bilateral entre a organização e o Estado que acolhe.

Também as organizações internacionais têm representação em outros lugares, mas não são sedes. São os escritórios, como o da UNESCO em Brasília. Para isso, é necessário um tratado de representação que fixa seus termos. Em geral, nesses tratados asseguram-se imunidades à jurisdição local; e também imunidades aos membros da instituição à jurisdição local.

Especificamente, no caso concreto, no acordo de sede entre o Brasil e a Unasul, estão presentes as cláusulas típicas dessa classe de acordo.

Vejamos:

A) Personalidade de Direito Interno:

No art. 3º, define-se que a sede do Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde gozará de capacidade jurídica de direito interno, podendo abrir contas bancárias e receber e remeter fundos para dentro e para fora do território nacional.

B) Imunidade de Jurisdição:

O art. 4º estabelece, de forma moderna, que a imunidade de jurisdição será apenas em relação ao funcionamento do instituto e, mesmo no caso de atividades próprias, a Unasul poderá renunciar à imunidade.

C) Inviolabilidade:

No art. 6º, o Brasil concede inviolabilidade à sede e aos arquivos do instituto.

D) Isenção Tributária:

O art. 7º estipula os tributos a que o Governo brasileiro renuncia com relação aos bens do instituto.

E) Funcionários do Instituto:

O Diretor Executivo gozará das mesmas prerrogativas outorgadas pelo Brasil aos Chefes das representações de organizações internacionais. Os demais funcionários gozarão de imunidade de jurisdição penal, civil e administrativa, no que diz respeito ao desempenho de suas funções de isenção de impostos sobre salários recebidos do instituto e de isenção de restrições à imigração.

Os funcionários nacionais do Brasil ou estrangeiros com residência permanente não gozarão desses privilégios.

São, como registrei ao início, comandos padrões dos acordos de sede com quaisquer organizações internacionais.

Vale destacar, ao final, dois aspectos nesse compromisso a que o Brasil adere:

1) A escolha do Brasil deve-se à nossa internacionalmente reconhecida capacidade científica no combate às doenças tropicais. A própria exposição de motivos do Ministro das Relações Exteriores que acompanha a mensagem presidencial ressalta que o instituto aproveitará a experiência de instituições nacionais no Rio de Janeiro, como a Fundação Oswaldo Cruz e o Instituto Nacional do Câncer.

2) A presença de uma sede de organização internacional traz ao País, além da expertise de seus integrantes, injeção de renda e de investimentos à cidade que abrigará.

Ante o exposto e considerando conveniente aos interesses do País a ratificação do referido acordo, concluo pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 181, de 2015.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito obrigado, Senador Fernando Bezerra.

Consulto os Srs. Senadores presentes se alguém quer fazer algum comentário ou discussão do projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) –

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 212, de 2015

– Não terminativo –

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia sobre o Exercício de Trabalho Remunerado por Membros da Família que Permanecem sob Sustento de Membro do Pessoal da Missão Diplomática ou da Repartição Consular, assinado em Brasília, em 26 de novembro de 2012.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Relatoria: Senador Eduardo Amorim.

Com a palavra o Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, procurando ser sucinto sem, contudo, perder a objetividade, para dar mais agilidade aos trabalhos da comissão, relato que o objetivo deste projeto é estender aos dependentes dos servidores das missões diplomáticas e repartições consulares a oportunidade de trabalhar no exterior, enriquecendo-lhes a experiência profissional.

Ressalte-se que esse acordo se assemelha a outros assinados com mais de 60 países nos últimos anos e reflete uma tendência nas relações internacionais.

Ementa:

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia sobre o Exercício de Trabalho Remunerado por Membros da Família que Permanecem sob Sustento de Membro do Pessoal da Missão Diplomática ou da Repartição Consular, assinado em Brasília, em 26 de novembro de 2012.

A autoria, como já foi dito, é do Poder Executivo.

Voto.

A proposição não apresenta vício de constitucionalidade, estando de acordo com o art. 49, I, e o art. 84, VIII, ambos da Constituição Federal.

Além disso, não constatamos vícios quanto a sua juridicidade.

No mérito, o Acordo em exame está em consonância com o disposto no art. 4º, inciso IX, da Constituição Federal, o qual prevê que a República Federativa do Brasil se regerá em suas relações internacionais pela cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

Pelo exposto, Sr. Presidente, colegas Senadores, nosso voto é favorável ao PDS nº 212, de 2015.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem quera discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 213, de 2015

– Não terminativo –

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname na Área de Educação, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Relatoria: Senador Romero Jucá.

O Senador Romero Jucá é o Relator, mas como S. Exª está hoje empenhado em outras três ou quatro relatorias, eu peço ao Senador Cristovam Buarque, inclusive pela afinidade com o tema, que possa funcionar como Relator *ad hoc*.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 213, de 2015, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

da Câmara dos Deputados, que aprova o texto do acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República do Suriname na área de Educação. Foi assinado em Brasília em 26 de abril de 2010.

O Relator é o Senador Romero Jucá.

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 351, de 3 de novembro de 2014, submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname na Área de Educação, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010.

O acordo foi inicialmente apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o projeto de decreto legislativo decorrente da referida mensagem e produzido por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. Posteriormente, foi objeto de análise das Comissões de Educação e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

O projeto de decreto legislativo recebeu a chancela do Plenário daquela casa em 1º de junho de 2015.

No Senado Federal foi registrada como Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 213, de 2015.

Da análise.

Cuida-se aqui de um acordo entre Brasil e Suriname, que visa a fortalecer os laços de amizade entre os dois povos, por meio da cooperação educacional, conscientes de que o desenvolvimento científico e tecnológico global exige o uma nova visão para buscar a excelência de seus recursos humanos e da importância da cooperação no plano educacional (Preâmbulo e Artigo I).

Os objetivos do acordo são o fortalecimento da cooperação educacional no âmbito da educação avançada; a formação e o aperfeiçoamento de docentes e pesquisadores; o intercâmbio de informações e experiências; e a cooperação entre equipes de pesquisadores (artigo II).

Para alcançar os objetivos, as partes adotarão programas de intercâmbio de professores, pesquisadores, técnicos e especialistas para a realização de cursos de graduação ou pós-graduação em instituições de educação superior; intercâmbio de professores e pesquisadores, por longos ou curtos períodos, para desenvolver atividades específicas acordadas previamente entre instituições de ensino superior; e elaboração e execução conjunta de projetos e pesquisas a serem definidos posteriormente (artigo III).

Sob os auspícios do acordo, as partes se comprometem a promover a difusão e o ensino da cultura e língua da outra Parte em seu território (artigo IV).

As partes definirão, por instrumentos adequados, as modalidades de financiamento das atividades previstas no acordo.

Vale ressaltar, ainda, do conteúdo normativo do acordo, que o reconhecimento ou revalidação de disciplinas, diplomas e títulos acadêmicos outorgados por instituição de ensino superior da outra Parte estarão sujeitos à legislação nacional correspondente da Parte responsável pelo reconhecimento ou validação.

Ou seja, esse acordo não implica em reconhecimento de diploma automaticamente.

O mesmo tratamento nacional é estendido para o ingresso de alunos de uma Parte em cursos de graduação e pós-graduação oferecidos pela outra Parte. O que quer dizer que cada uma das Partes mantém a sua soberania na definição de regras sobre ingresso e reconhecimento do respectivo diploma.

O acordo poderá ser emendado e entrará em vigor a partir da data de recebimento da segunda das notificações de ratificação. Terá vigência por cinco anos, sendo automaticamente prorrogado por períodos iguais e sucessivos, salvo em caso de denúncia por uma das partes.

Convém registrar que a cooperação entre os povos é princípio constitucional que rege nossas relações. No caso em apreço, reveste-se de importância especial, porque inaugura esse tipo de relacionamento com uma nação da América do Sul, que se espera seja marcado pelo dinamismo e benefícios recíprocos.

Com base no exposto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, considerando ser de todo conveniente aos interesses do País a ratificação do acordo em análise, concluo este parecer opinando pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 213, de 2015.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Está em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Próximo item.

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 229, de 2015

– Não terminativo –

Aprova o texto do Plano de Ação Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para Fazer Avançar a Cooperação Bilateral na Área de Massificação do Acesso à Internet em Banda Larga e Telecomunicações em Geral (2011-2015), assinado em Montevideu, em 30 de maio de 2011.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Relatoria: Senador Valdir Raupp.

S. Ex^a o Senador Valdir Raupp, infelizmente, não se encontra em plenário, pois está em outra comissão, atuando em uma sala aqui ao lado.

Peço ao Senador Lasier se pode nos fazer a gentileza de funcionar como relator *ad hoc*.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Com muito prazer, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Então, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – O acordo foi inicialmente apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o projeto de decreto legislativo decorrente da referida mensagem, produzido por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. Posteriormente, foi objeto de análise das Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; de Constituição e Justiça e de Cidadania; e de Finanças e Tributação.

O projeto de decreto legislativo recebeu a chancela do Plenário daquela casa em 1º de junho deste ano. Análise.

A popularização da internet é um importante fator de progresso socioeconômico dos países. É com esse pressuposto que Brasil e Uruguai firmaram o acordo que ora se analisa, vazado em apenas seis artigos, mas cujo alcance acelera o desenvolvimento no Mercosul, particularmente no Brasil e no Uruguai.

Seu objetivo, traçado no art. 1º, é promover uma associação estratégica funcional que permita o desenvolvimento digital inclusivo à população de Brasil e Uruguai com o acesso à internet em banda larga e o desenvolvimento das telecomunicações no período de 2011 a 2015.

Em termos concretos, o acordo pretende promover o intercâmbio de experiências em áreas de interesse mútuo, estabelecer metas objetivas para cada área de cooperação e monitorar a implementação dessas metas.

O art. 4º do acordo estabelece as seguintes áreas para cooperação:

- a)** Interconexão, que envolve a parte física da cooperação, como implementação de infraestrutura de telecomunicações, tráfego de fronteiras e pontos de interconexão, articulação de políticas regionais de transmissão de dados e de compras por atacado de capacidade internacional e implementação de Ponto de Troca de Tráfego na região da fronteira;
- b)** Regulação, que compreende o intercâmbio de informações de legislação, normas jurídicas e técnicas, regulação do espectro e padronização das comunicações, com vistas à harmonização de regulamentação, incentivo ao comércio eletrônico, a fim de promover o desenvolvimento de empresas, principalmente pequenas e médias, baseadas em tecnologia da informação e comunicação. Essa harmonização deverá envolver também os serviços de TV digital e transmissão de dados móveis;
- c)** Política industrial, relativa à indústria eletrônica e de telecomunicações, que visa a estabelecer associação estratégica na produção de equipamentos e de aplicações para a internet e explorar a complementaridade das políticas industriais nesse campo;
- d)** Inclusão digital, por meio da implantação de cidades digitais, de telecentros comunitários e formação de cidadãos para o uso e o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação;
- e)** Conteúdos digitais interativos, no que diz respeito ao desenvolvimento de plataformas para a adoção de ferramentas da sociedade da informação e da comunicação nas atividades produtivas, sociais, culturais ou políticas dos indivíduos.
- f)** Pesquisa, para buscar a coordenação entre instituições de capacitação na área específica de telecomunicações; interconectar as redes de pesquisa e desenvolvimento por meio de acordos e utilização de infraestrutura ótica transfronteiriça, beneficiando a conexão entre universidades localizadas em ambos os países, e promover o compartilhamento de laboratórios virtuais;
- g)** Coordenação e cooperação em telecomunicações, que envolve a parceria na área de telecomunicações, em geral, especialmente para a coordenação de uso de frequências de rádio e TV, con-

templando a atribuição, de forma equitativa, de frequências para a televisão digital na banda UHF na fronteira e para atuar rapidamente para solucionar eventuais interferências que possam existir nas bandas AM e FM.

h) Concertação política com vistas a harmonizar as posições dos dois países em foros internacionais de seguimento à Cúpula Mundial da Sociedade da Informação, em especial nos temas relativos à governança da Internet;

i) Financiamento. Como não poderia deixar de ser, o acordo deve buscar o estabelecimento de mecanismos de financiamento e acesso a crédito para os projetos públicos e/ou privados estratégicos que envolvam as duas partes, previstos no Plano de Ação Conjunta.

Para implementar o Plano de Ação Conjunta, cada Parte designará uma Instituição Coordenadora e um Ponto Focal, que no Brasil serão os Ministérios da Comunicações e sua Secretaria de Telecomunicações e o Ministério da Ciência e Tecnologia. No Uruguai, será o Ministério de Indústria, Energia e Mineração. Os trabalhos dessas instituições deverão ser reportados a um Conselho de Alto Nível, composto pelos Ministérios mencionados mais as duas Chancelarias (Artigo 3º e Anexo).

O Plano de Ação Conjunta entrará em vigor na data da última notificação por via diplomática em que as Partes comuniquem uma a outra sobre o cumprimento dos respectivos requisitos internos para esse fim e permanecerá em vigor pelo prazo de cinco anos (Artigo 6º).

Na Exposição de Motivos dos Ministros das Relações Exteriores, das Comunicações e da Ciência e Tecnologia, depreende-se esse caráter compreensivo do acordo, apesar de seus breves artigos. Em seus termos, os Ministros asseguram que “trata-se de instrumento que contribuirá para ampliar a disponibilidade dos serviços de Internet em banda larga para a população de ambos os países, na medida em que as duas partes reconhecem que suas políticas de telecomunicações devem priorizar a massificação do acesso à Internet, bem como a melhoria na qualidade da conexão”. E acrescentam de maneira mais direta:

Tendo em vista que a ausência de pontos de interconexão entre a maioria dos países da região é um dos fatores que contribuem para que a banda larga seja relativamente mais cara na América do Sul, esse instrumento prevê a coordenação de iniciativas para interconexão das infraestruturas de comunicação do Brasil e do Uruguai, de modo a reduzir os custos de transmissão de dados entre os dois países. Também enseja a cooperação em áreas como regulação, inclusão digital e política industrial, com o objetivo não só de garantir que o serviço de banda larga esteja disponível para boa parte da população, mas também que os dispositivos que permitem o acesso à Internet sejam oferecidos a preços mais acessíveis.

É importante, então, que esses gargalos nas fronteiras sejam eliminados. O Brasil tem apresentado crescimento expressivo na conectividade de sua população e certamente há espaço para crescer mais. Nesse sentido, o Plano de Ação ora em análise vem ao encontro desse esforço. O Plano prevê um Ponto de Troca de Tráfego regional interligando o Uruguai ao Brasil. Dessa maneira, boa parte dos dados trafegados pela Internet no Brasil não terão que ser intermediados por servidores localizados em sítios distantes, de maneira desnecessária e onerosa. Além disso, outra medida que contribuirá para o barateamento do tráfego entre os dois países é a interconexão entre as empresas públicas de telecomunicações Telebras e Antel, do Uruguai.

Desde o início, com o Tratado de Assunção, em 1991, os grandes objetivos do Mercosul abrangiam, além da harmonização econômica e comercial, a integração política, social e cultural. Ademais da concatenação das tarifas de comércio externo, o bloco pretendia alcançar a liberdade de fluxo de capitais e de pessoas, como é próprio de um mercado comum.

No caso do acordo em análise, temos a convergência de duas áreas de integração: a social e cidadã, pelo fortalecimento da interconexão pela internet, e a econômica, pela facilitação do fluxo de informações e do ambiente empresarial.

Voto.

Com base no exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do País a ratificação do acordo em análise, concluo este parecer opinando pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 229, de 2015.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito obrigado, Senador Lasier. Está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Finalmente, Srs. Senadores, o último item desta parte deliberativa.

ITEM 6**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 55, de 2015****- Não terminativo -**

Nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro, em aditamento ao RRE 36/2015, que seja estendido o convite para participação da Audiência Pública que tratará do fluxo migratório de haitianos para o Brasil ao senhor: Jacques Duckson – Presidente da Organização de Suporte das Atividades dos Haitianos no Brasil.

Autoria: Senador Wellington Fagundes.

Ou seja, S. Exª propõe a inclusão de mais um nome ao rol de convidados para uma audiência pública já aprovada por esta Comissão para tratar do fluxo migratório de haitianos para o Brasil. Isso por enquanto, porque, daqui a pouco, haverá fluxo migratório de brasileiros para o Haiti se as coisas continuarem como estão. (Risos.)

Em particular, S. Exª propõe a inclusão do Sr. Jacques Duckson, Presidente da Organização de Suporte das Atividades dos Haitianos no Brasil.

Creio que não há objeção. (Pausa.)

Não havendo objeção, está aprovada a inclusão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – V. Exª tem a palavra, pela ordem.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu queria solicitar a V. Exª que, se pudéssemos, apreciássemos uma matéria regimental, do colega Senador José Medeiros, que está viajando. Trata-se de um pedido licença. Imagino que houve um retardamento da chegada aqui.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Sim; é uma autorização para viagem.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Então, eu gostaria de solicitar a V. Exª, se possível...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Sim, senhora.

ITEM 8**REQUERIMENTO Nº 865, de 2015****- Não terminativo -**

Requer, em cumprimento ao disposto no art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, com ônus para o Senado Federal, autorização para desempenhar missão no exterior, a convite da Associação Nacional de Juristas Evangélicos – ANAJURE para participar do “Encontro Anual do Painel Internacional de Parlamentares para a Liberdade Religiosa ou Crença” que ocorrerá na cidade de Nova Iorque, de 17 a 19 de setembro de 2015. Informa ainda ausência do país no período de 16 a 20 de setembro de 2015, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Autoria: Senador José Medeiros

Relatoria: Senadora Ana Amélia.

Por favor. V. Exª tem a palavra para relatar.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – É um breve relatório.

O Senador José Medeiros solicita dispensa para compromisso no exterior, onde vai participar do Encontro Anual do Painel Internacional de Parlamentares para a Liberdade Religiosa ou Crença, promovido pela prestigiosa instituição Konrad Adenauer, da Alemanha, a convite da Associação Nacional de Juristas Evangélicos.

O objetivo desse evento é a reflexão conjunta sobre formas de aumentar a cooperação internacional no combate à perseguição em razão da fé.

O encontro congregará Parlamentares, diplomatas, oficiais do Sistema das Nações Unidas, membros da sociedade civil e grupos religiosos e acontecerá no período de 17 a 18 de setembro do corrente.

A solicitação do Senador é de autorização da ausência dos trabalhos regulares do Senado para desempenho de missão no exterior, em face do que prevê o Regimento Interno do Senado Federal.

Esse é o voto, Senador Aloysio, pedindo apoio em respeito ao Senador José Medeiros.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Creio que não há objeção. (Pausa.) Está aprovado.

O Senador Jorge Viana havia pedido a palavra, pela ordem.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu queria só manifestar que, em relação ao item extrapauta anterior, que V. Exª nos fez apreciar, incluindo mais uma pessoa na audiência pública – sou autor do requerimento –, estamos tendo, de fato, uma ação efetiva do Itamaraty, que diz respeito ao trabalho desta Comissão, na busca, e já surtindo alguns efeitos, de encontrar um caminho para a questão da imigração ilegal de haitianos para o Brasil.

Todo o fluxo passa pelo Acre. Esta Comissão já debateu. É muito importante essa audiência, porque esse é um problema que está se agravando na Europa, com a questão da Inglaterra e França no Canal da Mancha, se agrava na Ásia e em toda parte do mundo. Aqui, no Brasil, ele está apenas no começo.

Eu acho muito oportuno, quando possível, marcarmos o calendário, fazermos aqui e atualizarmos a Comissão e o Senado Federal sobre o que o Brasil está fazendo, porque entrou em entendimento com o Equador, Peru, Bolívia, Panamá e começou a surtir efeito. e mudou fortemente. Vale a pena registrar isso. Já na administração do Ministro Mauro e do Embaixador Danese, eles mudaram, definitivamente, a relação dentro da Embaixada do Brasil, o número de vistos, fazendo uma contratação que certamente terá reflexo e pode nos ajudar a pôr fim a essa entrada ilegal de haitianos, porque todos vinham pelo Acre, criando um problema gravíssimo para o Estado do Acre, para o Governador Tião Viana, para o País de modo geral.

Então, era essa uma ressalva.

E a outra coisa: hoje é dia 6 de Agosto, e eu só queria fazer aqui uma ressalva. Eu tenho trabalhado tanto para ver se as relações entre Brasil e Bolívia melhoram e se aprofundam, como é o desejo de todos nós, mas hoje, eu tenho que lembrar, é o aniversário de 113 anos da Revolução Acriana. Foi numa manhã como essa que lá, em Xapuri, na época chamada Mariscal Sucre, onde o gaúcho Plácido de Castro – e a Senadora Ana Amélia está aqui –, comandando um exército de seringueiros, exatamente numa manhã de 6 de Agosto, fez, obviamente, aquela que ficou conhecido como Revolução Acriana. Ali se organizou um exército e houve o confronto, durante mais de um ano, com o exército regular da Bolívia, e foi a partir dessa chamada Revolução Acriana que o Acre começou a fazer parte do Brasil.

Obviamente que, também, a partir desse 6 de Agosto, com a entrada em cena da Diplomacia brasileira, coordenada pelo Barão do Rio Branco, chegou-se ao Tratado de Petrópolis, que é uma das peças mais interessantes da Diplomacia brasileira; é base, inclusive, da escola sobre como podem ser resolvidos conflitos graves da diplomacia. O Acre é esse *case*.

Então, eu só queria fazer esse registro aqui, na Comissão de Relações Exteriores. Hoje é feriado no Acre; é um dia muito especial para todos nós. E vale ressaltar também que Plácido de Castro escolheu esse dia exatamente porque é a data nacional da Bolívia.

Então, o Exército boliviano estava celebrando sua data nacional e Plácido de Castro, um gaúcho, coordenando os seringueiros e cuidando de fazer a Revolução.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito bem lembrado. Uma oportuna lembrança. Aliás, seria interessante nós organizarmos, um dia, aqui, uma audiência pública sobre esse tema, um tema fascinante.

V. Exª talvez pudesse se encarregar de propor.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC. *Fora do microfone.*) – Faria a proposição e traríamos alguns estudiosos do Barão e desse Tratado, para debatermos no âmbito da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Isso. Perfeitamente. Muito bem. Muito obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Pela ordem, Presidente Aloysio.

Já que se está falando em Diplomacia – e Rio Branco, a Capital, é uma homenagem ao patrono da Diplomacia brasileira –, eu não posso deixar de mencionar, como o fez também o Senador Jorge Viana, o Secretário-Geral do Itamaraty, um Diplomata de grande qualidade, Sérgio Danese. Em todas as missões em que ele esteve à frente, foi reconhecido pela sua dedicação, pelo seu compromisso, pelo republicanismo e pela competência no campo diplomático.

Nós temos, esta Comissão, e talvez não seja...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – E pela obsessividade do trabalho.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – É verdade.

Talvez não seja, digamos, da competência da Comissão de Relações Exteriores, mas como a função do Assessor Parlamentar do Ministério de Relações Exteriores, da própria Diplomacia, da Casa de Rio Branco, na relação, na interface com a CRE, Presidente – e V. Exª está comandando esta Comissão Temática de maneira também exemplar... Enfim, a gente tem informações desencontradas de que vai mudar, de que vai haver alteração. Então, eu penso que, dada a relevância que tem este posto ocupado por Danese, agora, ocupado, com

tanto brilho também, pelo Embaixador Pedro Borio, que o Itamaraty, afinal, diga, esclareça isso, porque penso que faz parte também do bom relacionamento entre os Poderes.

Isso não vai alterar, evidentemente, o respeito que temos pela Diplomacia, mas penso que seria adequado e, mesmo não sendo de nossa competência, que isso se esclareça, porque eu já ouvi mais de cinco autoridades da área Diplomática informarem que vai haver mudança aqui e dando até nomes, mas a gente não está sabendo. Não sei se o Embaixador Pedro Borio está informado a respeito dessas mudanças também, porque a pior coisa é ser o último a saber, também na Diplomacia.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Fica feito o registro, e eu entendo, enfaticamente, as referências justamente elogiosas que a senhora faz ao Embaixador Pedro Borio.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – E, por fim, Senador, eu queria comunicar que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que eu tenho a honra de presidir, vai receber, no dia 10, às 14 horas e 30 minutos, a visita de uma delegação da Nova Zelândia, que vem apresentar as perspectivas do setor agropecuário daquele país.

A delegação da Nova Zelândia é composta pelo enviado especial do Governo da Nova Zelândia para assuntos de Comércio e Agricultura, Mike Petersen, e da Embaixadora da Nova Zelândia no Brasil, Srª Caroline Bilkey, e também do Assessor Político da Embaixada, André Capella.

Então, estendo este convite também aos colegas que estejam aqui na segunda-feira.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito obrigado.

É interessante indagarmos dessa delegação a quantas anda a negociação do Tratado de Livre Comércio Transpacífico, porque exatamente a questão agropecuária, em especial de produtos leiteiros da Nova Zelândia, é um obstáculo à concretização dos entendimentos.

Vamos passar agora à sabatina, Srs. Senadores.

Convido para que venham ao plenário da Comissão e tomem assento à mesa os dois sabatinados de hoje: o Embaixador Flávio Hugo Lima Rocha Junior, que é indicado para a República do Senegal e, cumulativamente, da República da Gâmbia; e o Embaixador José Borges dos Santos Júnior, indicado para a Confederação Suíça e, cumulativamente, para o Principado de Liechtenstein. *(Pausa.)*

Peço então, por favor, que tomem assento aqui.

Penso que já podemos iniciar a sabatina.

Inicialmente, passo a palavra ao Embaixador Flávio Hugo Lima Rocha Junior, que terá a palavra para a sua exposição inicial, por 20 minutos.

O Senador Paulo Bauer já salta à frente de todos para se inscrever.

O senhor tem a palavra, por favor.

O SR. FLÁVIO HUGO LIMA ROCHA JÚNIOR – Muito obrigado, Sr. Presidente. Srªs e Srs. Senadores, bom dia a todos.

Eu gostaria, em primeiro lugar, de agradecer a oportunidade de voltar a esta Casa para fazer uma apresentação sobre o Senegal e a Gâmbia.

Não temos um mapa hoje, não é? Ótimo. Gostaria de começar a minha apresentação fazendo umas considerações de ordem geográfica. Os senhores verão que o Senegal e a Gâmbia se encontram no extremo oeste do continente africano, numa posição estratégica do Atlântico Sul, tendo a Mauritânia, onde estou atualmente, ao norte; o Mali, à leste; e a Guiné-Bissau e a Guiné-Conacri, ao sul. A particularidade é que o território da Gâmbia se encontra encravado no Senegal. Aliás, na verdade, divide o Senegal em duas partes. E isso tem sérias implicações políticas e econômicas para o Senegal.

Essa posição estratégica foi alvo da cobiça das potências europeias desde o século XVII, onde, por meio de feitorias, eles desenvolveram e estabeleceram o tráfico de escravos. Depois, no final do século XIX, com a partilha da África, no conhecido Congresso de Berlim, a França ocupou completamente o território do Senegal e a Inglaterra ocupou essa faixa estreita que hoje é a Gâmbia.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Essa faixa foi delimitada nesse período, Embaixador?

O SR. FLÁVIO HUGO LIMA ROCHA JÚNIOR – Foi um tratado entre os dois países no final do século XIX.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Naquele período foi delimitada a faixa.

O SR. FLÁVIO HUGO LIMA ROCHA JÚNIOR – O senhor pode ver que a Gâmbia acompanha o rio de mesmo nome, essa faixa bem estreita.

Após o período de colonização, vieram as independências em 1960. O Senegal, muito ligado à França, estabeleceu como regime as instituições da Quinta República Francesa, quer dizer, com um sistema semipresi-

dencialista, um chefe de estado forte, e um primeiro-ministro que toca o dia a dia do governo e que, na verdade, funciona como um fusível. Ou seja, quando há um problema é ele que muda e aí enseja, digamos, a possibilidade de uma nova política, que o Governo tome um novo rumo, mas o ônus sempre recai no Primeiro-Ministro.

O importante reter nesse ponto é que o Senegal foi capaz de estabelecer um sistema estável, nunca conheceu um golpe de Estado e tem um sistema de muitos partidos, uma sociedade ativa, associações, redes sociais, associações de jovens, que participam muito na política, no dia a dia do país.

Nesses cinquenta e poucos anos de independência, o Senegal, talvez um dos poucos países da África, conseguiu fazer uma transição, ter um processo de alternância do poder de uma maneira pacífica, via eleições, o que ainda é muito raro no continente africano.

Então, no ano 2000, o ex-Presidente Wade, do Partido Democrático do Senegal, colocou fim a 40 anos de regime socialista, que foi o Presidente Senghor que colocou o primeiro Presidente, poeta, membro da Academia Francesa. No ano de 2000, o Presidente Wade colocou... Perdão. Em 2012, o Presidente atual Macky Sall foi eleito, derrotando justamente o Presidente Wade, que buscava uma terceira reeleição de uma maneira um pouco polêmica.

As relações do Brasil com o Senegal são muito tradicionais. Dakar é nossa primeira Embaixada residente no continente, na área subsaariana. Nós estamos lá desde 1961 e temos relações cordiais desde então. Mas é preciso reconhecer que as relações bilaterais, nos últimos dez anos, tiveram impulso importante.

Então, desde o início da década de 2000, houve uma intensa troca de visitas: o Presidente Lula esteve em Dakar em 2005; o Presidente Wade, se não me engano, esteve três vezes aqui no Brasil, tanto em visita de Estado, como para participar de conferências sobre a diáspora negra; visitas de chanceleres de lado a lado, de ministros. Então, as relações tomaram outra densidade.

Nós temos uma área de cooperação muito extensa, na área da produção do arroz, na área da agricultura familiar, na área de formação e capacitação de oficiais militares. Tudo isso dá muita densidade.

O Senegal também aderiu a um projeto de cooperação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que é o Mais Alimentos, que uma das questões justamente é uma linha de crédito para a compra de equipamentos agrícolas, e hoje é um dos principais tópicos do nosso intercâmbio bilateral.

Agora, eu acho que, no setor econômico comercial, o Brasil poderia fazer um pouco mais. Eu acho que a pauta é muito limitada a poucos produtos. E, caso o meu nome venha a ser aprovado por esta Casa, eu gostaria de ter uma atuação particular na área comercial. De que modo? Aproveitando a proximidade do Senegal e da Gâmbia com o Nordeste brasileiro. Eu acho que não há nada que justifique os dois países estarem de costas um para o outro.

Eu, na Mauritânia, tenho o hábito de dizer – e isso vale também para o Senegal – que o Brasil é um país vizinho. Aí as pessoas param, assim, ficam meio perplexas: “Ah, mas há um oceano que nos separa”. E eu falo: “Não, há um oceano que nos une!”. Nós temos que usar. Falar em distâncias em plena globalização, com internet, redes sociais, telecomunicação, não existe mais! A distância é da época das caravelas. Nós temos um Porto de Suape...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Aliás, é “um rio chamado Atlântico”.

O SR. FLÁVIO HUGO LIMA ROCHA JUNIOR – Pois é...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP. *Fora do microfone.*) – Um dos livros clássicos.

O SR. FLÁVIO HUGO LIMA ROCHA JUNIOR – Mas é claro, é.

(*Intervenção fora do microfone.*)

(*Risos.*)

O SR. FLÁVIO HUGO LIMA ROCHA JUNIOR – (*Risos.*). Exatamente.

Então, é a razão de ser, mas as pessoas criam barreiras – às vezes na cabeça –, barreiras que não existem. Assim, eu gostaria de tentar aproximar as duas regiões.

Já há ações da iniciativa privada do Ceará que já tem voos diretos para Cabo Verde.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE. *Fora do microfone.*) – Ou seja o imperialismo... (*Risos.*)

O SR. FLÁVIO HUGO LIMA ROCHA JUNIOR – Pois é.

Existe já, para ser inaugurada, uma linha marítima até Cabo Verde. Agora, quem fala em uma linha marítima até Cabo Verde, fala até Dakar, fala até Nouakchott – onde eu estou hoje –, é uma questão de um dia, dois dias. Então, o que o Governo, o que a Embaixada precisa fazer para examinar, ver qual é a possibilidade, se há um sentido econômico de fazer esse enlace entre a região no Brasil e o Senegal, a Gâmbia e a Mauritânia também.

Agora, para isso, os Srs. sabem, Embaixada não vende produtos, mas a Embaixada auxilia agentes econômicos, federações de indústria, câmaras de comércio a atuarem nessa área.

Eu faria um apelo aqui aos Senadores da região, ao nosso Senador pelo Ceará, que nos ajude a colocar os agentes econômicos em contato. Em um primeiro momento precisa ser um pouco puxado pela mão, como criança, mas depois as coisas tomam um movimento próprio. E eu faço esse apelo aqui a todos porque é importante que as lideranças políticas também atuem, porque só assim se cria comércio, se cria emprego, se cria renda, tanto do lado brasileiro como do lado africano.

Eu não gostaria de me estender muito, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP. *Fora do microfone.*) – Uma palavra sobre a Gâmbia.

O SR. FLÁVIO HUGO LIMA ROCHA JUNIOR – Sobre a Gâmbia, sim, era o próximo passo, porque eu gostaria, justamente, de ter a oportunidade de discutir, enfim, de responder às perguntas.

A Gâmbia, esse pequeno País encravado no Senegal. Nós não temos relações – nem tradicionais nem densas. Foi no ano de 2005 que o Presidente da Gâmbia, Jammeh, esteve aqui no Brasil a convite do Presidente Lula. E foi aí que foram assinados os primeiros acordos que balizam um pouco as relações bilaterais. Nós temos um comércio de US\$100 milhões, que eu acho muito razoável.

Uma coisa extremamente importante, que eu gostaria de chamar atenção de V. Ex^{as}, é que Gâmbia, Senegal e Mauritânia são, na verdade, *hubs*, porque, atrás deles, há grandes países insulares que dependem um pouco dos portos da Costa Ocidental da África. Então, há o Níger, Burkina Faso, Mali, que não têm saída para o mar, que dependem um pouco de Nouakchott, de Dakar, de Banjul para realizar seu comércio exterior. Então, muitas vezes, esses países comprem até mais. Por quê? Por uma rede de operadores vão distribuir esses produtos por toda a região.

Mas, tirando essa visita, enfim, há contatos esporádicos. Recentemente, a Gâmbia mostrou interesse de receber cooperação na área da pecuária; enfim, a Agência Brasileira de Cooperação vai estudar o pedido, vai saber como encaminhar. Mas, fora isso, as relações – não temos uma Embaixada residente – ainda são meio esporádicas, muito em função da demanda da Gâmbia, em termos de cooperação, em termos de contatos, também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Eu passo a palavra agora ao Sr. José Borges dos Santos Júnior, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Confederação Suíça e, também, cumulativamente, no Principado de Liechtenstein.

V. Ex^a tem a palavra, Embaixador, por 20 minutos.

O SR. JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR – Ex^{mo} Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Aloysio Nunes Ferreira; Ex^{mo} Sr. Senador Lasier Martins, que gentilmente se encarregou da relatoria da minha indicação; Sr^{as} e Srs. Senadores, membros desta Comissão; caros colegas; senhoras e senhores, em primeiro lugar, Sr. Presidente, gostaria de agradecer a V. Ex^a e, por seu intermédio, aos demais membros, pela oportunidade de me dirigir a esta Comissão, bem como para agradecer eventuais recomendações, orientações, que V. Ex^{as} desejem fazer para que eu possa cumprir minha missão em Berna, caso venha a ser honrado com aprovação, pelo Senado Federal.

Em segundo lugar, eu não poderia deixar de registrar os meus agradecimentos a Excelentíssima Senhora Presidente da República, agradecimentos extensivos também ao Ministro de Estado de Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, por haver indicado o meu nome à esta Casa para a chefia da Embaixada do Brasil em Berna e, cumulativamente, para a chefia da nossa Embaixada junto ao Principado de Liechtenstein.

Intenciono, Sr. Presidente, dividir a minha curta apresentação em duas partes: na primeira, eu apenas pinçaria alguns fatos, não necessariamente os mais importantes, mas que de alguma maneira ilustram a singularidade das relações Brasil e Suíça; e, na segunda parte, exporia algumas ações, as quais eu desejaria dar prioridade, caso venha a ser aprovada.

O primeiro aspecto que eu gostaria de ressaltar é a posição da Suíça como um dos principais centros financeiros internacionais e o expressivo aporte de recursos de investimentos ao Brasil, que confere densidade à nossa relação econômica.

Os senhores sabem que a Suíça, apesar de ter um território reduzido – ela é pouco menor do que o Estado do Rio de Janeiro – e de sua população ser pouco numerosa, por volta de 8,1 milhões de habitantes, é uma das maiores economias do mundo, com um Produto Interno Bruto da ordem de US\$679 bilhões, o que coloca o país em 20^a posição entre as nações mais prósperas, segundo dados do FMI.

E o Brasil é o principal destino dos investimentos suíços na América Latina. Cerca de 300 companhias de origem suíça estão instaladas no Brasil e aqui atuam em setores como a indústria alimentícia, a indústria química, de máquinas e no setor bancário.

Algumas dessas empresas, como a Nestlé, a La Roche, a Novartis são nomes muito conhecidos de todos nós, pois essas companhias se encontram aqui há, pelo menos, 90 anos. E, para se tenha uma ideia da importância dos investimentos suíços no Brasil, estima-se que essas empresas criam cerca de 126 mil empregos diretos.

O segundo aspecto, que eu gostaria de ressaltar, é a importância da imigração suíça. Os suíços foram pioneiros na imigração de origem não portuguesa para o Brasil, e os laços entre Brasil e Suíça antecedem até mesmo a nossa independência. Nova Friburgo, por exemplo, foi fundada em 1819. Nós temos uma comunidade suíça, no Brasil, que conta com cerca de 15 mil pessoas, além de mais de um milhão de descendentes de imigrantes.

Esses talvez não sejam os fatos mais característicos da relação Brasil e Suíça, mas são fatos apenas para mostrar a singularidade das relações.

O próximo aspecto é de relevância histórica: a Suíça foi o árbitro, na questão do Amapá, entre o Brasil e a França, no final no século XIX, tendo sido essa a segunda grande vitória do Barão do Rio Branco nas arbitragens internacionais, no processo de consolidação das nossas fronteiras.

O quarto aspecto que eu gostaria de ressaltar é um episódio de especial valor diplomático: o papel que, juntos, Brasil e Suíça desempenharam no conflito das Malvinas, durante a década de 1980. O Brasil foi a potência protetora dos interesses da Argentina junto ao Reino Unido, e a Suíça, dos interesses britânicos junto à Argentina. A esse respeito, eu gostaria, inclusive, de registrar que eu tive a satisfação, como Cônsul Adjunto, lotado no Consulado do Brasil em Londres, de ser o funcionário designado para assinar todos os documentos consulares argentinos emitidos naquele período no Reino Unido. A Embaixada da Argentina passou o seu setor de interesses políticos à Embaixada do Brasil, e eu era o funcionário responsável pela emissão de todos os documentos argentinos naquele período.

O próximo aspecto que eu gostaria de ressaltar é a importância da Suíça como parceira estratégica do Brasil. As relações entre os dois países, tradicionalmente, foram sempre muito cordiais, mas foram intensificados a partir de agosto de 2008, com a assinatura de um memorando de entendimento para o estabelecimento de um plano específico de parceria estratégica entre os dois países. O mecanismo de consultas políticas que foi criado a partir desse memorando já deu origem a cinco reuniões, a última das quais foi realizada em Berna, em abril último.

A intensificação dessas relações se explica também pelo interesse da Suíça em estabelecer uma parceria e um relacionamento estratégico, não só com Brasil, mas com todos os membros dos Brics. Como elemento que ilustra e corrobora o interesse da Suíça no aprofundamento dessa parceria com o Brasil, foram assinados agora, nessa recente reunião do mecanismo de consultas políticas, acordos de isenção de visto para passaportes comuns, diplomáticos e oficiais.

Nesse processo de aprofundamento das relações com a Suíça, a cooperação jurídica é a área talvez de maior interesse neste momento para o Brasil, e nós reconhecemos que, na medida do possível, a Suíça tem cooperado de forma eficaz em matéria de recuperação de ativos resultantes de atividades criminosas no Brasil. A esse respeito, aliás, eu estive comentado com o Senador Bauer que os dois países acabam de concluir a negociação de um texto para troca automática de informações sobre correntistas. A negociação já está concluída. Os textos estão prontos. Falta apenas, agora, a assinatura entre os dois governos e a aprovação pelo Poder Legislativo de ambos os países.

Para que se entenda a importância disso, até aqui os acordos de cooperação com a Suíça envolviam apenas os casos criminais, como corrupção, fraude ou lavagem de dinheiro. O texto do novo acordo vai estender a troca de informações também aos casos de evasão fiscal, o que eu acho pode ser bastante útil na atual conjuntura.

Caberia, finalmente, antes de passar para as prioridades do programa de trabalho, que, se for aprovado, pretenderia desenvolver em Berna, uma menção, no rol de instrumentos para o estreitamento dos laços entre de amizade entre os dois países, da existência, desde 2003, do Grupo Parlamentar Brasil-Suíça, cujo Presidente temos aqui presente, o nosso Senador Bauer. E registro que membros desse grupo fizeram uma importante visita de prospecção de áreas onde os países podiam se aproximar, em março de 2013.

Eu passaria, então, agora, às prioridades para o programa de trabalho que eu pretenderia implementar em Berna.

O primeiro aspecto seria, a exemplo do que o meu colega identificou também como prioridade, a intensificação de esforços para o apoio às exportações brasileiras. O Brasil é, junto com o México, o maior parceiro comercial da Suíça na América Latina, mas o comércio é tradicionalmente deficitário para nós, e é um déficit que, em 2013, ficou por volta de US\$580 milhões. Diante desse quadro, acho que é essencial que se faça um esforço exportador, e a própria Embaixada da Suíça se prontificou a estabelecer os contatos e a facilitar o contato com as agências do governo suíço que auxilia na orientação para o aumento das importações de países em desenvolvimento, países em via de desenvolvimento.

O segundo tema, ao qual eu gostaria de dar um pouco de atenção, é a área de investimentos. Embora o Brasil seja o principal destino dos investimentos suíços, conforme mencionei no início da minha aplicação, aqui, na América Latina, ainda existe uma alta concentração da produção de baixo valor agregado. Embora a Suíça seja um dos maiores centros de inovação tecnológica, a maior parte dos investimentos suíços é principalmente da produção de bens de consumo intermediários, pouco intensivos de tecnologia.

Ainda nessa área de investimento, um dos esforços que pretendo, caso seja aprovado, empreender, é interessar as empresas suíças a participarem das rodadas de concessão de ocorrerão neste ano, com oportunidade, como o senhor sabe, na área de portos, aeroportos, de rodovias e ferrovias. Numa conversa preliminar com o Presidente do Conselho de Administração da empresa suíça Asea Brown Boveri, numa recente visita que ele fez ao Brasil, os empresários brasileiros e o Governo brasileiro já conseguiram o compromisso de que essa empresa tem interesse em participar das licitações para a construção de linhas de transmissão de energia no Brasil.

Finalmente, antes de concluir, uma rápida palavra sobre o Principado de Lichtenstein. Trata-se de um país duplamente mediterrâneo, com um território de cerca de 160 quilômetros quadrados – portanto, ligeiramente menor que o Plano Piloto de Brasília, com uma população de 40 mil habitantes. O país é duplamente mediterrâneo, pois, além de não ser banhado pelo mar, faz fronteira com a Suíça e com a Áustria, países também sem litoral. Mas, não obstante suas pequenas dimensões, Lichtenstein possui o segundo mais elevado produto interno bruto *per capita* do mundo, inferior apenas ao do também Principado de Mônaco. Trata-se de uma monarquia constitucional, com regime parlamentarista, e a economia está muito integrada com a Suíça. E desde 1924, o país adota o franco suíço como uma moeda nacional. Estima-se a existência, em Lichtenstein, de pelo menos 60 lares, com pelo menos a presença de um brasileiro. Minha ideia seria... Sessenta. Numa população de 40 mil pessoas, é bastante significativo.

A minha ideia seria de aplicar, aguardadas as devidas proporções, as mesmas diretrizes de atuação planejadas para a Suíça.

Muito obrigado, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigado.

Passo agora ao questionamento por parte dos Srs. Senadores, e aqueles que desejarem votar já poderão fazê-lo.

Inicialmente, o Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB – SC) – Sr. Presidente, cumprimentando V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Cinco minutos.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB – SC) – ...e todos os membros da Comissão que se fazem presentes, quero inicialmente saudar os Embaixadores que aqui se apresentaram a esta Comissão, o Sr. Embaixador Flávio Rocha Junior e o Sr. Embaixadores José Borges dos Santos Júnior, os dois juniores. Portanto, estamos aqui diante de quem efetivamente vai representar o Brasil e vai defender os nossos interesses em países que têm importância estratégica para o nosso País.

E, sendo muito objetivo e muito direto, até em homenagem à brevidade, eu quero aqui, inicialmente, colocar ao Embaixador Flávio a questão relacionada à migração de senegaleses para o Brasil. Nós sabemos que ela existe, eles deixam o seu país, vêm para a América Central, onde conseguem ingressar, sem a necessidade de vistos, sem nenhuma restrição, especialmente em países onde há uma consagração constitucional de direitos que devem ser dados ao cidadão internacionalmente, de liberdade de locomoção, etc. E, depois, através do Peru, acabam chegando ao Brasil pelo Estado do Acre, onde são recebidos junto com haitianos.

Lá recebem assistência, e, depois, por uma ação do próprio Governo Federal, acabam sendo distribuídos pelo País. Em Santa Catarina, que é o meu Estado, temos já muitos – parece-me que temos aí em torno de três mil, ou quatro mil, senegaleses no Brasil, e haitianos muito mais. Embora nós sejamos um País que deve, efetivamente, estar inserido entre os países que dão abrigo, dão apoio a pessoas que procuram oportunidades, que vêm ao nosso País para ajudar na sua construção... Na verdade o senhor estará lá no Senegal, e, obviamente, receberá questionamentos, receberá convites para discutir esse tema com autoridades senegalesas, com instituições de lá que, de alguma forma, até onde sabemos, estimulam muitas pessoas a pensarem no Brasil como um oásis, como um lugar do futuro que eles podem ter melhor do que têm no seu próprio País.

Pessoalmente, sempre tenho dito que seria melhor se o Brasil estabelecesse relações comerciais e de investimentos com países como o Haiti e como o Senegal, que permitissem que empresas brasileiras estivessem presentes naqueles países e lá aproveitassem a mão de obra, pois haveria muito mais rendimento e muito mais resultado e aproveitamento, até porque o trabalhador, quando presente no seu ambiente, é muito mais produtivo do que quando é colocado em um ambiente novo, onde precisa adquirir hábitos, onde precisa de aprendizados muito consistentes tanto no aspecto cultural quanto no aspecto técnico e profissional.

Portanto, em nome dessa oportunidade de sabatina, quero conhecer a opinião de V. Exª sobre esta questão: como a Embaixada do Brasil deve se conduzir lá no Senegal com relação a este tema e a este assunto?

Com relação ao Embaixador José Borges dos Santos Júnior, primeiro quero mencionar que é um prazer vê-lo presente aqui...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB – SC) – ...apresentando suas opiniões a respeito da questão da relação do Brasil com a Suíça. E o faço não só na condição de Senador, mas também na condição de Presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Suíça, que é um dos menores grupos parlamentares existente no Congresso Nacional. É um grupo misto de Deputados e Senadores que eu mesmo tive a oportunidade de fundar, ainda quando Deputado Federal. Agora, como Senador, voltei a presidi-lo, depois de o Deputado Lobbe Neto, de São Paulo, ter presidido o grupo na legislatura de 2006 a 2010. Como disse, fui na anterior e sou agora pelo segundo período consecutivo, de 2011 até hoje, e posso dizer a V. Exª que é um prazer conhecê-lo e vê-lo aqui se apresentando exatamente para representar o Brasil lá.

Nós temos como Senadores integrantes do grupo o Senador Ciro Nogueira, o Senador Flexa Ribeiro, a Senadora licenciada Kátia Abreu, o Senador Ronaldo Caiado e o Senador Wellington Fagundes, além de mim. Na verdade, apenas o Senador Flexa Ribeiro é que ingressou depois da fundação do grupo; os demais são fundadores. Ingressou também depois o Senador Luiz Henrique da Silveira.

O Grupo Parlamentar tem uma regra muito rígida, não pode ter mais que 30 membros, portanto, só pode entrar um no lugar de outro se for aprovado por todos os que remanesceram de uma legislatura para outra. É um critério estabelecido em comum acordo com o Grupo Parlamentar Brasil– Suíça que existe naquele país e que não se dedica apenas às questões brasileiras, mas a todas as questões da América do Sul, porque eles têm um sistema parlamentar diferente do nosso, como V. Exª bem sabe.

A questão da Suíça com o Brasil é preciso abordar de outra forma, porque a Suíça já foi o quinto maior investidor no Brasil.

Antes do processo de privatizações no Brasil, as grandes indústrias suíças ocupavam lugar de destaque no País, pela expressão dos investimentos que aqui estavam sendo realizados ou foram realizados. A partir do processo de privatização de serviços públicos de telefonia, energia e outros, outros países ocuparam lugar de destaque e acabaram colocando a Suíça numa posição para lá de décimo colocada.

Tenho dito muitas vezes, para as autoridades suíças e também para a classe empresarial suíça, que desejávamos que eles acreditassem mais no Brasil e investissem mais no Brasil. Sabemos que eles têm essa característica, 20ª economia no mundo, e não temos a pretensão de fazer um chocolate melhor que o deles nem um relógio melhor que o deles, mas já demos provas aos suíços de que a mão de obra brasileira, o mercado brasileiro é muito receptivo aos produtos suíços, também, quando são fabricados aqui. Um exemplo disso é a confiabilidade que temos nos medicamentos suíços que são fabricados no Brasil, a confiança que temos em outras atividades exercidas pelo setor produtivo suíço no Brasil, principalmente, na área de alimentos, que é muito importante, na área de seguros, na área de atividades bancárias. Enfim, é preciso ter uma postura mais ousada, no meu ponto de vista, e mais ativa, em relação aos setores produtivos da Suíça. Já tive oportunidade de falar sobre isso com o Embaixador Igor Kipman, que muito bem representou e representa o Brasil em Berna.

Quando discutimos com as autoridades suíças, na verdade, não estamos discutindo apenas com um país, porque a Suíça, por não pertencer ao bloco econômico da União Europeia, do ponto de vista econômico, e não ter o euro como moeda, hoje está na condição de líder de um grupo econômico de outros países que não integram o mercado comum europeu, do ponto de vista de moeda, economicamente falando. Por isso, a relação nossa com a Suíça pode ser muito proveitosa, uma vez que se estenderá aos demais países que estão no bloco do qual a Suíça faz parte.

Eu queria conhecer um pouquinho a estratégia de V. Exª em relação à aproximação que podemos fazer entre a Suíça e o Brasil, para melhorar e ampliar esses investimentos da Suíça em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigado, Senador Paulo Bauer. Agora tem a palavra o Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Muito obrigado, Presidente Aloysio.

Saudando os eminentes Embaixadores, em rigor, tenho uma pergunta só para cada um dos nossos Embaixadores. Começando pelo Embaixador José Borges Júnior, cuja indicação tive a honra de relatar, e na linha do que disse aqui o meu colega Paulo Bauer, com relação aos investimentos.

Como representante do Rio Grande do Sul, quero lhe fazer um pedido, com relação à Nestlé. A Nestlé é uma das maiores indústrias do mundo. Quando foi anunciada a sua instalação no Rio Grande do Sul, isso foi muito festejado. Entretanto, de lá para cá, de oito ou dez anos para cá, tem havido certa frustração, porque a Nestlé foi diminuindo seus investimentos, inclusive, fechando uma fábrica, quando o Rio Grande do Sul é, Em-

baixador José Júnior, o segundo maior produtor de leite do Brasil, só superado pelo Estado do meu colega Antonio Anastasia, que é Minas Gerais. Então, parece pouco compreensível que a Nestlé, que produz o leite em pó no Sul, tenha se retirado bastante de lá. Se V. Exª puder, na sua missão, tendo oportunidade, indagar o que há com o nosso Estado do Sul do Brasil, que tem tanto leite e que poderia ser mais bem aproveitado pela Nestlé.

Com relação aos investimentos, V. Exª já disse que vai se empenhar muito para que os investimentos atinjam bens de maior valor agregado, não só com o que está acontecendo lá, onde o Brasil tem pouca participação.

Com relação ao nosso Embaixador Flávio Júnior, também na mesma linha do que perguntou o Senador Paulo Bauer, é uma curiosidade que temos sobre esta migração impressionante de senegaleses para o mundo inteiro, para a Europa, para a América Latina e muito, particularmente, para o Rio Grande do Sul.

Há poucas semanas, Embaixador Flávio Júnior, votamos aqui e aprovamos uma nova lei de migração, que veio substituir a antiga Lei do Estrangeiro. E é uma lei extremamente humanitária, que valoriza muito a cidadania daqueles que vêm para cá. Inclusive o nosso Presidente Aloysio Nunes Ferreira publicou na *Folha de S. Paulo*, no último fim de semana, um belo artigo sobre esta nova Lei de Imigração. Agora, esta Lei de imigração é tão liberal que vem quem quer, desde que preencha aqueles requisitos. E tem havido uma demanda que me parece já exagerada. Não chegamos ao ponto do que estão fazendo os ingleses, que estão refugando, cuidando, vigiando, não deixando ninguém entrar. Mas entrando pelo Estado do Acre, e eu acho que deveriam ficar um pouco por lá também, Senador Jorge Viana, para repartirmos um pouco os problema. Temos Municípios do Rio Grande do Sul que não sabem mais o que fazer, Caxias do Sul, por exemplo, Passo Fundo. É impressionante. Anda-se pelas ruas e identificam-se imediatamente os senegaleses.

Então, eu pergunto, Embaixador Flávio Júnior: V. Exª, que demonstrou conhecer muito bem aquela região e, particularmente, o Senegal, tem conhecimento de quantos senegaleses já deixaram o país neste últimos dois anos? E, principalmente, quantos estão vindo para cá e até quando vão vir para cá?

(*Soa a campanha.*)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – E a mesma pergunta do Senador Paulo Bauer: qual vai ser a sua política quando o senhor for procurado lá na Embaixada e perguntarem: “olha, nós queremos ir para o Brasil e, particularmente para o Sul”. Eu peço que diga: Não, o Sul já está cheio, procurem outro Estado.

São as minhas perguntas.

E uma perguntinha ainda, uma curiosidade: se V. Exª tem conhecimento, nestas construções de obras de infraestrutura no Senegal, ultimamente tem havido alguma de construção de empresas brasileiras?

São as minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – O Senador Jorge Viana permuta a colocação...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Para poder abrir a sessão daqui a pouco.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – É porque ele foi chamado, por ser Vice-Presidente do Senado, para abrir a sessão plenária.

Senadora Ana Amélia, se não fizer objeção, passo a palavra ao Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu agradeço à Senadora Ana Amélia e a V. Exª, Senador Aloysio.

Eu queria cumprimentar o Embaixador José Borges dos Santos e desejar sucesso nessa missão, agradecer pela exposição, pela maneira como trabalhou e procurou dar uma contribuição para a nossa Comissão sobre a missão que V. Sª vai desempenhar, certamente aprovado nesta Comissão e pelo Plenário do Senado, mas, com todo o respeito a V. Sª, Embaixador, eu queria me dirigir ao Embaixador Flávio.

Eu tinha me inscrito para falar exatamente sobre um tema que o Senador Paulo Bauer e o Senador Lasier levantaram.

Só que tenho os números. Inclusive tratamos, pouco antes dessa sabatina, de uma audiência pública que faremos aqui na Comissão sobre esse tema da imigração no Brasil, que se agravou muito como em toda a parte do mundo. Hoje França, Inglaterra não sabem o que fazer. Também estão lá senegaleses, imigrantes de outros países da África. E eles não sabem como lidar. Cinco mil na entrada do Canal da Mancha, entrando no País.

É um problema hoje do mundo inteiro.

Eu só queria, Senador Lasier, V. Exª sabe muito bem do carinho e do respeito que tenho por V. Exª, mas veja, em São Paulo, algumas autoridades acusaram o Governador Tião Viana de estar mandando haitianos para São Paulo.

Olha, há aquela música que fala “o Haiti é aqui”. Todos nós, acho, devemos ser um pouco haitianos, porque é um dos países que foi precursor da luta pelo fim da escravidão, um povo que, talvez por ter sido um dos primeiros a lutar para se livrar da escravidão, vive ainda, de certa forma, numa eterna escravidão. E sofreu, em 2010, o terremoto que matou quase 300 mil haitianos, inclusive a nossa D. Zilda Arns.

Como consequência disso e da situação em que o país vive, política e economicamente – vivia –, começou um processo de emigração em dezembro de 2010. Eu tenho os números. Na audiência nós vamos tratar. De haitianos passaram pelo, em 2010, 37. Em 2011, 1.175; em 2012, 2.225; em 2013, 10.779; em 2014, 14.333; e em 2015, até agora, até o dia 26 de julho, 8.026. Total: 36.575.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Haitianos.

Nenhum deles tinha o Acre como destino. É apenas um ponto de entrada. Então, não há possibilidade... E, olha, o Acre é um dos Estados menores do Brasil, do ponto de vista do PIB, do tamanho. Qual Estado do Brasil tem condição de lidar com um tema que a Inglaterra, ou seja, o Reino Unido e a França não estão lidando, não sabem como lidar? A Itália, o drama que vimos... Se não fosse a intervenção do Papa... O Papa Francisco usou uma frase muito feliz quando disse: "Olha, nós vamos aceitar que o Mediterrâneo se transforme no cemitério dos pobres africanos?" O Papa Francisco falou isso recentemente, alertando os governos.

É um tema gravíssimo. Chegou ao nosso País por quê? Todos buscando o sonho de estar aqui. O Brasil está vivendo o pleno emprego nesses últimos anos, e o Sul era a expressão desse pleno emprego. A situação mudou muito.

E eu queria só falar dos senegaleses, porque, veja bem, eu estive várias vezes nos acampamentos. Estamos tentando fazer um lado humanitário. Eles chegam de maneira ilegal, e o que se faz? Manda embora? Devolve?

Eu sou neto de imigrantes. Tenho cidadania portuguesa, porque meu avô chegou ao Acre... Aliás, ele entrou pelo Brasil, por Belém, se instalou na Bolívia, onde conheceu minha avó, com dezessete anos. Português. Eu sou neto. Eu não tenho o direito de não colaborar para, pelo menos, dar uma acolhida ou buscar uma política que possa, de alguma maneira, enfrentar esse problema da maneira correta. Por isso é que falei: o Itamaraty, o nosso Governo e o Ministro da Justiça estão começando a agir, mas, sobre os senegaleses, não há nenhum movimento. E aí me preocupo. Por isso eu queria fazer a pergunta.

Olha, senegaleses foram o seguinte: 2010, nenhum; 2011, nenhum; 2012, nenhum. Em 2013, 589; em 2014, 1.690; e em 2015, até o dia 26 de julho, 1.387. Então, pelo Acre entraram 3.666 senegaleses. A viagem deles é mais longa, o problema é mais grave, e aí eu queria, de fato, me somando ao colega Lasier e ao colega Paulo Bauer, pedir que V. S^a, caso tenha algumas informações, possa fazer um comentário, senão que colocasse, na sua bela sabatina, também essa questão, que é gravíssima, e começássemos a tratar já.

No caso dos haitianos, o Brasil está começando a agir, em parceria com o Equador, com o Peru, com o Panamá – que é a rota. No caso dos senegaleses, eu acho que não começamos a fazer nada, e é muito grave a situação. Devemos certamente tratar desse tema já com V. S^a como nosso representante lá no Senegal.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Senadora Ana Amélia, V. Ex^a tem a palavra.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu quero cumprimentar os dois Embaixadores que vão, respectivamente, para a Suíça e para a Aliança Helvética, e o Embaixador que vai nos representar no Senegal, com Gâmbia cumulativamente.

Bem rapidamente, quanto à questão do Senegal, da imigração, bem referida aqui pelos Senadores que me antecederam, no caso do Rio Grande do Sul há um detalhe: houve uma obra, numa época de "apagão" de mão de obra. Não havia trabalhadores para a construção civil, por exemplo. E, para instalar uma unidade importante, foram feitos contratos com uma empresa que fornecia equipamentos com mão de obra do Senegal.

Quando terminou a obra, esses trabalhadores senegaleses acabaram se distribuindo por outras áreas, como Erechim, Marau, cidades em que não se imaginaria ter a presença de senegaleses. Tiveram o problema inicial da língua – eles falavam a língua francesa –, mas foram se adaptando, a necessidade faz essas coisas. Hoje, convivem lá e estão se desenvolvendo.

É claro que, se essa questão da imigração – e aqui a Comissão debateu a questão de imigração – não for cuidada, nós estaremos acolhendo vítimas de um comércio de pessoas, dos chamados coiotes, de uma maneira absolutamente mais grave ainda. Então, é nesse aspecto que as autoridades, seja o Ministério das Relações Exteriores, seja o Ministério da Justiça, tenham uma atenção específica sobre esses casos.

O Embaixador Flávio Rocha Junior falou muito das necessidades que tem a região, muito pobre, onde ele vai servir. O nosso comércio bilateral caiu muito, mais da metade caiu, também revelando as dificuldades.

O senhor falou muito da questão de agricultura familiar, produção. Nós estamos hoje num contingenciamento de recursos orçamentários violento. Hoje mesmo, na Comissão, foram mencionadas pelo Senador Acir Gurgacz as limitações orçamentárias no MDA, que é o Ministério do Desenvolvimento Agrário, referido por V. Ex^a aqui. Então, nesse cenário, eu acho que a sua margem de cooperação pode ser menor. Eu queria apontar essas questões.

Só quero dar um exemplo, até pela maneira com que, sonhadoramente, um professor de música de Sapucaia do Sul, o Sílvio Costa, achou que ele poderia fazer um trabalho humanitário indo ensinar música para as crianças do Senegal. Quando chegou lá, Embaixador Flávio, ele se deparou com uma situação absolutamente inacreditável: as pessoas tinham carência de água – água! – caminhavam quilômetros e quilômetros, com um balde nas costas, para trazer água. Aí, esse professor – eu queria até fazer uma referência aqui muito bonita a ele, agradecer, porque ele dá um gesto de humanidade, ao Sílvio Costa – construiu, juntando lá apoio de algumas pessoas voluntárias, colaboradores, um poço. E as pessoas – e em 30 dias ele fez esse trabalho – têm uma ligação de água, que hoje está atendendo a mais de mil pessoas. Então, eu até quero que V. Ex^a, se lá encontrar o Sílvio Costa, diga que o exemplo dele foi mencionado aqui. Ao cumprimentá-lo, apenas deixo essa referência aqui, sobretudo acerca dessa questão da imigração.

Ao nosso embaixador que vai para a Suíça, o Embaixador José Borges dos Santos Júnior, estamos hoje vendo uma situação complicada relacionada à CPI do Futebol, que acaba de aprovar uma viagem dos Senadores desta comissão, por iniciativa do Senador, um especialista em futebol, Romário. A viagem tem como objetivo interrogar o ex-Presidente da CBF José Maria Marin, que está preso, sob a suspeita de envolvimento em esquema de corrupção em contratos na FIFA.

O Ministério Público suíço abriu investigação para apurar, inclusive, se a Odebrecht usou contas nesse país para pagar propina a envolvidos no desvio de dinheiro da Petrobras. Então, é claro que isso está muito no âmbito jurídico, mas a diplomacia, às vezes, opera nesse trabalho, nessas relações, para, pelo menos, facilitar ou viabilizar.

Então, são essas questões.

O Senador Aloysio já falou na questão de lácteos e áreas de lácteos com a Suíça. É uma coisa relevante.

Então, eu queria agradecer aos dois e desejar muita boa sorte.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, eu vou retomar o tema da migração, na linha do que o senhor falou, mas com outra posição.

Veja bem: não faz muito tempo, até 140 anos atrás, os senegaleses não queriam sair do Senegal. A gente entrava lá – quero dizer, nossos antepassados –, entrava nas aldeias, sequestrava-os, amarrava-os, colocava-os numa ilhazinha que há ali perto de Dakar chamada Gorée, ficavam ali durante semanas, às vezes meses.

Depois, a gente os colocava naquelas coisas chamadas navios negreiros, trazia para o Brasil, amarrados, acorrentados. Agora eles querem vir e a gente não quer.

Os irlandeses, quando tiveram a grande fome, migraram centenas de milhares para os Estados Unidos; os italianos vieram para o Rio Grande do Sul, por causa da fome, a mesma razão que faz com que os africanos hoje queiram entrar na Europa, a razão é a mesma: é a pobreza, é a fome. E recebemos os italianos, os franceses, os europeus todos de braços abertos, mas, quando chega na hora de receber africanos, nos arrepiamos, e alguns dizem: “É porque o número é grande!” Não era tão menor assim, não, no passado, o número de europeus que migravam. Vai ser, por causa da miséria africana que vai levar, sem dúvida alguma, não são algumas centenas, lá em Calais, como estão, sem dúvida, dezenas de milhares, é uma questão de anos, e não vão caber.

Agora, por que em vez de pensarmos como impedir a imigração, não pensamos em acabar com a necessidade da emigração? Por que, em vez de fazermos uma barreira para que os africanos não entrem na Europa, a gente não se preocupa – digo a gente, os dirigentes do mundo – para que os africanos não precisem sair? Repito porque uma letrinha às vezes não se percebe, quer dizer, em vez de barrar a imigração, fazer desnecessária a emigração. A gente não pensa nisso.

A Europa só não migrou em número muito maior ainda em 1945 e começo de 1950 para os Estados Unidos, porque os Estados Unidos, esse país que todo mundo chama de imperialista, teve a inteligência de fazer o Plano Marshall, que investiu na Europa e que, ao investir na Europa, não só barrou a necessidade de emigração como gerou negócio para os Estados Unidos que enriqueceram graças àqueles investimentos. Por que a Europa não pensa nisso hoje em relação à África? Claro que, tecnicamente, a gente explica: a Europa era bem preparada tecnicamente e bastava colocar dinheiro que as coisas e as indústrias apareciam. Na África, não será possível isso.

Por que não se faz um plano mais longo de investir na educação das crianças da África? Com o custo, veja bem, de um policial de fronteira daqueles que ficam nos Estados Unidos, impedindo guatemalteco de subir, a gente põe mil crianças na escola em Honduras. Contas feitas, analisadas; e pode vincular os pais, através de uma renda, como a Bolsa Escola, para que fiquem cuidando dos seus filhos em vez de emigrar. E isso não fere o direito humano, como alguns dizem, porque só recebe quem quiser. Quem quiser tem que ter condições, como o meu salário de Senador me obriga aqui a estar nessa sessão, seria uma condição para que eles recebessem.

Aí é que vem a nossa posição e falo para o Itamaraty em geral. O Brasil precisa liderar a colocação do problema da migração como um tema mundial tão grave quanto o desarmamento nuclear, tão grave como cuidar das centrais nucleares lá do Irã e outras, mas com o sentido de humanismo, de como fazer com que a emigração não seja necessária e não necessariamente como impedir a imigração, embora, durante alguns anos, terá que haver medidas para controlar a imigração.

Não estou dizendo que a Europa tem que abrir as portas para que todos os necessitados do mundo embarquem para lá. Não, não pode, mas tem que ser com certa vinculação a uma programa alternativo. Senão, a Europa...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Senador Cristovam, me permite, é o Tasso aqui atrás.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Também descendente de imigrantes.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Também descendente de imigrantes.

Só um adendo à sua observação. Não esquecendo a enorme quantidade de emigrantes brasileiros hoje nos Estados Unidos e na Europa...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito boa a lembrança.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – ...que deve ser muito superior a de senegaleses no Brasil, acredito.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Aliás, os Estados Unidos têm lá o museu da imigração, que é hoje um monumento nacional e que é um dos pontos de maior visitação por americanos e turistas estrangeiros.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito bem. São 3,5 milhões. Eu imagino uma sabatina como esta no Senado americano, que é um dos poucos países que faz isso, que acho uma coisa muito interessante, que é sabatina. Imagine alguém perguntando: “olha, quando você for ser embaixador nos Estados Unidos, cuidado com os emigrantes brasileiros”.

Atente, Senador Tasso, por isso. E prestem atenção de onde eles vêm, de qual Estado. Não, temos que liderar um movimento mundial ao Brasil.

Por isso, a única discordância que eu tenho com a política externa brasileira – eu me considero um dos mais próximos – é essa história de querer uma cadeira no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Eu acho isso uma grande besteira, que está nos custando perder a capacidade do chamado *soft power*. É a força moral que o Brasil vai ter, porque uma cadeira no Conselho nos Estados Unidos não vai agregar nada do ponto de vista de força para o Brasil. Vai é trazer custos altos, de ter que votar certas coisas inconvenientes. O Brasil tem de ser o líder mundial, como o Papa Francisco está sendo, citado pelo nosso Jorge Viana. Está sendo.

É uma dessas coisas para as quais eu convido aqui os Senadores para participarem de um movimento que está sendo criado – e eu faço parte. E vamos ter uma reunião em Dakar. É o Movimento Parlamentar e Sem Fronteiras na Defesa dos Direitos dos Imigrantes e dos Refugiados. Não é a defesa de entrar. Não. É a defesa de existirem. Hoje a população de refugiados deve estar equivalendo à sexta ou sétima nação do mundo. Número de refugiados, pessoas que não têm passaporte, que não têm carteira hoje representam um dos maiores “países” do mundo. Então, quero passar esse recado ao Ministro, não apenas para os que estão aqui sendo sabatinados.

No que se refere especificamente à sabatina, quero falar para o nosso Embaixador do Senegal que lá é um lugar muito bom para estar um embaixador, tentando aumentar essa relação entre os dois. A imigração é um detalhe. Mas é o conjunto. E o senhor falou bem da guerra. Está bem ali, na África. Recife está quase tão mais perto de Dakar quanto de Porto Alegre ou de Rio Branco. É muito perto.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Era uma escala antigamente. Então, é perto. Mas tem uma proximidade maior: é a proximidade racial e cultural. Nós somos um país africano. Eles são um país sul-americanos, se a gente for olhar sobretudo as relações de história que a gente tem. Nesse sentido, eu acho que a ideia é aproximar. E aproximar consolidando as relações sob todas as formas.

Então, o Embaixador José Borges – aproveito para dizer que tenho muita honra de ter sido seu professor no Rio Branco – é mais um dos embaixadores que foram meus alunos. Eu vou até fazer uma lista. Vou preparar uma lista. Deve haver uns doze, pelo menos. Eu tenho a lista de todos. Deve ser o décimo segundo, talvez, embaixador que foi meu aluno, como o Danese foi também, o Embaixador Danese.

Pois bem, ele fez uma pergunta sobre a qual eu nunca tinha pensado aqui. O que a gente recomenda para o trabalho do embaixador? Talvez porque saibamos que isso seja trabalho de quem está na Presidência.

Mas eu acho algumas coisas: uma é a ideia de aprofundar, no caso da Suíça, as relações com autoridades, com bancos, para entender o assunto da lavagem de dinheiro. Eu acho que a Suíça é um bom lugar para a gente entender como isso acontece por todas as partes, os *offshores* que existem no mundo.

Ampliar as relações com as universidades, centros de pesquisa é fundamental. O Brasil precisa estar mais perto da Suíça no que se refere às pesquisas e às formações. No que se refere aos brasileiros, cuidar bem deles, inclusive dos sessenta que estão lá em Liechtenstein, que provavelmente não precisam da gente. Mas, de qualquer maneira, quem sabe? Cuida bem desse pessoal.

O outro é usar o que eu acho que daqui para frente vai ampliar... E faz já uns oito, dez anos no Rio Branco que ficou aparecendo isso. Como os Senadores, políticos do futuro, nós vamos que ter dois chapéus, um chapéu nacional e um chapéu global. Não adianta. Nós vamos ser globais, necessariamente, pelos problemas.

Então, embaixador tem que procurar ter um chapéu nacional forte, mas, ao mesmo tempo, uma preocupação com os problemas globais observados a partir do país onde está, como a droga, migração, direitos humanos, meio ambiente, todos esses. Então, eu acho que isso já daria um bom trabalho para o meu querido ex-aluno José Borges, que estará em uma posição importante.

Ao Embaixador Flávio eu também gostaria de sugerir aumentar ao máximo as nossas relações e, em vez de a gente apenas querer barrar, temos que saber como cuidar, e cuidar da melhor maneira para que não precisem emigrar ou não precisem imigrar aqui. E, aí, como é que o Brasil pode ajudar nisso? Tanto com relação bilateral como nos fóruns internacionais. Os fóruns internacionais precisam colocar o problema da migração como fundamental.

Um dos dirigentes da comunidade disse, na semana passada, a migração é um problema mais grave do que a Grécia. E é mesmo. A Grécia vai se resolver com algum sofrimento maior ou menor dos gregos porque vão ter que pagar essa dívida que contraíram. Mas passa. Mas a migração não vai passar, é um problema para séculos. Se a gente não souber como fazer com que não seja mais necessário fugir de seu próprio país como os três milhões e meio, que o Senador Tasso lembrou, de compatriotas nossos que tiveram que sair.

(Soa a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Era isso, e, Senador Aloysio, eu queria aproveitar para apressar a audiência que o Senador Viana pediu sobre a questão da migração. Eu acho que é muito importante que a gente possa fazer essa audiência o mais rapidamente possível.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não, faremos isso.

Eu passo a palavra agora aos nossos sabatinados para que respondam às interpelações...

Desculpem-me, o Senador Anastasia também e o Senador Tasso Jereissati.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Muito bem, Sr. Presidente, eminentes Embaixadores, Sras Senadoras, Srs. Senadores, serei muito breve, eminente Presidente. Na realidade, observamos, na sabatina de hoje, um grande desequilíbrio entre realidades, o que é próprio do mundo. O Embaixador Flávio para o Senegal, o Embaixador José Borges irá para a Suíça, dois países completamente distintos em termos econômicos, de desenvolvimento humano, de desenvolvimento social, de inclusão. O mundo é assim mesmo. Então, as realidades existem.

Eu não vou mais tecer considerações sobre o tema da emigração que já foi à exaustão aqui debatido, mas quero só lembrar, como disse bem o Senador Cristovam, que não acho que é um problema porque, na realidade, a emigração e a imigração fazem parte da humanidade. Se nós verificarmos como os povos se construíram na terra ao longo dos milênios da existência da humanidade, vamos ver que esses movimentos migratórios compuseram a raça humana inclusive. Nós saímos da África, os nossos antepassados que vieram da evolução e foram se espalhando mundo afora.

Eu visitei recentemente algumas nações da Europa Central, e elas foram colonizadas ou influenciadas por pessoas que vieram do Extremo Oriente. Então, isso faz parte da humanidade. Agora, é claro que em cada época, cada circunstância, cada drama e, por isso mesmo, o debate é fundamental para darmos mais condições de que essas correntes migratórias humanas funcionem bem e com qualidade de vida e, é claro, todas as condições necessárias porque isso que ocorre hoje já ocorreu no passado sem cessar e vai continuar ocorrendo daqui a cem, duzentos, trezentos, quinhentos anos e para frente.

O tema, de fato, é um tema em que o Brasil passa a ser observado como uma Nação que no passado recebeu, que exporta e que agora tem recebido novamente, mas num ambiente um pouco mais delicado. Esse é um ponto importante de mera observação.

Cumprimento o Embaixador Flávio, que vai para um país que já teve um protagonismo muito importante em África ao tempo do Presidente Léopold Senghor, o Senegal, certamente um destaque muito grande. Perdeu, lamentavelmente, esse destaque com o fim da sua liderança, com o seu falecimento e passou a ser um país africano com certo desenvolvimento, com certo prestígio, mas sem mais aquele destaque publicitário de mídia, como lembra o Embaixador, no tempo do Presidente Senghor. Temos boas relações, fruto do colonialismo. A presença da Gâmbia, com uma pequena tripa, é resultado da influência do imperialismo britânico na

guerra contra a França. E houve até, no passado, a tentativa da Federação do Senegal com Gâmbia lamentavelmente fracassada. Então, com certeza, muitos temas V. Exª terá para desenvolver seus trabalhos em Dakar.

Embaixador Borges, pergunto, na verdade, provocado pelo Senador Lasier a respeito da Nestlé até porque ela acaba de anunciar uma grande fábrica em Minas Gerais, mais uma em Montes Claros, para aquilo que é fundamental e que V. Exª diz muito bem, que é agregar valor aos nossos produtos.

Tem sido uma obsessão nossa no Brasil e em Minas Gerais, em especial, fabricar cápsulas de café instantâneo.

A Nestlé é a maior produtora e exportadora de café do mundo e não há lá um pé de café. Enquanto Minas Gerais produz 25% do café de todo o mundo.

Então, naturalmente, trazer essas fábricas...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Alemanha é o terceiro exportador de café.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – E depois a Itália. E não tem produção.

Então, tenho certeza de que o Embaixador vai se dedicar muito a isso.

Lembro que, em termos de valor tecnológico, a Suíça já tem alguns investimentos. E recentemente, Minas Gerais fez um investimento muito importante na área de placa solar de altíssima tecnologia. Quer dizer: eles têm vontade. Levaram pessoas do mundo inteiro para Minas, que trabalham em empresas suíças.

Acho que ali temos um mundo a trabalhar, porque a Suíça, na verdade, é um exemplo de país desenvolvido, um país de altíssima educação, um país que tem nos direitos humanos, na democracia – inclusive direta – um valor muito alto. E nós temos de nos inspirar sempre nesses exemplos.

Eu sempre digo aqui, Sr. Embaixador, que o Brasil deve olhar bem com quem anda e andar com quem é mais do que nós, para nos aproximarmos dele e nos inspirarmos nesse processo.

Então, a Confederação da Suíça – inclusive colocaram Confederação da Suíça, mas acho que é Confederação Helvética o nome oficial, Suíça é o nome popular – é um país que deve receber sempre o nosso aplauso.

E V. Exª, nas suas funções em Berna, certamente vai se dar muito bem.

Faço apelo, fazendo coro aos nossos Senadores, a esse investimento econômico. A Suíça é uma potência, tem recursos: que invista mais, com confiança no Brasil, no momento em que superarmos o momento grave que vivemos hoje. Vamos fazê-lo, para que a Suíça, que tem, inclusive, essa fama de sempre ter banqueiros experimentados, conservadores, tenha confiança, *bona fide* no Brasil, para fazer aqui bons investimentos. Do Rio Grande ao Amapá, mas, claro, com preferência para meu querido estado de Minas Gerais.

Muito obrigado, Embaixador.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Acontece, Presidente, que se falou aqui da imigração e da emigração, mas não se falou da migração, que é interna no Brasil.

Então, muita gente do Nordeste veio para cá, foi lá para o Rio Grande, e muito gaúcho está indo lá para Minas. A gauchada está se espalhando também, temos que falar isso também.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito bem. Tem a palavra o Senador Tasso Jereissati.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador, só uma perguntinha, já que houve o seu enriquecedor aparte a minha fala. Não vai enriquecer, a não ser depois da resposta do Senador José Borges.

Ao que se deve o milagre de Liechtenstein ser o terceiro País no mundo em PIB *per capita*?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Acho que à monarquia.

Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Senador Aloysio, Srs. Senadores, Srs. Embaixadores, vou ser bastante breve.

Primeiro, quero congratular-me com os dois Embaixadores, futuros Embaixadores, e dar uma palavra específica, modestamente, diante desta disputa entre Minas Gerais e Rio Grande do Sul pela Suíça, do Ceará sobre o Senegal.

V. Sª foi bastante oportuno do enorme potencial de desenvolvimento comercial, cultural entre, principalmente, o Nordeste brasileiro e o Senegal.

Hoje, eu não sei se V. Sª sabe, mas, no Ceará, é muito comum habitantes da costa de Cabo Verde irem ao médico se tratar e fazerem compras no Ceará. Existe já o intercâmbio.

Isso pode, facilmente, com um pouco de organização e boa vontade política, estender-se ao Senegal, para um intercâmbio comercial muito maior.

Aqui eu queria me colocar, desde já, à disposição de V. S^a, para organizarmos um grupo de trabalho – até um grupo de empresários, de investidores e de importadores, também, do Ceará – para intensificarmos com o Senegal – convidando também V. S^a aqui, depois de assumir, vá a Fortaleza conosco – um primeiro encontro.

Essa é a colocação que eu queria fazer.

E, mais uma vez, parabeno os dois Embaixadores.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – O Embaixador Flávio Hugo Lima Rocha Júnior.

O SR. FLÁVIO HUGO LIMA ROCHA JUNIOR – Bom.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC. *Fora do microfone.*) – Eu tive que adiar lá, porque estava em um processo de votação, porque, senão, iria prejudicar aqui. Vou esperar terminar aqui para abrir lá. Foi a decisão que eu tomei.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP. *Fora do microfone.*) – Muito obrigado. Está terminando. Agora é só a palavra de dois Embaixadores.

O SR. FLÁVIO HUGO LIMA ROCHA JUNIOR – A grande questão que foi levantada e que me cabe aqui é da imigração senegalesa no Brasil.

Bom, vou tentar contextualizar um pouco a questão. Em primeiro lugar, o governo senegalês não tem o menor controle do fluxo dos seus habitantes; pelo contrário, sempre, de certa forma, incentivou a diáspora, incentivou que senegaleses se estabelecessem na Europa, na França, principalmente, tanto para fazer estudos, para trabalhar, pois a remessa de recursos que essas pessoas mandam para o Senegal de volta é importante para as contas nacionais. São números expressivos, eu não tenho de cabeça.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLÁVIO HUGO LIMA ROCHA JUNIOR – Pois é. Então já começa por aí. Os senegaleses não têm vindo só para o Brasil. Em muitas dessas mortes, desses acidentes trágicos no Mediterrâneo, sabe-se que há cidadãos senegaleses. O governo não sabe dizer quem é, quantos são, mas uma coisa se sabe: todos partem, porque o desemprego é muito alto, não há empregos para todos, sobretudo para a população que mora no interior, que tem uma pequena unidade que produz ali algum produto. As famílias são grandes, aquilo não absorve a mão de obra. As pessoas vão para as cidades e, de lá, no desespero, tentam outra vida, muitas vezes, ao custo da própria vida. Isso é muito desagradável. Então, o governo senegalês já não tem o controle.

Eu imagino que os senegaleses tenham sido atraídos por todo zum-zum-zum da questão do Haiti, mas o grande problema é que eles chegam ao País nas piores condições possíveis, muitas vezes roubados, enganados.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLÁVIO HUGO LIMA ROCHA JUNIOR – Enganados, muitas vezes roubados, e chegam ao Estado do Acre e se tornam um peso para os serviços sociais do Estado. Isso temos que reconhecer. Então, o que fazer? É muito difícil.

Eu sei que o Ministério das Relações Exteriores já teve uma primeira conversa com os países da região, justamente para procurar evitar os abusos, os coiotes, esse roubo de recursos das pessoas que estão tentando entrar no Brasil, mas até agora não temos visto resultados concretos.

Eu conversei com um colega que se ocupa com a Divisão de Imigração, e ele me disse que, recentemente, esteve com o delegado da Polícia Federal encarregado dessas questões. Ele disse que já haveria notado um certo decréscimo nessas últimas semanas de novos pedidos de refúgio – eu acho que no Acre – e pensou, adiantou, a hipótese de que talvez a situação econômica não esteja atraindo tantos imigrantes, mas isso eu não tenho condições de verificar.

O que a Embaixada pode fazer? A Embaixada em Dakar dá vistos com consulta. Todas as pessoas, à exceção dos vistos diplomáticos e de serviços, que são de altos funcionários do Estado senegalês, pessoas que ocupam função e não precisam de visto até 90 dias, todos os vistos comuns têm um processo, e temos que consultar Brasília antes de conceder o visto. O visto é um processo, há várias peças que têm que ser incluídas e uma das mais importantes é a prova de que o cidadão senegalês é capaz de se sustentar no Brasil.

Às vezes, há casos de falsificação de documentos a que procuramos estar atentos e de outras pequenas fraudes. Mas o papel da Embaixada também é muito limitado. Nós somos muito atentos a essas questões, até que outra legislação venha endurecer ainda mais ou facilitar a concessão de vistos.

A minha dúvida é que eu acho que o Governo vai ter que examinar se vai procurar direcionar uma imigração de pessoas mais capacitadas que possam entrar imediatamente no mercado de trabalho ou se vai dar preferência, digamos, no campo humanitário, para receber os desvalidos que muitas vezes chegam sem profissão ao Brasil ou, quem sabe, um equilíbrio entre os dois. Mas a questão é que isso envolve, primeiro, o entendimento político nesta Casa, no Congresso, para saber o que queremos. Depois, o Executivo saberá conversar com os países vizinhos para evitar os abusos que muitas vezes acontecem no caminho.

É isso que eu posso, hoje, dizer sobre a questão. Quando eu chegar a Dakar, certamente terei outra visão do problema.

Não há obras no Senegal – foi o senhor que perguntou – com empresas brasileiras.

Agora, o Senador Cristovam levantou uma questão interessante. Por que não investir no Senegal, criar empregos e tentar fixar essa população lá? Isso sempre é possível. Mas o governo não substitui também em iniciativa privada.

O governo do Presidente Macky Sall lançou um ambicioso programa de reformas econômicas que eles chamam de Plano Senegal Emergente. Eles querem que, no futuro, em 2035, o Senegal seja considerado um país emergente. Então, prevê-se uma série de obras de infraestrutura, reformas na área de governança, capacitação da grande mão de obra senegalesa. Imagino que o Brasil poderia, eventualmente, se inserir num desses segmentos.

Sei que o Ministério da Indústria e Comércio do Senegal esteve recentemente no Brasil – para ser mais preciso, no mês de abril –, em São Paulo, conversou na Fiesp, justamente para apresentar as oportunidades para empresas estrangeiras se estabelecerem no Senegal. Talvez isso pudesse minorar o problema – não resolver de todo, mas minorar o problema.

Creio que é isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigado.

O SR. JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR – Sr. Presidente, gostaria de começar invertendo a ordem das perguntas que foram feitas e respondendo, primeiro, ao meu querido mestre, Senador Cristovam Buarque.

Senador, o senhor me perguntava sobre a explicação para que Liechtenstein tenha a segunda renda *per capita* do mundo. Eu acho que a explicação é muito simples. Primeiro, é um país que investe pesadamente em educação. Essa é a primeira explicação. Segundo, é um paraíso fiscal que se especializou na intermediação de investimentos com uma série de incentivos fiscais. Por exemplo, a ThyssenKrupp, que é alemã, faz uma série de investimentos no Brasil por intermédio de Liechtenstein. E a terceira explicação, na minha opinião, é que esse país identificou alguns nichos nos quais se especializou. Por exemplo, integrados com a Suíça, eles produzem material de prótese dentária, máquinas de precisão e principalmente máquinas de pequeno porte. Na verdade, eles identificaram certos nichos no mundo e se especializaram nisso.

Investiram pesadamente na educação e são uma espécie de paraíso fiscal. Acho que essas são as três explicações. Em uma população tão pequena, isso funciona.

Eu passarei então, em seguida, à pergunta que me fez o Senador Paulo Bauer: qual seria a estratégia para aumentar os investimentos suíços no Brasil. Acho que a primeira preocupação seria estabelecer de uma vez o cronograma para a realização das negociações que estão esperando há algum tempo entre a European Free Trade Association, que é a associação de natureza econômica da qual a Suíça faz parte, com a Islândia, a Noruega e Liechtenstein, e o Mercosul para estabelecer uma série de mecanismos que facilitem esse aumento de investimentos.

Mas mais importante que isso, Senador, são medidas muito simples, que são pequenos irritantes na relação entre os dois países que poderiam facilitar e que fazem com que alguns investidores suíços vejam com certa desconfiança, ou com certo temor... Por exemplo: o fato de que não existe um tratado para evitar a bi-tributação entre os dois países. Então, precisamos caminhar nesse sentido, negociar para que se chegue a um acordo sobre esse tema. E a outra é ver – e a Suíça já tem dado demonstrações de que vai trabalhar nesse sentido –, de alguma forma retirar esse país da lista negra dos países que têm tributação favorecida. Então, são pequenos ajustes, mas que na prática têm resultados bastante efetivos.

Por outro lado, eu gostaria também de contar, quem sabe, com o apoio e com sugestões do grupo parlamentar. Quem sabe este grupo não tem sugestões a me apresentar para que possamos trabalhar melhor esses incentivos aos investimentos? Os Parlamentares estiveram recentemente, em 2013, conhecem bem a realidade suíça e a relação estreita entre os dois países.

Passarei, então, em seguida, à pergunta da Senadora Ana Amélia com relação ao requerimento para ouvir o Marin na Suíça. Eu, aliás, estava até com um extrato do *Estado de São Paulo* com a notícia sobre esse tema. Na verdade, a participação do Itamaraty nesses... É muito limitada, esse é um problema, é uma questão de competência do Ministério da Justiça, e nós entramos mais como um canal facilitador. Nesse momento, nós nem sequer recebemos o pedido de informação, então é um pouco prematuro entrarmos nesse tema, a senhora entenderia, mas é óbvio que, como canal facilitador, temos todo o empenho.

Finalmente, eu queria dizer ao meu Relator, o Senador Lasier Martins, que ele, claro, contará com todo o meu empenho, e verei exatamente o que estaria acontecendo, sem prejudicar Minas Gerais, obviamente... (*Risos.*) nos investimentos da Nestlé. Acho que com esses pequenos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR – Não sei se eu teria respondido a todas...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – São Paulo vai ficar fora disso? Como é isso?

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – O que aconteceu, Presidente, é que, em razão de incentivos fiscais de uma lei chamada Lei Rosinha, a então governadora Rosinha Garotinho, o Estado do Rio reduziu a zero o ICMS de produtos lácteos. Isso levou uma grande unidade da Nestlé para o interior do Estado do Rio de Janeiro, aproveitando a bacia leiteira mineira, que é um terço da produção nacional. Então, de fato, isso aconteceu. A guerra fiscal, tão maléfica para o Brasil, chegou a esse ponto.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Mais um exemplo. O.k.

O SR. JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR – Bom, Sr. Presidente, tenho a impressão de que respondi...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito bem.

Srs. Senadores, quero compartilhar com os Srs. e as Sras Senadoras uma preocupação que eu tenho. A nossa... As sabatinas...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – ... regras constitucionais e regimentais. Uma delas é fundamental, vem sendo observada, que é a votação secreta. Mas há uma outra regra, que caiu em desuso. É uma regra da Constituição que determina que a sabatina transcorra numa sessão secreta. E ela não transcorre numa sessão secreta. Estão aí os telespectadores da TV Senado que acompanharam, aliás, essa interessantíssima sabatina dos dois Embaixadores.

Eu até apresentei...

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – ... uma Proposta de Emenda à Constituição para abolir formalmente essa regra, que já caiu em desuso. Creio que nunca foi respeitada, pelo menos depois da reconstitucionalização de 45.

Então, consulto os senhores se a votação – a votação não, mas a apuração – poderá transcorrer na presença de todos. Não tem sentido esvaziar o plenário, sai todo mundo, apura o voto secreto, que está já registrado. O voto é secreto, ninguém saberá quem votou “sim”, quem votou “não”. Não tem muito sentido.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – É o caminho melhor, Senador, concordo plenamente, já é um primeiro passo...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Se não houver nenhuma objeção.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – E o melhor será o passo seguinte: voto aberto.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Aí, já tenho dúvida. Divirjo de V. Exª nesta matéria, porque pode haver alguém que sai para representar o nosso País com uma marca política de alguém que foi contra, outros que votaram a favor. Isso, creio, pode, de alguma maneira, constranger a atuação do embaixador. Mas, enfim, é algo a ser debatido, sei que há uma posição forte no Congresso na mesma linha de V. Exª.

Mas, se não houver objeção, vou, depois de ter designado o Senador Paulo Bauer para atuar como Secretário, abrir o painel. Ainda está votando o Senador Petecão. Cristovam já votou?

O Senador Petecão encerrou seu pedido de obstrução porque vinha se batendo pela concessão do visto, do asilo, melhor dizendo, do refúgio ao Senador Molina, e o Governo brasileiro, o Conare tomou esta decisão na última sexta-feira, muito acertadamente, embora tardiamente.

O barulhinho mostra que já votou. Vamos lá?

Está encerrada a votação, vamos ao resultado. *(Falha na gravação.)*

As indicações da Senhora Presidente foram justamente aprovadas.

Está encerrada a reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 22 minutos.)

ATA DA 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE JULHO DE 2015.

Às oito horas e trinta e oito minutos do dia primeiro de julho de dois mil e quinze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença das Senhoras e dos Senhores Senadores Walter Pinheiro, Telmário Mota, Sandra Braga, Valdir Raupp, Ricardo Ferraço, Hélio José, Wilder Moraes, Flexa Ribeiro, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Elmano Férrer, José Pimentel, Paulo Rocha, Waldemir Moka, Sérgio

Petecão e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião e propõe a dispensa de leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Após a leitura dos comunicados, tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 36, de 2015, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que requer “nos termos do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura para tratar dos investimentos em infraestrutura de logística em andamento no chamado Complexo Industrial do Porto do Açú. Considerando a motivação da Audiência Pública requerida, recomendo a presença do Diretor Presidente da empresa Prumo Logística Global, Eduardo Parente”. O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer sua exposição, o Senhor Eduardo Parente, Diretor Presidente da Prumo Logística Global. É igualmente convidado a compor a mesa o Senador Ricardo Ferraço, Vice-presidente da Comissão. O Presidente registra a presença do Deputado Federal Evair de Melo – PV/ES. Tem início a PARTE II da Reunião, com a apreciação de requerimentos extrapauta. Item 1 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 44, de 2015, de autoria do Senador Hélio José, que “nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, e do art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam convidados para debater a duplicação da rodovia BR-080, em audiência, as seguintes autoridades: – Diretor Geral (em exercício) do DNIT, Valter Casimiro Silveira; – Presidente da Subseção da OAB de Brasília, o Sr. José Severino Dias; – Representante do Ministério das Cidades; – Secretário de Infraestrutura e Serviços Públicos do Distrito Federal, Julio Cesar Peres; – Diretor do Departamento de Estradas e Rodagem do Distrito Federal, Henrique Ludovice; – Administrador de Brasília, André Luis Queiroz Rosa; – Prefeito de Padre Bernardo (GO), Francisco de Moura Teixeira Filho; – Representante da Associação Pro-Descoberto, a Sra. Márcia Rosely Carvalho”. Resultado: aprovado o requerimento. O Senador Hélio José faz uso da palavra para propor a realização da audiência pública em uma sexta-feira, o que foi aprovado. Item 2 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 45, de 2015, de autoria do Senador Fernando Bezerra Coelho, que “nos termos do inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, requeiro a realização de audiência pública, a ser realizada no dia 08 de julho de 2015 pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, para debater os ‘desafios no abastecimento de água potável e no esgotamento sanitário, em face da crise hídrica’, com presença das seguintes autoridades e especialistas: Sr. Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho, Governador do Estado de São Paulo; Sr. Marcio Araújo de Lacerda, Prefeito do Município de Belo Horizonte; Sr. Édison Carlos, Presidente do Instituto Trata Brasil; Sr. Roberto Cavalcanti Tavares, Presidente da Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento (Aesbe); e • Sr. Walter Gomes de Sousa, Diretor-Geral do DNOCS (Departamento Nacional de Obras contra as Secas)”. Resultado: aprovado o requerimento. Aditado pelo autor para inclusão, como convidado, do Sr. Walter Gomes de Sousa, Diretor-Geral do DNOCS (Departamento Nacional de Obras contra as Secas). Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Ricardo Ferraço, Blairo Maggi, Fernando Bezerra Coelho, Hélio José e Walter Pinheiro. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às dez horas e catorze minutos, lavrando, eu, Thales Roberto Furtado Moraes, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Declaro aberta a 17ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da atual Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Sras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Documentos recebidos pela Comissão.

Comunico o recebimento de ofício da 1ª Secretaria do Senado, que encaminha ofício da Secretaria de Portos, Ofício nº 846, em resposta a outro, de nº 971, originalmente requerimento da Comissão de Serviço de Infraestrutura de autoria do Senador Jayme Campos. O requerimento solicitava informações sobre as instalações portuárias operadas em caráter excepcional, utilizadas por interessado não detentor do arrendamento ou concessão, conforme determinado na Lei nº 12.813, de 5 de junho de 2013.

Cópias deste documento estão à disposição das Sras e Srs. Senadores.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, gostaria de convidar, para ficar aqui na Mesa dos nossos trabalhos, o Vice-Presidente desta Comissão, Ricardo Ferraço. (*Pausa.*)

Cumram-se as formalidades.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – A presente reunião destina-se à realização de audiência pública em atendimento ao Requerimento nº 36, de 2015, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, aprovado em 17 de junho último, para tratar dos investimentos em infraestrutura de logística, em andamento no chamado Complexo Industrial do Porto do Açu.

Para debater o tema, foi convidado o Sr. Eduardo Parente, Diretor-Presidente da empresa Prumo Logística, a quem aproveito a citação e convido para que tome assento à nossa mesa. *(Pausa.)*

Informo a todos os presentes – já se tornou uma praxe, aqui, a quem nos acompanha pelos canais de divulgação do Senado – que essa reunião será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Portanto, os cidadãos que tenham interesse em participar, com comunitários ou perguntas, podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, através do chamado Alô Senado.

Inicialmente, eu gostaria de passar a palavra ao Senador Ricardo Ferraço, para que ele possa fazer uma saudação ao nosso convidado de hoje. Ao mesmo tempo, ele dará uma explicação a respeito dos objetivos dessa reunião, do ponto de vista dele, que foi o autor do convite, e logo após teremos a palavra do nosso convidado.

Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O Dr. Eduardo Parente é nosso convidado. A Comissão de Infraestrutura do Senado se esforça para ter um protagonismo no debate e no encaminhamento desse, que é um dos maiores desafios do nosso País, qual seja, proporcionar uma infraestrutura adequada à nossa atividade econômica, Sr. Presidente.

Nesse contexto de muitos desafios, o Brasil assiste ao desenvolvimento de um empreendimento que é um marco na história do nosso País, não apenas pelo modelo, mas pela velocidade com que esse empreendimento, já em fase de operação, poderá representar não apenas para a Região Sudeste, não apenas para o Estado do Rio de Janeiro, para o Estado do Espírito Santo, mas como solução para o nosso País, exatamente na quadra em que o Governo Federal solicita à sociedade brasileira que nós possamos renovar as nossas esperanças, expectativas em relação a um novo projeto de infraestrutura e logística em nosso País.

Para falar sobre esse projeto, sobre essa conexão, nós convidamos para estar conosco aqui o Dr. Eduardo Parente, que é Presidente da Prumo Logística, e eu acho que, sem mais delongas, é importante que nós pudéssemos passar a palavra para o Dr. Eduardo Parente, para que ele pudesse fazer uma apresentação sobre a sua visão dos desafios da logística em nosso Brasil e de como o Complexo Industrial Portuário do Açu poderá contribuir para o desafio brasileiro.

Então, sem mais delongas, passamos a palavra ao nosso convidado, agradecendo muito a disponibilidade, para que nós socializemos esse conhecimento, essas informações, até porque, pessoalmente, eu estive visitando o Complexo do Açu, que fica na divisa do Estado do Rio de Janeiro com o Estado do Espírito Santo, e voltei impressionado com aquilo a que assisti, porque nós estamos aqui na Comissão de Infraestrutura muito acostumados a PowerPoint, e esse não é um projeto PowerPoint, mas um projeto real, que já contribui com a infraestrutura e a logística em nosso País, e são projetos como esse que poderão fazer o Brasil dar um salto na sua infraestrutura.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado ao Dr. Eduardo Parente, pela disponibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Concedo, portanto, a palavra ao Dr. Eduardo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Nós estamos falando de porto, só se for para embarcar o leite.

Concedo a palavra ao Dr. Eduardo Parente, nosso convidado, com toda a satisfação, Diretor Presidente da Prumo Logística.

O SR. EDUARDO PARENTE – Presidente, Garibaldi, muito obrigado.

Muito obrigado, Senador Ferraço, pelo convite. É uma grande honra estar aqui apresentando, na Comissão de Infraestrutura, o que é certamente o maior projeto de infraestrutura privado da história do Brasil e – como disse o Senador Ferraço, que foi lá nos visitar num dia de muita chuva, ficou encharcado, de bota e capacete, conosco – foi um PowerPoint há muitos anos e hoje é uma realidade. Então, eu começo explanando a diferença desse projeto para um porto, entre aspas, “normal” brasileiro.

No Brasil, os portos fazem verdadeiros milagres com a infraestrutura existente, até mesmo porque têm um legado: eles começaram – ou pelo menos os principais portos aqui no Sudeste – todos muito pequenos, com uma cidade crescendo atrás, com uma montanha atrás, e acabam sendo infraestruturas que são muito complicadas, na parte do acesso, de serem expandidas e, normalmente, se confundem com as cidades ao redor. Eles não foram planejados, na sua origem, para ter o tamanho que têm hoje.

O Açu é diferente disso. O Açu está no norte do Estado do Rio de Janeiro, quase na fronteira com o Espírito Santo, numa região pouco povoada – é perto da cidade de Campos, no Município de São João da Barra –, e foi todo concebido com a ideia de ser um grande complexo porto-indústria. Similar a isso, só vemos na China e no oriente médio.

Então, um porto pensado 30, 40, 50 anos na frente, em que toda infraestrutura é feita para ter a robustez necessária para ter um complexo porto-indústria que torna não só o porto, mas a indústria, mais eficiente. Isso é único no Brasil e muito raro no ocidente. Mesmo os portos da Europa, que são um grande complexo porto-indústria, começaram muito menores que são e foram sendo expandidos, às vezes, à custa até de remoção da cidade na retroárea. Pensado na sua origem, é muito raro, e, de novo, China e Oriente Médio.

Você me ajuda. Está torto.

O que é importante? Outro dia, fui fazer uma palestra na Firjan, onde estava o Júlio Bueno, Secretário de Fazenda do Rio, e fui apresentado como uma coisa diferente, porque era um porto que só tinha participação privada. E isso, teoricamente, pode até ser considerado verdade na hora que falamos de participação financeira, mas existe uma participação gigantesca do Estado, no sentido amplo da palavra, na realização do porto. Um exemplo disso é que esta Casa aprovou a Lei dos Portos, em 2013. Não fosse essa, não seríamos o que somos. Então, estou quase vindo mostrar aos senhores aqui o final do trabalho de V. Ex^{as}. Em 2013, houve um grande esforço nesta Casa para isso e estou trazendo aqui o fim.

Há um série de coisas, e estou elencando aqui nesse quadro. O investimento é 100% privado; a dragagem... E vejo muito o Ministro Edinho em diversos eventos com relação à nossa indústria. As pessoas falam muito de dragagem, mas isso não é um problema para nós, porque nós fizemos tudo, nós pagamos tudo. De outro lado, temos a lei acontecendo, promulgada no Congresso; toda a parte de licenciamento feita pelo Estado; temos as ferrovias e os acessos rodoviários vindos pela obra do PIL.

Portanto, não é pouca e, apesar de não ter esse título formal de PPP, acho que é um exemplo de PPP em que entramos com dinheiro e com o risco, fazendo o que fazemos bem, e o Estado tira da frente as barreiras, criando a infraestrutura acessória para que pudéssemos existir. Mesmo na hora em que olhamos o financiamento, que é o outro pedaço importante de contribuição do Estado, o financiamento tem um pedaço muito importante do BNDES, ainda assim o risco é privado, porque ele é todo confiança de dois bancos privados.

A Prumo, a dona do Porto do Açu, é uma empresa brasileira que é listada na Bolsa de São Paulo e tem, como principal acionista, um fundo americano que tem US\$17 bilhões em ativos espalhados pelo mundo, principalmente nas áreas de energia e infraestrutura, e muito apetite de Brasil. Ela tem outros investimentos no Brasil, por exemplo, o gasoduto Brasil-Bolívia. Então, a entrada no Porto do Açu foi uma visão de médio prazo. Entrou com R\$1,3 bilhão e, recentemente, já num ambiente mais complicado em termos econômicos, colocou mais R\$650 bilhões. O total investido, e todo esse dinheiro privado, foi R\$10,4 bilhões, sendo R\$5 bilhões nossos e R\$3 bilhões da Anglo American, e começamos, e essa é a beleza do empreendimento, um pouco bola de neve, a atrair várias indústrias que também investem na região.

Um exemplo que gosto muito de dar: o norte fluminense. Em diversos aspectos, ele depende muito dos *royalties* do petróleo, sendo que os *royalties* não só variam como são finitos, um dia isso acabará, mas isso está começando a ser trocado. Em São João da Barra, um Município que tem um orçamento entre R\$400 milhões e R\$500 milhões, só o porto gerou R\$67 milhões, e ainda estava pré-operacional. Ele está operacional, mas esses R\$67 milhões são do ano de 2014 e começamos a operação só no fim do ano. São R\$67 milhões que são uma receita estável e infinita, começando a ser gerada para o Município.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – *(Fora do microfone.)*

O SR. EDUARDO PARENTE – Exatamente. Já está funcionando.

No porto, temos a Technip, que montou a maior fábrica de tubos flexíveis do mundo e está funcionando desde o ano passado; a NOV, que é a quarta maior fábrica de tubos flexíveis do mundo também – as duas estão operando 24/7; a Wärtsilä, que faz motores e geradores.

Essa primeira fase é muito relacionada à indústria do petróleo, o que, para nós, é muito óbvio, porque estamos na cara da bacia de Campos, quase a metade da distância de Macaé, e o Açu tem uma infraestrutura muito grande. O Porto de Macaé, sem dúvida, é superimportante no contexto nacional do petróleo, mas tem seis berços com uma retroárea muito reduzida. No Açu, são 15 berços com 90 km² de retroárea longe de uma cidade. Vemos as dificuldades de empresas, por exemplo, na Baía de Guanabara, que não conseguem trabalhar com mais do que 6 m de calado. Nossos canais aqui têm 10, 14,5 e 20 m. Então, você começa a poder instalar a indústria na beira do mar de uma forma economicamente muito mais competitiva.

Temos aqui um dos exemplos da obra, e eu gosto muito de falar disso, porque acelerou muito a obra e tornou-a muito mais barata. Na hora em que cheguei, fiquei um pouco preocupado, porque comentaram que era a primeira vez que faziam isso, mas, quando se olha esse método de construção, muitos portos na Ásia são

feitos, todos no Japão, na Espanha, na Costa Atlântica, com esses caixões de concreto com 21 m de altura, 24 m de largura e 66 m de comprimento. Eles são construídos dentro daquele dique flutuante, saem dali boiando e rebocados e pesam 15 mil toneladas quando vazios. A gente cava um buraco no fundo do mar, enche o leito de pedras e encaixa esse caixão no fundo do mar. Depois, enche com a própria areia da dragagem e ele passa a pesar mais de 20 mil toneladas. A beleza disso, primeiro, é que é ecologicamente muito melhor porque não se usam pedras muito grandes, mas um material muito mais amigável. É muito mais rápido e muito mais barato. Acho que, em qualquer expansão de porto no Brasil, devia se considerar isso, com uma grande vantagem: do lado de fora, é quebra-mar e, do lado de dentro, é um píer. Isso possibilitou construirmos 4 km de quebra-mar num píer em menos de um ano e 2,6 km de quebra-mar no outro píer em um ano e pouco.

Aqui há um outro exemplo da grandiosidade do projeto.

A maioria dos portos brasileiros são feitos, na sua parte abrigada, num rio ou numa lagoa, num canal. Isso é um canal completamente artificial. Essa draga, em agosto de 2011, entra pela primeira vez na praia e nota-se que ela está jogando areia para trás. Ela acaba se fechando ali dentro, trabalhando e formando um canal de 7 km completamente artificial. Isso barateia muito o porto para toda a vida dele porque não tem nada empurrando areia de dentro para fora, causando assoreamento, além disso, isso permite que essa primeira perna, que está na fotografia, já tenha 14,5 m de calado. Esse Terminal 2 está completamente pronto: toda a parte de quebra-mar e toda a parte de dragagem prontas, e os cais dos principais clientes também.

Para dar uma noção da dimensão de que estamos falando aqui, o Porto de Açu, hoje, tem 4 km de cais prontos e operando e terminará o ano com seis, e o projeto – só falta construir cais, porque já está tudo dragado – são 17 km. O Porto de Santos inteiro tem 13. Essa é a ilustração da dimensão do que estamos falando.

E aqui um pouco do que estava falando aos senhores: a distância. Estamos naquela ancorazinha, e os campos de petróleo em verde – listamos ali o 1, que é o Roncador, que, se não me engano, produz 256 mil barris por dia. A distância que a gente tem, comparando com outras cidades como Macaé, Rio de Janeiro, como exemplo, e Niterói... Na hora em que a gente passa pelo quarto campo, que é o campo de Lula, já começamos a ficar mais distantes. São os campos do pré-sal. Eles ficam um pouco mais distantes do Açu, mas a exploração do pré-sal tem uma necessidade de retroárea gigantesca, porque são muitos materiais vindo de cara. Então, também somos muito competitivos, mesmo nesses de que estamos mais longe.

Uma pergunta que as pessoas, volta e meia, me fazem: Cadê a carga? Quando a carga chega? Como esse negócio vai se pagar? São R\$10 bilhões de investimento.

A gente resolve muito os problemas da indústria nacional e, quem resolve o problema, a tendência é que ele consiga capturar um pedaço desse valor. Eu elenquei aqui seis exemplos disso.

O primeiro deles sendo a própria redução no custo de exploração e produção de petróleo, dada a redução da distância da bacia de Campos e o modernismo do conceito dos berços que estamos construindo. Serão 15 berços que começam a operar, no segundo semestre desse ano, com uma tecnologia que só existe em um lugar do mundo: no Golfo do México. É a maior base de apoio *offshore* do mundo, o Porto do Açu. Nessa tecnologia, o barco entra em uma garagem e não fica atracado de lado esperando o guindaste trabalhar de lado. Na garagem, os três bordos do barco são trabalhados ao mesmo tempo, o que reduz muito, em até 70%, o tempo de operação do berço.

O segundo ponto: pré-sal. O pré-sal tem um problema gigantesco. Para se exportar a plataforma de operação do pré-sal, ela, por ficar em uma água muito funda, tem que ficar parada porque senão se enroscam as âncoras com os dutos. O navio que vai aliviar o pré-sal, o navio que se chama DPST, é muito menor e muito sofisticado tecnologicamente. Se usamos esse navio para exportação, o pré-sal brasileiro perde a sua competitividade, porque o frete chega a ser multiplicado por seis. Então, esse navio tem que ser transbordado para um navio maior e mais barato. Hoje, isso é feito no meio do mar e é perfeitamente seguro, é feito em diversos lugares do mundo, mas, obviamente, na hora em que se faz no meio do mar, em uma área muito grande, impede-se a navegação. Você tem vários meses do ano ou semanas...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Dr. Eduardo, se me permite, a equipe nossa quer ajustar melhor o telão. É uma questão só de 30 segundos, segundo o universitário.

O SR. EDUARDO PARENTE – Está ótimo. Posso continuar falando ou não?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Pode.

O SR. EDUARDO PARENTE – Está ótimo, obrigado.

O que acontece? Esse transbordo, tem semanas inteiras do ano, durante o inverno, que não é possível ser feito em alto-mar. Hoje, com a exportação em torno de 600 mil barris, esse não é um problema tão relevante. Na hora em que houver uma expansão muito grande disso, não se conseguirá mais fazer esse transbordo no meio do mar. Além disso, atracado, ele é estupidamente mais seguro. Temos um terminal que resolve esse problema, e isso reduz em até 80% o valor do frete.

O terceiro exemplo que trouxe é a questão do gás. Hoje a gente tem uma situação de dificuldade na energia elétrica...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO PARENTE – Só no frete, só no frete.

Na questão do gás, estamos em uma situação de dificuldade com energia elétrica. A forma mais rápida e limpa de se trazer nova capacidade energética é com o gás natural, com termelétricas a gás natural, que precisam de gás natural e, por isso, de um espaço onde se consiga, inicialmente, trabalhar com gás importado, GNL importado, e isso tem que ser num porto. Na hora em que conseguirmos transformar essa primeira, segunda e terceira termelétricas, e temos licença para trabalhar com isso, passamos a ser um grande consumidor de gás. Vislumbrando no assunto, daqui a sete anos, teremos um consumo de 15.000.000 m³/dia. O consumo nacional está em torno de 100.000.000 m³. Com isso, conseguiremos dar destino ao gás associado na produção de petróleo, que fica muito perto da gente também. Isso gerará um efeito muito positivo porque é um gás mais barato que gera energia elétrica mais barata.

Um quarto exemplo é a questão da opção da logística para o petróleo. Há o plano de construir um heliporto lá, um estaleiro de reparo, que é algo, hoje, no Brasil, muito carente. Às vezes, os barcos têm que ir até Singapura ou outros países para serem consertados, mas vamos trazer esse serviço para dentro do Brasil.

Um outro exemplo: vemos, e o Senador Blairo Maggi conhece muito bem a situação do Centro-Oeste, dos gargalos que existem no escoamento da produção, uma oportunidade nova, em um novo lugar a que ainda não temos o acesso que gostaríamos de ter, mas em breve teremos, de um novo ponto de escoamento da produção nacional.

Do lado da sustentabilidade, estamos montando um complexo porto-indústria numa área de bacia aérea virgem. Se imaginarmos a complexidade de outros lugares ou de outras operações na beira de cidade, isto aqui se torna muito atraente. Temos uma preocupação com o entorno. Já gastamos mais de R\$200 milhões em programas que amenizam o impacto do empreendimento na região. Outro exemplo disso é que o complexo – e vou usar um exemplo carioca – tem 130 km², mais ou menos duas vezes a área da Barra da Tijuca e do Recreio, e que, desses 130 km², 40 km² é uma reserva florestal, onde preservamos toda uma região de restinga muito importante. Desenvolvemos tecnologia nova para replantar, fazer um reflorestamento de restinga.

Eu queria pedir um pouco de paciência para apresentar o projeto como um todo.

Este é um desenho – depois disso, eu vou partir para mostrar muitas fotos – só para dar uma noção para os senhores da dimensão de que estamos falando aqui.

São dois terminais. O da direita é o Terminal Offshore, o T1, como chamamos. Temos, no meio, o embarque do minério de ferro, oriundo de Minas Gerais. São mais de 500km de mineroduto até aqui, criando uma nova alternativa de escoamento. Esse mineroduto começou a trabalhar em agosto do ano passado. Desde outubro, estamos embarcando navios. Já foram mais de 2,5 milhões de toneladas embarcadas ali. Do lado de fora, como eu mencionei, 2,6 km de quebra-mar, que foram feitos com os caixões. Este lado de fora abriga os navios, transbordando do navio muito caro e muito pouco competitivo para o navio grande e mais barato para exportação.

Ressalto que, recentemente, assinamos um contrato com a BG, empresa de origem inglesa, um ícone de segurança em qualquer exploração de petróleo no mundo inteiro, que negociamos durante dez meses. Pessoas do mundo inteiro vieram ver as nossas projeções – o que a Coppe tinha feito, o que a USP tinha feito, o que a MIT tinha feito, como era a construção – e deram o selo de que aquele porto era a alternativa mais segura de transbordo que se têm à disposição na costa brasileira. Na verdade, em terra, é a única.

No outro lado, temos um canal, que eu mencionei para os senhores, de 7 km. Sobre este quebra-mar, eu comentei que fizemos, em um ano, 4 km dele. Temos de um lado toda a indústria que mencionei: Technip, NOV e Intermoor, a base da Petrobras. A Petrobras já tem um contrato com a Edison Chouest para usar 6 dos 15 berços que estão construindo lá, a partir do segundo semestre deste ano. Do lado de cá, o nosso terminal de carga geral, que começa a operar no segundo semestre, em princípio com coque e bauxita, mas, muito em breve, com contêineres também, e o nosso abastecimento dos navios, não só os navios que a BP faz, não só os navios do nosso porto, mas navios do entorno também e as próprias plataformas.

Aqui o estaleiro OSX, que entrou em recuperação judicial e teve seu plano aprovado no fim do ano passado. Não é uma empresa nossa. Nós somos locadores e locatários e credores do OSX. Para dar uma noção da dimensão, essa área do OSX é do tamanho de Ipanema e Leblon juntos. É uma retroárea gigantesca para montarmos uma indústria toda atendida no porto, no conceito chinês, que mencionei logo no começo.

Aqui à direita a nossa área de preservação ambiental, a RPPN Fazenda Caroara.

Queria terminar, mostrando algumas fotos.

Esta é uma foto – e o Senador Ferraço pegou muita chuva neste canto – dos 4 km que eu mencionei de quebra-mar, todos eles feitos de caixão. Esse terminal está com o quebra-mar e a dragagem prontos. De novo,

a dragagem paga 100% por nós. São 13 km de cais nesse terminal. Essa primeira perna tem 14,5 m de profundidade; a segunda perna, 10 m de profundidade.

Esse é o Terminal Offshore, o T1. Essa ponte tem 3 km. Para dar uma noção de comparação, a distância Ipanema/Cagarras são 4 km. Seria como se houvesse, na Praia de Ipanema, uma ponte que quase chegasse às ilhas em frente. O quebra-mar tem 2,6 km.

Este pier de minério, aqui, funciona desde outubro do ano passado. Essa alternativa de transbordo funcionará a partir do meio do ano que vem.

Aqui, algumas fotos das pilhas de minério. Aqui, separamos o minério da água para poder embarcá-lo. Há um navio sendo carregado. Os navios que estamos recebendo aqui são *capsize*. Cada um carrega em torno de 150, 160 mil toneladas de minério de ferro. Uma nova visão da entrada do quebra-mar; a primeira operação de um navio dentro do terminal abrigado. No fundo, esses carretéis azuis são a fábrica da Technip; carretéis vermelhos, a fábrica da NOV, e aqui a área da Intermoor, que é uma empresa de ancoragem de plataforma.

Não sei se vocês repararam, mas esse guindaste que estava chegando nesse navio já está aqui em plena operação, carregando uma barça, sendo levada para atender o pré-sal já, com produto fabricado no Açu. Isso é muito importante.

Temos hoje em torno de seis mil pessoas trabalhando na obra. Já tivemos doze. Mas já temos 3,5 mil pessoas trabalhando na operação dessas fábricas. Então, são empregos muito bem pagos, com pessoas sendo treinadas, com frequência, no estrangeiro – na Dinamarca, na Finlândia, nos Estados Unidos. A previsão é em torno de sete anos termos quarenta mil pessoas trabalhando diretamente no complexo.

Essa é uma visão da base da Chouest, atendendo a Petrobras. Como mencionei, ela tem aqui os primeiros berços, que são laterais. Isso aqui é concretar aqui atrás, retirar essa berma e passar a operar. E ela começando a fazer as garagens dos barcos. Isso é tudo coberto depois e eles têm uma operação muito mais eficiente.

Essa é a foto de uma das nossas subestações; do nosso terminal multicarga, que começamos a operar agora em agosto. Então, é um pier de quinhentos metros, que construímos em dez meses, uma retroárea gigantesca para começar a trabalhar com contêineres aqui.

Esses são os clientes que já estão ou instalados ou terminando as suas obras. Algo importante que teremos aqui, para frente. Em outubro, nós tivemos a nossa primeira operação de minério; em novembro, a primeira operação comercial no terminal, em terra, no T2; em junho, agora, acabamos totalmente a obra do T2; em setembro, começamos o nosso terminal multicarga; em novembro, começa a operação para a Petrobras da Edison Chouest; em dezembro, a BP começa a oferecer combustível; em agosto do ano que vem, começamos a fazer o transbordo inicialmente de DPSTs para a Suezmax; em 2017, terminamos de fazer a dragagem total, para elevar de 20 metros para 24 metros. De novo, tudo pago com dinheiro privado, para começarmos a fazer operação com os navios VLCC, que são aí sim os maiores navios do mundo.

O que é importante para nós aqui? O porto vira uma área com uma vista muito bonita para o mar, se ele não tem um acesso em terra decente. Hoje, chegamos a receber dois mil caminhões por dia, na obra, sem maiores impactos para a população. Então, é uma estrada que o pessoal que está acostumado com outras estradas de acesso a portos brasileiros fica até bem impressionado. Mas precisamos de muito mais estrutura para isso.

Aí existem duas ferrovias no PIO, que estão contempladas lá: a Transoceânica, a 354; e a outra, para que eu queria sensibilizar os Srs. Senadores, é a que está mais à mão, a mais fácil de fazer, a mais barata, e de forma de engenharia mais simples que é a Rio Vitória.

E a Rio Vitória é uma oportunidade gigantesca de conexão da região norte fluminense, do Porto do Açu, de outros Portos da região, do Sul do Espírito Santo com a malha ferroviária nacional, porque ela liga essa região toda, não só a MRS, que é a ferrovia de Minas, Rio e São Paulo, mas também a Vitória-Minas, que vai a todo o interior aí, até o Centro-Oeste. Então, isso é colocar o nosso porto e a nossa região no mapa brasileiro.

É isso que eu tinha.

Senador, muito obrigado. Obrigado pelo convite, uma vez mais. Eu gostaria de convidar a todos para irem lá conhecer. Conforme eu falei no começo, esse aqui é o fim do trabalho dos senhores, que começaram aqui aprovando a nova Lei dos Portos. Trabalhos muito e estamos vindo aqui mostrar o fim do processo como um todo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Eu quero, desde logo, agradecer o Dr. Eduardo Parente pela sua exposição, congratular-me com esse magnífico empreendimento, e voltar a passar a palavra ao Senador Ricardo Ferraço, que foi o autor do convite e que certamente fará considerações. Não sei se perguntas, porque ele já esteve lá e talvez....

O SR. EDUARDO PARENTE – Talvez para ajudar a responder.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Talvez já tenha saciado já a curiosidade.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não, Sr. Presidente, é apenas para fundamentar a razão por que estamos pleiteando ampliar o território do Espírito Santo sobre o território do Estado do Rio de Janeiro: é para que possamos incorporar o Complexo Portuário do Açu ao Estado do Espírito Santo. Não está fácil conseguir o apoio dos Senadores do Estado do Rio de Janeiro, mas essa é uma expectativa grande.

Sr. Presidente, brincadeiras à parte, eu gostaria que o Dr. Eduardo Parente abordasse um pouco mais a sua visão sobre o Plano de Infraestrutura e Logística, lançado pelo Governo Federal, até porque V. S^a vem da área ferroviária. V. S^a foi Diretor da MRS, uma grande operadora do sistema ferroviário no Brasil.

A expansão da malha ferroviária é um desafio extraordinário para que possamos lincar uma infraestrutura como essa ao Brasil produtivo. Enfim, é preciso fazer chegar carga a esse porto para além das cargas que chegam pelo mar e que estão vinculadas à atividade do petróleo e do gás, que é uma atividade estratégica para o Complexo do Açu, mas insuficiente para produzir toda a movimentação que pode estar disponível para o País.

Nós estamos debatendo muito a distância do PIL 1 para o PIL 2. O PIL 1 tem características de um sentimento muito ideológico vinculado ao nacional desenvolvimentista, tanto que, no PIL 1, as metas estabelecidas pelo Governo foram muito pouco alcançadas, até porque o Governo montou um sistema em que toda a demanda seria comprada pela Valec. E fazer o mercado acreditar que vão ser investidos bilhões de reais para ter como cliente único o Estado, com essa imprevisibilidade que nós estamos acompanhando no Brasil, é acreditar em Papai Noel.

Pois bem, o PIL 2 traz algumas mudanças. O que nós precisamos debater é se essas mudanças são adequadas para que o ambiente de atração possa se dar a fim de que os investimentos possam acontecer, tamanha a importância, sobretudo, da EF 118, ferrovia que liga o Estado do Rio ao Estado do Espírito Santo e vice-versa, de grande importância para a conexão, porque vai se conectar também à ferrovia Vitória-Minas, que liga Minas Gerais ao Espírito Santo e assim por diante. E não apenas isso, mas também a Região Centro-Oeste, uma grande região produtora de grãos em nosso País.

Enfim, queria uma visão de V. S^a um pouco mais ampla.

Acho que poderíamos também aproveitar a presença aqui, Sr. Presidente, dos Srs. Senadores – Senador Blairo Maggi, Senador Moka, Senador Fernando, Senadores Wilder, Hélio José, Paulo Rocha – para que possamos ampliar esse debate com questões ao Dr. Eduardo Parente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Dr. Eduardo Parente.

O SR. EDUARDO PARENTE – Desde que comecei a trabalhar, trabalho com infraestrutura. Trabalhei em uma empresa de navegação e, depois, por muitos anos, em uma empresa de consultoria americana, somente em infraestrutura, em vários países, e fui Presidente da MRS, que é a maior ferrovia do Brasil em volume de carga, durante cinco anos. Agora, estou nesse desafio.

Estava comentando com o Senador Blairo Maggi, antes de começar, que a minha família é de um lugar chamado Bom Jesus do Gurgueia, no sul do Piauí. Meus avós imigraram para o Rio, e todos nós viramos classe média e estudamos. Quem ficou lá tem, hoje, muito dinheiro, porque aquelas terras, que não valiam nada, de repente viraram um lugar maravilhoso de soja, graças à existência da ferrovia.

Então, a ferrovia é um indutor de desenvolvimento essencial para qualquer país, especialmente um país do tamanho do nosso.

A ferrovia tem uma dificuldade muito grande na sua própria expansão, porque ela é uma coisa que não se paga. Ao se olhar especificamente um investimento, é muito difícil que uma ferrovia fique de pé e se pague, a menos que haja uma grande carga âncora numa ponta, uma mina, um projeto integrado disso. Agora, do ponto de vista social, sim, gera muito desenvolvimento econômico, gera muito desenvolvimento social, diminui acidentes.

Então, a participação do Estado nessa expansão é fundamental, é essencial. Sem a participação do Estado, ela não existe.

Houve um debate muito grande sobre o plano original, e a malha proposta originalmente é o que o Brasil precisa. A MRS é a décima maior ferrovia do mundo. Quando, nos Estados Unidos, eu dizia que transportávamos, em 1 mil milhas, 1,6 mil km, 166 milhões de toneladas, as pessoas tinham dificuldade de acreditar: “Ninguém faz isso em mil milhas”. Isso é resultado de um projeto de sucesso das concessões originais de 1997. A MRS saiu de 40 milhões de toneladas para 160 milhões de toneladas, inegavelmente uma grande expansão, se não da malha, da capacidade ferroviária.

E agora o que eu vejo nesse segundo PIL é um pragmatismo muito grande. Na hora que eu vejo as condições que estão postas e o tamanho do plano, eu não tenho dúvida que ele é exequível. Acho que existe um grande alinhamento de estrelas no momento atual, porque não só existe um plano exequível e pragmático, como também uma série de ferrovias estão com as concessões no seu período final e as concessões feitas em 1996, 1997 terminam em 2026, e, como são ferrovias rentáveis, com um volume muito grande de carga, uma escala muito grande, devem, ou pelo menos imagino que poderiam, ter interesse de utilizar essa expansão proposta pelo PIL para renovar as suas próprias concessões. É o alinhamento de uma política pública clara, de uma necessidade, claro, da sociedade e de um espaço onde há um ente privado que poderia, não estou lá, não saberia dizer ao certo, ter interesse de contribuir com capital nesse processo. Então, estou muito animado com o PIL 2, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Presidente.

Aqui é pela ordem de chegada, agora, não é? Chega cedo, fala cedo. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – É o contrário de “os últimos serão os primeiros”. Vamos contrariar o Evangelho.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Cumprimentar, também, o Vice-Presidente, o Senador Ricardo Ferraço, e o Eduardo Parente, que vem até esta Comissão, hoje, não para reclamar, como a grande maioria faz aqui, reivindicar, mas para mostrar alguma coisa já saída do papel, quase pronto ou pronto, funcionando em parte, enfim, um projeto muito interessante. Eu gostaria de parabenizar a sua empresa, que lidera esse movimento, que é a Prumo Logística Global.

Antes de seguir aqui nos meus elogios, eu queria fazer uma constatação história também.

Há muitos empresários no Brasil e no mundo que sonham com as coisas, como falamos no Rio Grande, se atracam a fazer as coisas, e, no meio do caminho, não conseguem levar adiante os seus projetos, mas a ideia fica, e aqui é um exemplo típico disso. O empresário Eike Batista começou esse projeto, sonhou com esse projeto, desenvolveu isso teoricamente, começou no chão esse negócio todo. Em muitas oportunidades, os empresários brasileiros ou outros empresários levam adiante as suas ideias e, talvez por ser antes do tempo, não conseguem, mas o legado fica, e nesse caso aqui está ficando. Eu já vi muitas vezes isso acontecer no Brasil, no meu Estado. Já aconteceu comigo também. Sonhamos com um negócio, começamos a fazer, mas não é bem seu chão, não é bem seu negócio. O prejuízo fica com o empresário, mas a ideia fica com a população, fica como o País e acaba rendendo dividendos, lucro social e econômico, como o que está acontecendo: uma nova região econômica entre o Rio de Janeiro e Espírito Santo que vai fazer toda a diferença do mundo, pelo que foi mostrado aqui.

Só tenho duas perguntinhas técnicas para lhe fazer, mas gostaria de lhe cumprimentar pelo arrojo, pelo projeto, pela decisão de levar adiante, aqui, mais de R\$10 bilhões investidos com a iniciativa privada. Isso nos faz acreditar que o País tem solução. Apesar de toda a confusão, de todos os problemas, quando a iniciativa privada entra, ela é responsável, tem que dar conta de pagar suas contas e, no final, resolve.

Por isso, temos defendido muito a questão das concessões também. A concessão nada mais é do que o País, o Estado brasileiro ceder alguma coisa para outrem cuidar, mas continua sendo do País. Eu sempre disse, na nossa Comissão, que concessionar uma estrada, um aeroporto, uma obra de hidrelétrica, o que hoje é comum, normal, com capital estrangeiro ou de onde venha, não há nenhum problema. O porto está aqui, tem dinheiro de fora, dinheiro de fundo, dinheiro dos bancos, e não vai sair daqui. Não há mágica para retirar esse porto e levar embora. Quer dizer, as empresas, os fundos podem não estar nesse projeto, no futuro, mas o projeto estará aí, como as estradas e etc.

Então, sempre devemos tirar este viés ideológico dessa questão: “Não podemos concessionar, porque é privatizar”. Não tem nada disso! É simplesmente uma concessão, como é a de ônibus até hoje. As linhas são do Estado. As pessoas pagam para usar o ônibus e o ônibus paga uma outorga para rodar, e assim por diante. Assim é com tudo na vida. Vemos países que se desenvolvem muito mais rapidamente, que têm uma regulação forte, como um país da Europa, os Estados Unidos, porque trabalham dessa forma. Não estão com o viés ideológico de querer controlar tudo, cuidar de tudo, ser dono de tudo, de tabelar lucro, tabelar despesa, tabelar isso. Não é assim que funciona! O mercado é soberano e se sobrepõe a tudo isso. Quando queremos segurar esse touro bravo, ele vem para cima da gente. Não tem conversa. O mundo mostrou que é assim.

Eu quero parabenizar você, Eduardo. Transmita aos seus diretores, aos seus acionistas, o entusiasmo nosso, aqui, do Senado, de ver alguma coisa assim. Já me ofereci antes, e você já fez o convite, e acho que não é só para mim, mas para os demais Senadores que quiserem ou tiverem a oportunidade, para conhecer esse

empreendimento. Farei isso, oportunamente, porque, além de estar aqui nesta Comissão, sou um apaixonado por essas obras que modificam o perfil econômico do País, que abrem toda essa questão.

Na área política, o Governo tem errado muito, mas, especificamente nessa questão dos portos, foi um gol favorável. Eu lembro que, aqui, nas discussões que fizemos, eu disse que, depois da abertura dos portos por Dom João VI, quando ele fugiu de Bonaparte e trouxe a coroa portuguesa para cá, foi a primeira grande ação de Governo para modernizar os portos brasileiros. E, a exemplo do porto que sua empresa aqui comanda, outras centenas de novos portos têm sido construídos no Brasil, pequenos, grandes, o que, mais uma vez, mostra que, quando o Estado abre mão, quando o Estado sai da atividade, o setor privado toma conta e as coisas acontecem. Então, eu quero cumprimentar por toda essa atividade.

E duas perguntinhas básicas aqui. Uma por ignorância, eu não sei como funciona. Como funciona um mineroduto? Como é que isso é colocado na ponta? Como é que se separa, depois, da água? Tem processo de secagem ou não? Como é que isso roda? Também não sei se você conhece bem esse assunto. A outra é sobre a entrada desse canal que vocês fizeram de 7km. Na entrada, deve ter uma briga no mar, o que o mar traz de areia, se bem que não tem o rio trazendo. Vocês têm que fazer muita dragagem nessa entrada ou é algo como “fez, está feito e vamos embora”?

Eram essas as minhas colocações.

O SR. EDUARDO PARENTE – Muito obrigado, Senador. Muito generosas as suas palavras. Tomamos tanta pancada no dia a dia, que é um alento vir aqui e...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – E vi que são 25 licenças ambientais para um porto.

O SR. EDUARDO PARENTE – Queria até fazer um parêntese com relação a licenciamentos e outras licenças, não só as ambientais.

Existe uma vontade grande de acertar no funcionário público. E ouvi uma eufemia, outro dia, que eu achei muito interessante: “Não adianta ir à Polícia Federal 20 vezes, com uma foto 3X4, porque não sai o passaporte”. Há ovo ou galinha aqui, também. Há o lado privado com sua dificuldade – como não existe ou não houve, nos últimos anos, um empreendimento desse tamanho, muitas vezes, também não sabemos como fazer – e o órgão sem também saber que legislação aplicar. Então, há um trabalho, mas existe uma boa vontade muito grande.

Com relação às suas perguntas, a primeira, com relação ao mineroduto, junta-se água com o minério na proporção de 60% de minério para 40% de água, na origem. Grande parte é por gravidade, porque está vindo de Minas, em uma cota muito mais alta do que o litoral. Há duas estações de bombeamento até chegar ao Açú, onde existe uma filtragem, uma separação do minério com a água. A água é toda limpa. Hoje, até pela atividade industrial ainda estar começando, um pedaço muito pequeno disso é reaproveitado, mas a ideia é reaproveitar tudo na atividade industrial do porto. Então, no porto, há essa separação.

O processo de filtragem é muito parecido. Na mina, há muita coisa que é feita assim também. Nas minas, mesmo as que usam transporte por ferrovia, há um processo de melhoria e beneficiamento do minério que é muito parecido com o processo de filtragem que acontece no porto.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE. *Fora do microfone.*) – Qual a extensão?

O SR. EDUARDO PARENTE – Quinhentos quilômetros, 520 quilômetros.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES. *Fora do microfone.*) – É tudo bombeado ao longo do trecho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE. *Fora do microfone.*) – São duas estações?

O SR. EDUARDO PARENTE – São duas estações de bombeio já embaixo, porque, no começo, é gravidade e, depois, duas estações na planície, para terminar de chegar ao porto.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE. *Fora do microfone.*) – Qual o diâmetro?

O SR. EDUARDO PARENTE – Eu não sei. O senhor me pegou, Senador. Eu não vou chutar.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Opera o porto, não o mineroduto.

O SR. EDUARDO PARENTE – O mineroduto não é nosso. Começamos a operar depois que o minério chega lá. O mineroduto é da Anglo American.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – A iniciativa privada não tem universitário, não. (*Risos.*)

O SR. EDUARDO PARENTE – Não tem ninguém para vir assoprar aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

(*Risos.*)

O SR. EDUARDO PARENTE – Na segunda pergunta com relação ao assoreamento, o que acontece? A região foi escolhida para o porto, porque tem naturalmente um calado, uma profundidade já muito grande na saída. Na carta náutica, embaixo, fica o Farol de São Tomé e um grande pedaço que tem... É a provação de velejadores, porque, na primeira vez, quando se está velejando no litoral, tem que ir muito longe para não encastrar. Forma um banco de areia. Na saída desse canal, à esquerda do quebra-mar, a profundidade natural já é os 14,5 m. Então, não há uma questão grande de sedimentação nessa saída. No outro canal, sim. No outro canal, temos a profundidade natural de 16 m, que levamos até 20 m e vamos levar até 24 m, um canal que hoje tem 230 metros de largura vai chegar a 280 metros. Ali, sim, prevemos a dragagem de manutenção intensa acontecendo todos os anos, para que possamos manter o mesmo calado.

Como não vim pedir dinheiro para a dragagem original, também não vou pedir para a manutenção. Pode ficar tranquilo Senador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Imaginando que muitas das concessões do sistema ferroviário estarão vencendo em 2026, 2027, o Governo pode sinalizar com a perspectiva de antecipar a negociação dessas concessões, com a contrapartida não da outorga, mas evidentemente de investimentos na expansão da malha ferroviária? Vou dar um exemplo claro, a Ferrovia Vitória a Minas vence também nesse período, ok?

O SR. EDUARDO PARENTE – Eu não tenho certeza, mas acho que sim.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Mas vamos imaginar que seja nesse período. Pode-se, então, estabelecer uma negociação em torno de ampliar o prazo de concessão e, como contrapartida, fazer os investimentos. É uma forma, parece-me, muito mais inteligente do que estabelecer o critério da outorga, em que o Governo joga esses recursos todos no caixa único do Tesouro e não se vê a expansão dos investimentos acontecendo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Mas essa questão vale para todos os terminais portuários.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Claro. Perfeitamente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Se o Governo quisesse ativar os investimentos, no setor portuário, poderia prorrogar as concessões. Iria mobilizar bilhões de investimentos, mas o Governo decidiu fazer concessões onerosas e está aguardando as licitações. Em Suape, há três terminais que voltaram nesse PIL prontos, há três anos, e não lançados, e agora vão demorar mais dois para lançar. Então, essa pergunta, Senador Ricardo Ferraço, é muito importante, e deveríamos debater aqui.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – É uma constatação.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Será que está certa a estratégia de fazer novas licitações ou poderíamos fazer um elenco das concessões que poderão ser prorrogadas, para viabilizar investimentos mais rapidamente, sobretudo nesse ambiente de retração econômica?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – E *vis-à-vis* com isso uma carteira de investimentos.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Claro.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós vamos prorrogar a concessão...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Essa é uma grande ideia para um debate aqui, uma audiência específica trazendo o Ministro de Portos, representantes da Casa Civil, do BNDES, do Planejamento, porque é uma contribuição que esta Comissão pode oferecer à retomada do investimento no País.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Como V. S^a vê essa reflexão?

O SR. EDUARDO PARENTE – Eu queria só dizer ao Senador Garibaldi que ganhei um bilhete aqui também. (Risos.)

É dezembro de 26 que vence a Vitória a Minas.

Vamos à colocação do Senador. No mundo todo, no sistema de concessões – e já estudei muito isso –, na segunda metade da concessão, começa-se a discutir a renovação, porque não é de interesse – e o Senador Blairo Maggi colocou muito bem –, pois as concessões estão cuidando, nós não somos as concessões, de um bem público, durante um período que está sob a sua guarda. Quando começa a chegar muito para o fim da concessão, os investimentos em manutenção começam a ficar muito pesados e muito difíceis de serem feitos. Isso não é uma questão nacional, uma questão brasileira. Em qualquer lugar do mundo, discute-se a concessão a partir da metade desse período.

Não conheço o contrato da Vitória a Minas, que é diferente dos outros contratos das ferrovias que foram privatizadas na época da rede ferroviária. A MRS é assim; a FCA é assim; a ALL é assim. Existe a previsão de, a qualquer momento, se fazer uma prorrogação que não seja uma renovação completa. Não precisa ser mais 30 anos, pode ser mais 5 ou 10.

Não sei avaliar, até porque estou de capacete na obra, enfurnado, as alternativas que podem ter surgido desde que saí da concessão, mas entendo que o debate é muito saudável e acho interessante que esta Casa, aproveitando a existência da Comissão, a influência que a Comissão tem, aproveite e promova isso aqui.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Acho, inclusive, Sr. Presidente, que deveríamos evoluir nessa ideia, Senador Fernando Bezerra, para que pudéssemos trazer as áreas do Governo que estão tratando desse tema, ANTT, Ministério dos Transportes, Casa Civil, Secretaria dos Portos, para um debate acerca disso, ou seja, se vamos fazer cessão onerosa, se vamos fazer capital. O melhor caminho não seria que esses recursos fossem, em troca da prorrogação, utilizados para expansão dos vários projetos que estão acontecendo? Em que pese cada concessão, cada contrato ter a sua especificidade, poder-se-ia construir uma grande matriz, uma grande carteira em torno disso.

Acho que poderíamos fazer esse requerimento em conjunto para trazer esse debate, à luz, inclusive, dessas várias oportunidades que estão postas nos mais diversos Estados brasileiros.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Tenho uma pergunta para o Dr. Eduardo Parente. Estava lendo aqui que a infraestrutura do Porto de Açu tem capacidade para movimentar 200 milhões de toneladas por ano. Qual foi o volume de movimento no ano passado? Qual é a projeção de crescimento das cargas nos próximos 5 anos?

O SR. EDUARDO PARENTE – Desculpem-me os jornalistas, porque eles adoram, mas dá um trabalho louco para convertermos tudo que acontece lá em tonelada, porque, na hora em que falamos de um transbordo de petróleo, falamos em barris e, na hora em que falamos de trazer gás, em milhões de metros cúbicos. Então, 200 é a conversão de diversos produtos diferentes, que não necessariamente são medidos em toneladas.

No ano passado, começamos a operar o porto em outubro. Vou chutar, mas não é muito diferente disso. Fizemos 500 a 600 mil toneladas no ano passado, de outubro a dezembro. Este ano, já fizemos em torno de 2 milhões, até agora, e o principal tem sido minério de ferro. O contrato de minério de ferro que temos com a Anglo American é um contrato de *take or pay*. Então, tem uma quantidade, 26,5 milhões de toneladas por ano, chova ou faça sol, numa tarifa predeterminada, e eles estão no *ramp-up*. Eu não sei muito bem quando chegam no 26. Eu já estou recebendo os 26. Os barris de petróleo, que começam a vir a partir de agosto do ano que vem, representam um volume muito grande nessas toneladas. São os dois grandes volumes que tenho. A bauxita começa agora no segundo semestre. Estamos começando com 300 mil toneladas este ano, mas rapidamente chegará em 1 milhão. Então, esses 200 milhões de toneladas é nesses cinco anos. O *ramp-up* é muito acelerado.

Sei que o senhor conhece muito bem a situação de Suape e muitas vezes nos compara com Suape. Suape é um projeto muito bem pesando, como foi o nosso também, e vivi muito Suape quando trabalhei na navegação, nos anos 90, no início dos anos 90. A gente tem uma diferença com Suape. Primeiro que não tem envolvimento do Estado no sentido financeiro e, segundo, a gente tem uma indústria de petróleo muito rica e muito sedenta de infraestrutura na nossa frente. Então, a nossa expectativa é de um desenvolvimento bastante mais acelerado do que foi Suape. Suape, na hora em que chegou a indústria do petróleo, ganhou uma nova dimensão também. A gente está começando com isso. A expectativa é de ser muito acelerado até por ser, existir uma carência de infraestrutura muito grande no Brasil, em especial na região Sudeste e nos nossos Estados. Então, os R\$200 milhões a gente acredita que em cinco, seis anos...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Antes de passar a palavra para o Senador Hélio José, ele é presidente da Frente Infra. Então, ele está convidando as Srs e os Srs. Senadores para a reunião de apresentação de estudo de avaliação dos programas PAC/PIL, o enfoque nos investimentos em rodovias, ferrovias, portos e aeroportos. E isso será realizado no dia 2/7/2015, no horário das 8h30, no auditório do Interlegis.

Com a palavra o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Queria cumprimentar nosso Presidente, Senador Garibaldi, nosso Vice-Presidente, Senador Ricardo Ferraço, e o nosso palestrante, Eduardo Parente – você é parente do Pedro Parente, não? É? –, que tão bem aqui está representando esse empreendimento tão importante do Porto do Açu.

Eu queria, Eduardo, agradecer, Presidente, pelo convite. Reforçar que amanhã...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – É amanhã, né?

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – É. No Interlegis, a partir das 8h30, Deputados e Senadores estão convidados, além do setor governamental e produtivo. Se V. S^a estiver aqui, Eduardo, e quiser nos dar a honra da presença, seria muito bom ouvir de você, que é um empreendedor privado bem-sucedido, as suas impressões sobre essa questão desses investimentos na área da infraestrutura, tão importante para o nosso País.

Então, a gente vai estar realizando aqui do lado, no Interlegis, o primeiro debate a respeito de algumas questões, mais ou menos na linha que o nosso Senador Bezerra colocou, e o Ferraço também, da importân-

cia de a gente estar dialogando com o Governo e com o setor produtivo formas para a gente conseguir fazer com que se tornem realidade os investimentos que o PIL está propondo. E seria muito importante que, de fato, ocorresse porque, como você muito bem colocou aqui, as ferrovias podem ser a redenção de um povo, de um país, de uma nação, de um estado. Não é?

Você citou bem a questão do Gurguéia. E eu conheço lá, sei da dificuldade que é. E hoje como está a situação lá muito melhor do que era antes. Eu gostaria de ouvir de V. S^a, dentro da sua análise do PIL, se você vê com otimismo, você que é um investidor privado, a possibilidade de atração de fato de capitais internacionais tanto para os investimentos em portos quanto em ferrovias no País.

Porque eu acho que as rodovias e os aeroportos estão mais ou menos bem encaminhados. Eu acho que as ferrovias, que são fundamentais, e os portos, a gente precisa, de fato, que essa proposta do PIL ande um pouco mais.

Então, eu queria ouvir suas impressões a respeito dessa proposta e se tem algumas sugestões, o seu ponto de vista logístico e de trabalho efetivo que você já realizou nesse investimento tão bem-sucedido a dar para que o Governo, para que nós – eu, que estou na Frente Parlamentar da Infraestrutura – possamos estar colaborando com as entidades públicas no sentido de melhor fazer com que essa proposta vá adiante.

Com relação a essa questão também desse modal ferroviário que você coloca – se esse novo marco que está sendo proposto agora nesse PIL não vai ser mais ou menos como foi o passado, que ninguém quis –, você se lembra que o PIL 1 ficou no zero. Era um investimento grande para ser feito, mas as pessoas não vieram. Por isso, quero ouvir a sua avaliação nessa linha, parabenizando-o pelo bom investimento feito lá, mostrando que a iniciativa privada, quando quer, age, faz, acontece e demonstra que há lucro para todas as partes, para o Governo, para a própria iniciativa privada, para o próprio investidor que vai fazer e utilizar esse importante empreendimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Com a palavra o Dr. Eduardo Parente.

O SR. EDUARDO PARENTE – O Pedro é mais um filho de Bom Jesus de Gurgueia. Ele tem aquele ar mais sofisticado, mas também veio de lá. O pai dele era irmão do meu avô.

A gente está mostrando aqui um monte de fotos bonitas, do porto pronto e da situação muito tranquila. O Senador lembrou muito bem a questão dos empresários brasileiros, grandes empresários brasileiros que investiram muito dinheiro, como Olacyr, Barão de Mauá e outros, que fizeram coisas grandes demais ou perderam o chão.

Então, tivemos muita dificuldade de chegar até aqui, não é um passeio no parque. Houve momentos em que acabou o dinheiro; houve momentos em que a gente teve de ir bater no americano e dizer: “Olha, acabou o dinheiro e precisamos de mais”, e mesmo em momento de crise colocou mais.

As pessoas que conhecem o Brasil não têm medo do Brasil, o estrangeiro que conhece o Brasil não tem medo do Brasil, porque precisa de muita coisa, em especial na área de infraestrutura. As questões da infraestrutura são muito mais de não morrer pelo caminho, porque eu adoraria, com essa situação, mostrando para os senhores, estar em 2008 mostrando isso, com todo mundo fazendo fila na minha porta. E não estou, estou pronto num momento de dificuldade, e isso não há como ser previsto.

O PowerPoint, a planilha aceita muita coisa, mas na prática a teoria é outra. Então, a participação do Governo em investimentos muito grandes é fundamental.

Eu não sou mais presidente de ferrovia. Já fui presidente da associação das ferrovias. Então, nesses momentos de dificuldades, parei de olhar por dentro todo o desenvolvimento do PIU. Ei sei, li nos jornais as reportagens sobre o tema – um pouco mais porque tenho um pouco mais de contexto –, mas não vejo dificuldades de atrair investidores estrangeiros, não vejo até mesmo, até porque os ciclos de que estamos vendo são muito longos.

Pessoas me perguntam muito como a crise está nos afetando. Ninguém está aqui olhando 2015, 2016. As pessoas vêm para um investimento desse, pensando em cinco, dez, quinze anos. Hoje, a pessoa que quer se instalar no Brasil, especialmente na indústria do petróleo, tem que ter um visão de longo prazo e nós, a estrutura pronta para isso.

Então, dentro desse contexto, não sei das nuances. Mas acho e, pelo que escuto falar, sugiro aos senhores que convidem aqui a associação das ferrovias para discutir esse tema – existe uma associação muito bem organizada, com pessoas muito competentes para explicar isso muito melhor do que eu. Mas a questão é, criadas as condições, vêm.

As pessoas brincam: “pais do futuro”. Não é uma questão de ser um país do futuro, e sim da necessidade imensa e de haver capital fora que precise de algum lugar para ir. Então, o capital gosta de ir aonde há necessidade, aonde ele vai resolver algum problema, e aí sim, poder pagar.

As pessoas pensam no capital também como um bando de pessoas que ficam contando dinheiro igual o Tio Patinhas. A maioria do capital, grande parte dele são fundos de pensão, pessoas que trabalharam a vida inteira, juntaram esse dinheiro e querem ter o seu rendimento em torno da sua aposentadoria.

Eu vejo com muito otimismo. Tudo que eu vi é de um pragmatismo muito grande, o marco da forma como era feito anteriormente jogava o risco mais para o futuro e risco é ruim em qualquer momento, ninguém gosta de risco. Mas o risco presente é mais mensurável do que o risco futuro. E os ajustes foram feitos para trazer isso mais para perto do empreendedor, sim.

Havia mais uma pergunta?

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Não. Era nessa linha mesmo, Eduardo.

Fico contemplado com a sua resposta, dizendo que ontem almocei com Vicente Abade, da Abifer (Associação Brasileira da Indústria Ferroviária) e com um grupo de pessoas das várias associações ferroviárias. Eles estão otimistas com a proposta, vão amanhã colocar algumas posições nesse debate de que estamos falando e fazer alguns ajustes. E eu sou bastante otimista com relação a essa questão ferroviária.

Outra pergunta que eu tinha feito para você, com a sua experiência no Porto do Açu, sobre as propostas de portos que foram colocadas no PIU, se você também, tal qual nas ferrovias, vê que vão realmente estartar esse sistema.

O SR. EDUARDO PARENTE – Eu acho que vai, sim. A vantagem dos outros portos, comparados com o nosso, é que eles são muito menores. Estamos falando de um terminal aqui, um terminal ali. Então, montar um terminal é uma coisa muito mais simples do que montar um porto inteiro, porque um terminal, normalmente, em muitos casos, inclusive, já vem casado com a carga. Você combina com um grande produtor de químicos de montar um terminal de químicos para ele. Então, é um empreendimento também uma ou duas ordens de magnitude menor.

Eu fico muito animado de ver a quantidade enorme de projetos que há. E tenho a certeza, a convicção de que esse plano é muito sólido e muito pragmático, em todos os aspectos que eu vi dele.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Muito obrigado.

Eu queria, Senador Garibaldi, se não for abusar da paciência de V. Ex^a, que lêssemos e, se possível, aprovassemos, excepcionalmente, o Requerimento nº 44, porque ele trata simplesmente de fazermos uma audiência pública para discutir a duplicação da BR-080, que é de interesse do Distrito Federal. Poderíamos fazer excepcionalmente em outra data que não nas quartas-feiras, porque é uma questão mais localizada aqui no Distrito Federal. Então, se V. Ex^a pudesse colocar extrapauta a definição desse requerimento, como Brasília tem pressa, nós ainda faríamos antes do recesso. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Vamos verificar se nós temos o quórum para votar requerimentos. Temos?

O universitário já respondeu aqui que há quórum para votar os requerimentos.

Agora, dando continuidade, eu realmente gostaria já de ter passado a Presidência para o Senador Ricardo Ferraço. É porque ele pode tomar gosto. *(Risos.)*

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – O senhor pensa isso em definitivo ou só hoje, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Isso não é pergunta que se faça. *(Risos.)*

Na minha idade, isso pode provocar um abalo.

(Intervenção fora do microfone.)

(Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Agora vou fazer uma pergunta aqui. Enquanto se construía o porto, houve o anúncio pela Ternium, grupo com sede em Luxemburgo, do cancelamento de um polo siderúrgico que seria implantado no complexo do Porto do Açu. Qual o impacto dessa desistência?

O SR. EDUARDO PARENTE – Ela desistiu do Porto, em 2012 ou 2013, assim como a Wuhan teve outra siderúrgica que nos deixou. Para nós, o impacto foi muito grande, porque eram três empresas montando o complexo; duas foram embora, e nós ficamos sozinhos. E ainda tivemos que comprar a parte deles. Isso teve um impacto financeiro razoável.

Agora, para a região é muito ruim. O que acontece? Na hora em que vemos uma siderúrgica ou uma montadora, são indústrias que geram muitos empregos e de muita qualidade. Então, isso atrasa tudo.

Hoje, a indústria siderúrgica não passa por um momento muito bom. Então, apesar de sermos um lugar espetacular para uma indústria siderúrgica, por estar num porto, receber minério e ter gás barato, nós não

vemos isso acontecendo no curto prazo. A montadora, não. Nós vemos que existe a possibilidade de conseguirmos atrair.

Então, não é bom, atrasa tudo: atrasa os empregos, os 200 milhões de toneladas, e os 40 mil empregos que vemos lá vão demorar mais para vir. Do ponto de vista financeiro, foi ruim termos que ter posto caixa lá, e gostaríamos muito de trazer de volta, mas hoje estamos equacionados sem eles. O ruim é, na hora em que você desenvolve o projeto em três, você ficar sozinho. É uma coisa por que você se sente um pouco ruim.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Tem uma pergunta aqui que é para testar o Fundo do Empresário. Depois da magnitude do que foi apresentado, a Prumo Logística, no Brasil, está pensando em qual empreendimento agora?

O SR. EDUARDO PARENTE – Ô, Senador... (Risos.)

Falta muito para pagar esse. Isso é uma coisa que as pessoas perguntam muito para mim, assim: “Quando é que fica pronto?” E a resposta é nunca. O de Tubarão é dos anos 60, tem obra até hoje, não é, Senador? Essa é uma coisa...

Então, tem muita coisa para fazer ainda ali, e a gente não tem fôlego financeiro. As pessoas perguntam, por exemplo, se a gente vai entrar na ferrovia. Não, deixa eu acabar aqui, senão, fica um porto e uma ferrovia pela metade; vamos terminar um.

Então, hoje a gente vê muitos negócios, oportunidades de negócios. Eu mencionei um aqui, que é o heliporto. A nossa distância, de novo, para Macaé... O Macaé faz um ou dois voos de helicóptero por dia, para as plataformas; no Açu, poderia fazer até quatro. Então, isso também representa uma grande economia para a Petrobras ou outras empresas exploradoras. E o heliporto custa mais R\$150 milhões.

Então, a nossa visão, como Prumo, é restrita ao porto, pelo menos nos próximos 15 anos. Agora, o acionista, não; o acionista tem vislumbrado outros projetos no Brasil, linhas de transmissão, ou alguma coisa relacionada à Petrobras. Mas isso é separado: eles têm o fundo deles, e a gente tem esse empreendimento para terminar. Mas eu me sinto muito elogiado, com desejo de que a gente faça outras coisas aqui.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Antes de encerrar a reunião, atendo ao apelo do Senador Hélio José e também do Senador Fernando Bezerra – ambos apresentaram dois requerimentos –, com permissão aqui do nosso convidado.

O Senador Fernando Bezerra propõe que, para a nossa próxima reunião, que será realizada quarta-feira, dia 8 de julho, para debater os desafios do abastecimento de água potável e no esgotamento sanitário, em face da crise hídrica. Contemos com a presença das seguintes autoridades: o Governador Geraldo Alckmin, de São Paulo; o Prefeito do Município de Belo Horizonte, Marcio Araujo de Lacerda; o Sr. Édson Carlos, Presidente do Instituto Trata Brasil; o Sr. Roberto Cavalcanti Tavares, Presidente da Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento. Então, teríamos esses convidados.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 45, de 2015

– Não terminativo –

Nos termos do inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, requero a realização de audiência pública, a ser realizada no dia 08 de julho de 2015 pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, para debater os “desafios no abastecimento de água potável e no esgotamento sanitário, em face da crise hídrica”, com presença das seguintes autoridades e especialistas: Sr. Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho, Governador do Estado de São Paulo; Sr. Marcio Araújo de Lacerda, Prefeito do Município de Belo Horizonte; Sr. Édson Carlos, Presidente do Instituto Trata Brasil; Sr. Roberto Cavalcanti Tavares, Presidente da Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento (Aesbe); e Sr. Walter Gomes de Sousa, Diretor-Geral do DNOCS (Departamento Nacional de Obras contra as Secas).

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Vou submeter à Comissão esse requerimento.

Se as Sras Senadoras e Srs. Senadores o aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Está aprovado.

Teremos, portanto, quarta-feira, essa importante reunião. Pediria até – eu acho que não preciso nem reiterar muito, porque a Comissão tem sido muito solidária – que pudéssemos amanhecer aqui, às 8h30min da madrugada – para alguns – no dia 8, quarta-feira, para ouvirmos os nossos convidados e debatermos com eles a dimensão nordestina da crise hídrica. Nós sabemos porque somos nordestinos. Está previsto aqui, nesse debate...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – *(Fora do microfone.)*

...Saneamento do Brasil. Ele também é Presidente da Empresa de Saneamento de Pernambuco, da Com-pesa. Então, ele vai fazer também uma avaliação sobre o enfoque da oferta de água na Região Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Agradeço.

O Senador Hélio José está propondo que, para debater a duplicação da rodovia BR-080, sejam convidadas as seguintes autoridades: Diretor Geral (em exercício) do DNIT, Valter Casimiro Silveira; Presidente da Subseção da OAB de Brasília, o Sr. José Severino Dias; um representante do Ministério das Cidades, cujo nome V. Ex^a ainda não propôs, e vamos deixar em aberto; Secretário de Infraestrutura e Serviços Públicos do Distrito Federal, Julio Cesar Peres; Diretor do Departamento de Estradas e Rodagem do Distrito Federal, Henrique Ludovice; Administrador de Brasília, André Luis Queiroz Rosa; Prefeito de Padre Bernardo (GO), Francisco de Moura Teixeira Filho; e ainda representante da Associação Pró-Descoberto, a Sra. Márcia Rosely Carvalho.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 44, DE 2015

– Não terminativo –

Nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, e do art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam convidados para debater a duplicação da rodovia BR-080, em audiência, as seguintes autoridades: Diretor Geral (em exercício) do DNIT, Valter Casimiro Silveira; Presidente da Subseção da OAB de Brasília, o Sr. José Severino Dias; Representante do Ministério das Cidades; Secretário de Infraestrutura e Serviços Públicos do Distrito Federal, Julio Cesar Peres; Diretor do Departamento de Estradas e Rodagem do Distrito Federal, Henrique Ludovice; Administrador de Brasília, André Luis Queiroz Rosa; Prefeito de Padre Bernardo (GO), Francisco de Moura Teixeira Filho; Representante da Associação Pró-Descoberto, a Sra. Márcia Rosely Carvalho.

Autoria: Senador Hélio José

Não há data, ainda, fixada.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Gostaria, Sr. Presidente, caso aprovado esse requerimento, que a gente pudesse realizar o debate numa sexta ou numa quinta-feira, conforme acerto com os convidados.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Uma reunião extraordinária?

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Reunião extraordinária.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Voltada só para esse tema?

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Essa é a questão, já que é uma questão bastante local.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Então, eu vou submeter à votação.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – O.k. Eu só queria acrescentar ao Deputado Augusto Carvalho que serão duas mesas no requerimento. Está o.k.?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Então, submeto a votos a proposta do Senador Hélio José. *(Pausa.)*

Está aprovada.

Pergunto ao Senador Walter Pinheiro se quer participar, já que estamos nos encaminhando para o final da reunião. V. Ex^a sempre traz uma palavra aqui.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Uma provocação... *(Risos.)*

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Ele provocou o Ricardo e, depois, aqui, acho que estendeu a provocação dele.

Não, Presidente, há duas coisas só para as quais eu queria chamar a atenção. Uma, é essa questão aqui da logística – na realidade, até numa expressão aqui adotada pelo representante da Prumo Logística –, que é o que é que cabe no papel. A gente até assistiu muito isso. E nós debatíamos isso outro dia aqui, tanto eu quanto o Senador Fernando Bezerra, acerca dos projetos que foram sendo montados no Brasil sem uma espécie de *link* com as verdadeiras rotas de logística e de infraestrutura, e até do chamado “fluxo de carga”, que era a nossa cobrança quando da sabatina aqui dos membros da ANTT.

Então, eu estava aqui conversando com o Senador Ricardo Ferraço, meu caro Fernando Bezerra, exatamente para a gente identificar ali os raios, ou seja, a cobertura. Na Bahia – obviamente que o Sr. Eduardo deve conhecer o Porto Sul –, nós tivemos ali a tentativa de se levar para a região de Suape o que seria a estrutura da ferrovia Transnordestina, meu caro Hélio.

E eu, ainda, estava mostrando ao Ferraço, aqui, um outro erro: a Bahia, meu caro Garibaldi, é um Estado cujo Semiárido é quase do tamanho da Espanha – o Semiárido!; nosso Semiárido tem, mais ou menos, 70% do território baiano; para quem gosta de precisão, 68,6% ou 68,7% do território baiano é o Semiárido. Então, quando a gente pega – aí não estou culpando ninguém do passado, mas é exatamente a ausência de um presente que possa modificar essa situação – as duas principais rodovias baianas, que são duas BRs – a BR-101 e a BR-116 –, todas as duas são litorâneas.

Se você olhar, inclusive, no mapa que existe no prospecto apresentado aqui pela Prumo, nós vamos ver que existe hora em que elas quase se tocam ali na região já próxima a Feira de Santana, já também próxima à capital, a 100km, 110km. A gente até fazia uma brincadeira, em Salvador, quando o cara diz assim: “Daqui para Feira tem quantos quilômetros?” E o outro: “Uma hora?”. Antigamente, Salvador-Feira era a uma hora, até que duplicou, e não sei o que, colocaram pedágio, e ninguém mais faz em uma hora. Então, baiano nunca iria dizer assim: “Fica a 110km.” Não. “A feira fica a quanto?” “Daqui fica a uma hora.”

Esse erro, Presidente, é um negócio brutal. Imagine, em toda a parte do interior da Bahia, não temos rodovia. Tem um projeto com que me bato ainda, há muitos anos, que é o projeto da BR-122 – toda BR que começa com um é norte/sul, é uma BR que tem o eixo norte/sul. A 122 corta a Bahia no meio, Fernando, passa Seabra, vai a Urandi, exatamente no ponto que chega a essa ferrovia FCA, que sai de Montes Claros.

Aliás, ela sai até de outro lugar. Estou pegando Montes Claros, que é o ponto mais próximo da Bahia, até o ponto que conheço razoavelmente bem, porque era o trecho que o meu pai fazia. Meu pai era ferroviário e trabalhava exatamente de Salvador a Montes Claros, Monte Azul. Então, esse ponto chega exatamente ali, toca a ferrovia quase, essa BR. E ela sai ali daquele ponto da divisa com Minas e vai a Juazeiro, cortando a Bahia no meio.

Depois, quando vamos olhar o chamado eixo leste/oeste, para você interiorizar, a Bahia só tem uma estrada de ponta a ponta, a 235, que é a nossa leste/oeste ao norte, ainda faltam vários trechos; a 030, que é a nossa leste/oeste ao sul, seria a rodovia para ser acoplada ao eixo ferroviário da Fiol, não está pronta. Só tem a 242, que é a BR que corta a Chapada, chega a Barreiras.

Então, imagina, estou falando de um território imenso, em que uma única estrada faz o seu corte, ainda que central, no sentido leste/oeste, e as principais estradas do chamado eixo norte/sul, as duas principais, estão coladas no litoral. A 135, portanto, está a quase 900km da 116, e é a estrada que sai do Piauí a Minas Gerais, passando por Barreiras.

Então, esse erro de logística, de infraestrutura para logística, é um negócio fundamental, é o grande problema.

Eu falo isso para quem conhece o Brasil, enfim, quando olhamos o Brasil com suas potencialidades. E aqui vejo o Porto do Açu, a proximidade. Eu estava conversando aqui com o Ricardo Ferraço exatamente sobre o seu raio, eu diria, de abrangência, não só de cobertura, que não se linka com os projetos. De repente alguém percebe e diz: vamos fazer agora a ferrovia saindo do Porto do Açu ao Pacífico. Então, termina a parte de cá, cara-pálida, porque aí a gente...

Se conseguirmos ligar o Porto do Açu aos pontos que chegam à FCA. Eu vi aqui, a FCA toca nesse ponto, entronca, sobe Minas e vem para o Norte. Ela entra para o oeste, chega ao Estado de Goiás, enfim, passa aqui pelo DF. Então, vamos tentar ajustar isso primeiro.

Essa é uma coisa que me dá certa agonia. A gente fica falando de algo adiante e eu não consigo enxergar as potencialidades que eu tenho aqui plantadas. Acho que esse é um gargalo difícil de superarmos. Se por um lado as pessoas que conhecem o Brasil se animam, por outro lado, as pessoas que chegam com esses dados desanimam. Elas chegam e dizem: “Olha, tem todas as potencialidades”.

Eu tenho como costume, falando até para o senhor, que é um homem de logística, todas as vezes que viajo a algum lugar, procuro conhecer a estrutura de logística local. Fiz isso muito tempo com aeroportos. Às vezes, desembarcava num aeroporto e pedia às autoridades portuárias para visitar a sala de controle, comando, até porque aí é um pouco já ligada à minha profissão, para eu conhecer como se dá.

Fiz questão de correr por dentro de várias cidades portuárias, visitar os portos, ver como os caras tinham feito toda a estrutura de logística em volta, para chegada e saída. E a gente fica olhando, às vezes, as coisas. Garanto que, se o sujeito tentar montar aquela estrutura de Hamburgo, não tinha as potencialidades que temos aqui. Aquilo ali é quase que uma fabricação, vamos usar uma expressão assim, para montar aquela baita estrutura.

Aqui a natureza nos deu as condições de fazer isso de forma bem mais barata até. E aí a gente tem muito mais dificuldade. Os caras conseguem produzir, Petecão, de um lugar que não teria infra. A gente teria já, dada pela natureza, a infra inicial.

Então, é para isso, Sr. Presidente, que eu queria chamar a atenção. Outro ponto é a proposta do Senador Fernando Bezerra, que a considero oportuna, ou seja, essa questão do saneamento. Eu até cheguei a indagar aqui ao Vice-Presidente se, no requerimento, estava, inclusive, o povo que atua hoje também na iniciativa privada nessa área de saneamento, mas acho que não.

Então, eu acho que é um outro debate importantíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Aí é muita gente.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Também acho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB – RN) – Já vou incluir aqui o Diretor do DNOCS. Não é?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – É bom tentar. Nessas audiências, se a gente vai reduzindo escopos, a gente terá a oportunidade até de...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – É bom. Dá mais objetividade.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Dá, dá. E você pode descer mais a detalhes. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Bem, eu vou...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Há outro tema, Presidente. Se V. Exª me permite...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Pois não! V. Exª hoje aqui é o principal protagonista, que é a palavra da época. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Para os nossos tempos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Para o bem e para o mal, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Mas eu quero registrar, com muita satisfação, a presença aqui do Deputado Evair de Melo, do PV do Espírito Santo. Obrigado, Deputado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Seja muito bem-vindo, Deputado Evair de Melo.

Senador Walter Pinheiro, nós fizemos aqui um debate que antecedeu a chegada de V. Exª, mas eu tenho a certeza de que o concurso e a participação de V. Exª neste debate é muito importante. Nós temos um conjunto de concessões ferroviárias que estão por vencer, entre 2020 e 2030, o que pode parecer um tempo muito longo, mas, em se tratando de infraestrutura, é um tempo de curto prazo em razão da necessidade das muitas construções que precisam ser feitas.

Pois bem. Essas muitas concessões estão vencendo. O Governo pode antecipar a renovação dessas concessões como forma de fazer caixa, cessão onerosa, ou o Governo pode criar uma modelagem – existem várias hipóteses – para substituir a renovação dessas concessões por investimento em novas ferrovias, como é a apresentada aqui, a F-118, que liga o Espírito Santo ao Rio de Janeiro e conecta a região Sudeste com toda a malha do Centro-Oeste brasileiro.

O Senador Fernando Bezerra trouxe também aqui um ou dois exemplos do Estado de Pernambuco e assim por diante. Ou seja, debater aqui na Comissão de Infraestrutura que tipo de modelo o Governo Federal estará apresentando à sociedade e trazer aqui a Casa Civil, a ANTT, o Ministério dos Transportes, para que nós possamos aprofundar esse debate. Esse é um debate decisivo para a infraestrutura brasileira, porque, se essas concessões forem prorrogadas e esses recursos forem para o chamado caixa único do Tesouro Nacional, que é uma espécie de Triângulo das Bermudas... Já não bastam os fundos todos?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Como se não bastassem os fundos todos: o Fust, o Fundo Nacional da Aviação Civil Regional, que nós votamos aqui no Congresso, no ano passado. Nós o votamos e o debatemos aqui, longamente, na Comissão de Infraestrutura do Senado, e até hoje não se tem notícia do chamado subsídio para que nós pudéssemos viabilizar o transporte aéreo regional em tantas regiões de nosso País, em que o transporte aéreo não é luxo nem privilégio, mas necessidade para que as pessoas possam ter acesso à saúde; enfim, a condições de vida.

Esse debate foi tratado aqui. Nós vamos fazer esse requerimento. Seria muito importante que V. Exª pudesse estar associado a esse esforço. Claro que, sempre, com a coordenação de nosso Presidente Garibaldi.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN. *Fora do microfone.*) – Ainda bem. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Eu quero agradecer, em nome da Comissão, a presença do Dr. Eduardo Parente e dizer que ele hoje trouxe uma palavra de otimismo. Nós vamos sair daqui com o astral diferente: o de que o Brasil vai dar certo nessa área de logística e dará certo em outras áreas, desde que tenhamos homens da competência de V. Sª.

Peço a Comissão para incluir... O Senador Fernando Bezerra, neste instante, pede a inclusão, no debate de quarta-feira sobre a Crise Hídrica, de outro convidado, o Sr. Walter Gomes de Sousa, Diretor-Geral do DNOCS.

Em sendo assim, agradeço ao Dr. Eduardo Parente, mais uma vez.

Encerro a presente reunião, convocando outra para o dia 8, quarta-feira, no mesmo horário.

Agradeço ao Senador Ricardo Ferraço. Se V. Ex^a quiser encerrar, com toda pompa e circunstância, a reunião. (Risos.)

Está encerrada.

(Iniciada às 8 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 14 minutos.)

ATA DA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE JULHO DE 2015.

Às oito horas e cinquenta e três minutos do dia oito de julho de dois mil e quinze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença das Senhoras e dos Senhores Senadores Sandra Braga, Valdir Raupp, Ricardo Ferraço, Hélio José, Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz, Telmário Mota, Ronaldo Caiado, Wilder Moraes, Flexa Ribeiro, Paulo Bauer, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Elmano Férrer, Waldemir Moka, Sérgio Petecão, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha, Ivo Cassol, José Agripino, Roberto Rocha, Douglas Cintra, Vicentinho Alves e Eduardo Amorim. Registram presença como não membros a Senhora Senadora Lídice da Mata e os Senhores Senadores Aécio Neves, Antonio Carlos Valadares e Omar Aziz. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente registra a presença dos Senhores Deputados Federais Jorge Tadeu Mudalen, Nelson Marquezelli, Ricardo Tripoli, Herculano Passos, Samuel Moreira, Keiko Ota, Goulart, Arnaldo Jardim, Eduardo Cury, Missionário José Olímpio, Fausto Pinato, Júlio Cesar, Silvio Torres, Rodrigo Garcia, Floriano Pesaro, Vitor Lippi, Miguel Haddad, Guilherme Mussi; dos Senhores Benedito Braga, Secretário de Recursos Hídricos e Saneamento do Estado de São Paulo, Renato Villela, Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, Duarte Nogueira, Secretário de Logística e Transporte do Estado de São Paulo; e dos Senhores João Alves Filho e José Carlos Machado, respectivamente, Prefeito e Vice-Prefeito de Aracaju. O Presidente declara aberta a reunião que tem início com a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 45, de 2015, de autoria do Senador Fernando Bezerra Coelho, que requer “nos termos do inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, a realização de audiência pública, a ser realizada no dia 08 de julho de 2015 pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, para debater os ‘desafios no abastecimento de água potável e no esgotamento sanitário, em face da crise hídrica’, com a presença das seguintes autoridades e especialistas: • Sr. Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho, Governador do Estado de São Paulo; • Sr. Marcio Araújo de Lacerda, Prefeito do Município de Belo Horizonte; • Sr. Édison Carlos, Presidente do Instituto Trata Brasil; • Sr. Roberto Cavalcanti Tavares, Presidente da Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento (Aesbe); e • Sr. Walter Gomes de Sousa, Diretor-Geral do DNOCS (Departamento Nacional de Obras contra as Secas).” O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer sua exposição, respectivamente, o Senhor Walter Gomes, Diretor-Geral do DNOCS, Édison Carlos, Presidente do Instituto Trata Brasil, Roberto Cavalcanti Tavares, Presidente da Aesbe e Geraldo Alckmin, Governador do Estado de São Paulo. Usam da palavra os Senhores Senadores Fernando Bezerra Coelho, Wilder Moraes, Paulo Bauer, Hélio José, Jorge Viana, Roberto Rocha, José Agripino e Aécio Neves. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às onze horas e cinquenta e dois minutos, lavrando, eu, Thales Roberto Furtado Moraes, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da atual Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública em atendimento ao Requerimento nº 45, de 2015, de autoria do Senador Fernando Bezerra Coelho, aprovado em 1º de julho último, para debater os desafios do abastecimento de água potável e do esgotamento sanitário, em face da crise hídrica.

Lembro que a presente audiência se insere no contexto da avaliação de políticas públicas pelas comissões permanentes, conforme determinado pelo art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal.

Para debater o tema, foram convidadas as seguintes autoridades: o Governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, que já nos dá a honra aqui da sua presença; o Sr. Walter Gomes de Sousa, Diretor Geral do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS); o Sr. Édison Carlos, Presidente do Instituto Trata

Brasil; e o Sr. Roberto Cavalcanti Tavares, Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Saneamento Básico Estaduais (Aesbe).

Concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra Coelho, que vai fazer uma saudação aos nossos convidados de hoje.

E, mais uma vez, reitero os agradecimentos desta Comissão, principalmente ao Governador do Estado de São Paulo, o Dr. Geraldo Alckmin, e a todos os convidados que serão, nesta oportunidade, saudados pelo Senador Fernando Bezerra Coelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, Sras e Srs. Deputados, que nos prestigiam com as suas presenças nesta audiência pública para debater os desafios no abastecimento de água e no esgotamento sanitário, em face da crise hídrica que nós estamos enfrentando, esta audiência, como colocou bem o Presidente Garibaldi Alves, é decorrência do relatório que me foi incumbido elaborar em relação a uma avaliação das políticas públicas dos últimos anos quanto à água, ao esgotamento sanitário e à energia.

Na audiência de hoje, nós convidamos o Diretor Geral do DNOCS, o Sr. Walter Gomes de Sousa, que representa a mais importante instituição federal no desafio de ampliar e reservar água para as populações do Nordeste brasileiro; convidamos o Sr. Édison Carlos, Presidente do Instituto Trata Brasil – ainda estamos aguardando a sua chegada –; e o Presidente da Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento, Roberto Cavalcanti Tavares.

Havíamos também convidado o Prefeito de Belo Horizonte, Marcio Lacerda, que, na impossibilidade do seu comparecimento, solicitou que o representasse o Sr. Francisco dos Santos Lopes, que é Secretário Executivo da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento, bem como o Presidente da Frente Nacional de Prefeitos, Aparecido Hojaj, que também está nos brindando e honrando com a sua presença.

Eu queria agradecer de forma toda especial a presença do Governador de São Paulo, que vem honrar esta Comissão, trazendo indicações, sugestões, uma visão do que tem sido essa política pública a partir do principal Estado da Federação, o desafio de enfrentar a oferta de água, a cobertura e a universalização do saneamento básico no Estado mais rico da Federação brasileira. É evidentemente que aqui haverá boas e excelentes indicações a partir da experiência de São Paulo.

E, desde logo, eu queria registrar que, ao lado do Sr. Governador, além da presença de Deputados Federais da Bancada de São Paulo e de outros Estados, o que, sobretudo para mim, Sr. Presidente, é uma alegria, também está presente o Secretário de Saneamento e Recursos Hídricos de São Paulo, o professor especialista em assuntos de recursos hídricos, que é o Dr. Benedito Braga. Ele ostenta o título de Presidente do Fórum Mundial da Água. Tivemos uma excelente parceria quando, à frente do Ministério da Integração Nacional, tive a alegria de colaborar para que o Dr. Benedito pudesse representar o Brasil e hoje ostentar essa posição que é tão importante para a reflexão, para o debate e para a construção de políticas públicas voltadas para a área de recursos hídricos. Portanto, é com alegria que esta Comissão recebe a presença ilustre do Dr. Benedito Braga.

Registro também a presença do Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, Dr. Renato Villela. É muito importante a presença do Dr. Renato Villela para o compromisso a seguir. E eu já adianto que o Governador de São Paulo é peça fundamental para que possamos este ano votar e aprovar a mais importante mudança do Sistema Tributário Nacional, que é a mudança do ICMS, para que deixe de ser um imposto de origem e passe a ser um imposto de destino. A liderança do Governador Geraldo Alckmin será decisiva nos trabalhos que a Comissão do Pacto Federativo vem realizando, sob a Presidência do Senador Walter Pinheiro e a liderança do Senador Renan Calheiros, com quem o Governador Alckmin fará uma reunião, na sequência desta audiência pública.

Faço esse registro porque vou pedir a compreensão dos Senadores da Comissão e daqueles que participam desta audiência no sentido de que teremos que ouvir os convidados e fazer o debate com os Srs. Parlamentares, mas procurando ser objetivos, porque temos que encerrar a audiência pública entre 10h30 e 10h45, já que às 11 horas o Governador Alckmin e eu próprio teremos outra reunião, presidida pelo Senador Renan Calheiros, em que estaremos debatendo o tema do aprimoramento do Pacto Federativo.

Portanto, Sr. Presidente, feitos os registros dos nossos convidados e das presenças ilustres que esta Comissão hoje recebe, a minha sugestão é de que cada palestrante tenha um tempo de dez minutos, podendo ter uma flexibilidade de mais dois. Combinamos com o Governador Alckmin, e ele encerrará esta audiência.

Se o Sr. Presidente assim concordar, nós iniciaremos a audiência pública oferecendo a oportunidade ao Diretor Geral do Departamento Nacional de Obras contra as Secas, Dr. Walter Gomes de Sousa. E, na sequência, nós acreditamos que nossos outros convidados estejam já em deslocamento, o Dr. Roberto Tavares já está em Brasília e deve chegar a esta Comissão em alguns minutos, portanto, não teríamos problemas de continuidade. Esses seriam os registros iniciais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Fernando Bezerra Coelho, que teve a iniciativa de convocar esta reunião.

Agora eu quero registrar a presença dos Deputados Federais que nos dão a honra de estar aqui. Com relação aos Senadores, há número para abrir esta Comissão, mas, com relação aos Deputados, parece que há número para abrir uma sessão da Câmara. *(Risos.)*

Queria saudar o Deputado Goulart – Antonio Goulart dos Reis –, o Deputado Ricardo Tripoli, a Deputada Keiko Ota, o Deputado Samuel Moreira, o Deputado Herculano Passos, o Deputado Nelson Marquzezelli, o Deputado Jorge Tadeu Mudalen e o Deputado Eduardo Cury. Agradeço a presença dos Deputados a esta Comissão, dando-nos a honra de estar aqui. Certamente que, se pudéssemos... Desculpe-me: Deputado Duarte Nogueira. É que o universitário, hoje, com a presença do Governador, está nervoso. *(Risos.)*

Governador, nós vamos dar início a esta reunião.

Naturalmente que o Senador Fernando Bezerra Coelho, para usar uma palavra da moda, é o protagonista desta reunião, mas eu queria agradecer, como fez o Senador Fernando Bezerra Coelho, além da presença dos Deputados – e posso estar cometendo aqui alguma omissão –, a presença do nosso Presidente do Fórum Mundial da Água, ex-Diretor da ANA, Dr. Benedito, assim como do atual Diretor da ANA, Dr. Paulo Varella, que também nos dá a honra da sua presença.

Queria dizer ao Governador, que já galgou todos os cargos políticos, já foi Vereador, Prefeito, Deputado Federal... Quantos mandatos, Governador?

O SR. GERALDO ALCKMIN *(Fora do microfone.)* – De Federal, dois.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Por dois mandatos. Foi Governador, já está no terceiro mandato. Aliás, quarto mandato. Já perdi a conta dos mandatos do Governador. Então, não é preciso dizer a ele que a limitação do tempo do Governador não existe.

Na verdade, esta é uma reunião que, como disse o Senador Fernando Bezerra Coelho, Governador, tem a pretensão de tratar da crise do abastecimento de água com o enfoque em políticas permanentes, porque a emergência vai passar, e nós não podemos ter aqui a visão nordestina do problema. E o que é que eu chamo de “a visão nordestina”? É que nós ficamos sempre dando soluções de natureza emergencial, e isso nos vai ser relatado pelo Diretor Geral do DNOCS. Quem tem uma larga experiência no trato desses assuntos é o próprio autor do convite para esta reunião, o Senador Fernando Bezerra Coelho. Nós precisamos cuidar do que é permanente.

Então, eu aproveitaria aqui os holofotes que foram trazidos pelo Governador, a luz que o Governador nos dá hoje, pois esta Comissão nunca esteve tão debaixo dos holofotes como hoje. Eu acho que não é só a crise da água, não. Talvez seja outra crise, a crise política, mas nós vamos ter água hoje aqui para, realmente, trazer uma certa tranquilidade com relação à outra crise. Vamos dar uma de bombeiros aqui hoje.

Eu quero dizer que, como nordestino, venho advogando a mesma coisa que o Senador Fernando Bezerra Coelho vai dizer. Para nós nordestinos se trata, sobretudo, de defender a transposição das águas do Rio São Francisco, que é uma solução de caráter permanente. O Governador está aqui para nos falar. Enquanto nós estamos falando aqui de uma experiência centenária, como a do DNOCS, ao conviver com o problema da seca, o Governador vai nos falar de uma crise de poucos anos, que se agravou no último ano e que, me parece, já tem sinais de uma certa reversão, enquanto nós estamos, no Nordeste, com uma situação de agravamento. Mas vamos esperar, sobretudo, o depoimento dos nossos convidados.

Eu me permiti fazer essa introdução para dizer da nossa preocupação de que tenhamos soluções permanentes para esse problema, a partir da visão mundial que o Dr. Benedito Braga nos traz hoje aqui.

Eu concedo a palavra, portanto, ao Diretor Geral do DNOCS, o Dr. Walter Gomes de Sousa, que é meu conterrâneo, se não me engano... Não? Graças a Deus! *(Risos.)*

A responsabilidade minha era maior ainda. Mas é um vizinho, paraibano. Aqui, somos três nordestinos: Rio Grande do Norte, Paraíba e o Ceará no meio. Isso é para provocá-lo aqui. Mas está faltando um cearense. Não há mesa que não tenha um cearense presente. Não há reunião que não tenha um. Eu estou provocando para ver se aparece, porque vai aparecer, e em grande estilo.

Então, eu concedo a palavra ao Dr. Walter Gomes de Sousa, Diretor Geral do DNOCS, que tem dez minutos. Não pense que é o Governador.

O SR. WALTER GOMES DE SOUSA – Bom dia para todos.

Inicialmente, gostaria de agradecer o convite feito pelo Senador Fernando Bezerra, Senador que foi Ministro da Integração e que deixou na instituição DNOCS uma excelente imagem. Teve a coragem de convidar o DNOCS para vir a esta reunião, uma instituição que passa por dificuldades – ao longo da reunião, vamos trocar algumas ideias.

Agradeço ao Senador Garibaldi, que, como ele disse, não é meu conterrâneo, mas eu tenho a honra de sabê-lo um excelente representante do Estado onde eu e minha família vivemos. Todos os meus filhos e netos são do Rio Grande do Norte. Tenho o prazer de conhecê-lo desde o tempo do BNH.

Saúdo o Governador do Estado de São Paulo, cuja presença aqui me honra. Eu, que sou de um Estado pobre do Nordeste, estou numa Mesa junto com o representante do Estado de São Paulo.

A diferença, Governador, é enorme, mas as dificuldades são do mesmo tamanho, talvez sejam até um pouco maior. E há uma dificuldade maior ainda que acrescento, que é a dificuldade financeira.

Ali está o Roberto, que é Presidente da Cagepa, não é?

O SR. ROBERTO CAVALCANTI TAVARES – Da Compesa.

O SR. WALTER GOMES DE SOUSA – Desculpe-me! Estou na Paraíba ainda. É o Presidente da Compesa.

Desculpem-me! Não sei os nomes dos Deputados, não dá para decorar os nomes, mas é uma alegria contar com os senhores aqui e com os Senadores.

Quero particularizar o Dr. Benedito, que eu não conhecia pessoalmente. Estou tendo a honra de conhecê-lo agora.

Tenho uma aproximação muito grande, Dr. Benedito, com o pessoal da ANA, através do meu amigo Paulo Varella, com quem tem tratado de muitos assuntos ligados ao DNOCS.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Dr. Walter, peço-lhe só um minuto. Senador José Pimentel! *(Pausa.)*

Ele já saiu daqui. Era o único cearense presente no momento. Ele foi embora.

O SR. WALTER GOMES DE SOUSA – Eu queria que passasse ao próximo eslaide, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Pode continuar.

O SR. WALTER GOMES DE SOUSA – Aí há um pequeno histórico do que é o DNOCS. O DNOCS é uma empresa, uma instituição que foi fundada há 106 anos. Até aconteceu uma coisa engraçada comigo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – O Senador José Pimentel voltou.

O SR. WALTER GOMES DE SOUSA – Voltou. Então, o cearense está presente.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, vou relatar uma matéria na CDR.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Ele está dizendo que não pode ficar aqui, porque vai relatar uma matéria na Comissão de Desenvolvimento Regional. Mas o Ceará está bem representado pelo pernambucano.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE. *Fora do microfone.*) – Somos muito unidos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Ou pelo norte-rio-grandense.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE. *Fora do microfone.*) – Temos a proteção do Rio Grande do Norte.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Nordestinos unidos.

Continue com a palavra.

O SR. WALTER GOMES DE SOUSA – Está descontado o tempo, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Não está, não. Aqui, só quem tem po livre hoje é o Governador.

O SR. WALTER GOMES DE SOUSA – Então, vou correr...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Aprese-se aí!

O SR. WALTER GOMES DE SOUSA – Devem ter lido aí a história do DNOCS, com 106 anos de vida.

São nove coordenadorias situadas na Paraíba, no Rio Grande do Norte, em Pernambuco, na Bahia, em Sergipe, em Alagoas, no norte de Minas, no Ceará e no Piauí.

Qual a sua atuação? Com sua criação, há preocupação com o aumento quantitativo das obras hidráulicas, com a construção de novas barragens, com a melhoria da oferta de água para as obras hidráulicas já existentes e com a democratização do acesso à água a toda a população do Semiárido nordestino.

Pode passar ao próximo eslaide.

Aí está o histórico de 327 barragens construídas, com acumulação de 23 bilhões de metros cúbicos de água, com 37 perímetros irrigados implantados, com 124 mil hectares irrigáveis, com 14 Estações de Piscicultura e com dois Centros de Pesquisa em Aquicultura. Esses centros, hoje, são reconhecidos em nível mundial. Nós fazemos a criação de tilápias em cativeiro e as distribuímos para todos os açudes do Nordeste. Inclusive, ultimamente, foi a Angola, um país da África, um representante nosso para dar um curso, e ele foi muito bem recebido pela população daquele país.

Por favor, o próximo eslaide.

Essa é a quantidade de reservatórios existentes nos Estados: no Maranhão, são 2; em Minas Gerais, 6; no Ceará, 83; na Bahia, 33; em Alagoas, 23, no Piauí, 25; em Sergipe, 11; em Pernambuco, 38; na Paraíba, 42; no Rio Grande do Norte, o segundo colocado, 53.

Evidentemente, é interessante que se diga que os Estados mais sofridos com a área da seca são, na sua escala, o Ceará, a Paraíba, o Rio Grande do Norte e Pernambuco. Na realidade, está mais ou menos nessa ordem a dificuldade maior de seca nos Estados do Nordeste. Isso não quer dizer que Sergipe, Alagoas, Bahia, Minas e Piauí não tenham problema de seca. Eles têm esse problema. Mas os Estados mais sofridos, onde mais se concentra o problema da seca, a dificuldade de obtenção de água, são exatamente esses quatro Estados.

Mas o DNOCS tem a responsabilidade de suprir de água todos os Estados. Evidentemente, há até uma teoria simples no DNOCS: água cara é água que não se tem. Então, não é caro fazer uma barragem, não é caro construir novas barragens, novas acumulações de água. E a época está, eu diria, ótima para se construir barragem, porque está seco. Pode-se construir barragem sem risco de acontecerem incidentes, como já aconteceu em algumas barragens, inclusive em duas nossas, do DNOCS. Uma delas foi Orós, e a outra foi Armando Ribeiro Gonçalves, que tiveram problema de rompimentos à época da construção, principalmente Orós, porque, à época, veio uma cheia, começou a chuva, e ela não estava concluída. Aí se levou uma parte da barragem, e tiveram de mudar inclusive o projeto.

Armando Ribeiro Gonçalves foi uma falha técnica descoberta na época, mas contornada e, hoje, a barragem... Inclusive, eu fui morar no Rio Grande do Norte há trinta e tantos anos, e era recente a construção. Havia um doido lá em Mossoró, cidade do nosso interior, que dizia que ela ia arrombar. Então todo mundo tinha medo da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves. Já faz trinta anos e não houve mais problema.

Então as obras hidráulicas construídas pelo DNOCS, todas elas merecem, e mereceram, até hoje, o respeito de toda a população. São obras feitas com muito carinho, muito cuidado. E, mais importante ainda, todas essas construções principais do passado foram feitas não só por construtoras, e sim por funcionários e profissionais do DNOCS, desde o estudo para a localização do açude até a sua construção com equipamento nosso, pessoal nosso, projetista e acompanhante, tudo nosso. Infelizmente isso não é mais possível hoje.

Próximo, por favor.

A seca instalada nos Estados do Nordeste tem piorado de 2010 para cá. O ano de 2012 é o que temos tomado como base e 2012, 2013, 2014 e 2015, todos são anos seguidos de seca. Então as reservas hídricas do Nordeste estão chegando a limites talvez não tão complicados quanto os de São Paulo, mas talvez até um pouco mais.

Os açudes do Nordeste. Para dar uma ideia dessa dimensão, o nosso maior açude é o de Castanhão, no Ceará, que tem a capacidade de acumulação de 6,7 bilhões de metros cúbicos, e hoje está com menos de 1,2 bilhões. Nós vamos entrar no ano de 2015 praticamente com o Castanhão com algo em torno de 1 bilhão de metros cúbicos. O Castanhão tem uma responsabilidade muito grande hoje, mais do que deveria, que é o abastecimento da cidade de Fortaleza, com quase 2,9 milhões de habitantes. A nossa expectativa é de que possamos chegar ao fim de 2016 ainda com um pouco de água no Castanhão, chegando até a pensar no que se comenta muito hoje, no Brasil – essa palavra não existia no DNOCS –: o volume morto. São Paulo é que deu o nome, Governador: volume morto. Nós pensávamos que era um restinho de água que havia lá e se chamava assim. Ele tem algo em torno de 200 milhões de metros cúbicos de água no volume morto. Então a expectativa é de que, com um certo carinho ao tratar essa água e os cuidados que tem que haver para a distribuição e da população ao saber utilizar, o Castanhão chegue a 2016, mas o resto dos açudes do Nordeste, com certeza, terão todas as dificuldades para chegar a 2016. Talvez o Armando Ribeiro Gonçalves, que abastece um grande volume de cidades do Rio Grande do Norte, chegue também, mas não é seguro.

Por favor, o próximo.

Essas são as obras que não foram concluídas do PAC nos últimos anos do DNOCS: a Adutora do Oeste, que tem 724 quilômetros de extensão; a Adutora do Pajeú, com 197 quilômetros; a Barragem Figueiredo, com a capacidade de 519 milhões de metros cúbicos; a Barragem Taquara; e a conclusão da segunda etapa do Perímetro de Irrigação Tabuleiros de Russas.

Sobre irrigação, eu queria fazer só uma observação aqui.

Na realidade, os projetos de irrigação do DNOCS são muito antigos. Agora nós estamos tentando mudar a forma de irrigação. Não é por água à vontade; é por microaspiração.

Então, o que acontece com esses açudes do DNOCS? Não têm água. E a prioridade, obedecendo às ordens da ANA – eu não posso deixar de obedecer, até porque ela é muito inteligente, é a ordem natural do mundo –, a primeira condição de água acumulada é para abastecimento humano; a segunda é para dessedentação animal; a terceira é para irrigação.

Então os projetos de irrigação estão sofrendo uma dificuldade muito grande em sua subsistência, porque os grandes operadores desses projetos querem água para a sua produção, para compensar os seus investimentos, e estão sendo cortados todos os investimentos em água para irrigação. Inclusive, na semana passada, de um perímetro irrigado da Paraíba, foi cortada a água em privilégio da água para abastecimento da cidade de Caicó. As dificuldades de abastecimento de água no Nordeste são cada dia maiores, com soluções diferentes, cada um com uma solução particular que não está prevista em nenhum manual hidráulico e nem tem uma regra geral. O dia a dia é um sofrimento para nós, lá no Nordeste.

Por favor, o próximo.

Está em construção a Barragem Ingazeira, na terra do Senador, em Pernambuco; a Barragem Oiticica, no Rio Grande do Norte... Eu quero dizer, se há alguém aqui do Rio Grande do Norte, mas principalmente ao Senador, que praticamente estão definidos os recursos para este ano da Barragem Oiticica. O perímetro irrigado Baixo Acaraú está quase parando as obras. O perímetro irrigado Araras Norte também está com dificuldade de continuar, até porque há dificuldades não só em recursos, mas principalmente em recursos hídricos, em disponibilidade lá.

Pode passar o próximo.

Platôs de Irrigação Tabuleiros Litorâneos, no Piauí. Também estamos terminando uma etapa lá, inclusive há uma perspectiva muito boa de utilização desse perímetro, porque ele tem água disponível por acaso. Platôs de Guadalupe, também no Piauí, a mesma coisa. Perímetro irrigado Santa Cruz do Apodi, praticamente parada a execução das obras por falta de recursos. Adutora do Pajeú está continuando lentamente, mas está continuando, Senador. É uma adutora muito grande.

(Soa a campainha.)

O SR. WALTER GOMES DE SOUSA – São 170km, 180km de adutora, mas há dificuldade de obtenção dos recursos disponíveis para conseguir concluir. Agora, não está parada. É uma obra prioritária do Governo.

Mais o próximo, por favor.

Sistema Adutor de Curais Novos. Também há uma notícia muito boa para o pessoal do Rio Grande do Norte: praticamente estão definidos os recursos. Essa obra custará em torno de R\$36 milhões, e nós já estamos com R\$30 milhões garantidos, para que a obra não tenha descontinuidade.

Recuperação de Açudes do Sistema de Integração do São Francisco. É um projeto que o DNOCS está desenvolvendo com o Ministério da Integração, para completar o projeto de integração, o PISF.

Por favor, o próximo.

Barragem Fronteiras é um caso engraçado: nós temos a licitação, mas não temos a definição de recursos. Não podemos começar essa Barragem Fronteiras no Ceará.

Barragem Nova Algodões, no Piauí. Nós estamos tratando do assunto e talvez consigamos algum recurso este ano.

Barragem Congonhas, em Minas Gerais. Nós já fomos autorizados a fazer a licitação, mas a perspectiva é de pouco recurso para que se inicie essa obra neste ano.

Barragem Berizal. É a mesma situação da Barragem Congonhas, só que há uma dificuldade: lá ainda não foi autorizado o lançamento do edital.

Por favor, o próximo.

Recuperação da Barragem Engenheiro Ávidos, na Paraíba. Dificuldade de recursos financeiros.

Perímetro de Irrigação Tabuleiros de São Bernardo. Há uma perspectiva de passar esse projeto de irrigação em consórcio com o Governo do Estado do Maranhão, e ele administrar esse perímetro.

Próximo.

Programa Água para Todos. Esse é um programa cuja solução eu achei até interessante, muito mais até, porque, em secas passadas, havia muita invasão de cidades, mas hoje, com a implantação de cisternas, sistema simplificado, barragens subterrâneas e com a perfuração de muitos poços tubulares no Nordeste, as populações até conseguem viver e conviver no seu *habitat*. Essas cisternas novas que são implantadas hoje no Nordeste são cisternas com 16 mil litros. E é um processo bem interessante: elas são georreferenciadas, o Exército tem toda a localização, e colocam 16 mil litros de água exclusivamente para beber. Então, pelo menos as populações têm água para sobreviver. Agora, a água não é suficiente para os animais, nem há água para produção de alimentos.

Por favor, o próximo.

Este quadro mostra a quantidade de cisternas já instaladas. No Ceará, a previsão é de 21 mil famílias beneficiadas, e já foram concluídas 17 mil cisternas; na Paraíba, foram concluídas 5 mil cisternas; em Pernambuco, há 5,5 mil instaladas.

Por favor, o próximo.

Isso aí foi um convênio com os governos estaduais, pelo qual foram instaladas mais 42 mil cisternas. Então, são mais de 70 mil cisternas instaladas, além das cisternas que já existiam muito no Nordeste, aquelas cisternas de alvenaria.

Por favor, o próximo.

Perfuração de Poços. O DNOCS, nos anos de 2013/2014, perfurou praticamente 1.400 poços em todo o Nordeste. Por Estado, são: 75 em Alagoas – os números estão aí, mas tenho que correr com o tempo, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN. *Fora do microfone.*) – Dois minutos.

O SR. WALTER GOMES DE SOUSA – Faltam dois minutos? (*Pausa.*)

O próximo, por favor.

Pesca e Aquicultura. Produção e distribuição de 35 milhões de alevinos; capacitação de 800 pessoas/ano para público formado; difusão de conhecimento para países africanos; manutenção de banco genético. Isso tudo o DNOCS tem feito, mas está funcionando muito precariamente, porque até os açudes onde são criados alevinos estão tendo dificuldade de abastecimento.

Por favor, o próximo.

Investimentos e Custeio. O quadro mostra quanto nós investimos e quanto é o custeio. O azul é o custeio do DNOCS, o marrom é quanto o DNOCS tem investido nos últimos anos. É muito pouco.

O seguinte, por favor.

Aqui nos perguntamos sobre qual é o papel do DNOCS nesse cenário, assunto esse que eu gostaria de debater. Nós entendemos que há uma dificuldade muito grande em definição de recursos, e é possível que, durante o debate aqui, nós possamos dizer um pouco mais sobre isso.

Devemos discutir receita própria. Esse assunto eu trato com a ANA, e quero dizer bem claro aqui que é um assunto que eu gostaria de entender melhor. Eu realmente não consigo assimilá-lo bem.

É o seguinte: o DNOCS tem praticamente grande parte das cidades abastecida com recursos do DNOCS. Os açudes do DNOCS não rendem um centavo ao DNOCS. Eu não quero dizer que não entendemos que o DNOCS devia ter lucro com isso. O DNOCS devia ter, pelo menos, o recurso da venda dessa água, suficiente para manter suas barragens em dia, conservadas. Nós temos dificuldade, para se ter uma ideia aqui, de conseguir óleo para as comportas do açude de Castanhão. Uma comporta atualmente, são doze comportas, está quebrada, não está funcionando por falta de óleo, tem dificuldade de obedecer. Só que o óleo são 500 litros, então não é um negócio assim... E é um óleo caro. Então, a dificuldade chega a esse nível, a esse determinado ponto. É muito difícil administrar uma empresa em que você não tem uma definição de recursos. E eu não consigo entender planejamento sem definição de valores. Não posso fazer planejamento se eu não sei o valor de que eu posso dispor. É praticamente impossível fazer um planejamento bem-feito nessa situação.

O próximo, por favor.

Aí é um choro: mesmo com um desafio de aumento, a gente acha que está fazendo algumas coisas, ações do PAC estão em andamento, e está tratando de toda a parte interna do DNOCS, o que é muito pouco em relação ao que a população do Nordeste precisa do DNOCS. No DNOCS, eu acredito que todos os nordestinos, em qualquer ramo, têm alguém da família, um primo, um parente, alguém que funcionário, filho, trabalhador. Então, o DNOCS é uma instituição muito conhecida, muito respeitada, mas que ultimamente, em função das dificuldades que vem vivendo, não está ficando mais com esse mesmo apoio da população. O DNOCS não é mais um órgão que fazia o que fez no passado. O DNOCS fazia estrada, barragem, adutoras, cemitério, campo de pouso, estradas vicinais, ponte, e hoje, no Estado, o DNOCS não está se preocupando com poço, porque os Estados, praticamente todos eles, têm equipamentos, e os nossos equipamentos, eu tenho uma projeção aí que diz: em nove Estados que têm ação, têm onze máquinas perfuratrizes. Nenhuma com menos de sete ou oito anos. Então não tem uma máquina nova em condições de fazer um poço; em qualquer lugar, uma máquina moderna faz um poço em um dia no sedimento. Lá faz em cinco, seis, dez, quinze dias. Então, não é produtivo o DNOCS.

Adutoras: não tem sentido o DNOCS ainda fazer hoje adutora quando tem as companhias de saneamento com muito mais *expertise* sobre esse assunto. Agora, barragem nós não damos esse título a ninguém. Queríamos continuar sendo produtor de barragem e cuidar do controle hídrico da região nordestina.

É isso que eu queria dizer aqui, Senador e demais presentes, e me colocar à disposição para algumas questões que possam surgir e a gente possa tentar esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Agradeço o Dr. Walter Gomes, Diretor Geral do DNOCS.

Antes de passar a palavra ao Senador Fernando Bezerra, que vai fazer uma nova intervenção, eu queria registrar que o Deputado Arnaldo Jardim, Deputado Federal também pelo Estado de São Paulo, nos dá a honra de sua presença. E registrar a presença do Secretário da Fazenda.

Secretário, eu peço até desculpa porque não registrei antes. (*Risos.*)

Concedo a palavra ao Fernando Bezerra, que vai introduzir agora a palavra do próximo convidado.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Sr. Presidente, o nosso próximo convidado a usar da palavra é o Dr. Édison Carlos, Presidente do Instituto Trata Brasil.

O Instituto Trata Brasil é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, formada por empresas com interesse nos avanços do saneamento básico e na proteção dos recursos hídricos no País. Atua desde 2007, trabalhando para que o cidadão seja informado e reivindique a universalização do serviço mais básico, essencial para qualquer nação, o saneamento básico. O nosso trabalho é conscientizar a sociedade para termos um Brasil mais justo, com todos tendo acesso a água tratada, coleta e tratamento do esgoto.

Portanto, eu ofereço a palavra ao Presidente Executivo do Instituto Trata Brasil, Dr. Édison Carlos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Dr. Édison, só um minutinho, porque nós temos aqui o Deputado Federal Júlio Cesar, que está nos dando a honra de sua presença, a presença do Deputado Federal Fausto Pinato e a presença do Deputado Missionário José Olímpio. Só está faltando aqui a presença do Deputado Eduardo Cunha. (*Risos.*)

Com a palavra o Dr. Édison.

O SR. ÉDISON CARLOS – Bom dia a todos! É uma honra estar aqui e por isso queria agradecer a Comissão de Infraestrutura do Senado, ao Senador Garibaldi, ao Senador Fernando Bezerra, ao Governador Geraldo Alckmin, ao meu amigo Roberto Tavares, mais um lutador pelo saneamento, ao Dr. Walter Gomes. É uma honra para o Trata Brasil estar nesta Comissão e nesta audiência pública.

Bom, se o saneamento estivesse andando bem, certamente não estaríamos aqui. Apesar dos avanços dos últimos anos – e foram avanços importantes –, nós estamos ainda muito distantes de ter uma situação digna de saneamento básico no Brasil.

Eu vou passar alguns números – tenho dez minutos, não é isso, Senador? – que falam por si.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Dez minutos.

O SR. ÉDISON CARLOS – Os números são de 2013, os últimos números oficiais do Ministério das Cidades. Meu amigo Ubiratan, tudo bem?

Deputado Arnaldo Madeira, desculpe-me. São tantos os amigos – Arnaldo Jardim, desculpe-me –, tantos os amigos aqui!

Bom, nós podemos dizer que a situação do saneamento não condiz com o Brasil, sétima economia do mundo. Nós temos ainda mais da metade da população sem coleta de esgoto e só 39% dos esgotos do País são tratados. Quer dizer, isso fala por si. Ou seja, a maior parte dos esgotos do País ainda vai para a natureza. Então, isso mostra o tamanho do desafio que nós temos para vencer, se a gente considerar o prazo de vinte anos do Plano Nacional de Saneamento Básico.

Ainda temos 35 milhões de brasileiros que não têm acesso à água tratada, 6 milhões de brasileiros que não têm um banheiro. Então, podemos dizer que nós temos ilhas de excelência em saneamento e uma parte grande do País que precisa avançar muito ainda.

Aqui os Estados em azul escuro são aqueles que têm mais de 70% de coleta de esgoto. Então, aqui nós temos essa região de azul claro e azul escuro, que é a região que mais progrediu, os Estados que mais progrediram em coleta, e uma região enorme no Norte e uma parte importante no Nordeste também precisando avançar bastante em coleta de esgoto.

No que se refere ao tratamento de esgoto, a situação é ainda pior. Nós temos ainda uma dificuldade muito grande de ampliar o tratamento do esgoto. Temos muitos Municípios grandes que fizeram um trabalho grande de coleta, das redes de coleta, mas mesmo esses grandes Municípios evoluíram pouco no tratamento do esgoto. Então, nós temos muitas cidades que coletam 90% de esgoto e tratam 10%, 20%. Quer dizer, faltou construir a interligação dessas redes com as estações de tratamento e mesmo construir muitas estações de tratamento.

Então, o tratamento do esgoto é um dos indicadores mais atrasados do Brasil. Isso explica a qualidade dos rios urbanos. O fato de muitos Municípios não terem feito ainda toda a sua rede de coleta e mesmo o tratamento de esgoto mostra por que os rios ficaram nessa situação, a ponto de a gente não conseguir usar os rios nesse momento de falta de água.

Pelos cálculos que a gente fez, são cinco mil piscinas olímpicas de esgoto jogadas na natureza, por dia, no Brasil. Então, é um desafio enorme e que não dá mais para adiar.

Fico muito feliz, Senador Fernando Bezerra, Senador Garibaldi, Governador Alckmin, de estar aqui, porque realmente aqui nós podemos resolver. Se nós não resolvermos aqui, numa conferência como esta, vai ficar difícil caminhar.

Bom, o resultado disso são milhares de internações, todos os anos, só por diarreia. O Governador Alckmin sabe melhor do que nós de todas essas doenças transmitidas por não haver saneamento básico. São

na maior parte crianças as atingidas. E por isso é que a Pastoral da Criança é nossa parceira. A Dr^a Zilda Arns, quando viva, estava com a gente desde o início; hoje é o seu filho, Nelson Arns. Temos parceria com a Unicef, com a Fundação Abrinq, com todas essas ONGs importantes voltadas para a saúde infantil, porque realmente o primeiro reflexo que uma cidade tem quando não há saneamento é a sobrecarga dos postos de saúde e dos hospitais por doenças transmitidas pelo esgoto.

Aqui, um quadro de 2013 mostra que São Paulo, por exemplo, é um Estado que está caminhando forte. Já há dois Estados que têm desafios muito grandes. Santa Catarina, pasmem!, um Estado de altíssima qualidade de vida, tem desafio gigante ainda em coletar e tratar esgoto. Só 16% da população de Santa Catarina têm coleta de esgoto. E, no Pará, menos de 4% da população têm coleta de esgoto.

Então, isso mostra para frente, o que nós vamos fazer daqui para lá – isso é história; não adianta ficarmos discutindo –, o que nós vamos fazer para que essas cidades e Estados saiam dessa situação, porque ninguém está aí porque quis. Há problemas e certamente o Dr. Roberto Tavares vai comentar muito dos gargalos do saneamento. Só a falta de recursos não explica tudo isso aqui.

Senador Fernando Bezerra, se colocarmos R\$300 bilhões no saneamento hoje não vai mudar quase nada. Então, precisamos mudar muita coisa, eliminar gargalos, para que possamos avançar.

As perdas de água e a situação da crise hídrica eu vou comentar depois. Fizemos um estudo junto com o Dr. Gesner Oliveira, que presidiu a Sabesp e é uma referência na área de saneamento. Aqui, vemos, no que se refere à perda de água no sistema de distribuição, como o Brasil vem caindo pouco no que se refere à perda de água potável no sistema de distribuição. Quer dizer, saímos de uma taxa de 45, em 2004, e, dez anos depois, estamos aqui, em 37. Isso, no momento em que havia muita água, era um indicador esquecido. Nós podemos dizer que era um indicador em que ninguém prestava muita atenção. Com essa crise de água no Sudeste, isso tomou um vulto enorme. Então, reforça a necessidade de o Governo Federal ter linhas de financiamento específicas para perda de água, condições diferenciadas para que as empresas e os governos possam investir mais forte, porque são investimentos muito pesados, de longo prazo.

Então, nós não podemos deixar a perda de água junto com esse monte de investimento. É preciso haver linhas separadas para que as empresas possam fazer esses investimentos que são muitas vezes de trocar milhares de quilômetros de redes. São redes construídas há cinquenta, há sessenta, há cem anos, que não têm mais condição de vida, e precisamos trocá-las. Então, precisamos de recurso também.

Aqui, pelos nossos cálculos, Senador Garibaldi, nós perdemos, em 2013, seis cantareiras e meio. O volume que nós perdemos de água nas redes de distribuição equivaleu a seis cantareiras no Brasil todo. Quer dizer, se um cantareira é muito, imagine os seis sistemas Cantareira que perdemos! Quer dizer, existe um manancial enorme, que são as perdas que precisamos recuperar muito rapidamente. Isso equivaleu a R\$8 bilhões, ou seja, R\$8 bilhões deixaram de voltar para o sistema de saneamento, se essa água fosse computada, não só os vazamentos, mas os roubos de água, as ligações clandestinas.

Então, Governador Alckmin, nós temos de enfrentar a situação das áreas irregulares. Isso é fundamental, porque temos milhares e milhares de pessoas morando em áreas irregulares que, de alguma forma, têm acesso à água, seja roubada, seja de poço. Isso gera esgoto. Não sabemos o que fazer com essas áreas, e fazemos de conta que elas não existem. Elas existem, elas consomem água. Muitas vezes, a população não paga por essa água e gasta muito mais. Nós temos comunidades que visitamos, em Porto Alegre, por exemplo, onde estamos fazendo um projeto junto com o DMAE de Porto Alegre, Governador. Na comunidade que monitoramos, as famílias gastam seis vezes mais água do que uma casa regular por não pagarem a conta. Então, nós precisamos enfrentar a questão das áreas irregulares e a questão das áreas rurais, que é outro ponto.

Senador, a área de saneamento está sem dono. Nós precisamos encontrar uma forma de atacar as áreas rurais, porque muito da água da área urbana...

(Soa a campainha.)

O SR. ÉDISON CARLOS – ... vem da área rural. Então, precisamos preservar a água desde a nascente. Nós temos um projeto com a WWF, no Pantanal. E 25 cidades do Mato Grosso, onde nasce 30% da água do Pantanal, praticamente todas elas jogam esgoto nas nascentes do Pantanal. Quer dizer, o Pantanal, que é uma região belíssima, preservada, não está sendo preservado, assim como a Amazônia também não está sendo preservada no que se refere a esgoto.

No *ranking* que soltamos agora sobre as cem maiores cidades, eu vou passar aqui algumas telas, nós vemos, Senadores, Deputados, que as melhores cidades do Brasil estão concentradas nessa região: São Paulo, Paraná, Minas, uma na Bahia, uma no Rio de Janeiro, e as dez piores concentradas na região Norte, uma no Nordeste, uma no Sul, que é Gravataí. Então, nós precisamos fazer com que esses pontos azuis caminhem para outras regiões do Brasil, porque sabemos que São Paulo, Paraná, Minas estão caminhando muito fortemente para a universalização, mas nós temos uma parte enorme do Brasil que está parada, empresas em situações difíceis.

Eu não estou aqui para falar em nome do Roberto – Roberto, desculpe-me –, mas eu vivenciei isso no caso do Ceará. Nós temos uma articulação muito boa com o Governador. Nós estamos tentando ajudar lá no Ceará. Fica patente que, na maior parte dos Estados do Nordeste, a empresa é suportada financeiramente por cinco, seis, dez cidades e existem cem cidades que são deficitárias em saneamento. Quer dizer, o sistema não para em pé. Nós precisamos atacar essas coisas, senão não avançamos também.

Aqui os benefícios econômicos. O pessoal da Fundação Getulio Vargas fez uma projeção para gente de quanto cairiam as doenças transmitidas por esgoto se a gente caminhasse para a universalização. É impressionante a queda. Isso significa mais recursos para os Municípios investirem em outras áreas, como educação, habitação, iluminação, tantas coisas, mas hoje os recursos para essas doenças drenam os recursos dos Municípios e Estados por não terem feito a infraestrutura mais básica. Então, isso é recurso.

Aqui, Governador, o aumento do valor do imóvel quando ele passa a ter rede de água e esgoto. Quer dizer, o patrimônio das famílias aumenta demais. O Dr. Gesner Oliveira fez uma projeção: os ganhos só no Estado de São Paulo com a valorização de imóveis, aluguéis, IPTU, etc. equivaleriam a quase 15 bilhões em 20 anos. Quer dizer, é muito recurso represado em áreas pelo saneamento. O saneamento é transversal. Ele ajuda a cidade como um todo, o turismo, a educação, enfim, não temos como dizer tudo em que o saneamento ajuda. Mas isto aqui é para mostrar números. O saneamento realmente traz muitos benefícios.

Aqui, postos de trabalho no turismo. No Ceará, a universalização do saneamento poderia gerar mais 36 mil postos de trabalho. Hoje são 43 mil trabalhadores ligados ao turismo no Ceará. Estamos falando de quase dobrar o número de postos de trabalho no turismo. Então, o Nordeste seria a região mais beneficiada pelo saneamento, por conta de suas belíssimas praias.

Aqui, investimentos. Nós tivemos, em 2013, um investimento da ordem de 10,5 bilhões e temos que chegar aos 16 para seguir para o Plano Nacional de Saneamento. Então, apesar dos avanços, nós ainda estamos distantes da meta projetada pelo Governo Federal para que todo mundo tenha água e esgoto em 2033.

Estes sete Estados contemplam 73% dos investimentos. São Paulo, sozinho, representa um terço do que o País investe em saneamento. Nós precisamos mudar isso. Quer dizer, Estados menores como os do Nordeste, do Norte, do Centro-Oeste também precisam ter uma política mais agressiva de investir em saneamento, porque, senão, não vamos chegar a essa meta da universalização. Pelos nossos cálculos, das 100 maiores cidades, aproximadamente 40 não chegarão à universalização se mantiverem os indicadores, o avanço dos últimos anos. Nós não estamos falando de cidades pequenas. Estamos falando de cidades acima de 250 mil habitantes. Isso significa que há um desafio enorme mesmo nas maiores cidades brasileiras, aquelas que sabem fazer projeto, que têm uma boa empresa de água e esgoto. Nós precisamos fazer várias coisas.

Algumas sugestões: desburocratização do acesso aos recursos. Senadores, precisamos entrar nessa discussão. Segundo o cálculo que nós fizemos com a Aesbe e ABDIB, entre a apresentação de um projeto aqui em Brasília e o recurso sair, são 23 meses. O saneamento não aguenta 23 meses para aprovar um projeto. Nós precisamos encontrar formas de o recurso chegar mais rápido. Senão, daqui a 20 anos, vamos fazer audiência pública aqui para falar de saneamento.

Alteração da responsabilidade individual. Os técnicos hoje têm medo de aprovar projeto de saneamento, porque eles são responsabilizados na pessoa física. Essa é uma discussão que precisamos também fazer, porque os técnicos muitas vezes acabam colocando empecilhos, pelo em ovo, para se protegerem de alguma irregularidade que, por acaso, eles não tenham visto e não podemos mais aceitar.

Aumento na eficiência na gestão do saneamento, fortalecimento das decisões regionais. Aqui tem o caso Santa Catarina e de São Paulo, que estão aprovando projeto por bacia hidrográfica. Temos que caminhar para isso. Não dá para o Município caminhar individualmente. Os Municípios abaixo de 50 mil habitantes, 30 mil, 20 mil não conseguem sair do lugar. Nós precisamos de uma articulação aqui, apontada pelo Governo Federal, para aprovar planos e recursos por bacia hidrográfica, porque ganhamos escala na solução, independentemente de quem vai operar o saneamento, se privado, municipal, estadual. Isso não interessa! O importante é que o gato cace o rato. Não podemos cair nessa armadilha de ficar discutindo mais quem é o titular desse treco. O desafio é enorme e é de todos.

Então, precisamos ganhar escala, fortalecer as decisões regionais, ampliar as parcerias público-público e público-privada, não é só público-privada mas também público-público. O caso que a Sabesp fez com a Casal é um exemplo belíssimo de transferência de tecnologia. Por que não as empresas públicas se aproximarem das outras empresas públicas para transferir tecnologia, recursos, prioridade nas licenças ambientais? Tudo isso, Governador Alckmin, temos registrado. Perguntamos para os tomadores de recursos do PAC quais são os grandes gargalos que eles têm para que aquelas obras não andem. Uma coisa que aparece todo o ano é licença ambiental, demora na licença ambiental. Se não tratarmos o saneamento diferentemente, não vamos caminhar. Então, licença ambiental é um nó gigante também.

Aperfeiçoamento dos mecanismos de regulação, valorização do saneamento na sociedade. Em 2009, fizemos uma pesquisa, Governador Alckmin, Senadores, que mostrou que 30% da população não sabia o que significava saneamento básico. Isso caiu para 13% há dois anos. Quer dizer, ainda temos uma parcela da população que não sabe nem o que significa saneamento básico. Temos que caminhar bastante e é necessário campanhas de educação ambiental atreladas aos projetos. O que defendemos? Que quando uma cidade ou Estado receber um recurso, que ali tenha uma porcentagem para educação ambiental, para que a população seja informada do que está acontecendo.

Bom, termino aqui. Boas iniciativas: o arranjo institucional do Ceará; redução da burocracia, esse movimento que a Aesbe está tocando com o Trata Brasil, CNI, ABDIB; os planos municipais por bacia de São Paulo, Santa Catarina e Ceará; as parcerias público-privadas: é o caso do grande Recife, sobre a qual o Dr. Roberto vai falar, das SPEs que a Sabesp fez, das casas da Zona Oeste do Rio; o Movimento Água para São Paulo, tocado pelo Governo do Estado; e mais o diálogo estabelecido entre os três Estados da crise; as agências intermunicipais; os avanços do Paraná são dignos de registro; redução de perdas, várias cidades indo muito bem; e o projeto do Senador Serra de criação do Reisb.

É isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Agradeço o Dr. Édison.

Passo a palavra ao Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Sr. Presidente, ofereço agora a palavra ao Presidente da Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento e também Presidente da Compesa (Companhia Pernambucana de Saneamento Básico), Dr. Roberto Tavares, por dez minutos.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI TAVARES – Bom dia a todos. Gostaria de cumprimentar o Presidente da Comissão, Senador Garibaldi Alves; cumprimentar o Senador Fernando Bezerra Coelho, Senador pelo meu Estado; cumprimentar o Governador Geraldo Alckmin; o Presidente do Trata Brasil, Édison Carlos; o Walter Gomes, Diretor Geral do DNOCS; as Sras e os Srs. Senadores, a imprensa.

Queria dizer que é muito importante que esta discussão esteja ocorrendo aqui – imagino que seja uma comissão mista. Aliás, é só do Senado?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Ele imaginou bem, não é?

O SR. ROBERTO CAVALCANTI TAVARES – Desculpe pelas citações iniciais. Ou seja, é um tema que, infelizmente, não esteve nos movimentos de 2013. Nas passeatas de junho, eu não vi nenhuma placa defendendo mais saneamento. Eu vi pedindo mais educação, mais segurança, mais saúde. Procurei por saneamento, mas não achei. Eu queria crer que as pessoas, quando pedem saúde, estão também pedindo saneamento, mas nem sempre esse *link* é feito.

Então, queria dizer, agradecendo o convite do Senador Fernando Bezerra Coelho, que tive a honra de chegar a esse setor há nove anos. Sou de carreira do Fisco Estadual, sou auditor de carreira da Secretaria de Fazenda e fui convidado pelo saudoso Governador Eduardo Campos, ainda em 2006, que me disse: “Sua missão agora é na Compesa, na Companhia de Saneamento.” Eu, dentro do Estado, não sabia, não tinha a dimensão do que é uma companhia de saneamento, dos desafios, do volume de recursos que gira, mas, hoje, estou como um veterano do setor, sou o presidente da associação. É um setor apaixonante apenas pelo que falta fazer, porque nada do que é feito tem a visibilidade que uma praça, uma academia nas cidades ou uma simples ponte gera para a população. Ou seja, são obras, de fato, enterradas, a redução de perdas é uma obra escondida, é uma obra demorada e muitas vezes não tem sido valorizada pela sociedade.

Eu tentarei ser breve aqui para que a gente possa ter mais tempo não só para o Governador Alckmin, mas também para o debate.

A Aesbe é uma associação que representa todas as empresas estaduais do Brasil. Na verdade, nós temos 25 empresas estaduais no nosso país. Nós atuamos em mais de 4 mil cidades brasileiras e atendemos 75% da população urbana do País.

Eu queria fazer um breve comentário. Se quiserem falar de saneamento, têm de falar com as empresas, pois são elas que operam no dia a dia. Então, não dá para ter uma política que tem uma parte no Ministério das Cidades, outra no Ministério da Integração, outra na Funasa, parte no DNOCS, parte na Codevasf. Ou seja, a gente vai tendo diversos órgãos querendo tratar de saneamento e perdendo a visão conjunta, e as empresas submetendo-se a regras diferentes, em todos os Estados do País, com estruturas diferentes e tendo de dar resposta à sociedade. Então, ou a gente reorganiza isso ou a gente vai ficar muito tempo discutindo e tendo pouca efetividade.

Temos poucos Estados que não estão presentes, mas estamos na maioria do País. Eu vou pular o histórico para que a gente possa ir direto aos pontos.

Nós tivemos, no ano de 2007, pela primeira vez, um marco regulatório no setor, que foi a Lei 11.445. Vejam, o marco regulatório do setor de telecomunicações é muito anterior, do setor energético, de energia, é muito anterior. E estamos vendo que no setor energético há uma crise hoje muito grande, mas é um setor imensamente, muito mais robusto, muito mais organizado do que o setor de saneamento. Então, nós temos uma lei que tem oito anos e, na minha humilde visão, já precisa de uma reforma. Ela precisa de uma reforma quando ela tangenciou a questão da titularidade e deixou um problema para ser discutido no tribunal. Lei boa é lei que se organiza, que o setor entende, que começa a funcionar. Quando precisa ir para o tribunal para ser interpretada, a gente perde o controle. Inclusive, o Legislativo perde o controle, uma vez que foi ele que fez a lei, que foi sancionada pelo Executivo, mas ela vai ser, entre aspas, “regulamentada” ou “reconduzida” pelo Judiciário.

E aí a questão da titularidade, que reputo como mais importante, é a questão, por exemplo, das regiões metropolitanas ou dos sistemas integrados. Uma região metropolitana não pode se submeter a um plano municipal de saneamento de uma única cidade. A região metropolitana do Recife não tem nenhuma barragem, todas as barragens estão nos outros Municípios. Então, eu não posso me submeter à capital do Estado para poder atender a um plano municipal de um município que tenha barragem.

Então, como foi dito aqui antes pelo Édison, nós precisamos pensar por bacia. E os sistemas integrados têm que ser pensados da forma como eles foram construídos, integrados.

Nós vamos ter, em Pernambuco, o maior sistema integrado do mundo. Serão 1.300km de adutoras, tirando água do Rio São Francisco e levando para 68 cidades, com uma população total de dois milhões de habitantes.

Como é que eu vou funcionar como operador se eu tiver 68 planos municipais de saneamento apitando sobre esse sistema integrado, cada um olhando só o seu? E que dirá se tivermos 68 agências reguladoras! Porque, pela lei, hoje cada Município pode ter a sua agência reguladora. Então o que as companhias estão fazendo é entrar na Justiça para diminuir a interferência política que, às vezes, alguns Municípios têm sobre as suas agências reguladoras. O Brasil copiou esse mecanismo de alguns países mais desenvolvidos, mas tenho dúvida sobre quão maduros estejamos para ter uma atuação realmente imparcial, como deve ser, de uma agência reguladora.

E, aí, eu queria me deter mais nos desafios da lei. A gente tem uma meta de universalização; o Plansab traz uma meta de universalização. O saneamento tem quatro pilares: o esgotamento sanitário, o abastecimento de água, a drenagem urbana e resíduos sólidos. Os operadores tratam de dois desses pilares: o esgotamento sanitário e o abastecimento de água. E, dentro do Plansab, que foi feito pelo Governo Federal, está previsto que, para universalizar, precisaria investir R\$303 bilhões até o ano de 2033.

Eu diria o seguinte: precisaria investir, então, cerca de R\$16 ou R\$17 bilhões, por ano. No ano de 2014, todas as empresas de saneamento juntas investiram cerca de R\$9 bilhões, dos quais mais de R\$3 bilhões pela Sabesp, a maior empresa do setor. A Compesa tem feito um esforço grande em investimento. Nós investimos R\$700 milhões no ano passado; fomos a quarta maior em investimento, em que pese sermos a nona maior em faturamento. Ou seja, as empresas estão se voltando para fazer investimento com uma força de trabalho única. Então, se essa força está se direcionando para fazer um investimento, provavelmente está faltando, na operação, um manejo, uma organização mais eficiente do setor.

E, aí, eu queria pular para uma agenda propositiva da Aesbe. A primeira coisa que queria tocar é na questão da regulação. Nós entendemos que um único prestador para vários Municípios, contíguos ou não, tem que ter uma regulação única. Essa é a nossa defesa. Não tem como... Nós temos mais de cinco mil Municípios e não há como as empresas, que operam em centenas de Municípios, consigam se adequar a ter um relacionamento com culturas diferentes em cada Município, sem a visão integrada por bacia, nesse aspecto, inclusive com a uniformidade de fiscalização.

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO CAVALCANTI TAVARES – A centralização dos recursos de saneamento.

En passant, falei há pouco que nós temos recursos em diversos Ministérios. Falta um dono para o saneamento. Quem é, no País, o responsável pelos resultados que nós temos ou por reverter os baixos resultados que nós temos? Nós temos 22 unidades da Federação que coletam menos de 50% do esgoto. Então, não é a companhia A, B ou C que é errada, que é ineficiente. O nosso modelo está falido; o nosso modelo, que começou no Planasa, perdeu o fio condutor, e esse resultado fez com que o nosso País estivesse dessa forma.

Temos cinco Estados que têm mais de 50%. E eu estou falando de coleta, senhores. Se formos falar de tratamento, aí começa a entrar na questão criminal... E eu queria dizer outra coisa: saneamento não é matéria criminal. Nós estamos tendo operações da Polícia Federal dentro das companhias de saneamento, como houve na Sanepar, como houve na Agespisa, no Piauí, como está havendo hoje em Fernando de Noronha, no Estado de Pernambuco, ou seja, problemas históricos do setor estão sendo tratados como uma questão criminal do gestor de plantão.

Eu sou o gestor de plantão. Nós somos executivos do setor de saneamento, na maioria empresas controladas pelo Estado, que estamos tentando reverter essa situação, mas nos falta uma lei, um marco regulatório que dê segurança jurídica não só para os empreendedores privados, para que possam fazer parcerias, como também para os próprios executivos do setor público.

Simplificação do processo de financiamento.

Não vou estender mais esse assunto. Dois anos ou 23 meses, como foi colocado há pouco, é para conseguir concretizar o financiamento. Eu não estou nem falando das liberações. As liberações de dinheiro ao longo do tempo...

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO CAVALCANTI TAVARES – Uma empresa que tem mais recursos consegue fazer um caixa, antecipar com o caixa próprio e, depois, resolver as pendências que a burocracia exige.

Criação de um fundo garantidor para PPPs ou para locação de ativos.

Nós precisamos ter projetos estruturados, trazendo o capital privado em parceria com o setor público. Concordo que devemos acabar com essa discussão de municipal, estadual, público ou privado. Nós precisamos reverter o quadro de indicadores que nós temos e as parcerias são importantes.

Nós temos, hoje, em Pernambuco, a maior parceria público-privada do Brasil na área de saneamento. São R\$4,5 bilhões de investimentos para triplicar a cobertura de saneamento na região metropolitana do Recife. Mas tivemos, tenho que confessar, pouquíssimo apoio ou, pior ainda, pouquíssima discussão com os órgãos federais que quisessem entender um pouco o nosso projeto para que pudesse, se fosse o caso, replicar para outros Estados.

Eu vou pular algumas coisas.

Conjuntos habitacionais do Minha Casa, Minha Vida.

Cada vez mais ampliando, indo para regiões periféricas, sem enxergar para onde o nosso planejamento operacional está seguindo. E os moradores, depois, vão quebrar panela na frente das companhias de saneamento como se fossem elas as culpadas por não se fazer aquele investimento. Isso vale também para as áreas subnormais, que precisam de uma atuação do poder municipal, muito menos do que da companhia de saneamento.

A questão do PIS e Cofins – e aqui eu encerro.

Essa questão é fundamental. Não tem sentido o Governo Federal liberar R\$16 bilhões, R\$20 bilhões em linhas de financiamento e tirar R\$3 bilhões ou R\$4 bilhões por ano do setor de saneamento. Eu prefiro que diminua a quantidade, o volume de recursos colocado à disposição das empresas, porque é um recurso com burocracia, e que nos libere recurso que é injeção na veia, que é um recurso que já está dentro das companhias e poderia ser investido com muito mais velocidade e com muito menos burocracia.

E, por fim – eu havia me esquecido desse ponto: uma política energética específica para o setor de saneamento. Nossas empresas são eletrointensivas. Cerca de 15% a 20% do nosso custo é em energia elétrica. Nós temos que criar estruturas, adutoras e reservatórios pensando que temos que parar quatro horas na ponta. Isto é, a ineficiência do setor elétrico está sendo importada e gerando ineficiência e custo adicional no setor de saneamento.

Nós já temos tarifa diferenciada, mas isso não tem resolvido o problema. Inclusive, com a bandeira vermelha que nós estamos aqui no País e os últimos aumentos que nós tivemos na conta de energia elétrica, têm afetado drasticamente o caixa das empresas e vai afetar a pouca capacidade de investimento que ainda resta no setor.

Então, como já esgotei um pouco o tempo, eu queria agradecer a oportunidade e colocar a Aesbe à disposição desta discussão e de contribuir com esta Comissão, para que possa atingir os seus objetivos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Agradeço ao Dr. Roberto Cavalcanti. O Senador Fernando Coelho...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Pela precedência, quem vai anunciar a palavra do Governador Geraldo Alckmin é o nosso Presidente, e não o mero Relator da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Não; ele está fazendo isso porque quer que eu estabeleça um limite de tempo para o Governador. *(Risos.)*

Mas eu não vou fazer isso, não.

Com a palavra, o Governador Geraldo Alckmin.

O SR. GERALDO ALCKMIN – Quero cumprimentar o nosso Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, nosso Ministro e professor; quero saudar o nosso Senador Fernando Bezerra Coelho; agradecer o convite para estar aqui na Comissão do Senado Federal; cumprimentar os Senadores, Senadoras, Deputadas, Deputados; saudar

o Diretor-Geral do Dnocs, Dr. Walter Gomes de Sousa; o Dr. Édison Carlos, Presidente do Instituto Trata Brasil; o Dr. Roberto Cavalcanti Tavares, Diretor Presidente da Aesbe, associação que reúne as empresas de saneamento.

Presidente, Garibaldi, Senador Fernando Bezerra, separei aqui alguns tópicos, fruto da nossa experiência lá de São Paulo, que nos parecem mais relevantes. Mas quero aqui fazer coro ao que foi dito, porque administrar para o ser humano é saneamento básico: água tratada e esgoto sanitário. Então, é absolutamente prioritário.

Em São Paulo, a maior seca do século passado foi em 1953. E, em 2014, no ano passado, choveu a metade de 1953, e sem nenhuma previsão. No final de 2013, os institutos de pesquisa diziam que as chuvas seriam normais ou até um pouquinho acima da média. No entanto, tivemos, fruto dessas mudanças climáticas e da imprevisibilidade, uma seca duríssima. A região metropolitana de São Paulo tem 22 milhões de pessoas, a 700 metros de altitude. É raro, no mundo, haver tanta gente num planalto, onde não há água. Nós vamos buscar água em Minas Gerais, ou seja, a mais de 100km de distância.

Então, fruto dessa experiência, preparei alguns tópicos como colaboração ao debate aqui da Comissão.

A primeira medida é o uso racional da água. Há muito desperdício. Então, o que fizemos? Instituímos um bônus e um ônus. E a adesão foi impressionante: 83% da população reduziu o consumo de água. Campanhas dizendo: "Olha, não escove os dentes com a torneira aberta. Não faça a barba com a torneira aberta. Não deixe o chuveiro ligado enquanto toma banho". Em relação ao bônus, dissemos: Olha, economize 10% da água e você ganha 10% de prêmio; economize 15% e você ganha 20% em dinheiro; economize 20% e você ganha 30% de bônus. Se gastar a mais, há 20% de ônus. Então, 83% economizaram e ganharam o bônus, e 17% gastaram a mais e tiveram o ônus.

Um dia desses, encontrei o Senador Caiado, que me falou: "Olha, eu queria te agradecer." Falei: "Por quê?" E ele disse: "Não, porque você ajudou a educar as minhas filhas". Daí eu falei: "Mas como?" E ele disse: "Elas moram em São Paulo. E, quando eu fui ao apartamento delas, cheguei lá e deixei a torneira um pouco aberta, e elas, na hora, já me chamaram a atenção".

Então, o uso racional da água. Nós economizamos 6,2 m³/s. Isso equivale a quase dois milhões de pessoas com água.

A segunda medida foi aumento de produção de água, o que é absolutamente necessário.

E, aí, chegamos à terceira: a redução de perdas, como aqui foi muito bem colocado. É caríssimo reduzir perdas. Na Europa, a França perde 27%; a Inglaterra, 20%. A média é acima de 20%. Só no Japão e na Alemanha, praticamente, esse índice tem um dígito. O Professor Benedito Braga é o Presidente do Conselho Mundial das Águas. Então, é extremamente caro, mas é necessário.

Acabei de citar o Senador Ronaldo Caiado aqui.

Nós temos uma perda física de 19%, mas, se incluir as áreas irregulares, roubo de água e tudo sobre o que não se tem controle, chega-se a quase 30%. Essa é uma questão prioritária. Nós temos um financiamento da Jica, do governo japonês, e uma assessoria do governo japonês para poder economizar.

Aí vem uma questão importante que fizemos lá em São Paulo. A maior parte da perda não é o cano que estourou, porque, nesse caso, você vai à rua e conserta esse cano. É perda oculta. São, durante 24 horas, 100 mil quilômetros de rede escondida, perdendo água.

Então, a válvula redutora de pressão funciona admiravelmente bem, porque, a partir das 19 horas, reduz-se a pressão sobre o sistema, que volta de manhã cedo. Então você reduz as perdas sem fechar a água das pessoas. Ninguém ficou sem água, todo mundo está com água.

Quando você fecha e faz o rodízio, você zera a pressão. Quando volta, estoura o cano, além do risco de contaminar o cano, porque, sem pressão, entra água contaminada no do cano e contamina. Então, nós fizemos o trabalho: instalamos 1,6 mil VRPs (Válvulas Redutoras de Pressão). Ninguém ficou sem água, não houve rodízio, e nós economizamos muito diminuindo perda de madrugada, com pressão menor.

Aqui outra experiência, as obras que fizemos lá. Eu queria destacar aqui o Sistema São Lourenço, que é esta de baixo, 2017, que é PPP, colaborando aqui com o que foi dito. Foi uma parceria público-privada, e ela está gerando, hoje, 2,5 mil empregos diretos – uma obra – e vai chegar ao final do ano, começo do ano que vem, com 3,5 mil pessoas trabalhando.

Saneamento básico é muito emprego. No momento em que a economia está fraca, eu vejo duas áreas, Garibaldi e Fernando Bezerra Coelho, que poderiam ajudar em emprego. Uma é exportação, um esforço exportador brutal, em razão da mudança do câmbio. E a segunda é infraestrutura e logística. Aqui está um item: uma obra, três mil empregos. Então, é muito emprego, e a PPP é uma boa alternativa.

Aqui, as interligações. Quando o Ministro Ciro Gomes era Ministro aqui no Governo Federal, São Paulo votou favorável à transposição do São Francisco, porque é necessário fazer transposição e interligação de bacias. Isso é absolutamente necessário. Aqui é uma interligação que nós estamos fazendo entre a Billings e o Alto Tietê.

Aqui um fato histórico. Nós fizemos, no Supremo Tribunal Federal, um entendimento maduro entre os Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, com o Ministro Luiz Fux. Dissemos: Vamos interligar bacias, porque, em um momento de mudança climática, quando chove, chove demais, quando faz seca, faz seca demais, você precisa diminuir vulnerabilidade, interliga bacias e aumenta reservação.

O Cantareira, que é à esquerda, o Atibainha, tem 1 bilhão de metros cúbicos de capacidade de reservação. Só a Represa do Jaguari, que é da Paraíba do Sul, tem 1,2 bilhão. Então, você dobra a capacidade de reservação fazendo essa interligação. Então é aumentar reservação.

Aqui a parceria público-privada a que me referi, 2,2 bilhões. O prazo é de 25 anos. Nós vamos buscar água a 84 quilômetros de distância, com vazão de 6,4 metros cúbicos por segundo. Está rigorosamente dentro do prazo e fica pronta agora, em 2017.

Aqui um trabalho que fizemos de recomposição de matas ciliares. Nós estabelecemos uma meta. São 40 milhões de mudas nativas. Na primeira etapa, são sete milhões. Todo o conjunto de águas, Tripoli: rios, córregos, nascentes, todos os corpos d'água. E estamos fazendo sem gastar nada. O proprietário da terra tem que fazer a recomposição da beira do rio. Em São Paulo, Senador Blairo Maggi, você que foi Governador, temos 17 penitenciárias produzindo mudas sem parar. Então, as penitenciárias fazem as mudas. As ONGs fazem os projetos, a TNC (The Nature Conservancy) faz o projeto. Quem planta é a Cooperativa de Trabalhadores; e quem paga é quem tem compensação ambiental, concessionárias, indústrias. Quem tem compensação ambiental paga. Assim, o custo é zero, recompondo as matas ciliares onde precisam ser.

Aqui se mostra a seca.

Nós tivemos, em 2014, a maior seca da história. Parece que, no caso do Sudeste, este período seco que nós estamos vivendo será um pouco mais úmido. Não há mais nenhum risco, em São Paulo, de termos rodízio.

Aqui, as obras de tratamento de esgoto sanitário, que são sempre mais caras e mais complexas.

Aqui, água de reuso. Essa foi uma boa experiência. A água de reuso para a indústria é muito mais barata. Então, nós criamos uma empresa, que se chama Aquapolo, com a parceria Sabesp/Odebrecht. Assim, o Polo Petroquímico do ABC inteirinho é com água de reuso. Então, pegamos o esgoto, tratamos o esgoto, e essa água é utilizada para a indústria. Aliás, estamos estudando até tratar o esgoto e devolver na Represa Guarapiranga. Ela tem um outro tratamento e vira água tratada. Então, a água de reuso é uma boa alternativa.

Aqui, os trabalhos de tratamento de esgoto, a redução da mancha de esgoto. Fizemos um trabalho de tratar esgoto, com cidades menores que não são Sabesp. Em cidades com menos de 50 mil habitantes, fazemos o projeto, a prefeitura dá o terreno e nós entregamos a estação operando para a prefeitura.

Aqui, o Se Liga na Rede. Às vezes, fazemos um grande investimento, José Agripino, e a pessoa não liga, porque não tem R\$1.700,00 para contratar o pedreiro, comprar o material e se ligar na rede. Então, você gastou bilhões com emissários, estações de tratamento, estações elevatórias, mas a pessoa não faz a ligação porque não tem dinheiro e não quer pagar ainda a prestação.

Então, o que nós fizemos? Vai uma equipe de agentes da Sabesp, pede licença, põe um corante no vaso sanitário, aperta a descarga e vê se está na rede. Se não está na rede, até três salários – aprovamos uma lei –, nós fazemos de graça. Então, até três salários mínimos, a Sabesp vai lá e faz. O Estado paga 80%, a empresa, a Sabesp, paga 20%. Então, você liga na rede, e estamos aumentando as ligações sem fazer mais obra, porque a infraestrutura já existe.

Finalmente, a questão tributária. Hoje só há um tributo sobre água e esgoto. Não há imposto municipal, não há ISS, não há estadual, não há ICMS. O único é o PIS/Cofins. Só a Sabesp paga perto de R\$700 milhões. Todas pagam, empresas municipais, estaduais, todas, todas, todas.

Qual é a nossa proposta? É que esse dinheiro vá para investimento. Então, poderia haver o risco: vai tirar o imposto e vai virar custeio de empresa. Vai tirar o imposto e vai virar tarifa mais baixa. Não! O Brasil precisa de investimento. É água de qualidade, esgoto afastado e esgoto tratado; e precisa de emprego. E infraestrutura é muito emprego. Então, essa é uma proposta. Não é para acabar; é obrigar que o valor seja investido em saneamento básico. Isso vai trazer saúde, bem-estar, qualidade de vida, turismo e emprego para a população.

Aqui está o exemplo do PIS/Cofins a que eu me referi, e essa é a proposta. As empresas de saneamento viraram arrecadoras de impostos, porque é muito imposto. E isso é só PIS/Cofins, não há nem Imposto de Renda! Porque a empresa, para investir, tem que gerar lucro; é com lucro que ela investe. Então, ela paga também uma fábula de Imposto de Renda.

Aqui o Trata Brasil, os dez melhores Municípios na área de saneamento.

Nós queremos agradecer o convite, dizer que esse é um tema importantíssimo da agenda do nosso País. Eu, quando fui prefeito, na década de 70, sempre dizia que asfaltar rua é administrar para o automóvel. Administrar para o ser humano é água tratada e esgoto coletado e, se possível, também tratado.

Agradeço o convite aqui do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Quero agradecer ao Governador Geraldo Alckmin.

Passo a palavra ao Senador Fernando Bezerra Coelho, que vai estabelecer o limite de tempo para cada Senador. *(Risos.)*

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – ... a partir da lista de Senadores inscritos.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Eu queria, rapidamente, fazer apenas algumas considerações preliminares, iniciando a rodada de perguntas que serão feitas pelos membros da Comissão, pelos Srs. Senadores e Senadoras.

Nós já temos cinco Senadores inscritos. A nossa sugestão é que a gente possa fazer um bloco de cinco Senadores. Eu chamo a atenção para o próximo compromisso do Governador Alckmin, que é às 11 horas, no âmbito da Comissão de Aprimoramento do Pacto Federativo, com a presença do Presidente Renan Calheiros.

Estão inscritos o Senador Wilder Moraes, Paulo Bauer, Hélio José, Jorge Viana e Roberto Rocha. Eu vou passar, pela ordem de inscrição, a palavra aos Senadores para fazerem suas indagações.

Mas, antes disso, eu queria dizer, Sr. Presidente, que acho que nós cumprimos bem o objetivo desta primeira audiência pública. Na realidade, as intervenções aqui apontaram para a necessidade de inovações, aprimoramentos e mudanças na legislação e na própria política de água e saneamento para o Brasil. Ficou evidente que, se mantido o ritmo de investimento atual, nós ficaremos longe de alcançar a universalização da água e do esgoto, como se pretende até o ano de 2033.

Então, é evidente que esta Comissão tem o desafio de identificar e indicar, a partir dessa audiência e de outras contribuições que poderão ser remetidas à Comissão de Infraestrutura do Senado Federal, no relatório, as mudanças mais pertinentes ou mais urgentes.

Eu queria fazer uma primeira indagação ao Diretor-Geral do Dnocs.

Ele falou aqui que o Dnocs está com muitas dificuldades para manter a sua operação. E o Dnocs foi, ao longo da sua história centenária, o principal instrumento de construção dos reservatórios para a oferta de água para a população do Nordeste. E é visível que, nos últimos 10 anos, os investimentos em reservação de água no Nordeste foram bastante diminuídos. Apesar do esforço da transposição – e é importante a gente destacar essa obra, porque ela inaugura um novo momento na política de recursos hídricos no Brasil, sobretudo no que diz respeito ao Nordeste brasileiro –, mas nós gostaríamos de ouvir do Diretor-Geral do Dnocs quais as sugestões nós poderíamos aqui obter dele, à luz da experiência que ele vem vivenciando, sobre como o Dnocs poderia ser reinventado, como é que se poderia dar uma “repaginada” do ponto de vista da organização administrativa, do ponto de vista do Estatuto do Dnocs – e me lembro de que, há pouco tempo, a gente discutia a necessidade da conjugação, da soma de esforços entre Dnocs e Codevasf para definir melhor as competências, o que caberia a cada uma dessas instituições –, no sentido de que a gente possa dar um ponto final a essa história.

Na realidade, há mais de 100 anos, a população do interior do Nordeste convive com secas recorrentes, que vão continuar acontecendo, e a gente termina amargando sérios prejuízos econômicos e sociais a cada situação dessa que é vivenciada.

Então, a primeira pergunta é: como revitalizar o Dnocs? Que sugestões os servidores, a instituição – pelo acúmulo que obteve ao longo da sua história –, poderiam propor para que esta Comissão pudesse indicar como uma das suas sugestões para valorizar e revitalizar essa importante instituição?

Queria me dirigir ao Presidente do Instituto Trata Brasil, que trouxe sugestões muito interessantes. Ele aqui falou de um tema que me parece muito pertinente e que eu gostaria que fosse aprofundado, apesar das considerações que foram feitas pelo Governador Geraldo Alckmin, que é a quantidade de água que é perdida nos sistemas operacionais.

Ele trouxe o número da média brasileira de uma perda física de 43%. É bem verdade que São Paulo tem uma perda física bem menor, menos da metade disso. Mas essa não é a realidade das empresas de saneamento Brasil afora. Então, o que é que se deveria fazer? O que é que não se está fazendo?

O Dr. Roberto Tavares tentou um pouco justificar, dizendo que as empresas estão voltadas muito para o investimento, porque precisam universalizar os seus serviços, e, às vezes, secundarizam as ações de operação e manutenção.

Então, qual a sugestão? O que é que falta? Falta financiamento?

E a minha pergunta se justifica pelo fato de que eu fiquei impactado com a colocação de que, se colocasse R\$30 bilhões, a situação não mudaria. Então, não é recurso? Não é dinheiro? O que é que, de fato, precisa mudar, do ponto de vista do marco legal, para que a gente possa obter melhores resultados?

E o nosso Roberto Tavares, Presidente da Compesa, aqui falou de um assunto que eu acho que vai merecer uma reflexão, porque mexe na estrutura administrativa do Governo Federal. Todos cobram o enxugamento da máquina pública, do Governo Federal, e aqui nós temos um depoimento categórico: o saneamento básico se espalha por mais de quatro ou cinco instituições federais.

Não é o momento de centralizar? Não é o momento de economizar? Não é o momento de esta Comissão de Infraestrutura do Senado apontar como a gente pode dar uma centralidade, inclusive, para reduzir os custos de burocracia?

E, aí, vem a pergunta para o Roberto Tavares: qual é a sugestão, à luz das empresas concessionárias, de como essa centralização poderia ocorrer, em nível de saneamento? Seria centralizar em nível das cidades? Aí a pergunta que sobressai: e como fica o mundo rural?

Aqui foi colocada a necessidade de a gente ter uma instituição que possa, também, chegar com a universalização da água e do esgoto para as comunidades rurais. A centralidade prejudicaria essa possibilidade de atenção às populações rurais que estão hoje desprotegidas, que não estão sendo vistas ou tocadas pelas políticas públicas? Esta, a pergunta que eu deixo para Dr. Roberto Tavares.

E, finalmente, uma pergunta para o nosso Governador Geraldo Alckmin.

Aliás, entes, queria ressaltar, referendando as palavras do nosso Presidente da Comissão, Senador Garibaldi Alves, que a presença dos Senadores e dos Deputados, certamente, não se justifica só pelo assunto da água e do esgoto. A presença maciça de Parlamentares aqui, neste momento de crise política, de incerteza, de dúvidas em relação futuro do Brasil, é porque identificam, na liderança do Governador de São Paulo, uma voz firme, serena, lúcida, para que o Brasil possa atravessar este momento de dificuldade que nós estamos vivenciando.

E nós todos nos sentimos muito honrados, porque aqui estamos vendo o esforço que o Governador Geraldo Alckmin, com a sua equipe, vem realizando para enfrentar uma questão que é fundamental, a questão da água e do esgoto. É óbvio que São Paulo é outra escala; é óbvio que São Paulo dispõe de mais recursos humanos, recursos financeiros, tecnologia, para poder fazer e enfrentar isso.

A minha pergunta, Governador Geraldo Alckmin, até em cima do que foi colocado aqui pelo Presidente do Trata Brasil, é a seguinte: de que formas São Paulo poderia cooperar mais para que, pela sua liderança, seja na cobertura que tem de água e de esgoto, seja pela tecnologia e experiência adquirida pela Sabesp, que é reconhecida como uma empresa líder no saneamento do Brasil, pudéssemos criar instrumentos de cooperação entre São Paulo e outros Estados da Federação?

São Paulo, como V. Ex^a aqui lembrou, defendeu a obra da transposição, colocou-se de forma irmanada com os Estados nordestinos, para que essa obra pudesse ser viabilizada e a água do São Francisco pudesse ser compartilhada, mas é evidente que, hoje, nós precisamos ter mais e mais ação de revitalização do São Francisco.

A Senadora Lídice da Mata aqui estava, e ela recentemente aprovou uma nova legislação que busca a revitalização do Rio São Francisco, com ações que precisam ser desencadeadas. Assim como é importante construir novas barragens, novos canais de água, é importante não perder de vista que nós precisamos proteger as nascentes do São Francisco, as nascentes dos seus tributários.

E, daí, a minha pergunta ao Governador Alckmin: existem instrumentos de cooperação da Sabesp com outras empresas públicas na área do saneamento que pudessem compartilhar tecnologias?

Por exemplo, na área de perdas, existe possibilidade de que esse resultado obtido pela Sabesp seja levado para as outras empresas estaduais?

A minha empresa estadual tem um índice de perda que é superior a 43%. Então, como a gente pode ajudar as outras companhias de saneamento estaduais a partir da experiência de São Paulo?

Então, essas são as minhas observações iniciais.

Nós vamos iniciar, com a autorização do Sr. Presidente, pelo primeiro inscrito, o Senador Wilder Moraes.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM – GO) – Obrigado, Presidente Garibaldi Alves. Cumprimento o nosso Relator, Senador Fernando Bezerra, e parabênizo esta Comissão pela primeira iniciativa, com a presença de palestrantes do tamanho de V. Ex^a. Então, imagino com vai ser o resto.

Obrigado pela presença, Sr. Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin; Sr. Roberto Cavalcanti, Presidente da Associação Brasileira de Empresas Estatais de Saneamento; Sr. Walter Gomes, Diretor-Geral do Dnocs; e Sr. Edison Carlos, Presidente do Instituto Trata Brasil.

Primeiramente, eu queria parabenizar o Governador de São Paulo pela apresentação e pelo trabalho. A gente acompanhou aqui, no Estado de Goiás, Centro-Oeste, a tamanha dificuldade e a tamanha firmeza, a tamanha competência com que se houve nessa crise hídrica tão grande. E a gente sabe, com o crescimento dos grandes centros, das dificuldades com a impermeabilização, das dificuldades de reutilização da água e com as próprias perdas. De modo que quero parabenizar V. Ex^a pelo trabalho que foi feito.

Quero dizer que há um projeto andando, um projeto de minha autoria, em que a gente sugere que os prédios públicos façam a utilização das águas de telhado, águas da chuva, para que estas possam ser utilizadas para irrigação, para jardim, para limpeza. Esse é um projeto que já passou aqui, por esta Comissão, e que, hoje, está em andamento, em caráter terminativo, para que vá para a Câmara dos Deputados.

(Soa a campainha.)

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM – GO) – Eu gostaria de fazer uma pergunta ao Roberto Cavalcanti, como Presidente da Associação das Empresas Estaduais de Saneamento.

Hoje, os custos operacionais estão na média mundial?

É porque a gente nota que essas empresas estatais, no mundo inteiro, estão todas passando para a iniciativa privada, até porque elas se mantêm hoje inchadas, com um volume muito grande de funcionários... E isso eu estou dizendo por conhecimento. Não preciso dizer que isso se dá em vários Estados. Então, repito: hoje, o nosso custo, o custo dessas empresas, está na média?

E a segunda pergunta eu queria fazer para o Édison Carlos.

Hoje, a gente vê – e isso aconteceu há muito tempo atrás, pelo Ministério da Agricultura – a questão dos reservatórios nas zonas rurais. E eu, na universidade, vi que uma das grandes soluções para armazenamento de água seria reservatório. E esse foi um processo feito há 20 anos, quando o Ministério da Agricultura fazia pequenos reservatórios e, ainda, dava incentivos para que o pequeno produtor rural fizesse isso.

Então, essa não seria também uma saída? Porque a gente vê, hoje, com as mudanças climáticas, que as chuvas são muito rápidas e muito intensas e não se consegue... Então, essa, talvez, seria uma grande saída também para a questão de armazenamento de água.

E a última pergunta, que fica também para o nosso Presidente da Associação das Empresas Estatais, é a questão da terceirização.

Do ponto de vista das PPPs – e até como apresentado aqui pelo Governador de São Paulo –, não seriam uma saída as empresas estaduais partirem para esse processo, para terem mais eficiência?

Hoje, as empresas de saneamento teriam muita facilidade de recursos tendo em vista que, além de ter um ativo, elas têm uma carteira de recebíveis. Então, com isso, o mundo inteiro, com certeza, gostaria de financiar essas empresas. E é até diferente, porque hoje, pelo processo de ineficiência das empresas, existe uma dificuldade muito grande de investimento principalmente nas cidades em desenvolvimento, de 100 mil, 150 mil habitantes, onde as companhias não conseguem investir. Fica, pois, a minha pergunta sobre se essa seria a solução.

Obrigado, Presidente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Eu queria pedir a compreensão dos Senadores inscritos para que fossem breves nas indagações, porque nós temos um compromisso com o Presidente do Senado Federal, na companhia do Governador Geraldo Alckmin.

Eu ofereço a palavra ao Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB – SC) – Muito obrigado, Senador Fernando Bezerra. Cumprimento todos os Senadores presentes e todos os integrantes da Mesa. Serei muito objetivo.

Naturalmente, o tema é complexo, é polêmico e mostra, pela própria composição da mesa, que não tem a prioridade que todos desejaríamos que tivesse. Aliás, a ANA – Agência Nacional de Águas, criada no governo Fernando Henrique, é mais uma das administrações fracas da Administração Pública e do mundo institucional brasileiro. O enfraquecimento e a diminuição da importância das agências reguladoras é uma demonstração clara de que é preciso fazer algo também no setor de águas, também no setor de saneamento.

A multiplicidade de órgãos públicos que cuidam do setor, cada um um pouco, não permite a construção de uma política pública eficiente. Se nós quiséssemos falar de eficiência na questão de saneamento e de distribuição de água para a população, nós teríamos que ter a participação de Ministério da Saúde...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB – SC) – ... Ministério de Meio Ambiente, Ministério da Educação, enfim, todos os órgãos que podem e deveriam ser envolvidos.

V. Exª falou muito bem disso quando iniciou a abordagem do tema, mas a minha pergunta é objetivamente ao Governador Alckmin, que é quem tem a condição, hoje, de nos informar, do ponto de vista do Poder Executivo estadual, algo que me parece importante. Governadores e prefeitos fazem a via sacra para Brasília semanalmente, diariamente, para buscar recursos para investir, e a pergunta é: é correto os governos estaduais e as companhias de saneamento pagarem taxas e tributos ao Governo Federal pela água que fornecem à sua população? Isso tem grande impacto em São Paulo? Haveria possibilidade de fazer mais investimentos se o Estado e os Municípios não fossem obrigados ao pagamento desses tributos?

Essa é a minha pergunta.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Eu quero registrar a presença do Deputado Silvio Torres, que nos honra aqui com a sua participação.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Eu ofereço a palavra ao Senador Hélio José, reiterando o nosso pedido para que a intervenção seja feita dentro de dois minutos. Muito obrigado, Senador.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – É impossível fazer uma intervenção dentro de dois minutos com tantas pessoas aqui. *(Risos.)*

Eu queria cumprimentar o nosso Presidente Garibaldi, os convidados, na pessoa do Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, a quem eu cumprimento pelos resultados positivos aqui apresentados com relação à situação do Estado de São Paulo.

Foi muito triste para todos nós ver essa crise, mas essa crise teve um porquê. Isso realmente nos trouxe lições, lições que São Paulo traz para o Brasil, de economicidade de água, de melhoria no sistema de tratamento, das interligações. E as experiências ali colocadas são muito relevantes para que a gente possa replicá-las em todo o Brasil.

Eu gostaria de saber do nosso Governador como ele pode colaborar com os demais Estados, fazendo com que essas tecnologias melhoradas em São Paulo, para redução de perdas, para melhoria do tratamento, para diminuição das fraudes, sejam espalhadas para os demais Estados.

Eu queria, ainda, saber do Governador Geraldo Alckmin – e todos sabemos aqui da importância das hidrovias no Brasil e no mundo para o transporte barato e de qualidade – o que está faltando para a gente concluir a Hidrovia Tietê-Paraná? O que pode ser feito para agilizar esse expediente também?

Com relação ao esgoto, à sujeira do Rio Tietê, parabenizo pela redução, pois agora está com apenas 73km, se não me engano, pelo que li aqui rapidamente aqui. Então, eu pergunto: quando vamos ver realizado o sonho de ter o Tietê realmente limpo, como está hoje o Tâmis, correndo dentro da cidade, evitando essa situação vexatória que vemos hoje?

Obrigado, Governador.

Para o nosso querido Roberto, eu anotei uma questão: quais os principais pontos a serem definidos no marco regulatório, na lei, para poder desburocratizar e, de fato, melhor operacionalizar essa questão, do ponto de vista da Aesbe, e que sejam passíveis de encaminhamento aqui?

Eu teria outras perguntas, mas, em consideração à agenda do nosso Governador, do nosso Presidente do Senado, vou passar.

Depois, levo as perguntas para os demais, pedindo desculpas por não ter feito as perguntas a vocês aqui.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Muito obrigado, Senador, pela compreensão.

Ofereço a palavra ao Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Quero cumprimentar o Presidente da Comissão, o Relator, os nossos convidados e, especialmente, com todo o respeito aos demais, o Governador Alckmin, por quem tenho um carinho muito especial.

Tive o privilégio de ter sido prefeito e governador do meu Estado, mas com uma diferença enorme, pois o meu Estado é na Amazônia. Logo, alguém pode dizer: na Amazônia, abundância de água. Mas tivemos, em 2005 – eu, no governo –, a maior seca, também como consequência, certamente – e a comunidade científica aponta isso –, disso que estamos vendo e comprovando, isto é, os reflexos diretos das mudanças do clima no Planeta. Isso está ocorrendo: em regiões onde chovia mais está chovendo mais ainda; e, no período de seca, temos secas mais extremas.

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – No acre, temos dois extremos. Tivemos cheias recordes e secas recordes, como a agora vivida pelo Governador Tião Viana. Algo inimaginável, mesmo para mim, que sou acriano, como meus pais também e meus avós também. Se você pegar o testemunho dos mais antigos, se recorrer à história, verá que passa dos cem anos.

Então, temos que mudar. Não basta mais – e quem é da engenharia sabe – fazer obras e ter cem anos de recorrência. Não funciona! O risco de ter graves prejuízos... A BR-364 é um exemplo. Ela foi feita, um estudo de recorrência foi feito sobre ela, e ela está num nível bem abaixo do que deveria estar, não porque houve erro, mas por conta das mudanças que estamos experimentando.

Acho que a coisa se agravou de tal maneira... Eu queria me dirigir, com todo o respeito aos demais, principalmente ao Governador Alckmin, porque, no Sudeste brasileiro, tivemos uma seca que não tem referência no pretérito nem em 80 anos. Essa diminuição de chuvas em São Paulo, acho, tem 84 anos. Nunca antes havia ficado um período...

Em janeiro, por exemplo, quando chove mais de 250mm, choveu 70 ou 80mm. E nós temos, nessa região do País, mais de 50 milhões de habitantes – e aí estou somando Espírito Santo, Minas, Rio e São Paulo –, 70% do PIB brasileiro, ou perto disso, e nós tivemos a mais grave situação de insegurança hídrica, não para reservação de geração de energia, o que já é grave, mas para o abastecimento das pessoas.

Somado a isso, 82% ou mais da população, nessa região especialmente, vive nas cidades. Então, uma situação de difícil solução, gravíssima. E acho importante estarmos debatendo aqui. Sou da Comissão de Meio Ambiente, trabalho com o Senador Aloysio, que é de São Paulo; temos atuado, temos ido, a cada três anos, ao congresso mundial de água – e o próximo será aqui, em 2018... O Dr. Benedito tem nos ajudado a fazer... Brasília vai sediar o próximo congresso mundial de água em 2018.

Agora, o que fazer diante disso?

Primeiro, nós temos que ter uma mudança forte – é difícil, mas tem que ser forte – nos investimentos públicos, seja da União, dos Estados, dos Municípios para abastecimento de água. Isso é fato!

O Governador de São Paulo fez uma exposição, eu sei, mas o imponderável aconteceu. Houve uma seca excessiva, e, aí, todos os cuidados, planejamentos perderam a validade, e nós tivemos uma situação, como a de São Paulo, de entrar no uso de uma reservação, chamada parte morta do reservatório, que não tem, inclusive, como bombear, porque está abaixo sempre das comportas de saída. Foram colocadas bombas para fazer uso dessa reservação.

Então, é uma situação absolutamente nova para todos nós.

Eu fui Relator do Código Florestal, Governador e ilustres convidados, e acho que nós precisamos estabelecer – nós, legisladores – uma política diferenciada nos orçamentos para investimentos.

Eu gostaria de ouvir um comentário do Governador de São Paulo a respeito do seguinte: se São Paulo, que é o Estado mais rico do País, é um Estado que tem uma geração econômica fortíssima – tudo bem, tem também uma maior concentração de população – está vivendo esse drama para fazer algo que é essencial à vida, que é o abastecimento de água, como ficam os outros?

Quando era o Nordeste, sempre se argumentava que era uma questão geográfica. Mas não se trata mais de questão pura e simplesmente geográfica. O nosso País tem água, mas a água no Brasil também está escassa.

O consumo é torno de 150 litros por habitante e ele aumenta no período da seca, quando não tem água. E não tem saída! O problema é o seguinte: o consumo não diminui... O Governador mostrou aqui um processo educativo pela imposição das dificuldades, porque estava faltando água, e a população ajudou. Mas o problema, no caso de São Paulo, é que você tem um consumo saindo em torno de 30m³/s – e o consumo é por segundo – e uma entrada é de dez. Então, com essa conta, quando para de cair água, é um problema.

Boa parte da água consumida no Brasil é de água de superfície. Faz-se uma represa, represa-se um rio, uma nascente, e tira. Agora, o mundo inteiro está tendo que ir para as águas profundas.

Então, estamos tendo um problema grave, mesmo num País que aparentemente não teria esse problema.

Então, o meu questionamento é: São Paulo, Governador, e não tem nenhum outro questionamento... É que São Paulo também tem um exemplo com o qual fico triste. Eu adoro São Paulo, mas fico muito triste quando vejo o Tietê daquele jeito, o Pinheiros daquele jeito, o Tamanduateí, que já sumiu, ficou enterrado... Quer dizer, se nós – e estou falando para o Brasil inteiro, para todas as cidades – não adotarmos uma política diferente no trato dos rios, dos mananciais de água, nós vamos pagar caro por isso, com gravíssimas consequências.

E aí eu queria um comentário de V. Ex^a, Governador: quando São Paulo vai poder fazer uso das águas do Rio Pinheiros, do Tietê, do Tamanduateí para consumo? E fazer o reuso e recolocá-la com algum tratamento de volta no rio? E estou falando para o Estado mais rico do País. O meu Estado está tendo problema no Rio Acre. O Governador Tião Viana está preocupado. Nós estamos transformando nossos rios em esgoto, mas são eles que nos oferecem as águas.

Então, São Paulo, certamente, não teria um problema – e já vou concluir – tão grave se pudesse estar – e não é culpa do Governador Alckmin, pois isso vem se acumulando há muitos anos – usando, por exemplo, do Tietê, do Pinheiros. A quantas anda isso? Para que São Paulo também seja um exemplo para todos nós de que os rios não podem virar esgoto.

A última questão é que, nestes tempos de mudança do clima, não há como não considerar o aumento da reservação de água no País, ou seja, a construção de grandes represas. Só se enfrenta escassez de água por dois ou três anos, se há uma boa reservação. Isso custa caro, isso implica grandes investimentos.

Como V. Ex^a vê essas duas questões referentes aos rios e às novas reservações, principalmente nessa região?

Como o senhor colocou muito bem, sei que São Paulo abastece, inclusive, Campinas e joga água para o interior, mas a situação de Itu, por exemplo, é gritante, é chocante, pois a cidade ficou sem água, ficou definitivamente sem água. E estamos falando do Estado mais rico do País. Ouvindo São Paulo, que está vivendo esse

drama, quem sabe a gente toma providências também em outras regiões do País que têm menos recursos, mas que, certamente, têm até mais dificuldades que São Paulo?

Obrigado.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Bem, eu quero...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu só queria dizer uma última coisa: apresentei um projeto de lei alterando a Lei nº 11.445, que é a lei que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico. Fiz uma alteração no art. 1º dessa lei, ou melhor – desculpem! –, no art. 26. O art. 26 diz que “deverá ser assegurada publicidade aos relatórios, estudos, decisões e instrumentos equivalentes que se refiram à regulação ou à fiscalização dos serviços, bem como aos direitos e deveres dos usuários e prestadores, a eles podendo ter acesso qualquer pessoa do povo, independentemente da existência de interesse direto”. É uma coisa meio vaga. Estou alterando a proposta da lei, dizendo que ficam obrigados todos os governos a informarem o nível dos reservatórios, passando informações mais objetivas para a sociedade sobre essa situação, para que ninguém seja pego de surpresa sobre a insegurança hídrica.

Em São Paulo, ainda se discutia isso. Em Minas, essa foi uma grande surpresa. Falaram: “Mas, então, Belo Horizonte está sem água também?” E estava sem água também.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Antes de conceder a palavra ao Senador Fernando Bezerra, para continuar encaminhando os debates, queremos agradecer a presença do Deputado Federal Rodrigo Garcia e a presença do Deputado Federal Floriano Pesaro, que nos dão a honra de contar com suas presenças aqui.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Essa primeira parte das intervenções do Plenário vai ser encerrada com a palavra do Senador Roberto Rocha e do Senador Agripino Maia. Na sequência, o Governador Geraldo Alckmin será o primeiro a responder, e, quando ele terminar de fazer suas considerações, vamos pedir permissão ao Presidente e à Comissão para que possamos nos retirar, para que possamos cumprir outro compromisso com o Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, sobre o tema do aprimoramento do Pacto Federativo.

Portanto, ofereço a palavra ao Senador Roberto Rocha, pedindo, se possível, o atendimento ao prazo de dois minutos.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, senhores convidados, quero cumprimentar, muito especialmente, o Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin.

Ouvi, atentamente, a apresentação de todos. Quero, inicialmente, revelar minha insatisfação em função de o meu Estado, o Maranhão, estar completamente ausente daquilo que foi apresentado aqui pelo DNOCS. O Maranhão, apesar de ter 60% das águas interiores do Nordeste, paradoxalmente, é o que tem o maior problema de saneamento básico do Brasil, tanto em abastecimento de água quanto no tratamento de esgoto. Desse modo, em outra oportunidade, vamos debater melhor com o DNOCS sobre as questões que dizem respeito mais ao Estado do Maranhão.

Quero cumprimentar o Governador de São Paulo pela apresentação e dizer que, como brasileiro, fico, por um lado, triste de ver...

(Soa a campanha.)

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – ...que um órgão como o DNOCS, há mais de cem anos, tenta enfrentar o problema da seca no Nordeste. O Estado de São Paulo, há dois anos, enfrenta problema semelhante, gravíssimo, que, aqui no sul, chama-se crise hídrica, enquanto, lá no Nordeste, há séculos, chamamos de seca. O Governador de São Paulo, o Governo de São Paulo enfrentou isso e, pelo que foi dito aqui, venceu o problema.

Desse modo, quero cumprimentar o Governador e sua equipe e revelar nossa frustração, como nordestinos, em função de o Governo brasileiro, durante todos esses anos – são mais de cem anos –, não ter enfrentado, realmente, esse grande desafio, esse que é um problema crucial para a vida das pessoas, que é o abastecimento de água, uma política pública fundamental para o nosso País.

Finalmente, pergunto ao Governador: na apresentação de V. Exª, para mim, apesar de ter ficado muito claro, mas pode ter faltado clarear para outras pessoas, foi dito que, em determinado período do dia, V. Exª usou um expediente, um instrumento para reduzir a pressão e passou, ou pode ter passado, a ideia de que os paulistas não tiveram problema de água. Claro que, se não tivesse ocorrido esse problema, V. Exª não estaria aqui tratando de falta d'água. Pergunto, portanto, de zero a dez, qual é a possibilidade de os paulistas terem problema de água daqui para frente? O problema, efetivamente, foi resolvido ou não? Que sirva de lição para o Governo brasileiro no enfrentamento desse grave problema que é o abastecimento de água das pessoas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Muito obrigado, Senador Roberto Rocha.

Com a palavra, encerrando esta primeira etapa de intervenções, o Senador Agripino Maia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Vou procurar ser bastante breve, Presidentes e Relator, até para colaborar.

Eu queria cumprimentar os dois, o Relator e o Presidente, pela realização desta audiência pública, que é oportuníssima, porque nós vivemos até sem energia elétrica, mas sem água não dá. E nós estamos vivendo, por razões que têm que ser claramente identificadas, uma crise hídrica no Brasil inteiro. É quase no Brasil inteiro, no Nordeste, então, de forma particular.

Neste País, as coisas começam a ficar claras quando elas são transparentes, quando se coloca luz sobre os assuntos. Quando se traz aqui o Presidente do Banco Central, de dois em dois meses, para fazer uma prestação de contas, começa-se a colocar ordem no Banco Central e nas informações. Se fosse trazido o Presidente do BNDES, não haveria a perspectiva da desconfiança das campeãs nacionais sob investigação. O que eu acho? Acho que a ANA deveria estar aqui, a Agência Nacional de Águas tinha que ter estado aqui. Para quê? Para que nós pudéssemos estabelecer um pacto de transparência das informações.

A gente não sabe... Por exemplo, eu sou amigo pessoal, foi meu auxiliar o Dr. Walter Gomes, foi presidente da Caern quando eu fui presidente, sou amigo dele, gosto dele. Ele vive hoje uma situação de incômodo pessoal, de angústia pessoal, por falta de dinheiro para fazer o mínimo que é preciso para atender aos reclamos do Nordeste. Ele me informa quais são os níveis das barragens A, B e C, mas o Brasil não sabe.

Qual é o volume crítico? A Presidente da República anunciou uma queda de 20% do preço da energia elétrica quando ela sabia qual era o nível das barragens do Brasil inteiro. E anunciou, na minha opinião, de forma irresponsável. O Brasil precisa conhecer a realidade hídrica do Brasil pela transparência, pela informação permanente de como andam os reservatórios com vistas ao fornecimento, abastecimento de um bem precioso que é água.

Esta Comissão precisa determinar essa obrigação da transparência, da informação permanente do nível de água dos reservatórios no Norte, no Nordeste, no Centro-Oeste, em toda parte, para que nós não fiquemos surpreendidos. Nós estamos aqui conversando sobre otimização de procedimentos, mas a base está comprometida. O acúmulo de água está *sub judice*, está sob dúvida. Então, eu acho que esta Comissão, que, em muito boa hora, faz esta reunião, traz pessoas com bom nível de qualificação, precisa tirar um rendimento, a começar pela base: qual é o nível de confiabilidade das informações com relação à água disponível para fornecer e para tratar?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Eu queria prestar um esclarecimento ao Senador José Agripino que a ANA não está falando, mas está ouvindo. Está presente aqui um diretor da ANA, por sinal, um conterrâneo nosso, Paulo Varela.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Ótimo. Boa providência.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Presidente, sua licença um pouquinho.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Pois não.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Fui meio prejudicado, porque eu tentei fazer rapidinho.

Governador, eu sou engenheiro eletricista, defendo nesta Casa a questão da nova matriz energética, a energia limpa, exatamente por causa desta situação e, principalmente, a questão da energia solar. Aí vai para o senhor e vai também para o diretor do DNOCS e também para os demais aqui: nesse setor, nas barragens tanto de reservatório de água quanto na questão do tratamento de esgoto, qual será a alternativa que a gente precisa fazer – eu já apresentei o projeto no PLS nº 201, para facilitar uma série de questões com relação a essa nova matriz energética. para facilitar uma série de questões com relação a essa nova matriz energética.

Então, eu gostaria de saber o que podemos fazer para melhorar a situação que vocês colocam. E, como Presidente da Frente Parlamentar Mista da Infraestrutura aqui da Casa, quero contar com a possibilidade, Governador, de podermos participar de outro simpósio com o senhor, com mais tempo. Para esse evento, nós convidaríamos esse setor do saneamento básico, do tratamento de água, para discutir esse assunto.

Muito obrigado, e desculpe-me por ter que intervir novamente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Com a palavra, então, o Governador Geraldo Alckmin.

Eu faria um apelo a todos aqui presentes: quero, desde logo, agradecer ao Governador pela sua presença, que muito nos honrou; ele vai ter que sair, mas eu pediria aos que estão presentes aqui que não nos abandonassem. (Risos.)

A reunião vai continuar, e nós temos aqui a presença dos nossos convidados, que vão continuar à disposição da Comissão.

Antes de o Governador sair, eu quero agradecer a presença dele, agradecer o apoio que ele deu – aqui eu falo como nordestino – à transposição das águas do Rio São Francisco. O Senador Jorge Viana falou em reservação, mas nós estamos falando também em transposição. É necessária essa transposição. É preciso que o Governo Federal passe realmente a considerar que precisa concluir essas obras da transposição do Rio São Francisco, sob pena – o Senador Antonio Carlos Valadares é outro nordestino, não sei se doador ou receptor... (*Risos.*)

É necessária a conclusão das obras de transposição, para que o Nordeste tenha segurança hídrica.

Com a palavra, então, o Governador...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Presidente, doador e receptor. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Ao mesmo tempo.

Queria agradecer ao Governador e dizer a ele que, de certa maneira, eu fiquei surpreso, porque eu pensei que o Governador aqui iria falar, para resolver o problema – como estão resolvendo o Governador e seus auxiliares –, em bilhões de investimento, mas ele, na verdade, falou em economia.

Então, que se atente também para isso. O problema pode ser resolvido através de investimentos, claro, como está sendo resolvido, mas também através de economia de gastos, tantos gastos públicos como com relação ao consumidor.

Então, Governador, com a palavra, V. Ex^a.

O SR. GERALDO ALCKMIN – Muito obrigado, Senador Garibaldi, nosso Presidente.

Eu vou procurar responder rapidamente aqui.

O Senador Fernando Bezerra Coelho aventou a hipótese de cooperação entre as empresas de saneamento. Nós estamos aqui com o Dr. Roberto Tavares, que é o nosso presidente – preside de todas as empresas estaduais de saneamento –, e este é um bom caminho, o de nós trocarmos experiências, pois nós aprendemos uns com os outros.

E eu queria deixar aqui uma coisa que nos ajudou muito lá em São Paulo – o Prof. Benedito Braga fica aí à inteira disposição –, que são as chamadas membranas ultrafiltrantes. Nós precisamos ter água, precisamos ter capacidade de tratá-la – não adianta só ter água – e precisamos ter capacidade de distribuí-la, colocar a água dentro da casa da pessoa. E a seca, no caso lá do Sudeste, às vezes, é peculiar: houve seca no Cantareira, que é o noroeste de São Paulo e o sul de Minas Gerais, uma faixa de seca impressionante, mas, no sul do Estado, não houve seca alguma. Então, nós tínhamos, simultaneamente, o Sistema Cantareira seco e a represa de Guarapiranga e a Billings cheias. Só que a capacidade da ETA (Estação de Tratamento de Água) estava no limite.

Hoje o Brasil já domina a tecnologia de membranas ultrafiltrantes. Ainda não produz em caráter industrial, mas Estados Unidos, Alemanha, Japão produzem. Então, nós importamos da Alemanha – fizemos licitação – contêineres que tratam 0,25m³/s.

Rapidamente, você instala em qualquer lugar e trata a água para poder distribuir. Então, com 1m³/s, você abastece 350 mil pessoas; a cada 0,25m³/s, você abastece 75 mil, 80 mil pessoas. Até conversei, tive uma audiência com a Presidenta Dilma, e disse isso a ela: em algumas regiões do Nordeste, um lugar não tem água, mas outro tem, porém tem o problema de como tratar, porque não tem como distribuir sem tratar. Nas membranas ultrafiltrantes, que é um sistema físico de tratamento, o poro tem 0,3 micron. O micron é um milésimo de milímetro, não passa nem vírus. É impressionante a eficiência. Então, às vezes você tem um local em que você consegue tirar água... E essa questão de volume morto, o que chamamos de volume morto, de reserva técnica, é água para ser usada. É água. O que acontece? Nos grandes reservatórios, veja o caso lá... Você citou o Ceará, o Castanhão. Quanto tem?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE. *Fora do microfone.*) – Tem 6,7 bilhões de metros cúbicos.

O SR. GERALDO ALCKMIN – Tem 6,7 bilhões de metros cúbicos. É seis vezes maior do que as cinco represas do Cantareira. Ora, a base dele, o piso não é uma mesa de bilhar. É uma área enorme, cidades foram transferidas para fazer o reservatório. Então, ele é totalmente irregular. Quando você diz que ali é o zero, embaixo tem 0,5 bilhão de metros cúbicos de água. Agora, se você vai tirar, onde vai tratar em determinadas situações? Então, fica aqui a experiência.

Tirar é até mais fácil, porque com ensacadeiras e bombas se tira. Tirar não é tão difícil. O problema é como tratar.

Então, fica aqui, à inteira disposição, Senador Fernando Bezerra Coelho, o Prof. Benedito Braga. Nós adquirimos, na marra, por necessidade, uma experiência com as membranas ultrafiltrantes, e agora, em julho,

vamos colocar mais 1m³/s em operação. Aliás, já está até em tese, e já colocamos anteriormente também. Essa é uma boa solução emergencial, de custo já bem mais baixo hoje e extremamente eficiente.

O Senador Wilder Moraes falou da lei, do seu projeto de lei. Nós já estamos, em São Paulo, procurando dar exemplo. Então, em escolas, hospitais, toda água de chuva já é captada para ser utilizada, não para abastecimento humano, mas para lavar a escola, banheiro, jardim. Portanto, os projetos nossos já estão saindo dessa forma.

O Senador Paulo Bauer colocou a questão da tributação, que é exagerada. O Roberto Tavares tem duplo terno, tem também o terno fazendário. E o PIS/Cofins dá 9,2% do faturamento. É muita coisa. Não é do lucro, é do faturamento. Então, uma empresa de saneamento lá em São Paulo, de Lagoinha, uma empresa pequeninha de saneamento tem que pagar 9,2%. Isso poderia ser de investimento.

O Senador Hélio José colocou a questão da hidrovia. Vai haver uma reunião agora, às 15h, e até o Duarte Nogueira, que é nosso Secretário de Transportes, vai participar. A Hidrovia Tietê-Paraná tem 2.400km. É uma belíssima hidrovia. Qual o problema? É falta d'água. Então, qual a solução? Onde você guarda água? Se você guardar lá em cima, no Rio Grande, divisa São Paulo/Minas Gerais, é um pouquinho mais alto e, do ponto de vista energético, um pouco melhor. Mas se você guardar um pouco na Ilha Solteira, imediatamente você recupera a hidrovia. Então, a barragem de Ilha Solteira, se segurar um pouco mais de água, você recupera a hidrovia, o Canal de Pereira Barreto. Então, essa é uma questão importante. Nós estamos trabalhando firmemente para levar a hidrovia até Piracicaba. Aí nós vamos chegar também a integrá-la melhor com a ferrovia, uma parceria nossa com o Governo Federal.

Estamos acelerando todas as obras, para prolongar a hidrovia, para integrá-la com a ferrovia, para integrá-la com a dutovia, no caso do álcool. Hoje, o alcoolduto já sai de São Paulo, pega Minas Gerais e irá até Goiás e o Centro-Oeste brasileiro.

O Senador Jorge Viana colocou aqui a questão do Tietê. Eu queria dar uma explicação que tenho feito até bastante: a gente sempre compara o Sena, em Paris, e o Tâmis, em Londres, mas são rios perto do mar. É muita água! Não há no mundo uma cidade, uma megalópole... São Paulo é a terceira metrópole do mundo, com 22 milhões de pessoas, e fica a 700m de altura. Então, o Tietê nasce do lado. O Tietê, quando passa por São Paulo, é pequenininho, pequenininho, não há nem como tirar água. Se São Paulo estivesse na mesma região em que está Araçatuba, não haveria problema algum. Ele está no alto Tietê. O Tâmis e o Sena são rios mais perto do mar, é muita água, e se dilui todo o esgoto. São Paulo é muito alto.

Então, como a gente controla isso? E está melhorando. Nós, hoje, temos 96% praticamente de água, praticamente universalizada. A coleta de esgoto no Estado, nos Municípios operados pela Sabesp, é de 84%, e há 77% de esgoto tratado. Nós vamos universalizar o saneamento neste ano no interior do Estado, nos Municípios operados pelo Estado; em 2017, isso ocorrerá no litoral inteirinho de São Paulo e, em 2020, na região metropolitana.

A mancha de esgoto que estava lá em Barra Bonita, no meio do Estado, retrocedeu, está praticamente em Salto. Agora, no mundo inteiro, a lógica é: primeiro, põe água. Esta é a lógica: primeiro, põe água; depois, afasta-se o esgoto; e, depois, trata-se. Então, na vontade de querer tratar o esgoto, às vezes, a gente precisa dar prioridade para água, água, água, água. Depois, temos de afastar o esgoto e tratá-lo. Mas a nossa expectativa é a de que, em 2020, a região metropolitana esteja quase universalizada, nos Municípios operados pela Sabesp.

Aí vem a pergunta: o Tietê estará limpo? Não. Se tratássemos hoje 100% do esgoto, ele continuaria sujo. Por quê? Pela poluição difusa. Pneu, plástico, garrafa PET, sofá, bicicleta, tudo vai para dentro do rio. E há necessidade de se fazer também um trabalho de limpeza urbana, porque tudo que fica na rua, quando chove, vai para dentro do rio, e, de outro lado, de educação ambiental, porque há a poluição difusa. Não há só o esgoto. Há o esgoto e também a poluição difusa. Chegamos ao ponto de colocarmos ecobarreiras na represa de Guapiranga. Os afluentes chegam, trazendo tudo. Pneu é um negócio impressionante! Então, fizemos ecobarreiras na represa. Quando o rio, o afluente chega, a barreira segura. E tem de haver uma retroescavadeira ao lado e três ou quatro caminhões ininterruptamente, só para retirar a sujeira, que é colocada no caminhão e levada para o aterro sanitário. Então, é um trabalho que também precisa ser feito.

Outra questão é a recomposição de mata ciliar. O que mais vai para os rios é areia, é assoreamento. Tiramos 600 mil metros cúbicos por ano, se não chove muito, do Rio Tietê para manter a batimetria original.

Estamos estudando com o Prof. Braga a questão do Pinheiros. O engenheiro Asa Billings, no começo do século passado, fez o Pinheiros reverter. Então, o Pinheiros vinha desaguar no Tietê, mas ele o inverteu: o Tietê entra dentro dele e vai para a represa Billings; lá despenca no paredão da Serra do Mar, em Cubatão, e a usina Henry Borden gera energia elétrica. O que aconteceu? A Constituição paulista de 1989 – a Constituição brasileira é de 1988, e a paulista é de 1989 – proibiu a reversão do Pinheiros. Disse: “Não pode reverter, porque há esgoto.” Não podendo revertê-lo, não há água. Então, Henry Borden, que é a mais eficiente das usinas, por causa dos 800m de altura, não tem água. Então, estamos estudando uma engenharia financeira, uma PPP. Nós

tratamos o esgoto, bombeamos o Pinheiros, bombeamos para a represa Billings. Uma parte vai para Guarapiranga, para abastecimento humano, e a outra parte cai lá embaixo, na serra, em Cubatão, e gera energia elétrica.

Quem paga tudo isso? A geração de energia elétrica. Essa é a engenharia. A geração de energia elétrica paga o tratamento de esgoto. Uma parte da água poderá ser utilizada para abastecimento humano, e outra parte vai para a geração de energia elétrica.

Também só uma observação: Itu não é do Estado. Itu é serviço municipal e é privatizado, mas nós ajudamos, mesmo não sendo do Estado, com recursos financeiros em momentos críticos.

O Roberto Rocha falou de zero a dez. Eu não sou engenheiro, mas mesmo a Engenharia tem o chamado prazo de recorrência. Você nunca pode dizer “isso aqui nunca mais vai acontecer”. Agora, nós vamos ficar com uma superestrutura em razão do fato, porque, se você somar ali o que eu coloquei, só até setembro serão mais 6m³ por segundo de água nova. Em 2017, o Jaguari para o Atibainha, serão 5m³ por segundo. Já vai para 12m³, mais água de reuso, 13m³. E a PPP do São Lourenço pode chegar a 9m³, quase 10m³. Então, você vai ter 25m³ por segundo a mais. Cada metro são 300 mil habitantes. Você vai ter uma superestrutura.

Agora, como é que diminui vulnerabilidade? Interligar reservatórios. Então, a nossa ligação do Bacia do Paraíba – e quero aqui agradecer à ANA, porque ela participou e ajudou – a Atibainha é mão dupla. Choveu demais na Cantareira, pode guardar também na represa do Jaguari; choveu demais no Paraíba, pode guardar na outra. É mão dupla. Você diminui vulnerabilidade.

Temos uma situação excepcional. Por exemplo, salinização. O país cuja energia elétrica não for muito cara, é uma opção. O Prof. Braga acha que é meio dólar por metro cúbico. Não é tão caro. País cuja energia elétrica é muito cara já é complicado, mas quem estiver à beira-mar, a dessalinização é uma alternativa. São Paulo não tem jeito, porque, para a água subir 700m de altura, o custo dela fica inviável.

Quero agradecer aqui também ao Senador Agripino Maia a sua intervenção, agradecer o convite do Presidente Garibaldi e do Fernando Bezerra Coelho e dizer que essa é uma tarefa importante.

Sempre dou um exemplo: nós aprendemos com a população. Eu era Prefeito da minha cidade natal, médico, fazia anestesia, dava plantão uma vez por mês. No final de semana era meu o plantão. Eu ficava sexta, sábado e domingo, de sexta à noite até segunda-feira cedo. Plantão a distância. Santa Casa e Hospital Pindamonhangaba. Sou chamado para uma cesariana. Vou para a cirurgia de madrugada, sábado, faço uma raqui-anestesia, aquela que anestesia da cicatriz umbilical para baixo – a paciente fica acordada durante a cirurgia –, de gorro, máscara, quietinho ali, acompanhando pulso, perfusão, pressão...

Quero saudar aqui o Senador Aécio Neves, que nos alegra com sua presença.

Eu estava aqui encerrando, dizendo que, como Prefeito de Pindamonhangaba, minha cidade natal, sou chamado para fazer uma anestesia. Faço uma raqui. Estou lá acompanhando o pulso, perfusão, pressão, de máscara e gorro. No finalzinho da cirurgia, a paciente, Jorge Viana, virou e falou: “Doutor, e no Bairro do Jardim Rezende, quando é que o senhor vai pôr rede de esgoto?” (*Risos.*)

Ela não pediu asfalto! Ou seja, esse é um tema extremamente relevante. À água, damos valor quando falta. E, com essas mudanças climáticas que vieram para ficar, é reservar, interligar, uso racional, economizar. Nós precisamos ter a ocupação desordenada das cidades. É um problemão, porque aquele que paga economiza mais.

Na viagem, eu vim conversando sobre ligações clandestinas com o Dr. Benedito Braga. Veja como é grave isto, Roberto: na Sabesp, nós temos uma perda de 19%, mas a perda de faturamento é de 30%. Não é um pouquinho, não é de 1%. É muito grande. As áreas irregulares são muito grandes, e há um impacto. Elas precisam ser regularizadas e resolvidas.

Agradeço muito o convite e me coloco à inteira disposição desta Comissão do Senado Federal.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Eu reitero os meus agradecimentos ao Governador, aos Senadores e aos Deputados.

Agradeço a presença do Senador Aécio Neves e pergunto se quer fazer alguma pergunta ao Governador Geraldo Alckmin.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Sr. Presidente, eu só queria fazer uma consideração antes do Senador Aécio Neves.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Em razão da pressa, eu fiz uma pergunta ao nosso querido Governador, mas, como Presidente da Frente Parlamentar Mista da Infraestrutura e pela relevância do que é apresentado aqui, gostaria de saber se o senhor se dispõe a participar de um *workshop* ou de uma reunião de Deputados e Senadores com mais tempo para debater esses vários assuntos, assim como a questão da energia solar fotovoltaica em São Paulo.

O SR. GERALDO ALCKMIN – Terei a maior satisfação.

Ontem, nós realizamos um evento, que chamei de Polienergia, porque inauguramos em todo o Palácio dos Bandeirantes, a sede do Governo, um sistema de 550m² de energia solar fotovoltaica. E estamos com três grandes polos privados de energia fotovoltaica: Guaimbê, Dracena e Votuporanga. Ela está crescendo.

Quero me colocar à sua inteira disposição para, sendo possível, vir ao Senado Federal aprender e trazer alguma experiência que possa ajudar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Agradeço a deferência do Presidente.

Nós temos sempre, Governador Alckmin, uma dificuldade de saudar o Presidente Garibaldi. Eu começo dizendo: Vereador, Prefeito, Senador, Governador, Ministro, Presidente do Senado e outras qualidades, mas talvez este não seja o ambiente próprio para alardear isso.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Grande parte infelizmente já era. *(Risos.)*

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Quem já foi rei jamais perde a majestade, Ministro e Presidente Garibaldi.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Agradeço, Senador.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Apenas uma saudação ao Governador Geraldo. É um privilégio para todos nós, Governador, ouvir V. Ex^a.

Lamento não ter podido estar presente desde o início. Estávamos em outra comissão. Às quartas-feiras todos nós buscamos o dom da ubiquidade, de estarmos em mais de um lugar ao mesmo tempo. Mas estou aqui mais uma vez para saudá-lo. V. Ex^a talvez seja, dentre todos os administradores públicos, aquele que acumulou, ao longo do tempo, maior experiência no enfrentamento não apenas da questão de infraestrutura em geral, mas muito em especial da questão hídrica, sempre com muita serenidade e responsabilidade. Mostrou aos brasileiros que não há crise que não possa ser superada com planejamento, com coragem, sobretudo com determinação.

Eu já tive a oportunidade de compartilhar da experiência de V. Ex^a quando fomos juntos Governadores de Estado. Desde aquela época – V. Ex^a se lembrará –, nós falávamos do absurdo que era tributar as empresas de saneamento, algo absolutamente sem sentido. Naquele momento, nós buscávamos – este é um tema sempre presente para nós – transformar essa tributação em investimentos na própria área, algo que qualquer governo que primasse pelo bom senso teria patrocinado, mas, infelizmente, essa é uma das matérias, da extensa agenda que já foi aqui amplamente discutida, que continua a aguardar uma deliberação do Congresso Nacional.

É um privilégio enorme tê-lo mais uma vez aqui. E vou dizer o óbvio ululante: o partido de V. Ex^a tem um orgulho enorme da sua trajetória, e V. Ex^a certamente ainda alcançará voos muito maiores do que esse.

Muito obrigado, Governador.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Com a palavra, o Governador Geraldo Alckmin.

O SR. GERALDO ALCKMIN – Agradeço a generosidade do Aécio. Fomos colegas como Governadores. Aliás, fizemos uma reunião muito proveitosa lá em Araxá e trocamos boas experiências.

Meu avô era mineiro, e um dia perguntaram ao Mário Covas: “Esse Alckmin o que é, espanhol, árabe?” Ele respondeu: “Não, é mineiro, é muito mais importante.”

Obrigado, Aécio. *(Risos.)*

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Nós temos que prosseguir com a nossa reunião.

Eu já esperava esse esvaziamento, mas não tão grande assim.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Eu nunca o abandonarei, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Eu agradeço a sua solidariedade, Senador Sérgio Petecão. *(Risos.)*

Eu pergunto aos nossos convidados... Claro, eles receberam algumas perguntas, mas os Senadores que indagaram, em face de outras ocupações, tiveram que se ausentar; mesmo assim, eu coloco a palavra à disposição dos nossos convidados.

Com a palavra, o Dr. Édison Carlos, presidente do Instituto Trata Brasil.

O SR. ÉDISON CARLOS – Obrigado, Senador.

Foram duas questões endereçadas ao Trata Brasil. Uma foi a questão das perdas de água nos sistemas de distribuição, que é um problema gravíssimo. Como eu comentei na minha apresentação, esse era um indicador esquecido, principalmente porque vivíamos com a sensação de abundância de água; principalmente no

Sudeste, não nos preocupávamos com esse indicador. Então, historicamente, são muito ruins: a média nacional é de 37%, mas nós temos Estados com índice acima de 60%.

Então, não há uma única resposta que consiga resolver uma diferença tão grande. Para um Estado como São Paulo, uma linha de financiamento específica do Governo Federal para perda resolveria bastante. Já para o Norte, nós precisamos restabelecer a própria empresa de água e esgoto, não é isso, Roberto? Quer dizer, as empresas de água e esgoto estão numa situação muito ruim. Imaginem uma empresa perder 60% do faturamento, que é a média em alguns Estados de Região Norte. Nós temos de discutir isso com calma, porque as soluções serão várias, mas passam, necessariamente, por uma atuação mais forte do Governo Federal nesse assunto.

E a segunda é a questão da reservação no interior, nas áreas rurais. Isso é fundamental também. Eu acompanhei muito a discussão do Dr. Benedito Braga na época em que ele ainda não era Secretário de Saneamento e Recursos Hídricos de São Paulo. E ele pregava muito isto: a necessidade de fazer pequena reservação fora das metrópoles. E eu também sabia como ele era criticado muitas vezes pela área ambiental, por propor essas coisas. Nós apoiamos essa questão da reservação. É importante. Lógico que não pode ser uma panaceia com solução para tudo, mas nós precisaremos, necessariamente, de maior reservação.

Houve um caso que testemunhei em Santa Catarina, no litoral. A população passa de 100 mil para um milhão no verão. Como é que você opera água e esgoto numa cidade que tem 100 mil habitantes, e, de repente, ela tem um milhão de habitantes? – é aquela região de Balneário Camboriú. Então, é preciso ter reservação, tanto para água, quanto para esgoto, senão é impossível.

Assim, é preciso avançar bastante nas duas coisas, tanto na reservação, como no combate mais efetivo às perdas de água, começando por melhores políticas do Governo Federal.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Dr. Walter Gomes de Sousa, Diretor Geral do DNOCS.

O SR. WALTER GOMES DE SOUSA – Senador Garibaldi, demais presentes, a pergunta feita pelo Senador Fernando Bezerra Coelho foi quais eram as expectativas do DNOCS. Eu diria o seguinte, e quero ser bem rápido e bem objetivo. O DNOCS é uma instituição, já dito aqui, com cento e poucos anos e que tem hoje em torno de 1.550 funcionários, porque todo dia se aposenta alguém, então, o número exato muda por dia.

Desses 1.550 ou 1.560 funcionários, hoje 840 têm direito de se aposentar, estão já com todos os direitos para aposentadoria, e 400 se aposentam no ano de 2016. Ou seja, de mil, quinhentos e poucos funcionários que existem lá, 1.200, se quiserem, se aposentam até o próximo ano, 2016. Quer dizer, ou se toma uma decisão sobre o que será o DNOCS e como será o DNOCS, o que deverá fazer o DNOCS, se é o caso de se integrar com outros órgãos... E o Senador aqui falou em compatibilização de DNOCS e Codevasf. Não vejo nenhuma dificuldade em que isso possa ser discutido. As condições para isso ser feito deverão sair de uma discussão geral, envolvendo outras coisas.

O que não tem sentido? Não tenho razão para aqui fazer críticas sobre a construção, por exemplo, da barragem de Oiticica, mas ela é feita em convênio com o Governo do Estado – isso é feito com outro Estado. E a adutora de Currais Novos é feita pelo DNOCS. Com certeza seria muito mais lógico o DNOCS fazer a barragem de Oiticica, e a Caern, que é a companhia de água de lá, fazer a adutora de Currais Novos. Quer dizer, essas coisas têm que ser mais bem definidas, mais bem compreendidas pela população e mais bem entendidas pela classe política, que deve ter a responsabilidade de ver o que fazer, se reestruturar o DNOCS, reformar o DNOCS, fazer um concurso para novos funcionários, mas que resolva o problema desses 1.200 funcionários que não só estão com condições para se aposentar, também estão velhos e não têm mais o mesmo pique de trabalho, mas têm uma coisa muito importante na cabeça deles, que é o conhecimento da instituição. Com certeza, não adianta fazer um concurso e colocar, do dia para a noite, 500 pessoas novas que nunca trabalharam numa instituição daquelas. Ela para. Então, deve-se fazer paralelamente a saída e a contratação, ao mesmo tempo ou de uma forma que não agrida tanto a folha de pessoal.

Para se ter uma ideia, o ano passado, tivemos um investimento de R\$1,1 bilhão. Desse valor, R\$600 milhões foi pagamento de pessoal. Não é viável uma empresa que tem 60% dos seus custos com pessoal. Por que isso acontece? Não são os funcionários do DNOCS, são todos os funcionários de toda a história do DNOCS, os aposentados e pensionistas, que pesam na folha de pessoal do DNOCS. É o DNOCS que paga a folha de pessoal dele. Esse valor, hoje, na conta do DNOCS, é mais ou menos R\$400 milhões por ano, R\$420 milhões. O resto é do pessoal da ativa.

Até já se fala numa história interessante: mudar o nome do DNOCS, Departamento Nacional de Obras contra as Secas para Departamento Nacional de Obras em Convivência com a Seca. Não tem sentido a gente ser contra uma coisa que a gente sabe que acontece, que neste último século aconteceu seis, sete vezes já, inclusive secas contínuas, de cinco anos. E já comentam até, pelo Nordeste, que há uma história de uma seca

de nove anos, que é uma expectativa, pode acontecer. Será que vai acontecer? Acho que é teoria e um pouco de terrorismo, mas sei lá. Quatro anos, ninguém acreditava; o quinto ano está praticamente caracterizado. Ou seja, 2016 não deve ser um ano de situação boa.

A história que se falou aqui, reservação, só se faz reservação tendo barragem para reservar. Nós temos três ou quatro barragens em ponto de começar e não fazemos por problemas de recursos. E em ano de cheia não se faz barragem, porque não há condição de execução das obras. Então, essas coisas têm que ser discutidas em nível de Governo Federal, em nível político, em nível de decisões, porque nós estamos lá de mãos atadas para tomar certas decisões, e o órgão está, a cada dia, mais desmerecendo o respeito e a confiança da população. Isso é muito difícil para nós, porque se pede um poço, não tenho recurso para poço; pede-se uma barragem, nós não podemos fazer a barragem; pede-se um caminhão-pipa para ajudar, não temos esse caminhão. Reparem: se um açude está mal cuidado, está com buraco na barragem, está com problema na sua barragem, nós não temos recurso para mantê-lo. E temos 327 açudes, como se viu na exposição feita aqui, e mais 600 açudes construídos no Nordeste em parceria com as populações e às vezes até em algum tipo de parceria público-privada.

Então, o DNOCS está aberto e precisando dessa ajuda política, precisando acontecer na sociedade, ser reconhecido pela classe política. Na semana passada, tivemos uma reunião na mesma Comissão, sendo na Câmara Federal, e agora no Senado. Então, é muito importante para nós a nossa presença e a oportunidade de transmitirmos isso aos Deputados e Senadores.

Na realidade, esta reunião hoje teve a presença importante, sem dúvida nenhuma, do Governador Alckmin. E a gente não pôde transmitir isso aqui, mas estou transmitindo para o Senador Garibaldi, que, além de político do Estado em que vivo, além de conhecido e meu amigo, disse-me uma coisa interessante. Fico muito feliz, Senador, por saber que sou seu amigo e quero que o senhor transmita isso para todas as pessoas com quem o senhor convive, toda a classe política.

E que a gente possa um dia salvar o DNOCS de uma extinção!

Era isso que eu tinha a responder.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Agradeço ao Dr. Walter Gomes.

Concedo a palavra ao Dr. Roberto Cavalcanti Tavares, Presidente da Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI TAVARES – Sr. Presidente, Senador Garibaldi, primeiro, respondo ao questionamento do Senador Fernando Bezerra Coelho sobre a questão de centralizar recursos do Governo Federal. Nós entendemos que o Brasil é um País continental, tem diferenças muito grande não só nas regiões do País, mas também dentro das mesmas regiões. Por exemplo, o Rio Grande do Norte tem uma riqueza muito grande em água subterrânea, mas ela não se repete nos demais Estados. O Ceará tem muito mais reservação, capacidade de reservação do que talvez Pernambuco, Alagoas e Paraíba juntos.

Então, temos as desigualdades nacionais e as desigualdades intrarregionais também. E, se a gente for para dentro do Estado, também encontraremos essas desigualdades. E, se a gente for para dentro de um mesmo Município, quanto maior for o Estado, mais desigualdade haverá.

Então, o que a gente discute, com relação à centralização, é que temos uma multiplicidade de burocracia. O BNDES, quando faz um empréstimo comercial para uma empresa saneamento, tem um regramento próprio; a Caixa Econômica Federal, num financiamento comercial, por exemplo, com recursos do FGTS, tem um regramento; quando são recursos do AGU, há outro financiamento; a Funasa age de uma forma; a Codevasf de outra; o Ministério da Integração de outra; o Ministério das Cidades de outra. Então, a gente precisa reorganizar isso.

E até acho que, no que se refere às grandes obras, como, por exemplo, uma transposição, não deve ser repassado dinheiro para ninguém. Acho que o Governo Federal pode executá-las de *per se*, estruturando os seus organismos. Por exemplo, o DNOCS, a Codevasf.

Já tive a oportunidade de participar de outros debates com o Presidente do DNOCS, o Walter. A última oportunidade que tivemos foi na Assembleia Legislativa de Pernambuco. E realmente é calamitosa a situação de uma empresa que tem uma história como a do DNOCS encontrar-se desta forma, ou seja, ou se reestrutura, ou será melhor fundir ou ter alguma alternativa. Do jeito que está, não é possível continuar.

Então, a nossa defesa no setor é para que a gente tenha um dono do saneamento, algum organismo do Governo Federal que diga assim: “Eu penso o saneamento do começo ao meio e fim!”, e que trace a política. E aí o Governo Federal poderá executar algumas coisas, através do Ministério da Integração, mas que o que for passado para os Estados seja passado por um regramento único com a burocracia muito mais diminuída.

Eu não poderia deixar de comentar sobre a questão do índice de perdas. Eu não quero dizer que o índice de perdas que o Trata Brasil ou que nós mesmos aqui apresentamos não é verdadeiro, mas ele não é, na maioria das vezes, compreendido pela sociedade, até pela imprensa. Quando a gente fala em índice de perdas, na

verdade, o nome correto para isso deveria ser índice de água não faturada, pois esse percentual que aparece não é água que vaza, mas é a água que não se transforma em faturamento pelas empresas de saneamento, o que não deixa de ser grave; é tão grave quanto, porque esse recurso não volta para o setor para ser reinvestido.

Então, quando a gente fala de uma companhia que tem... Assumimos a Compesa em 2007, estamos no nono ano. E, quando assumimos, o índice de perdas era do 57%, ou seja, água não faturada: 57%.

Temos um decréscimo consistente, mas é muito difícil reduzir perdas. Hoje estamos com 42%, que é mais ou menos a média do País, que fica em torno de 40%.

Com relação ao que disse o Senador Wilder Moraes, o custo operacional está na média mundial. Acho que a gente tem uma tarifa baixa aqui no Brasil e o custo relativamente alto. Isso se pode ver quando a gente olha o Ebitda, a geração de valor das empresas de saneamento: em primeiro lugar, Sabesp, gerando 35% de Ebitda, mas você tem empresas gerando em torno de 8%, 9%.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – O que é Ebitda?

O SR. ROBERTO CAVALCANTI TAVARES – É o valor agregado que a empresa gera antes de calculados os impostos, depreciação. Ou seja, é quanto de riqueza a empresa consegue gerar. Temos algumas empresas na casa dos 30%: Sabesp em São Paulo, Copasa em Minas Gerais, Casan em Santa Catarina, Sanepar no Paraná, as empresas mais ricas. Temos um grupo médio em torno de 20%, por exemplo, a Embasa, 21%; a do Rio Grande do Sul, Corsan 20%; Compesa, 18%. E temos algumas empresas, como na Paraíba, 9%; Sergipe, 8%; Piauí, 8%; Maranhão, 3,5%.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC. *Fora do microfone.*) – No Acre?

O SR. ROBERTO CAVALCANTI TAVARES – O Acre está entre as que não conseguiram passar as informações para a gente. Inclusive, vamos ter reunião amanhã com todos os presidentes e eu vou conversar com as cinco empresas que ainda não passaram esses dados, às vezes até por desorganização da própria contabilidade da empresa, são empresas que precisam de um apoio, e nós, na associação, temos dado apoio jurídico e econômico a essas empresas.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Dr. Roberto, por favor, se o senhor puder entrar em contato com a empresa do Acre, diga que eu lhe questionei e o senhor não tinha os números.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI TAVARES – Com certeza. Farei isso na reunião que teremos amanhã. Mas aí vou responder ainda à pergunta do Senador com relação a se não seria uma saída a PPP. Eu até ampliaria essa pergunta, dizendo PPP ou locação de ativo, ou seja, outros tipos de parceria com a iniciativa privada. Sim. Acho que essa é uma das saídas. Agora, não podemos ficar num mantra dizendo que empresa pública é ineficiente por ser pública e empresa privada é eficiente por ser privada. Isso não é verdade. Posso falar por experiência própria. Temos a maior parceria público-privada do Brasil. Nós não somos o maior Estado; em faturamento, somos o nono maior Estado, mas temos a mais ousada e maior parceria público-privada. É uma parceria de investimento de 4,5 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Pernambuco.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI TAVARES – Em Pernambuco. E eu queria dizer o seguinte. Nosso parceiro privado, que é muito bom do ponto de vista técnico, em outras coisas não é tão bom quanto deveria ser, porque o desafio é grande para um privado ou para um público. O que a gente precisa é de um arranjo novo no setor para que a gente possa, sim, sem nenhum preconceito com o capital privado, fazer parcerias como Goiás está fazendo, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco e Alagoas. Vários Estados estão tomando iniciativas, só que essas iniciativas estão sendo isoladas. Falta alguém aqui, no Governo Federal, pensando o saneamento como um todo e dizendo: queremos conhecer sua PPP, queremos apoiá-la e, para isso, vamos exigir regras de governança, regras de melhoria da qualidade da gestão da empresa.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM – GO) – Presidente, só para ilustrar nosso debate.

Roberto, venho da iniciativa privada. Então, acho que o Governo demorou muito para tomar essas decisões, até por questão ideológica. A gente vê que a experiência que tiveram com as estatais é louvável, mas acho que o que precisa ser feito nesse momento, o que ajudaria muito, é se o Governo fosse regulador. Por ter operado por tanto tempo, com certeza, ele sabe onde estão os gargalos. Isso aconteceu em algumas áreas em que houve o que alguns chamam de privatização, outros chamam de concessão. Acho que a saída é essa.

Se a gente segue nesse processo natural e normal, acho muito otimista dizer que nos próximos 30, 40 anos... Vamos gastar cem anos para tentar universalizar tanto água quanto esgoto no País. Acho que a iniciativa privada, até por questões de mecanismos de desburocratização, processo licitatório muito mais rápido, tem muito a contribuir e consegue, Presidente, dar uma velocidade grande nesse item tão importante para a vida humana, a água, e principalmente, por questão de saúde, o tratamento do esgoto.

Era isso, Roberto. Obrigado.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI TAVARES – Eu concordo em que precisamos mudar, senão vamos passar cem anos ou mais para chegar a um patamar.

A única ressalva que faço, Senador, é que a filosofia da empresa privada – e assim tem que ser – é que, se não houver viabilidade econômico-financeira, não se faz o negócio. Uma parceria, vamos dizer, uma privatização até, poderia ter sentido, mas quando chegar ao micro, aquela obra pequena, que não dá retorno, a empresa privada não vai fazer. Então, teríamos que trabalhar com um subsídio muito alto.

Acho que o caminho para termos participação no capital privado, na minha humilde visão, é o caminho da parceria. Temos diversos tipos de empresas estaduais, mas elas têm um cabedal de gente qualificada que resolve na prática, não é na teoria. São empresas que estão aí há 30, 40 anos, resolvendo, sem planejamento urbano, sem recurso, com burocracia. Avança pouco porque o valor de investimento que tem que ser feito, realmente, é muito alto.

A pergunta do Senador Hélio José: “Quais são os principais pontos em que esta Comissão pode ajudar na discussão de um novo marco regulatório?”. Para ser breve, eu diria em capítulos:

Tributário. Temos que fazer uma revisão. Isso foi bem colocado pelo Governador Alckmin e tem sido batido, foi promessa de campanha em 2010, promessa de campanha em 2014, e não vemos esse cumprimento na questão tributária e, principalmente, na questão do PIS e Cofins.

Legislação ambiental. Saneamento não é o agente poluidor. As empresas de saneamento são os agentes tratadores, e nós temos sido tratados na exceção à regra, ou seja, quando alguma coisa acontece, uma estação de tratamento tem algum problema de funcionamento, nós estamos sendo enquadrados como criminosos, crime ambiental, e isso não vai ajudar o País a resolver a questão. Nós temos que separar a atividade de uma empresa que, com todas as dificuldades, trabalha para fazer o saneamento, fazer o tratamento. Então, precisamos rever essa questão da legislação ambiental. O Ministério da Saúde muda a portaria de qualidade da água sem saber qual é a condição do manancial, sem levar em conta a escassez hídrica. Isso vem trazendo problemas para que as empresas estejam adequadas.

A questão financeira, principalmente no tocante a investimentos, não só a desburocratização, como linhas de desenvolvimento funcional, para que possamos enfrentar o problema da eficiência.

A questão da regulação.

Então, eu ficaria nesses capítulos, que acho principais para a questão do marco regulatório.

Basicamente, pelo menos as perguntas que foram feitas, o que eu tinha anotado aqui, já conseguimos responder.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Eu quero agradecer a participação do Dr. Roberto Cavalcanti, bem como a do Dr. Walter Gomes.

Quero dizer a todos que estão aqui que, ao encerrar esta reunião, que vou, em seguida, declarar aberta outra reunião, a 19ª, extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Então, quero agradecer ao Dr. Roberto, agradecer ao Dr. Walter. Se quiserem continuar conosco, podem continuar.

(Iniciada às 8 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 52 minutos.)

ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE JULHO DE 2015.

Às onze horas e cinquenta e três minutos do dia oito de julho de dois mil e quinze, no Plenário da Comissão, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz, Telmário Mota, Sandra Braga, Valdir Raupp, Ricardo Ferraço, Hélio José, Wilder Moraes, Flexa Ribeiro, Paulo Bauer, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Elmano Férrer, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha, Ivo Cassol, Waldemir Moka, Sérgio Petecão, José Agripino, Roberto Rocha, Douglas Cintra e Eduardo Amorim. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores, que são dadas como lidas e aprovadas. Em seguida, dá-se início à deliberação das Emendas a serem apresentadas pela Comissão de Serviços de Infraestrutura ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 01, de 2015, que “dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016 e dá outras providências”. O Relator das Emendas na Comissão, Senador Acir Gurgacz, faz a leitura do relatório. É aprovada a apresentação, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, das seguintes emendas ao Anexo de Metas e Prioridades: 1 – Programa: 2041 – Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral; Ação: 213Y – Levantamento Geológico e de Potencial Mineral de Novas Fronteiras; Meta: 50.000 (área analisada em km²). 2 – Programa: 2072 – Transporte Ferroviário;

Ação: 13ED – Construção da Ferrovia de Integração Centro-Oeste – Campinorte/GO – Lucas do Rio Verde/MT; Meta: 4.400 (trecho construído em km); 3 – Programa: 2075 – Transporte Rodoviário; Ação: 20VK – Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Norte; Meta: 13.000 (trecho mantido em km). Fazem uso da palavra os Senadores Acir Gurgacz e Wilder Moraes. O Presidente propõe a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente Reunião, que é dada como lida e aprovada. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às doze horas e três minutos, lavrando eu, Thales Roberto Furtado Moraes, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, é assinada pelo Presidente, e será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Então, tendo declarado aberta a 19ª Reunião, Extraordinária, quero, antes de iniciar os nossos trabalhos, propor a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Aprovadas.

A nossa pauta, agora, diz respeito à deliberação sobre as emendas a serem apresentadas por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 1, de 2015, que é o Projeto de lei de Diretrizes Orçamentárias 2016, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016.

Com a palavra, portanto, o Relator da matéria, o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, antes de entrar no mérito, agradeço a V. Exª, Sr. Presidente, por ter confiado a mim este relatório. Muito obrigado pela atenção dada por V. Exª.

Com base nos arts. 43 a 45 da Resolução 01/2006-CN, esta Comissão de Serviços de Infraestrutura reúne-se para deliberar sobre as emendas a apresentar ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016 (PLN 1/2015-CN).

Foram apresentadas 16 emendas, todas relativas ao Anexo de Metas e Prioridades

As emendas estão listadas no quadro anexo, sendo referenciadas neste voto pelo seu número de ordem no mencionado quadro.

Eu vou tentar ser sucinto, Sr. Presidente.

Não houve emendas de texto à matéria.

Conclusão.

Considero assim que a distribuição das emendas aprovadas leva a intervenção da Comissão ao máximo possível de regiões e funções de governo, segundo o interesse dos parlamentares da Comissão, evidenciado pelo número de emendas apresentadas a cada região e função, razão pela qual voto pela aprovação do parecer nos termos aqui apresentados.

Em razão de todo o exposto, voto:

I) pela inadmissibilidade ante a legislação pertinente da Emenda ao Anexo de Metas e Prioridades de número 09;

II) pelo acolhimento, no mérito, das Emendas ao Anexo de Metas e Prioridades, de números 01, 05 e 11, sendo a de nº 1 pela importância nacional, a 5, também. E ela coincide com as Emendas nº 3 e 6. E a de nº 11 é coincidente com a de nº 12 também.

III) pelo não acolhimento, no mérito, pelas razões expostas, das demais emendas apresentadas.

Esse é o voto para ser bem sucinto.

Eu gostaria de ler as emendas.

A Emenda nº 1, de autoria do Senador Wilder Moraes, é da gestão estratégica da geologia, da mineração e da transformação mineral e a ação é o levantamento geológico do potencial mineral de novas fronteiras. A área analisada é de 50 mil quilômetros quadrados.

Então, meus cumprimentos ao Senador Wilder Moraes, que faz uma emenda importante para o nosso País. Meus cumprimentos.

A Emenda nº 3, de minha autoria, que também é coincidente com a de nº 5, do Senador Valdir Raupp, é para a construção da ferrovia de integração Centro-Oeste, Campinorte e Lucas do Rio Verde, chegando até Porto Velho. Também coincide com uma emenda de minha autoria, a de nº 6, da construção da ferrovia Centro-Oeste, Campinorte e Lucas do Rio Verde, que na verdade não vai até Porto Velho, e sim até a divisa do Brasil com o Peru, passando por Rondônia e Acre, do nosso amigo Senador Petecão. É uma emenda importante que nós estamos tentando viabilizar através da LDO.

A Emenda nº 11 é de autoria do Senador Valdir Raupp, para a manutenção de trechos rodoviários na Região Norte, coincidente com a de nº 12, de minha autoria também.

Então são as emendas que nós acolhemos no relatório, Sr. Presidente, saudando a todos os Senadores.

Nós gostaríamos de acolher todas as emendas, mas só podemos acolher três. Então nós tivemos como princípio de análise a coincidência, as que mais tiveram coincidência e o âmbito de importância nacional. Assim foram acolhidas várias emendas em três.

A Emenda nº 1, de autoria do Senador Wilder Moraes, embora tenha sido uma emenda individual, tem abrangência e importância nacional.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

Muito obrigado mais uma vez pela confiança de V. Ex^a.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Pois não.

Com a palavra, o Senador Wilder Moraes.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM – GO) – Presidente, eu gostaria de agradecer a sensibilidade e a competência do Senador Acir Gurgacz, por inserir essa emenda de minha autoria, referente a um setor muito importante, que é o setor mineral. Hoje o setor tem representado um valor significativo na nossa balança comercial, e, neste momento de crise, essa emenda vem possibilitar levantamentos geológicos, geofísicos e geoquímicos, com vistas ao aumento da extração mineral no País.

Só para se ter uma ideia, hoje, os investimentos mundiais em exploração de *commodities* minerais na Austrália representa em torno de 13%; no Canadá, 18%; no Peru, 4%; no Chile, 5%; no Brasil, 3%. É por isso que nossa produtividade mineral é de apenas 0,9 kg/km², o que mostra que estamos muito abaixo desses países que se desenvolveram tanto.

Então, é importante que esse levantamento vá trazer novos investidores, ao descobrirem a capacidade que temos de minérios no nosso País.

Quero agradecer novamente ao Senador Acir Gurgacz pela sensibilidade. Isso, com certeza, vai trazer novos horizontes na área mineral no nosso País.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Pois não.

Com a palavra, o Relator.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Só quero fazer um cumprimento e uma ressalva sobre a importância da atuação dos nossos consultores do Senado, que nos dão uma assessoria importantíssima e que fizeram esse trabalho junto conosco; mas o trabalho maior realmente é dos consultores. Eles fizeram um trabalho excepcional, orientando-nos e auxiliando-nos. Então, fica aqui o meu agradecimento aos consultores da Casa e desta Comissão, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Essa comparação do Senador Wilder está lembrando o jogo Brasil e Alemanha. Hoje faz um ano. (*Risos.*)

Vamos encerrar a reunião, agradecendo ao Relator.

Nós temos que colocar em discussão o relatório. Mas, antes, eu queria realmente elogiar o trabalho do Senador Acir Gurgacz e dizer que o acolhimento que ele deu às emendas realmente não foi fácil, porque havia outras emendas.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO. *Fora do microfone.*) – Todas importantes.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Foi uma verdadeira escolha de Sofia.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Todas importantes, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – É verdade.

Parabenizo V. Ex^a e, ao mesmo tempo, coloco em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu vou encerrar a discussão.

Em votação.

As S^{ras} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

As emendas serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para as devidas providências.

Está encerrada esta reunião, mas, antes, é preciso colocar em votação a aprovação da ata da reunião. (*Pausa.*)

Está em discussão e está aprovada ao mesmo tempo.

(Iniciada às 11 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 3 minutos.)

ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE JULHO DE 2015.

Às quinze horas e vinte e sete minutos do dia treze de julho de dois mil e quinze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Hélio José, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senhores Senadores Elmano Férrer e Ronaldo Caiado. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião, que tem início com a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 44, de 2015, de autoria do Senador Hélio José, que “nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, e do art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam convidados para debater a duplicação da rodovia BR-080, em audiência, as seguintes autoridades: Diretor Geral (em exercício) do DNIT, Valter Casimiro Silveira; Presidente da Subseção da OAB de Brazlândia, o Sr. José Severino Dias; Representante do Ministério das Cidades; Secretário de Infraestrutura e Serviços Públicos do Distrito Federal, Julio Cesar Peres; Diretor do Departamento de Estradas e Rodagem do Distrito Federal, Henrique Luduvic; Administrador de Brazlândia, André Luis Queiroz Rosa; Prefeito de Padre Bernardo (GO), Francisco de Moura Teixeira Filho; Representante da Associação Pro-Descoberto, a Sra. Márcia Rosely Carvalho”. O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer sua exposição, respectivamente, o Senhor André Luis Queiroz Rosa, Administrador de Brazlândia (DF); o Senhor Deputado Federal Augusto Carvalho; Valter Casimiro Silveira, Diretor Geral (em exercício) do DNIT; Maurício Canovas Segura, Secretário Adjunto de Infraestrutura e Serviços Públicos do Distrito Federal; Henrique Luduvic, Diretor-Geral do Departamento de Estradas e Rodagem do Distrito Federal; Francisco de Moura Teixeira Filho, Prefeito de Padre Bernardo (GO); José Severino Dias, Presidente da Subseção da OAB de Brazlândia; Rosany Cristina Carvalho Carneiro, Presidente da Associação Pró-Descoberto; Ricardo Caiado Alvarenga, Gerente de Projetos da Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às dezesseis horas e cinquenta e seis minutos, lavrando, eu, Thales Roberto Furtado Moraes, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Hélio José**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Queria dar um boa-tarde a todos.

Declaro aberta a 20ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da atual Legislatura.

Pauta.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública em atendimento ao Requerimento nº 44, de 2015, da Comissão de Infraestrutura, de minha autoria, aprovado em 1º de julho último, para debater a duplicação da BR-080.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-los por meio do Portal e-Cidadania e também do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Dada a relevância do tema e do número de convidados, teremos duas rodadas de debate.

Dando início à primeira rodada, convido as seguintes autoridades especialistas para que tomem assento à mesa: Deputado Augusto Carvalho, do Distrito Federal; o nosso Administrador Regional de Brazlândia, Distrito Federal, André Luis Queiroz Rosa.

Convido o nosso querido Dr. Valter Casimiro Silveira, Diretor-Geral (Interino) do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

Seja bem-vindo!

Convido também o Sr. Maurício Canovas Segura, Secretário Adjunto de Infraestrutura e Serviços Públicos do Distrito Federal.

Seja bem-vindo, Maurício!

Convido, finalmente, para esta primeira Mesa, o nosso Henrique Luduvic, mais conhecido por Luduvic, Diretor-Geral do Departamento de Estradas e Rodagem do Distrito Federal, (DER/DF).

Seja bem-vindo!

Esta audiência pública que hoje se realiza, dia 13 de julho de 2015, tem a finalidade de debater a duplicação da BR-080. Estamos ao lado da população, que não aguenta mais sofrer com o alto índice de colisões e atropelamentos com vítimas fatais na região.

Em 3 de março, encaminhei Ofício nº 015, de 2015, ao DNIT, pedindo esclarecimento referente à licitação de obras para a duplicação da rodovia BR-080, que coincide com a DF-001, trecho que abarca as Regiões Administrativas de Taguatinga e Brazlândia, no Distrito Federal.

Em 22 de abril, após o ofício tramitar pela Superintendência Regional do DNIT (Goiás e DF) e pela Diretoria de Infraestrutura Rodoviária do DNIT, fui informado por meio do Ofício nº 528, de 2015, encaminhado pelo Sr. Flávio Bazzano Franco, Chefe de Gabinete da Diretoria-Geral do DNIT, que não havia licitação em trâmite para a referida obra de duplicação e que existia uma formalização de proposta para o desenvolvimento do projeto para o ano de 2015, e a inclusão no projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2016 para a execução das obras.

Temos informação de que existe uma emenda de Bancada do Distrito Federal na LOA, de 2014, no valor de R\$48 milhões para a alocação de recursos para a duplicação de melhoria da BR-080 no trecho entre Taguatinga e Brazlândia, com a previsão de mais ou menos 32km.

Segundo essa emenda, o DER/DF já possui projeto pronto para o trecho de sua competência, que é de aproximadamente 10km. Nessa emenda, sugere-se até mesmo que seja feito um convênio entre o DNIT e o DER/DF para que o DER assuma a responsabilidade e possa fazer a obra no trecho todo, 32km.

Essa duplicação é uma antiga demanda da população local e também de toda a população do Distrito Federal, que não aguenta mais ouvir notícias de acidentes fatais, tanto que o nosso Deputado Augusto Carvalho acabou de consignar, juntamente conosco, uma emenda na LDO relativa a essa duplicação.

Assim como outros Parlamentares, estivemos em reunião com o Ministro dos Transportes, Antônio Carlos Rodrigues, que se mostrou sensibilizado com a demanda e está disposto a nos ajudar.

Há mais de três anos, o DNIT fala da necessidade dessa duplicação e que ela ocorrerá, mas, como já disse aqui, em resposta dada a mim no mês de abril, o DNIT ainda está na etapa de formalização de proposta de projeto.

Pretendemos, com esta audiência, documentar as propostas e medidas aqui discutidas e formalizá-las junto aos órgãos que possam nos ajudar como a ANTT, o Ministério das Cidades, o Ministério dos Transportes, DNIT, DER, para, assim, solucionar esse problema. Por exemplo, se a solução é por meio de emenda parlamentar, ou pelo PIL (Programa de Investimento em Logística), através de PMI, procedimentos de manifestações de interesse, ou pelo PAC 3. Então, temos de ver qual a melhor solução.

Lembro ainda que, neste ano, a Bancada do Distrito Federal, da qual sou coordenador, colocou como emenda na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) a proposta do nobre Deputado Augusto de Carvalho para a alocação de recursos para a duplicação da BR-080, que liga Taguatinga a Brazlândia e Padre Bernardo.

Todos nós da Bancada – Deputados Federais e Senadores – consideramos essa meta de alta relevância e por isso a acatamos.

Como Senador, tenho me empenhado para que o relacionamento do Distrito Federal com o Governo Federal seja o melhor possível e também com a Bancada do Estado de Goiás, com quem temos conversado muito. Quero até que nosso querido Augusto converse também com os Deputados Federais de Goiás para que, juntos, possamos, de fato, fazer essa duplicação de Padre Bernardo a Taguatinga, para que sejam poupadas muitas vidas no Distrito Federal, pessoas que moram no Entorno e que vêm todos os dias por essa estrada tão perigosa, que não é duplicada.

Tenho me empenhado para que a população seja ouvida. Por isso, a importância desta audiência pública. Vamos ouvir os governos local, federal e a população. Para isso, os nossos convidados estão aqui.

Como são duas Mesas, dando início aos nossos trabalhos, será concedido o tempo de cinco a dez minutos para cada expositor. Após a fala dos convidados, se houver algum Senador ou Deputado Federal que desejar se manifestar, será concedida a palavra a S. Ex^{as}, conforme a ordem de inscrição.

Concedo a palavra, por cinco minutos, ao Sr. André Luis Queiroz Rosa, Administrador de Brazlândia, Distrito Federal, com a possibilidade de estender o tempo em até dez minutos. Em seguida, falará o Deputado Augusto.

O SR. ANDRÉ LUIS QUEIROZ ROSA – Boa tarde.

Meu nome é André Queiroz, sou Administrador Regional de Brazlândia, e, em nome do Senador Hélio, queria agradecer toda a Mesa, todos os presentes pela oportunidade de estar participando de um dos temas, ou talvez o tema principal dessa gestão do Governo Rollemberg.

O que acontece? A mídia de nossa cidade retrata a realidade da BR-080/DF-001, e por pura coincidência, Senador, ontem, transitando por essa rodovia, presenciei não a um acontecimento propriamente dito, mas algo perigoso.

A BR realmente é fatal. Está ali para matar. Talvez a duplicação não seja o fim disso. Refiro-me à questão da prudência dos motoristas, mas ainda assim tem-se colocado como a causa principal.

Por exemplo, a falta de acostamento na BR-080. Quando a gente passa a ser gestor de um local, começamos a reparar todos os detalhes. E ontem eu percebi, no trecho Padre Bernardo-Brazlândia, a ausência de acostamentos regulares. Se não há acostamento, imaginem o caos por volta de seis horas da tarde. Uma coisa terrível.

Enfim, a Administração Regional, representando o Governo do Distrito Federal, o Poder Executivo local, tem empenhado esforços junto à comunidade, ouvindo a comunidade, tentando trazer esse assunto à tona,

porque essa é a maior demanda na minha Administração Regional. O GDF sabe disso. O colega Luduvise tem sido um grande parceiro, e sabemos que a maior demanda na Administração Regional é a duplicação da BR-080/DF-001, que é de competência direta do DER. Então, que queria colocar que qualquer iniciativa do Parlamento, seja distrital, seja federal é bem-vinda ao Estado.

Desde já, agradeço e estou aqui pronto para responder qualquer pergunta.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Eu queria agradecer ao Administrador. Rápidas palavras, mas bem objetivas.

Vamos passar a palavra ao nosso querido Deputado Augusto Carvalho, do Solidariedade do Distrito Federal, que tem a palavra por cinco minutos, prorrogáveis por mais cinco.

O SR. AUGUSTO CARVALHO (SD – DF) – Boa tarde a todos.

Em nome do nosso Senador Hélio José, cumprimento todos os integrantes da Mesa, senhoras e senhores, estou aqui mais para ouvir. Quero ouvir o que as autoridades têm a nos dizer sobre essa demanda que é tão cara, tão importante para a nossa população do Distrito Federal, o pessoal do Incra 8, o pessoal de Brazlândia, como o pessoal que está em Goiás, que está em Padre Bernardo, que está em toda aquela região, em que temos uma estrada que é, realmente, uma das matadoras do nosso País, certamente.

O que eu tenho dito, Senador Hélio José, é que, ali na tribuna da Câmara, a gente vê uma sucessão de Parlamentares que se alternam ao microfone defendendo as melhorias da sua região. São defesas que são suprapartidárias. Não é porque sou de oposição à Presidente Dilma que eu não deva ter interlocução com o Ministério dos Transportes, com o DNIT, que está aqui representado pelo Valter, e, mesmo aqueles que são de oposição ao nosso Governador de Brasília.

Acho que temos de aproveitar este momento que virou a página. É um novo Governo que temos aqui no Distrito Federal. É um novo mandato da Presidente Dilma, que se reelegeu, e há um passivo. Eu espero que, depois, a Márcia ou a Rosany, as duas irmãs que vieram lá da região do Incra 8, que são militantes do DF Melhor – quantos foram os movimentos, não é, Márcia e Rosany? Quantos foram os movimentos, coletas de milhares de assinaturas, foram quantas da última vez? Quinze mil assinaturas? Quinze mil assinaturas, Luduvise, que foram encaminhadas a todas as autoridades que estão aqui elencadas, desde 2011. Eu, integrante da Bancada no período de 2010/2014, quantas vezes fomos ao Ministério, ao DNIT?

O que tenho dito, Senador Hélio José, é que nós vimos esse trabalho conjunto de Bancadas de diversos Estados. Existe até a Bancada do Sul, como existe a Bancada do Nordeste. Deputados de todos os partidos, Senadores de todos os partidos, que se reúnem para enfrentar problemas regionais. Infelizmente, nós temos uma dispersão muito grande. A gente não consegue fazer uma reunião da Bancada do Distrito Federal com a Bancada de Goiás, e aqui tem de ser uma união de forças.

Não dá para a gente pensar que só o Senador Hélio José pode tudo, ou eu, nós temos de ter um esforço que seja de Bancadas, não só a do DF, como a Bancada de Goiás, para fazermos uma força-tarefa que não fique no meio do caminho.

Não é possível que a gente tenha a Capital de todos os brasileiros, que já tem acesso duplicado, ainda bem, nas suas diversas saídas para Belo Horizonte, para Formosa, para Goiânia, mas ali... Aí vão dizer: "Será que falta pressão, poder político daquelas comunidades que moram naquela região?" Não. Então, temos que dizer que não pode ser esse o argumento. Então, pelo fluxo, pela intensidade do tráfego daquela região – eu creio que os estudos técnicos embasam isso; há estudos técnicos do DNIT, e o Valter vai poder dizer com propriedade aqui –, está faltando o quê? Dizem que falta projeto. Dinheiro existia. A Bancada já alocou recursos do Orçamento lá atrás para que isso pudesse ser realizado. Então, está dependendo de quê?

Eu queria, na verdade, convidar especialmente os moradores dessa região afetada para que se mantenham vigilantes, se mantenham organizados, mobilizados. Vamos cobrar de toda a nossa Bancada de Deputados e Senadores, de Goiás também, para que, dessa vez, que estamos repetindo toda a liturgia: agora estamos voltando à LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e, de novo, a Bancada acedeu ao nosso pedido e inscreveu, entre três emendas de Bancada, a duplicação da BR-080 como sua prioridade. Está na LDO. Depois da LDO, vem a LOA (Lei Orçamentária Anual). Nós estamos cumprindo todos os passos. Quando chegar à LOA, no momento da votação no final do ano, nós precisamos ter a participação também da comunidade para que essa emenda ou esses recursos – aí já é alocação de recursos –, que a gente repita a alocação já feita anteriormente, e vamos para cima para exigir que esse orçamento impositivo, que, finalmente, é uma prática que foi alterada aqui também no Parlamento – estamos discutindo agora na Comissão do Orçamento a impositividade das emendas de Bancada para o Orçamento, que é uma questão que ainda não está resolvida, está em debate –, mas, independentemente desse orçamento impositivo para emendas de Bancada, nós precisamos estar unidos em

torno desse objetivo para que a gente consiga, tal como outras Bancadas de outros Estados conseguem levar esses benefícios para as suas comunidades, para os seus Estados, para as suas regiões.

Desse objetivo, Senador Hélio José, eu pretendo neste mandato nosso que nós não nos afastemos até que consigamos o nosso objetivo, que é tão desejado por todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Queria agradecer ao nosso Deputado Augusto Carvalho, do Distrito Federal, e anunciar a presença do nosso querido Senador Elmano Férrer, do Piauí.

Brasília, como todos sabem, têm 600 mil piauienses. Portanto, depois da capital do Estado, é a segunda maior cidade que abriga tantos piauienses. Para nós, é muito honrosa a presença do Senador Elmano. V. Ex^a pode falar quando quiser, eu o inscreverei. Porque aqui, nas audiências, o Senador pode falar quando quiser, desde que peça a palavra.

Dando sequência, concedo a palavra ao nosso querido Diretor-Geral do DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte), Sr. Valter Casimiro.

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – Boa tarde, Senador Hélio José, em nome de quem cumprimento os demais membros da Mesa; boa tarde, senhoras e senhores.

Eu trouxe uma pequena apresentação para mostrar como estão os estudos do DNIT em relação à BR-080, que já foi citada pelo Administrador de Brasília e pelo Deputado Augusto Carvalho.

Pode passar, por favor.

Em 2013, formalizamos um contrato com o consórcio Hollus-Concresolo para fazer um estudo de viabilidade da adequação de capacidade da BR-080. A gente fala em adequação de capacidade porque até que se tenha o estudo da solução aplicada ao segmento, precisamos fazer um estudo de viabilidade para poder ver a melhor solução para o trecho estudado: ou uma ampliação de capacidade, ou uma duplicação, enfim, o que o estudo vai identificar, seja no DF, seja no Goiás. A extensão toda do estudo era de 142km.

Próximo, por favor.

Bom, esse o mapa do estudo do trecho compreendido na parte do DF, ele pega todo o DF até o final na BR-251, e essa é a parte do trecho de Goiás, saindo do DF, na 080, até Assunção de Goiás.

O traçado atual é essa linha em vermelho. O estudo também contemplou a possibilidade de um contorno na cidade de Padre Bernardo, onde tivemos duas propostas, uma, com um contorno menor, e outra com um contorno maior, que seria aquela parte em azul; o menor está com o desenho em amarelo.

Por favor.

O que ficou identificado sendo o mais viável seria o contorno menor, mas ali naquele mapa a gente vê que ele passa por fora da cidade de Padre Bernardo. Então ele atende bem ao que está sendo proposto.

Por favor.

Aí é uma questão de estudo de tráfego diário em que diz o volume médio de tráfego nessa rodovia, que é de 12 mil, 9 mil, dependendo do trecho.

Por favor.

E o que a gente obteve de resultados desse estudo? Quais seriam as intervenções para cada trecho estudado? A gente tem aí que teria uma duplicação até a entrada de Padre Bernardo, e, depois de Padre Bernardo, seria um aumento de capacidade. Aí é aumento de faixas, acostamento, para poder garantir uma trafegabilidade razoável nesse trecho.

Por favor.

Foi entregue o resultado final agora nesse mês. Estamos em fase de conclusão já da aprovação do último produto. E os próximos passos para o DNIT licitar as obras seriam: fazer um termo de referência para contratação do projeto de engenharia, porque esse estudo apenas faz a análise de traçado, o que precisaria fazer em relação à quantidade de veículos, o tipo de intervenção e a relação custo-benefício. Então, eu precisaria, agora, fazer o projeto de engenharia, para fazer todas essas intervenções identificadas no estudo, e a obtenção dos licenciamentos ambientais necessários para fazermos a execução propriamente da obra.

Por favor.

Hoje, para os trechos que estão gerenciados pelo DNIT, está contratada a manutenção, que é um tipo de manutenção que chamamos de Crema, e que faz toda a restauração do pavimento tanto no trecho do DF – tenho um contrato que vai até 2018 para dar manutenção.

Próximo.

Na parte de Goiás, há um contrato que foi feito mais recentemente e que vai até 2020. Esse segundo contrato de Goiás já prevê a inclusão de acostamento na rodovia. Então, independentemente de fazermos um contrato de duplicação, esse contrato já prevê a inclusão de acostamento no trecho de Goiás.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Já concluiu, Valter?

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Então, vamos passar para o nosso próximo palestrante, que é o Sr. Maurício Canovas Segura, Secretário Adjunto de Infraestrutura e Serviços Públicos do Distrito Federal.

O SR. MAURÍCIO CANOVAS SEGURA – Boa tarde a todos.

Boa tarde ao Senador Hélio José, em nome de quem eu cumprimento os demais participantes dessa Mesa.

Em primeiro lugar, pedir desculpas, Senador, pela ausência do nosso Secretário de Infraestrutura, Júlio César Peres, que está em viagem, fora de Brasília. Ele deve estar chegando ao aeroporto daqui a alguns minutos, e pediu que eu viesse representando a Secretaria de Infraestrutura.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Muito bem representado,

O SR. MAURÍCIO CANOVAS SEGURA – Muito obrigado.

As minhas palavras aqui são praticamente as palavras do nosso Administrador Regional. Sou engenheiro civil do Governo do Distrito Federal há 33 anos. Então, a gente sabe da necessidade, da importância dessa duplicação e conhecemos essa situação. Essa é uma obra fundamental. Se pensarmos só em Distrito Federal, acho que Brazlândia é a única cidade que até hoje não teve a duplicação no seu acesso. Talvez por não ser uma ligação rodoviária tão expressiva com outras capitais do País, como para o norte, para o sul ou para o oeste, para Goiânia, não tenha sido duplicada até hoje. Mas nós sabemos – e eu, pessoalmente, como engenheiro, sei – que essa é uma obra de fundamental importância para aquela região em que há muita produção agrícola. Brazlândia, principalmente na área de hortifruticultura, é um celeiro, que abastece o Distrito Federal. Então, além dos acidentes, nós temos de viabilizar o escoamento dessa produção, e é fundamental a duplicação dessa pista.

Acredito que, nas palavras do DER, do Luduvise, talvez tenhamos algumas informações, porque, embora a Secretaria de Infraestrutura faça obras de infraestrutura, essa obra especificamente e as obras rodoviárias do Distrito Federal ficaram ao encargo da Secretaria de Mobilidade e com o seu braço executivo, que é o Departamento de Estradas e Rodagem. Então, a Secretaria de Infraestrutura não tem o projeto, não faz parte da construção, da execução dessa obra, que ficará no trecho do Distrito Federal. Se o Governo Federal, com as boas notícias que tivemos aqui, acha que é importante essa duplicação – já sabíamos disso, e o estudo veio só comprovar – ela vai ser executada pelo Departamento de Estradas e Rodagem ou pelo DNIT.

A palavra da Secretaria de Infraestrutura é que o Governo do Distrito Federal entende a importância dessa obra, o Governador Rollemberg entende essa importância, a nossa situação financeira não está favorável, está muito difícil. As dificuldades têm sido apresentadas no dia a dia pela imprensa. Quem não é do Governo tem acompanhado pela imprensa. Acho que é uma situação muito complicada. Neste ano, não haveria possibilidade de execução de nada. Não sei se o DER estaria já com alguma possibilidade, mas eu acho muito difícil pela crise financeira que o GDF está tentando superar.

Espero, com essas notícias aqui do DNIT, que possamos ter, em breve, a licitação das obras ou do projeto. Não foi apresentado prazo do projeto. Se o DNIT, depois, puder dar uma informação melhor sobre isso – porque você não faz uma obra desse porte sem projeto, e o projeto executivo é fundamental. O estudo já indicou, então, agora, seria importante que o Governo Federal realmente mostrasse essa importância. Como bem falaram o Senador Hélio e o Deputado Augusto, a importância de as Bancadas se mobilizarem porque é uma obra de muitos recursos. Não é uma obra barata, e até por isso não foi feita até hoje. Então, há necessidade do entrosamento das Bancadas de Brasília e Goiás para definição desses recursos.

Senador, falei um pouquinho, mas espero ouvir ainda boas notícias nesta reunião de hoje, como as do DNIT. Muito obrigado.

(Soa a campanha.)

O SR. MAURÍCIO CANOVAS SEGURA – Queremos agradecer o representante da Secretaria de Infraestrutura do Distrito Federal pela objetividade da fala.

Vou passar a palavra ao Casimiro para ele dar esse retorno e, em seguida, falará o nosso Diretor-Geral do DER, Sr. Luduvise.

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – Como eu havia colocado quase no penúltimo ou antepenúltimo eslaide, agora estamos na fase de elaboração do termo de referência para contratação do projeto. Então, para executar esse projeto, temos que ter o projeto básico executivo, que ainda demora em torno de uns 12 meses.

Assim, eu tenho que ter o projeto para poder fazer obra. Hoje eu não tenho esse projeto. Não sei se posso dizer que a gente encurta o tempo quando a obra está no PAC. Não é o caso aqui, mas pode vir a ser colocada futuramente no PAC. Quando a obra está no PAC, a gente faz isso com um anteprojeto. Licítamos todo o empreendimento com o anteprojeto. Diminuímos o tempo da elaboração do anteprojeto para poder licitar, mas, de qualquer forma, o vencedor teria que fazer o projeto. A fase de projeto é essencial e terá que ser feita.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Agradeço ao Casimiro.

Antes de passar a palavra ao nosso Diretor-Geral do DER, Henrique Luduvic, quero anunciar aqui a presença do Prefeito de Padre Bernardo, Sr. Claudênio, provavelmente acompanhado de um vereador da Câmara. Vamos ouvir o Sr. Luduvic, dando início à segunda Mesa.

O SR. HENRIQUE LUDUVIC – Primeiramente, eu gostaria de saudar e parabenizar o Senador Hélio José por trazer esse tema de máxima importância para a nossa Comissão de Infraestrutura do Senado. Saudar também o Deputado Augusto Carvalho, o Senador Elmano Férrer, saudar a todos os presentes aqui na Mesa, e registrar que essa, Senador, é uma luta histórica, já bem narrada nas falas anteriores, da comunidade de Brazlândia. Pessoalmente, posso até registrar que, no passado, há 20 anos, para ser bem exato, no Governo do Prof. Cristovam Buarque, estive na direção-geral do DER – posteriormente, até na Secretaria de Transportes –, e, naquele tempo, nós fizemos o que existe hoje naquele acesso a Brazlândia, tendo restaurado a rodovia como também construído os acostamentos, com um metro e meio de cada lado, e ainda tivemos a oportunidade de construir, em alguns trechos, a terceira faixa, que, na verdade, durante 20 anos, se estabeleceu esse tipo de tráfego.

Hoje, há uma demanda concreta, absoluta, objetiva com relação a essa duplicação. Não há o que se discutir em relação a isso. E essa duplicação não se daria apenas na BR-080, mas também no trecho da DF-001, que é do Distrito Federal e pertence ao DER, entre a Estrutural e o início da BR-080.

Acho que deveríamos registrar claramente, como já citado pelo Deputado Augusto Carvalho, que, em todas as nossas rodovias radiais, que nascem no Distrito Federal, a 010, 020, 030, saída para Formosa, Bahia e tantas outras localidades no País, inclusive Goiás e também Tocantins, nós, efetivamente, temos a duplicação. As saídas das 040, 050, caminho de Belo Horizonte e São Paulo, totalmente duplicadas no âmbito do Distrito Federal. Na 060, que segue par Goiânia, Goiás, nós temos a duplicação. A 070, Brasília-Cuiabá está duplicada. Falta a 080. E, na verdade, a demanda para que essa duplicação se estabeleça é antiga, é histórica, mas, cada vez mais, necessária, até porque o Distrito Federal, no passado, deu um exemplo ao País com um programa importante que foi o Paz no Trânsito, em que nós, naquela época, contribuímos, significativamente, para a aprovação do novo Código de Trânsito brasileiro, que representou um grande avanço em relação ao que existia até então, e conseguimos reduzir drasticamente o número de acidentes, particularmente com mortes, no Distrito Federal.

Agora, no Governo Rodrigo Rollemberg, estamos retomando os conceitos da Paz no Trânsito, e é importante que se coloque que essa intervenção não apenas na duplicação da via, mas nas interseções de acesso, e pontos críticos que se formam ao longo dessa pista, são necessárias para evitar a ocorrência de acidentes. E as comunidades que habitam naquela região têm sempre se manifestado. A aqui já citada Márcia, a Rosany, eu poderia citar o nosso conhecido e articulado Chico Paraná e tantas outras grandes lideranças que, de há muito, vêm defendendo a necessidade de que nós dupliquemos aquela pista.

O DER já tem um orçamento, Senador, para o trecho da DF-001, e estamos, via sua intervenção aqui, mas também a do Deputado Augusto Carvalho, precisando bem menos do que aquele número expresso pelo DNIT, porque o DNIT entra por Goiás, mas nós precisamos de R\$25 milhões para que restauremos o trecho da DF-001 e dupliquemos aquele trecho que faz com que a Via Estrutural, a Estrada Parque Ceilândia possa se encontrar com a BR-080.

Acreditamos que, com emendas parlamentares, podemos ter isso priorizado. O DER já está desenvolvendo os projetos com seu corpo técnico próprio para que nós possamos, tão logo esse valor possa ser colocado no orçamento do Distrito Federal, licitar, iniciar as obras. Pedimos, com certeza, o empenho dos nossos Senadores e Deputados Federais para que isso se torne, sim, uma prioridade e possa ser colocado no Orçamento da União ou mesmo eventualmente, com uma contrapartida do Distrito Federal.

Mas eu gostaria também de registrar que, para que nós possamos fazer justiça, neste momento, o próprio DNIT está duplicando um trecho na extensão de Brazlândia. O DER está fazendo uma obra de pavimentação na VC-533, que liga a BR-080 justamente a Padre Lúcio, já no Estado de Goiás, e estamos acompanhando não só essa obra, que o DER vem executando via contrato com uma empresa construtora, mas, ao mesmo tempo, também a duplicação que o DNIT vem fazendo na extensão de Brazlândia. E isso, óbvio, atende o fluxo local, mas, na verdade, há um estrangulamento. Assim que se sai de Brazlândia, volta-se à pista que hoje existe no acesso a Brasília. É uma rodovia que tem um fluxo bastante grande não apenas de usuários de automóveis, mas de transporte coletivo, e precisamos ter muita clareza da importância dessa duplicação.

O que eu queria registrar é que o DER vai contribuir totalmente, não só com o DNIT, mas com o Senado e com a Câmara nesse debate, nessa discussão, assim como vem contribuindo com a Administração na formação do projeto necessário para essa execução. Acreditamos que deve ser priorizado, acreditamos que é importante para o desenvolvimento do Distrito Federal porque, como também aqui já expressado, é uma região altamente produtiva, que tem não só circulação de pessoas, mas de mercadorias, que trazem grandes resultados para a economia do próprio Distrito Federal. Então, a duplicação dessa rodovia é importante sob o ponto

de vista da circulação de pessoas e mercadorias e também da segurança viária. Nós precisamos dar condições para que a economia em Brazlândia possa, eventualmente, ser elevada a partir dessa duplicação, que permitiria melhores e maiores resultados em termos também econômicos, além de contribuir significativamente para este programa Paz no Trânsito.

Queríamos parabenizar por essa iniciativa, Senador, e nos colocar sempre e o DER à disposição para testemunhar a importância dessa duplicação e particularmente de outras que são também importantes no Distrito Federal, porque um dia chegaremos também a ter de debater a BR-251, que também cruza o Distrito Federal. Ela está ligeiramente duplicada em alguns trechos, em interseções com as nossas DFs, mas existem também algumas outras situações que são demandadas na BR-251. Mas aqui o debate é sobre a 080, e nós queremos expressar o nosso testemunho da importância dessa duplicação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Quería agradecer ao Diretor-Geral do DER pela objetividade da exposição e dizer que, realmente, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados estão muito preocupados com a necessidade de duplicação dos anéis, ou pelo menos do término dos anéis que contornam Brasília – se duplicar, melhor ainda, claro. Por exemplo, já que estamos falando de Brazlândia, aquele trecho de Curralinho até Sobradinho Oeste seria fundamental, para podermos desviar os caminhões de carga, que engarrafam o nosso trânsito, e também o do lado sul, para Valparaíso, há alguns pedaços que precisamos ajustar.

Numa próxima oportunidade, Luduvise, traremos à discussão o anel viário e outras obras de infraestrutura.

O SR. HENRIQUE LUDUVICE – Eu acho que o senhor colocou muito bem. O anel viário é de máxima importância para desviar aquele fluxo de tráfego que não tem destino Brasília, Distrito Federal, e que, efetivamente, se dirige a Goiás, Minas Gerais e outras localidades a partir das nossas BRs e rodovias radiais e que, eventualmente, nós conseguiríamos, com isso, desafogar um pouco mais o tráfego em Brasília, uma vez que eles não se destinam para cá.

Acho que é de uma importância bastante grande também pensarmos num anel viário que também seria extremamente importante para a região rural do Distrito Federal, que teria maior capacidade de escoar aqueles produtos oriundos dessa zona rural importante aqui na economia do Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Agradeço o Sr. Diretor-Geral do DNIT.

Gostaria de pedir aos colegas dessa primeira Mesa para que retornasse à bancada mesmo, porque, ao final dessa segunda Mesa, que vou começar rapidinho, abrindo a intervenção para quem quiser fazer perguntas e, depois, para as considerações finais. Então, vocês podem retornar à bancada, porque vou convidar para compor a segunda Mesa, rapidamente, o Prefeito de Padre Bernardo, Sr. Francisco de Moura Teixeira Filho, mais conhecido por Claudiênio – não sei o porquê, mas ele é conhecido por Claudiênio, mesmo se chamando Francisco.

Quería convidar o José Severino Dias, Presidente da Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil de Brazlândia.

Quería convidar a Sr^a Rosany Cristina Carvalho Carneiro, Presidente da Associação Pró-Descoberto, e o Ricardo Caiado Alvarenga, Gerente de Projetos da Secretaria Nacional de Transportes e Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades, que está substituindo o nosso Ministro Kassab.

Vamos começar rapidamente essa segunda Mesa, ouvindo o Prefeito de Padre Bernardo, Francisco de Moura Teixeira Filho, mais conhecido por Claudiênio, que terá cinco minutos, prorrogáveis por mais dez.

O SR. FRANCISCO DE MOURA TEIXEIRA FILHO – Boa tarde a todos.

Quero parabenizá-lo, Senador, pela iniciativa e dizer da importância – cheguei atrasado, mas acredito que vários dos que nos antecederam já falaram – da duplicação dessa rodovia.

Vou falar por Padre Bernardo. A BR-080 corta a cidade inteira com uma incidência de muitos acidentes. Ela está sendo melhorada agora pelo DNIT. Vai ser feita uma intervenção com a criação de acostamentos, terceiras pistas e algumas ruas marginais, mas, mesmo assim, ela não vai resolver o problema definitivamente ainda para o nosso tráfego, que é intenso naquela região. São talvez centenas de mortos nos últimos anos.

Eu ouvi muita gente falar do Distrito Federal aqui. Vamos colocar a coisa lá pelos lados de Goiás também. Acho que a gente merece que essa rodovia chegue até o destino final, que seria até Uruaçu. Eu estava brincando com o rapaz que estava nos servindo, e ele disse que, com isso, ele iria tranquilo para Uruaçu. Eu falei: “Deus abençoe.”

Então, eu sei das dificuldades que tanto o Governo do Distrito Federal quanto o Governo Federal vêm enfrentando, mas essa discussão, Senador, é importantíssima e eu espero que daqui seja, não sei se o ponto de partida, mas um momento muito importante para que essa coisa ganhe, na verdade, uma posição diferenciada para a nossa região. Ela vai fazer a diferença, com certeza.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Agradeço ao Prefeito de Padre Bernardo, Claudiênio, pela objetividade da exposição, ao mesmo tempo em que convido o José Severino Dias, Presidente da Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil de Brazlândia, para fazer uso da palavra.

O SR. JOSÉ SEVERINO DIAS – Boa tarde a todos.

Boa tarde, Senador Hélio José, em nome de quem eu cumprimento a todos aqui presentes.

É de suma importância, como já ficou bem assentado aqui, falando em nome de Brazlândia e também em nome da Subseção dos Advogados da região, essa duplicação da BR-080 para toda a região, contemplando o espaço geográfico da região de Padre Bernardo, e, lógico, a extensão de toda a rodovia.

As palavras ditas e a situação já explanada pelo Dr. Valter, Diretor do DNIT, e pelo Dr. Ludovice, do DER, foram bastante esclarecedoras, assim como as questões técnicas também foram bem colocadas. Isso deixa-nos mais aliviados, já que, realmente, existe uma vontade, seja ela política, seja técnica por parte dos Governos Federal e do Distrito Federal em realmente atender à demanda da região.

Para não me delongar muito, eu gostaria de frisar, Sr. Presidente, Sr. Senador, que o *boom* daquela estrada, da BR-080, ou seja, do tráfego de veículos lá, ocorreu a partir das obras de pavimentação daquele trecho de Dois Irmãos a Uruaçu. Há bem pouco tempo – salvo engano foi no ano de 2006 – foram concluídas aquelas obras e, em razão disso, o fluxo de veículos praticamente triplicou na região. Com isso, além dessa situação, nós temos um outro dado relevante: a economia da distância das pessoas que pegam a BR-153, a Belém-Brasília, do trecho de Anápolis, ou ali daquela região, passando por Pirenópolis, para adentrarem à BR-153. Então, nós temos ali uma economia em torno de 150 a 200km. Por isso o número de veículos aumentou e em razão disso as consequências que nós estamos vendo no dia a dia.

Nós já temos vários pedidos. O Deputado Augusto Carvalho bem disse, a colega Rosany, da Associação dos Moradores da região, já colheu mais de 15 mil assinaturas. Ali, temos protestos constantes, com a queima de pneus e tal, pedindo por essa duplicação. Ou seja, é um clamor constante daquela população.

Como bem disse o nosso querido Prefeito de Padre Bernardo, não é só a região de Brazlândia. É lógico, Brazlândia, por ser um dos pontos mais distantes do centro da Capital Federal, é atingida diretamente. Então, isso para os senhores técnicos, principalmente os diretores dos órgãos de trânsito do Distrito Federal e da esfera federal, acreditamos que essa duplicação se inicie pelos pontos críticos, ou seja, nas áreas dos perímetros urbanos, inclusive Brazlândia já está sendo contemplada.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ SEVERINO DIAS – Um outro ponto crítico, que nós consideramos, é aquela subida de 7km do Incra, com aqueles caminhões, ônibus pesados, o que tem dificultado bastante o tráfego de veículos ali na região.

Sem querer me delongar, aliás, o meu tempo já se esgotou, são essas as colocações que a gente tinha a fazer. E dizer que não só o Ministério Público, a Ordem dos Advogados e toda a população estão mobilizados para a gente poder, finalmente, conseguir essa tão sonhada obra para a região.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Agradecido, Sr. José Severino Dias, da OAB.

Vamos passar a palavra para a Sr. Rosany Cristina Carvalho Carneiro, Presidente da Associação Pró-Descoberto.

A SRª ROSANY CRISTINA CARVALHO CARNEIRO – Boa tarde a todos.

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer ao Senador e ao Deputado Augusto Carvalho por essa oportunidade, porque, como foi dito aqui, é de longa data essa reivindicação. E, pela primeira vez, a gente vê um desdobramento maior, porque nunca se saiu da entrega de documentos em gabinetes de Parlamentares, no DNIT, no DER, e a gente simplesmente ficava sem resposta. Então, hoje eu estou sentindo realmente a coisa começando a andar. E isso deixa a gente animado, principalmente quando a gente pensa em desistir. A gente faz parte do grupo DF Melhor, um grupo que se iniciou com o movimento da duplicação, tanto que em um único dia nós colhemos 13 mil assinaturas; sempre fizemos movimentos pacíficos. E, às vezes, a gente ficava questionando: será que a gente não foi atendido por isso? Será que a gente precisava queimar pneus, fechar rodovias para conseguir? Mas a gente preferiu optar por esse caminho, nós sempre fizemos movimentos pacíficos.

Como foi bem-dito aqui, o tráfego por nossa rodovia aumentou muito por vários fatores. Brazlândia, para quem não sabe, é responsável por 67% da água do Distrito Federal. Quase 50% da produção agrícola do Distrito Federal sai da nossa região. É o maior polo de produção orgânica do Distrito Federal e também o maior polo de turismo rural do Distrito Federal. Nós temos muitas riquezas e, às vezes, a gente pensa que essas riquezas vêm depondo contra a gente. Quando, no final de semana, as pessoas vão visitar a nossa cidade, porque realmente é linda, é maravilhosa, tem as melhores cachoeiras que o Distrito Federal tem, e não perde muito para outros Estados, isso movimenta muito mais a pista e, muitas vezes, no final de semana, um acidente com um turista ou um visitante que a gente recebe, no final de semana que vem a gente já não tem mais isso.

Então, as riquezas que a gente tem com a produção agrícola, os caminhões, que vão transportar as nossas verduras, as nossas frutas para a Ceasa, congestionam também a nossa estrada. É hora de a gente ver que uma região que é tão importante para o Distrito Federal tem que ser vista também com respeito, com carinho, e tem que ter alguma coisa que seja em benefício dessa comunidade.

Eu não sei se ainda está aqui o Senador que é do Piauí, mas eu queria dizer para ele que recursos do Piauí também são muito bem-vindos, porque Brazlândia é um grande reduto do Piauí também. Eu acho que esse é o momento de a gente fazer essa união da Bancada do Distrito Federal, como o Deputado Augusto Carvalho colocou, e a Bancada de Goiás, realmente não há outra saída, a gente tem que se unir, ser muito maiores que as nossas vaidades, para fazer essa obra tão esperada pela nossa comunidade acontecer.

Eu gostaria também de deixar uma sugestão. Pelas estatísticas, o maior número que nós temos de acidentes é no trecho do DER; em único dia nós perdemos cinco pessoas em um acidente, cinco estudantes que estavam indo para a universidade sofreram um acidente e morreram no mesmo dia. Então, aquele trecho é um trecho pequeno, eu sei que a gente precisa do projeto – infelizmente, não temos nenhum representante da Câmara Legislativa aqui –, mas eu gostaria de deixar com o nosso Administrador uma sugestão de que a gente conseguisse levantar esse recurso para que o DER conseguisse começar essa duplicação por aquele trecho da 001, que é um trecho pequeno, mas que é um trecho que tem um grande índice de acidentes.

(Soa a campainha.)

A SRª ROSANY CRISTINA CARVALHO CARNEIRO – Gostaria de me colocar à disposição também, em nome da nossa comunidade. Nós cobramos, mas nós também podemos oferecer. Junto com o DER nós fizemos várias campanhas de educação no trânsito e a gente está sempre disposto a ajudar, mas agora nós queremos que consigamos essa tão esperada duplicação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Agradeço à Srª Rosany Cristina Carvalho, ao mesmo tempo em que passo a palavra ao Ricardo Caiado Alvarenga, Gerente de Projetos da Secretaria Nacional de Transporte e de Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades.

Antes do Ricardo, eu quero dizer que quem quiser fazer perguntas, que se inscreva agora, é só levantar o dedo que o nosso secretário da Comissão vai pegar o nome para me passar aqui; se alguém quiser fazer perguntas para qualquer um dos palestrantes. Se não houver perguntas, depois eu vou passar para as considerações finais.

Ricardo Caiado Alvarenga.

O SR. RICARDO CAIADO ALVARENGA – Boa tarde a todos.

Eu gostaria de agradecer ao convite do Senador por colocar o Ministério das Cidades aqui na mesa nessa discussão que é tão importante. Eu, como cidadão brasileiro, sou brasileiro, nascido aqui, eu vejo a importância de a gente tentar induzir um crescimento do Distrito Federal na direção de Brazlândia. E a duplicação viria ao encontro desse interesse desse desenvolvimento. A própria Rosany mostrou a importância que hoje Brazlândia tem dentro do Distrito Federal, então a gente vê também com bons olhos essa questão da duplicação.

Eu gostaria, como representante do Ministério das Cidades, de tocar em um ponto que eu acho muito importante, que é a questão da segurança no trânsito. O Denatran hoje funciona dentro do Ministério das Cidades, a gente está vivenciando a década da redução de acidentes no trânsito e, infelizmente, a gente vê que a redução não tem acontecido da forma que a gente esperava.

Hoje, se a gente for analisar a questão dos acidentes de trânsito no Brasil, a gente tem dois grandes vetores. A gente pode falar de um primeiro vetor, que causa os acidentes dentro das cidades e hoje é um problema muito grande, que são as motocicletas. E o outro que a gente poderia falar é a questão da segurança das rodovias.

Então, hoje a gente tem, no Brasil, cerca de 50 mil mortes por ano em acidentes de trânsito. Isso supera muitas guerras que a gente vê nos noticiários, e a mídia não divulga porque os acidentes acontecem de forma pulverizada. Assim, eu gostaria de deixar aí essa questão da redução dos acidentes de trânsito. Quando a gente investe em melhorias da rodovia, a gente está investindo na segurança das pessoas que vão transitar ali.

Eu faço parte da Secretaria de Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades. O Ministério foi criado para tratar das questões urbanas, de planejamento urbano das cidades, e, de certa forma, a questão de uma duplicação de rodovias está mais sob a competência do Ministério dos Transportes – DNIT – do que do Ministério das Cidades, mas a dinâmica das rodovias muitas vezes influencia na dinâmica das cidades.

Então, como foi dito pelo próprio Senador Hélio, a construção de um anel em torno de Brasília é importante no sentido de desafogar o trânsito aqui. Muitos destinos de carga passam por Brasília, mas não têm como destino Brasília, portanto, a importância dessa duplicação é também nesse sentido de poder melhorar o fluxo de carga nas redondezas do Distrito Federal.

Acho que era só isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Quero agradecer ao Ricardo Caiado Alvarenga pela objetividade.

Eu quebrei o protocolo, evidentemente, para abrir a fala, porque, normalmente, pela regra da audiência pública, só falam os Parlamentares e os convidados, mas eu fiz questão até para dar a oportunidade de manifestação.

Concedo a palavra à Márcia Rosely, produtora rural e membro do grupo DF Melhor, por três minutos.

A SRª MÁRCIA ROSELY – Na verdade, é só uma contribuição. Foi falado do grande aumento do número de caminhões, do grande aumento do número de carros, de turistas para a nossa região, e a gente tem observado muito o grande aumento do número de ciclistas também. Isso tem trazido grandes problemas, porque eles têm transitado por nossa rodovia no período noturno. Eu ando nessa rodovia todos os dias, e todos os dias a gente flagra algum tipo de problema nessa rodovia. Então, também incluir a questão da ciclovia, que talvez já esteja contemplada na duplicação, porque também há um grande índice de acidentes dessas pessoas que transitam para Brazlândia por meio das bicicletas.

Brazlândia está ficando a cada dia mais movimentada, e essa duplicação realmente vai ser em uma hora muito oportuna, vão se poupar boas vidas e grandes vidas. A gente já perdeu vários amigos nessa rodovia, todos os dias a gente flagra algum tipo de acidentes nessa rodovia.

É só isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Agradeço à Srª Márcia Rosely, do DF Melhor, ao mesmo tempo em que passo a palavra para o último inscrito, que é o nosso querido Vereador de Padre Bernardo, o Arnaldo Pereira Trindade, por três minutos.

O SR. ARNALDO PEREIRA TRINDADE – Boa tarde, Senador. Boa tarde, Deputados. Boa tarde, Mesa.

Quero agradecer ao senhor, nós somos de Padre Bernardo, porque ficamos muito felizes de participar dessa audiência e pela preocupação, sim, com essa duplicação.

Quero dizer para o senhor que eu sou caminhoneiro e Vereador desde 1992. O nosso Município contava com cinco mil hectares de lavoura e hoje são 60 mil hectares. Em 2016 eu acredito que vá chegar a algo em torno de 500 a 600 alqueires irrigados, que dizer, é um fluxo de caminhões muito superior àquilo que nós imaginávamos. Também com o crescimento de Uruaçu, que usa a nossa BR, Vila Propício, Niquelândia, então, as nossas lavouras dispararam. E os nossos acidentes ultimamente têm sido com veículos e caminhões. E a gente quer contar muito com esse apoio e com essa boa-fé de todos para que a gente resolva, sim, essa questão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Agradeço ao Vereador Arnaldo Pereira Trindade.

Agora a gente vai passar a palavra na ordem inversa das falas para as considerações finais e para responder a algumas perguntas.

Eu quero dizer que, para nós, é muito importante essa audiência pública. Eu e o Deputado Augusto vamos procurar fazer um debate com a Bancada do Estado de Goiás, porque não há sentido nós duplicarmos só até Brazlândia e continuarmos perdendo vidas em Vendinha, continuarmos perdendo vidas lá em Monte Verde, continuarmos perdendo vidas em Padre Bernardo, porque são todas pessoas que convivem o dia a dia conosco aqui em Brasília, no Distrito Federal, porque são cidades importantes do Entorno, como é Padre Bernardo. Assim, o nosso esforço será no sentido de duplicar até lá e, para isso, nós precisamos muito contar com a mobilização de vocês e dos Parlamentares goianos; a gente, juntos, aqui também, faremos uma reunião das duas Bancadas para discutirmos a questão do Entorno.

Só para concluir, há uma PEC que a gente apresentou, o nosso Partido, o PSD, solicitando que uma lei de 1956 seja cumprida, a qual, em seu art. 28, diz que o Governo Federal, nos 30km externos ao quadrilátero, tem a obrigação de fazer a infraestrutura urbana e a infraestrutura de rodovias, de meio-fio, iluminação, água e essas questões todas. Nós estamos com essa ADPF no STF, e eu espero que ela seja julgada o mais brevemente possível, para ver se a gente consegue resolver essa situação. É uma população que está na região do “nem”, nem de Brasília nem de Goiás, que fica em uma situação muito complicada. A gente está querendo também fazer uma zona de expansão econômica nesses 30km, de modo que a gente induza o desenvolvimento, realmente, a uma situação de preservação desse setor com a proibição de novos adensamentos etc. e tal.

Isso eu tenho conversado bastante aqui com o Senador Caiado, com o Senador Wilder e com a Senadora Lúcia Vânia, que são Senadores do Estado de Goiás. Vamos depois fazer uma reunião da nossa Bancada para que a gente possa, juntos, discutir tudo isso.

Então, pela ordem inversa da discussão, vou passar a palavra para o Administrador de Brazlândia, o Sr. André Luis, para as suas considerações finais e resposta a alguma pergunta.

O SR. ANDRÉ LUIS QUEIROZ ROSA – Bem, primeiramente eu queria parabenizar essa iniciativa, Senador Hélio José, Augusto Carvalho, toda a mesa e todos aqui participantes. Eu acho que Brazlândia, pelo número de mortes e acidentes que já houve, poderia haver mais gente aqui, sim, porque eles fecham as minhas rodovias lá não é com pouca gente não, duas mil, três mil pessoas se manifestando pela duplicação da BR-080. Então, essas lideranças têm que aparecer mais, porque quando isso aqui for votado aqui no Orçamento no final do ano, eu quero essa galera toda aqui também fazendo um barulho para que saia.

Eu queria evidenciar aqui novamente o que já foi dito quanto aos esforços das Bancadas do Goiás e do DF em prol desse – eu acho – que seria o grande projeto do GDF em Brazlândia. Eu vou falar da minha Região Administrativa, repito: é a demanda que mais entra na Administração Regional, tanto pela Ouvidoria como pela própria comunidade, colocando esse problema que já é tão histórico na minha comunidade.

E colocar também aqui que a RA IV, a Região Administrativa de Brazlândia, já vem trabalhando em parceria com a CEB, dando suporte ao DNIT lá, por meio da pessoa do Tanezini, que o engenheiro responsável, no sentido do fornecimento da iluminação pública e da rede de alta tensão; o deslocamento dessas redes. A gente já conseguiu descentralizar recurso para que isso possa acontecer, no que tange à iluminação pública, e para que se dê continuidade à obra, porque parece que houve um pequeno impasse em um momento aí no passado, há duas semanas, mas isso já foi resolvido e as obras continuam.

Desde já agradeço a todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Agradecido ao Sr. André Luis Queiroz Rosa, Administrador de Brazlândia.

Passo a palavra ao Sr. Valter Casimiro Silveira, Diretor-Geral interino do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – Bom, só agradecer ao Senador por trazer essa discussão e dar oportunidade de o DNIT explicar, mostrar para a sociedade o que está sendo feito; colocar a instituição à disposição do Senado, como está sempre, dos Parlamentares, para poder dar as explicações.

Eu costumo dizer que quando somos chamados aqui para poder dizer o que está sendo feito, na verdade a gente está cumprindo uma obrigação institucional, que é esclarecer e dar transparência às atitudes do DNIT. Então, está sempre à disposição a instituição para poder vir aqui e prestar os esclarecimentos que forem necessários.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Agradecido ao Sr. Valter Casimiro Silveira, do DNIT.

Passamos a palavra ao Sr. Maurício Canovas Segura, Secretário Adjunto de Infraestrutura e Serviços Públicos do Distrito Federal.

O SR. MAURÍCIO CANOVAS SEGURA – Agradecer a oportunidade do convite à Secretaria de Infraestrutura. E aí, como lembrou aqui o nosso Administrador Regional, eu estava dizendo no início que eu não tinha muito a ver com a obra, mas há, ele lembrou, nós temos a iluminação para ser feita lá, e a CEB está sob a responsabilidade da Secretaria de Infraestrutura. Então, vamos torcer para o Luduvise conseguir fazer essa obra o mais rápido possível, e aí a gente começa a fazer iluminação também. O que eu vou levar para o meu Secretário é isso, que nós temos que nos preparar porque, pelo que eu vi, está bem encaminhado e a gente já tem que começar a planejar recursos para essa iluminação possivelmente para o ano que vem.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Agradecido ao Sr. Maurício Canovas Segura, mandando um abraço ao Júlio Perez, nosso Secretário também.

Passamos ao nosso querido Diretor-Geral do DER (Departamento Estradas de Rodagem do Distrito Federal), Sr. Henrique Luduvise.

O SR. HENRIQUE LUDUVISE – Primeiramente, eu gostaria de, mais uma vez, parabenizar a iniciativa do Senador Hélio José e do Deputado Augusto Carvalho. É importante ver as Bancadas Federais tanto do Senado quanto da Câmara do Distrito Federal engajadas na duplicação da BR-080, e, obviamente, em articulação com a Bancada de Goiás.

Ressaltar ainda a nossa satisfação de poder registrar que os indicadores de acidentes no Distrito Federal, meu caro Alvarenga, reduziram neste primeiro semestre. Nós tivemos uma redução de 19% no número de mortos, comparando janeiro a junho deste ano com janeiro a junho do ano passado. Nas DFs nós tivemos uma redução de 22,6 %; nas BRs 14,6% e nas vias urbanas 16,4%. Nós estamos, de fato, resgatando o espírito da Paz no Trânsito, construído 20 anos atrás no Distrito Federal. Claro que não é, ainda, motivo para comemorações, porque a comemoração só deverá acontecer quando nos tivermos a nossa utopia concluída, que é o número

de mortes igual a zero. Mas, de qualquer forma, essa duplicação é fundamental para que nós possamos circular pessoas, mercadorias, como citamos antes, e, ao mesmo tempo, assegurar a Paz no Trânsito no Distrito Federal.

Quero registrar, meu caro Senador Hélio José, que conversava aqui com o nosso diretor do DNIT, e coloco também o DER à disposição, caso seja necessário, para, eventualmente, conduzir essa obra como obra delegada, até porque a BR-070, no passado, nós duplicamos, assim como a BR-060, os primeiros 13km de cada uma com recursos do Distrito Federal, embora fossem rodovias federais. A situação se inverteu um pouco. Vinte anos atrás, o antigo DNER, hoje DNIT, não tinha os recursos, e o Governo do Distrito Federal detinha os recursos. E nós investimos naquelas duas BRs porque as pessoas acidentadas e que estavam morrendo eram habitantes do Distrito Federal. Depois o DNIT muito bem concluiu e levou até a divisa com o Estado de Goiás tanto a 070 quanto a 060. Mas nós poderíamos colocar toda a nossa força do Departamento de Estradas de Rodagem do DF para apoiar o DNIT na duplicação da BR-080, caso haja essa necessidade e essa demanda.

E, ao mesmo tempo, registrar da importância como o nosso trecho, muito bem citado pela Sr^a Rosany Carvalho, é importante que nós possamos ter aqueles 25 milhões – e aí não é tão complicado colocar isso como uma emenda parlamentar, inclusive em nível de Câmara Legislativa, ela colocou muito bem –, para que nós possamos restaurar a DF-001 e também duplicá-la para que nós possamos reduzir a maior incidência que, de fato, acontece de acidentes naquele trecho, ligando a Via Estrutural até a BR-080.

Então, toda a nossa força de trabalho do DER está também à disposição do DNIT, à disposição, naturalmente, para que nós possamos ajudar nesse processo na rodovia federal, que é a BR-080, mas que atende, além do grande Estado de Goiás e a progressista cidade de Padre Bernardo, a nossa querida Brazlândia.

Então, agradeço e, na verdade, coloco sempre o DER à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Obrigado, Sr. Henrique Luduvise, Diretor-Geral do DER.

Passo a palavra ao nosso querido Prefeito de Padre Bernardo, Sr. Francisco de Moura Teixeira, mais conhecido por Claudiênio.

O SR. FRANCISCO DE MOURA TEIXEIRA FILHO – Eu gostaria de agradecer a oportunidade de participar deste momento tão importante para a nossa região. Muito bem disse o Vereador Arnaldo, quando ele deixa claro que Padre Bernardo hoje é um dos maiores produtores de soja, feijão e milho do Estado de Goiás e também tem uma produção de aproximadamente 120 mil cabeças de gado. Então, eu queria aproveitar a oportunidade para dizer que Padre Bernardo também tem muitas belezas naturais e que todo final de semana esse fluxo de veículos não dobra; ele praticamente triplica, e o índice de acidentes na nossa região infelizmente é maior do que aqui dentro do DF.

É claro que já estão sendo tomadas algumas medidas, mas a duplicação é de suma importância, para que a gente resolva definitivamente, ou quase definitivamente, como o senhor disse, doutor, esse problema: reduzir ao máximo o número de mortes nas estradas.

Senador e Deputado Augusto Carvalho, eu gostaria de parabenizá-los pela oportunidade e pela iniciativa de nos trazer aqui para debater um tema tão importante. Queria quebrar o protocolo, se o senhor me permitir, e dizer o seguinte: há um mês, ou talvez 40 dias, houve um imbróglio ali na região de Vendinha, Monte Alto. É uma das regiões nossas, do Município de Padre Bernardo, que fornece muita mercadoria, frutas, em especial, e verduras aqui para o DF, e nós tivemos uma dificuldade imensa para conseguir com que vocês tivessem a iniciativa de arrumar aquela entrada.

Eu queria pedir mais. Eu tive uma boa parceria, Senador, com o DER – é claro que, sem querer comparar nenhuma gestão, não estou aqui para isso. Eles nos deram um apoio muito grande na manutenção daquela rodovia ali de Vendinha, que liga Vendinha a Monte Alto – são oito quilômetros –, e uma grande parcela dos mais de 10 mil moradores ali da região são pessoas que trabalham aqui no DF, votam no DF, pagam impostos aqui. Então, às vezes as pessoas falam assim: “Não, nós não podemos investir lá porque são pessoas do Goiás”. No entanto, são cidadãos mistos. São do “nem”, da terra do “nem”, na verdade. Nós temos uma série de obras hoje na região, mas a gente precisa do apoio de vocês também naquela rodovia.

Fica aqui o nosso pedido, fica o nosso agradecimento a todos os que nos antecederam.

Obrigado, Senador, e parabéns pela iniciativa. Que Deus nos abençoe e que tenhamos a oportunidade, tão logo essa obra seja autorizada, de aplaudir e também comemorar o início dessas obras.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Fico agradecido ao Prefeito Claudiênio, ao mesmo tempo em que pergunto se o nosso diretor do DER quer fazer alguma consideração.

O SR. HENRIQUE LUDUVISE – Eu gostaria só de fazer uma consideração. Eu citei aqui a redução do número de acidentes no Distrito Federal, mas estamos, obviamente, cientes desses números assustadores em nível de Brasil; precisamos ter uma redução drástica no número de acidentes. E o objetivo concreto, muitas

vezes até nos valendo de algum fresado que conseguimos junto ao DNIT, é apoiar as nossas cidades também limítrofes aqui; não há por que não acontecer.

Apenas isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Quero passar para a Srª Rosany. Não, antes da Rosany, para o Sr. José Severino Dias, Presidente da Subseção da OAB Brazlândia.

O SR. JOSÉ SEVERINO DIAS – Sr. Senador Hélio José, Sr. Deputado Augusto Carvalho, em nome da Ordem dos Advogados do Brasil, Subseção de Brazlândia, eu gostaria de agradecer o honroso convite e de poder participar dessa solenidade de suma importância para a nossa região, para a população de Brazlândia.

Já falando em nome da população, percebemos que nós saímos hoje – essa iniciativa foi de suma importância lá para a comunidade Padre Bernardo, também, não é prefeito? –, daqui com algumas respostas.

Estávamos conversando antes eu, a Rosany, o pessoal, o Administrador André, mas hoje nós já temos alguma resposta em razão dessa iniciativa de V. Exª. Os técnicos... Volto a frisar que aquele trecho lá – não é o projeto definitivo, mas já é o estudo – de 142km contempla os anseios de toda a população. Então, eu creio que vai ser de suma importância reunir todas essas forças para conseguirmos realmente a demanda, que é a duplicação da BR- 080.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Agradeço ao Sr. José Severino e também à OAB. Queria passar a palavra à Srª Rosany Cristina Carvalho Carneiro, Presidente da Associação Pró-Descoberto.

A SRª ROSANY CRISTINA CARVALHO CARNEIRO – Eu gostaria de agradecer também por essa oportunidade, pela iniciativa do Senador e do Deputado. Eu saio bem esperançosa. E dizer ao Prefeito que, quando a gente fala Brazlândia, é porque a gente está tão próximo, tão próximo, que às vezes eu acho que Padre Bernardo faz parte de Brazlândia. Mas eu prometo que vou vestir a camisa da BR-080, porque é uma rodovia que beneficiará tanto Brazlândia – para chegar a Padre Bernardo tem que passar por Brazlândia, não há outro caminho – quanto Padre Bernardo. Então, a gente tem que estar junto nessa luta. Eu não sei qual é o valor, mas eu acredito que uma única vida que a gente salve já vai valer a pena.

Então, eu gostaria de agradecer a todos pelo empenho, o DNIT, o DER, e confesso que eu estou saindo esperançosa. A gente, no movimento DF Melhor, algumas pessoas não vieram porque já estavam cansadas de levar demandas e não ter resposta. E os que vieram, a gente estava comentando ali: “Será que vai sair alguma coisa?”

Portanto, eu agradeço e digo que a gente está saindo bem esperançoso, mas que a gente vai continuar cobrando.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Agradecido, Srª Rosany Cristina Carvalho Carneiro.

Passamos a palavra para o nosso querido Ricardo Caiado Alvarenga, Gerente de Projetos da Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana (SeMob) do Ministério das Cidades.

O SR. RICARDO CAIADO ALVARENGA – Eu gostaria de parabenizar a Comissão pela atitude de promover uma audiência pública de assunto tão relevante, e gostaria também de colocar, como cidadão brasileiro, a importância disso.

Hoje, por qualquer lado que a gente chegue a São Paulo, há rodovia duplicada; por qualquer lado que a gente chegue à cidade do Rio de Janeiro, há uma rodovia duplicada. A gente está falando da Capital do Brasil, onde não há essas rodovias nas condições adequadas, como deveriam estar.

Como lá no Ministério das Cidades, há muitas obras, e a gente tem uma experiência de acompanhamento de obras – gostaria de dizer que a importância de a gente viabilizar isso aí se dá, primeiro, na fase de planejamento. Eu acho que o DNIT deu um primeiro passo, pelo que foi apresentado.

A questão do estudo de viabilidade técnica e econômica, no que deu a entender, está em fase de entrega. Então, isso já é um passo importante. Acho que, agora, a gente deveria tentar tencionar a elaboração deste projeto de engenharia o mais rapidamente possível, porque a experiência mostra que quem tem projeto, quem tem a prateleira de projetos leva recursos para a obra. A gente vê isso acontecer no Governo Federal todo dia.

Então, a importância de a gente tentar tencionar isso – parece-me que o DNIT é que vai fazer o termo de referência para o projeto de engenharia, a importância de tentar agilizar isso no sentido de a gente ter esse projeto na mão. No momento em que você tem na mão, os recursos aparecem de forma mais fácil.

Gostaria também de colocar que deveria estar presente aqui nesta audiência o Ministério do Planejamento, porque a gente sabe que o Grupo Executivo do PAC, a Secretaria do PAC tem uma decisão muito grande dentro do Governo Federal. Assim, se houver uma próxima audiência, a importância de convidar o Ministério do Planejamento e a importância de a gente tentar agilizar este projeto o mais rapidamente possível, porque, quando a gente tem projeto na mão, é mais fácil a gente conseguir aportar recursos para a obra.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Agradecido, Sr. Ricardo Caiado Alvarenga, do Ministério das Cidades, da SeMob.

Passamos a palavra agora ao nosso querido Deputado que, junto com a gente aqui do Senado, convocou esta audiência pública. Eu acredito que o nosso Deputado vai promover outra na Câmara dos Deputados um pouco mais para frente. Com muita alegria, passo a palavra para ele, para fazer as suas considerações e fazer os próximos encaminhamentos também que ele achar procedentes.

O SR. AUGUSTO CARVALHO (SD – DF) – Obrigado, Senador.

Só para dizer que, nos documentos que eu tenho aqui, há uma carta do então Senador Rodrigo Rollemberg, que era o coordenador da Bancada de Deputados na última Legislatura, encaminhando à Ministra Ideli Salvatti, que cuidava das emendas dos Parlamentares – ficava naquela triagem lá para ver quem votou a favor, quem não votou a favor, enfim... O fato é que os recursos foram alocados, como eu falei, R\$36 milhões, e aí estou vendo aqui o documento com troca de informações por parte do Sr. Adailton Cardoso Dias, no dia 13/10/2011 – Adailton é do DNIT, Coordenação-Geral de Planejamento e Programação de Investimentos. Ele se dirige ao Fauzi Jr., Diretor-Geral Departamento de Estradas e Rodagem, antecessor do Ludovice, e, considerando os normativos internos, consulta o DER quanto à existência de projetos de engenharia ou de qualquer planejamento com relação às rodovias BR-251/080 – 13/10/2011.

Em 4/11/2011, resposta do Sr. Reinaldo Teixeira, Chefe de Gabinete do Diretor-Geral do DER, ao Sr. Adailton do DNIT. Diz ele:

Em resposta ao Ofício nº..., informações sobre projetos de engenharia relacionados às BRs-251/080, informamos que encaminhamos em anexo cópia do projeto de duplicação da referida rodovia no trecho compreendido entre a interseção e a DF-95, a divisa com o Estado de Goiás.

Tal projeto foi recebido pelo DER/DF no ano de 2001.

Enfim, eu gostei de tudo o que foi falado aqui. Eu acho que é preciso que haja sinergia dos órgãos regionais e nacionais. É preciso haver projeto; se não houver projeto, nada acontece. Pode-se ter o orçamento, mas, se não houver o projeto, perde-se o dinheiro a cada legislatura, e as coisas não acontecem.

Então, eu acho que a sugestão do Ludovice, de, eventualmente, haver uma parceria com o DNIT, como instituição delegada para poder fazer...

Bom, eu acho que essas datas aqui a gente tem que fixar, não é? O nosso amigo Valter está dizendo aqui para nós: minuta do relatório final entregue no dia 8 de julho – foi entregue semana passada –; previsão de conclusão das análises pelo DNIT: 15/8/2015. O dia 15 de agosto já vamos colocar na agenda aqui: Valter, tem novidade? Como ele falou, para poder tomar a decisão de fazer o projeto.

Eu não sei se já há alguma coisa elaborada de projeto, Ludovice, no DER, que possa pelo menos, senão na totalidade... Certamente, o DER não tem jurisdição sobre o trecho para além de Brazlândia, mas, naquilo que for possível acoplar o que já houver de massa crítica acumulada pelo DER, de se fazer essa sinergia das duas instituições para podermos acelerar. Esperar um ano, como ele disse. A previsão é de um ano para que o projeto fique pronto.

Então, com essas datas aí, trabalhar para que o projeto possa entrar no PAC. Bom, é outra briga, é outra frente de luta em que podemos entrar também, mas de concreto, o que nós temos hoje de objetivo é esse prazo do dia 15 de agosto. E, para os dois representantes aqui, tanto o do órgão regional quanto o do nacional, vocês vão nos dizendo o que poderemos dar de retaguarda, o que podemos fazer para que as coisas aconteçam, não é?

O SR. HENRIQUE LUDOVICE – Estamos dispostos, naturalmente, a ter essa parceria com o DNIT no sentido de resolver um problema que é de Brasília e de Goiás. O DNIT pensa o federal, nós pensamos o distrital, mas, juntos, podemos pensar a 080, porque há, efetivamente, uma vontade concreta das duas instituições em resolver, e, muito mais ainda, da comunidade, que há anos reivindica essa duplicação.

Eu vou verificar esse histórico bem levantado pelo Deputado Augusto Carvalho, mas, efetivamente, vou buscar – acho que também o Valter vai fazê-lo no DNIT –, vamos levantar tudo o que nós dispomos. O que não há disponível tem que ser desenvolvido, até porque o encaminhamento de um projeto de 20 anos atrás pode, eventualmente, não ser o que hoje seria necessário, mas nós vamos buscar essa atualização.

Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Valter, quer fazer alguma consideração?

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – Só complementar que, nesse meio-tempo, a gente já acertou agendas aqui em comum para poder discutir não só a questão da 080, mas outras intervenções que são de comum acordo entre Distrito Federal e o DNIT. Sempre tivemos uma parceria muito boa com o Governo do Distrito Federal, e acho que essa parceria tem de continuar. Temos que unir esforços para ter o melhor resultado possível.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Eu queria sugerir que vocês conversassem com o DER/GO para poder fazer uma reunião talvez a três, porque, quem sabe, poder-se-ia fazer um consórcio Goiás-Brasília e executar essa obra pelo DER/DF e DER/GO.

O SR. HENRIQUE LUDUVICE – No Goiás agora chama-se Agetop.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Agetop.

O SR. HENRIQUE LUDUVICE – Agetop.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Agência, não é?

O SR. HENRIQUE LUDUVICE – Agência, mas, de qualquer forma, podemos perfeitamente nos reportar à Agetop.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Com certeza, a gente precisaria... Eu até sugeri ao nosso querido Deputado Augusto, quando da realização da nossa audiência na Câmara, que chame a Agetop para poder falar também, além dessas pessoas que aqui convidamos.

Quero agradecer, primeiro, ao Deputado Augusto, colega e companheiro de Bancada, que tanto nos incentivou também nesse processo; agradecer a todos os presentes que aqui estiveram, o administrador de Brazlândia, o prefeito de Padre Bernardo; agradecer ao nosso Diretor-Geral do DNIT; agradecer ao nosso Diretor-Geral do DER; ao nosso representante da Secretaria de Infraestrutura do DF; ao nosso advogado da OAB, ao nosso querido representante do MCID, mandando um abraço ao Kassab, porque nós vamos atrás dele para nos ajudar aqui no DF. Ele pode ter certeza disso – eu estava até aqui comentando com o Augusto. E agradecemos à Rosely, à comunidade de lá, de Brazlândia, e a você também, Márcia. Deixar claro que estamos juntos nessa luta. É muito importante para todos, porque nós precisamos poupar vidas.

Então, eu quero dar por encerrada esta audiência pública, agradecendo a presença de todos e dizendo que eu, como Presidente da Frente Parlamentar Mista da Infraestrutura, que une Deputados e Senadores, vou combinar uma audiência com o GDF, principalmente, e a nossa Bancada na Frente Parlamentar Mista, para discutir as diversas obras de infraestrutura do Distrito Federal ainda antes do final do ano. A gente vai organizar isso e eu vou discutir com a Bancada.

Também quero dizer que estamos atentos a essa questão do PAC e a essa questão do PAC3, principalmente, porque seria uma saída para termos verba. E, como membro da Comissão Mista de Orçamento e Relator da Indústria, do Comércio e da Micro e Pequena empresa, discutirei com toda a nossa Bancada também para vermos se na LOA conseguimos mais alguns recursos. Eu acho que nós deveríamos, até o final do ano, tentar liberar esses R\$36 milhões que já estão previstos na emenda de Bancada, o que já seria o suficiente para o DER fazer pelo menos o trecho de Brasília, e ainda daria para fazer alguns estudos para a continuidade do trabalho.

Então, Augusto, eu queria chamá-lo para, juntos, mobilizar-nos para conseguir esse dinheiro.

E vou falar que todo esse relatório será repassado ao Governador do Estado de Goiás, será repassado ao Secretário de Infraestrutura do Estado de Goiás; ao Diretor-Geral da Agetop; ao Governador do Distrito Federal; ao Secretário de Mobilidade Urbana do Distrito Federal; ao Secretário de Infraestrutura; ao Diretor-Geral do DER/ Distrito Federal; ao DNIT; ao Ministro dos Transportes; e ao Presidente da ANTT. E será repassado também, evidentemente, ao nosso administrador de Brazlândia e ao nosso Prefeito de Padre Bernardo. E fica à disposição das entidades civis caso queiram alguma cópia. Vamos fazer um relatório, que será socializado para a nossa Bancada também em agosto.

Então, quero agradecer a todos.

Dou por encerrada esta audiência pública.

Muito obrigado.

(Iniciada às 15 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 56 minutos.)

ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE JULHO DE 2015.

Às oito horas e trinta e oito minutos do dia quinze de julho de dois mil e quinze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença das Senhoras e dos Senhores Senadores Delcídio do Amaral, Lasier Martins, Telmário Mota, Sandra Braga, Valdir Raupp, Ricardo Ferraço, Hélio José, Ronaldo Caiado, Wilder Moraes, Flexa Ribeiro, Paulo Bauer, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Wellington Fagundes, Elmano Férrer, José Pimentel, Paulo Rocha, Ivo Cassol, Waldemir Moka, Davi Alcolumbre, Roberto Rocha e Vicentinho Alves. Registram presença como não membros a Senhora Senadora Fátima Bezerra e o Senhor Senador Dalirio Beber. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente registra a presença do Senhor Deputado Federal Adilton Sachetti (PSB/MT), do Senhor Guilherme Penin Santos de Lima, Secretário Executivo da

Secretaria de Portos da Presidência da República, e do Senhor Adalberto Tokarski, Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários. O Presidente declara aberta a reunião que tem início com a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 13, de 2015, de autoria do Senador Wellington Fagundes, que requer “nos termos do art. 58, inc. III, da Constituição Federal e art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, de audiência pública com a presença do Excelentíssimo Senhor Ministro da Secretaria Nacional de Portos, Sr. Edinho Araújo, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) e o Tribunal de Contas da União, para tratar do Programa de Concessão de Portos”. O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer sua exposição, respectivamente, o Senhor Edinho Araújo, Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República; Mário Povia, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ); e Davi Ferreira Gomes Barreto, Secretário de Fiscalização de Infraestrutura Aeroportuária, Hídrica e Ferroviária do Tribunal de Contas da União (TCU). Incluídos e apreciados os itens extrapauta 1, 2 e 3. Item 1 – Mensagem (SF) nº 47, de 2015, que “submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea ‘f’, da Constituição Federal, combinado com o art. 12 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, o nome do Senhor RICARDO FENELON DAS NEVES JUNIOR, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Carlos Eduardo Magalhães da Silveira Pellegrino”. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: matéria pronta para deliberação. Resultado: lido o relatório, é concedida vista coletiva da matéria, nos termos do artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal. Item 2 – Mensagem (SF) nº 46, de 2015, que “submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea ‘f’, da Constituição Federal, combinado com o art. 12 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, o nome do Senhor JOSÉ RICARDO PATARO BOTELHO DE QUEIROZ, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Rubens Carlos Vieira”. Relatoria: Senadora Sandra Braga. Relatório: matéria pronta para deliberação. Resultado: lido o relatório, é concedida vista coletiva da matéria, nos termos do artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal. Item 3 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 46, de 2015, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que requer “nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de tratar do modelo de concessão e dos impactos econômicos da Estrada de Ferro 118 que fará a ligação da rede portuária da região do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Nelson Barbosa; 2. Governador do Espírito Santo, Paulo César Hartung Gomes; 3. Governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando de Souza; 4. Diretor Geral da Agência Nacional de Transportes, Jorge Luiz Macedo Bastos”. Resultado: aprovado o requerimento. Às onze horas e quarenta e três minutos, o Presidente passa a presidência ao Vice-Presidente da Comissão, Senador Ricardo Ferraço; e este repassa a presidência ao Senador Garibaldi Alves Filho às onze horas e cinquenta e quatro minutos. Usam da palavra os Senhores Senadores Fernando Bezerra Coelho, Wellington Fagundes, Valdir Raupp, Sandra Braga, Lasier Martins, Dalírio Beber, Vanessa Grazziotin, Elmano Férrer, Roberto Rocha, Fátima Bezerra, Ricardo Ferraço e Blairo Maggi. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às doze horas e vinte e nove minutos, lavrando, eu, Thales Roberto Furtado Moraes, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, é assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Declaro aberta a 21ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da atual Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das quatro reuniões anteriores.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Na impossibilidade do quórum para a aprovação das atas – mas o universitário aqui me disse que está tranquilo. Nada como ter um universitário assim, tranquilo. Às vezes, meio agitado. (*Risos.*)

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública em atendimento ao Requerimento nº 13, de 2015, de autoria do Senador Wellington Fagundes, aprovado no dia 15 de abril último, para tratar do Programa de Concessão de Portos.

Esta audiência pública, desde logo eu adianto, será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania e também do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Para debater o tema, foram convidadas as seguintes autoridades e especialistas, que são: o Deputado Edinho Araújo, Ministro de Estado, Chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República; o Dr. Mário Po-

via, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários; e ainda o Dr. Davi Ferreira Gomes Barreto, Secretário de Fiscalização de Infraestrutura Aeroportuária, Hídrica e Ferroviária do Tribunal de Contas da União.

Antes de convidar as autoridades e especialistas que farão parte da audiência pública, eu, com a permissão das Sras Senadoras e dos Srs. Senadores, gostaria de iniciar esta reunião com a solicitação feita pelo Senador Valdir Raupp, para que tivéssemos aqui a leitura do seu relatório, submetendo à apreciação do Senado Federal o seu relatório sobre a Mensagem nº 47 de 2015.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 47, de 2015

– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 12 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, o nome do Senhor RICARDO FENELON DAS NEVES JUNIOR, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Carlos Eduardo Magalhães da Silveira Pellegrino.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pronto para deliberação

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, Sras e Srs. Senadores, nos termos do art. 12 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, combinado com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, a Presidente da República, por meio da Mensagem nº 47, de 2015, submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Ricardo Fenelon das Neves Junior, para ser conduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac.

Nos termos do disposto no art. 104, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre matérias pertinentes ao transporte aéreo e sua respectiva agência reguladora. Ainda nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, a Comissão de Infraestrutura deve arguir o indicado e apreciar o relatório com base nas informações prestadas sobre ele.

De acordo com o art. 12 da Lei nº 11.182, de 2005, que criou a Anac, seus diretores serão brasileiros de reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade dos cargos para os quais serão nomeados.

O currículo anexo à mensagem presidencial, relata a formação acadêmica e experiência profissional do indicado, que passo a resumir: o candidato é natural de Goiânia, terra do Senador Ronaldo Caiado, e tem 28 anos de idade. É desde 2011 Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, onde elaborou monografia de final de curso intitulada “A Autorização no Transporte Aéreo Regular”. Portanto, Sr. Presidente, o indicado conhece o setor.

Além disso, em maio do corrente ano, concluiu o curso Master of Laws pela Universidade Georgetown, nos Estados Unidos da América. Consta ainda do currículo apresentado a realização de outros cursos de menor duração, dentre os quais se destaca o “Arbitragem Internacional e Resolução de Disputas”, pela mencionada Universidade de Georgetown.

Em termos de desempenho profissional, o candidato atuou como advogado da Arko Advice e dos escritórios Wald Associados, Bittar, Lombardi e Fenelon, e Reginaldo Oscar de Castro, em causas que envolveram, dentre outros ramos, Direito Administrativo, Concorrencial e de Infraestrutura e Regulação.

Cumprindo, por fim, relatar que o candidato apresentou todos os documentos exigidos pelo art. 383, inciso I, alíneas a, b e c do Regimento Interno, juntamente com as declarações de que trata o §3º do *caput* do mesmo artigo.

Fica, assim, esta Comissão de Serviços de Infraestrutura em condições de deliberar sobre a indicação do Sr. Ricardo Fenelon das Neves Junior para ser conduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil. É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discuti-la, fica concedida vista coletiva, nos termos do inciso II do art. 383 do Regimento Interno do Senado.

Como anunciei no início desta reunião, vamos dar início, portanto, a esta audiência pública, que foi objeto do Requerimento nº 13 de 2015, de autoria do Senador Wellington Fagundes, aprovado no dia 15 de abril.

Tenho a honra de convidar para compor a Mesa o Ministro dos Portos, o Deputado Edinho Araújo. *(Pausa.)*

Ao lado do Ministro dos Portos, eu quero convidar para compor a nossa Mesa o Dr. Mário Povia, Diretor-Geral da Antaq, de acordo com o que foi aprovado nesta Casa, solicitação do Senador Wellington Fagundes. *(Pausa.)*

E convido também para compor a Mesa o Dr. Davi Ferreira Gomes Barreto, que é Secretário de Fiscalização de Infraestrutura Aeroportuária, Hídrica e Ferroviária do Tribunal de Contas da União. *(Pausa.)*

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, pela ordem. As inscrições são por ordem de chegada ou temos que nos inscrever?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – As inscrições, para premiar os madrugadores, nós teremos por ordem de chegada.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Tudo bem, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Fique certo de que o Evangelho que diz que os últimos serão os primeiros, nós, com a permissão da Igreja, não teremos a observância disso aqui. *(Risos.)*

Deputado Edinho, é uma honra muito grande contar com a presença de V. Ex^a ao lado do Dr. Mário Povia e do Dr. Davi Ferreira Gomes. Teremos aqui agora um debate a respeito da política de concessão dos portos, de acordo com a solicitação do Senador Wellington Fagundes.

Nós tivemos, na primeira etapa da política de concessão dos portos, um cenário que não foi dos mais tranquilos, mas hoje me parece que o cenário já está com a tranquilidade desejada por todos. Isso é o que nós veremos aqui. E eu queria apenas dizer a V. Ex^a, que, desde o primeiro momento, Senador Wellington Fagundes, em que fez a solicitação, o Ministro Edinho se colocou à disposição da Comissão. Mas, num primeiro momento, ele ponderou que ainda não tinha sido publicada a segunda etapa da política de concessão de portos e que seria mais oportuno que ele aqui viesse para prestar informações e esclarecimentos já com isso decidido.

Então, desde o dia 15 de abril, nós estamos no aguardo aqui da presença do Deputado Edinho e agora vamos ter esse debate enriquecido com a presença, de acordo com a solicitação do Senador Wellington, do Dr. Mário Povia, que é Diretor-Geral da Antaq, e do Dr. Davi Ferreira, que aqui representa o Tribunal de Contas da União.

Sendo assim, eu vou conceder a palavra ao Deputado Edinho. Conheço o Deputado Edinho já de algum tempo. Ele foi prefeito da sua cidade por três mandatos – dois?

O SR. EDINHO ARAÚJO *(Fora do microfone.)* – Prefeito duas vezes de São José do Rio Preto...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Prefeito duas vezes de São José do Rio Preto, em São Paulo...

O SR. EDINHO ARAÚJO *(Fora do microfone.)* – E de minha terra natal também, Santa Fé.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – E da terra natal dele, Santa Fé. Isso quer dizer que ele é um homem de muita fé.

Na verdade, hoje, como Deputado Federal, já está no quarto mandato. E, convidado pela Presidenta da República, ele está licenciado e ocupando agora o Ministério de Estado dos Portos. Ele é o Chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República.

Eu não sei, a essa altura, qual é o sentimento dele: se ele realmente está mais à vontade agora na Secretaria de Portos ou se estava mais à vontade no exercício do quarto mandato de Deputado Federal.

Sempre me perguntam isso, porque eu ocupei o Ministério da Previdência. Sempre me levam a uma comparação: se eu, efetivamente, me senti mais à vontade no Ministério ou aqui no Senado, onde eu já ocupo uma cadeira pelo Estado do Rio Grande do Norte, pelo terceiro mandato. E eu sempre respondo que, na verdade, me deram a oportunidade de exercer cargos no Executivo, porque antes já ocupara outros cargos. E eu digo sempre que estar no Executivo ou estar no Legislativo é uma questão de vocação. A minha vocação eu confesso que é mais, Deputado Edinho, para ocupar aqui a cadeira no Senado, mas não deixo de ter uma saudade aliviada do Ministério da Previdência.

Então, não sei qual é o sentimento de V. Ex^a. Sei que talvez V. Ex^a venha a sentir no futuro uma saudade aliviada, depois desta audiência pública aqui. *(Risos.)*

Mas espero que isso não aconteça. Os Parlamentares é que o dirão.

Então, eu concedo a palavra ao Deputado Edinho Araújo, Ministro-Chefe da Secretaria de Portos.

O SR. EDINHO ARAÚJO – Muito obrigado, meu caro Presidente Garibaldi Alves Filho, ilustre Presidente desta Comissão de Serviços de Infraestrutura. Quero dizer da minha alegria de voltar a esta Casa, ao Senado, onde muitas vezes estive reunido aqui nas comissões, analisando medidas provisórias e outras missões, em trabalho conjunto da Câmara e do Senado.

É um prazer muito grande, Senador Garibaldi, a oportunidade para saudá-lo como uma das grandes vocações públicas do nosso País, eu que o acompanho desde quando Governador do Rio Grande do Norte. Sei do enorme legado que V. Ex^a deixou naquele Estado e na sua passagem também pelo Ministério da Previdência Social, com a sensibilidade da vocação pública.

Quero cumprimentar aqui os meus companheiros de Mesa. O Dr. Mário Povia é Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, a Antaq, com quem a SEP interage e tem um trabalho em conjunto. Aproveito para agradecer, meu caro Dr. Povia, o trabalho profícuo da sua equipe. Vejo aqui o Adalberto, que também está como seu diretor. Transmita um abraço ao Fernando, na certeza de que nós temos um grande desafio pela frente. E, à medida que SEP e Antaq trabalharem juntas, ganha o Brasil na celeridade, porque o Brasil tem pressa.

E a alegria de saudar o meu amigo, o meu colega, Deputado Federal Wellington Fagundes. Não sei se o Senador Wellington Fagundes vai recordar-se – chamei-o de Deputado, porque a nossa trajetória foi longa –, do ano de 1995. Não sei se era o seu primeiro mandato, mas o meu era, como Deputado Federal, mas estivemos numa missão na Bolívia, quando discutíamos o trajeto do gás Bolívia-Brasil, Brasil-Bolívia.

Portanto, desde aquela época e, depois, na luta pela integração nacional com a Ferronorte – hoje não é mais Ferronorte, nem ALL; é Rumo – em Rondonópolis, uma luta em que eu, do lado de São Paulo, o senhor, do lado de Mato Grosso, e o Moka, do lado do Mato Grosso do Sul, sempre estivemos juntos. Como sabem, iniciei a minha vida pública – e aí eu já começo respondendo à pergunta do nobre Presidente, comecei como prefeito, aos 26 anos...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Mas, viu, Ministro?

O SR. EDINHO ARAÚJO – Pois não.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – E ainda o nosso Senador Raupp...

O SR. EDINHO ARAÚJO – Sim, aí eu chego lá.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – ...lutando para chegar lá. Aí que nós precisamos ainda estar, ainda...

O SR. EDINHO ARAÚJO – É, aí chegamos lá. Chegamos lá, porque a luta continua, não é? O Senador Raupp e a Deputada Marinha querem que esse projeto tenha continuidade. E nós estamos exatamente tratando desse assunto no PIL, que é o novo Programa de Investimentos em Logística. Mas eu dizia...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Queremos que chegue em Porto Velho...

O SR. EDINHO ARAÚJO – Pois não.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Queremos que chegue em Porto Velho no máximo em cinco anos, a ferrovia.

O SR. EDINHO ARAÚJO – E ela hoje...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Até Porto Velho. Depois, até o Pacífico, é outra história.

O SR. EDINHO ARAÚJO – Exatamente, é.

Então, eu queria dizer, Senador Garibaldi, que eu iniciei no Executivo. Eu já disputei 11 eleições: eu perdi a primeira, com 22 anos, candidato a prefeito da minha terra. Estava há oito anos afastado, estudando em Ribeirão Preto, onde fiz clássico – sou do tempo do clássico. Fiz Direito e fiz Filosofia em Ribeirão Preto, voltei, e com 22 anos, fui candidato a prefeito lá. Perdi, graças a Deus. Perdi a primeira eleição com 22 anos, e depois Deus e o povo da minha cidade, da minha região, do meu Estado, me deram dez títulos de representação: um de Santa Fé como prefeito, três vezes estadual no Estado de São Paulo, depois Federal aqui, 94 a 98.

Aí, mudei-me para São José do Rio Preto, uma cidade de 450 mil habitantes, e, quando um político muda para uma cidade, vocês já viram o que provoca, não é? E aí eu acabei saindo candidato. A primeira vez que votei em São José do Rio Preto votei para mim, dois turnos; muito acirrada a disputa, dois turnos em 2000, e resolvi um grande problema, que era a falta de água. Sempre gostei da questão estruturante.

E, no segundo mandato, tratamos do esgoto em 100% da cidade, que são obras pelas quais normalmente não se tem muito apreço, porque não são vistas, mas eu considero que são fundamentais. Num primeiro momento, pode ser que a população não compreenda, mas, passado todo esse tempo, hoje, eu percebo o quanto acertei, porque investimos em infraestrutura, e é disso que nós vamos tratar aqui nesta reunião.

Saúdo, portanto, também o Senador Lasier Martins; o Senador Caiado, o meu colega de Câmara dos Deputados, um dos Deputados mais brilhantes daquela Casa. Recordo-me, Senador Caiado, quando estivemos juntos na reforma política e, depois, naquela lei que regrou a migração de Parlamentares para outros partidos. Portanto, temos uma trajetória, uma luta em favor também do agronegócio, que tem sido o carro-chefe deste nosso País.

Saúdo os demais Senadores, as assessorias das comissões e desta Comissão e, se me permitem, vou passar à minha exposição.

Bom, como todos sabem, a Presidenta lançou, no último dia 9 de junho, o Programa de Investimentos em Logística, compreendendo aeroportos, estradas, ferrovias e portos. Essa programação está estimada em R\$198,4 bilhões, todo o programa, sendo que rodovias, R\$66,1 bilhões; ferrovias, R\$86,4 bilhões; a nossa área, portos, R\$37,4 bilhões, e aeroportos, R\$8,5 bilhões.

Bom, no cenário de portos, como todos sabem, a Câmara e o Senado, intensamente, participaram do debate. Na Câmara, nós tivemos uma das sessões mais prolongadas da história: foram 40 horas de debates, e muitos estavam lá – o Deputado Fagundes, o Deputado Caiado, que eu me recordo. E nós estamos, portanto, sob a égide daquela medida provisória, depois a Lei nº 12.815, a Medida Provisória 595, de dezembro de 2012, e a lei, de junho de 2013, que permitiu o aumento de investimentos em terminais privados, estabeleceu diretrizes para a licitação de novos arrendamentos e renovação dos arrendamentos existentes.

Portanto, nós temos aí: os investimentos privados – o privado é o grande parceiro do sucesso desse programa, objetivando modernizar e aumentar a capacidade dos terminais portuários. Essa é uma grande questão; quem vive esse mundo portuário sabe o quanto é importante aumentar a capacidade, dar escala competitiva a esses terminais. É preciso que tenhamos cais em condições de atracar os navios, que se modernizam a cada ano, e reduzir os custos para atender à demanda por movimentação de carga.

O que aconteceu já sob a nova Lei de Portos?

Nós tivemos aqui já construídos os Terminais de Uso Privado, que, com a nova lei, trazem um fato importantíssimo. Qual é? Antes, os TUPs poderiam transportar, trabalhar só a carga própria. Com a nova lei, isso por decisão desta Casa e do Congresso Nacional, os Terminais de Uso Privado poderão transportar cargas de terceiros. Isso motivou muito o setor. E, para se ter uma ideia do quanto esta Casa contribuiu, nós temos 16 TUPs já construídos, e investimentos da ordem de R\$1,7 bilhão. Autorizados, já temos 20 novos TUPs autorizados, investimentos da ordem de R\$6,9 bilhões. E em expansão, que é um fato também recorrente, quatro expansões, da ordem de R\$2,5 bilhões. Prorrogações: três prorrogações já antecipadas.

O que são as prorrogações? São contratos em vigor, que estão para vencer em 2021, 2022, e o empresário tem direito a uma renovação. Ele solicita antecipadamente, faz um programa do que vai fazer, de qual investimento vai se dar. Portanto, aquele investimento que iria ocorrer em 2025 nós estamos trazendo para hoje, para agora, porque essa é a necessidade do nosso País, e ninguém melhor do que os Senadores e os Deputados, representantes legítimos do povo, para saber o quanto isso representa. Portanto, nós temos aí. E, dessas três prorrogações, duas já se deram no nosso mandato, agora nessa nossa presença no segundo Governo da Presidenta Dilma.

Portanto, nós estamos falando de 43 novos terminais, investimentos da ordem de R\$11,5 bilhões.

Quando se fala do lançamento de todo o programa, nós estamos falando de R\$198 bilhões. Desses R\$198 bilhões, R\$37,4 bilhões estão projetados para os portos.

E aí como nós dividimos esses R\$37,4 bilhões?

Para novos arrendamentos, num total de 50, que já tivemos pelo Tribunal de Contas aprovado o Bloco 1, que significa a construção de terminais, licitação para novos arrendamentos lá no Pará e também em Santos, neste primeiro momento.

Depois, eu vou detalhar onde teremos em diversas outras regiões e Estados do nosso País. Portanto, desses R\$37 bilhões, R\$11,9 bilhões decorrerão desses novos arrendamentos.

Nós temos provocados na SEP, na Antaq, 63 novos TUPs, que são os Terminais de Uso Privado. Isto mostra o aquecimento do setor portuário neste momento: investimentos da ordem de R\$14,7 bilhões

E nós teremos, para completar os R\$37,4 bilhões, 24 renovações de arrendamentos, investimentos da ordem de R\$10,8 bilhões.

Como todos acompanharam, o Tribunal de Contas analisou detidamente a proposta, a consulta, para nós formatarmos o edital, e, de 29 terminais, 9 estão em Santos, neste Bloco 1, e 20 no Pará, investimentos previstos da ordem de R\$4,7 bilhões. Nós vamos realizar licitações em 2015, já, este ano ainda. E este Bloco 1, que foi aprovado pelo Tribunal de Contas – o critério é de maior movimentação, menor tarifa – nós vamos dividir em Fase 1 e Fase 2.

Por que estamos dividindo em Fase 1 e Fase 2? Porque há muitos conflitos, há muitas ações, há muitas demandas. Como nós queremos bater o martelo e estamos querendo fazer a licitação acontecer, nós dividimos a Fase 1, que são alguns terminais que não têm conflito, sendo cinco deles no Pará e três em Santos. Nos cinco do Pará, grãos – esta é a grande necessidade, tendo em vista o desenvolvimento, a produtividade do Centro-Oeste brasileiro e que nós chamamos de Arco Norte; e, em Santos, nós estaremos licitando dois de grãos e um de celulose – de celulose, dois, e um de grãos. Investimentos da ordem de R\$2,1 bilhões.

E aí vem a segunda fase, que já está ali colocada, mas, como nós não temos essa previsão para esse ano, mas estão lá: granéis – Pará, dois; Santos, um... Não, acho que Santos são quatro, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDINHO ARAÚJO – Quatro. Carga geral de contêineres: um, no Pará, e Santos mais dois, e combustíveis, GLP, Pará, mais 12.

Bom, aqui nós temos o novo Bloco 2. O que é esse novo Bloco 2? Nós tínhamos uma previsão de Bloco 2, Bloco 3 e Bloco 4. E aí nós resolvemos, tendo em vista que no dia do lançamento do PIL, esse novo Programa de Investimentos em Logística, a Presidenta baixou um decreto incluindo na modalidade a opção de outorga. E aí nós fizemos uma reavaliação. Quando isso deu entrada, o Bloco 1, e a previsão, nós estávamos falando de dois anos atrás. Dois anos atrás. Foi em outubro de 2013. Nós praticamente estamos já chegando a dois anos. Então, nós tivemos que rever essas posições e, portanto, nós estamos aí com um novo Bloco 2. Não sei se está aí. Na última segunda-feira, há dois dias, nós publicamos seis PMIs já desse novo Bloco 2, porque a Fase 1 do Bloco 1 nós vamos licitar neste segundo semestre.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – PMI é o quê?

O SR. EDINHO ARAÚJO – PMI é Proposta de Manifestação de Interesse, que é importante, porque aí você mede a temperatura dos interessados. Para se ter uma ideia, lançamos na segunda-feira. Ontem, na terça-feira, eu já recebi interessados e empresários no meu gabinete querendo saber. Hoje, eu tenho outros interessados, das diversas regiões do País, e amanhã também, a minha agenda toda de interessados querendo saber como isso se vai dar; e explicações e orientações da Secretaria.

Então, o PMI mede a temperatura, o interesse do mercado, é isto que eu quero demonstrar aos senhores: que há um aquecimento do setor.

E quero dizer mais. Comparando, eu gostaria de chamar a atenção dos senhores para este detalhe: em termos de movimentação de cargas, Srs. Senadores, nesses cinco primeiros meses, está maior do que 2014. Claro que em grande medida deve-se a grãos, à produção do Centro-Oeste brasileiro.

Bom, eu estava falando do novo Bloco 2. No novo Bloco 2, nós vamos compreender 21 terminais. Olhem onde estão esses 21 terminais: Pernambuco, Suape; Aratu, Bahia; Rio de Janeiro, São Sebastião; São Paulo, Santos; Paranaguá; São Francisco do Sul, Santa Catarina; Manaus; Santana, no Amapá, e Itaqui, no Maranhão. Aí, vejam quantos Estados já estarão contemplados nesse novo Bloco 2. Investimentos da ordem de R\$7,2 bilhões. Possibilidade de licitação por outorga. Esse é o novo dado agora. Esta é a questão. Como nós temos...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Mas já está decidido, Ministro, que vai ser por outorga? Ou é uma opção?

O SR. EDINHO ARAÚJO – Qual?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Já está decidido que todos esses terminais serão licitados por outorga?

O SR. EDINHO ARAÚJO – Sim, esse será por outorga.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Já está decidido?

O SR. EDINHO ARAÚJO – Já está decidido. Por outorga. Já está decidido, por outorga.

Bom, aí nós temos: quais são as cargas?

– Contêineres e carga geral: Manaus, Paranaguá, Santana, Suape, São Sebastião, São Francisco do Sul;

– Granéis minerais: Itaqui, Paranaguá, Aratu, Suape;

– Grãos: Suape, Santos, Rio de Janeiro e Paranaguá;

– Granéis líquidos: Santos;

– Celulose: Paranaguá e Itaqui.

Investimentos da ordem de R\$ 7,2 bilhões.

A SEP publicou agora, como eu disse, anteontem, seis editais de chamamento público para a PMI, que é, como eu disse, o Procedimento de Manifestação de Interesse. Objetivo: obter estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental, para arrendamentos de instalações portuárias.

Agora, eu preciso dizer o quanto é longo o percurso desses processos. Só para dar uma ideia: abriu-se o edital na última segunda-feira, e os interessados têm 30 dias para manifestar interesse – corrija-me aí o Dr. Mário Povia – e depois têm 60 dias; se eles aceitam e vão participar, 60 dias para elaborar; elaborou o trabalho, apresentou na SEP, nós temos aí que fazer uma... Qual é depois? Antes de eu encaminhar para o Tribunal, Dr. Mário Povia, depois para eu encaminhar para o Tribunal. O senhor está me ouvindo, Povia?

O SR. MÁRIO POVIA *(Fora do microfone.)* – Estou ouvindo.

O SR. EDINHO ARAÚJO – Para eu encaminhar para o Tribunal para licitação, eu ainda vou mais uns... Eu tenho outro...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDINHO ARAÚJO – Então, mais aí... Aí nós vamos submeter ao Tribunal.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDINHO ARAÚJO – É. Então, se nós começarmos agora, a possibilidade de uma licitação, isso é só no ano que vem mesmo. Então, nós temos pressa.

Ontem, juntamente com o Ministro Nelson Barbosa, do Planejamento; o Eliseu Padilha, de Aeroportos; e o Antônio Carlos Rodrigues, dos Transportes, ficamos duas horas no Tribunal de Contas, das 6 às 8 horas da noite, apresentando esse programa aos Ministros do Tribunal de Contas, naquela Corte de Contas, para que nós possamos deixar... O grande problema é ofício para lá, ofício para cá.

Na medida em que pudermos nos entender, neste momento tão difícil por que passa a República, da necessidade de investimento, então, é com essa tentativa e essa busca... Eu quero dizer que foi enorme a receptividade dos Srs. Ministros no sentido de buscarmos entendimento, da mesma forma que estão fazendo Antaq e SEP. Estamos fazendo reuniões em conjunto.

E os senhores sabem das dificuldades que estão tendo os advogados. O meu jurídico é todo formado por advogados da AGU, e houve um momento, os senhores sabem, em que todos eles me entregaram os cargos em comissão. Portanto, eu tenho essa situação e acho que todos os ministérios estão vivendo esta realidade, e uma situação que foi colocada dois anos atrás mudou o cenário, tanto que a taxa de retorno – acompanharam – foi de 8% para 10% ontem, não é?

Uma decisão da Presidenta, do Ministério da Fazenda, aumentando de 8% para 10% a taxa de retorno.

Bom, aqui, o objetivo é obter estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental para arrendamentos de instalações portuárias. Estados: são duas áreas no Porto de Santos, duas no Porto de Suape, uma área no Porto do Rio de Janeiro, que é grãos, uma área no Porto de São Francisco do Sul. O investimento dos seis terminais, dessas que nós colocamos o PMI na praça: R\$1,3 bilhão.

Próximo: há pedidos de instalação de Terminais de Uso Privado em 16 Estados – 16 Estados da Federação. Então, 63 novos TUPs poderão ser construídos pela iniciativa privada. Destaco aqui o quanto neste momento – e todos nós sabemos qual é a situação fiscal, financeira, arrecadatória da União, só a iniciativa privada poderá responder. E aí cabe a nós, governabilidade, analisarmos esses projetos, tendo em vista o interesse público, a demanda da região. É claro que, quanto a portos, nós precisamos estar em sintonia com os demais modais, que são os acessos terrestres, os acessos marítimos, que cabem diretamente à minha Secretaria, que são as dragagens, que são recorrentes. Dragagem, se estiver tudo bem, ninguém percebe; mas se o navio não atracar, então, é sério.

Bom, temos aí pedidos de prorrogação: onde estão esses investimentos por Estado? São Paulo...

Quero deixar com o Presidente toda esta apresentação, para que os senhores possam analisar Estado por Estado.

Aí, nós temos todos os Estados com investimentos previstos. São Paulo: R\$11,7 bilhões; Rio de Janeiro, R\$10,7 bilhões; Pará, R\$4 bilhões; Pernambuco, R\$2,3 bilhões; Espírito Santo, R\$1,9 bilhão; Paraná, R\$1,8 bilhão; Maranhão, R\$1,6 bilhão; Bahia, R\$1,5 bilhão; Amazonas, R\$ 983 milhões; Santa Catarina, R\$360 milhões; Rio Grande do Sul, R\$123 milhões; Amapá, R\$48 milhões; Rondônia, R\$43 milhões; Acre, R\$30 milhões; Mato Grosso do Sul, R\$30 milhões; Goiás, R\$ 6,5 milhões.

E aí, como cada Senador tem interesse no seu Estado, eu vou disponibilizar aqui todas essas informações, para que possamos ganhar tempo e ouvir os demais companheiros de Bancada e, mais do que isso, ouvir os questionamentos que os senhores poderão nos apresentar.

Já estou concluindo, Sr. Presidente.

Então, em derradeiras palavras desta primeira participação, eu quero dizer que o setor está aquecido. Nós temos dragagens sendo licitadas no Rio Grande, no Paraná, em Paranaguá, no Rio de Janeiro, em Santos e Espírito Santo. Nós temos grandes obras sendo realizadas, que são necessárias, principalmente em Santos – é recorrente ali o assoreamento. Tendo em vista a falta de corrente marítima, isso tem provocado constantemente o assoreamento, e o assoreamento é uma grande batalha que o homem trava contra a natureza, para que se possam atracar os grandes navios que crescem a cada ano.

Eu quero agradecer, Sr. Presidente, e agradecer a atenção de todos os Srs. Senadores e Senadoras. Coloque-me à disposição para eventuais perguntas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Agradeço ao Deputado Edinho Araújo, Ministro de Estado, Chefe da Secretaria de Portos.

Concedo a palavra ao Dr. Mário Povia, que é Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – Antaq. Ele é especialista em regulação de serviços de transportes aquaviários e tem um rico currículo que nos chegou às mãos.

Neste instante, queria conceder a palavra a V. S^a, Dr. Mário Povia.

O SR. MÁRIO POVIA – Obrigado, Presidente Garibaldi Alves.

Antes de iniciar, tenho uma singela apresentação a fazer.

Bom dia a todos. Quero cumprimentar, na pessoa do Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, S. Ex^a o Senador Garibaldi Filho; também o Senador Wellington Fagundes, autor do requerimento desta audiência; nosso Ministro Edinho Araújo; Dr. Davi Barreto, Secretário do Tribunal de Contas da União, em nome de quem cumprimento todos os Parlamentares aqui presentes. Também cumprimento o meu colega de diretoria, Dr. Adalberto Tokarski, aqui presente; o Guilherme Penin, o Secretário Executivo da Secretaria de Portos.

Eu tenho uma apresentação bastante singela por fazer. Vou me policiar para não repetir a apresentação bastante completa feita pelo Ministro Edinho. Antes, porém, gostaria de salientar alguns aspectos do setor portuário brasileiro, que reputo de relevância para tratarmos aqui neste fórum.

Primeiramente, citar o planejamento logístico integrado que está servindo de base para a consecução de ações do novo marco regulatório, isso, de *per se*, já justifica a opção adotada pelo Governo Federal de, ainda que transitoriamente, centralizar o controle de medidas relativas ao setor portuário nacional.

A exemplo do que ocorreu com a Antaq, em 2001, e com a Secretária de Portos, em 2007, a criação de uma empresa pública voltada à logística brasileira agrega, sobremaneira, valor nas questões envolvendo ferramentas e planejamento, multimodalidade, desenvolvimento das hidrovias, fortalecimento da navegação de cabotagem e, bem assim, dar maior agilidade à obtenção de licenças a empreendimentos. Eu me refiro aqui à Empresa de Planejamento e Logística, EPL, que em muito tem contribuído também nessa nova etapa de uma visão logística integrada, de uma visão holística do setor.

Dizer aos Srs. Parlamentares aqui presentes que os estudos encaminhados ao Tribunal de Contas da União, visando ao arrendamento a que se referiu há pouco o nosso Ministro Edinho, de 29 áreas localizadas nos Portos do Pará e de Santos, integrantes do chamado Bloco 1 do programa de licitações, são estudos de boa qualidade, que se valeram das diversas ferramentas de planejamento elaboradas pelo Governo Federal, dentro de uma visão e cenários de planejamento e logística integrada e que serão a base para as licitações que pretendemos empreender a partir da sua recente aprovação por parte da Corte de Contas Federal.

Ratificar o compromisso incondicional da Antaq em prover o setor aquaviário nacional de segurança jurídica e estabilidade regulatória, questões indissociáveis das boas práticas regulatórias; também o nosso compromisso de propiciar ao setor condições viáveis ao investimento.

A nossa agência tem um diálogo muito bom com todos os atores que constituem o setor portuário, sejam eles empreendedores, sejam eles usuários ou o próprio Poder Público.

O modelo de exploração da atividade portuária, seja do ponto de vista das disposições legais, seja pela opção regulatória adotada, tem-se mostrado atrativo do ponto de vista econômico-financeiro.

O Ministro Edinho acabou de comentar sobre isso.

A viabilidade se mostra presente em qualquer dos regimes jurídicos previstos na legislação brasileira. É dizer: o arrendamento nos portos organizados ou o regime autorizativo para a construção e exploração de terminais de uso privado, esses últimos já apresentando números bastantes pujantes a partir da entrada em vigor do novo marco regulatório, sinérgico àqueles que operam em cadeias verticalizadas, e rentável aos que fazem da logística a sua atividade-fim, é certo que há demanda tendente a viabilizar novas instalações portuárias de norte a sul do nosso País.

Temos absoluta convicção, portanto, de que as licitações que se pretendem realizar, de aéreas e instalações portuárias localizadas dentro dos portos organizados, estarão permeados de grande interesse e sucesso.

A preocupação do Governo Federal para com a atividade de gestão das Companhia Docas Federais é outro tema que vem a reboque do marco regulatório. Por ser mais um ato de gestão do que propriamente uma disposição legal, pode ser que tenha passado despercebido ao público em geral, mas foi um tema muito discutido e que culminou, inclusive, com a alteração dos estatutos das Companhias Docas, com a contratação de uma consultoria para avaliar o seu desempenho e com a implementação de um sistema de remuneração variável de seus dirigentes, mediante o estabelecimento e cumprimento de metas, dentre outras medidas.

É fundamental que estejam à frente das autoridades portuárias gestores competentes e comprometidos com o setor. É impressionante, senhores, a diferença que faz um bom dirigente à frente de uma companhia, mesmo diante dos escassos recursos, dos percalços e dos desafios que se lhe são impostos.

Gostaria de citar também a criação do Conaportos, central e local, colegiado que se vem debruçando na busca de soluções sistêmicas para os problemas que afligem os portos, dado o grande número de autoridades intervenientes que atuam simultaneamente naquela atividade.

Avanços significativos já ocorreram e estão por acontecer em curto prazo. Falo da implementação do Porto 24 horas, da busca de uma maior dinâmica na liberação de cargas destinadas ao comércio exterior ou

dele provenientes, mediante um grande esforço que vem realizado pela Receita Federal, pela Anvisa e pelo Viagro no sentido de reduzir os prazos de liberação das mercadorias e sistematizar as fiscalizações e as vistorias.

Também o Porto sem Papel, que vem sendo desenvolvido pela Secretaria de Portos, e o Portal Único do Comércio Exterior, do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, são ferramentas aliadas no sentido de buscar a desburocratização do setor. No mesmo sentido, busca-se um acompanhamento mais próximo da atividade de praticagem. Para isso, foi criada a Comissão Nacional para Assuntos de Praticagem, a CNAP. O Plano Nacional de Dragagem, em sua segunda versão, o PND 2, vem dotando os principais portos organizados brasileiros de profundidades maiores em seus canais de acesso.

Chamo atenção para as estatísticas do Porto de Santos, por exemplo, que vem batendo sucessivos recordes de movimentação de carga, mas vem apresentando redução do número de atracações.

Esse, senhores, é um dos principais indicadores de eficiência que chamamos de nível de consignação. Em outras palavras, há menos navios carregando mais cargas, o que tende a reduzir o custo dos fretes, e, por via de consequência, o chamado custo Brasil, um dos pilares, aliás, do novo marco regulatório.

Mais recentemente, a Secretaria de Portos da Presidência da República realizou audiências públicas visando a colher contribuições para uma proposta de concessão dos serviços de dragagem nos principais portos nacionais.

Trata-se de mais uma importante iniciativa no sentido de transferir à iniciativa privada a atividade de execução de tais obras, na medida em que a contratação desses serviços vem-se constituindo em verdadeiro entrave para a perene realização da atividade.

Questões burocráticas, que dificultam a atividade do gestor na administração pública, impugnações administrativas e judiciais conduzem a uma maior participação de investimentos privados no setor, inclusive no que se refere a assegurar a provisão de infraestrutura.

De nossa parte, da Antaq, estamos evoluindo a passos largos em nossas novas competências. Alteramos nosso Regimento Interno para dar maior agilidade às atividades da agência; promovemos a revisão de todo o nosso arcabouço normativo, restando apenas duas ou três normas que se encontram em estágio avançado, em fase final de execução.

Estamos preparados para realizar as licitações do Bloco 1 e, em curto prazo, junto com a Secretaria de Portos, analisar os estudos dos demais blocos.

Nosso concurso público já foi homologado e contou com a recente autorização do Ministério do Planejamento para as respectivas nomeações. Já estamos recebendo novos servidores para fazer frente às novas demandas da agência.

Estamos instalando postos avançados nos principais portos brasileiros, visando ao acompanhando perene da situação operacional dos terminais. Medidas objetivas, visando a cobrar eficiência dos terminais portuários, estão sendo tomadas.

Eu gostaria de citar o Plano de Escoamento da Safra desenvolvido no início do ano passado no Porto de Santos, com um sistema de agendamento de veículos eficiente, que praticamente eliminou gargalos de acesso terrestre nos dois últimos anos e que contou com a participação da Secretaria de Portos, do Ministério dos Transportes, da ANTT, da Antaq, da Codesp, do Governo do Estado de São Paulo, da Polícia Rodoviária, das prefeituras dos Municípios de Santos, Guarujá e Cubatão, além dos gestores dos Pátios de Triagem e dos principais terminais de grãos localizados naqueles portos.

Cito também o convênio entre a Antaq e a ANTT, com vistas à obtenção de ganhos de sinergia no tocante à fiscalização de operações ferroviárias realizadas dentro dos portos organizados. Uma sistemática aproximação da agência com usuários do setor vem permitindo uma forte atuação de regulação nas pontas da cadeia logística, ou seja, na beira do cais.

Faço menção aqui a acordo recentemente firmado com o Sistema Fiesp–Ciesp, aos diálogos permanentes com a AEB, Anut, CNI, CNT, Cecafé e a Aexa, com resultados imediatos.

Busca-se, efetivamente, assegurar a prestação do chamado serviço adequado no âmbito do setor aquaviário nacional. Em meu juízo, nosso principal desafio atualmente encontra-se fora dos portos organizados. A relação porto/cidade, os acessos terrestres, uma melhor distribuição na utilização dos modais de transporte, privilegiando ferrovias, hidrovias e a navegação de cabotagem é tema que deve estar na ordem do dia de nossas agendas.

E aqui eu gostaria de sugerir ao Presidente Garibaldi Filho e ao Senador Wellington Fagundes, muito ligado às questões da logística, que promovam também, nesta Comissão, uma audiência específica para tratar do desenvolvimento do modal aquaviário, das hidrovias e da navegação de cabotagem, estas, sim, merecedoras de uma atenção especial e urgente no presente momento.

É necessário evoluir também no sentido de buscarmos uma facilitação de procedimentos, diminuindo burocracias e evitando retrabalhos, sempre tendo em mente a eficiência e a celeridade administrativas.

Eu gostaria de concluir aqui, antes de ir para a minha apresentação, que vai ser bastante rápida, com uma mensagem de otimismo.

Eu quero crer que o biênio 2015/2016 se constituirá na hora e vez dos portos e do setor aquaviário nacional como um todo, na medida em que o último entrave para a continuidade da viabilização de investimentos do novo marco regulatório foi superado com a aprovação, pelo Tribunal de Contas da União, dos estudos tendentes a viabilizar a licitação de arrendamento do chamado Bloco 1.

Vou iniciar a minha apresentação e vou me policiar para não ser repetitivo com o Ministro Edinho, que já apresentou muitos dos dados que estão aqui.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Eu quero fazer um apelo ao Dr. Mário Povia...

O SR. MÁRIO POVIA – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – ... porque nós temos, hoje, o penúltimo dia de funcionamento do Congresso Nacional antes de entrar em recesso. Então, vários Senadores têm outros compromissos em outras comissões. Farei um apelo para que V. Ex^a ...

O SR. MÁRIO POVIA – Em cinco minutos eu concluo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – ... seja sintético.

O SR. MÁRIO POVIA – Farei isto, Presidente, com todo o prazer.

Essa é uma rápida linha do tempo do setor aquaviário brasileiro.

Nos anos 60, a criação das Docas.

Em 1975, a criação da Portobrás.

Em 1990, sua extinção.

Em 1993, a Lei dos Portos, a antiga Lei dos Portos, a Lei nº 8.630. Aí, um marco importante, pois, o Estado deixa de ser operador portuário. As operações já estão, portanto, há 22 anos, com a iniciativa privada. Então, em qualquer dos regimes, seja dentro dos portos organizados, seja no regime autorizativo, quem, efetivamente, atua na operação portuária, no Brasil, hoje, é a iniciativa privada, mesmo dentro dos portos organizados.

Chamo a atenção para a criação, em 2001, da Antaq.

Em 2007, criação da Secretaria de Portos.

Aqui, faço até menção a um pronunciamento, à época, do Presidente Lula, que dizia que, com a criação da SEP, ele resgatava e dava ao setor um resgate de alguns anos em que o Estado havia meio que deixado de lado o setor portuário.

Efetivamente, a criação da SEP deu uma nova dinâmica, uma nova prioridade para o setor portuário brasileiro.

E em 2013, o novo marco regulatório, a Lei nº 12.815, que já vem a reboque da Medida Provisória nº 595 e, depois, do Decreto nº 8.033, que regulamentou a lei.

O Brasil, todos sabem, tem 8.511 quilômetros de litoral. Daí a necessidade de nós trabalharmos e incrementarmos a navegação de cabotagem, repito, ainda subutilizada no nosso País, a exemplo, também, do que ocorre nas vias interiores, nas hidrovias.

Aqui, rapidamente, o gráfico de como vem se mostrando a movimentação portuária brasileira. Isso está em milhões de toneladas. Reparem que, mesmo com o PIB de lado, a movimentação é alavancada, e nós temos, aí, sim, que olhar para um horizonte com um cenário bastante desafiador.

Aqui, dados do Plano Nacional de Logística Portuária, desenvolvido pela Secretaria de Portos. Nós vamos crescer em torno de 150% no período de 2012, na base de 2012, até 2030, o que mostra, efetivamente, que temos que, dado a um esgotamento ou a condições de infraestrutura limitadas, trabalhar muito a questão da eficiência. Para que esse número ocorra, basta ver a previsão de crescimento aí totalmente factível e totalmente dentro da realidade.

Aqui, as ferramentas de planejamento utilizadas. É só para portos. Chamo atenção para o fato de que esse marco regulatório, efetivamente, se constituiu numa integração de planejamento logístico integrado.

As ferramentas de planejamento portuário, enfrentamento de gargalos, provisão de um choque de infraestrutura, otimização da exploração dos portos organizados, a facilidade de implementação de TUPs, um planejamento integrado dos modais de transportes, o aumento da competitividade, um assunto muito caro à Agência reguladora – e a melhoria da qualidade de prestação de serviços com consequente redução de custos. Isso é subjacente ao nosso planejamento.

Aqui, um breve histórico do novo marco regulatório.

As diretrizes do novo marco regulatório. A Antaq vem se debruçando muito em cima destas questões: modernização portuária, modicidade, publicidade de tarifas e preços, modernização e otimização da infra e superestrutura existentes, aumento da oferta de infraestrutura e estímulo à concorrência.

Hoje, a Agência está focada em dar efetividade a essas questões.

Aqui, os regimes jurídicos de exploração, concessão, delegação de portos organizados, autorização de terminais privados e o arrendamento, que é a exploração de áreas dentro dos portos organizados.

Aqui, os portos todos. Nós deixamos de fora o Porto de Rondônia, só para citar aqui, Senador Valdir Raupp, mas são 34, e o Porto de Rondônia está nessa conta, só não está citado aí o Porto de Porto Velho.

Os arrendamentos, as diretrizes do Programa – o Ministro já falou sobre isso, não vou repetir –, os critérios de seleção, de que o Ministro também já tratou.

Vou passar rapidamente, vou passando aqui, Senador Garibaldi Filho, já lhe atendendo.

O Ministro também já falou do arrendamento do Bloco 1 – isso já foi abordado na apresentação dele – e também já falou da nova conformação do Bloco 2, com investimentos associados aí de 7,2 bilhões.

Nós temos aqui outra vertente de investimento, as prorrogações antecipadas dos contratos de arrendamento. Temos aí 23 pedidos em análise, o Ministro já assinou três, com investimentos associados de 11,2 bilhões. Chamo atenção para o fato de que esses investimentos são imediatos e essas empresas já estão explorando a atividade, já tem licenciamento ambiental. Daí a necessidade de darmos celeridade nessas análises.

Terminais portuários privados. Eram 128 antes do novo marco. Os números são bastante pujantes. Essa é apenas a forma da modelagem. Nós já estamos com 35 contratos assinados – o Ministro também já passou esses números todos –, mas vejam que há 63 novas outorgas em análise na SEP e na Antaq. Então, vejam que nós estamos, nesse curto espaço de tempo, de dois anos do novo marco regulatório, praticamente dobrando a nossa série histórica de terminais de uso privado. Senhores, esse número é bastante significativo.

O novo marco nos fez também mexer com todo o arcabouço regulatório da Agência. Aqui estão as resoluções de que estamos tratando. E, como disse aos senhores, a pesquisa de satisfação de usuários é uma necessidade que a Agência tem de estar próxima dos usuários.

Eu já estou concluindo, mas vou pedir mais um minuto só, Senador.

Aqui, notícias que nós trazemos da imprensa. Não são notícias do Governo Federal, da Secretaria de Portos ou da Antaq, mas notícias de imprensa que dão um pouco do retrato do que é o setor portuário hoje. São, todas, notícias do ano de 2015. Não tem nada de 2013, de 2011 ou de 2007:

“Libra a Multiterminais investem um bilhão”. Isso é no Rio de Janeiro.

“Porto de Santos bate recorde de movimentação em maio”, de maio de 2015.

“Porto de Paranaguá bate recorde de exportação de grãos no mês de junho”, de junho de 2015.

“Portos baianos batem recordes em 2014”. É uma notícia de 2015 que se refere a estatísticas de 2014.

“Porto do Rio Grande atinge recorde histórico de movimentação em um mês”, de abril de 2015.

“Porto de São Francisco do Sul bate recorde de movimentação”. Isso também é estatística de 2014.

“Movimentação de cargas em Suape bate recorde”.

O número em Suape é impressionante. No primeiro trimestre, o crescimento é de 32,7%, senhores.

“Porto de Itaquí, recorde de movimentação”.

Aí, também o número é de quase 40% em relação ao mesmo período de 2014.

Porto de Natal – Senador Garibaldi Filho – junto com o terminal salineiro de Areia Branca, o crescimento é de 15%

“Mais um recorde em Capuava”.

Estamos falando aqui de Vitória, no embarque de granito.

“Pecém, novo recorde em toneladas transportadas”.

Pecém cresceu 31% em 2014.

“Porto do Açu terá base *offshore* com quase 600 mil metros quadrados”.

O Porto de Açu é um terminal de uso privado no norte do Estado do Rio de Janeiro. Essa é uma notícia que nos chegou recentemente. Esse terminal do Grupo *Edison Chouest*, que é um grupo americano, será o maior terminal *offshore* não do Brasil ou da América Latina, mas do mundo. Os números são impressionantes: 10.800 embarcações por ano e 1.030m de frente de cais. Para um terminal que vai fazer *offshore*, vai atender pré-sal, é um número bastante pujante.

“Embraport registra recorde operacional”. Também é um TUP em Santos. Recorde alcançado na movimentação de navio.

“APM Terminals em Itajaí bate mais um recorde de produtividade”

São todas notícias de 2015.

“BTP [outro terminal em Santos] registra a maior média de produtividade de suas operações.

Santos Brasil – em Vila do Conde, no Pará –, terminal de contêineres também bateu recorde em uma operação. Em Imbituba, também um terminal bate recorde em operação, Santos Brasil, de novo aqui, em Santos.

Era isso que eu queria dizer, que temos notícias boas... Acho que pulei até uma última lâmina aqui: Ita-poa também com recorde; temos Portonave, em Santa Catarina; Deicmar, em São Sebastião, em São Paulo. São notícias pujantes do setor portuário. Nós não estamos dizendo que está às mil maravilhas. Nós temos que melhorar, nós precisamos trabalhar fortemente para dar celeridade, para dar respostas rápidas para a sociedade, temos que vencer a burocracia, o cenário é desafiador, mas, volto a dizer, temos também o que comemorar, já estamos colhendo alguns frutos de medidas administrativas, de medidas de gestão, das dragagens que foram realizadas.

Era isto que eu tinha para dizer, Senador Garibaldi Filho.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Agradeço ao Dr. Mário Povia e quero registrar aqui a presença do Deputado Adilton Sachetti, do PSB do Mato Grosso, do Secretário Executivo do Ministério, Sr. Guilherme Penin Santos de Lima, Secretário-Executivo da Secretaria de Portos, e, ainda, do Sr. Adalberto Tokarski, Diretor da Antaq.

Agradeço a presença de todos.

Concedo a palavra ao Sr. Davi Barreto, que é engenheiro e mestre em regulação e economia e atende ao nosso convite, de acordo com a solicitação do Senador Wellington Fagundes, e está aqui na qualidade de Secretário responsável pela fiscalização de infraestrutura portuária e ferroviária do Tribunal de Contas da União.

Com a palavra o Sr. Davi Barreto.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Presidente, Senador Garibaldi Filho, bom dia!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Senadora Fátima.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Apenas para solicitar a minha inscrição quando for concedida a palavra aos Senadores e às Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – V. Exª será atendida.

Nós temos que informar que as inscrições foram efetivadas aqui de acordo com a ordem de chegada, mas as mulheres têm prioridade. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Os integrantes da Comissão...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sobretudo as mulheres do Rio Grande do Norte.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – ... são cavalheiros.

Não, do Rio Grande do Sul também.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Também? *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Com a palavra, como eu disse, o Dr. Davi, do Tribunal de Contas da União.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Faltaram as mulheres do Amazonas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Todas as mulheres. Todas elas têm aqui a palavra assegurada em primeiro lugar.

O SR. DAVI FERREIRA GOMES BARRETO – Bom dia, Senador!

Bom dia, senhores!

Eu gostaria de saudar, inicialmente, o Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, Presidente desta Comissão, o autor do requerimento, Senador Wellington Fagundes, na pessoa dos quais eu saúdo todos os Parlamentares aqui presentes, o Ministro Edinho, o Dr. Mário Povia, todos.

Eu também vou ser muito breve. O Ministro Edinho e o Dr. Mário já passaram um panorama do setor e do programa de investimentos em logística na área portuária. Eu vou dedicar cinco minutos, no máximo, para falar um pouquinho de como o TCU atua nesse processo, de qual foi o resultado da primeira análise do primeiro bloco de portos e de quais as perspectivas que temos pra o futuro.

Hoje, o Tribunal está dividido em quatro grandes áreas, uma área específica pra o setor de infraestrutura. Então, hoje nós temos seis secretarias específicas, cada uma cuidando de um setor de infraestrutura: do setor elétrico, do setor de rodovias, de petróleo, de aeroportos, de telecomunicações e um setor de infraestrutura hidroviária e ferroviária que cuida do acompanhamento dos arrendamentos portuários.

O controle que essa secretaria faz desses arrendamentos é o que nós chamamos de controle concomitante. Então, ao longo do processo em que os estudos vão sendo elaborados, e são elaborados, são subsídios de audiência pública, o Tribunal faz uma análise dos estudos para poder corrigir tempestivamente qualquer impropriedade, qualquer erro, de forma a trazer maior segurança ao processo, uma maior segurança jurídica ao processo, permitindo, assim, que esses empreendimentos, que, geralmente, são de longo prazo e envolvem vultosos valores, possam correr da melhor forma possível.

De uma forma geral, o que o Tribunal faz é analisar cada um dos aspectos que compõem esses estudos: os parâmetros econômicos, os estudos de demanda, os estudos de engenharia, investimentos em Capex e Opex, as premissas macroeconômicas que estão por trás disso. E tudo isso caindo no resultado final, que é a tarifa, que é a outorga, que é o resultado final que esse estudo vai trazer e que vai embasar, sim, a licitação.

O processo do primeiro bloco de arrendamentos portuários passou por esse estudo. A unidade técnica produziu um relatório que levou para a Ministra relatora. Foi um trabalho bastante intenso. Posso afirmar que esse talvez tenha sido um dos processos de fiscalização mais complexos de que o Tribunal já participou. Foram muitas reuniões com a equipe da SEP, da Antaq, houve uma interação muito constante para que a gente pudesse levar um relatório final para o Tribunal.

Como o Ministro Edinho muito acertadamente citou, além de complexo, é um processo em que há muitos conflitos, muitos interesses. Então, várias contribuições foram dadas a esse processo. Todo mundo queria contribuir com o processo. Então, foram várias representações, denúncias, memoriais que foram entregues ao Tribunal ao longo dessa análise. Então, realmente, além de complexo, contou com a contribuição de muitos atores da sociedade durante a análise do Tribunal.

Ao final do processo, foram feitas 19 determinações, 19 ressalvas, sendo que 15 delas foram atendidas pela Secretaria de Portos. Essas ressalvas já foram aprovadas por um acórdão de 2014, em que foram feitas todas as correções, e isso acabou gerando reduções significativas, mudanças significativas no fluxo de caixa. Então, os valores de investimentos foram reduzidos, os valores de custos operacionais foram reduzidos, aumentando os arrendamentos... Enfim, as mudanças de que o Tribunal fez trouxeram, de fato, um impacto bastante significativo no fluxo de caixa e nos estudos desses elementos.

E a pendência que ficou um tempo maior em discussão foram quatro ressalvas que foram objeto de um pedido de reexame, de um recurso por parte do Poder Executivo, que levou a uma discussão bastante intensa no Tribunal, pois vários Ministros pediram vista do processo para entender melhor os argumentos de ambos os lados, que, em poucas palavras, se resumia a uma discussão em torno das tarifas, da necessidade de se ter tarifas-teto para esse terminais.

E a conclusão final a que o Tribunal chegou foi de que cabe ao Poder Executivo definir se existe uma tarifa-teto ou não, mas desde que baseado em estudo, desde que baseado em uma motivação clara, em um estudo consistente que possa embasar a sua decisão.

Essa decisão foi de maio de 2015, os 29 terminais do primeiro bloco foram aprovados pelo Tribunal, não há mais nenhuma pendência que o Tribunal...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Quanto tempo levou para aprovar?

O SR. DAVI FERREIRA GOMES BARRETO – Senador, um ano e cinco meses, somando todo o processo.

Hoje, está livre. E a expectativa que a gente tem é de que, para os próximos arrendamentos, a discussão seja muito mais breve, pois as grandes questões já foram discutidas, boa parte dos estudos, as partes sistêmicas do estudo já foram avaliadas, já foram discutidas... Então a nossa expectativa é de que seja um processo muito mais célere e com intensa participação e contribuição, o que a gente sempre tem, da SEP e da Antaq nesse processo.

Estes eram os aspectos que queria trazer para os senhores. Tentei ser bastante breve, Senador, para ficar à disposição dos senhores para qualquer dúvida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Agradeço ao Dr. Davi Ferreira.

Vamos iniciar agora o debate.

Vamos ter blocos de três Senadores, incluindo nos três uma Senadora.

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Obrigada.

Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Pois não.

Com a palavra a Senadora Sandra Braga.

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Eu gostaria de informar que já está pronto o relatório da indicação do Sr. José Ricardo Pataro Botelho de Queiroz para o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil.

Assim que V. Exª achar que é conveniente, ele já está pronto para leitura.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Eu consulto se a senhora poderá fazer essa leitura ao final das primeiras abordagens aqui.

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Sim. Pode ser, Sr. Presidente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – O autor do requerimento que trouxe aqui o Ministro dos Portos, Deputado Edinho, o Dr. Mário, Diretor-Geral da Antaq, e o Dr. Davi Ferreira, do Tribunal de Contas, é o Senador Wellington Fagundes.

Está com ele a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Nosso Presidente Garibaldi Alves, quero trazer aqui a nossa satisfação de ter a presença do Ministro Edinho Araújo, como ele disse aí, com sua experiência de vida, com sua experiência política, pois, como ficou bem claro, começar perdendo é bom porque, às vezes, a gente aprende muito mais. E a vida, sem dúvida nenhuma, é um grande aprendizado sempre. Por isso, quero parabenizá-lo por, em tão pouco tempo, já termos resultados bastante expressivos da atuação da sua pasta.

Quero cumprimentar também o Dr. Mário Povia, em nome da Antaq, e também o Dr. Adalberto Tokarski e toda a diretoria.

E aí, Sr. Presidente, quero aqui também destacar o papel desta Comissão, que tem V. Ex^a como Presidente, de cobrar do Governo a definição das diretores das agências. Hoje, então, depois daquela primeira reunião que tivemos, praticamente todas as agências estão em fase de conclusão das suas diretorias, de complementação das diretorias.

No caso da Antaq, a gente tem a felicidade de ter, a meu ver, e eu gostaria de destacar, uma das diretorias que mais trabalham em consonância, harmoniosamente. Com certeza, isto é extremamente importante para o setor, visto que esse setor, como ficou claro aqui, é o setor mais angustiante para a população, porque a necessidade de evolução é muito grande. O próprio Ministro já falou aqui da própria evolução das cargas, que eu não sei se se dá em função da melhoria dos portos em si ou pela necessidade que o Brasil tem.

Aqui se falou que tivemos que aprovar uma lei de portos e que os avanços advieram mesmo, mas os desafios são muito grandes em estruturação. Está provado que o mercado quer investir, mas a gente precisa exatamente destravar, facilitar, e é aí que vejo o papel aqui do Davi Ferreira, representando o Tribunal de Contas de União.

Nós já tivemos outras reuniões. Ontem, inclusive, aqui, nesta Casa, a Comissão se sentiu insatisfeita com a ausência do Tribunal de Contas numa audiência tão importante, como foi a de ontem, em que se discutiu muito o papel do Governo e o papel do próprio Tribunal de Contas. Estiveram aqui o Ministro do Planejamento e o Advogado-Geral da União, Dr. Adams, mas faltou o Tribunal de Contas. Inclusive, antes de chegar aqui, eu estava vendo muitas críticas da imprensa à ausência do Tribunal de Contas.

Aí, inicialmente, eu queria colocar a nossa angústia, porque entendemos que, em relação a esse processo, como o Ministro colocou, o Brasil precisa ter pressa. Não é possível a gente sentir, a população achar que o Governo parece ficar brigando com o Governo ou que cada um quer ter mais poder que o outro e se sentindo, às vezes, prejudicada ou sentindo que o desenvolvimento do País está sendo prejudicado. Estamos num momento de crise.

Na semana passada mesmo, estive acompanhando a Ministra da Agricultura ao Japão e também à Rússia... A gente fala muito de crise aqui, mas, por incrível que pareça, o mercado mundial está ávido pelos nossos produtos, e a gente vê que há dificuldade para o produto chegar lá, principalmente por causa do custo da nossa logística, da deficiência dessa logística.

Inclusive, o Dr. Mário já falou aqui... Eu já quero até anunciar que, através da Frente Parlamentar de Logística, Transporte e Armazenamento... Eu gostaria, inclusive, de convidar todos os companheiros para participarem... Nós estamos, com uma equipe, organizando, reorganizando a Frente Parlamentar...

Quero destacar a presença, nesta audiência, do Dr. Washington Carvalho de Lima, que foi Diretor Aquaviário do Ministério dos Transportes, do Dr. Ricardo Carvalho de Lima, que foi do Ministério do Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, e também do Edeon Vaz, Diretor-Executivo do Movimento Pró-Logística, que têm nos ajudado muito.

Já fizemos várias reuniões com as agências, principalmente com a Antaq, com o Ministro Edinho, e está previsto para agora, no dia 19 de agosto – quero anunciar isto aqui também – um *workshop* com o tema “Cabotagem – Entraves e Propostas de Solução”, que vai acontecer, às 9 horas, no Auditório Antonio Carlos Magalhães, do Interlegis. O Ministro Edinho é convidado, todos são convidados, inclusive aqueles que nos assistem, todos os setores interessados, as entidades, para que possamos discutir, junto com aqueles que estão lá na ponta, a melhor forma de destravarmos esse setor tão importante.

Nossa assessoria preparou algumas perguntas. Algum aspecto até já foi abordado, mas vou fazer questão de ler as perguntas rapidamente, para que cada um responda de acordo com a própria visão.

Considerando a nova Lei dos Portos, Lei nº 12.815, de que o Ministro já falou e que é de conhecimento de todos, os investimentos nos portos, principalmente do Arco Norte... Inclusive, essa é a grande preocupação, porque toda a nossa logística, hoje, do Centro-Oeste, está voltada para o Porto de Santos e o Porto de Pa-

ranaguá. Então, nós precisamos facilitar a exportação desses produtos, e o caminho é exatamente através do Arco Norte. O senhor já falou sobre isso. Então, por isso, queremos, aqui, destacar a importância de fazer com que esses portos realmente sejam realidade. Inclusive, aí também a ferrovia, por que estamos lutando. Aqui, o tema não é esse. Mas eu gostaria de saber o que pode ser feito entre a Antaq e a SEP para acelerar o processo e reduzir esse déficit.

Faço esta pergunta porque gostaria que ficasse mais clara aqui, Ministro, alguma análise de V. Ex^a em relação a essa demora. Aqui, foi perguntado: quanto tempo? Um ano e meio?

Eu me lembro de que nós fizemos um pedido para que o Tribunal de Contas viesse aqui porque a coisa não saía: vista, vista, vista, vista. Felizmente, parece que agora está destravado. E, como foi falado aqui pelo Davi, parece que agora vocês adquiriram experiência e, então, as coisas poderão ir mais rápido. E é isso que nós esperamos.

Ministro, também sendo estratégico o aprofundamento dos canais de acesso aos portos, para atendimento aos maiores navios, que já trafegam no Hemisfério Sul, sabemos que a SEP vem empreendendo ações para viabilizar a dragagem. Assim, eu gostaria de saber se há uma proposta de modelo e em quanto tempo teremos essas soluções.

Nós já tivemos, inclusive, audiências públicas em São Paulo, mas é mais para esclarecer a população.

Terceira: às vésperas de propor o requerimento para esta audiência pública, estive no Rio de Janeiro na inauguração da primeira etapa das obras de expansão do Porto do Rio de Janeiro, o Porto do Futuro. Lá, a Presidente Dilma expressou a necessidade de ampliar o número de concessões na área portuária e cobrou do Tribunal de Contas da União uma definição em relação ao novo modelo de concessão dos portos para uso privado – é, basicamente, o que eu já estava colocando –, e a imprensa, de forma reiterada, divulga que a Corte de Contas vinha analisando há quase dois anos os estudos apresentados pelo Governo para arrendamento de 29 áreas nos Portos de Santos, Belém e todos os outros. Segundo essa imprensa, a morosidade se deu em decorrência de sucessivos pedidos de vista do processo.

É fato que investimento nos terminais são prioritários e inadiáveis, como o próprio Ministro Edinho já ressaltou aqui.

Dessa forma, tendo em vista o pacote de concessões lançado pelo Governo, em que se anunciou investimento da ordem de R\$37 bilhões para o modal portuário, o que o Tribunal e a Secretaria de Portos e a Antaq têm de concreto como solução para que não ocorram tantas condicionais e, em consequência, não demore tanto a análise desse processo?

Quarta: para que se possa desenvolver o processo licitatório de arrendamento ou de novos terminais, existe a necessidade de que se definam as poligonais dos portos organizados pela nova Lei dos Portos. Quais as medidas que estão sendo tomadas para agilizar esse processo? Quais as medidas que o Ministério está empreendendo para melhorar a gestão das Companhia Docas no que se refere ao melhor uso das áreas privadas de seu patrimônio e da qualificação da mão de obra?

E ainda: a Companhia Docas deve à Portus R\$1,6 bilhão. Quais as providências que a sua pasta pretende adotar em relação a esse assunto?

É isto, Sr. Presidente, mas quero, aqui, de antemão, adiantar que fiquei muito satisfeito porque acho que é uma oportunidade de prestação de contas e, inclusive, de o Brasil saber, que, mesmo na dificuldade, o Brasil está procurando melhorar.

Aqui, podemos fazer críticas, mas o importante é que sentimos que pelo menos parece que estamos redescobrimo uma área tão importante para o País, sem falar aqui das nossas hidrovias e do seu funcionamento, e não estamos falando neste momento da cabotagem, de que já se falou.

Nós, como disse a Ministra Kátia, temos a vantagem de, no Brasil, termos não um Mississippi, mas dois, mas, infelizmente, dois mississippis que praticamente não tínhamos utilizado. Por quê? Exatamente por causa dessa burocracia tão intensa que, às vezes, faz com que pareça que ficamos atravancados, como tem acontecido com a criação de reservas, de parques, parece que definindo exatamente nas áreas em que o Brasil tem maior potencial das suas reservas minerais,

Quero saudar o Presidente e agradecer.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Ministro Edinho Araújo, Sr. Diretor da Antaq e senhor representante do TCU.

Sr. Presidente, acho que nós já estamos tendo um alento só pelo fato de que está saindo mais da área pública e passando para a privada. É uma pena que isso já não tenha acontecido há 30 anos. Acho que a nossa infraestrutura nas áreas portuária, aeroportuária, ferroviária e rodoviária estaria muito melhor.

Primeiro: ao se verificar a lista dos 50 maiores portos em termos de movimentação de contêineres, o Brasil está representado apenas pelo Porto de Santos, numa modesta 38ª posição nesse *ranking*.

É evidente que esse cenário não se coaduna nem com a pujança econômica, nem com as aspirações de desenvolvimento nacional. Minha interrogação, portanto, é o que se pode fazer para aumentar a movimentação de cargas containerizadas em nosso País, uma vez que esse é um elemento fundamental para o desenvolvimento de nossa indústria e para as exportações.

Segundo: como aperfeiçoar o processo de planejamento das obras portuárias de forma a evitar atrasos devido a entraves com os órgãos ambientais, com o Ministério Público e com o TCU?

Eu vejo, Sr. Ministro, todos os lançamentos de programas do Governo... Eu sou da Base do Governo. O meu Partido é da Base do Governo. Temos o Vice-Presidente da República. Temos a obrigação de ajudar o Governo, porque estamos inseridos no Governo. Temos o Presidente do Senado, temos o Presidente da Câmara. Eu sempre falo que um Partido do tamanho do PMDB não pode se dar ao luxo de fazer oposição. Nós temos que ajudar o Governo, porque, na hora em que deixar de apoiar o Governo, a situação ficará muito pior do que está. Mas eu vejo os anúncios de uma dinheirama de bilhões e bilhões e bilhões. A cada anúncio no Palácio do Planalto, de cada área... Veja aqui: R\$198,4 bilhões de investimentos para os portos. Mas a gente não vê a coisa acontecer. Eu sei que V. Exª está dinamizando mais essa área, principalmente agora, passando muito para a iniciativa privada, porque o Governo mesmo não consegue aplicar esse dinheiro, em área nenhuma. É um programa ferroviário que não sai do papel.

Eu visitei, por dez dias, a China, em uma missão do Congresso e do Ministério dos Transportes. Até diretores do BNDES também foram lá para ver os investimentos na China. O Wellington Fagundes estava lá também. Isso faz o quê? Três anos?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Seis anos, eu acho.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Seis anos?

Acho que um pouco menos.

Nós visitamos uma ferrovia que a China estava construindo, de Xangai a Pequim, de trem de alta velocidade, de 1.300km. Ela foi feita em três anos. Ela foi iniciada e inaugurada em três anos. Por que o Brasil, com todo o respeito ao Brasil, que já esteve à frente da China... Hoje, estamos atrás da China, mas já estivemos à frente dela. A China, até pouco tempo atrás, era uma nação subdesenvolvida, e hoje virou uma locomotiva que está crescendo 11% ou 12% ao ano. Por quê? Porque investiram na infraestrutura. Investiram na engenharia. Eu fiz um pronunciamento ontem, no Senado, dizendo que o Brasil não dá a atenção devida às engenharias.

Visitamos na China uma empresa de 200 mil funcionários – só na área de ferrovias – e dois mil engenheiros. Uma única empresa tinha dois mil engenheiros. Olha o valor que a China dá à engenharia.

Até o Tribunal de Contas deve ter centenas de engenheiros contratados, e pagando salários talvez muito melhores do que os que os órgãos de Governo pagam para os seus engenheiros. A Controladoria-Geral da União também tem uma equipe técnica altamente qualificada. Hoje, os órgãos de fiscalização estão mais aparelhados para fiscalizar e para paralisar obra do que os órgãos do Governo. Aí é que está o erro do nosso País.

Para encerrar, recente apresentação sobre o Programa de Investimentos e Logística do Governo Federal mostra que foram solicitadas autorizações para três terminais de uso privado. V. Exª já nos falou um dia que esse seria o modelo que iria destravar a questão dos portos no Brasil, e eu acredito nisso. Só em Porto Velho são três pedidos já de TUPs, de Terminais de Uso Privado. Eu gostaria de saber em que situação se encontram esses três pedidos, para ver se a gente não deixa a burocracia ficar engolindo a nossa vontade de fazer as coisas andarem.

Por último, mais um item: a dragagem da hidrovia do Madeira. Quando estava aquela diretoria do DNIT... Não sei onde está agora, porque muda, de vez em quando está mudando. Está lá ainda, no DNIT?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Está. Aquaviário.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – É? Está lá ainda, no DNIT?

Isso é um problema. Isso é um problema. Tem que definir essas coisas. Ou é Ministério dos Portos, ou é Antaq, mas está lá no DNIT. O DNIT cuida de rodovias. O DNIT não cuida mais de portos. O DNIT não cuida mais de hidrovias. Essa obra foi licitada, e uma empresa portuguesa, para complicar mais, venceu essa licitação e contratou umas dragas de garimpo para fazer a dragagem do Rio Madeira. Olhem só! A dragagem do Rio Madeira de Porto Velho a Itacoatiara e a Manaus! E não deu conta. Isso já foi cancelado. Esse contrato já foi cancelado. Não sei nem se estão licitando ou se já licitaram de novo. Enfim, todo verão as barcas encalham lá e o nosso rio fica com dificuldade de navegabilidade.

Obrigado.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente, eu gostaria de registrar a presença do Dr. José Augusto Valente, que foi Diretor do Ministério dos Transportes e que, inclusive, fez um

grande trabalho no PNV, que também tem nos ajudado nessa consultoria. Eu gostaria de registrar sua presença no nosso plenário.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Ele está onde?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Está aqui, no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Encerrando este primeiro bloco, a Senadora Sandra Braga tem a palavra.

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, Ministro Edinho; Sr. Mário Povia, Sr. Davi Ferreira Gomes Barreto, eu gostaria de parabenizar o nosso Senador Wellington Fagundes, autor do requerimento desta audiência e gostaria também de registrar a presença do Dr. Adalberto Tokarski, Diretor da Antaq.

Eu gostaria de fazer uma pergunta para o Ministro. Primeiro, quero dizer da alegria de ver aqui, no Bloco 2, Manaus incluída como arrendamento para o primeiro semestre de 2016. Eu creio, Sr. Ministro, que isso será realizado na área da Siderama, que é uma área pública pequena. Em função disso, eu pergunto ao Sr. Ministro se há previsão para futuras licitações além dessa prevista para 2016 lá na área da Siderama.

Eu gostaria também de perguntar ao Sr. Ministro... Está aqui comigo um belo projeto que foi feito pelo DNIT sobre a Manaus Moderna, que é um porto na cidade de Manaus. Está pronto, está no DNIT. É um sonho nosso, dos amazonenses. É um porto antigo, mas eu gostaria de saber do senhor se há previsão de licitação, de construção desse projeto, que, repito, para nós, é um sonho.

É só isto.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Ministro Edinho Araújo.

O SR. EDINHO ARAÚJO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srªs Senadoras e Srs. Senadores, inicialmente, cumprimento o Senador Wellington Fagundes pelo brilhante trabalho que fez quando Deputado Federal e que faz agora no Senado na sua luta pela infraestrutura em nosso País.

Com relação às suas perguntas, concordo em grande parte com as colocações de S. Exª. Aqui, não podemos ficar chorando o leite derramado, mas é lamentável o que aconteceu neste País.

Eu me lembro de que, quando assumi a prefeitura, em 1977, no primeiro encontro que tive com secretários do governo do Estado de São Paulo, o Secretário de Transportes anunciou que a Fepasa iria paralisar os seus trabalhos, que ela não teria mais função, não faria mais transporte de passageiro ou de carga. Isso foi em 1977. Quero lembrar que o País, nos anos 40, 50 e 60, era um dos que mais tinham ferrovias. Mas, lamentavelmente, abandonamos as ferrovias do nosso País. Isso foi um crime contra a Pátria, porque, com a extensão que temos, uma extensão continental, o País abandonar as ferrovias e ter abandonado e não ter priorizados as hidrovias e a navegação de cabotagem é realmente um fato que nós precisamos registrar. Mas o que importa é que nós temos que olhar para a frente e tentarmos recuperar esse tempo perdido.

Eu queria dizer, Senador Wellington Fagundes, que foi um grande aprendizado a discussão que o Tribunal de Contas da União e o corpo técnico da SEP travaram. Como foi dito aqui pelo Dr. Davi, é uma matéria nova. Segundo o depoimento dele e dos Ministros do Tribunal de Contas da União, um dos processos mais complexos que já foram submetidos à apreciação do Tribunal de Contas foi exatamente o da busca dessa modelagem do Bloco 1 para as licitações.

Nos depoimentos que ouvimos ontem, na reunião que tivemos juntamente com o Ministro do Planejamento, o Ministro dos Transportes e o Ministro da Aviação, onde estavam presentes o Dr. Davi e o Secretário-Executivo Guilherme Penin, nós ouvimos que foi um aprendizado para todos.

Isso me leva à conclusão de que agora, respondendo à sua pergunta, o tempo será menor, porque há uma consciência e o diálogo que se abre entre os Ministérios que estão diretamente ligados a esse setor da infraestrutura e o Tribunal de Contas, por onde passa para que nós possamos ter a sua participação, e possamos, em seguida, lançar essas licitações. Portanto, essa é a minha convicção.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Ministro, o TCU assumiu compromisso de prazo?

O SR. EDINHO ARAÚJO – Não, Senador Bezerra, não assumiu, mas eu percebi, nas palavras de todos os Ministros presentes àquele encontro de ontem, que há essa convicção de que o aprendizado foi muito grande. A Ministra Ana Arraes foi a Relatora desse Bloco 1, e houve 19 apontamentos, sendo que a SEP e a Antaq acordaram em relação a 15 deles. Portanto, a discussão se travou em torno de quatro desses itens.

Então, eu estou muito tranquilo – posso estar equivocado, mas não creio – de que nós teremos agora uma relação de maior celeridade com relação a esses novos projetos que nós estamos submetendo ao Tribunal

de Contas. Eu acho isso uma grande notícia. Eu acho isso uma grande percepção de que nós vamos realmente destravar e acelerar esses processos.

Com relação à dragagem, Senador Wellington, de forma muito objetiva. Eu sei que o nosso Presidente, zeloso, se preocupa com a Ordem do Dia, que estamos na antevéspera do final do período legislativo... Eu quero dizer que a dragagem...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Mas o Presidente sabe compreender a importância da audiência. Pode ficar tranquilo!

O SR. EDINHO ARAÚJO – Está bem.

Vamos abordar a dragagem.

V. Ex^a esteve presente em uma das audiências públicas em São Paulo, onde estiveram presentes mais de 150 empresários do Brasil, tal o interesse que há. Por que o interesse nesse tema? Nós fizemos licitações... Eu não estava presente na SEP ainda, mas tenho notícias de que a SEP abria licitações para dragagem em Santos e as licitações eram declaradas desertas, em número de três licitações. Quando assumi, pelo convite da Presidenta Dilma Rousseff, com o apoio da Bancada do PMDB e, sobretudo, do Vice-Presidente, Michel Temer, eu me deparei com essa questão. Eu falei: "Nós precisamos discutir isso. Será que não há possibilidade de nós fazermos uma concessão?" Vou dizer as palavras com muito cuidado: concessão dos serviços de dragagem nos canais. Não é concessão do canal. Isso é uma prerrogativa do Estado, da União, da autoridade portuária, que, nessas circunstâncias, cabe a mim. Portanto, nós estamos discutindo essa possibilidade. Fizemos duas audiências públicas. Estamos colhendo informações. Queremos ver se buscamos essa modelagem. Depois, vamos submeter à apreciação da Presidenta, para ver se ela concorda com isso, se podemos bater o martelo e, portanto, fazer a concessão, principalmente dos portos que detêm maior movimentação de cargas e que, portanto, são mais importantes e onde essa questão de dragagem é recorrente.

Enquanto isso, nós estamos colhendo essas informações. Fizemos essas audiências públicas, para ver como seria. Seria um condomínio com as pessoas que utilizam, que têm os seus terminais, que são as mais interessadas na profundidade que se deve manter o canal, os berços? Enfim, nós estamos discutindo essa questão.

Mas, enquanto isso, eu quero dizer que, no ano passado, repito, as licitações foram declaradas desertas, mas que este ano, com sucesso, Rio Grande, com sucesso, Paranaguá, com sucesso, Rio de Janeiro e, com sucesso, Santos. Portanto, é outro panorama. É um outro quadro que nós estamos vivenciando neste momento. Mas, em paralelo, estamos buscando um equacionamento para essa questão, submetendo, portanto, à apreciação da Presidenta.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Ministro, mas é importante esclarecer, como disse o Senador Raupp, que quem tem mais interesse na dragagem eficiente são os portos, é quem opera. Então, quando você deixa esse serviço para outro, com o próprio Poder Público pagando, a gente sabe que o objetivo é demorar *ad aeternum*, nunca se resolver. Por isso, é importante a opinião também desta Comissão no sentido de que a gente tem que dar eficiência, e, claro, quem cuida do seu quadrado, do seu pedaço, é quem está ali com necessidade e com possibilidade de perder ou ganhar, que são os operadores dos portos.

O SR. EDINHO ARAÚJO – E a operação dos portos... É constitucional isto, a normalidade do serviço. É um serviço público, e todo serviço público tem que ter normalidade, tem que ser constante, não pode haver interrupção.

Meu caro Senador Wellington, com relação às poligonais, eu quero dizer que também são um fator de investimento. Na medida em que você altera, faz a revisão de uma poligonal, você ensaja investimentos, você ensaja a procura, a busca de empresários que queiram construir TUPs.

Nesse período em que estou à frente da Secretaria de Portos, assinei a revisão da poligonal lá no Pará, em Vila do Conde. Isso provocou um enorme interesse dos privados para que possam construir terminais. Assinamos também Barra do Riacho, no Espírito Santo. Também na Bahia nós temos outros terminais. E estamos discutindo... Só para os senhores terem uma ideia, há 15 dias eu fui a Paranaguá para discutirmos a nova poligonal de Paranaguá, que foi aberta a consulta em dezembro de 2014. Cinco liminares foram concedidas. Portanto, travou o processo, pois nós passamos a discutir na Justiça. Até índios entraram com pedidos no sentido de travar a consulta.

O que fizemos? Há 15 dias, suspendemos, revogamos a consulta de Paranaguá e eu fui a Paranaguá com Deputados e Senadores do Estado para discutir, fazer uma preparatória de uma nova consulta. Lá estavam presentes 400 pessoas, 400 interessados, tal o nível de interesse na discussão desse tema. É claro que há prós e contras, mas nós estamos avançando.

Então, quero dizer que estamos avançando nas poligonais. Já assinamos e estamos, portanto, também fazendo uma nova consulta.

V. Exª pergunta sobre portos, fundo de pensão, um tema dos mais complexos, mas que nem por isso deixo de enfrentar.

Temos uma normalidade, em uma visão um pouco mediana, não muito prolongada, de não muito horizonte, de trezentos e poucos milhões, que foram votados pelo Congresso Nacional, e o Tesouro liberou, há uns 15 dias, R\$20 milhões, que repassamos ao fundo de pensão, ao Portus.

Eu tive ontem, a propósito, uma discussão com a interventora, Drª Maria Batista, do Rio de Janeiro, em que nós estamos buscando e eu quero muito em breve levar uma proposta ao Governo. Nós estamos ainda nos primeiros passos dessa questão. Mas eu quero dizer que, quando assumi, esse setor estava muito intenso, muito agudo, em uma situação muito preocupante para todos os aposentados. Quero dizer que hoje, no Portus, há 8.500 aposentados e 1.500 na ativa, que não aposentam – a média deles é de 65 anos – porque têm medo de, ao se aposentarem, deixarem de receber.

Temos feito aí uma perspectiva, um estudo. Eu acho que o Governo tem que enfrentar essas questões, porque são oito mil famílias. Isto, multiplicado por cinco, dá 40 mil pessoas criticando e dizendo qual é a sua situação de falta de perspectiva. Essa é uma questão que não está diretamente ligada à modernidade dos portos, com a qual nós temos preocupação, mas é uma questão social, e eu não abro mão de cuidar de todas as questões diretamente afetas a mim.

Então, quero dizer a V. Exª que nós estamos cuidando com muito carinho também dessa questão.

V. Exª aborda também a questão da gestão. Encontrei um estudo da Deloitte, que é uma consultoria. Estamos trabalhando e vamos implantar. Já estamos implantando em Santos e no Rio de Janeiro, e vamos levar isso a todas as docas. Porto público tem que estar de acordo com o momento presente. Porto público organizado tem que ser um porto moderno, à altura deste momento que nós estamos vivendo, para que nós possamos ter essa visão que o Ministro Raupp aqui coloca que tem quando viaja para a China ou quando viaja para outros países e volta perguntando quando é que nós vamos ter portos iguais a esses que estão localizados em países que competem...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – “Ministro Raupp” é profecia, não é? Ou é pensando no ex-Ministro Raupp? *(Risos.)*

O SR. EDINHO ARAÚJO – Como é?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – V. Exª me chamou de “Ministro Raupp”.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – O Ministro está vaticinando! *(Risos.)*

O SR. EDINHO ARAÚJO – Está bem.

Senador Raupp, eu quero dizer o seguinte, fazer apenas um paralelo: comparar Brasil e China... Eu estive na China também. Nós sabemos como as coisas lá se dão e que aqui o processo é eminentemente democrático. Para você passar uma ferrovia, você tem que fazer uma série de procedimentos. E, muitas vezes, em alguns países do mundo, onde não se tem o regime que temos, um regime democrático, você precisa fazer a obra, você faz a obra e, depois, informa ao cidadão que a obra teve que sair porque ela visa ao interesse público em detrimento do privado, do particular. Eu prefiro o nosso regime, que é democrático, mas é preciso aperfeiçoar a democracia. É esse o estágio que nós estamos vivendo. No Brasil, com todos os problemas, nós estamos avançando. Eu prefiro o regime democrático, mas o regime democrático eficiente. Eu acho que essa é a preocupação do senhor e é a preocupação de todos nós.

A Senadora Sandra Braga indaga sobre os investimentos em seu Estado.

Esse estudo que V. Exª apresentou está diretamente ligado ao Ministério dos Transportes, ao DNIT. Mas eu gostaria, se a senhora me permitisse, de ter conhecimento. Não conheço esse estudo, que é a modernização. Só sei da importância que tem Manaus para o setor portuário, para a economia do nosso País. Pretendo, muito em breve, fazer uma visita. Não conheço o porto de Manaus, mas pretendo conhecê-lo muito em breve. V. Exª tem em mim, para discutirmos as questões diretamente ligadas ao seu Estado, para que nós possamos ter, além dos investimentos que já estão programados, outros investimentos. Mas, no momento, há demanda? A iniciativa privada tem interesse? É disso que nós estamos tratando. Esses investimentos todos que nós colocamos decorrem da iniciativa privada. O que o Poder Público tem feito neste momento? As dragagens, os acessos, que são indelegáveis, que pertencem à Secretaria de Portos, principalmente os acessos marítimos.

Então, eu quero dizer a V. Exª que nós estamos abertos a discutir e que sei, melhor do que ninguém, que V. Exª e o Ministro de Minas e Energia, meu amigo Eduardo, é que conhecem, além da Bancada do seu Estado, e que nós queremos discutir e ver o que é que me compete. Aí sempre há uma divisória entre aquilo que pertence ao DNIT, portanto ao Ministério dos Transportes. Foi dito aqui, sobre a questão das hidrovias, que não é competência da SEP, mas do DNIT.

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Sim, Ministro, o senhor será muito bem-vindo a Manaus, ao nosso Estado do Amazonas. Eu vou encaminhar para o senhor esse projeto, para que o senhor tenha conhecimento, e, junto com ele, os estudos da viabilidade desse projeto.

O SR. EDINHO ARAÚJO – Perfeito.

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – É para o seu conhecimento e também para que o senhor possa, junto ao DNIT, nos ajudar, estar presente nesse projeto, porque é muito importante para nós. O senhor vai ver, quando eu mandar o estudo, que nós temos um porto antigo, no centro de Manaus, que é uma bagunça. Não há controle nenhum. Então, eu creio que seu conhecimento, para nós, amazonenses, e seu empenho junto a nós com esse projeto será muito importante.

Eu o encaminharei para o senhor.

Obrigada.

O SR. EDINHO ARAÚJO – Muito obrigado, Senadora.

Quero, agora, responder à pergunta enviada pelo internauta Cícero Crispim Marques Feitosa, que indaga, primeiro, sobre o Plano de 2012, o Plano de Investimentos em Logística, qual era a expectativa daquele Plano, e sobre este novo Plano.

Eu acho que são momentos distintos. Eles se complementam. Não tem nada a ver, não interage com a questão do ajuste. O ajuste fiscal é uma medida necessária que o Governo tem adotado, mas a vocação do Brasil – saiba você, Cícero Crispim – é o crescimento, e esse programa está diretamente ligado à participação do privado, do investidor, tendo em vista também as demandas regionais do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Com a palavra o Dr. Mário Povia.

O SR. MÁRIO POVIA – Dois pontos, rapidamente, Senador Garibaldi.

O Senador Valdir Raupp fala da eficiência de cargas containerizadas. Eu queria dizer que o Brasil não tem problemas. Os nossos principais terminais de contêiner são tão eficientes quanto os terminais dos Estados Unidos, da Europa e da China.

Evidentemente, há atividades realizadas que não podem ser comparadas. O Ministro citou aqui a dificuldade de se comparar China com o Brasil, por exemplo, na questão de licenciamento. Mas também há terminais de transbordo. Há terminais, por exemplo, em Amsterdã e Roterdã, que simplesmente recebem a caixa e transbordam para um outro modal, e isto vai Europa adentro. Isso também ocorre com portos na Espanha e em Portugal. Então, são terminais de transbordo. No Brasil, não. São terminais que, efetivamente realizam operações mais complexas, inclusive com armazenagem mais demorada, com desembaraço.

Então, os nossos terminais são, sim, modernos, estão em padrões internacionais. Nós mostramos alguns números aqui de movimentações por hora. Nós não estamos devendo nada para os principais terminais. O que nós precisamos é prover mais infraestrutura.

A Senadora Sandra colocou aqui o novo terminal da Siderama, em Manaus. É muito importante. Manaus cabota muito. Há uma linha de cabotagem, digamos assim, Manaus-Suape-Santos-Rio Grande. Nós precisamos, sim, efetivamente, ter um segundo terminal de contêineres em Suape e precisamos ter a viabilização desse terminal em Manaus. Isso vai contribuir muito para a navegação de cabotagem. A provisão de novos terminais é fundamental.

Era só isto que eu tinha para comentar. O Ministro Edinho já abordou todas as outras questões.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Dr. Davi Ferreira, do Tribunal de Contas da União.

O SR. DAVI FERREIRA GOMES BARRETO – Obrigado, Senador.

Muito rapidamente, complementando as palavras do Ministro Edinho e do Dr. Mário, eu acho que o Ministro foi muito feliz em falar que, no fundo, foi um grande aprendizado para o Tribunal, para as equipes técnicas, para toda a Casa. Foi um processo extremamente complexo. E a gente tem uma expectativa. Foi um processo extremamente complexo e a gente tem uma expectativa muito grande de que, de fato, possamos ser bem mais ágeis, bem mais rápidos nos próximos processos. Hoje, em setores em que o Tribunal e o Executivo já têm uma maior experiência, como rodovias e aeroportos, esses processos não duram muito mais do que um mês, do que algumas semanas. Essa é a nossa expectativa para o futuro.

Estamos trabalhando muito em conjunto com a SEP e com a Antaq. As equipes técnicas interagem muito. Temos reuniões, às vezes semanais, ou mais de uma vez por semana. Realmente, a nossa expectativa é de que possamos ser mais ágeis e destravar esse processo. Pelo menos na parte da conversa, na parte da discussão, na interação entre os órgãos, eu acho que já houve uma evolução muito grande ao longo desses últimos anos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Lasier.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente, eu só gostaria, terminando este bloco, que o Ministro fosse um pouco mais objetivo em relação à prorrogação dos arrendamentos.

Aqui estão previstos, como está colocado, 33. No caso do arrendamento, o investimento é de imediato. Então, eu gostaria de saber como está, se já há alguma novidade nisso, se cada arrendamento desses ainda depende de uma posição do Tribunal de Contas. Eu queria um pouco mais de clareza nesse aspecto.

E ainda, para o Tribunal de Contas, eu gostaria de registrar, mais uma vez, o pedido para que vocês tenham a consciência do papel que vocês, técnicos, têm para dar celeridade a este País, principalmente em um momento de crise. A gente tem visto, realmente, decisões muito demoradas. Isso aconteceu, por exemplo, no meu Estado. A BR-163 estava toda esburacada, com pessoas morrendo lá, e, de repente, mandaram suspender uma obra. O técnico do Tribunal não ia, não resolvia, e as pessoas morrendo... Então, eu acho que o Tribunal tem que ter a consciência desse papel, que é angustiante para toda a população. Mas eu já vejo com bons olhos.

O SR. EDINHO ARAÚJO – Objetivamente, Senador, com relação às prorrogações, já realizamos três e existem outras tramitando tanto na Antaq quanto na SEP, e o nosso objetivo é dar a maior celeridade possível. Mas são processos, muitas vezes, complexos, que vêm com informações, mas precisam de informações complementares. Mas não é questão apenas de governabilidade. Portanto, estou interessado e comungo com o seu sentimento de que prorrogações antecipadas antecipam também o progresso, antecipam a modernidade e a competição. É disto que o Brasil precisa: ter portos modernos, com custo Brasil reduzido e em condições de competir com esse mundo que está cada vez mais global.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Senador Lasier.

Em seguida, Senador Elmano, Senador Dalirio e, depois, Senadora Vanessa.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Muito obrigado, Senador Garibaldi.

Em primeiro lugar, quero saudar a vinda do Ministro Edinho, muito oportuna, do Dr. Mário, da Antaq, e do Dr. Davi, do Tribunal de Contas, em uma boa iniciativa do Senador Wellington. Quero saudar também o Ministro Edinho pelo otimismo com que nos fala, porque sempre é agradável ouvirmos gestores públicos otimistas. Eles nos transmitem mais esperanças, embora sempre sobre uma pequena desconfiança ante o momento de crise que estamos vivendo e se considerarmos também que, em 2012, o Programa de Investimentos em Logística já previa uma vultosa soma para portos, mas que pouco ou nada aconteceu.

A primeira pergunta que quero lhe fazer, Ministro Edinho, é sobre a segurança dessa grande verba que está destinada à infraestrutura e os R\$37 bilhões para o setor de portos, se nós podemos certeza de que isso vai acontecer. Nós temos recebido aqui vários Ministros, e quase sempre ouvimos aqui aquele risco de contenção, de contingenciamento, etc. Nós dependemos, para o desenvolvimento deste País, decisivamente, de infraestrutura e logística. Então, a primeira pergunta é se realmente vamos ter esse investimento e se é para já.

A segunda questão é com relação ao meu Estado, o Rio Grande do Sul. Aliás, fiquei com uma pontinha de inveja, embora seja uma inveja positiva, porque o que interessa mesmo é o desenvolvimento do País como um todo. Mas quando vi bilhões e bilhões – R\$10 bilhões para São Paulo, R\$6 bilhões para o Rio de Janeiro, Paraná, Pernambuco, Espírito Santo, Pará –, constatei a modéstia da verba reservada para o Rio Grande do Sul, que é de R\$123 milhões. Quase nada. Mas estejamos conformados, desde que venha esse investimento para o Rio Grande do Sul, onde – V. Exª sabe – temos um dos cinco maiores portos do Brasil, que é o Porto do Rio Grande, que bateu recordes de cargas no ano passado, como se viu.

A primeira pergunta, antes de chegar ao Porto do Rio Grande, é sobre um anseio, quase um sonho de muitos anos, que é o tráfego hídrico pela Lagoa dos Patos. Nós temos muitos rios no Rio Grande do Sul, mas temos uma possibilidade extraordinária de fazer tanto o transporte de cargas como o transporte de passageiros de Porto Alegre até Rio Grande, passando por Pelotas, pela Lagoa dos Patos. É um percurso mais ou menos de 300km. Basta haver a dragagem e a sinalização, o que não é grande coisa, porque, pelo que eu vi aqui, a destinação é de R\$60 milhões, o que significa quase nada diante das outras somas reservadas a outros portos. No dia em que nós tivermos, Senador Garibaldi, esse transporte de cargas de Porto Alegre até Rio Grande, nós vamos economizar extraordinariamente nos custos. Hoje, de Porto Alegre a Rio Grande, nós temos cinco postos de pedágio, e taxas altíssimas. Os caminhoneiros e os transportadores de cargas têm queixas permanentes do que é o gasto com pedágio de Porto Alegre até Rio Grande. Então, se tivermos esse transporte de carga, a exemplo, por exemplo, do que tem a Alemanha, onde predomina esse transporte hídrico, nós estaremos resolvendo muito esse chamado custo Brasil.

Se V. Exª não vai responder, porque não é muito da sua área a questão da dragagem ou do transporte, mas sim da alçada do Dr. Mário, que o Dr. Mário complete esse meu questionamento. Mas a pergunta é, em primeiro lugar, feita a V. Exª, com relação a essa possibilidade de resolvermos o mais rápido possível, porque atualmente já experimentamos algum transporte fluvial, como Porto Alegre-Guaíba, e vem dando certo, empolgando a população, porque é uma travessia rápida e barata. Se nós pudermos chegar até Rio Grande com esse transporte via Lagoa dos Patos, vai ser um acontecimento extraordinário.

Depois, quero saber sobre o nosso Porto do Rio Grande, que hoje tem o polo naval. Bateu recordes de cargas e V. Ex^a sabe que o Rio Grande do Sul é dos cinco Estados maiores exportadores do País. Já fomos o segundo durante muito tempo. Nós temos soja, celulose, automóveis, ônibus, carnes. Enfim, a gama de produtos que sai pelo Porto do Rio Grande é muito grande, bem como as importações. Mas nós precisamos melhorar a dragagem no Porto do Rio Grande, que tem um calado muito baixo. Estamos também precisando de uma modernização desse Porto do Rio Grande. Então, na modéstia da verba destinada para lá, queremos levar daqui e transmitir depois pela imprensa o que vamos ouvir de V. Ex^a sobre o que vai receber o nosso Rio Grande do Sul nessa questão da infraestrutura hidroviária.

É a questão.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Dalirio Beber, de Santa Catarina.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB – SC) – Presidente Garibaldi, Ministro Edinho, Mário e Davi, eu não sou membro desta Comissão, mas me faço presente em função do problema do Porto de Itajaí. Santa Catarina é um Estado eminentemente exportador. Tem contribuído para o equilíbrio da balança comercial do Brasil. Com o surgimento de vários terminais de uso privado ao longo das margens do Rio Itajaí-Açu, o nosso porto público de Itajaí vem sofrendo algumas dificuldades na sua competitividade.

Eu vejo a preocupação na manifestação do Ministro Edinho, que é exatamente oferecer aos nossos portos essa condição de serem competitivos. No entanto, em função de burocracias do próprio setor público, há enormes dificuldades para se garantir ao porto público de Itajaí a sua sobrevivência. Eu diria que o Porto de Itajaí, hoje, é um porto que está doente, e se não tivermos uma atenção rápida, ele entra em fase terminal e com certeza trará um grande prejuízo para o Município de Itajaí e para o Estado de Santa Catarina. Amanhã, nós teremos uma audiência com o Ministro Adams, exatamente para gestionar junto a ele alguma solução de caráter jurídico para permitir que as dificuldades do porto possam ser superadas. No entanto, com o estabelecimento de um porto muito moderno logo à sua frente, na outra margem do rio, as dificuldades de competição do porto público estão se agravando.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Eu vou fazer aqui um grande esforço para seguir meus colegas Parlamentares, que estão sendo bem econômicos nas colocações.

A Senadora Sandra Braga traz aqui, Ministro Edinho – cumprimento V. Ex^a e os demais representantes da Antaq e da Secretaria que aqui estão –, a questão do Porto Manaus Moderna. Na realidade, eu fui questionada pelo Senador Elmano: “Mas qual é o problema do porto?”. Eu falei: o problema é que aquilo não é um porto. Esse é o grande problema. Enfim, é um porto regional, de passageiros, de carga e descarga de mercadorias regionais.

A cidade de Manaus, que tem dois grandes meios de transporte, o aéreo e o hidroviário, é uma cidade que tem, apesar de toda a potencialidade, uma carência muito grande em terminal portuário. Isso é fato. Nós temos o porto público, que é privado, concedido. Esse é o grande problema, porque está *sub judice* há mais de 15 anos. Eu não entendo o porquê de tanto tempo. Há mais de 15 anos! O ente envolvido do Governo Federal é o Ministério dos Transportes. Em um primeiro momento, o Governo do Estado era provocado, e também a ação era contra o Governo do Estado. Com a posse do Governador Eduardo Braga, o Estado passou a compor a ação como litisconsorte, porque concordou com aquela ação. Aquela concessão devia ser desfeita, mas até hoje o problema não se resolveu na Justiça. O resultado disso? O patrimônio público depredado, completamente, um patrimônio histórico maravilhoso. Não se resolve. Está lá uma empresa privada. O porto nem é de cargas e recebe navios transatlânticos que vêm com passageiros do mundo inteiro. Então, é um problema não resolvido. Temos dois terminais privados grandes. Esses fazem quase a totalidade da movimentação da carga do distrito industrial, que é uma grande movimentação, de grande volume, que eu acho que é o Chibatão e o Super Terminais. E há um outro porto previsto, que está no âmbito da Secretaria, que é o do Siderama. Acho que faz parte do Bloco 2 nesse projeto sobre o qual já se falou aqui, de quase R\$40 bilhões. O nosso porto, o próximo grande porto de movimentação de cargas por contêineres está a cargo da Secretaria de V. Ex^a, Ministro Edinho.

Entretanto, o que eu quero lhe questionar é uma coisa só. Em relação ao Porto Manaus Moderna, eu acho que é um outro exemplo da falta de foco do Poder Público. Está aqui: a última notícia que a gente tem é que impasses podem inviabilizar a construção do Porto Manaus Moderna. Impasse? O Ministério dos Transportes fez a licitação, em 2010, para a elaboração do projeto básico. Foi um consórcio cujas empresas – acho que é Laghi e Concremat – venceram a licitação. O projeto básico, que é esse que a Senadora Sandra tem, custou R\$5,4 milhões, mas até agora não pode sair do papel porque a Prefeitura tem um monte de reparos a fazer nesse projeto – a Prefeitura de Manaus, que, aliás, deveria estar sentada ao lado do DNIT, ao lado do consórcio

vencedor, para fazer o projeto, e não esperar o projeto ficar pronto, não sei quanto tempo, anos e anos, para depois fazer as reclamações.

Isso é um absurdo. Isso é uma incompetência da Administração Pública. Repito: a Prefeitura, o Implurb e todos os órgãos da Prefeitura deveriam estar sentados; licitação feita, sentem ao lado da empresa e vamos ver qual o projeto que atende a todos os segmentos. Mas, não, isso é um problema do Governo Federal. E agora os 264 milhões que estão no orçamento deste ano podem ficar inviabilizados. Podem ficar inviabilizados. Aliás, todo o projeto de mobilidade urbana na cidade de Manaus, que foi sede na Copa do Mundo, foi inviabilizado, Presidente Garibaldi. Foram devolvidos aos cofres da União os recursos disponibilizados, da ordem de quase R\$1 bilhão. Por quê? Por que não se acertaram em relação ao projeto nem Prefeitura nem Governo. Então, esse é um grande problema.

Não fique com ciúmes, Senador, não fique com ciúmes dos outros campos, porque não basta ter o dinheiro. Temos muito dinheiro, mas lá tem muito problema e o dinheiro não é usado, é devolvido. Quem sabe o Rio Grande do Sul, com um pouquinho mais de competência, não pega esse dinheiro?

Isso é grave. Não estou aqui fazendo crítica individualmente a ninguém. Mas é um absurdo a Prefeitura, mais uma vez, não ter sentado com o DNIT, com o Governo Federal, para dizer: "Olha, a gente quer assim, assim e assim." O consórcio teria feito. Eu não tenho dúvida nenhuma quanto a isso.

Mas o que lhe pergunto, Ministro Edinho, essas são constatações e até um desabafo, o que quero lhe perguntar é o que não entendo. Temos, no Brasil, uma secretaria de portos. Por que todos os portos não estão sob a égide da secretaria? Por que alguns portos, não são todos também, de águas interiores estão sob o controle, a coordenação do Ministério dos Transportes e outros, a grande maioria, a grande maioria com a Secretaria de Portos? O nosso era isso, os nossos estão com o Ministério dos Transportes. Por que, Ministro? E por que não se muda essa realidade?

Acho que falta também um pouco disto: pulso. V. Ex^a é Ministro. V. Ex^a tem que chegar à Presidente da República e dizer: "Por que esse e aquele porto estão conosco e esse aqui não está?"

Porque, é óbvio, o DNIT e o Ministério dos Transportes cuidam de muita coisa. A Secretaria de Portos foi criada para cuidar de portos. Então, os senhores são especializados nisso. E por que esse Porto Manaus Moderna está com o Ministério dos Transportes? Por que o porto organizado de Manaus? Acho que são uma ou duas as exceções que ficaram, Ministro Garibaldi, e até hoje não entendi direito qual é a lógica disso, porque lógica não tem nenhuma, tem a antilógica.

Então, Ministro Edinho, queria só que o senhor me falasse sobre isso e quais são as ações da vossa secretaria no sentido de pegar para si uma responsabilidade que é da Secretaria e não do Ministério dos Transportes. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Ministro Edinho.

O SR. EDINHO ARAÚJO – Primeiramente, respondo ao Senador Dalirio, que é de Santa Catarina – mas, antes dele, temos aqui a questão do Rio Grande do Sul –, que aborda, com muita precisão, com extremo conhecimento, as questões do seu Estado, mas também com a consciência e com a responsabilidade que tem como Senador da República sobre as questões nacionais.

O polo naval do Porto de Rio Grande é um dos mais importantes do nosso País e tem merecido da minha parte toda a atenção. Recentemente, recebi os investidores para encontrarmos, em relação às questões que estão sendo debatidas, as soluções para essas questões. E poderia particularmente, depois, detalhar pontualmente.

Com relação à Lagoa dos Patos, essa é uma questão que está diretamente ligada ao DNIT, porque essa é uma questão – e a Senadora Vanessa Grazziotin já havia me colocado isso, lembro-me de que, nos nossos encontros, ela me fez essa indagação que faz agora publicamente, então, o que quis dizer...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Foi um pedido, Ministro, muito mais do que uma indagação.

O SR. EDINHO ARAÚJO – Exatamente. Agora, deixe-me dizer algo à senhora, Senadora, e ao Senador Lasier – desculpe-me, o nome é difícil. A Medida Provisória nº 595 fazia essas alterações da questão hidroviária, da questão dos portos internos. Mas, quando foi votada a Lei nº 12.815, isso não constou.

Vou dar um exemplo concreto sobre uma ação que tive tão logo assumi quanto ao Porto de Laguna, porto pesqueiro lá em Santa Catarina. Eu me reuni com minha assessoria, com meus secretários, e disse o seguinte: não tenho que cuidar disso, com todo o respeito. Temos o Ministério da Pesca. Vamos iniciar essa tratativa e vamos passar esse Porto de Laguna, que é de pesca, para o Ministério da Pesca. E consolidei isso em três meses. Agora, essa questão...

Sei o quanto representa a hidrovia para o Estado do Amazonas. São nove milhões de pessoas que utilizam essa modalidade de transporte. Portanto, sei disso e quantas centenas de portos, como temos rodovias

no Sul, Sudeste e Centro-Oeste, temos lá pequenos portos, são utilizados para o transporte dos passageiros. E isso tudo também está diretamente ligado ao DNIT.

Fico numa situação difícil, Senadora, porque é uma questão de entrar em uma área que é de um outro Ministério. Acho que V. Exª e esta Casa têm todas as prerrogativas. Tenho colocado esse assunto, mas não depende de mim. Quero dizer com todas as letras: esse assunto, a solução dele não depende de mim, porque pode parecer que eu esteja querendo buscar mais espaço no Governo. Mas concordo com as colocações de V. Exª, que para todo organograma tem que ter uma lógica, tem que ter uma definição. Essa é uma questão para a qual não tenho uma resposta que seja da conveniência de V. Exª.

E acho que tem razão o Senador com relação aos investimentos no Porto do Rio Grande. Ocorre que temos também a cabotagem. Cabotagem não é uma questão ligada à Secretaria de Portos. Cabotagem também é do Ministério dos Transportes, especialmente do DNIT. Mas, o que tenho com relação à cabotagem? Encontrei um estudo com investimento, com parceria com o Banco Mundial. Esse estudo está ficando pronto este mês, sobre cabotagem. Acho que é um assunto importantíssimo para o País procurarmos transportar na nossa costa, que é de 8.500 quilômetros. A navegação interna e a navegação de cabotagem atendendo ao próprio País, isso é um assunto em que temos que avançar. Tão logo eu tenha esse estudo pronto, que será no final deste mês ou em agosto, vou discutir com o DNIT e com o Ministério do Planejamento as possibilidades que teremos para avançar nesse setor.

Mas, repito, como a navegação da Lagoa dos Patos, que é uma lagoa importantíssima, que pode trazer enormes soluções, competitividade, uma modalidade mais segura dos transportes, tirar caminhões das nossas rodovias... Cabotagem e hidrovia, navegação nos nossos rios significa mais segurança, menor custo. E é disso que precisamos.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Ministro, permita-me, só para arrematar: então, qual é o destino desses 123 milhões para o Rio Grande do Sul? Serão aplicados onde?

O SR. EDINHO ARAÚJO – Primeiramente, quero dizer a V. Exª que todo esse investimento é privado, ele não é público. Quando fazemos essa projeção, onde está o recurso público? O recurso público está nos serviços de dragagem, nos acessos marítimos, como temos lá no Rio Grande do Sul, no Porto do Rio Grande, investimentos, se não me engano, da ordem de 300 milhões – por favor, minha assessoria me corrija, me dê o número exato –, quase 400 milhões de reais. Esse é recurso público, é recurso da União e da Secretaria. Posso dizer a V. Exª que é um terço do recurso da Secretaria de Portos. Portanto, esses investimentos a que V. Exª faz referência, da ordem de 123 milhões, são investimentos privados, na construção de onze TUPs.

Portanto, quando se fala em R\$37 bilhões, isso não é recurso público. É a projeção, é a possibilidade do investimento privado, tendo em vista os estudos que foram realizados, tanto nas licitações dentro do porto público organizado, quanto nas prorrogações antecipadas e também nos terminais de uso privado, que agora poderão transportar não só a própria carga, mas a carga de terceiros.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Dr. Mário Povia.

O SR. MÁRIO POVIA – Então, agora, só para confirmar ao Senador Lasier, quanto a esses 123 milhões, provavelmente, como o Ministro falou, há alguns arrendamentos no Porto do Rio Grande que vão ser licitados, então, há investimentos associados, além de terminais de uso privado. Acho que em Rio Grande ainda não tem nenhum pedido de prorrogação antecipada. Provavelmente haverá a parte do terminal de contêiner ou alguma coisa nesse sentido.

Há muito problema de contratos de arrendamentos, de regularização de ocupação de áreas no Porto do Rio Grande. Temos tratado disso, já tratamos no passado com o Governo do Estado, a Seinfra, e temos tratado com o novo Superintendente do Porto, Janir, mas há problemas, Senador. Temos que regularizar isso, inclusive envolvendo o polo naval. Há que se regularizar a ocupação nessas áreas. É um problema importante. E o Ministro já esclareceu: os 37 bi realmente são investimentos privados.

Para o Senador Dalirio: a questão da competitividade do Porto de Itajaí é um problema. A agência vem tratando dessas questões. Inclusive, em alguns terminais, estão fazendo uso do alandegamento sem movimentar pelo aquaviário, e a gente já está cuidando disso.

A Senadora Vanessa não está mais presente, mas quero dizer que a questão do arrendamento da Siderama é estratégica para o Governo. Volto a dizer que Manaus cabota muito, a linha Manaus, Suape, Santos, Rio Grande – Rio Grande também cabota muito. Então, é estratégico que tenhamos o terminal de Siderama em funcionamento, até para fazer concorrência com os dois TUPs que lá estão, que concentram muito mercado. E também o segundo terminal em Suape vai, sem dúvida nenhuma, estimular muito a questão da cabotagem no Brasil.

É uma pena a Senadora Vanessa não estar aqui, mas, queria dizer, e falo com absoluta tranquilidade – já falei com o Ministro Edinho sobre essa questão –, que, quando a Antaq foi chamada para opinar no marco regulatório, uma das primeiras questões que levamos para a Casa Civil foi esta: por que a hidrovia não está com

a SEP? O Guilherme Penin está aqui, ele estava na Casa Civil na época. Essa foi uma questão que nós levamos. É fundamental uma sinergia. Ainda na época eu era superintendente na Antaq e dei o exemplo: para fazer uma outorga de uma ETC eu preciso conversar com meu colega na Superintendência de Navegação Interior, tenho que subir de andar. Como um Ministério vai conversar com outro? Há uma perda muito grande de sinergia aí.

E gostaria, sim, de dizer que a gente sabe, não é uma crítica ao Ministério dos Transportes, não é uma crítica ao DNIT, que eles têm muitas atividades por lá no modal terrestre, seja rodoviário, seja ferroviário. Há muita demanda. Então, acaba que o setor aquaviário fica prejudicado nas demandas. Assim, com todo o respeito a esses órgãos que têm desafios, missões, não é uma crítica, seria muito importante, sim, que isso viesse para a Secretaria de Portos, juntamente com a missão, infraestrutura, servidores, etc. Mas, seria importante que os portos fluviais e as hidrovias ficassem também com a Secretaria de Portos, até para unificar uma política pública.

A Antaq tem esta atribuição: nós fiscalizamos a questão hidroviária, fiscalizamos a questão dos terminais fluviais, mas fica essa questão de não estar dentro de um mesmo Ministério. Há prejuízos sim, a ponto de o Ministro estar aqui e não saber falar para a senhora como está a Manaus Moderna. Por quê? Porque isso está realmente em outro Ministério e poderia estar centralizado num único órgão, volto a dizer, com sinergia. Faz-se dragagem no Madeira – o Senador Raupp falou da dragagem no Madeira –, mas não está com a Secretaria de Portos. Poderia sim usar de uma *expertise* maior para se obter isso. Infelizmente é o que temos. Mas, acho que talvez possa se pensar numa alteração legislativa para levar essa competência para a Secretaria de Portos. Vejo isso, particularmente, com muito bons olhos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Elmano, do Piauí.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB – PI) – Sempre o último.

Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Lembrei-me do Senador Mão Santa agora.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB – PI) – Mão Santa era uma figura.

Sr. Presidente, queria cumprimentá-lo. Cumprimento o Sr. Mário, o nosso Ministro Edinho e o Davi na pessoa de V. Ex^a e cumprimento as Sr^{as} e os Srs. Senadores.

Vou falar aqui um pouquinho e, inclusive, fazer questões sobre duas obras importantes no Piauí: Luís Correia, que é um porto que parece uma lenda, e a Hidrovia do Parnaíba.

Antes porém, meu Ministro Edinho, V. Ex^a me levou a fazer um questionamento aqui, quando V. Ex^a, Ministro dos Portos, disse que determinados assuntos estão relacionados a outras instituições, a outros órgãos, a outros Ministérios, como disse aqui, ao Ministério dos Transportes, DNIT, Pesca, o que se traduz, meu Presidente, a grandeza desse Estado, o Estado brasileiro, com quase quarenta ministérios que não se entendem de forma administrativa, conforme ouvimos aqui na palavra do Ministro e do nosso Mário, da Antaq, nos leva a questionar, sobre o Estado, a estrutura do Estado brasileiro. E cada vez robustece em mim, meu Presidente, a necessidade de reinventar esse Estado, esse Estado que está sendo questionado pelo seu povo, em todas as áreas: a saúde, principalmente, a segurança, a infraestrutura, por onde passaram aqui, nessa condição, meu Presidente, quase todos os órgãos ligados à infraestrutura portuária, aeroportuária, de rodovias, de ferrovias, aquaviárias, enfim, todas as áreas. E os problemas se perpetuam. Dada essa falta de articulação, tanto o Ministro, como o Dr. Mário foram claros em mostrar isso aqui...

Sou servidor público. Nunca me desfiz da minha vestimenta de servidor, e de um servidor que serviu, ao longo de 50 anos, sem se servir da coisa pública. Com minha experiência, eu vejo, Sr. Presidente, que esse Estado brasileiro tem que ser reinventado. Queremos, hoje e amanhã, votar uma reforma política ao tempo em que votarmos uma reestruturação do Pacto Federativo, enfim, uma série de coisas que não nos interessa aqui tratar.

Mas, feitas essas rápidas considerações, o desabafo de um servidor público que hoje é Senador, mas amanhã, quando tiver 80 anos e terminar esse mandato quer saber qual vai ser o meu projeto, o meu desafio, queria que o nosso Ministro dos Portos nos esclarecesse um pouco sobre o Porto de Luís Correia, que foi tirado das cinzas quando Reis Velloso, piauiense da mesma região, foi Ministro do Planejamento.

Quando se fazia planejamento de longo prazo através dos planos decenais de desenvolvimento que não temos mais... Não temos planos de longo prazo neste País, não temos estratégia de longo prazo. Queria saber isto do Ministro: está havendo aqui também, me permita, o balanço do PAC 2 e havia algo para o Porto de Luís Correia e, *mutatis mutandis*, para a navegabilidade – não sei se o nosso Mário saiu – do Rio Parnaíba. Eu era Secretário do Planejamento há vinte anos, quando fizemos com a JICA, Agência de Cooperação Internacional do Japão, um programa de cooperação que resultou na viabilidade de navegação do Rio Parnaíba – mas, isso também faz parte da história, não se fala mais nisso – e também do Porto de Luís Correia, porque era uma integração de uma ferrovia. E criminosamente, no desmonte de 1990, não só nesse trecho do Piauí como em vá-

rios trechos do País, mudaram a matriz de transporte de ferrovias, de cabotagem, de hidrovias, etc., para quê? Indústria automobilística. Então, queria saber do nosso Ministro o que existe de fato com relação ao Porto de Luís Correia e também, se nosso Mário pudesse me acrescentar, algo com relação à navegabilidade do Rio Parnaíba. Ou seja, constam dos programas plurianuais, nos PACs 2 e 3, e nos Planos Plurianuais de Investimento.

Eram essas as perguntas que queria fazer ao meu nobre e estimado Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Obrigado. Estava em outra Comissão e cheguei há pouco, mas a tempo de cumprimentar o companheiro e amigo Edinho Araújo, Ministro dos Portos, também o Mário, Diretor da Antaq, o Davi, V. Exª e os Senadores, como o Senador Elmano, que há pouco falou para nós.

Apenas quero aqui fazer algumas muito breves considerações. Não vi aqui, nessa discussão que trata da questão de portos e evidentemente de hidrovias, a ANA (Agência Nacional de Águas). Tenho sentido a ausência muito grande da agência quando a gente trata desses assuntos, porque, para mim, a Agência de Águas tem um papel extremamente relevante no País. Primeiro, porque não pode ter hidrovia. A melhor forma de se saber se um rio é sadio ou não é se ele é navegável. Se ele não é navegável, já é um rio que tem muitas possibilidades de estar doente, com data marcada para morrer, como é o caso do Maranhão, meu Estado, que tem uma quantidade imensa de rios. O Maranhão tem 60% das águas interiores do Nordeste, Ministro Edinho, tem 13 bacias hidrográficas, mais de 5.000 quilômetros de rios perenes, muitos deles sem condição nenhuma de navegabilidade. E tem rios que são nacionais, como o Rio Parnaíba, sobre o qual falou há pouco o Senador Elmano. Esse também tem dificuldade. E a gente pergunta cadê a ANA? O que a ANA está fazendo?

Então, sinceramente, não quero, ao longo do ano ou do mandato, sair com a sensação de que a gente tem, pelo menos, que trocar o nome de ANA para Amélia, porque a ANA tem que ter realmente uma função para a qual ela foi criada. A gente discute muito no Brasil o problema da crise hídrica aqui no Sul e lá no Norte, a seca, mas, quando a gente for começar a discutir a captação, porque a gente fala que não há distribuição de água, deve questionar: e a vida desses rios?

Faço, então, esse registro sobre a questão da ANA.

Não vou falar sobre o Porto de Itaqui, porque todos conhecem o potencial do Porto do Itaqui e sua importância estratégica para o Brasil e para o mundo. Já fui a uma missão da Antaq em Hong Kong para conhecer o porto, como Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara, já fui a Singapura, já fui a Xangai, e, em todo canto que fui, eles têm o maior apreço pelo Porto de Itaqui. São Luís está bem no meio da Alca, então, São Luís tem condição de ser um grande entreposto do mundo. E o Porto de Itaqui, nesse contexto, é indispensável. Mas, o Brasil prefere investir em Cuba, no Porto de Mariel, que fui conhecer recentemente. É realmente muito interessante, muito bem localizado. Cuba é a maior ilha do Caribe. Não produz nada, é apenas entreposto. E lá já tinham, dos 2.000 metros de pátio de contêiner, 700 metros totalmente ocupados. O que o porto de Cuba pode oferecer de atrativo, o Porto de Itaqui também pode: acesso ao mercado americano, tanto do norte quanto do sul, ao mercado europeu, africano, e ao mercado asiático pelo Canal do Panamá. Mas, então, fico mesmo aqui.

Com relação à questão da Codomar, o Ministro Edinho saiu, onde está a Codomar, que administra o Porto de Manaus e é uma companhia que tem influência no Maranhão? A Codomar está onde hoje, nesse emaranhado de Ministérios, de órgãos, nos 40 Ministérios? Imaginei que a Codomar estivesse, seria razoável, no Ministério dos Portos. A Codomar não está no Ministério dos Portos, quer dizer, tomaram a decisão de cuidar das hidrovias do Brasil, de todas. Muito bem. Então, a gente tem que discutir, por exemplo, a Hidrovia do Parnaíba, Senador Elmano, na Codomar. Mas a Codomar está onde? Está no Ministério dos Transportes? Está no DNIT? A Codomar está onde? Ou não está em lugar nenhum?

É apenas essa a observação que faço, Presidente Garibaldi, sobre esse desarranjo governamental que a gente tem no Brasil, quer dizer, como disse aqui o Elmano, é chegada a hora, mais do que nunca, de reinventarmos o Governo, fazermos uma reengenharia, porque, de fato, não tem condição. Há muita coisa para fazer e termina que não fazem nada.

Fui esses dias falar com o Ministro Edinho, dar um abraço, apenas dar-lhe um abraço de cumprimento pela minha chegada aqui no Congresso, de volta, fomos juntos congressistas, e fiquei surpreso de saber que a Codomar não está vinculada à Secretaria de Portos.

E termino como comecei, Ministro Edinho, cumprimentando V. Exª, cumprimentando o Mário e o Davi.

Cumprimento V. Exª pela iniciativa, Sr. Presidente, fazendo um apelo para que em novas audiências a gente possa trazer aqui a ANA para conversar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Concedo a palavra à Senadora Fátima Bezerra, do Rio Grande do Norte.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Senador Garibaldi, Ministro Edinho, demais convidados, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, certamente, Senador Garibaldi Filho, no que vou apresentar aqui, contarei com o respaldo de V. Exª, como Senador pelo Rio Grande do Norte, inclusive, como Governador do nosso Estado que foi pelo período de dois mandatos, portanto, conhece bem a realidade do nosso Estado, inclusive em matéria de logística da infraestrutura.

Quero, Ministro Edinho, primeiro, dizer, estava aqui comentando com a Senadora Sandra, é claro, que, como o senhor mesmo falou, temos ainda grandes desafios no que diz respeito a dotar o Brasil de uma logística e uma infraestrutura necessária para promover exatamente o acelerar do desenvolvimento de um país com dimensão continental, como é o nosso.

Agora, sou daqueles também – tenho que reconhecer isso, independente, inclusive, de pertencer ao Partido do Governo ou não, porque, se não pertencesse, eu iria dizer exatamente o que vou dizer aqui agora ao senhor – que reconhecem aquilo que foi feito. Por exemplo, vou dar o exemplo do meu Estado e o Senador Garibaldi Filho haverá aqui de confirmar o que vou falar. Em matéria de infraestrutura portuária, no Rio Grande do Norte, não tenho notícia de que tenham sido feitos, ao longo desses últimos trinta anos, investimentos significativos no que diz respeito à ampliação e melhoria do porto. Aliás, no passado, o que se falava lá era numa tal de Pedra da Bicuda, e eu nunca vi uma Pedra da Bicuda tão cara quanto essa, porque o que houve de recursos para remover essa tal de Pedra da Bicuda! O fato é que carecemos até hoje de uma infraestrutura portuária usada e necessária ao nosso desenvolvimento.

Mas, quero aqui dizer que, em matéria de Programa de Aceleração de Crescimento para o Rio Grande do Norte, Ministro Edinho, foi exatamente na área de portos que o PAC mais funcionou. O primeiro projeto do PAC a ser concluído no Rio Grande do Norte, Senador Garibaldi Filho, foi na área de portos, foi a ampliação do Porto Ilha de Areia Branca, um investimento de mais de R\$250 milhões. E esse investimento, ou seja, a ampliação do Porto Ilha de Areia Branca, foi fundamental, muito importante para ajudar exatamente no desenvolvimento do nosso Rio Grande do Norte, considerando que, dentro das riquezas naturais que o nosso Rio Grande do Norte tem, uma delas é o sal. Somos o maior produtor de sal no País. Imaginem o que era a gente conviver com as condições precárias que tínhamos antes do governo Lula e do Governo da Presidenta Dilma, no que diz respeito à estrutura portuária lá de Areia Branca! Foi um belo investimento.

E agora, Ministro, nessa linha, quero aqui trazer a V. Exª o nosso apelo para dar continuidade aos investimentos lá no Porto de Natal, e aí com o foco bem direcionado. Nosso apelo aqui é para que o Ministério possa liberar os recursos para que seja feita a obra da construção do Berço 4, que tem exatamente 220m de extensão, a pavimentação da retroárea externa, as defensas para os quatro pilares centrais da Ponte Newton Navarro. Por que estamos aqui fazendo um apelo ao senhor para a realização dessa obra, que é a construção do Berço 4, com as defensas para os quatro pilares centrais da Ponte Newton Navarro? Por duas razões. Primeiro, porque essa obra é uma necessidade, do ponto de vista de segurança, exatamente para as pessoas que transitam sobre a ponte e para as navegações realizadas sob a ponte e essa obra do Berço 4 e das defensas vai permitir a entrada e saída de navios no período noturno. Hoje, Sr. Ministro, o senhor sabe que estão suspensas em decorrência exatamente do quê? Da falta dessas defensas que deveriam ter sido realizadas quando da construção da ponte. E é verdade, Senador Garibaldi Filho, que as defensas que deveriam ter sido construídas na época, quando da construção da ponte, inclusive, eram atribuição do Governo do Estado, mas o fato é que o Governo do Estado não fez e não podemos, de maneira nenhuma, protelar essa obra, porque, Ministro Edinho, o senhor conhece, já esteve no nosso Estado, a Ponte Newton Navarro é uma ponte belíssima. Além da utilidade que ela tem do ponto de vista de mobilidade, ela é um belo cartão postal. Ela corta exatamente o Rio Potengi, nosso rio mais bonito, quer dizer, foi uma grande conquista, sem dúvida nenhuma, no campo da mobilidade para Natal, inclusive para promover a questão também do turismo.

Agora, imagine o senhor, Dr. Mário, de repente, o chamado Berço 4, as chamadas defensas, que são a sustentação dos pilares, não foram feitas até hoje. Isso não pode continuar, porque diz respeito à segurança das pessoas que trafegam na ponte, o movimento é grande, bem como também à questão do movimento dos navios. O que está acontecendo hoje? Hoje, por exemplo, está proibida a entrada e saída de navios no período noturno. Então, é urgente a construção do Berço 4 e das defensas, repito, primeiro, por uma questão absoluta de segurança, Ministro Edinho, e, segundo, ainda quero acrescentar também outra razão pela qual, Senador Garibaldi Filho, o Berço 4 é urgente para nós. É porque o Berço 4 e sua retroárea são extremamente importantes e indispensáveis para o progresso socioeconômico do Rio Grande do Norte. No curto prazo, visam possibilitar a recepção dos novos e maiores navios da atual linha de navegação que liga Natal à Europa; segundo, implantar nova linha de longo curso ligando Natal à Port of Spain e possibilitar a ligação com a Ásia e a costa leste dos Estados Unidos; e, terceiro, por permitir exatamente o quê? O reinício do carregamento, ou seja, o embarque de granel sólido e, por fim, implantar a questão da cabotagem. Então, o Berço 4, de um lado, é segurança, e,

de outro lado, permitirá exatamente o quê? Dar uma maior condição, sem dúvida nenhuma, ao nosso Porto de Natal para promover o desenvolvimento.

Ministro, quero dizer a V. Exª que o investimento nesse Berço 4 com as defensas da ponte está em torno de R\$275 milhões, dos quais R\$40 milhões estão no OGU e R\$11 milhões já estão na Codern. O projeto já está pronto para ser licitado, no chamado RDC, aliás, já seria licitado. Em função dessas dificuldades, houve, portanto, uma determinação à Codern para suspender. E aqui fica o nosso apelo que, sem dúvida nenhuma, é um apelo do Senador Garibaldi Filho, para que o Ministro examine isso com toda a seriedade e libere esses recursos, esses R\$11 milhões, esses R\$30 milhões, para que a Codern possa iniciar já o licenciamento do Berço 4, agora, exatamente no segundo semestre.

Por fim, Ministro, quero aqui colocar outra reivindicação para V. Exª no que diz respeito à questão do Plano de Concessões. Ouvi aqui atentamente a exposição de V. Exª. Dezesesseis Estados já apresentaram, não é Mário?, projetos para os terminais privados, portuários privados. Quero dizer a V. Exª que vai ser o décimo sétimo o nosso, não é, Senador Garibaldi Filho? Porque queremos o Rio Grande do Norte nesse mapa.

Nessa direção, estamos encaminhando novamente um ofício a V. Exª, pedindo uma audiência à qual possamos ir junto com o Governador e com toda a Bancada. Quero dizer a V. Exª que o Rio Grande do Norte, portanto, pleiteia ser incluído no Plano de Concessão fase 2. E adiantar que a proposta, Ministro Edinho, de um novo modal portuário para o Rio Grande do Norte já está em estudo. E uma dessas propostas em estudo, Senador Garibaldi Filho, é a que diz respeito ao terminal portuário do Potengi, lá na margem esquerda do Rio Potengi. Essa proposta, Ministro Edinho, inclusive conta com a participação da Codern. A Codern participou intensamente desse estudo. Aliás, é uma proposta, inclusive, da própria Codern.

Só para levantar mais dados para V. Exª, já tem um grupo chinês interessado. Esse grupo chinês é o mesmo que está estudando o corredor bioceânico para o Governo Federal. Esse projeto, repito, do complexo portuário lá da margem esquerda do Rio Potengi, está ancorado inclusive num acordo lateral Brasil-China que foi assinado recentemente pela Presidenta Dilma com o Primeiro Ministro. Então, os estudos já estão em curso, Ministro Edinho. Houve inclusive uma audiência lá, no Rio Grande do Norte, convocada pelo Governador. O Senador Garibaldi Filho compareceu, eu também, toda a Bancada, as classes empresariais. Nós temos lá o Cerne (Centro de Estratégias em Recursos Naturais e Energia), coordenado por um estudioso nessa matéria, que é o Jean-Paul Prates, temos a Fiern, a Fecomércio, enfim, todas as entidades empresariais que têm participado intensamente desse debate por todos nós termos a clareza de que uma nova estrutura portuária para o Rio Grande do Norte é fundamental, é imprescindível para que possamos exatamente alavancar o desenvolvimento do Rio Grande do Norte. O Rio Grande do Norte, Ministro Edinho, tem muitas riquezas naturais. Não é só o sal; é o petróleo, é a energia eólica, é a fruticultura. Enfim, e nós precisamos... Até hoje o Rio Grande do Norte se ressentia de uma infraestrutura portuária ousada, adequada para, repito, ajudar num projeto de desenvolvimento do Estado.

E eu quero encerrar, Senador Garibaldi Filho, fazendo questão de dizer ao Ministro Edinho que todos esses estudos têm contado com a participação da Codern, que tem lá uma equipe muito séria à frente daquela instituição. Então, nesses estudos o Governo do Estado tem estado em parceria com a Codern, e uma das propostas que está em estudo é exatamente esta: o terminal portuário lá do Potengi. E por que a Codern tem que participar? Porque nós tínhamos de reconhecer: ela é a maior autoridade portuária do Rio Grande do Norte. Ela não pode ficar de fora, de maneira nenhuma, de qualquer debate. É claro que isto aqui é concessão, é investimento privado, mas o papel da Codern será fundamental para dar segurança jurídica, para dar fundamentação técnica e para participar exatamente desse investimento.

Então, Ministro, fica aqui o nosso pedido: de um lado, o Berço 4, as defensas, que são investimento do Governo Federal já previsto no orçamento. O nosso apelo é para que o senhor pudesse liberar o que está previsto até o final deste ano para que a Codern possa licitar. E a nossa outra reivindicação é a concessão, é o Governo nos ajudar exatamente fazendo a ponte junto aos grupos investidores interessados, para que o Rio Grande do Norte seja realmente incluído no PIL e venha a ter, no futuro, mais esse modal portuário ou intermodal capaz, sem dúvida nenhuma, de alavancar e acelerar o desenvolvimento econômico e social lá do nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Antes de dar a palavra ao Senador Ricardo Ferraço, que vai ser o último Senador a usar a palavra, eu quero, claro, como norte-rio-grandense, comungar aqui nas reivindicações da Senadora Fátima Bezerra. O Ministro Edinho esteve recentemente no Rio Grande do Norte. Então, ele viu de perto o que significa tudo isso que a Senadora Fátima colocou aqui, a começar, a construção desse Berço 4, que ela disse que é um investimento de 275 milhões, dos quais 41 milhões já estão no Orçamento de 2015, e 11 milhões já estão na Codern.

Sobre importância disso, eu não quero ser repetitivo, a Senadora Fátima falou, como falou também da nossa expectativa com relação ao complexo portuário de Natal, na margem esquerda do Rio Potengi. Esse investimento é a construção de 1.000m de cais linear, e outros investimentos. Mas isso é plano de concessão. Nós

temos que buscar um investidor privado. Então, o Ministro Edinho pode, perfeitamente, rebater aqui e dizer que cabe ao Rio Grande do Norte buscar. Ele vai ajudar, claro, mas nós temos que ter a capacidade de buscar esse investimento, esse empreendedor privado, para que nós possamos, juntamente com os outros Estados que têm investimentos dessa ordem previstos, que são dezesseis...

E, por último, Ministro, como norte-rio-grandense, digo que há, nessa construção de um novo porto, uma área disponível, como disse a Senadora, de 9km, localizada na margem do Rio Potengi. Essa construção poderia ser feita de uma maneira modulada – não é, Senadora? –, conforme a demanda de movimentação de carga, sendo que o projeto inicial tem como objetivo a construção de uma infraestrutura destinada à movimentação de graneis sólidos.

Então, o senhor vê que nós estamos unidos lá, no Rio Grande do Norte, assim como os outros Estados aqui já demonstraram essa união, o Estado do Amazonas, com as duas Senadoras que aqui falaram, e os outros Estados.

Eu quero, neste instante, pedir ao Senador Ricardo Ferraço que não apenas use da palavra, mas que venha aqui assumir a Presidência. Eu sempre o faço com um certo receito, porque ele é o Vice-Presidente da Comissão, pode se entusiasmar, e, aí, o que será de mim?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Senador Garibaldi Filho, queria só acrescentar...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Mas eu vou ouvir o que o Ministro vai dizer.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Para eu não me entusiasmar e não me seduzir pela proposta de V. Exª, eu prefiro ficar aqui, porque, se eu sentar aí, eu não sei se eu vou sair.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Senador Garibaldi Filho, queria só reforçar o que eu falei aqui há pouco. Na verdade, já há, Ministro Edinho, um grupo interessado. É um grupo chinês. Inclusive, é o grupo que está fazendo um estudo para o terminal bioceânico do Governo Federal. Está interessado nesse projeto que o Senador acabou de reforçar também, ou seja, o terminal portuário do Potengi, que, como ele colocou, na verdade, é um novo terminal portuário de grande escala, tanto destinado ao escoamento de graneis sólidos, ferro, calcário, líquidos, combustíveis, óleos vegetais, além da carga de contêiner, que é atualmente operada por Natal. E, associado a esse projeto dos portos, Ministro Edinho, o Governo também já apresentou lá, no Ministério dos Transportes, proposta no que diz respeito à questão de ferrovias, porque seria um porto intermodal. Mas já há um grupo interessado. O que nós vamos precisar, uma vez formalizada a inclusão no Rio Grande do Norte no PIL, claro, é do apoio do Governo Federal em termos de logística, de ajudar nos projetos, se for necessário, enfim, ajudar-nos nessa ponte junto ao segmento privado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Eu peço, portanto, ao Senador Ricardo Ferraço que assuma a Presidência.

E queria dizer que há um estudo, inclusive, com relação ao novo porto no Município de Porto do Mangue. Então, não faltam estudos, não faltam projetos, não falta entusiasmo, como a Senadora falou. Agora, faltam recursos, e esses recursos terão que ser obtidos junto a investidores privados. E a Senadora está acreditando muito num grupo chinês que se propõe a investir no Rio Grande do Norte.

Portanto, cadê o Senador Ricardo Ferraço? Mas eu volto! O Senador Ricardo Ferraço precisa saber que o ex-Ministro José Américo dizia que ninguém se perde no caminho da volta. Eu volto já. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Ora, mas V. Exª não deve também se perder no caminho de ida, viu? *(Risos.)*

Senhores, Sr. Ministro, senhores representantes, eu acho que, a essa altura, nós temos aqui uma coleção de questões. Eu vou passar a palavra a V. Exª, para que possa, na prática, dar continuidade às questões que foram apresentadas pelas Srªs e pelos Srs. Senadores.

O SR. EDINHO ARAÚJO – Está bem. A Senadora Fátima Bezerra terá que se retirar, então, eu iria começar por uma resposta que eu estou devendo à intervenção do Senador Dalirio, de Santa Catarina, mas eu me reportarei em seguida.

Senadora Fátima Bezerra e Senador Presidente Garibaldi, que reforçou aqui as teses defendidas em favor do Estado do Rio Grande do Norte, eu estive lá, eu conheci, vi o porto, vi a ponte, constatei mais proximamente o que representa essa beleza e essa riqueza natural que é o sal, que é o porto lá de Areia Branca, e eu quero dizer, enfim, daquela beleza que é o terminal de passageiros. Como V. Exª também fez referência, essa ponte foi construída pelo Governo do Estado, a Ponte Newton Navarro, e lamentavelmente não teve a sua conclusão, porque as defensas são importantes; são importantes tanto para quem transita por sobre a ponte como para os navios, que têm que passar por baixo da ponte para acessar o porto, como eu pude constatar. E nós temos lá, realmente, essas reivindicações do Berço 4 e também a questão das defensas.

Temos, como foi muito bem colocado por V. Ex^a, que acompanha de perto o trabalho das docas, especialmente da Codern, R\$11 milhões. Os investimentos, pelos números que temos aqui: 11 milhões lá na Codern e só 1 milhão a mais no Orçamento da LOA – só temos 1 milhão. Os investimentos são de grande monta, tendo em vista o orçamento que temos na SEP. O investimento lá soma, como V. Ex^a também colocou, 275 milhões.

Eu estou nesse barco, eu estou nessa luta para que nós possamos buscar recursos. Sabe V. Ex^a do período que nós estamos vivendo, de ajuste fiscal.

Com relação ao plano de concessões...

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Ministro...

O SR. EDINHO ARAÚJO – Pois não.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Edinho, eu sei, claro, do empenho de V. Ex^a, e aqui a gente queria só reforçar que esse empenho fosse mais...

O SR. EDINHO ARAÚJO – Sim, entendo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – ... efetivo ainda, para que, pelo menos no segundo semestre, eles pudessem abrir o processo licitatório por tudo o que significa – eu não vou aqui repetir, o senhor sabe melhor do que eu – a necessidade e a urgência dessa obra.

O SR. EDINHO ARAÚJO – Sei, estou plenamente convencido da importância dela, mas eu tenho comigo alguns anos de Executivo: quase 15 anos como prefeito, fui presidente de uma empresa em São Paulo, empresa estatal. Nós precisamos ter o recurso para iniciar, mas precisamos também ter o compromisso de que não faltarão recursos para concluir. Se há algo que é de uma gravidade imensa é obra inacabada. Eu sou daqueles que entendem que obra tem que ter começo, bom projeto, recursos para começar, para dar continuidade e para concluir, e não obras que sejam incompletas. Eu sou totalmente... Eu tenho uma experiência nesse sentido e vejo que há muito de obras que não foram concluídas neste País, sejam municipais, estaduais ou federais, e esta é a obra mais cara, a obra que não se conclui.

Mas a senhora conte comigo, conte com o meu trabalho, com o que nós pudermos juntos. E eu quero aqui dizer, parabenizar essa união que tem o Rio Grande do Norte através dos seus Parlamentares, e V. Ex^a e o nosso Presidente Garibaldi despontam, pontuam como representantes legítimos e que conhecem de perto as questões do seu Estado. Portanto, a senhora tem um aliado no sentido de buscarmos essas execuções.

Com relações às concessões, já foi aqui colocado pelo Senador Garibaldi, nós precisamos muito do interesse privado. E aí talvez o que nós possamos fazer, mas tem que partir do Estado, é a divulgação, é procurar atrair esse investimento privado. Agora, nós sabemos que não há espaço vazio onde tem interesse econômico, lá já percebemos claramente que há o interesse. Eu demonstrei o quanto esse setor está aquecido, com investimentos em toda orla atlântica, em 16 Estados. Mas eu estou ao seu lado também para que possamos buscar, como eu disse e repito, esses R\$37 bilhões. Não, ali não estamos falando de recursos do Orçamento; estamos falando de projeção de investimento do setor privado nessa área portuária, que é fundamental e que tem uma perspectiva de crescimento.

Portanto, Senadora...

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Tranquilo, Ministro. Muito obrigada pela resposta.

O SR. EDINHO ARAÚJO – Parabéns à senhora.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – E quero dizer só para V. Ex^a, Senador Ferraço, que nós estamos encaminhando para o seu gabinete dois ofícios: um, formalizando o pedido de audiência para que o Governador, a Bancada Federal e demais instituições possam exatamente formalizar a inclusão do RN no PIL e as propostas em estudo; e o outro ofício também só formalizando esse apelo que eu e o Senador Garibaldi Filho fizemos com relação à construção do Berço 4.

O SR. EDINHO ARAÚJO – Muito bem. Quero agora me reportar ao que disse o Senador Elmano Férrer, do Piauí, com relação ao Porto de Luís Correia, histórico. Há muitos anos esse porto é debatido, é matéria de campanhas eleitorais. Eu acompanho isso, recentemente houve uma matéria, também na TV Globo, no jornal da noite. E eu quero dizer que existe um grande passivo que precisa ser equacionado.

Sabe V. Ex^a que o TCU analisa uma prestação de contas. Sanada essa questão de prestação de contas junto ao TCU, nós estamos dispostos a discutir e procurar a solução de que o Estado precisa, que é importante pelo ponto estratégico desse porto. Portanto, eu comungo com V. Ex^a, no sentido de que esse porto é importante não só para o seu Estado, para o Piauí, mas para o Brasil. Mas é preciso que nós saneemos contas, recursos que precisam estar devidamente em ordem para que nós possamos avançar nessa obra que é fundamental, como V. Ex^a muito bem colocou.

Com relação, quero me reportar agora ao Senador Roberto Rocha, que já não está mais entre nós, por compromissos que ele teve, e dizer que o Tegram, em Itaqui, está pronto e será inaugurado. O Tegram é um investimento da ordem de R\$400 bilhões. Nós procuramos denominar aquela região do País de Arco Norte,

que é o escoamento da produção, e no Bloco 2 também tem terminal para celulose em Itaqui. Portanto, respondendo ao Senador Roberto Rocha, agradeço suas palavras e digo também que o Codomar, a navegação ficou no Ministério dos Transportes por decisão do Congresso Nacional. Quero repetir que o Codomar é competência do DNIT, Ministério dos Transportes.

E gostaria...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN. *Fora do microfone.*) – Quería só entregar aqui ao senhor esse ofício, eu e o Senador Garibaldi Alves.

O SR. EDINHO ARAÚJO – Pois não.

Eu vou receber aqui um expediente da Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN. *Fora do microfone.*) – Senador, apenas só formalizando aqui.

O SR. EDINHO ARAÚJO – Esses são os pedidos, não é?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN. *Fora do microfone.*) – São os pedidos, viu?

O SR. EDINHO ARAÚJO – Está registrado.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN. *Fora do microfone.*) – Está registrado, meu e do Senador Garibaldi.

O SR. EDINHO ARAÚJO – Está bom. Registro aqui, portanto, Acabo de receber as demandas do Rio Grande do Norte pelas mãos da Senadora Fátima e do Senador Garibaldi.

Respondendo a questão, e eu sei que está presente aí a assessoria do Senador Dalirio, de Santa Catarina. A SEP está investindo pesadamente no Porto de Itajaí, em dragagem, um novo cais e um grande projeto para a nova bacia de evolução, em parceria com o Governo do Estado.

Sobre o operador privado, a dificuldade não é burocrática, mas, sim, legal. Se for juridicamente viável atender o pleito da empresa, será atendido; caso contrário... A questão é legal. Estamos prontos, dispostos a acompanhar e a buscar uma solução para essa questão.

Só falta aqui, Senador Garibaldi, uma questão da internauta Maria De Fátima Anselmo, de São Paulo, que coloca a questão sobre portos e as metas de 2015, que eu quero dizer que nós estamos buscando perseguindo alcançar todas essas metas, procurando atender as demandas das regiões. Como São Paulo tem demanda de grãos e de celulose no Porto de Santos, e os demais portos também, de São Sebastião, temos também no Estado o Bloco 2 para atendimento de ro-ro e outros investimentos que vão gerar emprego e renda, e também os investimentos que estão espalhados por toda a orla atlântica.

Agradeço, portanto, as manifestações da internauta Maria de Fátima.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Depois de cassar a minha palavra, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Não devolvo a palavra a V. Exª!

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Substitui V. Exª com tanta satisfação! Mas eu ouço o Senador Blairo Maggi e falo em seguida.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Não, eu faço questão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não, por gentileza. Não, que isso.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Está bom, obrigado. Muito obrigado, Senador Ferraço.

Rapidamente, eu só quero cumprimentar o Ministro Edinho e os demais aqui, o Mário e o Davi, que estão nessa mesa. Eu não pude participar hoje dessa audiência pública. Cheguei cedo aqui, assinei – fui um dos primeiros a assinar o ponto –, mas são várias reuniões hoje que estão acontecendo na casa, temos pauta para acertar para a parte da tarde.

Então, eu gostaria muito de ter participado. Estive fazendo uma visita ao Ministro Edinho nesta semana, falando sobre alguns problemas que temos nos portos, na legislação, etc. Então, eu só gostaria de deixar aqui a minha manifestação, no sentido de que nós precisamos dar uma harmonizada na nossa legislação, Ministro Edinho e também o Mário. Nós precisamos de muitas regras, muitas leis, muitas portarias normativas, mas, na verdade, às vezes, nem se sabe direito se é a Secretaria de Portos que tem que falar primeiro, se é a Antaq, se é o DNIT. Nós estamos com muita legislação esparsa. Foram criadas as agências, foi criada a Secretaria de Portos, e essa legislação está um pouco dispersa, e o usuário, aquele que necessita do apoio do Governo, das instituições, muitas vezes não consegue avançar, porque tem muita gente para falar.

Eu vou dar um exemplo do que está acontecendo neste momento, e foi exatamente o que eu fui pedir outro dia para o Ministro Edinho. As questões são que você, hoje, para conseguir uma licença de um porto tem

ainda as questões da Antaq, questão do meio ambiente. Lá, na Amazônia, tem questão do Ifam, aí tem Funai, vem todo o mundo. E agora, por último, entrou a questão da SPU, a questão do espelho de água, um negócio, assim, que foi dada uma atribuição para a SPU, para ele falar nesses processos, mas não foi dada a estrutura de que a SPU precisa para falar.

Então, Presidente Garibaldi, eu tenho uma situação no Amazonas, de exatamente há um ano, em que foi solicitado um assunto na SPU de Manaus; não tem resposta, porque não tem gente para colocar, para olhar as coisas. Então, quer dizer, o porto está pronto, o equipamento autorizado, todas as licenças dos demais prontas, e eu não consigo fazer com que haja a autorização por parte da Receita Federal de operar porque falta o último papel da SPU, e a SPU não consegue, não tem gente para olhar, não tem estrutura para ver, e o País fica perdendo. Nós temos ineficiências no processo. São milhares e milhares de dólares investidos em processos, em portos, em construção, e, dependendo de um papel, de uma pessoa que não tem condições de dar resposta.

Então, eu gostaria de deixar esse registro de que precisamos olhar um pouco para dentro dos processos também para ver quem efetivamente pode dar respostas às coisas. O ideal seria que em um único local você tivesse todas essas coisas, todas essas respostas de que você precisa e as licenças de que você precisa. Infelizmente, o que eu tenho dito aqui, no plenário, constantemente: nós, brasileiros, perdemos a guerra – na guerra do papel, nós perdemos a guerra do papel. É muita licença, é muita exigência, é muita norma, muita coisa, muito pouca gente se preocupando com quem... É muita lei, é muita gente se preocupando, pouca gente se preocupa com a maioria das pessoas, das empresas que têm que produzir, que têm que ser eficientes, que têm que gerar lucros para pagar impostos, pagar salários, quer dizer, movimentar a economia. Nós estamos muito olhando para processos internamente e não temos eficiência nas nossas coisas.

Então, não é nem uma pergunta, nada; é só uma constatação de quem não participou daqui, da audiência pública, não ouviu o que foi dito. Sei do trabalho que cada um faz, mas também sei que muitas coisas que são colocadas nas mãos de V. S^{as} não conseguem respostas porque dependem de um outro, e o outro depende do outro, que depende do outro, e as coisas não saem. É aquela velha história: quem veio antes, o ovo ou a galinha? Quer dizer, não conseguimos levar adiante.

Mas, no mais, cumprimento o Ministro Edinho; também o Mário, que está lá, como Diretor-Geral da Antaq, que tem tentado resolver! Não posso dizer aqui que as pessoas não resolvem; elas tentam resolver, tentam buscar as soluções, mas eu acho que nós não precisávamos desse tipo de coisa, não precisávamos correr atrás de tantas coisas. As nossas coisas deveriam ser mais simples, mais rápidas, mais diretas: solicitado, respondido. Enfim, acho que nós temos uma lição de casa muito grande para fazer. Sei da intenção do Ministro, que é facilitar as coisas, fazer com que elas andem, mas não tem sido fácil, Ministro. Não tem sido fácil! V. Ex^a sabe, está lá num posto, tem ouvido as reclamações, e elas não são, no fundo, no fundo, grandes coisas para resolver. É que tem que resolver, e, muitas vezes, não se resolve, e o tempo vai passando, vamos perdendo eficiência e sendo ineficiente nos processos.

Mas quero cumprimentar a todos pela participação. Estão desde cedo aqui, desde as 8h da manhã. E com certeza foi uma audiência pública rica, onde deve ter sido debatido um monte de coisas. Infelizmente, eu não pude participar, e tenho certeza de que perdi muito hoje aqui, não aprendendo um monte de coisas com V. S^{as}.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Concedo a palavra a Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, a essa altura, o que desejo mesmo é cumprimentar os nossos convidados, o Dr. Mário; o nosso engenheiro do Tribunal de Contas da União – não estou vendo daqui o nome –, Dr. Davi Ferreira Gomes Barreto; de forma especial, o Ministro Edinho, que, com sua experiência, não apenas como bom parlamentar, mas também como executivo que foi, dirigente de empresa estatal, mais a experiência que teve, por diversas vezes, na condição de prefeito municipal de um importante Município do Estado de São Paulo, e tem também a origem em São José do Rio Preto, um Município que é referência por sua capacidade empreendedora.

Enfim, o que me resta aqui, a essa altura, Sr. Presidente, é basicamente cumprimentar os nossos convidados, agradecer ao Ministro Edinho, que tem sido extremamente atencioso com o Estado do Espírito Santo. O muro de lamentações que o Ministro ouviu aqui, seguramente, não tem o endereço do Ministro. O Ministro assumiu recentemente a pasta, numa quadra extremamente desafiadora. O País passa por restrições fiscais, o que é do conhecimento de todos, e entendo que se deva construir novos modelos que possam ser mais atraivos, mais equilibrados, para atrair o mercado do setor privado, para que o setor privado possa, na dimensão do que colocou o Ministro aqui, transformar em realidade esse potencial da ordem de R\$37 bilhões de investimentos, de modo a avançar e evoluir a nossa estrutura portuária brasileira.

Quero dizer ao Ministro que nós estamos aguardando-o no Espírito Santo, nos próximos dias, com muita alegria, para que o senhor possa conhecer todo o nosso complexo portuário, mas não apenas também conhecer o nosso complexo portuário; que possamos estruturar, juntamente com o nosso Governador Paulo Hartung, a nossa agenda de trabalho dos nossos desafios mútuos. Até porque o Espírito Santo não se oferece como fardo, mas oferece-se como parte da solução para a infraestrutura brasileira, considerando as diversas especialidades da atividade portuária em nosso Estado.

De modo que eu quero cumprimentar todos, parabenizar e desejar um bom trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Ricardo Ferraço.

Antes de passar a palavra à Senadora Santa Braga, eu quero dizer ao Ministro Edinho, ao Dr. Mário Povia e ao Dr. Davi Ferreira da nossa gratidão por tê-los aqui durante esse tempo todo. Foram três horas e meia de audiência, durante as quais nós ouvimos aqui informações valiosíssimas, esclarecimentos. Sabemos muito bem do desafio que representa tocar essa área portuária.

A Lei dos Portos se constituiu num grande marco, mas, no Brasil – isso foi demonstrado aqui, durante a audiência – existe, às vezes, uma distância entre termos uma lei e beneficiar-nos daquela legislação, que, às vezes, fica no papel. Mas estamos vendo, com relação à Lei dos Portos, e agora essa segunda etapa do PIL, do plano de concessões, que nós estamos no caminho certo. Resta rezar para que a burocracia não venha se impor, como falava há pouco aqui o Senador Blairo Maggi. Realmente nós temos um desafio. Nós já tivemos até um Ministério para enfrentarmos a burocracia.

Mas, a exemplo do fenômeno da seca no Nordeste, não se trata de lutar contra a burocracia; trata-se de conviver melhor com a burocracia, porque ela também é imprescindível, desde que os tentáculos da burocracia não se mostrem tão aterradores como são nos dias de hoje.

Mas eu, com essas considerações, quero agradecer aos três convidados e dizer ao Ministro Edinho que esta Comissão espera contar sempre com a contribuição de S. Ex^a, assim como do Dr. Mário Povia, assim como do Tribunal de Contas, através do Dr. Davi Ferreira. Estamos aqui prontos para desempenharmos o nosso papel no Legislativo, atentos, claro a esse grande desafio.

Muito obrigado, Ministro Edinho; muito obrigado, Dr. Mário Povia; muito obrigado, Dr. Davi Ferreira. Se quiserem permanecer, trata-se agora se ouvir a palavra da Senadora Sandra Braga, mas ela vai tratar de um outro assunto que não diz respeito à nossa audiência pública. Ela vai realmente prolatar aqui um parecer, vai ler um relatório a respeito de uma indicação para Diretor da Agência Anac. Trata-se da indicação do Sr. José Ricardo Pataro Botelho de Queiroz.

Portanto, muito obrigado. A Senadora Sandra gostaria de que os senhores permanecessem, mas, ao mesmo tempo, ela os libera, tendo em vista que o assunto não diz respeito a portos.

O SR. EDINHO ARAÚJO – Está bem. Muito obrigado.

Para reiterar o meu agradecimento a V. Ex^a, Senador Garibaldi Alves Filho, a alegria de estar aqui, ao seu lado, de comparecer a esta Comissão que muito contribui para o debate, para a busca de soluções para o desenvolvimento da logística como um todo, do nosso País. E agradeço aqui a iniciativa do Senador Wellington Fagundes, o apoio de todos e as palavras de todos os Senadores e Senadoras, dizendo ao Senador Blairo Maggi, que mostra uma preocupação constante, porque ele vive intensamente essa área de portos há muitos anos, empreendedor que é, homem público zeloso na defesa dos interesses do País, que essa preocupação também é nossa.

E eu queria dizer que, com relação à portaria, nós tivemos a Portaria nº 349, que estabeleceu com exatidão as competências. Isso é importante, não temos que ter dúvida com relação a que órgão se manifestar, para que nós possamos evitar o resserviço. Essa é uma das grandes questões que nós temos que enfrentar.

E, portanto, eu quero parabenizá-lo por essas preocupações que são nossas, que nós vamos, como Governo que somos, buscar essas soluções para que tenhamos maior agilidade e porque hoje tempo é dinheiro, tempo é competição. E é disto que o Brasil precisa: é de termos portos realmente competitivos. Quero dizer que a SPU e o Ifam não estão na nossa governabilidade, como sabe muito bem V. Ex^a.

Agradeço as palavras do meu amigo também, Senador Ricardo Ferraço, essa grande liderança do Espírito Santo. Quero dizer que, com enorme satisfação vamos comparecer ao seu Estado para vermos de perto as questões, mas, sobretudo os avanços, o quanto esse Estado, o Espírito Santo é importante nessa logística do País, como setor portuário que tem dado a sua contribuição para o desenvolvimento do nosso País.

Mais uma vez, Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Senadores, e aqueles que nos ouvem, que nos assistem, muito obrigado por esse momento tão significativo para a SEP e para a logística brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Dr. Mário Povia.

O SR. MÁRIO POVIA – Também, só para concluir, Senador Garibaldi Filho, agradeço o convite; é um prazer estar aqui, Agradeço também ao Senador Wellington Fagundes pela iniciativa desta sessão, desta audiên-

cia. Solidarizo-me com o Senador Blairo. Esse problema da burocracia também atinge muito a Agência. Nós queremos dar celeridade, nós não queremos ser uma repartição pública, Senador; nós queremos ser um órgão moderno, um órgão que viabilize investimentos. Então, a sua aflição também é nossa.

Então, acho que nós podemos avançar, sim, e talvez seja nesta Casa que devamos iniciar esse trabalho. Nós não criamos burocracia; a burocracia já vem de uma determinação legal, e acho que podemos, sim, evoluir muito nesse sentido, sermos mais pragmáticos. O Americano é muito pragmático, e não significa que ele esteja flexibilizando as exigências; apenas, como disse o nosso Senador Garibaldi, até filosofando aqui: a burocracia, nós precisamos conviver melhor com ela, e não deixá-la nos estrangular, mas conviver melhor.

Agradeço também as palavras do Senador Ricardo Ferraço, que representa o Espírito Santo, importante Estado para o setor portuário. Também cumprimento a Senadora Sandra aqui presente. Então, agradeço também ao Ministro Edinho, nosso parceiro nessa missão e o Davi, do TCU, que também tem muito contribuído nesse processo.

É isso, Senador Garibaldi. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Dr. Davi Ferreira, do Tribunal de Contas da União.

O SR. DAVI FERREIRA GOMES BARRETO – Obrigado, Senador.

Também só gostaria de agradecer, mais uma vez, o convite. É uma honra poder estar aqui, explicando um pouco mais o que é o Tribunal, tirando as dúvidas dos senhores. E destaco que o Tribunal, o nosso corpo técnico, a nossa expertise está inteira à disposição da Administração Pública, especialmente desta Casa, e sempre com o objetivo de contribuir, de melhorar as políticas públicas, de melhorar a administração pública, pois essa é a nossa missão.

Mais uma vez, muito obrigado pela oportunidade.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, enquanto nós nos despedimos dos nossos convidados, e a Senadora Sandra Braga apresenta o seu relatório, após, eu gostaria de requerer a V. Ex^a que nós pudéssemos submeter ao Plenário um requerimento de nossa autoria, cuja sustentação nós faremos após a Senadora Sandra Braga apresentar a sua manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Concedo a palavra à Senadora Sônia Braga.

A SR^a SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Sandra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Sandra! Deve ser a fome! (*Risos.*)

A SR^a SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – É a fome, é a hora! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – É a fome!

A SR^a SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Por meio da Mensagem nº 46, de 2015, nº 234, de 2015 na origem, a Senhora Presidenta da República submete ao exame do Senado Federal a indicação do Sr. José Ricardo Pataro Botelho de Queiroz para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac.

A indicação em apreço obedece ao disposto no art. 52, inciso III, alínea “f” da Constituição Federal, que atribui competência privativa a esta Casa do Parlamento para provar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de titulares dos cargos enunciados na Lei Maior e de outros que a lei determinar. Em conformidade com o citado dispositivo constitucional, o art. 12 da Lei nº 11.182, de 2005, fixa os requisitos a seres atendidos pelos diretores da Anac e determina que a nomeação dos indicados para o referido cargo seja feita pela Presidência da República, após aprovação pelo Senado Federal.

Cabe à Comissão de Serviços de Infraestrutura, em razão das competências previstas no art. 104, do Regimento Interno do Senado Federal, emitir parecer sobre indicações dessa natureza, obedecendo ao rito estabelecido no art. 383, também da nossa carta regimental. Consta da presente mensagem o *curriculum vitae* do indicado, em obediência à prescrição regimental, no art. 383, inciso I, alínea “a”, e ao disposto no art. 1º, inciso I, nº 1, de 2009, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que disciplina o processo de aprovação de autoridade.

Segundo declarações apresentadas, o Sr. José Ricardo Pataro Botelho de Queiroz, ora indicado para o cargo de Diretor da ANAC, é cidadão brasileiro.

No que diz respeito à sua formação acadêmica, o indicado graduou-se em Direito pela Universidade Católica de Salvador no ano de 1996. Na área de segurança, realizou os Cursos de Especialização em Ciências Criminais, ministrado pelo Centro Universitário Jorge Amado, e em Gestão e Segurança Pública pela Academia Nacional de Polícia Federal, respectivamente em 2005 e 2009. Nessa área constam ainda os Cursos de Formação Profissional de Delegado Federal pela Academia Nacional de Polícia Federal, em 1999, e de *Leadership and the Executive Officers*, em 2010, pelo *Federal Bureau of Investigation* (FBI), além de diversos outros cursos de menor duração.

Dentre os vários cargos exercidos na área de segurança, entre os anos de 2011 e 2012, foi Secretário Nacional de Segurança para Grandes Eventos. Nesse cargo, segundo argumentação escrita do indicado, atuou na consolidação do sistema migratório brasileiro e na integração de sistemas para tornar mais célere a troca de informações nas questões de facilitação e segurança dos aeroportos e permitir que dados de vários países pudessem ser trocados quase de maneira instantânea.

Exerceu por dois anos, a partir de julho de 2012, a função de Oficial de Ligação na Delegação Permanente do Brasil junto à Organização de Aviação Civil Internacional em Montreal, Canadá. De acordo com a sua argumentação escrita nessa função, atuou diretamente em atividades voltadas a fortalecer a aviação civil, em especial aquelas relacionadas à facilitação e segurança. Teve participação direta nos trabalhos afetos às mudanças da Convenção de Tóquio.

Atuou diretamente para que os passaportes brasileiros com assinatura digital pudessem fazer parte da base de dados da Organização da Aviação Civil Internacional e estimulou a criação do Sistema de Informação Antecipada de Passageiros no Brasil, através da Polícia Federal.

Foi condecorado com a Medalha Almirante Tamandaré. Recebeu Menção Honrosa pelo seu trabalho de cooperação com o Governo japonês, além da Menção Honrosa do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Foi homenageado pelos trabalhos realizados com a *Drug Enforcement Administration* e com a *Naval Criminal Investigative Service*.

Tendo em vista a documentação encaminhada, consideram-se atendidas as exigências constantes no art. 383, inciso I, do RISF, redação do RISF nº 41, de 2013, e do art. 1º, no Ato nº 1, de 2009, da Comissão de Serviços de Infraestrutura. No tocante ao fornecimento, pela autoridade indicada, da documentação necessária à análise desta Comissão, *curriculum vitae* conforme especificado no inciso I e demais declarações relacionadas no inciso II.

Diante do exposto, entendemos que as Sr^{as} e os Srs. Senadores integrantes da Comissão de Serviços de Infraestrutura dispõem de informações suficientes para deliberar sobre a indicação do Sr. José Ricardo Pataro Botelho de Queiroz para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil. Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Agradeço à Senadora Sandra Braga. Antes de encerrar a última reunião desta Comissão, porque certamente iremos entrar em recesso a partir de amanhã, eu concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Senador Ricardo Ferraço, eu, realmente, peço vênua a V. Ex^a, mas, de acordo com o “universitário”, eu tenho de dizer, depois do que relatou a Senadora Sandra Braga, que, não havendo mais quem queira discutir... Não é que eu queira impedir a discussão, até teria motivos a esta altura.

Então, não havendo mais quem queira discutir, fica concedida vista coletiva da matéria, nos termos do inciso II do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Sendo assim, concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, os Estados do Espírito Santo e do Rio de Janeiro estão, em conjunto com a Agência Nacional de Transportes Terrestres, discutindo um projeto estruturante não apenas para os nossos Estados, o Estado do Espírito Santo e o Estado do Rio de Janeiro, mas um projeto importante para a infraestrutura logística do país, pela capacidade que tem esse projeto de conectar toda a Região Centro-Oeste com a Região Sudeste. Trata-se da Estrada Ferroviária 118, que liga o Estado do Espírito Santo ao Estado do Rio de Janeiro, um projeto que conecta onze complexos portuários. Esses complexos portuários necessitam dessa infraestrutura. Nós já realizamos duas audiências públicas, uma no Espírito Santo, outra no Rio de Janeiro, para que nós pudéssemos fazer todo o debate em relação a esse projeto, que é fundamental para o Espírito Santo, para o Rio de Janeiro e para o país. O que nós estamos propondo é convidar os Governadores Paulo Hartung e Pezão, assim como o Ministro Nelson Barbosa, de igual forma o Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes, o Dr. Jorge Luiz Bastos, para que, ao final das audiências públicas que acontecerão no mês de julho, em agosto, nós possamos trazer para a Comissão de Infraestrutura os resultados dessas três audiências públicas para que o Senado da República, a Comissão de Infraestrutura, possa se envolver diretamente com esse projeto, que não é importante apenas para o Espírito Santo e para o Rio de Janeiro, é um projeto importante para o Brasil, é um projeto que se oferece como alternativa para melhorar a competitividade das exportações brasileiras, considerando que as exportações são uma alternativa fundamental para a geração de dinamismo econômico e oportunidades para os brasileiros.

De modo que o que nós estamos aqui requerendo é uma audiência pública com a presença das autoridades aqui já citadas para que, ao final das audiências que acontecerão no mês de julho, nós possamos, no mês de agosto, realizar aqui uma audiência pública e possamos, inclusive, discutir, debater, com o Governo Federal

o melhor modelo para que esse projeto não seja apenas um sonho, mas que ele possa evoluir para a realidade pela capacidade que tem de contribuir com os nossos Estados, mas, fundamentalmente, contribuir com o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Ricardo Ferraço. Como autoriza o nosso Regimento, nós temos quórum para submeter à votação, de acordo com a lista de presenças.

Então, vamos submeter à votação o Requerimento do Senador Ricardo Ferraço.

Em discussão.

Em votação.

Está aprovado.

Informo, ainda, que, atualmente, há 48 projetos distribuídos, pendentes de apresentação dos respectivos relatórios. Isso explica porque grande parte deles veio da outra Legislatura. Mas, já temos, no meio desses 48, 11 que são matérias já relatadas, sendo 7 Projetos de Lei terminativos, que exigem um quórum especial para votação, 2 projetos não terminativos e 2 mensagens a serem deliberadas no próximo semestre, assim como as 2 indicações que constam, segundo o “universitário”, dessas duas mensagens.

Só me resta agradecer aos Senadores e às Senadoras, agradecer ao “universitário” aqui presente, aliás, sempre solidário aqui, e dizer da nossa melhor expectativa de que tenhamos um segundo semestre ainda mais produtivo do que o último para esta Comissão.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 08 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 29 minutos.)

ATA DA 28ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE AGOSTO DE 2015.

Às nove horas e quarenta e dois minutos do dia quatro de agosto de dois mil e quinze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Lasier Martins, Ivo Cassol, João Alberto Souza, Omar Aziz, Hélio José, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Telmário Mota, Gladson Cameli e Eduardo Amorim, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Walter Pinheiro, Angela Portela, Valdir Raupp, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre, José Medeiros e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 1: Projeto de Lei do Senado n.º 330, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que “Dispõe sobre a proteção, o tratamento e o uso dos dados pessoais, e dá outras providências”, que tramita em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado n.º 131, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria da CPI da Espionagem (CPIDAESF), que “Dispõe sobre o fornecimento de dados de cidadãos ou empresas brasileiros a organismos estrangeiros”, que tramita em conjunto com **Projeto de Lei do Senado n.º 181, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que “Estabelece princípios, garantias, direitos e obrigações referentes à proteção de dados pessoais.” O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela aprovação do PLS 330/2013, na forma do substitutivo oferecido, e pela declaração de prejudicialidade dos PLS 131/2014 e PLS 181/2014, que tramitam em conjunto. A Comissão aprova o Requerimento n.º 52, de 2015-CCT para realização de Audiência Pública, de autoria do Senador Telmário Mota, extrapauta, Item 40. A matéria fica sobrestada nesta Comissão até a realização da Audiência Pública. **Item 2: Projeto de Lei do Senado n.º 83, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Romero Jucá, que “Altera a Lei n.º 9.051, de 18 de maio de 1995, que dispõe sobre a expedição de certidões para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações, para disciplinar o requerimento e a emissão eletrônica de certidões.” O relator designado é o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 3: Projeto de Lei do Senado n.º 429, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Anibal Diniz, que “Dispõe sobre o subsídio para o serviço de banda larga e altera a Lei n.º 9.998, de 17 de agosto de 2000.” O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa o Senador Lasier Martins Relator “ad hoc”, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, favorável ao Projeto. **Item 4: Projeto de Lei do Senado n.º 61, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Paulo Bauer, que “Altera a Lei n.º 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para isentar do pagamento de direitos autorais a utilização de obras artísticas e culturais por entidades que especifica, em eventos beneficentes destinados a angariar fundos para manutenção e funcionamento próprios.” O

relator designado é o Senador Telmário Mota que oferece relatório pela rejeição da matéria. Em 23/06/2015, foi concedida Vista ao Senador Cristovam Buarque, nos termos regimentais. Anunciada a matéria, usam da palavra os Senadores Omar Aziz e Marcelo Crivella. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto por 9 (nove) votos contrários, nenhum voto favorável e nenhuma abstenção. **Item 5: Projeto de Lei do Senado n.º 433, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade e gratuidade da identificação de chamadas nas linhas fixas e móveis para que o usuário possa identificar a origem da chamada e altera o inciso VI e inclui o inciso XIII ao art. 3º e altera o art. 4º para inclusão do inciso IV, da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, para garantir a identificação do número de acesso nas chamadas realizadas por meio da rede telefônica.” O relator designado é o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 6: Projeto de Decreto Legislativo n.º 182, de 2001**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que autoriza a FUNDAÇÃO DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL PAUTILA JORDÃO – FUSASO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bonito, Estado de Pernambuco.” O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa o Senador Flexa Ribeiro Relator “ad hoc”, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, que oferece relatório pelo sobrestamento do projeto nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimentos de Informações dirigidos ao Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, ao Juízo de Direito da Comarca de Bonito e ao Ministério das Comunicações. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, pelo sobrestamento do projeto nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimentos de Informações dirigidos ao Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, ao Juízo de Direito da Comarca de Bonito e ao Ministério das Comunicações. **Item 7: Projeto de Decreto Legislativo n.º 189, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à NATIVA – ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL E ARTÍSTICA DA ZONA NOROESTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santos, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 8: Projeto de Decreto Legislativo n.º 191, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO GUARATINGUETÁ FM STÉREO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guaratinguetá, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 9: Projeto de Decreto Legislativo n.º 267, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DONA BEJA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paracatu, Estado de Minas Gerais.” O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa o Senador Flexa Ribeiro Relator “ad hoc”, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo n.º 72, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO CULTURAL E EDUCACIONAL DE TROMBUDO CENTRAL para executar serviço de radiodifusão comunitário na cidade de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina.” O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa o Senador Flexa Ribeiro Relator “ad hoc”, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo n.º 80, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE JOSÉ DE FREITAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de José de Freitas, Estado do Piauí.” O relator designado é o Senador Eduardo Amorim, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo n.º 69, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS E PRODUTORES RURAIS DE CAXINGÓ – AAPRC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caxingó, Estado do Piauí.” O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa o Senador Flexa Ribeiro Relator “ad hoc”, em substituição ao Senador José Me-

deiros, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção.

Item 13: Projeto de Decreto Legislativo n.º 88, de 2015, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO JOSÉ POSSIDÔNIO PEIXOTO para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Sobral, Estado do Ceará.” O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa o Senador Flexa Ribeiro Relator “ad hoc”, em substituição ao Senador José Medeiros, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção.

Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 100, de 2015, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE MONTAURI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Montauri, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Lasier Martins, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção.

Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 180, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga concessão à REDE BRASIL DE RADIODIFUSÃO LIMITADA para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro.” O relator designado é o Senador Marcelo Crivella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção.

Item 16: Projeto de Decreto Legislativo n.º 32, de 2015, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à SJB SISTEMAS DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro.” O relator designado é o Senador Marcelo Crivella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção.

Item 17: Projeto de Decreto Legislativo n.º 76, de 2015, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PEDRO MACHADO DE GUAIÚBA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guaiúba, Estado do Ceará.” O relator designado é o Senador Omar Aziz, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção.

Item 18: Projeto de Decreto Legislativo n.º 20, de 2015, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à REGIONAL RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pompéu, Estado de Minas Gerais.” O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa o Senador Gladson Cameli Relator “ad hoc”, em substituição ao Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção.

Item 19: Projeto de Decreto Legislativo n.º 77, de 2015, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE AROAZES – ASCOMAR para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aroazes, Estado do Piauí.” O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa o Senador Telmário Mota Relator “ad hoc”, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção.

Item 20: Projeto de Decreto Legislativo n.º 40, de 2015, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ARTÍSTICA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA CANDEAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cordeiros, Estado da Bahia.” O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa o Senador Lasier Martins Relator “ad hoc”, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção.

Item 21: PDS n.º 41, de 2015, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à SOCIEDADE CIVIL ACAUÃ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salvador, Estado da Bahia.” O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa o Senador Lasier Martins Relator “ad hoc”, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos

favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 22: PDS n.º 159, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à BANDA DE MÚSICA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alfredo Vasconcelos, Estado de Minas Gerais.” O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa o Senador Eduardo Amorim Relator “ad hoc”, em substituição ao Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo n.º 167, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL COMUNITÁRIA NOSSA SENHORA DO CARMO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais.” O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa o Senador Eduardo Amorim Relator “ad hoc”, em substituição ao Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo n.º 169, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO DE FURNAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José da Barra, Estado de Minas Gerais.” O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa o Senador Eduardo Amorim Relator “ad hoc”, em substituição ao Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo n.º 172, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE SANTANA DO RIACHO E COMUNIDADES RURAIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana do Riacho, Estado de Minas Gerais.” O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa o Senador Eduardo Amorim Relator “ad hoc”, em substituição ao Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo n.º 380, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à P1 SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Corumbá, Estado de Goiás.” A relatora designada é a Senadora Rose de Freitas, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo n.º 184, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO A VOZ DE SÃO PEDRO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Pedro, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 23/06/2015, o Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo n.º 188, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE RIO CLARO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 23/06/2015, o Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo n.º 177, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE RADIODIFUSÃO DE CACHOEIRA DO PIRIÁ – ASDECAP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeira do Piriá, Estado do Pará.” O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 23/06/2015, o Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa relator ad hoc o Senador Aloysio Nunes Ferreira e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo n.º 192, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO ALFA CENTAURO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Marudá,

Município de Marapanim, Estado do Pará.” O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto, com a Emenda que apresenta. Em 23/06/2015, o Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa relator ad hoc o Senador Aloysio Nunes Ferreira e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção, incorporando ao texto final a emenda nº 01-CCT, aprovada por 09 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo nº 71, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO PIÇARRA NOVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nazaré do Piauí, Estado do Piauí.” O relator designado é o Senador Hélio José, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 23/06/2015, o Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa relator ad hoc o Senador Randolfe Rodrigues e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 32: Projeto de Decreto Legislativo nº 112, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO LITE FM LTDA., originariamente Rádio Antena Um Ltda., para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.” O relator designado é o Senador Marcelo Crivella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 23/06/2015, o Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa relator ad hoc o Senador Randolfe Rodrigues e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 33: Projeto de Decreto Legislativo nº 143, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE MORADORES INTERATIVA DE PARANAGUÁ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paranaguá, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 23/06/2015, o Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa relator ad hoc o Senador Randolfe Rodrigues e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 34: Projeto de Decreto Legislativo nº 46, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL, ARTÍSTICA, DESPORTIVA E DE COMUNICAÇÃO DO DISTRITO DE GUARIZINHO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapeva, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Vicentinho Alves, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 23/06/2015, o Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa relator ad hoc o Senador Randolfe Rodrigues e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 35: Projeto de Decreto Legislativo nº 39, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA ARTÍSTICA DE JUSSIAPE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jussiape, Estado da Bahia.” O relator designado é o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 23/06/2015, o Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa relator ad hoc o Senador Lasier Martins e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 36: Projeto de Decreto Legislativo nº 120, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à TIPUANA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Manhuaçu, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 23/06/2015, o Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa relator ad hoc o Senador Lasier Martins e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 37: Projeto de Decreto Legislativo nº 125, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RADIODIFUSÃO DOS MORADORES DO ALTO DA COLINA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guiricema, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 23/06/2015, o Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa relator ad hoc o Senador Lasier Martins e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em

votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 38: Projeto de Decreto Legislativo n.º 131, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga concessão à SM RADIODIFUSÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cambuí, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 23/06/2015, o Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa relator ad hoc o Senador Lasier Martins e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 39: Projeto de Decreto Legislativo n.º 137, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL ONDAS DE PAZ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão das Neves, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 23/06/2015, o Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa relator ad hoc o Senador Lasier Martins e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Nesse momento, os Senhores Senadores Telmário Mota, Hélio José e Cristovam Buarque requerem, oralmente, a inclusão extrapauta de Requerimentos, com o que todos concordam. **Extrapauta, Item 40: Requerimento n.º 52, de 2015-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Telmário Mota, que requer, “... nos termos regimentais, a realização de audiência pública, a fim de tratar da proposição PLS 330/2013 que tramita em conjunto com o PLS 131/2014 e o PLS 181/2014, que dispõe sobre a proteção, o tratamento e uso de dados pessoais e dá outras providências. Os convidados serão oportunamente sugeridos.” O requerimento é aprovado. **Item 41: Requerimento n.º 53, de 2015-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Senador Hélio José, que requer “... nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, para debater as razões pelas quais o Brasil não acompanhou o acordo multilateral firmado na OMC, para eliminação de tarifas de importação de alguns produtos eletrônicos. Para tanto, requeiro que sejam convidados: Representante do Ministério da Ciência e Tecnologia; Representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Representante do Ministério das Relações Exteriores; Representante do Ministério do Trabalho e Emprego; Representante da CNI; Representante da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica – ABINEE; Representante da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão.” O requerimento é aprovado. **Item 42: Requerimento n.º 54, de 2015-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Senador Cristovam Buarque, que requer “... nos termos regimentais, a inclusão dos representantes abaixo listados para participarem, como convidados, da audiência pública que instruirá a matéria tratada no PLC nº 34, de 2015, conforme Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática n.º 42/2015, aprovado em reunião realizada no dia 23 de junho de 2015: Jarbas Barbosa da Silva Júnior, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa; e Juliana Pereira da Silva, Secretária Nacional do Consumidor (Senacom/MJ).” O requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião às dez horas e cinquenta e três minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavrasse a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Bom dia a cada uma e a cada um. Bem-vindos a este novo – ainda tenho vício de professor – semestre. Bom dia a cada um de volta do recesso. Eu quero, antes mesmo de iniciar a nossa...

Enquanto esperamos a chegada de mais alguns Senadores, que provavelmente chegarão, eu quero passar, para que tenham uma ideia, um balanço das atividades do primeiro semestre.

Aí estão os membros titulares da Comissão. Espero que não esteja faltando nenhum. Os membros titulares há ainda alguns, ou seja, os suplentes. Esta é a nossa Comissão.

Aqui, entramos no relatório.

Deliberativas: nós tivemos nove; audiências públicas, 16. Total de reuniões: 27. Obviamente, instalação e eleições não entram na soma.

Nós tivemos proposições apreciadas: 50 projetos de decreto legislativo; 49 requerimentos; cinco projetos de lei; três projetos de lei da Câmara e três ofícios. O total de proposições, portanto, foi de 116. Vê-se que houve um trabalho intensivo da Comissão.

Os projetos que foram aprovados: o Projeto nº 18/2012...

Senador Telmário, estamos apenas aproveitando a chegada dos Srs. Senadores para fazer um relatório do primeiro semestre. Começamos e, para o senhor ver, sua presença está aqui, apresentando os membros. Está ali nos honrando o Senador Telmário.

Aqui, a quantidade de deliberativas, audiências e reuniões, total. Aqui, tivemos de decretos legislativos, 56; 116 proposições foram analisadas e aqui as leis e os projetos aprovados.

O PLS nº 18/12, que a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para disciplinar a oferta de descontos nas tarifas e preços dos serviços de telecomunicações. Aí estão os Senadores, o autor e o relator. Vou passar rápido.

O 2, de 2015, o Marco Civil da Biodiversidade e acesso ao patrimônio genérico que gerou muitas discussões, muitas posições. O Relator foi o Senador Telmário, a autoria era da Presidência.

O PLC nº 106, de 2012, que altera a Lei nº 10.098, de 2000, que dispõe sobre a acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida para acrescentar acessibilidade aos portais públicos da internet. Esse é um projeto interessante porque a autoria é da Comissão de Legislação Participativa da Câmara, eu fui o relator.

O PLS nº 501, de 2013, que altera a Lei Complementar nº 116, de 2003 para explicitar a incidência do Imposto sobre os Serviços no rastreamento e monitoramento de veículos que também deu uma boa repercussão, o Senador Romero Jucá é o autor e Flexa Ribeiro o relator.

O PLS nº 21, de 2015, que trata da ampliação do alcance dos benefícios do Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Indústria e de Semicondutores – tivemos aqui inclusive a presença do Deputado William Woo – o Senador Flexa Ribeiro foi o relator, deu um bom debate.

O PLS nº 630, de 2011, que cria horários obrigatórios de inserções gratuitas destinadas à divulgação, pelos Estados e pelo Distrito Federal, de Municípios em seus territórios, pertencentes às regiões turísticas do Brasil, definidos pelo Programa de Regionalização do Turismo do Ministério do Turismo, autoria Senador Benedito de Lira e Valdir Raupp foi o relator.

O PLS nº 336, de 2013 que autoriza a criação do Fundo de Aval para Investimentos em Inovação de Micro, Pequenas e Médias Empresas (InovaMPES), e dá outras providências, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que está no Tribunal de Contas, e o relator *ad hoc* foi o Senador Eduardo Amorim.

Tivemos audiências públicas diversas: Marco Legal da Biodiversidade, os requerentes foram o nosso saudoso Luiz Henrique, o Randolfe Rodrigues e o Acir Gurgacz. Tivemos agenda e prioridades do Ministério, foi um bom debate sobre quais eram a agenda e as prioridades do Ministério. Tivemos Fundo de Financiamento Estudantil, debates sobre o Fies, o requerente foi o Senador Marcelo Crivella. Tivemos a audiência sobre a formação de recursos humanos para a ciência e tecnologia de que fui o requerente. Tivemos a agenda de prioridades do Ministério das Comunicações, também de autoria – quando digo minha autoria, na verdade, não é. É de autoria da Presidência da Mesa como parte do trabalho que estamos fazendo. Alocação de recursos em ciência e tecnologia também por origem da Mesa; o Senador Aziz teve uma participação grande lembrando como essa locação de recursos é muito concentrada hoje no centro leste do Brasil. A instrução do PLC nº 70, de 2014, aquele sobre testes em animais, do qual sou o relator, e é um problema complicado atender isso de tal maneira que satisfaça todo mundo. Sistema de TV digital terrestre que o Senador Hélio José pediu, foi um bom debate com muita divulgação. Agenda de prioridade do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Sistema Nacional de Conhecimento e Inovação que foi um bom debate também sobre quais são os projetos e as lacunas que existem para criar no Brasil um Sistema Nacional de Conhecimento e Inovação que funcione como está funcionando em países outros e que aqui ainda não funciona apesar de temos diversos órgãos nessa linha.

Tivemos um debate bom sobre Integração Universidade – Empresas, sob a ótica da inovação. Centro de Biotecnologia da Amazônia, a requerimento dos Senadores do Amazonas, audiência em que tivemos a participação de pessoas bastante interessantes – surpreenderam-me sobretudo as instalações do Centro e como este pode se transformar em um grande Centro, no Brasil. Universalização da Banda Larga – esse foi um bom debate também que os Senadores Walter Pinheiro e Ângela Portela pediram. Desenvolvimento de Tecnologia da Informação no Brasil. Má Qualidade dos Serviços de Telefonia Móvel – esse foi um bom debate, não foi? Houve inclusive participação, por telefone, de pessoas reclamando muito dos serviços, ao mesmo tempo em que os representantes diziam que, para o tamanho do sistema, as reclamações não são tantas. Se eu não me engano, são 200 milhões de telefones celulares, não é isso?

Houve uma colocação sobre os indicadores que nós temos – não dá para ler direito –, mas a posição em que nós estamos, em matéria de ciência e tecnologia. A primeira tabela mostra a evolução de publicações científicas, em quatro momentos. Esta é a tabela, esta primeira. O vermelho é o Brasil, não é? Não. Como é que é? *(Pausa.)*

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Isso é algo que sempre faz falta. Não se coloca a que corresponde cada cor.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – O vermelho é a China, e o amarelo é o Brasil. Aliás, em todos, o vermelho é a China, e o amarelo é o Brasil, só para mostrar em que posição nós estamos. Dá para ler, não é? Estados Unidos, Japão, Reino Unido, Alemanha, França, Canadá, Rússia, Itália, Austrália, Holanda, Espanha, Índia, Suécia, e aí vem a China, a Suíça. Lembrem-se do tamanho da Suíça, do tamanho de Israel, do tamanho da Bélgica, da Polônia – que é um pouquinho maior –, da Dinamarca, da Finlândia e da Coreia. São países minúsculos, do ponto de vista do tamanho da população, e estão bem acima.

No outro, Estados Unidos, Japão, Reino Unido, Alemanha, França, Canadá, Itália, Rússia, e aí vem a China, e depois, Espanha, Austrália, Holanda, Índia – que é um país grande –, Suécia, Coreia, Suíça e Israel. Aí vem o Brasil. A Bélgica está abaixo, e a Polônia, abaixo, e assim vai.

A primeira coluna é referente a 95; a segunda, a 99; a terceira, a 2005; e 2011 é a última. Vejam como a China vai crescendo, e o Brasil também, de uma maneira mais lenta, mas o Brasil cresce, pula uma posição ou duas, a cada vez. Na primeira, pula três; depois, pula duas; depois, pula uma. Agora, a China chegou à segunda posição, passou de décima quarta para segunda, em seis anos. Em seis não, em dezesseis anos. Por essa projeção, vai passar os Estados Unidos, dentro de poucos anos.

Agora, começa a cair, nas patentes. Lá embaixo, onde se lê “triádicas”, eu confesso que, quando eu vi, pela primeira vez, disse: Que diabo é isto – “triádicas”? Você, que é engenheiro elétrico, eu achei que ia dar um choque em mim. *(Risos.)*

São aquelas submetidas, simultaneamente, aos três mais importantes tipos de patente. Então, você vê que o vermelho é a China, e o amarelo é o Brasil. Você vê que, neste, nós crescemos muito devagar, nos 16 anos, mas superamos alguns países. Esse é um dos desafios.

Eu vou passar, para não tomar mais tempo.

Evolução da Produção Científica e Tecnológica. Veja que, no que se refere a artigos, nós evoluímos bem. No que se refere a patentes, estamos parados, e isso que é preocupante. Como vimos, anteriormente, mudamos um pouquinho em relação a outros países, mas estamos parados.

É aqui que eu insisto em que esta Comissão tem um papel, Senador Telmário, de dizermos como o Brasil pode abrir as portas para o mundo da inovação. Por exemplo, ter mais patentes. O que a gente precisa fazer neste País?

Obviamente, a longo prazo é melhorar a educação de base. Não tenho a menor dúvida disso. Cada menino, cada menina que não termina o ensino médio é provavelmente um cientista frustrado. Não qualquer um, mas um número, uma percentagem. Como vemos que 50 milhões estão na escola hoje, se você põe 1%, são 500 mil. Se você colocar 0,1%, são 50 mil cientistas que nós frustramos por não desenvolvermos plenamente o cérebro, especialmente nas áreas de matemática e ciências.

Agora, não basta isso. Eu insisto aqui que o BNDES teria de financiar sobretudo empresas que vão gerar patentes, mas eles desprezam isso. Perguntei aqui ao Presidente do BNDES, quando aqui veio, quantas patentes conseguiram aprovar nos 500 bilhões de empresas? Parece que duas!

A Coreia, trinta anos atrás, decidiu que o banco de desenvolvimento deles iria priorizar setores de inovação e não frigorífico, comércio. Eles priorizaram e deu certo. Esse é um desafio que a gente precisa criar.

Vejam bem, são dez anos aí, e nada! E dez anos importantes. A evolução do PIB – e nós estamos lá na frente – mostra que não estamos compatíveis. O nosso tamanho em inovação não é compatível com o nosso tamanho em riqueza. O problema é que essa riqueza vai estancar, porque a riqueza hoje vem sobretudo da inovação.

Aqui são os gráficos muito complicados apresentados durante audiências. O tamanho do círculo representa o volume de publicações. As ligações entre os círculos representam as principais relações de coautoria e suas espessuras o volume das publicações em coautoria com pessoas do mundo.

Esse é um problema do Brasil: a gente trabalha muito isolado, até por falta de inglês.

O impacto de ciência e tecnologia no exterior é outro ponto sobre o que precisamos nos debruçar um dia. Ainda hoje eu vi que as exportações e as importações diminuíram no Brasil, mas aumentou o nosso superávit. Acontece que se a gente analisar as importações, veremos que muito é de ciência e tecnologia. Se a gente analisa nossas exportações, praticamente nada é de ciência e tecnologia.

Nós somos um país importador de conhecimento e um país que não tem condições de exportar conhecimento. Aí não tem muito futuro, porque daqui para frente tudo que é de valor é o que tem alto conteúdo de conhecimento. O que não tem alto conteúdo de conhecimento não tem alto conteúdo de valor.

Só para dar aqui uma ideia, nos indicadores de alta tecnologia, nossa participação em 2001 era de 12%, hoje está 4%. Ou seja, caímos, de 2001 a 2004. E aí estão incluídos aeronáutica e aeroespacial, farmacêutica, material de escritório e informática – que é quase nada, mas tem –, equipamentos de rádio e TV, e instrumentos médicos de ótica e precisão. Essas são as exportações.

A gente não tem aqui o quadro das importações. Interessante. Deveria ter as importações. Esquecemos de colocar. Mas de qualquer maneira, isso mostra que caímos. A indústria de alta tecnologia dos nossos pro-

duto diminuiu, pelo menos no que se refere à indústria de alta tecnologia, houve uma queda, enquanto que os produtos industriais também caíram, que é a chamada desindustrialização.

Bem, finalmente, creio que com isso, com esse breve relato dá para mostrar que estamos trabalhando no caminho de contribuir para que o Brasil possa abrir a porta para o mundo da inovação.

Dito isso, entro na pauta.

O item 1 da pauta é da relatoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que não está presente. Então, a matéria está em discussão e fica adiada.

(É o seguinte o item adiado:

Item 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 181, de 2014 – Não Terminativo –

Estabelece princípios, garantias, direitos e obrigações referentes à proteção de dados pessoais.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Pela aprovação do PLS 330/2013, na forma do substitutivo oferecido, e pela declaração de prejudicialidade dos PLS 131/2014 e PLS 181/2014, que tramitam em conjunto.

Observações: As matérias ainda serão apreciadas pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; de Assuntos Econômicos; e de Constituição, Justiça e Cidadania.)

ITEM 1

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 330, de 2013 – Não terminativo –

Dispõe sobre a proteção, o tratamento e o uso dos dados pessoais, e dá outras providências.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares.

ITEM 1

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 131, de 2014 – Não Terminativo –

Dispõe sobre o fornecimento de dados de cidadãos ou empresas brasileiros a organismos estrangeiros.

Autoria: CPI da Espionagem (CPIDAESP)

Item 2, relatoria do Senador Walter Pinheiro, que também não está presente. Fica adiado.

(É o seguinte o item adiado:

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 83, de 2014 – Não terminativo –

Altera a Lei nº 9.051, de 18 de maio de 1995, que dispõe sobre a expedição de certidões para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações, para disciplinar o requerimento e a emissão eletrônica de certidões.

Autoria: Senador Romero Jucá

Relatoria: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

Item 3, também de relatoria do Senador Walter Pinheiro.

(Intervenção fora do microfone.)

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 429, de 2014

– Não terminativo –

Dispõe sobre o subsídio para o serviço de banda larga e altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000.

Autoria: Senador Anibal Diniz

Relatoria: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1) A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa;

2) A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 09/06/2015 e 23/06/2015.

Peço a algum Senador que faça a leitura do relatório *ad hoc*. Peço ao Senador Lasier, dizendo que se trata do item 3. Sendo aprovado, o relatório passa a constituir o nosso parecer, favorável ao projeto, e a matéria irá para a Comissão de Assuntos Econômicos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – É o resultado de um debate que tivemos sobre política pública no ano passado – a Comissão deve estudar – que deu lugar a esse PLS.

Com a palavra, o Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 429, de 2014, do Senador Anibal Diniz, que dispõe sobre o subsídio para o serviço de banda larga e altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000.

Análise.

Nos termos do art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CCT deliberar sobre proposições relacionadas às telecomunicações, como é o caso dos fundos setoriais e dos serviços de acesso à internet em banda larga.

No mérito, deve-se destacar que a presente proposição tem inspiração na avaliação do Programa Nacional de Banda Larga, que foi realizada por esta Comissão ao longo de 2014.

No decorrer dos trabalhos de avaliação do PNBL, restou patenteada a necessidade de alteração das regras de aplicação dos recursos do Fust para impulsionar a inclusão digital das famílias de baixa renda.

Importante assinalar que o PNBL ainda não atingiu os seus objetivos em razão, principalmente, do hiato existente entre o preço dos serviços de acesso à internet e o poder aquisitivo das famílias mais vulneráveis economicamente.

A pesquisa TIC Domicílios de 2013, conduzida pelo Comitê Gestor da Internet, revela que a renda familiar é uma variável determinante da inclusão digital. A pesquisa mostra que 98% das famílias da classe A dispõem do serviço de acesso à internet em suas residências. Por outro lado, apenas 8% dos domicílios pertencentes às classes D e E possuem acesso à internet, fundamentalmente em função do elevado custo do serviço em relação ao poder aquisitivo dessas famílias.

Inegável, portanto, que os programas de inclusão digital não podem prescindir de uma política focada na redução de custos dos serviços de acesso à internet que beneficie as famílias de baixa renda.

Todavia, consoante destacado pelo autor do projeto, mesmo no âmbito do PNBL, o preço do serviço de banda larga popular, corresponde ao dobro do valor recomendado para as famílias em situação de maior vulnerabilidade, de acordo com os estudos da União Internacional de Telecomunicações.

O presente PLS tem o grande mérito de corrigir essa distorção de forma simples e eficaz. Inicialmente, viabiliza a aplicação dos recursos do Fust para reduzir em 50% o valor cobrado das famílias de baixa renda pelo plano básico do serviço de banda larga. Além disso, permite a precisa identificação dos beneficiários que deverão estar regularmente registrados nos cadastros dos programas sociais do Governo Federal.

De ter-se, assim, por louvável a presente iniciativa que irá contribuir decisivamente para impulsionar a inclusão digital no Brasil.

Voto.

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 429, de 2014.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado. Senador Lasier.

Está aberta a discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)*
Aprovado o projeto.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 61, de 2012

– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para isentar do pagamento de direitos autorais a utilização de obras artísticas e culturais por entidades que especifica, em eventos beneficentes destinados a angariar fundos para manutenção e funcionamento próprios.

Autoria: Senador Paulo Bauer

Relatoria: Senador Telmário Mota

Relatório: Pela rejeição

Observações:

1) *A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer pela rejeição do Projeto;*

2) *Em 23/06/2015, foi concedida vista ao Senador Cristovam Buarque nos termos regimentais.*

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Senador Cristovam, Presidente, Senadores e Senadoras, desse relatório V. Exª pediu vista, não é?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sim; pedi vista para nós conversarmos, mas eu não vou apresentar nenhuma mudança no seu relatório.

Eu pedi vista apenas para conversar com o Senador Paulo Bauer, autor da proposta, mas a sua posição me parece correta.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Senador Cristovam, primeiramente, quero aqui parabenizar o comando de V. Exª à frente desta Comissão, bem como todo o corpo técnico que faz acontecer a CCT.

A gente, às vezes, não... Podemos aqui até não ter feito tudo o que desejamos fazer, mas fizemos tudo o que foi possível ser feito. Então, quero parabenizar o comando, a direção de V. Exª, bem como os Senadores que compõem a Comissão e, especialmente, os servidores.

Mas vamos retomar o relatório sobre o projeto, Srs. Senadores.

O Projeto de Lei do Senado nº 61, de 2012, do Senador Paulo Bauer, altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para isentar do pagamento de direitos autorais a utilização de obras artísticas e culturais por entidades que especifica, em eventos beneficentes destinados a angariar fundos para manutenção e funcionamento próprios.

Relatório.

Submete-se ao crivo da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) o Projeto de Lei do Senado nº 61, de 2012, que pretende isentar do pagamento de direitos autorais as entidades filantrópicas, escolas, creches e entidades religiosas que utilizem obras artísticas e culturais em eventos beneficentes promovidos com a finalidade de angariar fundos para manutenção e funcionamento próprios.

Para tanto, a proposição, de autoria do Senador Paulo Bauer, acrescenta um inciso IX ao art. 46 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que elenca as modalidades de utilização de obras artísticas, literárias e científicas que não estão sujeitas ao pagamento de direitos autorais.

A cláusula de vigência estabelece que a lei proposta entre em vigor na data de sua publicação.

O projeto foi apreciado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), que concluiu pela rejeição da matéria, e vem agora para decisão da CCT em caráter terminativo.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

Análise.

A matéria vem ao exame desta Comissão, nos termos do art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal.

Do ponto de vista da técnica legislativa, não se verifica a necessidade de fazer reparos ao PLS nº 61, de 2012, já que a proposição se mostra em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Do mesmo modo, não se identificam vícios de constitucionalidade formal, pois a matéria situa-se no âmbito da competência legislativa da União e das atribuições do Congresso Nacional, nos termos, respectiva-

mente, dos arts. 22, inciso IV, e 48, inciso XII, da Lei Maior. Tampouco ultrapassa os limites da iniciativa reservada ao Chefe do Poder Executivo, conforme dispõe o art. 61, § 1º, da Constituição.

Com relação ao mérito, no entanto, consideramos haver restrições importantes à aprovação do PLS nº 61, de 2012, pelas razões que passamos a expor.

Preliminarmente, registre-se que a proteção ao direito autoral está prevista no inciso XXVII do art. 5º da Constituição de 1988, que assegura, como garantia fundamental, que “aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras”. Do ponto de vista infralegal, a matéria é regida pela Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

No que se refere ao objeto da proposição em exame, ressalte-se que o diploma legal revogou a exigência do fim lucrativo para a proteção do direito autoral em representações e execuções públicas, presente na lei anterior.

Com efeito, o art. 73 da Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973, trazia expressamente a necessidade de verificação da finalidade de lucro para a proteção do direito autoral.

No entanto, algumas decisões do Superior Tribunal de Justiça (STJ) entenderam dispensável o fim lucrativo, dando prevalência à garantia constitucional sobre a letra da lei hoje revogada.

Cite-se, por exemplo, o julgamento do REsp nº 471.110 – DF, DJ de 19/05/2003, onde o relator, Ministro Ari Pargendler, afirmou que “o trabalho artístico deve ser remunerado por quem dele aproveita, tenha ou não o empreendimento intuito de lucro, direto ou indireto”. Acompanhando o relator, o Ministro Castro Filho consignou seu entendimento de que “a ninguém é lícito fazer cortesia com bem alheio”.

No mesmo sentido, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgou o Recurso Especial nº 8973 – SP, publicado no Diário da Justiça de 05/08/1991, constando da ementa do acórdão, sobre o pagamento de direitos autorais, que “o pagamento dessa verba decorre não apenas do lucro, indireto ou potencial, pela captação e predisposição da clientela em consequência da sonorização do ambiente, mas pela opção legislativa em valorizar o trabalho e o talento do artista” e que “a reprodução dos sons não pode ensejar a apropriação do labor alheio e da criação intelectual, merecedores da proteção jurídica”.

Na mesma linha, consideramos que a imposição, pelo Estado, de nova hipótese para isenção ao direito autoral, acaba por acarretar prejuízo exclusivo ao autor das obras culturais, com inadmissível violação ao seu direito constitucionalmente protegido.

Por fim, Srs. Senadores, ressalte-se que, conforme entendemos, o direito autoral não é uma barreira ao acesso dos indivíduos aos bens artísticos e culturais. Pelo contrário, ao proteger os autores, ele estimula a produção de obras artísticas e culturais, ampliando o acesso da sociedade a esses bens.

Por essas razões, entendemos que a proposição em exame não deve prosperar.

Voto.

Em face do exposto, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 61, de 2012.

Esse é o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito obrigado, Senador Telmário.

Mais uma vez, quero dizer que, ao ver sua posição, eu disse: vou pedir vista para conversar com o autor e ver a opinião dele. E confesso que, conversando com o Senador Bauer, fiquei com a posição do Senador Telmário sobre esse projeto.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Sr. Presidente.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Acompanho, Presidente. Acompanho o Senador Telmário.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito bem. Eu vou colocar em votação daqui a pouco.

Senador Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Só fazer um questionamento ao Senador Telmário.

Na questão aqui que se pede é para instituições filantrópicas e a própria natureza é para angariar fundos, e parece-me que já há uma decisão do Supremo Tribunal Federal sobre essa questão, por isso a rejeição. Não estamos rejeitando aqui algo que sejamos contra ajudar as instituições filantrópicas – para que, depois, não vá se dizer que o Senado não quer ajudar. Não é isso. É porque já existe uma questão já discutida sobre essa matéria.

Pessoalmente, tenho muitas restrições a essa questão do Ecad. Discuto muito isso, porque há muitos absurdos, porque muitas vezes não chega nem no autor e nem no compositor o direito a esses recursos.

Mas eu vou acompanhar o parecer do Senador Telmário, pela rejeição. Mas para deixar claro que não é nada contra a que se beneficie instituições filantrópicas que necessitam realmente de ajuda.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Só complementando a fala do Senador Omar, que tem total razão.

O que não pode, por exemplo, é você lançar mão de um produto cultural de alguém sem consultá-lo.

V. Exª é autor de livros, o Senador Crivella é autor de livro e de música. Então, é prazeroso até você servir a uma instituição e ajudá-los nesse sentido. Agora, você lançar mão e aí levantar fundos, isso descaracteriza e prejudica algo já pacificado no meio jurídico.

Parabéns, Senador Omar.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu vou pôr em votação, mas creio que ainda falta um voto, mais um Senador.

O Senador Marcelo Crivella tem outro compromisso urgente. Eu pedi para ele ficar para votar. Podemos esperar um pouquinho mais, Senador?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Enquanto isso, seguimos a pauta e voltaremos depois a votar.

Vou passar agora aos projetos que vamos apenas ler. São projetos terminativos, que passamos a ler.

O Senador Flexa Ribeiro se ofereceu – e eu agradeço muito – para ler os pareceres dos Projetos 182, 189, 191, 267, 72, 80, 69 e 88.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Apoio Governo/PP – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu gostaria de pedir a permissão de V. Exª para, após o Senador Flexa Ribeiro e os demais Senadores concluírem as votações, tratar de um assunto sobre a educação, se V. Exª me permitir, após o término das votações.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Perfeitamente!

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Apoio Governo/PP – AC) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Com muita satisfação.

O item 6 votaremos separado.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Presidente, o item 6, Relator Senador Fernando Bezerra Coelho, trata do Projeto de Decreto Legislativo nº 182, que aprova o ato que outorga autorização à Fundação de Saúde e Ação Social Pautila Jordão (Fusaso) para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Bonito, Estado de Pernambuco.

O Senador Fernando Bezerra, em seu voto, apresenta um requerimento que diz: “tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 182, de 2001, evidenciou possível violação da legislação pertinente, bem como possível extinção da entidade outorgada, opinamos que se oficiem, o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, o Juízo de Direito da Comarca de Bonito e o Ministério das Comunicações, conforme os requerimentos abaixo”. Aí ele apresenta os três requerimentos solicitando as informações.

Ao final, o Senador Fernando Bezerra Coelho, após os requerimentos apresentados... Esse parecer é de 2001. Acho que não chegaram ainda as informações solicitadas ao Senador para que ele possa concluir seu parecer. Então, ele está aguardando essas informações, porque, pelo seu voto aqui apresentado nesta Comissão, evidenciou possível violação da legislação pertinente. Então, ele pede, pelos requerimentos, que sejam oficiados o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, o Juiz de Direito da Comarca de Bonito e o Ministério das Comunicações. Segundo ele, a entidade pode estar extinta. Então, vamos aguardar a vinda das informações.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Vamos aguardar.

Então, como se trata de não terminativo, vou colocar em votação este e depois o senhor retoma os outros. Em votação o parecer do Senador Fernando Bezerra Coelho pelo sobrestamento deste projeto.

Quem estiver de acordo, permaneça como está. *(Pausa.)*

Aprovado.

(É o seguinte o item aprovado:

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 182, de 2001

– Terminativo –

Aprova o ato que autoriza a FUNDAÇÃO DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL PAUTILA JORDÃO – FUSASO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bonito, Estado de Pernambuco.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatório: Pelo sobrestamento do projeto nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimentos de Informações dirigidos ao Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, ao Juízo de Direito da Comarca de Bonito e ao Ministério das Comunicações

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 23/06/2015.)

Passemos ao próximo item.

ITEM 9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 267, de 2015

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DONA BEJA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paracatu, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Davi Alcolumbre

Relatório: Pela aprovação

Senador Flexa, peço que o senhor faça a leitura do relatório do item 9. Depois damos a vez para o Senador Aloysio ler o dele.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – O item 9 da pauta trata do Projeto de Decreto Legislativo nº 267, de 2015, que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural Dona Beja para executar serviços de radiofusão sonora e frequência modulada com fins exclusivamente educativos na cidade de Paracatu, Estado de Minas Gerais.

O relatório é do Senador Davi Alcolumbre e o voto é pela aprovação da outorga.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) –

ITEM 10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 72, de 2015

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO CULTURAL E EDUCACIONAL DE TROMBUDO CENTRAL para executar serviço de radiodifusão comunitário na cidade de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Eduardo Amorim

Relatório: Pela aprovação

O item 10 trata do Projeto de Decreto Legislativo nº 72, de 2015, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural e Educacional de Trombudo Central para executar serviço de radiodifusão comunitário na cidade de Trombudo Central, no Estado de Santa Catarina.

O relatório é do Senador Eduardo Amorim e o voto também é pela aprovação, já que o exame da documentação não evidenciou violação na legislação pertinente, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O item 11...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – O Senador Eduardo Amorim chegou, então sugiro...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Então ele pode assumir a relatoria do item 11.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Mas passemos para o 12, do Senador José Medeiros.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) –

ITEM 12

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 69, de 2015

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS E PRODUTORES RURAIS DE CAXINGÓ – AAPRC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caxingó, Estado do Piauí.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador José Medeiros

Relatório: Pela aprovação

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 69, de 2015, que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Amigos e Produtores Rurais de Caxingó (AAPRC) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caxingó, Estado do Piauí. Relatório do Senador José Medeiros.

O seu voto também é pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação dos Amigos e Produtores Rurais de Caxingó (AAPRC) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caxingó, Estado do Piauí, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esses são os votos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito obrigado, Senador Flexa. Agora nós temos o...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Ainda tem o item 13, do Senador José Medeiros, também.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Falta o 13, é verdade.

ITEM 13

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 88, de 2015

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO JOSÉ POSSIDÔNIO PEIXOTO para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Sobral, Estado do Ceará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador José Medeiros

Relatório: Pela aprovação

Senador Flexa, por favor.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – O item 13, Presidente, Senador Cristovam Buarque, trata do Decreto Legislativo nº 88, de 2015, que aprova o ato que outorga concessão à Fundação José Possidônio Peixoto para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Sobral, Estado do Ceará.

O voto do Senador José Medeiros também é pela aprovação do ato que outorga concessão à Fundação José Possidônio Peixoto para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Sobral, Estado do Ceará.

Esses são os votos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito obrigado, Senador.

Passo a palavra ao Senador Aloysio Nunes, que tem dois: o item 7 e o item 8 – os PDS 189 e 191.

Por favor.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Presidente, antes de atender à convocação de V. Ex^a, eu pediria uma informação sobre o que aconteceu com o item 1, uma vez que acabei me atrasando.

Tive um incidente muito desagradável no aeroporto: fui cercado por um bando de fascistoides que vociferavam a respeito de um projeto de lei que tramita no Senado, sobre a obrigatoriedade de a Petrobras ser detentora exclusiva das explorações do pré-sal. Um incidente extremamente desagradável.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM. *Fora do microfone.*) – Onde, isso?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Na chegada ao aeroporto. Uma onda fascistoide chegando ali. Pessoas que em vez de estarem trabalhando estavam lá, criando confusão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Senador Aloysio, me permite um aparte?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não. Mas estou só justificando a minha...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Eu também fui... Tive também essa recepção quando desci do avião. É um projeto do Senador Serra que só vem beneficiar o Brasil e a Petrobras. Só vem em benefício daqueles que estão praticando o ato lá no aeroporto.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Mas o fato, Senador, é que eu me atrasei e não estava aqui na abertura da reunião.

Sou relator dessas três proposições. V. Ex^a me designou relator de duas proposições que estão tramitando conjuntamente. É uma matéria bastante complexa, que trata da proteção dos dados pessoais sensíveis, que muitas vezes são objeto de comercialização por parte de empresas que se apoderam desses dados sem autorização dos seus titulares.

Penso que, embora esta nossa Comissão de Ciência e Tecnologia não deva se pronunciar terminativamente – acho até um engano –, o grande debate deve se dar aqui nesta Comissão. Então, indago a V. Ex^a que encaminhamento dará a esse assunto: apresento já o meu voto e depois fazemos a audiência pública ou fazemos a audiência pública em primeiro lugar? Eu soube que há um requerimento de audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Adiamos, até porque V. Ex^a não tinha chegado ainda, por causa provavelmente desse grupo que não está analisando com a seriedade devida o projeto do Serra. Ele pode até não ser bom, como também pode ser bom, mas precisa ser analisado, pois está dizendo que o projeto tira dinheiro da educação. Se for esse o argumento, ele não é verdadeiro.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Não há argumento algum, é apenas uma manifestação fascistoide.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Então, pode haver outros argumentos corretos, mas é necessário que haja discussão. Está justificado o atraso de V. Ex^a. Não debatemos.

E há um requerimento do Senador Telmário Mota...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – ...inclusive para tratar da proposição do PLS nº 330, que tramita em conjunto com o PLS nº 131 e 181, que dispõe sobre a proteção, o tratamento e o uso dos dados pessoais e dá outras providências, com nomes a serem oportunamente sugeridos. Ele pede uma audiência pública.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Concordo. Acho muito oportuna a sugestão do Senador Telmário, mas pergunto a V. Ex^a se não é o caso de eu apresentar já o meu relatório, para que ele já fique divulgado publicamente, de modo que as pessoas possam tomar conhecimento dele mais amplamente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Acho uma boa ideia, mas há alguns terminativos e estamos com quórum. Como alguns têm compromisso, depois voltamos a ele.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não. Muito obrigado.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

Primeiro, quero agradecer ao Senador Aloysio Nunes e ser solidário a ele, porque ninguém tem o direito de impedir ou forçar alguém a tomar esta ou aquela decisão, porque, aqui, todos sabemos o papel de cada um.

Então, como ele estava ausente naquele momento, entramos com esse requerimento, dada a complexidade do projeto. Parece-me que seria melhor se ele apresentasse já o seu relatório no final, parece-me que as audiências futuras meio sem o brilho e o objetivo. Não sei se ele permitiria concluir o seu relatório após essas audiências, até para formar talvez um melhor juízo, para as pessoas não sintam que estão falando para ninguém.

É só uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Perfeito.

Agora, Senador Aloysio Nunes, há dois projetos de que V. Ex^a é relator.

Retomamos à pauta.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Quais os itens?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – São os itens 7 e 8.

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 189, de 2014

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à NATIVA – ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL E ARTÍSTICA DA ZONA NOROESTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santos, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Pela aprovação

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Está bem. Vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Estamos lendo para depois fazermos o debate em bloco, assim como a votação em bloco, tirando aquilo que houver dúvida.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – O item 7 versa sobre o Projeto de Decreto Legislativo 189, de 2014, que aprova o ato que outorga autorização à Nativa Associação Comunitária, Cultural e Artística da Zona Noroeste para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santos, Estado de São Paulo.

Há uma documentação que acompanha essa proposição, que foi bastante analisada pela nossa competente consultoria. Não há nenhuma evidência de violação da legislação nem reparos quanto aos aspectos da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Por isso, opino pela aprovação do ato pretendido.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Item 8.

ITEM 8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 191, de 2014

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO GUARATINGUETÁ FM STÉREO Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guaratinguetá, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Pela aprovação

Igualmente, Sr. Presidente, em relação a esse projeto, não há qualquer reparo a fazer quanto aos aspectos técnicos e jurídicos.

Portanto, opino pela sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Senador.

Passo a palavra agora ao Senador Eduardo Amorim para relatar o item 11.

ITEM 11

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 80, de 2015

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE JOSÉ DE FREITAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de José de Freitas, Estado do Piauí.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Eduardo Amorim

Relatório: Pela aprovação

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Sr. Presidente, colegas Senadores, a matéria atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional.

Acresce que o exame dado à documentação que acompanha o PDS nº 80, de 2015, não evidenciou qualquer violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

Portanto, Sr. Presidente, nosso parecer é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 80, de 2015.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito obrigado, Senador.

Passo agora a palavra ao Senador Lasier para relatar o item 14.

ITEM 14

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 100, de 2015

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE MONTAURI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Montauri, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Pela aprovação

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Muito obrigado, Presidente.

O item 14 diz respeito a mais uma autorização ao funcionamento de emissora de rádio.

Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 100, de 2015, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária, Cultural e Desenvolvimento Social de Montauri, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Montauri, no Rio Grande do Sul.

O referido projeto foi aprovado também pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados.

A análise diz que a documentação toda é correta. Não há nenhuma violação à legislação pertinente, não há reparos.

Portanto, somos pela aprovação desse ato de autorização à Associação Comunitária, Cultural e Desenvolvimento Social de Montauri, para funcionamento da emissora de rádio naquele Município.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Senador.

Passo a palavra, agora, ao Senador Marcelo Crivella, para os itens 15 e 16. Depois, será o Senador Omar Aziz (item 17). Depois veremos os outros.

ITEM 15

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 180, de 2014

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga concessão à REDE BRASIL DE RADIODIFUSÃO LIMITADA para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Marcelo Crivella

Relatório: Pela aprovação

ITEM 16

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 32, de 2015

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à SJB SISTEMAS DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Marcelo Crivella

Relatório: Pela aprovação

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Sr. Presidente, o item 15 trata de serviço de radiodifusão de sons e imagens da Rede Brasil para a cidade de Duas Barras, Estado do Rio de Janeiro.

Repito aqui – faço minhas as palavras do Senador Aloysio – que a diligente consultoria da nossa Comissão é pela aprovação. E nós não poderíamos ser contra, Sr. Presidente. Primeiro, porque irá prestar um serviço de utilidade pública para o povo de Duas Barras, do nosso valente Estado do Rio de Janeiro, e, segundo, porque se encontra rigorosamente dentro da documentação que deve acompanhar esse tipo de processo.

O item 16, Sr. Presidente, é da SJB, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência – a primeira é televisão, essa aqui é uma rádio – na cidade de Cantagalo. V. Exª há de se lembrar que Cantagalo foi onde prenderam o Mão de Luva, apaixonado pela esposa de Dom João VI. O galo cantou e o prenderam. Aí ficou este nome: Cantagalo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador, quando o galo cantou, ele estava onde?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Ele estava lá! Ele estava escondido. (Risos.)

Ele havia se escondido nessa área dos índios brabos, dos índios goitacases, no centro do Estado de Rio de Janeiro. Ele era conhecido como Mão de Luva porque um dia a esposa de Dom João VI beijou a mão dele e ele nunca mais lavou a mão. Pronto! Ele era apaixonado por essa mulher, passou a usar luva e era conhecido como Mão de Luva.

Mas essa cidade encantadora de Cantagalo, então, vai receber o Sistema de Comunicações SJB.

Das documentações todas que acompanham o processo, não se evidenciou violação da legislação pertinente.

Então, o voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Senador. Mas o senhor, agora, levantou uma suspeita. Toda vez que eu vir alguém de luva, eu vou ficar suspeitando. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) –

ITEM 17

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 76, de 2015

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PEDRO MACHADO DE GUAIÚBA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guaiúba, Estado do Ceará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Omar Aziz

Relatório: Pela aprovação

Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – É bom que, com o Senador Crivella, você conhece um pouco da história, não é? Ele sempre conhece a história e pelo fato pitoresco ainda.

Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 76, de 2015, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Pedro Machado de Guaiúba para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guaiúba, Estado do Ceará.

Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) –

ITEM 18

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 20, de 2015

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à REGIONAL RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pompéu, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação

Eu quero perguntar ao Senador Gladson se aceita ler o relatório do item 18, porque o Senador Valdir Raupp não está.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Apoio Governo/PP – AC) – Sr. Presidente, eu posso ir direto ao voto?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Pode. É melhor. A não ser que tenha uma boa história, como o Senador Marcelo. (Risos.)

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Apoio Governo/PP – AC) – O Amazonas é apaixonada pelo Acre, viu, Sr. Presidente?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Apoio Governo/PP – AC) – Aí V. Exª analisa, porque há um ciúmes entre o Amazonas e o Acre, porque o Acre foi um Estado guerreiro que lutou para ser brasileiro, e o Amazonas ficou assim, não é? E nós, não. (Risos.)

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – O Brasil que luta para o Amazonas ser brasileiro.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Sr. Presidente, a briosa Polícia Militar do Estado do Amazonas tem uma história muito bonita. Uma delas é a guerra que fez contra a Bolívia para tirar o Acre e trazê-lo para o Brasil – foi a Polícia Militar do Estado do Amazonas. Depois, o Acre se tornou um território amazonense e, com o tempo, foi dividido. Então, nós temos uma parcela de culpa. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador Gladson Cameli.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Apoio Governo/PP – AC) – Mas o Estado do Amazonas é um grande Estado e contribui muito também com o desenvolvimento do Estado do Acre. São dois Estados irmãos.

Mas vamos lá, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 20, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Regional Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Pompéu, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Senador.

Peço agora ao Senador Telmário Mota para ler o relatório do item 19.

ITEM 19

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 77, de 2015

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE AROAZES – ASCOMAR para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aroazes, Estado do Piauí.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Vicentinho Alves

Relatório: Pela aprovação

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – O item 19, Sr. Presidente.

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 77, de 2015 (nº 1.550, de 2014, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária dos Moradores de Aroazes (Ascomar) para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Aroazes, Estado do Piauí.

Estado de Mão Santa, não é, Senador?

Vamos ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 77, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação, Sr. Presidente, do ato que outorga autorização à Associação Comunitária dos Moradores de Aroazes (Ascomar) para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Aroazes, Estado do Piauí, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado.

Nós temos dois agora do Senador Walter Pinheiro. Pediria ao Senador Lasier Martins que fizesse a leitura. São os itens 20 e 21.

ITEM 20

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 40, de 2015

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ARTÍSTICA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA CANDEAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cordeiros, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Pela aprovação

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Obrigado, Presidente.

O item 20 diz respeito ao o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 40, de 2015, que teve aprovação na Câmara e se refere à outorga de autorização à Associação Cultural e Artística de Radiodifusão Comunitária Candéal para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Cordeiros, Estado da Bahia.

Não há qualquer reparo na análise feita sob o ponto de vista da constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa, de modo que a relatoria do Senador Walter Pinheiro é pela aprovação da autorização à Associação Cultural e Artística de Radiodifusão Comunitária Candéal para esta emissora no Município Cordeiros, Estado da Bahia.

Portanto, pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Item 21.

ITEM 21

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 41, de 2015

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à SOCIEDADE CIVIL ACAUÃ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Pela aprovação

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Já o item 21 é referente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 2015, e se refere à autorização à Sociedade Civil Acauã para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

Relator, Senador Walter Pinheiro.

Igualmente não há restrições e se opina pela aprovação à Sociedade Civil Acauã para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Senador.

Peço agora ao Senador Eduardo Amorim que faça a leitura do relatório dos quatro itens seguintes. E aí terminamos e podemos votar todos em bloco.

ITEM 22

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 159, de 2014

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à BANDA DE MÚSICA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alfredo Vasconcelos, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Zeze Perrella

Relatório: Pela aprovação

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – O Projeto de Decreto Legislativo nº 159 tem por objetivo outorgar autorização à Banda de Música Nossa Senhora do Rosário para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alfredo Vasconcelos, Estado de Minas Gerais.

O voto é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) –

ITEM 23

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 167, de 2014

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL COMUNITÁRIA NOSSA SENHORA DO CARMO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Zeze Perrella

Relatório: Pela aprovação

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – O 23 tem por objetivo outorgar autorização à Associação Beneficente e Cultural Comunitária Nossa Senhora do Carmo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais.

O voto também é pela aprovação.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) –

ITEM 24

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 169, de 2014

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO DE FURNAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José da Barra, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Zeze Perrella

Relatório: Pela aprovação

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – O 24 tem por objetivo outorgar autorização à Associação dos Moradores do Bairro de Furnas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José da Barra, Estado de Minas Gerais.

O voto é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) –

ITEM 25

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 172, de 2014

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE SANTANA DO RIACHO E COMUNIDADES RURAIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana do Riacho, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Zeze Perrella

Relatório: Pela aprovação

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Finalmente, o item 25 tem por finalidade outorga autorização à Associação Comunitária de Santana do Riacho e Comunidades Rurais para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana do Riacho, Estado de Minas Gerais.

O voto também é pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Terminamos a leitura de todos.

Quanto ao item 26, a Senadora Rose não está aqui, e, como o relatório é pela rejeição, eu prefiro que ela esteja presente para dar os argumentos.

Nós vamos votar todos em bloco, inclusive até o item 39, que já foram lidos em reunião anterior.

Quanto ao item 30, ao ser a favor, tem que estar de acordo também com duas emendas, ou melhor, com uma emenda.

Então, vou pôr em votação. Quem tiver dúvida sobre algum dos itens, manifeste-se, por favor. *(Pausa.)*

Não havendo ninguém, vou fazer a votação nominal em bloco, começando pelo Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Sempre com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador Gladson.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Apoio Governo/PP – AC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP. *Fora do microfone.*) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Com os Relatores, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Com os Relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Com os Relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Então, estão todos aprovados. Inclusive a emenda está aprovada.

Passo ao item 4, de que o Senador Telmário foi o Relator, pela rejeição.

Pergunto se alguém quer se pronunciar, algum Senador. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira se pronunciar, outra vez vamos fazer a votação nominal.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Eu queria apenas dizer, Sr. Presidente, que concordo plenamente com o Senador Telmário. Eu mesmo, várias vezes, já liberei o uso das músicas, e acho que é, vamos dizer assim, da cidadania que o autor ou o intérprete seja consultado e, aí, faça a liberação, sem que isso ocorra diretamente, inclusive sem a participação do Ecad.

Absolutamente nada contra os eventos, que ocorrem aos milhares no Brasil, de cunho beneficente. Já existe liberação de direitos autorais para músicas entoadas em igrejas, em qualquer igreja – católica, evangélica. Ali as músicas podem ser cantadas, de qualquer autor, como o Roberto Carlos, que tem muitas músicas religiosas, de qualquer autor, e não se paga direito autoral. Agora, quando visa a levantar recursos, sejam eles quais forem, beneficentes ou não, então é necessário que se consulte o autor. E acho que o Senador Telmário está muito certo em rejeitar o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado.

Em votação.

Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Com o Relator Telmário.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador Telmário Mota, voto conhecido. Gladson Cameli.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Apoio Governo/PP – AC) – Sr. Presidente, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP. *Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Marcelo Crivella.

Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Está, então, aprovado o parecer com a rejeição.

Nós temos dois requerimentos. Mas, antes dos dois requerimentos, eu quero passar a palavra ao Senador Gladson, que pediu para fazer uma fala.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Apoio Governo/PP – AC) – Sr. Presidente, eu passei esse recesso parlamentar andando todo o meu Estado, o Estado do Acre, visitando os 22 Municípios. E está acontecendo uma situação muito grave no meu Estado que é a greve dos professores.

Sr. Presidente, V. Ex^a foi Ministro da Educação. Esse é um assunto que não pertence a esta Comissão, tenho essa consciência, mas, vendo V. Ex^a presidindo, eu não poderia deixar de ressaltar isso aqui, porque vários advogados e professores citaram o seu nome e pediram que V. Ex^a ficasse a par dessa situação.

O que está acontecendo no Acre hoje está abrindo precedentes para acontecer o que aconteceu no Estado do Paraná. O Estado do Paraná tem um Governador que é do PSDB, e o Acre tem um Governador que é do PT. O do Acre – eu, como Senador da República, não posso me calar – tem de ter pelo menos a humildade. Se o Estado não tem dinheiro para pagar o que os professores – eu entendo que nós vivemos hoje uma crise financeira e econômica gravíssima –, pelo menos tenha diálogo com os nossos professores. Em outubro, haverá o Enem. E só há um prejudicado que são os nossos jovens que estão querendo ter o direito, que está na Constituição, de estudar e participar das aulas para se preparar para o Enem. E não está havendo esse diálogo. Para completar, essa greve tem mais de 30 dias. E o Governador agora quer cortar o ponto dos professores. Essa greve está tendo o apoio de praticamente todos os sindicatos do nosso Estado.

Eu peço aqui, como humildemente, como cidadão acriano, que o Governador se sente com a classe dos professores e negocie, porque o diálogo é fundamental em qualquer negociação. Se partimos do princípio de que não está havendo um diálogo, alguma coisa está errada. Então, a prepotência e a vaidade, neste momento, não vão chegar a lugar nenhum. Só há um prejudicado, como quero ressaltar aqui nesta Comissão, que são

os nossos alunos. Os professores são os nossos educadores. Então, eu peço paciência e que o Governador se sente com a classe dos professores e faça um plano de negociação para que possamos acabar com essa greve.

Estou aqui pronto, colocando-me à disposição.

Eu queria ressaltar isso para o senhor, Senador Cristovam Buarque, porque o senhor é um grande defensor da educação do nosso País. Parabenizo V. Ex^a por essa grande bandeira, porque o maior patrimônio que os pais podem deixar para seus filhos é a educação. Parabéns!

Era isso que eu queria dizer. Muito obrigado por esta oportunidade. Peço desculpas aos meus pares por trazer um assunto que não é da Comissão de Ciência e Tecnologia e que é da Comissão de Educação, mas eu não poderia perder esta oportunidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador Gladson, eu acho que isso tem tudo a ver com esta Comissão, porque, afinal de contas, não há ciência e tecnologia sem educação. Além disso, eu acho que esse é um tema que transcende todos os outros, e nós temos de estar atentos.

Não é só lá, pois eu tenho recebido pessoalmente pedidos de outros sindicatos, de outros Estados, para ver o que se pode fazer. Eu vou levar esse assunto, citando o seu pronunciamento, ao Senador Romário e ver se nós dois, por exemplo, não podemos ligar para o Governador e para outros governadores para saber o que nós podemos fazer, se é que podemos, salvo o que não podemos aceitar, que é a omissão, ficar calados. Então, fique certo de que o seu recado está recebido.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Apoio Governo/PP – AC) – Muito obrigado, Senador Cristovam, por essa deferência.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Há dois requerimentos.

Primeiro, o requerimento do Senador Telmário, que diz respeito a uma audiência para analisar o PLS 330/2013, que tramita em conjunto com o PLS 131/2014, cujo Relator aceitou a ideia.

ITEM 40

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 52, de 2015

– Não terminativo –

REQUEIRO, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, a fim de tratar da proposição PLS 330/2013 que tramita em conjunto com o PLS 131/2014 e o PLS 181/2014, que dispõe sobre a proteção, o tratamento e uso de dados pessoais e dá outras providências. Os convidados serão oportunamente sugeridos.

Autoria: Senador Telmário Mota

Então, eu ponho em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. (Pausa.)

Está aprovado.

E há o requerimento do Senador Hélio José, a quem eu passo a palavra para que o defenda.

Para o Senador Telmário, eu não passei a palavra, porque já tinha falado. Desculpe-me, mas eu acho que está em tempo ainda, Senador Telmário. Depois do Senador Hélio José, eu passo a palavra a V. Ex^a.

ITEM 41

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 53, de 2015

– Não terminativo –

REQUEIRO, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, para debater as razões pelas quais o Brasil não acompanhou o acordo multilateral firmado na OMC, para eliminação de tarifas de importação de alguns produtos eletrônicos. Para tanto, requeiro que sejam convidados:

- Representante do Ministério da Ciência e Tecnologia;
- Representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;
- Representante do Ministério das Relações Exteriores;
- Representante do Ministério do Trabalho e Emprego;
- Representante da CNI;
- Representante da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica – ABINEE;
- Representante da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão.

Autoria: Senador Hélio José

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Eu queria desejar um bom dia a todos, um bom retorno aos trabalhos aqui, no Senado.

Nós fomos surpreendidos com a não participação do Brasil no acordo multilateral da OMC. Quando isso foi publicizado, eu entrei em contato com os vários Ministros relativos às áreas. Eu conversei com o Ministro do Planejamento, conversei com o Ministro de Ciência e Tecnologia, conversei com o Ministro da Indústria e Comércio e conversei também com o Presidente da OMC, que é colega meu de turma da UnB, que é o Roberto Azevêdo, a respeito da questão. E há dúvidas nessa questão. Eu conversei também com a Abinee e com a CNI, porque a Abinee é a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica, e se trata de um acordo de elétricos e eletrônicos, em que os produtos poderiam ser isentados de impostos para serem negociados em nosso País. E há uma série de posições divergentes.

Exatamente para podermos ter a compreensão necessária a respeito dessa posição do Brasil de optar por ficar fora do acordo da OMC com sete países envolvidos é que estou propondo essa audiência pública que vou ler agora:

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, Comunicação e Informática – CCT para debater as razões pelas quais o Brasil não acompanhou o acordo multilateral firmado na OMC para a eliminação das tarifas de importação de alguns produtos eletrônicos.

Para tanto, requeiro que sejam convidados: o representante do Ministério de Ciência e Tecnologia; o representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; o representante do Ministério das Relações Exteriores; o representante do Ministério do Trabalho e Emprego; o representante da CNI (Confederação Nacional da Indústria); o representante da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee) e o representante da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão.

O objetivo aqui é trazer quem defende o direito do consumidor, quem defende a indústria e quem está fazendo as negociações para o País para esclarecer melhor para nós essa questão.

Não pus aqui o representante da OMC porque fica em Genebra, então seria muito complicado para eles estarem aqui presentes.

O Brasil ficou de fora de um dos maiores acordos comerciais multilaterais dos últimos 18 anos que reduz as tarifas para uma longa lista de componentes de informática. O acordo saiu depois de quase 20 anos de negociação na Organização Mundial do Comércio (OMC).

Anunciado depois do entendimento entre Estados Unidos e China, o acordo sobre a tecnologia de informação abrange volume ainda maior do que o comércio do setor automotivo.

Dos 161 países que fazem parte da OMC, 54 assinaram o acordo. Isso quer dizer que só esses países aceitariam importar produtos estrangeiros sem cobrar tarifas. Outro grupo de países, incluindo o Brasil, vai continuar taxando os produtos importados.

Há os que defendem que o Brasil estar fora de um acordo como esse significa um atraso de tecnologia, um atraso de integração econômica e internacional, um atraso na indústria eletrônica brasileira. Ao contrário, outros arguem que essa importação vai provocar justamente o contrário, pois não haverá incentivo nenhum em produzir os equipamentos da lista, porque nunca haverá possibilidade de concorrer com os países mais avançados na tecnologia embarcada nesses produtos. O Itamaraty diz que o Brasil não perde nada, porque nada nos impede de reduzir as nossas tarifas se for julgado conveniente.

Diante do extenso alcance e da enorme repercussão desse tema, peço aos nobres Senadores membros desta Comissão a aprovação deste requerimento para que nós possamos ter realmente uma clara consciência a respeito dessa questão.

É isso, Sr. Presidente. Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Senador.

Ponho em discussão.

Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Temos mais um requerimento extrapauta apenas para acrescentar dois nomes a uma audiência que já está convocada. São sugestões do Senador Randolfe.

Ele sugere a inclusão de dois nomes, Jarbas Barbosa da Silva Júnior, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e Juliana Pereira da Silva, Secretária Nacional do Consumidor, como convidados da audiência pública que instruirá matéria tratada no PLC nº 34, de 2015, conforme requerimento da Comissão de Ciência e Tecnologia.

Eu ponho também esse em discussão.

Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Está aprovado.

(É o seguinte o requerimento aprovado:

ITEM 42

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 54, de 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos regimentais, a inclusão dos representantes abaixo listados para participarem, como convidados, da audiência pública que instruirá a matéria tratada no PLC nº 34, de 2015, conforme Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática n.º 42/2015, aprovado em reunião realizada no dia 23 de junho de 2015:

*– Jarbas Barbosa da Silva Júnior, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa; e
– Juliana Pereira da Silva, Secretária Nacional do Consumidor (Senacom/MJ).*

Autoria: Senador Cristovam Buarque.)

Está encerrada esta reunião...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Sr. Presidente, antes de encerrar, eu quero fazer uma retificação da brincadeira que fiz sobre Cantagalo. Há muitos mitos e muitas lendas...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Por favor, não fale, não, porque é tão boa a história, não é?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – A história é esta mesma: um aventureiro português, ao se despedir da futura rainha D. Maria, lá em Portugal, no século XVIII, ganhou um beijo na mão e recebeu uma luva. E ele, então, nunca mais lavou mão nem tirou a luva. Veio para o Brasil, foi garimpeiro nessa região, depois não pagou o quinto, foi perseguido e teve essa questão do Cantagalo e foi preso. Outros dizem que ele tinha um defeito na mão e a usava para esconder o defeito. Mas o importante é dizer que nós aprovamos uma rádio para uma região maravilhosa, no centro do meu Estado do Rio de Janeiro, região de Cantagalo que, com certeza, tem todas as tradições históricas dessa gente sofrida e valente do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Senador. Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 53 minutos.)



SENADO FEDERAL
Secretaria de Editoração e Publicações
Coordenação de Edições Técnicas

Coleção Direitos Sociais



Coletânea de publicações, com atualização periódica,
sobre temas relacionados aos Direitos Sociais.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

Edição de hoje: 290 páginas
(O.S. 13059/2015)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

